REVISTA TRIMENSAL

DO

INSTITUTO HISTORICO

E GEOGRAPHICO BRAZILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO

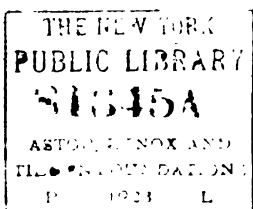
TOMO LVI

PARTE I

(1°. E 2°. TRIMESTRES)

Hoc facit, ut longos durent bene gesta per annos
Et possint serâ posteritate frui

INSTITUTUM
HISTORICO GEOGRAPHICUM
IN URBE FLUMINENSE
CONDITUM
DIE XXI OCTOBRIS
A·D·MDCCCXXXVIII

RIO DE JANEIRO
Companhia Typographica do Brazil
ANTIGA TYPOGRAPHIA LAEMMERT
93 RUA DOS INVALIDOS 93
1893

PERNAMBUCO

NO

dominio olandez e sua restauração

Decreto Real

Francisco de Souza Coutinho, embaixador ordinario aos Estados Geraes das provincias unidas, tratará com os mesmos Estados os acôrdos da paz, que se contém nos artigos incluzos n'este decreto, e são os ultimos termos, a que se pode chegar n'este negocio, que começou proposto pelos Estados com a demazia que se verá pelo outro papel que vai incluzo. O Conselho da Fazenda me diga com a maior brevidade que podér sêr, si lhe parece, que devo aceitar as capitulações, na forma em que os artigos vem ajustados,ou si ha n'elles alguma couza que acrescentar ou diminuir, e o que; e para que se tenha d'este negocio toda a noticia que elle requer, enviará o Conselho de Fazenda dois ministros d'elle (que primeiro falarão comigo) a conferil-o a esta quinta de Alcantara, com o Padre Antonio Vieira, meu pregador; e advirta-se, que a paz de França com Castella está mui perto de se concluir, sem incluzão de Portugal. E nem d'este decreto, nem da consulta ficará copia, traslado, nem registro no Conselho; e se tratará a materia com summo segredo, porque assim convêm a meu serviço. Alcantara 21 de Outubro de 1648. Rei.

Discurso do Padre Antonio Vieira em que persuade a entrega de Pernambuco aos Olandezes

Conforme a ordem de Vossa Magestade vi o papel incluzo, que verdadeiramente comprehende toda a materia, e pondera por uma e outra parte, com grande juizo e noticias, e ultimamente vem a concluir, que em cazo que os Olandezes não queiram vendêr Pernambuco, nos convem mais a guerra do que a paz, provando e confirmando esta opinião com tudo o que se pode dizer n'ella.

Mas porque Vossa Magestade foi servido mandar-me, que no mais breve estilo que fosse possivel escrevêsse as razões, que tenho pela parte contraria, seguindo a ordem de Vossa Magestade, e seguindo a dispozição do mesmo papel, dividirei esta resposta em quatro pontos: no primeiro mostrarei, que os inconvenientes que se consideram não são verdadeiros, nem tão grandes como parecem; no segundo provarei, que os meios que se apontam para melhorar o tratado, ainda que sejam muito convenientes, não são aceitaveis; no terceiro responderei ás razões, com que no tal cazo se persuade a guerra; no quarto, declararei como os meios que se offerecem para fazer a guerra, ainda que fossem possiveis, não são sufficientes.

PRIMEIRO PONTO

Este ponto mostra os inconvenientes que ha nos artigos da capitulação pela ordem seguinte:

PRIMEIRO INCONVENIENTE

E' a primeira razão, por que Vossa Magestade entrega vassallos catholicos a hereges olandezes. Responde-se: que Vossa Magestade os não entrega antes capitúla por elles, que poderão sair livremente con seus bens todos os que quizerem, e se lhes ha de dar tempo e commodidade para que o possam fazer sem nenhum risco, antes com grandes conveniencias, não só para o espiritual, sinão mais ainda para o temporal, como adiante se verá.

E' a segunda, porque os Portuguezes, que quizerem ficar debaixo da obediencia dos Olandezes, não terão prelados, nem ministros eccleziasticos. Responde-se : que os Portuguezes, que quizerem ficar debaixo dos Olandezes, hão de ter ministros eccleziasticos, assim seculares como regulares ; e uzo livre de religião catholica, que esta foi a forma da capitulação da Parahiba, ao que o artigo se refere, e sendo que capitularam isto os Olandezes com os seus rendeiros, e não com el-rei de Portugal, como agora o fazem ; e consta, que sempre os homens da Parahiba tiveram igrejas, vigarios, e curas, e uzo de religião livre, não por que os Olandezes dezejassem de ver os taes reduzidos á sua, si podessem, mas porque sabem, que no ponto que não concederem a liberdade de consciencia e de religião não serão senhores dos Portuguezes.

Terceira : porque cessará por esta via a propagação da fé n'aquellas terras, que a este fim nos foram dadas pelos Summos Pontifices. Responde-se : que em Pernambuco muito antes de lá irem Olandezes já não havia conversão nem propagação da fé por falta de gentios ; o que só havia eram algumas aldeias de Indios já christãos, a principal parte dos quaes se passaram para a Bahia, como a tomaram, e outros se metteram com os Olandezes, de tal maneira que ainda que se entregue parte da campanha, que temos em Pernambuco, não entregamos Indio algum d'aquellas terras, que nos foram dadas para plantar a fé, nem com isso se impedirá alguma propagação d'ella.

Quarta : porque póde fazer em consciencia. Resposta : que ainda que se admittira tudo o que se tem negado, não era contra consciencia, porque aos principios catholicos é licito entregar praças e vassallos a seus inimigos ainda que sejam hereges, quando o fossem por necessidade, e por evitarem maiores damnos, de que ha infinitos exemplos, e de prezente termos o Imperador com os Suecos, o de el-rei de Castella com os mesmos Olandezes, os quaes principes sendo tão catholicos, obrigados de necessidade, não só capitularam a liberdade de religião para os seus vassallos (como Vossa Magestade

faz) mas sabiam, e suppunham de certo, que em lugar de ministros catholicos, se haviam pôr logo nas igrejas os de Luthero e Calvino, como se fez, e ha cazos em que isto não só é licito mas fôra peccado grave fazer o contrario.

Conforme a esta theologia, que é a verdadeira, devia Vossa Magestade entrar em grande escrupulo, quando por não restituir Pernambuco, em que não ha conversão de gentios nem mais christandade que a dos Portuguezes e seus escravos (que podem retirar-se, ou viver ali com o uzo livre de religião catholica) o pozesse a Vossa Magestade em manifesto perigo, e a todas as christandades da India, que é certo, que se não póde conservar em guerra con a Olanda, e as conversões de tantos reinos e imperios regados com o sangue de tantos martires, que é a maior dilatação da fé que teve a igreja. E para que se veja a pouca comparação que tem Pernambuco com tudo isto, porei aqui sómente o numero dos christãos convertidos, que os padres da Companhia têem em suas doutrinas.

No cabo da Boa Esperança, em Moçambique, e rios de Cuama 15.000 christãos ; na ilha de Salsete do norte 250.000 ; na ilha de Salsete de Goa 100.000 ; no Samori e Timor 2.000 ; na christandade da Serra 200.000 ; na costa de Travancor 400.000 ; na costa da Pescaría 800.000 ; no Madure e reinos vizinhos 7.000 ; em Manar 12.000 ; em Jafanapatão 60.000 ; em Malaca 20.000; em Bengala 40.000; em Pegú 20.000; em outras ilhas das Molucas em que assistem padres portuguezes 20.000 ; em Nanquim 200.000. Somma o numero d'estes christãos com 5.000 de Ainam 2.447.000 almas.

Fóra estas que doutrinam os padres da Companhia, ha outras muitas chritandades nos mesmos e diversos reinos que pertencem aos religiozos de Santo Agostinho, S. Domingos, e S. Francisco ; além de muitos que administram sacerdotes seculares, as quaes todas fazem um numero de almas innumeraveis ; mas é muito maior o que se espera converter n'aquellas vastissimas regiões, principalmente nos quatro imperios do Japão,

China, Mogor e Etiopia; cada um dos quaes iguala em multidão á terceira parte da Europa e todos têem já dado entrada ao Evangelho; e pois a gloria de Deos, e augmento da fé catholica é primeira obrigação de Vossa Magestade em quanto rei das conquistas, a que devia fazer maior reparo o zelo dos ministros de Vossa Magestade, e considerar si é razão, que se ponha a tão evidente perigo tudo isto, para conservar uma parte tão duvidoza que nos resta de Pernambuco, onde não ha conversões, nem christandade.

Finalmente, Senhor, o escrupulo d'esta materia não consiste, si póde Vossa Magestade fazer a restituição, que é certo que póde; toda a duvida, e toda o escrupulo está, si póde Vossa Magestade, supposta a necessidade de prezente, deixar de a fazer?

Funda-se a duvida em um argumento evidente, o qual é este: as conquistas de Portugal e o mesmo Portugal ficam em manifesto perigo de se perderem, si alem da guerra de Castella a tivermos tambem com Olanda. Olanda não quer viver na paz sem que se lhe restitua o que tinha em Pernambuco; logo tem Vossa Magestade obrigação, em consciencia, de mandar fazer a dita restituição.

A consequencia, que é só o que aqui pertence aos theologos, nenhum d'estes a negará; o que pertence aos soldados e politicos é evidente e se mostrará no discurso d'este papel; e o segundo antecedente provam os Olandezes no seu tratado.

SEGUNDO INCONVENIENTE

O segundo inconveniente é o da piedade ou justiça, com que se persuade, que tem Vossa Magestade obrigação de sustentar os Portuguezes de Pernambuco na guerra que emprenderam; e isto por duas razões.

Primeira, por que aquelles fieis vassallos expozeram suas vidas e fazendas por livrar aquellas terras de herezias e lançar d'ellas a seita de Luthero e Calvino.

Responde-se: que o levantamento se fez contra a vontade de muitos, os quaes hoje e sempre abominaram tal guerra, e os principaes que a moveram foi por que tinham

tomado muito dinheiro aos Olandezes, e não poderam, ou não quizeram pagar.

Segunda razão é, por que aquelles Portuguezes dizem se levantaram por ordem de Vossa Magestade com promessa de que Vossa Magestade os socorreria e sustentaria. Responde-se : que não consta de tal promessa de Vossa Magestade, e no cazo que a houvesse, não tem Vossa Magestade obrigação de cumprir, com por a risco toda a monarchia; principalmente que essa promessa, si a houve, foi fundada no que os homens de Pernambuco fizeram em haverem de tomar logo o Recife e com outras informações e esperanças falsas, que lhes fez crer o dezejo de liberdade, como da sua parte faltaram as condições do contrato, tambem da parte de Vossa Magestade faltou a obrigação de o cumprir.

Mas dado que Vossa Magestade devêra, e podera socorrer os Portuguezes de Pernambuco, maior é a piedade que se uza com elles, e maior o beneficio que se lhes faz em se poderem retirar livremente para a Bahia e Rio de Janeiro por meio da paz, que com os sustentar em tão incerta guerra, em a campanha de Pernambuco.

Porque na campanha, demais de ficarem suas pessoas expostas aos trabalhos e perigos da guerra e variedade de seus successos, a fazenda que tiverem, e tudo o que levarem, é certo que parte ha de ser do inimigo, assim na terra, como no mar, e a outra parte ou tudo, si escapar, se ha de despender nos gastos da mesma guerra, e não será pouco quando baste ; pelo contrario passando-se á Bahia ou Rio de Janeiro, como levam os seus escravos comsigo, que é o principal cabedal do Brazil, a qualquer parte que chegarem começarão logo a lavrar e fazer fazendas, as quaes lograrão todas inteiramente, e sem trabalhos e sobresaltos da guerra ; e demais d'isto gozarão dos privilegios que Vossa Magestade por sua grandeza e clemencia lhes concederá, que poderiam ser o ficarem izentos de pagarem dizimos, nem tributos, por alguns annos ; e isto mesmo serviria tambem de os convidar a que todos passassem.

E por que não pareça, que será penozo no estado prezente aos moradores de Pernambuco o deixarem suas

terras, ou para melhor dizer, o trocarem-nas por outras, tem a experiencia exemplos de muitas familias mais e menos principaes do mesmo Pernambuco, que só por se livrarem dos inconvenientes da guerra se passaram com os seus escravos para a Bahia e Rio de Janeiro,onde hoje, sem gozarem privilegio algum, vivem em sua antiga fortuna, e depois do levantamento da campanha fizeram o mesmo os moradores do Rio-Grande, Parahiba e Goiana. os quaes queimaram suas cazas, e só com seus escravos se passaram ao Cabo de Santo Agostinho, onde a necessidade os obrigou a viverem na guerra, e folgaram muito de ter caminho e licença para se recolherem á terra, onde lograssem o seu desterro em paz.

De tudo o dito se segue, que não é impiedade sinão beneficio o que se capitúla sobre os homens de Pernambuco, ainda considerados separadamente; mas si os considerarmos como membros de Portugal, a impiedade e crueldade seria querer arriscar-se todo o corpo, por não deixar cortar uma parte tão pequena e tão corrupta, e que tão difficilmente se póde conservar, como se verá ao diante.

TERCEIRO INCONVENIENTE

O terceiro inconveniente é o da reputação, a qual parece fica menos cabal por duas razões: a primeira, porque dirá o mundo, que no levantamento faltámos á fé, ou na restituição nos faltam as forças. Responde-se: que peior será, que possa dizer o mundo tambem, que por não querer restituir nos perdemos; e quanto ao da fé e das forças, uma e outra couza é tão patente, que não ha de mister o mundo os artigos d'este tratado para as conhecer.

A opinião dos reinos e dos reis consiste em tratarem do que mais convém á sua conservação, e o principe que melhor se sabe conservar, é o que melhor opinião adquire no mundo. A razão, porque o levantamento de Pernambuco se reputou mal de todos os politicos, foi porque não julgaram por boa materia de estado abrirmos uma nova guerra, quando tinhamos outra superior ás nossas forças, e para se lançar esta com uma opinião,

parece melhor caminho cortar aquella desgraça que continual-a.

Segunda: porque é descredito capitular condições desiguaes. Responde-se: que isto se entende, quando são iguaes as forças, mas ainda assim, sem reparar n'esta consideração, mostrarei, que na desigualdade de todas as condições do tratado, as vantagens todas são pela nossa parte, e não pela dos Olandezes.

A condição das dividas, que se hão de pagar de parte a parte, e dos castellos dez leguas retirados das fronteiras, e de incluzão dos principes confederados nas conquistas, não tem desigualdade nem duvida, porque são condições reciprocas.

As condições de paz geral em todas as partes do mundo é mui vantajoza para nós; pelo muito que nos importa, e pelos grandes interesses que os Olandezes podiam esperar da guerra na occazião em que tão devertidos estámos com Castella.

A condição da restituição das capitanias de Pernambuco, que os Olandezes nos tinham tomado em parte, quando estavamos sugeitos a Castella, é favoravel para nós, e por nossa parte, porque elles possuiam aquellas capitanias inteiras e florentes, e nos lh'as restituimos com as povoações destruidas, com engenhos e fazendas queimadas, e quazi tudo despovoado de gados e lavradores, e de outra muita gente de que não tiravam menos ganancia pela mercancia.

Replica-se a isto: que aquellas terras eram nossas por nos serem dadas pelos Summos Pontifices, e que os Olandezes nol-as não podiam tomar com justiça por serem elles rebeldes a el-rei de Castella intruzo em Portugal. Responde-se: que estas razões, e outras similhantes, eram muito boas, si houveram de ser julgadas na Caza da Supplicação, ou nos nossos confissionarios; e ainda ali tinham muito que pleitear e averiguar; mas o que dá e tira reinos no mundo é o direito das armas, cujas leis e privilegios serão muito mais largos, e segundo este direito, costumaram sempre capitular os principes, principalmente quando um d'elles é mais poderozo; e só servem as razões e opiniões da justiça para quando quem ficar lezo

se tornar a ver com melhor fortuna;e para então são muito boas todas as razões que temos contra os Olandezes, e todos os aggravos que d'elles houvermos recebido, os quaes é bem se escrevam em laminas de bronze para seu tempo; mas por agora se ha de estimar tudo o que nos tomaram os Olandezes como si fora seu, e como tal se ha de ter por condição muito favoravel, que se contentem com que se lhes restitua tão damnificado e destruido o que possuia inteiro e florente.

A condição de lhe restituirmos parte de Sergipe, tambem é de pouco porte, e em nosso favor; por que os Olandezes tinham direito ás trez capitanias de Maranhão, Ceará e Sergipe por as haverem tomado em tempo habil, conforme a capitulação de tregoa, na qual se concedeo, que tudo o que fosse tomado em espaço de oito mezes da publicação, ficasse para quem o tomasse; e favor é, que por trez capitanias, que os Olandezes tomáram dentro n'esse tempo, se lhes haja de restituir só a terceira parte de uma?

Responde-se: que estas capitanias foram tomadas com dólo; mas a isso respondem os Olandezes, que tinham direito ás trez capitanias, e podem provar com testimunhas nossas, que elles offereceram ao embaixador de Vossa Magestade,que ficassem as couzas como estavam, e que o advertiram, de que tinham mandado fazer algumas facções; ao que elle respondeo como tão valente: Si tomarem alguma couza, irei eu, e a tomarei.

A condição de poderem sair os Portuguezes com os seus bens moveis, e vender os de raiz, toda é em favor nosso, e em gravissimo damno dos Olandezes, porque as fazendas do Brazil consistem na lavoura mais que na terra.

A condição de nos haverem os Olandezes de nos comprar bois, cobre, e mais fabricas que tivermos tambem, é em nosso favor, por que nos vem a comprar o que era seu, pois eram de homens seus subditos, e que trabalhavam para elles.

A condição de lhes pagarmos 600.000 cruzados, ou 10.000 caixas de assucar, meio branco, e meio mascavado, tempo de 10 annos, é mais favoravel condição para nós,

alem do que se podia imaginar; supposto ser este prazo dado em satisfação das perdas e damnos que aos Olandezes temos cauzado depois do levantamento de Pernambuco, as quaes sommam uma quantia de dinheiro tão excessiva, que nenhuma proporção têem com o que lhes damos; porque não falando em cidades, lugares, e engenhos queimados, têem perdido os Olandezes quatro safras inteiras de assucar, e os dizimos, e direitos de outros tantos annos, e os interesses de todo o cabedal da Companhia, e os socorros que por esta cauza metteram em Pernambuco e a infantaria que acrescentaram e sobre tudo duas armadas muito poderozas, a de Segismundo e a de Riter, das quaes a segunda lhe custou 47 toneis de ouro, que montam na nossa moeda 2.350.000 cruzados. Julgue-se agora, si foi favoravel concerto pela nossa parte reduzir tudo isto a 600.000 cruzados pagos em tantos annos.

Replica-se a esta razão, que tambem os Olandezes nos deram perdas na ida de Segismundo a Itaparica, e na preza de tantos navios que nos tomaram; mas respondem os Olandezes, que a sua guerra foi justa, porque elles foram os provocados e nós os aggressores, e que depois da tregua não fizeram aggravo algum aos moradores da Bahia, sinão depois que elles de lá vieram ajudar os seus rebelados, e fazer-lhes publicamente guerra; e com esta razão, que fôra melhor não ser tão verdadeira, desculpam todos os excessos, que nas outras partes nos tinham feito seus soldados depois do movimento de Pernambuco.

E quanto aos damnos que nos fizeram em Angola e São-Thomé, antes dos ditos movimentos, e depois da publicação da tregua, respondem, que elles sempre estiveram aparelhados para nos darem toda a satisfação, e que assim se assentou nos estados, os quaes a deram por escrito ao embaixador Francisco de Andrade Leitão, como se póde vêr da mesma resposta, a qual si não deo á execução, porque nós a não quizemos aceitar e continuámos em pretender não só a restituição das perdas, damnos, e interesses cauzados depois da publicação da tregua, sinão a entrega das mesmas praças que foram tomadas antes da dita publicação em tempo habil.

A condição que trata de Angola, não foi admittida pelos Olandezes na fórma que estava no articulo, mas entre elles e o embaixador de Vossa Magestade ficou em pratica, e com tanto que um e outros tivessem negros, o negocio se ajustaria, e n'esta fórma ficaria a condição, pouco em nosso favor, supposta a capitulação da tregua, porque em um capitulo d'ella se diz, que quanto aos lugares de Africa, quem fôr senhor das fortalezas o será tambem das terras interjacentes, e segundo esta regra, pouco nos ficava a nós que pretender nas costas de Angola, sendo os Olandezes senhores de Loanda e Benguéla, que são todas as fortalezas que n'elle havia.

Esta é, Senhor, a desigualdade das condições, que tanto se abominam, capituladas com uma nação a mais florente, a mais poderoza, e a mais soberba do mundo, por um reino hoje de menos poder e cercado de todas as partes de um tão superior inimigo. Confesso, que podiam ser as condições mais favoraveis, e muitos cuidam, que ainda o poderão sêr; mas os que lerem as pazes que no mesmo dia capitulou Castella com Olanda, e o Imperio com Suecia, acharão, que, comparadas umas com outras, as mais honradas são as nossas; e com tudo não gastou Portugal milhão e meio em peitas como Castella, nem deo seis milhões de risdales (que são oito milhões dos nossos cruzados) aos soldados de Olanda, como o Imperio aos da Suecia para os contentar.

QUARTO INCONVENIENTE

O quarto inconveniente é o muito que dámos a Olanda, o que se mostra por trez razões; primeira, por que dámos aos Olandezes um estado do Brazil. Para responder a este inconveniente é necessario dizer primeiro o que são as capitanias de Pernambuco, e o que n'ellas têem os Olandezes, por que não ha couza mais vulgar n'esta côrte que dizer-se estão fexados os Olandezes no Recife, e que nós lhes queremos dar o Brazil.

As capitanias de Pernambuco, em extensão das terras, são a de uma parte do Brazil, mas na estimação e valor por serem cultivadas antes d'este levantamento,

se podiam computar pela terceira parte; porém a metade de tudo isto está hoje arruinado e destruido.

Os Olandezes têem nas capitanias de Pernambuco a fortaleza do Rio Grande (que é a melhor que tinhamos em todo o Brazil) e tambem possuem toda a campanha, onde se conservam hoje gados, e d'elles se sustentaram os Olandezes nas fomes passadas. Tem mais o Cabedelo, e porto de Parahiba, e n'elle trez fortalezas, a principal das quaes se chama Margarita, que é como uma ilha; e a cidade está queimada, por que a desampararam os nossos, como toda a campanha d'aquella capitania, em que não temos couza alguma. Segue-se Itamaracá, na qual possuem os Olandezes toda a ilha, e n'ella trez fortalezas, uma no monte e duas na marinha; e tambem agora depois da batalha têem fortificado e edificado uma fortaleza em Igarassú (que os nossos lhe não poderam estorvar) para nos cortarem o passo, e dominarem toda a campanha do norte.

Têem finalmente, em distancia de trez leguas, a villa de Olinda (posto que em grande parte arruinada) com o reduto de João de Albuquerque, e as outras fortificações que lhe acrescentaram, como foi o forte dos Perrexis, o forte do Brun, a fortaleza da terra, a fortaleza do mar, a fortaleza das Trez-Pontas, a villa do Recife toda fortificada com muitas baterias, a fortaleza de Santo-Antonio, a cidade Mauricia com suas fortificações, a Barreta, a fortaleza das Cinco-Pontas, a dos Afogados, e ultimamente a de Santo-Antonio, que nós deixámos; daqui ao rio de São-Francisco ha 50 leguas de costa, de cuja campanha não dependemos couza alguma; e este é o penhasco do Recife, em que estão mettidos, ou incurralados (como dizem) os Olandezes.

Os Portuguezes têem o resto da campanha, que se estende por espaço de outras 50 leguas para a parte do sul, e se defende na fronteira do inimigo com algumas trinxeiras, onde ha estancias ou corpos de guarda, e duas fortalezas principaes, uma na terra dentro, onde temos o Arraial; outra na costa, no cabo de Santo-Agostinho, que tambem defende aquelle posto, que não é dos melhores, onde ha muitos engenhos n'esta nossa

campanha, em que se lavra assucar; mas os gados estão quazi extintos totalmente; nem pode haver quantidade de pescados, por ser o Olandez senhor da costa; as farinhas tambem são poucas, por se occupar a gente na guerra e nas lavouras da cana, com que se padecem grandes fomes e mizerias em toda esta costa, que corre do cabo de Santo-Agostinho, até ao rio de São-Francisco, onde ha muitos portos, como são o de Pojuca, Tamandaré, Una, Barra-Grande, Porto-Calvo, Alagoas e outros, os quaes todos não têem fortificação nem defensa alguma; e o principal receio dos nossos é que o inimigo occupe, e se fortifique n'algum d'elles, com que ficarão cortadas as esperanças para os socorros da Bahia e com o inimigo tambem pelas espaldas, que será um genero de guerra facil de conseguir aos Olandezes, e que reduzirá os nossos a grandes apertos.

Finalmente para que digámos tudo de uma vez, a campanha de Pernambuco não se póde conservar nem defender, si continuar muito a guerra; e basta para prova a experiencia da conquista passada, em que tantos socorros e tantas armadas (que nós hoje não podemos mandar) serviram só de dilatar a guerra, mas nunca a poderam melhorar, antes fomos sempre perdendo, até que se perdeo tudo.

Pelo contrario, retirando-se a nossa gente (antes que chegue a estado que não possa) transplantaremos Pernambuco á outra parte, pois o que nos falta não é terras, sinão habitadores, os quaes lavrarão e trabalharão para si, e não para os Olandezes, como até agora fizeram não só antes do levantamento, mas ainda depois.

De toda esta relação (como é só a verdadeira) se deixa bem vêr, que em largarmos as capitanias de Pernambuco aos Olandezes, não lhes damos tanto quanto se imagina; damos-lhes só o que era seu; damos-lhes o que elles possuem tão principalmente; damos-lhes o que e o de que elles colhem o fruto, e do que nós temos o trabalho; damos-lhes por vontade o que nos hão de vir tomar por força; finalmente damos-lhes o que lhes não fica a elles, antes o levaremos comnosco, si nos quizermos retirar.

D'esta sorte damos Pernambuco aos Olandezes, e não dado, sinão vendido pelas conveniencias da paz, e não vendido para sempre, sinão a retro aberto para o tornarmos a tomar com a mesma facilidade, quando nos virmos em melhor fortuna ; que agora é querer perder isto, e o demais.

Em conclusão, Senhor, considerando tudo o que temos em Pernambuco, é uma guerra ; e si se pezar em fiel balança a despeza que esta guerra ha de fazêr, com todo o rendimento que Vossa Magestade pode tirar da campanha de Pernambuco, é certo, que não ha de igualar o rendimento á decima parte da despeza, como a experiencia tem mostrado já. Julgue-se logo, si no tempo que a fazenda de Vossa Magestade tem tanto em que se despender, é razão, que o reino e as conquistas se arrisquem pela despeza duvidoza de uma campanha, que ha de mister tanto mais para se assistir, do que é tudo o que pode render a Vossa Magestade, sendo sempre a despeza certa e necessaria, e o rendimento arriscado e duvidozo.

Segunda : por que dámos Angola, e pelo conseguinte o Brazil, o qual se não pode conservar sem negros. Responde-se : que já está explicado o modo com que se capitula sobre o reino de Angola, no qual sempre nós havemos ser senhores dos negros ; e só se duvidava si haviamos de dar aos Olandezes os que lhes fossem necessarios para Pernambuco.

Terceira : por que dámos Sergipe, tão celebre n'este tratado, hoje é nada, e nunca foi tão grande couza como se imagina. Deo por ventura esta equivocação motivo a chamar-se na Bahia geralmente Sergipe a tudo aquillo que fica da Torre de Garcia de Avila para o norte, não sendo verdadeiramente Sergipe, si não uma capitania que está distante da Bahia 58 leguas, e o rio do mesmo nome, que é o que nos havia de dividir dos Olandezes, que dista mais de 60 leguas. Daqui se segue primeiramente, que a vizinhança fica sendo tanta como se considera, principalmente havendo de ficar as fortalezas dos Olandezes 10 leguas mais atraz conforme o capitulado, e sendo todas as terras, que estão em meio, retalhadas com muitos rios caudalozos, e com bosques e caminhos inaccessiveis,

e incapazes de marcha, como experimentaram as tropas de D. Francisco de Moura, quando por mandado do Marquez de Montalvão foram desalojar dali o inimigo, o qual quando queria intentar alguma couza na Bahia, não o podia fazer sinão por mar, e para isso não nos ha de sair do rio de Sergipe, que mal é capaz de barcos, sinão do porto do Recife, com que a distancia fica sendo sempre a mesma.

Quanto aos mantimentos, sabida couza é, que os de que se sustenta a Bahia, nunca jámais vieram de Sergipe, sinão do Cairú, Boipeba e Camamú, que fica 15 até 20 leguas para a parte do sul, e mais de 80 para a parte de Sergipe. Gados havia antigamente em Sergipe, mas depois que aquella capitania foi tomada pelos Olandezes, ficou totalmente dezerta ; e si acazo depois do levantamente de Pernambuco se lhe tem mettido algum gado, pode-se retirar outra vez ; e não será a primeira que isto se tem feito, de maneira que o que se dá aos Olandezes não são gados, nem é Sergipe, que está dezerta ; e além de duas partes que nos ficam temos tambem o Rio-Real, Itapicurú, a Caxoeira, a Terra-Nova, a Torre, Itaparica, a Mata, e outras muitas terras de gados, de que se sustenta, e sustentou sempre a Bahia. Mas ainda que esta terceira parte de Sergipe, que se tem promettido aos Olandezes, se lhe prometta, bem se pode resgatar facilmente, dando-lhes algum dinheiro ou assucar, que cessa toda a questão.

QUINTO INCONVENIENTE

O quinto inconveniente é o damno, que, segundo este tratado, receberá a fazenda real de Vossa Magestade ; e isto por trez razões :

Primeira : pela somma de dinheiro ou assucar que se ha de dar aos Olandezes ;

Responde-se : que este dinheiro ou assucar paga-se em tantos annos, e não é quantia consideravel, e já se tem apontado os meios com que Vossa Magestade o pode pagar, sem diminuição alguma de sua real fazenda, nem da dos vassallos ; que é mandando Vossa Magestade receber por sua conta o assucar dos dizimos da Bahia e Rio

de Janeiro, que se costumam arrendar, e montam cada anno, ao menos, 2.500 caixas de assucar.

Segunda : porque á entrega de Pernambuco se diminuirão os direitos do assucar, faltando o que de lá vinha.

Responde-se : que não hão de diminuir os direitos do assucar, porque se hão de passar a lavrar na Bahia e no Rio de Janeiro os que lavravam em Pernambuco, e porque havendo paz chegará tudo a salvamento ; antes si houver guerra, é certo, que hão de ter grande diminuição os direitos do assucar, não só pelo que se ha de tomar, sinão pelo que se não ha de fazer, como aconteceo na Bahia o anno que Segismundo lá esteve, em que não moêram os engenhos, e faltaram por esta cauza 16.000 caixas de assucar, que pagam em todos os direitos 300.000 cruzados.

Terceira : porque sendo os Olandezes senhores de Pernanbuco não hão de levar tanto assucar que o dêem a todo o norte, e não virão navios estrangeiros a buscar o nosso, com que cessam os direitos das fazendas, que elles trazem, e se diminuem e juntamente o commercio. Responde-se : que os Olandezes tendo arte para tudo, só para lavrar assucar lhes falta, como tem mostrado a experiencia tantos annos, e retirando-se os Portuguezes da campanha de Pernambuco, e ficando ella no estado em que está, é certo, que nunca lavrarão muito assucar ; e quando (o que é impossivel) chegue a haver tudo o que houve no tempo mais florente, nunca por isso ha de deixar o nosso assucar de ter sahida, e os mesmos Olandezes são os primeiros que nol-o hão de vir buscar, como se vio por experiencia no anno de 1641, em que todos os engenhos de Pernambuco estiveram em paz, e vieram a Olanda todos os assucares que lá se fizeram, e nem por isso deixaram os nossos de ter melhor saque e melhor preço ; porque os estrangeiros tem mais conveniencia de o comprarem a nós, que a elles ; e para o Levante, Espanha e França tem mais conta levarem-se de Portugal que de Olanda.

Finalmente tudo o que n'este inconveniente se considera é incerto, e mais certo é, Senhor, que não terá tanta diminuição a fazenda de Vossa Magestade em um anno de paz, quanto será necessario para um só mez de guerra.

SEXTO INCONVENIENTE

O sexto inconveniente é, e se funda em haverem os homens de Pernambuco de pagar as suas dividas, por duas razões. Primeira : porque si antes da guerra não tinham cabedal para pagar as dividas e interesses, dahi se segue, que não se poderão sustentar. Responde-se : que quem não tem não paga, mas quem deve não é justiça, que deixe de pagar, e por isso foi força conceder esta condição aos Olandezes, da qual se não póde fugir, sendo reciproca.

A fórma dos pagamentos ainda não está capitulada, e só se assentou, que se concederia aos que passassem para as terras de Vossa Magestade as mesmas larguezas que se concederem aos que ficarem em Pernambuco, que serão sem interesses e largos prazos, de maneira que possam viver e pagar ; mas isto se poderá remediar facilmente, fazendo uma avença com os Olandezes, e reduzindo todas as dividas a certa quantidade de dinheiro, pago em tantos annos que se tirará dos devedores pelo modo mais suave que possa ser, ou Vossa Magastade por sua real grandeza o poderá mandar pagar do assucar dos dizimos, que pelo novo modo de cobrança para tudo dará sem fazer falta, ao qual se applicava o pouco que rendiam.

Segunda : porque sobre a cobrança das dividas ha de haver demandas, que impossibilitem a paz. Responde-se : que as demandas dos particulares não perturbam a paz dos principes ; e em tanta distancia de lugares, e depois de tanta espera de tempos não podem as demandas ser muitas, porque se perderá mais com lhes assistir, que com as deixar. E finalmente a experiencia nos mostra, que isto de dividas sempre se capitulam, mas nunca se executam ; e quando pareça inconveniente, já fica apontado o remedio, com que se ha de impedir similhante estratagema, como é este da guerra.

SETIMO INCONVENIENTE

O setimo inconveniente se considera, que ficam os Portuguezes de Pernambuco impossibilitados a mudar de terra, por outras duas razões. Primeira : porque não hão

de ter com que, por serem obrigados a vender seus moveis, bois, cobres, e isto por preços moderados, que lhes hão de ser mal pagos, sendo os Olandezes os juizes.

Responde-se : que os juizes, ou avaliadores hão de ser os Portuguezes e Olandezes ; isto é, um Portuguez e outro Olandez ; e o mesmo capitulo que a nós nos obriga a vender, os obriga a elles a pagar ; e si não pagarem, não venderemos. Quanto aos moveis, o artigo reza o contrario do que aqui se suppõe, porque diz, que se poderão sair com todos os moveis de qualquer qualidade que sejam; isto é, dinheiro, roupas, escravos, cavallos, assucares, e o serviço das pessoas, e só exceptuam criações, gados, e outras couzas pertencentes aos engenhos, as quaes melhor se podem retirar reduzidas a dinheiro que em propria especie, em que custará mais o leval-os do que valem ; assim que esta condição não só não impossibilita, mas facilita a passarem-se os Portuguezes de Pernambuco, a outras terras.

Segunda : porque a Bahia, Rio de Janeiro, e as mais praças do Brazil são faltas de mantimentos, e passando-se para ellas a gente de Pernambuco, não só não acrescentarão, mas servirão de impossibilitar.

Responde-se : que não ha terra no mundo mais larga e mais fertil do que é o Brazil ; havendo alguma diligencia, nunca alguem morreo de fome n'ella. Com Luiz Barbalho se retirou da campanha de Pernambuco o numero de mais de 6.000 almas ; havendo atravessado por matos e dezertos sem prevenção alguma de mantimentos, nunca lhes faltou com que sustentar a vida.

O mesmo sucedêo na retirada geral depois da perda do Arraial, que foi ainda de maior numero de gente ; quanto mais que fazendo-se a paz, os Portuguezes de Pernambuco não se hão de sair de suas cazas sinão com toda a commodidade, e depois de feitas todas as prevenções necessarias nas mesmas terras por onde se hão de passar. Com a paz tudo sobeja, principalmente havendo de levar comsigo escravos, que são os que n'aquellas partes sustentam seus senhores, e ha mil generos de mantimentos lá, que vem em quatro mezes, em trez, e em dois ; assim que este receio não é de cuidado.

OITAVO INCONVENIENTE

O oitavo inconveniente, e que tem mais em que reparar, é não darem os Olandezes segurança de guardar a paz, sendo justo o receio que devemos ter, que depois de restituido Pernambuco rompam a guerra, e tratem de nos tomar o demais; não se podendo esperar menos da pouca fé que nos costumam guardar a todos, e do mal que antes nos guardavam a tregua.

Responde-se: que é muito para dar graças a Deos, offerecendo-se hontem pela nossa parte caução de segurança aos Olandezes, já hoje nos não contentamos sinão que elles nol-a dêem; não devia tomar-se a rezolução sem muito forçozas razões; mas bastou contra todas a nova de um bom successo, que tanto mais teve de milagrozo, tanto mais nos aviza da desigualdade do nosso poder.

As cauzas do mal que nos guardaram as treguas os Olandezes, já se tem dito, que foram no principio a capitulação dos oito mezes, a que deo motivo os successos de Angola, e depois os movimentos de Pernambuco, a que se seguiram com correspondencia similhantes hostilidades, e sobretudo o não querermos aceitar as pazes, que os Olandezes nos offereciam, os teve sempre em desconfiança, considerando-nos como homens que dilatavam a guerra para melhorar occazião; mas tudo isto se atalha capitulando paz geral e perpetua com as cautelas do que as experiencias do passado nos têem advertido; e para que possamos crer com certeza humana, que os Olandezes não deixarão de guardar esta paz, ha razão de grande probabilidade.

Primeira: a fé publica de uns estados, que agora começam a ser Republica livre, e não hão de querer pôr esta nota na primeira occazião que fazem, de que communmente se julgam as demais.

Segunda: porque os Olandezes têem pazes com todos os principes e nações do mundo, e assim como guardam a paz aos outros, a guardarão tambem a nós.

Terceira: porque depois de uma guerra de 80 annos dezejam geralmente os povos de Olanda lograr o descanço e quietação da paz.

Quarta: porque Olanda tem grandes interesses com a paz de Portugal, porque somos vizinhos em todas as partes do mundo, e lhes importa muito terem francos os nossos portos, e poderem lograr as utilidades das nossas drogas; ainda que estes interesses não sejam grandes como os que podem esperar da guerra, com tudo são mais certos e sem despeza.

Quinta: porque os frutos, que dependem da vontade alheia, só se podem conjecturar pelas acções prezentes, e todas as dos Olandezes n'este tratado nos mostravam sempre serem encaminhadas a uma paz segura, pois insistiram com grande tenacidade em couzas, que lhe não havemos de cumprir sinão tivermos paz, como quem suppunha, que não havia ter mais de nós que aquillo que por esta capitulação ficasse; e si fora outro o seu animo, depois que lhe offerecemos as capitanias de Pernambuco, não trataram de insistir no mais, nem admittiram dinheiro, nem assucares para prazos tão dilatados.

Sexta: porque o assucar, que lhes havemos de dar, é a pagamento de 10 annos, em todos os quaes aquelle interesse nos servirá de um genero de caução.

Setima: porque de Pernambuco não se pode tirar proveito algum sem escravos; e sendo nós senhores de Angola, não podem os Olandezes ter escravos sinão pela nossa mão, que é outro genero de dependencia, que sempre os ha de obrigar a nos guardarem o promettido contrato, e estipulada convenção.

Oitava: porque os Olandezes dezejam muito Pernambuco, em cujos interesses tem a Companhia librado todas as esperanças de sua restauração; e certo que não pode lograr couza alguma de Pernambuco sinão estando em paz comnosco, porque basta um só negro mandado da Bahia para lhe pôr fogo a tudo.

Nona: porque actualmente estão os Olandezes pretendendo o contrato do sal d'este reino, offerecendo-se a dar-nos de antemão á conta dos direitos todos os generos necessarios para a guerra pelos mesmos preços que os davam aos estrangeiros; promettem trazer n'este contrato 400 ou 500 navios, em que ficam empenhadas mais de 40.000 familias de Olanda em Pernambuco de gente do

mar e mercantil, e officiaes do mesmo genero, as quaes pessoas todas, que podem muito onde é o governo popular, são outros tantos refens da nossa paz.

Decima: por que importa á conservação das provincias de Olanda, que o poder de Castella não tome a sua antiga pujança; e para que haja quem sempre lhe esteja diminuindo as forças com a guerra intestina, assentaram os estados, que convinha se conservasse Portugal, e por isso deliberaram, que se nos fizesse guerra nas conquistas, comtanto que lhes restituissemos o seu, ou o que elles têem por seu, e no demais se salvasse a reputação.

Por todas estas razões parece, que é muito provavel, e moralmente certo, que os Olandezes nos guardarão a paz; mas ainda na duvida sempre se deve antes escolher a paz que a guerra, e principalmente quando na guerra é tão certa a ruina.

E si os exemplos da tregua mal guardada nos fazem temer os mesmos sucessos na paz, tambem nos tem mostrado a experiencia, que melhor nos está uma paz muito mal guardada do que uma guerra descoberta, por que debaixo d'essa boa ou má tregua vinham os nossos navios da India, vinham as nossas frotas do Brazil, do Rio de Janeiro e Bahia, emfim logravamos o que tinhamos nas nossas conquistas, sem mandarmos socorros extraordinarios, sem sermos forçados a tirar do reino a nossa armada, e sem sentirmos as suas perdas no mar e na terra, que a guerra que tomamos por nossas mãos nos trouxe comsigo.

Finalmente si não fazemos a paz, temos guerra certa; si fazemos a paz, temos guerra duvidoza; e menos mal é a guerra duvidoza, que a guerra certa.

Esta, Senhor, é a minha opinião, e bem considerada de todos, vem a ser de todos esta opinião; porque todos dizem, que façámos a paz; e si os Olandezes guardam tão pouca fé, quem nos segurou que depois de vendido Pernambuco nos não tomarão o dinheiro e mais a terra? Quem nos segurou, que para segurarem ambas as companhias, a Ocidental se ficará com o dinheiro e a Oriental nos tomará a India? Emfim não ha couza totalmente segura n'estas materias; e querer tanta segurança, é querer mudar a natureza das couzas humanas, e não querer a paz.

Contra o que fica dito resta só um argumento, a que quero responder. Dizem, que restituindo-se a campanha de Pernambuco aos Olandezes, em cazo que nos quebrem a paz, ficam com mais vantagem para nos fazerem a guerra nas outras partes.

Respondo: que quando assim fosse, esse mesmo inconveniente ha em todas as praças, que se entregam, quando se fazem as pazes, e nem por isso deixam os principes de as entregar, attendendo a outras considerações que mais importam, porque primeiramente restituindo-se a campanha de Pernambuco aos Olandezes, as praças da Bahia e Rio de Janeiro ficam mais aptas para se defenderem, porque terão em si toda a gente, que se houver de retirar de Pernambuco, que são tão grandes soldados e tão costumados a pelejar com aquelle inimigo.

A melhoria que se póde considerar nos Olandezes consiste em duas couzas: em terem portos para os navios e em terem campanha para se fornecerem; os portos não lh'os dámos nós, elles os têem; a campanha, ainda é grande a parte que lhe dámos; no mesmo ponto em que nos romperem a guerra tornará a ser nossa, ou quando menos não será sua, por que basta mettermos n'ella 200 homens campanhistas valentes, para nada lograrem do que estiver lavrado, e perderem todo o cabedal que tiverem mettido.

Quanto mais que os Olandezes quazi tanto lhes importa fazerem as primeiras facções, indo de Olanda, como do Brazil, porque como as terras são tão largas e tão abertas, em chegando, logo têem portos; e tudo o mais com que se faz a guerra, têem elles por mais barato leva-rem-no de Olanda, que do Brazil, como se vio por experiencia no sitio que o Conde de Nassau foi pôr á Bahia, havendo já muitos tempos que os Olandezes estavam senhores da campanha de Pernambuco, e todos os materiaes do sitio vimos, que eram de Olanda e não do Brazil, porque as pranchas das platafórmas, as vigas, as estacadas, os alojamentos, tudo era de madeira de pinho, tijolo e cal, de que fizeram grandes fornos; o pão que n'elles se cozia, as carnes, os pescados, os legumes e até a louça de barro, tudo era de Olanda, sem haver em todo aquelle sitio couza alguma do Brazil, mais que a terra e faxina

da mesma campanha; isto mesmo se vê nos mantimentos com que os Olandezes sustentam os soldados nas fortalezas do Brazil e nos materiaes com que lá fabricam as suas terras, que todos são levados de Olanda nos navios, que isso lhes faz melhor conta que em os comprarem ou grangearem no Brazil. Assim que em restituirmos a campanha de Pernambuco aos Olandezes não lhes dâmos novas utilidades, que sejam de consideração para esta guerra, antes no mesmo ponto em que a romperem lhes será necessario tornar a conquistar a mesma campanha, si a quizerem possuir.

SEGUNDO PONTO

O segundo ponto propõe dois meios, um para impossibilitar, outro para se fazer a paz sem elle.

O primeiro meio para impossibilitar a restituição é tomar o pretexto de não quererem os moradores de Pernambuco consentir n'ella, e si Vossa Magestade os quizesse obrigar a isso, ou os desempenhar totalmente, poem-se a risco de declararem em sua defensa as armas d'el-rei de Castella, ou do Inglez, ou de outro principe.

Responde-se, que este meio se não póde propôr aos Olandezes sem se seguir manifesto rompimento, porque a restituição de Pernambuco é condição *sine qua non* d'este negocio, tanto assim que emquanto a restituição se não offereceo, a nenhum memorial do embaixador responderam os estados; e houve votos em que elles os não aceitassem.

Quanto a poderem os de Pernambuco implorar a protecção de outro principe é ameaça, que não ha de dar cuidado aos Olandezes, porque sabem, que nenhum principe é tão valente como nós que queira romper com elles nas conquistas.

Aos Inglezes tomaram os Olandezes Socotorá, que é a cabeça do que elles lá têem; e sendo que dependem tanto dos seus portos no canal, entenderam os Inglezes, que lhes estava melhor dissimular este agravo.

El-rei de Castella, que fez a paz com Olanda que sabemos, cedendo-lhes sete provincias, e outros lugares que valem tanto, como havia de romper a guerra por socorrer os levantados de Pernambuco, principalmente que na mesma capitulação lhe cede tambem aquellas terras? Assim que não ha de o Inglez, nem o Castelhano, nem nenhum principe ser tal que haja de tomar sobre si estas dependencias.

O segundo meio para se fazer a paz sem a restituição de Pernambuco, é o comprarmol-o a dinheiro, dando por elle aos Olandezes 3 ou 4 milhões pagos em seis annos.

Responde-se: que este meio não tem lugar, por que por muitas vezes se tem proposto aos Olandezes e nunca o quizeram admittir nem ouvir falar n'elle. As razões que se apontam da sua conveniencia, são muito bem discursadas, mas elles antes querem crêr ao nosso exemplo, que ao nosso discurso, e para quererem as terras e não o dinheiro, têem as mesmas razões que nós temos e ainda outras, porque além de as quererem pela utilidade e pela grandeza, querem-nas tambem n'este cazo pela reputação.

Quanto aos milhões que hão de receber, e se lhe hão de pagar em seis annos, cuidam alguns d'elles, que pode succeder em Portugal tal accidente no primeiro anno, que não terão quem lh'os pague depois.

TERCEIRO PONTO

N'este ponto se disputa em cazo que os Olandezes não queiram desistir da restituição, si devemos antes restituir, ou a guerra? Resolve-se, que convém mais a guerra pelas cinco razões que se seguem.

Primeira: porque a Companhia está acabada, nem nos pode fazer damno.

Responde-se, que ha dois annos se diz isto mesmo, e assim acabada nos tem feito a guerra que sabemos; mas ainda que a Companhia Ocidental esteja acabada, não está acabada, antes está florentissima a Companhia Oriental, que nos pode tomar a India com muita facilidade, nem estão acabados os Estados, antes mais poderozos

que nunca, e as rendas livres, com que faziam guerra a Espanha.

Segunda: porque os Estados não hão de tomar a guerra á sua conta; e isto se prova, porque os Estados não tratam de reputação sinão de utilidade, e na guerra do Brazil não ha utilidade alguma.

Responde-se: que os Olandezes discursam com o seu entendimento e não com o nosso, e poderá ser que entendam esta materia de mui differente modo, e que cuidem, que se podem fazer senhores de todo o Brazil, e tirar d'elle grandes utilidades; e si a nós nos parece, que pelas de meio Pernambuco devemos arriscar tudo, por que não se empenharão elles alguma couza pela do Brazil todo, e de todas as conquistas? Mas quando não houvera mais razões que as da reputação, essas bastavam, porque as trazem hoje os Estados tanto diante dos olhos, que só por mostrarem á França, que a não temiam, capitularam sem ella.

Terceira: porque os Estados e Companhía, quando juntem o seu poder, podem fazer duas armadas, uma de 10.000 infantes contra o Brazil, e outra contra a costa de Portugal, das quaes nem cá nem lá, podemos receber consideravel damno.

Responde-se, que a terceira parte da primeira armada basta para tomar o Rio de Janeiro, e toda ella sobeja para tomar o Brazil, não por sitio, que não é necessario, mas impedindo as farinhas nos morros, e os gados no Itapuan e os demais socorros com os navios dentro na barra da Bahia, com que elles terão mantimentos para se sustentarem, e nós pereceremos á fome.

A da outra armada não se responde, porque não é necessario tanto empenho para nos fazerem grandes damnos; só digo, que entre o nosso poder e o de Olanda ha esta differença, que nós podemos fazer uma armada, e elles podem perder muitas.

Quarta: por que, si restituirmos Pernambuco, não nos hão de guardar a paz os Olandezes, antes nos hão de romper logo a tregua. O contrario d'isto deixo já provado com muitos fundamentos. Agora responderei sómente aos que aqui se reduzem, ou deduzem, que são trez.

Primeiro : por que, si basta um só negro da Bahia para queimar a campanha de Pernambuco, vendo os Olandezes o risco que têem com a nossa vizinhança, procurarão não nos terem por vizinhos, e se farão senhores do mundo todo.

Responde-se : que é mais facil ter-nos por amigos, que lançar-nos de vizinhos ; e si com a primeira diligencia seguram os Olandezes os seus canaviaes, não têem necessidade de fazer os gastos e empenhos que demanda o segundo, principalmente que, si isto bem se considerar, os riscos são reciprocos ; assim como o seu risco nos defende a nós d'elles, assim o nosso risco os defende a elles de nós, com que sempre se darão por seguros em todo o ajuste.

Segundo : por que restituindo-se Pernambuco á Companhia, ficará ella tão rica e poderoza que terão cabedal para nos fazer guerra em todo o Brazil.

Responde-se : que a experiencia tem mostrado o contrario : nos mesmos annos em que a Companhia lavrou pacificamente toda a campanha de Pernambuco, sempre as suas acções em Amsterdam foram baixando a muitos por cento por ser ainda então muito maior a despeza que a receita, e daqui por diante ha muita razão para succeder o mesmo pela falta de engenhos que se queimaram, e dos lavradores que se houverem retirado. Com que é certo que tratará a Companhia de restaurar a sua fazenda e se ir desempenhando o melhor que puder, e não se empenhar em novas guerras.

Terceiro : que com a mesma restituição de Pernambuco aos Olandezes, ficarão as nossas praças do Brazil incapazes de sustentar prezidio, e expostas a serem conquistadas.

Responde-se : que assim como Pernambuco, por ficar despojado, não póde render aos Olandezes sinão muito menos que nos tempos passados, pela mesma razão as nossas praças acrescendo-lhes lavradores mais, tambem hão de crescer na riqueza e poder ; mas em qualquer estado que se considerem, nunca lhes póde faltar com que sustentar os prezidios, por que estes não se sustentam do maior ou menor rendimento do assucar, sinão das imposições dos vinhos, dos estanques do sal, do sobejo dos

dizimos, e antigamente do rendimento dos negros de Angola, que tambem agora acrescem ; e finalmente de 24 annos, que a guerra começou no Brazil, e havendo grande differença nos tempos, nas necessidades, e nos preços do assucar, sempre a Bahia sustentou os prezidios, e se fortificou, e aturou armadas, e mandou socorros. E para que se veja, que não depende isto só do assucar, no anno em que a Bahia esteve tomada, e no em que foi sitiada, e em outros dois em que não moêram os engenhos, sempre sustentou a infantaria do mesmo modo.

Quinta, e ultima razão : por que ainda que os Olandezes nos guardem a paz, os Castelhanos nos irão tomar as conquistas, pela faculdade que têem para poderem ir aos seus portos do Brazil.

Responde-se: que si os Castelhanos hão-de ir tomar as conquistas, estando em paz com os Olandezes, muito mais facilmente nol-as tomarão, si elles e os Olandezes nos fizerem guerra.

Para os Castelhanos terem entrada livre nos portos de Pernambuco não faz ao cazo a restituição, por que todos os portos de importancia que ha n'aquellas conquistas nós não os restituimos aos Olandezes ; elles os têem ; mas guarde Deos as nossas conquistas dos Olandezes, que dos Castelhanos, tirando Angola, eu as seguro.

Estas cinco razões, Senhor, são as em que se resolve ser mais conveniente a guerra, que a paz, as quaes, si se ponderarem com juizo livre, póde ser que se ache, que pezam muito mais as que n'este papel se allegam pela parte contraria ; e ainda que ellas só bastam a persuadir, eu acrescentarei aqui brevemente as que se me offerecerem, e mostrarei, que em qualquer cazo nos convem mais a paz, por que não podemos fazer a guerra.

Seja a primeira razão, o juizo que n'esta materia fazem os estrangeiros, que sem odio nem amor consideram o estado de todas as nossas couzas.

No principio da acclamação de Vossa Magestade todos duvidavam da nossa conservação, por que nos viram em guerra com um inimigo tão poderozo ; mas depois do levantamento de Pernambuco, nenhum houve que duvidasse da nossa perdição, tendo por certo que era impossivel

conservar-nos contra dois poderozos inimigos, tão superiores ambos no poder; e esta é a cauza, e não outra, por que nenhum principe da Europa quer admittir a nossa confederação, entendendo que é empreza arriscada, e inutil, abraçar-se com quem se vai a perder; e só por lançar em alguma parte esta pernicioza opinião, se devia fazer a paz, quando não houvera outras razões.

Isto mesmo nos ensinam as razões e exemplos de outras monarchias maiores que a nossa, em governo qualificado na experiencia de mais annos. França soffre aggravos da Olanda, porque se não atreve com Olanda e Castella; e Castella faz pazes (menos honestas) com Olanda, porque se não atreve com Olanda e França; e nós (queparece-nos não medimos) queremos fazer guerra a Olanda juntamente! O maior reino que hoje tem a Europa, o mais rico, o mais poderozo, o mais unido, e o mais esperto, é França; e é couza muito para reparar, e maravilhar, que não se atreve França com Castella e Olanda, e que nos atrevamos nós?

Considerem com verdadeiro juizo os politicos, que dividio Deos a Olanda de Castella, porque Castella e Olanda juntas dominavam sem duvida todo o mundo; e contra este poder a que todas as forças do mundo são superiores, prezumimos nós, que podem as nossas ser iguaes.

Mas para que são discursos nem exemplos, aonde temos as experiencias passadas e prezentes? Si Portugal e Castella juntas não poderam rezistir a Olanda como ha de Portugal rezistir a Olanda e Castella?

Si não poderam defender Pernambuco, como só não restituirmos parte de Pernambuco cuidámos, que poderemos defender Pernambuco, e Brazil, e todas as conquistas?

Si advertirmos aqui o differente estilo, em que hoje estão as couzas de Portugal e Olanda, são circunstancias que notavelmente acrescentam a nossa impossibilidade.

Olanda antigamente tinha o braço direito atado ás guerras de Flandres; hoje está com todo o seu poder livre e desembaraçado. Portugal pelo contrario antigamente tinha todas as suas forças livres, hoje estão

occupadas e queira Deos, que bastem com as de Castella; então pelejavamos com o poder das Companhias, e agora havemos de pelejar, e ter contra nós o poder das Companhias e dos Estados, como elles mesmos nos declararam por escrito da sua proposta.

Descendo mais ao particular, os dois nervos da guerra são gente e dinheiro; e que gente e que dinheiro é o que temos? A gente é tão pouca para qualquer rebate do Alemtejo que é necessario tirar os estudantes das universidades, os officiaes das tendas, os lavradores do arado; pois com que gente havemos de acudir ás quatro partes do mundo, e em cada parte a tantas partes?

O dinheiro ainda é menos, a decima bem se sabe o que rende; e si tivermos guerra apertada no reino, tambem se sabe o que ha de render; e estes effeitos com todo os demais ordinarios e extraordinarios, não bastarão nunca para fazermos um moderado exercito. Onde temos o dinheiro que é necessario para sustentarmos uma guerra, que são tantas guerras? Sirva-se Vossa Magestade de mandar fazer orçamento ao que tem custado a armada e socorros do Brazil; ao que valem 60 navios que nos tomaram estes annos os Olandezes, e as mercadorias, e os damnos particulares que nos fizeram na Bahia e ao geral de uma frota de assucar que não lavrou, e aos direitos que por esta cauza cessaram nas alfandegas, e achar-se-á, que arriba esta perda a mais de cinco milhões, não falando em tantas cazas de gente mercantil, e do mar, perdidos.

Pois si um anno de guerra em o Brazil, e não declarada, nos custou tanto, que sustancia tem o reino e conquistas para aturar tantos annos de guerras, e os damnos que occaziona um rompimento geral em toda a parte do mar e terra, que em todas temos vizinhança e encontros com os Olandezes.

A mesma armada, que o anno passado mandámos ao Brazil, é o maior desengano do que podemos; para que tivesse gente do mar, foi necessario esperar pela frota do Rio de Janeiro; para que tivesse gente de guerra, foi necessario tiral-a das fronteiras; para que tivesse artilharia, foi necessario tiral-as das torres; e para que

tivesse treze navios foi necessario que ficasse Portugal sem nenhum.

Finalmente em oito annos que Deos nos tem dado de guerra, não se fortificaram as fronteiras, como sempre se procurou. Em Lisboa não está o provimento e prevenção que todos julgaram conveniente á preciza defeza, e si perguntarmos porque? responde-se, que não podemos mais. Pois, Senhor, si não podemos assistir ao Alemtejo, si não podemos assistir a Lisboa, côrte de Vossa Magestade, com o que é necessario, como ha de haver quem imagine, que podemos assistir e defender tantas conquistas, que a mais vizinha está distante 1.000 leguas, e a mais perto 300? Mas porque não póde haver melhor modo de conhecer a desigualdade das forças que medindo-as, meçâmos as dos Olandezes com as nossas, e será mais seguro aqui que na campanha?

Os Olandezes em Olanda tem 14.000 navios, nós em Portugal não temos 13; os Olandezes na India tem mais de 100 navios de guerra, de 24 até 30 peças; nós na India não temos mais que um só; os Olandezes estão hoje livres do poder da Espanha; nós temos todo o poder de Espanha contra nós; os Olandezes na Europa não tem nenhum inimigo; nós não temos nenhum amigo. Os Olandezes têem mais de 200.000 homens marinheiros; nós em todo Portugal não temos mais que 4.000. Os Olandezes para nos fazerem guerra têem entrada em todas as nações do norte; nós com a diversão de Castella, nem a nós temos para lhe resistirmos. Os Olandezes têem de caza todos os generos de guerra e equipagem, na maior quantidade que ha no mundo; nós não temos de tudo isto sinão o que lhes comprâmos a elles, e a outros que lhe passam pela porta. Os Olandezes no Socotorá e no Recife têem armazens, com que podem sustentar toda a guerra e navegação mais de 20 annos! sem lhe ir nada da Olanda; nós para a navegação não temos nas conquistas provimento algum, e para a guerra é necessario, que o façâmos cada anno, e fôra melhor cada mez. Os Olandezes têem grande numero de artilheiros e engenheiros, e o que mais é, grandes cabos, e officiaes para a guerra do mar e terra creados com a

doutrina d'aquella escola, e feitos no exercicio de tantos annos; e nós ainda que para a guerra da campanha do Brazil tenhámos bons soldados, para a expugnação de praças e defezas de sitios não temos cabos nem officiaes de experiencia, e para a guerra de mar, a gente que temos é com todo aquelle valor e sciencia que se póde aprender nas nossas caravellas.

Finalmente os Olandezes têem a sua industria, o seu cuidado, a sua cobiça, o seu amor entre si, e o bem commum; nós temos a nossa desunião, a nossa inveja, a nossa prezumpção, o nosso estudo, e a nossa perpetua attenção ao particular.

Esta é, Senhor, a verdade conhecida com alguma experiencia, e chorada não com poucas lagrimas de quem dezeja a Vossa Magestade a mais poderoza e glorioza monarchia do mundo, e sendo esta a differença do nosso poder e o de Olanda, não só abraça a razão mas a mesma fé ensina, que se deve abraçar em todo o cazo por meio da paz, ainda que o amor natural com que difficultozamente os homens demittem de si o que alguma hora tiveram proprio, tem levado após si a contraria opinião o geral do reino. As pessoas com tudo que mais experiencia têem das conquistas e da guerra com os Olandezes, quazi todas reputam a conveniencia da paz não só por mais propria, provavel e segura, mas por evidente, muito necessaria e forçoza, sob pena de perderem, sem remedio, as conquistas, e após ellas o que resta.

Prevaleçam, Senhor, os votos pelo pezo e não pelo numero; quanto mais que a maior parte dos mesmos que hoje se inclinam á opinião da guerra, não ha muitos dias que eram de differente parecer, e os que ainda presistem n'elle não são tão poucos, nem os mesmos experimentados. Mas quando todos houvessem mudado de opinião, devia Vossa Magestade conformar-se com o primeiro parecer que tiveram, do que com este segundo que hoje têem, por que o primeiro funda-se só na experiencia e narração, e o segundo variou-se por um successo milagrozo, em que nunca se deve fiar; os milagres é mais certo merecêl-os que esperal-os, e fiar só n'elles depois de os merecer, é tentar a Deos.

Tambem, Senhor, me ha de Vossa Magestade dar licença para que allegue a Vossa Magestade, com Vossa Magestade mesmo, e ao conselho de estado, com o mesmo conselho de estado.

Nas ultimas cartas de Vossa Magestade, que se receberam em Olanda antes da capitulação d'estes negocios antigos, dizia Vossa Magestade ao embaixador Francisco de Souza Coutinho, que muito importava a este reino a paz com aquelles Estados; vinha Vossa Magestade em que se lhe promettesse a restituição das quatro capitanias de Pernambuco, não condicionalmente, mas absolutamente, e 300.000 cruzados, que se pagariam logo, e a fortaleza do Porto por caução, na qual Vossa Magestade sustentaria os prezidios á sua custa.

Tudo isto, ou se considere o preço, ou o credito, é muito mais do que se promette hoje aos Olandezes, por que 300.000 cruzados pagos logo, importam mais de 600.000 cruzados pagos em seis annos; e a terceira parte de um dezerto de Sergipe, aonde não ha fortificação alguma, nem a póde haver, conforme ao capitulo não tem comparação com uma fortaleza dentro do reino prezidiada á custa de Vossa Magestade, em cujo soldo de um só anno se póde remir e comprar aquelle pedaço de terra.

Acresenta-se, e acrescentava Vossa Magestade, que quando os Estados não quizessem viver em a paz, e propuzessem outra couza, que parecesse aceitavel, o embaixador não desabrisse mão do negocio, mas avizasse logo a Vossa Magestade; e foram estas cartas escritas em tempo que França não só nos não despedia da liga, antes nol-a estava offerecendo, e em tempo que a guerra podia durar muitos annos, nem se tratava de paz com Castella, que hoje está, ou póde estar feita, conforme os avizos do Marquez de Niza.

Pois, Senhor, si quando o perigo se considerava mais longe, e havia esperanças de outros remedios, se rezolveo no conselho de Vossa Magestade, que a paz de Olanda se comprasse a tanto custo de fazenda e reputação; hoje que o perigo está tão perto, e estámos desenganados de todo

outro remedio, e a mesma paz se nos offerece por menos preço ; que nova razão ha, ou póde haver tão forçoza que obrigue a não aceitar a dita paz contra o sentido universal de todas as nações do mundo, contra o exemplo de todos os principes mais poderozos, e com tantas experiencias da nossa impossibilidade passadas e prezentes, e das nossas ruinas ? Finalmente até por nosso inimigo nos acuza Deos n'este cazo.

Os Castelhanos, a quem a experiencia e a dôr ensina a escogitar os meios da nossa perdição, aconselharam ao seu rei, que mandasse fazer diligencia com os Olandezes que lhe pedissem o direito, que tinha nas nossas terras das conquistas, para que nos rompessem a guerra n'ellas, com que o reino brevemente ficaria incapaz de se defender.

Este arbitrio se deo a el-rei de Castella em um papel, que se imprimio n'esta côrte, a que Vossa Magestade mandou fazer varias respostas ; e de quatro meios que ali se apontavam este era o mais efficaz, e que cauzou no animo de todos o maior receio.

Em Olanda um dos grandes impedimentos que teve e tem a paz de Portugal com aquelles Estados, são as diligencias secretas, que os ministros de Castella fazem com todos os do seu partido para que o tratado se não conclua; entendo, que a paz com os Olandezes é o unico remedio, que temos para a nossa conservação, e que a guerra é o mais breve caminho da nossa ruina ; e bem considerada uma e outra couza, é cazo digno de grande admiração, e que parece fatalidade, que dezejando os Castelhanos que os Olandezes fizessem guerra nas conquistas, fossemos nós os que rompessemos esta guerra, e que tratando elles de impedir a paz, e não podendo, sejamos nós os que a estorvamos e impedimos ! E' certo, que os Castelhanos pretendem a nossa ruina ; é tambem certo, que nós devemos pretender a nossa conservação ; pois como é possivel que tão encontrados fins se consigam pelos mesmos meios ? Deos, a quem só são manifestos os futuros, alumie n'este cazo, e dê a conhecer a Vossa Magestade, si são os Castelhanos os que erram em nosso damno, ou nós os que não acertámos com o nosso remedio.

QUARTO PONTO

N'este ponto se reprezentam dois meios com que Vossa Magestade possa sustentar a guerra

O primeiro meio é levantar Vossa Magestade companhias mercantes contra os Olandezes, que serão mais ricas e poderozas que as suas, pelas commodidades dos nossos portos e conquistas.

Responde-se: que não ha duvida, que este é o unico meio, que o reino tem para crescer em poder e riqueza; mas o remedio é dilatado e o perigo prezente. As companhias dos Olandezes estão feitas; as nossas estão por fazer. Depois de haver cabedal para se fazerem as companhias, é necessario que tenham tempo para nascer e crescer, e tomar forças com que nos possam ajudar e defender contra as que o tempo, industria, e felicidade têem tão robustas.

Mas ainda que as nossas companhias estivessem já formadas e poderozas, nem por isso era sufficiente meio (supposta a guerra com Castella) para rompermos tambem com os Olandezes, por que a sua opulencia e poder, ainda que tenha uma parte do seu fundamento nas companhias, não consiste principalmente sinão no commercio de toda a Europa, traficando com a fazenda de uns reinos para outros, trazendo-a de todos ao commum imperio de Olanda; e n'isto se occupa aquella immensidade de navios que Portugal nunca é capaz de ter por falta de gente e de portos, de cabedal, e de industria, de materiaes, de vizinhança das nações, e de outras muitas couzas, que só em Olanda correm juntas.

O segundo meio é extinguir caravellas, navegar os assucares em navios de forças, introduzir-se comboios nas cidades maritimas, sustentar Vossa Magestade 8 navios de escolta, e com estes, e os de comboios, e com outros de particulares formar duas esquadras, indo uma, e ficando outra alternadamente, ficam tambem segurando os portos do Brazil, e a costa de Portugal, e com isto, e com os prezidios, e contribuição dos povos, e socorros que costumam

mandar as conquistas, ficarão defendidas. Com este meio considere o da nossa companhia, em que se diz ha de haver 36 navios de guerra até 24 peças repartidas em duas esquadras, que sirvam de comboiar e segurar os assucares. Responde-se, que extinguir caravellas, e introduzir navios de força, e de tudo o mais que aqui se aponta, é muito acertado e conveniente para todo o tempo e successo, mas não é meio sufficiente para o que se pretende, nem no mar, nem na terra. Quanto ás esquadras ainda que se ponham no mar como no papel (que não é tão facil) não basta para segurar os assucares do Brazil, estando os Olandezes como estão em Pernambuco ; por que os navios não só saem de um porto, si não de muitos, e esses distantes 100 e 200 leguas, e muitas vezes 300 ; com que pode o inimigo tomar os nossos navios divididos, de maneira que não possam resistir.

Mas dado que os navios viessem juntos, e o inimigo não haja de pelejar com toda a sua frota incorporada, ou haja de pelejar com a nossa, toda junta, a experiencia tem mostrado, que ainda assim mal se podem defender, como se vio na armada de D. Antonio, o qual saindo da Bahia com 33 navios, ou 20 de guerra, com dois andames de artilharia, oito e outros muitos fortes, sendo investidos por 18 náos olandezas, de que era general Adriano Patrid, o successo foi que metteram a pique o nosso almirante, que era Diogo Valecilhas, e a náo de Cosme do Couto, e tomaram o galeão *São-Boaventura*, e os mais navios da armada não se atreveram a acompanhar o socorro que levavam a Pernambuco, e os do assucar, uns foram tomados e outros derrotados, sem lhes valerem os de guerra ; e o mesmo succedeo a D. Lope de Osis, a quem fizeram retirar da Bahia dezairozamente, e ao socorro de Francisco de Vasconcellos, que obrigaram a dar á costa na Parahiba. Mas o maior exemplo de todos é o da armada do Conde da Torre, que constava de 80 navios de guerra e mercantes, e acomettendo-a os Olandezes com desigualdade de numero depois do combate que foi 4 horas (posto que da nossa parte se pelejou com notavel valor e dispozição, como é notorio) favorecido com tudo o inimigo da corrente das aguas, a armada foi derrotada primeiro aos

baixos de São-Roque, e depois ás Indias, com que tudo que se desbaratou e perdeo.

E no cazo que esta ou similhante desgraça succeda á armada de que se trata, é necessario saber donde se ha de fazer outra armada, e si ha cabedal para isso, e si em tal cazo se hão de deixar as conquistas e os assucares á mercê da fortuna.

As frota da Prata (cuja segurança se allega) como constarem de tantos galeões e tão fortes, uma foi tomada inteiramente, e da outra tomaram muitos navios; e si depois deixaram os Olandezes de armar contra ellas, não foi consequencia para se cuidar, que farão o mesmo as nossas; e por que a Companhia Occidental, de quem foram estas emprezas, deixou de as continuar depois que se divertio com Pernambuco; e o nosso cazo corre tão differente conveniencia, que os mesmos navios com que se hão de socorrer e assistir a Pernambuco são as que hão de ir a pelejar com as nossas frotas, como fizeram sempre com as nossas armadas, sendo tanto mais poderozas; e si alem de ser carga de prata muito mais acommodada para a fensão que a dos assucares, tem as frotas da India a incerteza de encontrarem com ellas, o que serána s do Brazil, principalmente havendo de vir buscar os navios ao cabo de Santo-Agostinho, que dista 6 legnas só do Recife, aonde é força xocar, o não sair, e de uma e outra couza é igual o damno.

Tambem é impossivel querer com duas esquadras comboiar os assucares, e defender as costas de Portugal e os portos do Brazil, sendo tão differentes, e necssitando de monções para passar de uns a outros, e havendo-se de de desamparar a frota, si houver de fazer qualquer socorro. Porém concedendo-se a estas esquadras e navios de guerra todos os effeitos que d'ellas se esperam, ainda o remedio fica sendo mui insufficiente, e mui desigual á necessidade; por que primeiramente com estas escoltas só se acode aos navios, que vem do Brazil, mas de nenhuma sorte se póde acudir, nem acode, aos que vão, nem aos que saem, uns de Lisboa, e outros do Porto, outros de Viana, outros do Algarve, e mais portos do reino, e uns vão em direitura, outros pelas ilhas, outros saem das

mesmas ilhas, com que é força que vão desacompanhados e caiam na mão dos inimigos.

E aqui se ha de advertir, que este perigo é maior nos navios, que vão para o Brazil,que nos que vem de lá; por que os que vem podem vigiar as barras, e saber para que parte fica o inimigo, mas os que vão não podem ter esta noticia nem esta prevenção, com que são mui poucos os que escapam, como se vio na experiencia d'este anno, que de 60 navios que nos tomaram, os 30 foram os que iam de cá.

Mas si não acodem ás embarcações, que navegam por toda a costa do Brazil, nem ás que vem de Angola áquelles portos carregadas de negros,sem os quaes o Brazil se não póde sustentar, e sem duvida ou todos, ou quazi todos cahirão nas mãos dos piratas, porque a experiencia tem mostrado,que os navios de Angola,pela razão da carga que trazem, não são capazes de fugir, nem de se defender.

Mas si não acodem á costa de Angola, e barra de Loanda, onde costumam entrar cada anno e sair mais de 30 navios,mui importantes, sendo certo que os Olandezes hão de fazer extraordinarias diligencias por estas prezas, pelo grande interesse que podem tirar d'ellas, indo as vender ás Indias, e é toda aquella costa mui acommodada para a pilhagem, assim pela quietação dos mares como pela vizinhança das fortalezas dos Olandezes.

As náos da India (da qual parte se não fazia cazo) tambem se não acode por este meio, nem póde acudir por nenhum outro, porque basta, que os Olandezes se ponham na barra de Gôa para que nenhum entre nem sáia, como tanto á nossa custa experimentámos o anno passado; e si isto faziam os Olandezes, quando tinhamos 8, ou 12 galeões poderozos, sem nunca os podermos arrancar da barra, muito mais facil o farão hoje que não temos nem um só galeão.

Da mesma maneira se não acode aos navios de Moçambique, nem aos de Mascate, nem aos da China (onde sem paz com os Olandezes não póde haver nada), assim estes, como os demais navios e commercios do norte e do sul, ficam todos sugeitos a piratas sem se lhes atalhar nem poder dar remedio.

Finalmente as costas de Portugal e das ilhas serão mais infestadas de piratas, porque feitas as pazes de Olanda com Castella, só nós ficámos em todo o mundo contra quem se possam armar corsarios de Olanda e de Zelandia, que ha tantos annos vivem d'este officio ; e é certo, que não só hão de tomar os navios portuguezes, mas as fazendas de todos os que entrarem e sahirem dos nossos portos de qualquer nação que sejam, como já imos experimentando nos de Italia e de Amburgo. Nem bastará para evitar este damno a armada da costa (quando a tenhámos), porque nem navega em todos os mezes do anno, nem póde estar em todas as partes da costa.

Isto quanto ao mar ; quanto á terra não falo na de Portugal, que com o Castelhano pela campanha, e o Castelhano e Olanda por mar, bem se vê a que ponto poderia ser reduzida.

Não tenho menos que temer nas ilhas ; mas passando ás conquistas, que estão mais longe dos olhos, reprezentarei aqui o estado, em que se acham de prezente as nossas, assim na America, como na Africa e na Azia, para que com particular noticia das forças de cada uma, se julgue a insufficiencia não só dos meios que se apontam, mas de todos os que se podem dar para a defender.

NOTICIA DA AMERICA

Temos o estado do Brazil, que começa no Rio das Amazonas debaixo da linha, e acaba no Rio da Prata em 31 gráos para a parte do sul com mais de 1.000 leguas de costa ; navega-se com monções, que nos seis mezes do inverno (que começa em Abril) são de vento sul, e nos seis mezes de verão (que começa em Outubro) são de nordéste.

A cabeça principal e capital cidade do Brazil é a Bahia de Todos os Santos. Terá na cidade e reconcavo 3.500 vizinhos, e no prezidio, ao mais, 2.500 soldados. Não é forte por natureza, porque os montes que a cercam são padrastos ás suas fortificações ; mas por arte está bem fortificada, assim no recinto da cidade como em

outras obras exteriores e de grandes diques de agoa, que quazi a rodeiam pela parte da terra.

Pela marinha em espaço de 15 leguas tem 12 fortes, não tão grandes, mas bem guarnecidos de artilharia ; pelo que a Bahia não poderá facilmente ser tomada por sitio, pela difficuldade de conduzir por mar a gente, que é necessaria para esta empreza ; comtudo sem levar extraordinario poder o inimigo póde fazer grande damno a esta cidade, por um de dois modos, e inevitaveis.

O primeiro modo é infestando o reconcavo, e impedindo que se não faça assucar ; porque como a barra tem trez leguas de largo, e dentro tem muitas ilhas, rios, e grandes costas de terra firme, o que é impossivel estarem fortificados nem defendidos ; póde o inimigo desembarcar em muitas partes e destruir as fazendas, roubar as cazas, captivar as gentes ; e para evitar estes damnos, é força que todos desfabriquem, e se retirem aos matos, como fazem aparecendo o inimigo, com que fica perdida a lavoura do assucar. O segundo modo é impedindo que entrem mantimentos na cidade, porque como a maior parte das farinhas vem do Cairú, do Camamú e Boipeba, que estão em 16 ou 20 leguas da Bahia, e os gados se trazem de outros lugares ainda mais retirados, tomando o inimigo o morro de São-Paulo, e fazendo uma fortaleza no Itapuan, fica impedindo quazi toda a condução dos mantimentos e aproveitando-se d'elles, com que porá a cidade em grande aperto; e o maior de todos é, que nenhuma d'estas oppressões póde evitar a Bahia sem ir do reino uma poderoza armada, a qual não podemos mandar, estando occupados com a guerra de Castella, e este desengano e desesperação obrigará aos da Bahia a que finalmente venham render-se.

O Rio de Janeiro, que é a segunda praça do Brazil, tem duas fortalezas na barra, que não podem impedir a entrada; dentro ha fortificação favoravel e consideravel, e as praias são mui estendidas, onde póde saltar a gente livremente e marchar para a cidade, que é toda aberta; ha n'esta praça 500 para 600 soldados, mas sem experiencia de guerra, porque ainda ali a não houve. A commun opinião dos mais praticos é, que com 3.000 homens se póde tomar o Rio de Janeiro.

A capitania de Pernambuco, já fica dito quão difficultozamente se póde conservar, principalmente havendo de entrar os socorros sempre á barba do inimigo; os soldados que lá temos não chegam a 300.

As mais praças só serão nossas emquanto os Olandezes as não quizerem, como se verá do seguinte pela ordem da mesma costa.

A fortaleza do Rio das Amazonas tem 70 soldados; a cidade e fortaleza da Barra, outros 70, e ambas algumas aldeias de Indios.

O Maranhão, em que (segundo se diz) ha tantos thezouros escondidos, e cujas drogas novas vão já cheirando aos estrangeiros, não tem mais que 70 soldados; os moradores que ha em todo o seu distrito poderão chegar a 400.

No Ceará, antes de lá irem os Olandezes, havia uma chamada fortaleza com 20 ou 30 Portuguezes; hoje está isto muito mais desamparado.

A cidade de Sergipe tinha antigamente só cazas de palhóças; hoje é como o outro campo.

A Torre de Garcia de Avila (tem este nome por ter uma caza muito alta), fizeram-se ali algumas trinxeiras em razão do porto, em que ordinariamente não assistem soldados.

O morro de São-Paulo tem uma plataforma ao lume d'agua, e uma fortaleza no monte; mas póde-se tomar facilmente, porque está a bateria com ella outra eminencia que a domina, e é livre ao inimigo desembarcar em qualquer parte da ilha, que tem cinco leguas de comprido; assiste aqui um capitão de infantaria com uma companhia, e ás vezes duas.

A villa de Boipeba terá 40 vizinhos. A do Cairú terá 200. A do Camamú terá 70; todos os quaes vivem divididos nas suas fazendas, e estão estas taes villas á beira do mar, como as mais povoações do Brazil; e a do Camamú tem um porto quazi tão capaz como o de Lisboa; mas nenhuma d'ellas tem soldado algum, nem fortificação.

Os Ilhéos tem 300 vizinhos, uma aldeia de Indios mais perto, um forte na barra com duas peças sem polvora, nem artilharia, nem soldado.

O rio das Contas tem a barra mui defensavel, capaz de embarcações menores; 70 esteiras, 3 moradores.

Porto Seguro tem 30 vizinhos, 3 aldeias de Indios; muito páo-brazil, nenhum soldado, nem fortaleza alguma.

O rio das Caravellas tem 40 vizinhos, sem fortaleza nem soldado; tem muito zimbó, que carrega para Angola.

O Espirito-Santo, cabeça da capitania, tem bom porto, bem situado entre a Bahia e Rio de Janeiro; bem requestado dos Olandezes, tem 300 vizinhos em todo o distrito; 4 aldeias de indios; um forte com 3 ou 4 peças, e 24 soldados.

A cidade de Cabo-Frio tem 12 vizinhos, sua aldeia de Indios, um forte com suas duas peças, mas sem nenhum soldado.

A Ilha-Grande tem 19 vizinhos; a ilha de São-Sebastião tem 120, ambas sem fortificação.

A villa de Santos tem 200 vizinhos, 2 fortes, um na barra, outro dentro do rio; 4 peças de artilharia, e nenhum soldado.

São-Paulo fica 8 leguas pela terra dentro, tem 700 vizinhos, muitos Indios, não tem fortificação, e nem o ha de mister, porque se defende com a serra de Paranapiacaba, alta de uma legua, na qual ha um só caminho capaz de um homem só.

Na villa de São-Vicente, cabeça da capitania, ha 20 vizinhos, e as ruinas de um forte. A villa de Cananéa tem 100 vizinhos, e nenhum forte. Villa de Santa Cruz 10 ou 12 vizinhos.

Estes são os lugares, que temos no Brazil, quazi todos feitos das drogas da mesma Bahia e Rio de Janeiro, e menos ricos sómente por falta de habitadores. Estão todos á beira do mar expostos a qualquer intento do inimigo, e todos distantes muitas leguas uns dos outros sem se poderem socorrer; e é circunstancia que os faz menos defensaveis, e que muito se deve advertir.

NOTICIA DO QUE TEMOS NA AFRICA

As terras da Africa pertencentes ao dominio de Portugal, começam no estreito de Gibraltar, e acabam no Mar-Roxo, continuando-se a costa por mais de 3.000 leguas.

Não falando em Tanger e Mazagão, a principal cidade que temos na parte meridional d'esta costa é a cidade de Loanda, cabeça e reino de Angola, tão rica em outro tempo, e tão importante em todos, como é notorio. Tem porto capaz e fortalecido com alguns fortes, mas não defendido, por serem as praias,onde se póde desembarcar, muito abertas; os vizinhos que terão hoje escapado depois da transmigração, segundo as ultimas relações, serão até 400.

A facilidade com que os Olandezes nos tomaram esta praça, e a com que nós lh'a tornamos a tomar,mostra bem quão pouco defensavel é, e tem tanta necessidade de grandes prezidios,quanto é a grande difficuldade de se sustentarem grandes forças n'aquelle clima, devendo hoje Angola temer-se dos Olandezes como dos Castelhanos, e de ambos juntos.

Na conquista pela terra dentro em distancia de 30 até 50 leguas, temos 4 fortalezas: a de Maçangano, entre moradores e soldados, tem 30; a de Ambaca tem 200; e a de Machiné e Cambade, cada uma 30.

Na terra firme ficam as ilhas de Cabo-Verde, que são nove, e só uma está povoada com a cidade de Santiago, que tem uma boa fortaleza no alto, e trez redutos em a marinha; os Portuguezes que ali vivem, serão até 100; o prezidio consta de 10 até 12 companhias de negros e mestiços da terra. Isto é,na terra firme de Guiné, aonde ha sómente a fortaleza de Caxeo com até 30 Portuguezes.

Em São-Thomé, cuja fortaleza tomaram os Olandezes antes da publicação da tregua,pertence-nos o resto da ilha e a cidade e a povoação, que é de poucos Portuguezes; mas esses e o governador estão tão sugeitos ou unidos com os Olandezes, que pouco terão ali que conquistar,quando fiquemos em guerra. Para o sul de Angola fica só a fortaleza de Benguéla, onde nem os Olandezes nem nós podemos jamais ter de 15 até 20 soldados sempre infermos; tão máo é o clima d'aquelle sitio, sendo que tem outras commodidades.

Da outra banda do Cabo da Boa Esperança, a principal cidade é Moçambique, rica pelo commercio do ouro,

ambar, e marfim d'aquella costa, e mais importante por ser a escala e abrigo das nossas náos da India, e chave dos thezouros do reino de Cuama e Etiopia; tem uma boa fortaleza, não acabada, com 32 peças, em que existem hoje até 100 soldados; os demais moradores portuguezes serão 70. Intentaram os Olandezes tomar esta praça; e agora o poderão fazer mais commodamente assistidos da sua fortaleza, que têem na ilha do Cirne na contra costa de São-Lourenço, edificada por elles, como se prezume, só com intento de tomar Moçambique, que tambem é ilha.

Na terra firme está a fortaleza de Sofála, tem 8 galeões, e menos homens, por que não ha ali mais que o capitão, 5 até 6 Portuguezes, e poucas ou nenhumas munições. Nos rios de Cuama, que são mui estendidos pela terra dentro temos a fortaleza de Quilimane, em que não ha prezidio; tem 8 galeões; defende-a em tempo de guerra um capitão com 3 ou 4 soldados portuguezes, que ali vivem com seus cafres.

A povoação da terra tem 30 Portuguezes. A povoação de léste, que tem 20 Portuguezes com alguns mistiços, e fazem 30 homens de espingarda, é cercada de um parapeito, em que ha alguns galeões.

A ultima fortaleza d'aquella costa é Mombaça, tem 16 peças de artilharia; a sua lotação é de 100 soldados, mas hoje não tem metade, e assim está, como as demais, mal provida de todo o necessario.

NOTICIA QUE TEMOS DA AZIA

Na Azia pertence a Portugal toda a costa que corre do Mar-Rôxo até Nanquim por espaço de mais de 3.000 leguas, em que temos varios commercios, fortalezas e cidades.

A principal cabeça é Goa, côrte de todos estes estados; tem 4 armadas de rêmo, que servem de conduzir as cáfilas, e de as defender contra os Malabares, que contra os Olandezes não podem, posto que em cazo de necessidade lhes têem queimado algumas náos; consta toda a armada de 18 até 20 galeotas, que leva cada uma

20 até 30 soldados. A ilha de Goa tem nas passagens para a terra firme 5 fortes; a cidade não tem fortificação mais que duas fortalezas nas duas barras principaes, havendo outros lugares aonde o inimigo, si quizer, pode desembarcar sua gente. Os Portuguezes, que hoje ha n'esta cidade serão 1.500; não tem prezidio, nem soldados mais que os das galeotas, os quaes só estão em Goa os 4 mezes do inverno, com que o mesmo mar fexa todas as barras da India; e é constante opinião de todos os práticos d'aquelle estado, que bastam 3.000 homens para tomar Goa; e tomada ella, fica perdida toda a India.

Para a parte do norte de Goa temos as cidades e fortalezas seguintes: A famoza fortaleza de Diu, tem 28 peças de grossa artilharia; moradores Portuguezes não chegam hoje a 30 soldados no inverno, os que andam embarcados em 7 ou 8 fustas, que comboíam a cáfila de Cambaia, e estes serão até 200 Portuguezes, os demais negros.

A cidade de Damão, bem fortificada ao moderno, tem 27 peças de artilharia; e defronte da outra banda do rio o forte de São-Jeronimo com 3 peças e nenhum soldado; moradores portuguezes tem até 300. O forte de São-Gens tem 6 falcões, um capitão portuguez, e 10 soldados pretos.

O forte de Nutam, um capitão, 4 soldados portuguezes, 4 falcões; na povoação ha outros 40 Portuguezes, e 50 negros de armas.

O forte de Trapor, tem um capitão, 6 soldados portuguezes e uma povoação, em que ha 30 Portuguezes.

O forte de Machim tem um capitão, 6 soldados portuguezes e 30 Portuguezes na povoação. Agaçaim, tem 30 moradores portuguezes. A torre de Maganá, tem 6 peças e desoito Portuguezes.

A serra de Aserim, tem 55 soldados portuguezes e moradores, e alguns negros da terra, de espingarda, arco e flexa.

A cidade de Baçaim, fortificada de muros e baluartes, que ainda não estão acabados; pouca artilharia, nenhum soldado e 200 Portuguezes.

Bombaim, tem 70, entre Portuguezes e negros. A fortaleza do morro de Chaul, forte por natureza e arte, tem 3 peças muito grossas, 5 miudas, e lotação de 30 soldados; mas porque os não costuma haver, a tomaram os annos passados. Já está recuperada.

A povoação de Taná, tem 300 moradores, 3 fortes cada um com seu capitão e 3 soldados.

A fortaleza do Caranja, tem alguma artilharia muito miuda, e 30 Portuguezes na povoação.

A cidade e fortaleza de Chaul, cercada de muros e baluartes que não estão em sua perfeição, tem 13 peças de bôa artilharia, e menos de 200 Portuguezes.

Até aqui as cidades e fortalezas, que ficam na costa da India, ao norte de Goa; as que ficam para o sul são todas as seguintes:

A fortaleza de Rachol, tem 3 peças de artilharia; 20 Portuguezes na povoação.

A fortaleza de Onor-Grande, tem 11 baluartes, pouca artilharia, 35 Portuguezes. A fortaleza de Cambolim, tem pouca artilharia: um capitão, 4 soldados portuguezes, a lotação de 15 Lascarins, que são negros da terra, de que ao prezente não ha mais que 4 ou 5 e o mesmo succede em outras fortalezas, em que tambem ordenára Sua Magestade, que haja Lascarins, mas não os ha por falta de pagas. A fortaleza de Bracator, tem artilharia miuda e 30 Portuguezes na povoação. A fortaleza de Cananor, é muito grande, os muros, uns estão por acabar, outros quazi arruinados; tem 11 peças de artilharia, 40 Portuguezes.

A fortaleza de Cangranor, tem pouca artilharia e fraca, 40 Portuguezes na povoação, e alguns tão pobres que nem armas têem.

A cidade e fortaleza de Cochim, tem 300 moradores portuguezes, fraco muro, uma peça e 3 pedreiros. A fortaleza de Coulam, tem 13 peças, 6 Portuguezes moradores. Daqui e de Cochim vem toda a pimenta; esta é a ultima fortaleza, que temos até o cabo de Camorim; na outra banda do cabo na contra-costa da India.

A povoação de Negapatão, tem 140 Portuguezes; está hoje fortificada.

A cidade de São-Thomé em Meliapor, cercada de muros e baluartes, 30 peças de ferro de 6 até 12 libras, 220 Portuguezes.

No resto do cabo fica a grande ilha de Ceilão, donde vem a canela; temos n'ella a fortaleza de Columbo, que está entre as duas fortalezas de Negumbo e Gale, as quaes hoje são ambas do Olandez. Assistem em Columbo 1.900 Portuguezes, que é o maior, ou quazi todo o prezidio da India, e o que elle tem, mas nem por isso está segura a fortaleza, antes mui arriscada, assim pela força dos Olandezes ser superior não só fóra mais na mesma ilha, como principalmente Columbo não póde ser socorrida sinão na monção e os socorros necessariamente hão de passar por junto de uma fortaleza dos Olandezes, os quaes com tomarem a de Manar, que não tem rezistencia, ficaram totalmente impedindo os mantimentos, com que é força que a nossa gente se renda á fome; tem Columbo 30 peças de artilharia.

Na mesma ilha de Ceilão temos o reino de Jafanapatão, em que ha duas fortalezas, uma do mesmo nome, e outra que se chama Cáes, prezidiadas com 250 soldados.

Em outros lugares da mesma ilha ha mais 4 fortalezas, a de Trinquilimane tem 14 peças e 10 soldados.

A de Manar 3 soldados moradores, e 5 peças. A de Batualam tem 9 peças e 7 soldados portuguezes e negros.

A fortaleza de Calaturê, que é formada de uma estacada, tem 4 ou 5 falcões.

No estreito da Persia temos 10 fortalezas; Mascate, que é a principal, tem 47 peças grossas, e 84 miudas, rezidem sempre n'esta fortaleza 70 soldados, e no inverno os da armada que aqui ha, e 8 ou 9 galeotas, que terão até 200 soldados. Succedeo Mascate a Ormuz, e por ella nos vem todo o commercio da Persia hoje.

As outras fortalezas são Canate, Matará, Cibó, Borea, Quelbalibide, Madá, Roba, Sear, das quaes esta ultima tem 6 peças, até 30 Portuguezes, e mais um capitão, a quem acompanham alguns Lascarins.

A ultima cidade, que temos na Azia, é Macáo, segunda na grandeza entre todas do Oriente; tem 1.000 cazas de

Portuguezes e 5 fortes guarnecidos de mui bôa artilharia; é imporio de todo o commercio e riquezas que vem da China. e tambem o era do Japão, aonde Vossa Magestade tem mandado de novo embaixadores; mas em cazo que fiquemos em guerra, tudo isto se perde no mesmo ponto irremediavelmente, por que, sendo os Olandezes senhores de Malaca, fica-lhe tapada a Macáo e garganta por onde se alimenta, e não tem outro remedio mais que entregar-se aos mesmos Olandezes, ou aos Castelhanos, que possuem Manilha.

E em todas as fortalezas da Azia se hade advertir, que ainda que têem muros e baluartes, as fortificações foram feitas pela maior parte em tempo que só tinhamos guerra com o gentio da terra, para o qual bastava menos força, que para rezistir ao inimigo da Europa, não sendo tambem a fabrica conforme ás regras da architectura militar moderna, em que fica muito menos defensavel; mas a maior falta de todas é a de gente, pois tirando cinco ou seis cidades, raras chegam a ter 200 soldados portugeuzes, e muitas não chegam a ter 20.

Pelo contrario é commun sentimento de todos os praticos da India, que sem ir novo socorro, ou poder de Olanda basta o que hoje os Olandezes têem na India para a tomarem toda, como sem duvida a tiveram já tomada, si a acclamação de Vossa Magestade não impedira o curso das suas victorias; porque é tão grande o poder que os Olandezes têem na India, que no anno em que sitiaram Malaca, com uma armada de 22 navios, tiveram na barra de Goa 18, e metteram em Ceilão 2 para 3.000 homens, e nem por isso deixaram de mandar para Olanda as suas náos de viagem, e de trazer todas as costas (das quaes são absolutos senhores) cheias de náos de corso, e mercancia como costumam; e bastará só chegar á India a nova de que ficámos em guerra com os Olandezes para que tudo desmae.

Finalmente uma das razões que acrescentou muito aos Portuguezes da India o affecto com que acclamaram a Vossa Magestade foi a consideração de se verem por esse meio livres da oppressão da Olanda; e quando chegue lá a nova de que Portugal fica em guerra com os Olandezes,

e Castella em paz, bem se deixa vêr qual será a desesperação d'aquelles tão affligidos vassallos.

Estas são, Senhor, as praças que Portugal tem nas trez partes das nossas conquistas, que são as do mundo, Africa, Azia e America, e fazem todas o numero de 87, das quaes as 17 não têem nenhum soldado pago, e ainda os moradores portuguezes são poucos, como fica dito, tendo mostrado a experiencia quão pouco monta esta gente para a guerra.

Todas estas praças, as menores são de grandes importancias, porque de umas e de outras dependemos do commercio e da segurança d'elle ; das outras as drogas ; de outras os mantimentos com que se sustentam as demais ; e estando todas tão divididas entre si, e tão apartadas de Portugal, bem se vê quão difficultozamente se poderão defender sem serem socorridas.

No papel a que respondo se diz, que com os socorros ordinarios se poderão conservar ; mas a experiencia tem mostrado, que nem com os ordinarios nem com extraordinarios, como se vio na perda de Ormuz, de Galé, de Malaca, de Pernambuco, da Parahiba, e de outras praças, que eram as mais fortes que tinhamos, e foram socorridas extraordinariamente ; e com tudo o que tinhamos no reino e nas conquistas, ainda em tempo que ellas estavam mais florentes, e o inimigo menos poderozo ; quanto mais que nem estes socorros ordinarios se hão de mandar, nem si se mandarem hão de chegar ás conquistas, si tivermos guerra com Olanda, por que a navegação ha de estar impedida, e o cabedal ha de faltar, e a guerra de Castella ha de occupar de tal modo as forças e o estado, que não ha de haver quem se lembre das conquistas, quanto mais quem as socorra ; e si hoje que não entramos ainda n'esta guerra, havendo dois mezes que veio ainda avizo de Angola, e sendo aquella praça de tanta importancia, se lhe não tem mandado algum socorro, como havemos de crêr, que serão socorridas as praças, que estão muito mais longe, e por ventura não valendo tanto?

Finalmente, Senhor, todos os meios que se dão, e se podem dar para a defeza das nossas conquistas, consistem em uma armada, ou junta ou dividida ; e dado cazo que

esta armada se possa fazer e sustentar, bem se vê quão dura empreza é querer com uma armada defender os mares e terras que temos em 9.000 leguas de costa.

Por amor de Deos, tambem por amor de Vossa Magestade, e por amor da patria, peço a todos que lerem este papel, que depois de reprezentarem comsigo a grandeza, importancia e extensão das nossas conquistas e navegações, considerem como se póde acudir a tudo isto opportuna e effectivamente com uma só armada, e verão com quantas implicancias, e com quantos impossiveis, ainda os que por experiencia os não têem visto. Perder-se-á sem duvida a India, e o Brazil não durará muito, e não será necessario, que o inimigo nos dê mais que dois golpes; um que leve Goa, e outro que leve a Bahia, para nos tirar estes dois tão grandes estados, sendo tão facil o primeiro e tão possivel o segundo, como fica dito e mostrado.

Isto, Senhor, só se póde conservar com muros de paz; assim o entenderam os Senhores Reis antecessores de Vossa Magestade, que tinham paz com todo o mundo, e emquanto a tiveram, foram senhores das trez partes d'elle.

Em consideração de tudo isto que se refere n'este papel, o meu voto seja, que Vossa Magestade lance mão de uma e outra couza, que façamos paz com Olanda, melhorando as condições do tratado quanto fôr possivel; e juntamente se ponham em execução, quanto puder ser, os meios que se apontam para a guerra applicados todos a Castella, na qual teremos bastantes occaziões para que Deos nos faça as mercês, e ainda os milagres, que da sua mizericordia esperámos.

O melhoramento que se pode procurar nos artigos, é o seguinte. O primeiro: que nos fique aquella terceira parte de Sergipe comprando-a a dinheiro, para o que parece bastarão 40 ou 50:000 cruzados, allegando-se para isso que o rio de São-Francisco, por ser mais largo, é capaz para a divizão, e para evitar as contendas que podem perturbar a paz. O quarto, quinto, e sexto articulo, que tratam das dividas pode-se fazer uma compozição sobre ellas, reduzindo-as a certa quantidade de assucar a pagamento certo.

No undecimo e duodecimo, supposta a tomada de Angola, haverá novas e maiores difficuldades, sem nos obrigarmos a dar aos Olandezes os negros, que lhe forem necessarios para a lavoura de Pernambuco ; e é certo, que não hão de vir em nenhum acommodamento ; assim se lhes deve prometter, sendo licito em consciencia, como parece que é, e se mostrará em papel particular.

Tambem hão de insistir e pedir a restituição da praça pelo direito que pertendem ter a ella ; e não será pouco, que se contentem com lhe darmos aquelle preço, porque lh'a queriamos comprar antes de lh'a tomarmos, porque agora compramos-lhes a praça e mais o aggravo, e sobre tudo hão-de insistir em ter uma fortaleza em Angola ; e ainda que este ponto se deve rezistir quanto fôr possivel, em cazo ultimo não deixarão por elle de effectuar a paz.

No decimo terceiro em materia de religião com liberdade, não se pode dezejar mais que o que se capitulou com os moradores da Parahiba, que era toda a que tinham debaixo do dominio e governo dos reis de Portugal.

No decimo quinto se deve procurar, que a clauzula dos Indios se não exprima, e quando se não possa vencer poder-se- á capitular em um artigo secreto, como é couza ordinaria nos tratados das pazes, que a execução não pareça, que tem mais difficuldade em Portugal, que em Castella ; nem será necessario chegar a este meio, por que no Santo Officio ha subditos dos Estados de Olanda, ou os não ha ; si os não ha, cessa a questão ; e si os ha, despachem-se antes.

No decimo sexto se deve totalmente tirar aquelle articulo, ainda que o seguinte o modera ; e quando se não possa conseguir, ao menos hão de exprimir os cazos do rompimento, os quaes devem ser mui raros, e de materia gravissima.

Pelo modo acima declarado, parece, que ficam melhorados os artigos quanto é possivel. E por que quanto ao successo d'Angola os Olandezes hão de estar mui escandalizados, e com as pazes entre Castella e França nós estámos de peior partido, e nenhuma d'estas circunstancias é acommodada para melhorar tratados, importa,

que com as novas instrucções dos articulos mande Vossa Magestade remetter aos seos embaixadores a maior quantidade de dinheiro que fôr possivel, que são as armas com que se vencem estas difficuldades hoje no mundo, e o mais barato preço por que se compram as conveniencias; nem ha outro modo de negociar, e muito menos em Olanda, aonde tudo é venal.

O que se nos segue da paz com Olanda não necessita de ponderação; ficaremos sem um inimigo tão poderozo; lograremos o fruto das nossas conquistas; pouparemos as fazendas que se haviam gastar em tão custoza guerra; recolheremos os nossos galeões da Bahia, que juntos com os que cá temos faremos uma poderoza armada; não tiraremos a gente do reino, de que tanto necessitámos, antes poderão vir do Brazil alguns soldados, que nos poderão ser mui bons companheiros; teremos por via dos Olandezes todo o genero de commercio e navegação pelos direitos do sal; o mesmo sal terá segura venda e extração em maior quantidade de navios que nunca, e n'estes mesmos navios se poderão conduzir os socorros de França, que de outro modo ficarão impossibilitados, por que só os Olandezes têem numero e poder de navios: é conveniencia para nos metterem em Portugal a pouco custo todos estes socorros, e os mais que forem necessarios, que é ponto digno de grande reparo e ponderação e consideração, não podendo o reino ser socorrido sinão por mar.

E para consolarmos a perda (posto que não é tão grande e tanta como se suppõe) da restituição da campanha de Pernambuco, tornaremos a estar de posse da fortaleza de Negumbo, e das terras que lhe pertencem em Ceilão, como estava capitulado; abriremos o commercio do rio Cuama, e do estreito de Méca; descobriremos as nossas drogas do Maranhão e Pará; tomaremos o Rio da Prata, como se poderá fazer com grande facilidade e interesse nosso, com damno e diversão de Castella, a que se podem applicar os homens de São-Paulo, e com as nossas forças todas unidas, melhor rezistir ao inimigo, que será um só; e quanto mais provavel fizermos a nossa defensa, mais companheiros teremos que nos ajudem n'ella.

N'esta maneira se poderão introduzir as companhias com mais segurança e proveito, e augmentar-se o commercio, que só com a paz cresce, e com a guerra se destroe, regeitando a que agora queriamos fazer aos Olandezes, e rezervando-a para tempo mais opportuno; com o que não só lhe tornaremos a tomar o que agora lhes restituimos, mas tudo o que injustamente possuem nas nossas conquistas, se unirá outra vez com grande gloria da corôa de Vossa Magestade, para a qual não por esta, si não por outra guerra, tem Deos guardado a Vossa Magestade para possuir o imperio do mundo. *

(*Copia da Bibliotheca Publica Eborense*).

(*) A este discurso ou parecer do padre Antonio Vieira os seus coetaneos deram a denominação de *Papel-forte*, considerando-o como cabal e energica demonstração dos interesses de Portugal na questão : Si convinha entregar Pernambuco aos Olandezes, e como se devia defender o reino contra a Olanda e Castella.

Este parecer, que aliás não traz data, foi dado em consequencia do real decreto de 21 de Outubro de 1648.

Not. da Red.

EXPOZIÇÃO

SOBRE A

Administração dos fundos da Companhia de Pernambuco

Illm. Exm. Sr. Vossa Excellencia nos ordena lhe façamos uma individual expozição a respeito dos seguintes pontos relativos a administração dos fundos d'esta companhia de Pernambuco.

1.° Quanto devem as capitanias de Pernambuco e Parahiba aos interessados na Companhia?

2.° Em que estado se acham as cobranças da mesma divida?

3.° Que remessas tem vindo por conta d'ella?

4.° Que applicação tem tido este recebimento?

5.° Que lucros haverá ainda para se repartirem que não estejam satisfeitos?

Quanto ao 1.°

Em 16 de Maio de 1781. Reprezentou a junta a Sua Magestade estarem devendo as capitanias de Pernambuco e Parahiba aos interessados na Companhia a somma de 1.451:264$922, supplicando á mesma Senhora se dignasse auxiliar a cobrança d'este avultadissimo debito, e que para moderar a exacção da mesma fosse servida conferir a esta Companhia as mesmas providencias, que havia dado a do Grão-Pará e Maranhão, e de ordenar que os governadores das ditas capitanias fizessem

convocar uma junta a que prezidissem, para n'ella se examinar a possibilidade dos devedores, e segundo esta, satisfazerem uns effectivamente, e outros por annuaes prestações correspondentes aos seus debitos, de sorte que não padecesse ruina, nem se eternizasse o embolso da Companhia.

Sua Magestade por effeito da sua real piedade e beneficencia foi servida de assim o resolver, fazendo expedir ordem ao governador de Pernambuco em data de 28 de Maio de 1781 com a copia da carta de officio expedida ao governador do Grão-Pará e Maranhão em data de 25 de Julho de 1778 para que o fizesse executar no que fosse applicavel áquellas capitanias ; e em consequencias das reaes ordens procedeo o governador de Pernambuco á indicada junta, cujas sessões tiveram principio em o 1° de Agosto de 1781.

Compareceram na junta de Pernambuco 1.480 devedores, que verificaram de seu debito 1.322:997$814 réis. E na da Parahiba 209, que verificaram o de 192:014$107 réis, como consta das relações remettidas a esta junta, cujas quantias fazem o total de 1.515:011$921 réis excedente ao fundo da Companhia em 155:011$921 réis.

Quanto ao 2.°

Mostra-se, pelo mappa n. A, quanto os devedores das referidas capitanias se obrigaram a pagar annualmente por conta dos seus debitos ; e vendo esta junta a falta de cumprimento e repugnancia ao pagamento da primeira prestação, se vio na indispensavel necessidade de reprezentar a Sua Magestade em 6 de Novembro de 1782, a cuja expozição attendeo benignamente a dita Senhora, fazendo passar ordens para se cobrarem as estipuladas prestações como divida de sua real fazenda, por carta regia em data de 15 de Novembro do mesmo anno ; e sendo esta providencia a mais efficaz para o supplicado effeito, não tem conseguido a junta mais que embolso da quantia de 225:819$839 réis, como se vê do mappa numero B, tendo decorrido trez annos desde o 1° de Agosto de 1782, em que se deve entender vencida a primeira prestação,

até outro igual dia do corrente anno, por fórma que devendo ter entrado no cofre da Companhia pelos ditos trez annos 630:142$852 réis, ainda falta para prehencher o pagamento d'elles a quantia de 404:323$013 réis.

Quanto ao 3.°

Consta do mappa numero C terem as administrações de Pernambuco e Parahiba remettido a esta junta 255:312$586 réis, e procede o excesso que ha d'esta remessa ao pagamento dos devedoresd o produto da venda de algumas fazendas, que se acham em ser nas ditas administrações, que segundo os mappas por ellas remettidos importam muito mais de 200:000$000 réis.

Quanto ao 4.°

A mencionada quantiade 255:312$586 réis não se deve considerar integralmente effectiva por ter esta supportado a grande perda que houve nos effeitos remettidos d'aquellas capitanias por occazião da superveniente paz entre as potencias belligerantes, além da pessima qualidade, e fraude que se encontra nos que são dados em pagamentos de dividas; porém o seu liquido rendimento tem sido destribuido em satisfação d'algumas dividas contrahidas pelas juntas antecedentes, e com grande esforço da prezente se fez repartição aos accionistas dos lucros pertencentes ao anno de 1778, que teve principio em Junho de 1782, pagando-se ao mesmo passo os lucros de repartições antecedentes, que estavam sustados por embargos, penhoras e diversos incidentes, em cujo pagamento se tem despendido até o prezente 62:165$817 réis, faltando ainda alguns lucros que satisfazer a diversos accionistas que os não tem requerido, e outros que se acham sustados por novos embaraços, que immediatamente se devem satisfazer logo que appareçam, e se removam os ditos obstaculos.

Quanto ao 5.º

Acha-se comtemplada no livro da Companhia a repartição dos lucros pertencentes ao anno de 1779, ultimo do seu commercio excluzivo, para se entregar aos accionistas, depois do qual não fez outro mais que o da expedição do navio *Neptuno* para os portos d'Azia no dito anno de 1779, com permissão de Sua Magestade, sendo o fundo d'esta negociação de natureza que a sua falta não podia influir sobre repartição alguma aos interessados na Compainha por ser este de credores á mesma, entre elles o depozito publico pela quantia de 123:200$000 réis, de que paga annualmente o juro de 4 por cento. Esta negociação produzio á Companhia a vizivel utilidade de 122:923$125 réis, como se vê da conta demonstrativa, que pomos na prezença de Vossa Excellencia. Utilizou a real fazenda pelos direitos da Caza da India 68:665$934 réis, como se mostra dos numeros 8 a 12, e perceberam as diversas pessoas n'ella empregadas salarios e outros objectos, 82:950$871 réis, como se vê dos numeros 13 a 18. Finalmente tendo Sua Magestade ordenado a esta junta que as duas náos da mesma Companhia denominadas o *Conceição* e *Principe do Brazil*, fossem na monção do anno de 1782 levara o prezidio de Moçambique e Goa os seus reaes transportes, animada a mesma junta do feliz exito da dita negociação, e dezejando não perder occazião de proseguir, e adiantar os interesses da Companhia, unico objecto do seu puro e incançavel desvelo, fez novamente girar o sobredito lucro, e seu respectivo capital nas sobreditas náos, fazendo-as passar, depois da entrega dos reaes transportes, a diversos portos d'Azia, donde se recolheram ao d'esta cidade em 26 de Agosto do corrente anno, e os effeitos que transportaram se acham recolhidos na Caza da India para se proceder a sua venda.

E' o que podemos expor a Vossa Excellencia sobre os indicados assumptos. Lisboa 18 de Outubro de 1784.

PREPARATIVOS

PARA A

restauração do Brazil do poder olandez

Serve-se Sua Magestade de mandar restaurar as praças, que o inimigo tem occupado no Brazil, e porque n'esta restauração se deve de tomar assento da fórma em que ha de ser e do lugar por que se começará, me pareceo advertir o que para a occazião tenho entendido.

Sua Magestade mandará dispôr como se ha de haver a armada, que fôr d'este reino com a que o inimigo trouxer na costa do dito estado, de que não faço advertencia, mas só do que se offerece para a dita restauração.

Que será muito do seu real serviço começar-se pela capitania de Itamaracá e as conveniencias que se me offerecer apontarei ao diante.

Pede esta occazião porto, em que se haja de recolher a armada de Sua Magestade, e lugar por que se haja de desembarcar a infantaria com menos risco, a tomar os postos que deva conservar e de que se possa aproveitar dos mantimentos da terra.

Pede lugar, por que o inimigo seja mais opprimido, e porque se lhe corte o passo ; a que se não possa dar mão, de umas praças a outras, porque com este aperto será mais facil de se render.

Pede um acommettimento de improvizo para que não tenha lugar de se prevenir, que ainda que seja certo, que o haja de estar, para guardar as praças fortes com a

noticia que tiver da nossa armada, em não entender o dezenho d'este acommettimento se lhe irão a ganhar os sitios, porque depois as venha a perder, que é de que se trata.

Esta capitania de Itamaracá fica no meio das de Pernambuco e Parahiba, e tomada ao inimigo, tem porto capaz para agazalhar a armada de Sua Magestade, e logo todos os mais accessorios que para esta occupação são necessarios, com advertencia de que para se tomar esta capitania e o inimigo haver de ficar mais opprimido, seja a ordem de se deitar gente em terra para o acommettimento, pela maneira seguinte:

Que a armada vá de fréxa buscar o Cabo-Branco, procurando com toda a diligencia que não seja vista em outra parte, para que se consiga não ter o inimigo noticia d'ella, sinão quando tomar o dito cabo.

E no porto que se diz dos Francezes, passado elle para o sul, de que o roteiro da navegação trata, que fica na dita capitania, e a que os da terra chamam o Pitimbú, se deitem 1.000 homens, ou a gente que parecer em terra, que marchará logo a Goiana, e sem parar, a tomar sitio em Igarassú, que fica dez legoas pela terra dentro, que toda passará com pouco risco, pois é certo, que o inimigo com a noticia que tiver da nossa armada, deixe a campanha, e se recolha ás praças fortes, porque tambem se não ha de fiar dos Portuguezes, que lá lhe assistem, e no dito porto vivem muitos,que darão as noticias necessarias, e n'elle se fará toda a aguada e lenhas que a armada houver mister, porque tem um gentil rio,que desce á praia, o qual tem de comprido mais de duas leguas,e todo o poder do inimigo, quando n'elle assistira, o não póde defender.

Com a noticia que aqui tiver das forças, com que o inimigo occupar as ditas praças, se disporá a gente com que o hajam de opprimir, e si parecer, que se lhe tome as duas estradas, que vem da Parahiba para Itamaracá na estrada principal e praia do rio Gramame, ali se disporá, que a estrada do sertão lhe fica mui dilatada, e com pouca gente lhes impedirão.

Este porto dos Francezes é capaz de recolher muitos navios, mas não tem tanto fundo, como lhe dá o dito

roteiro, que o mandei eu sondar, e antes me advirtio o piloto, que o sondou, que lhe achara canaes com porções de arêia, que o tempo e as correntes das aguas lhe deviam de cauzar, e ali serà necessario, que para n'elle haverem de entrar navios grandes, se mande sondar de novo, mas sempre se ha de entender, que se pode deitar por elle toda a infantaria sem risco.

Por debaixo d'este porto para o sul, em distancia de trez leguas, fica o rio Goiana , que é do serviço de todos os negocios d'aquelle distrito, pelo qual navegam barcos de 150 caixas, e o inimigo entrou com suas lanxas, e pataxos.

Si parecer, a mesma entrada se lhe póde fazer, e será muito possivel, que se lhe tome no dito rio algumas embarcaçôes, e nos engenhos muita fazenda, que será de consideração, e a infantaria terá seus despojos.

Disposto este despojo com o de munições e bastimentos, que deve de ir só fretados em particulares navios, os da mais armada hão de passar sem dilação a deitar na ilha 1.500, ou 2.000 homens, que se desembarçarão nas praias de Catuama, e Rio do Ambar, que o poderão fazer com pouco risco, quando o inimigo não tenha n'ellas artilharia, mas si n'ella, nem a sua infantaria o pode impedir, quando o procure, porque são praias dilatadas e desembaraçadas, convém, que sem detença marchem a tomar os sitios do campo da forca junto á villa, e outeiro de Todos Santos, que é padrasto do forte, que o inimigo tem na entrada da principal barra, e ainda da villa, e com estes dois sitios se lhes toma o melhor, e todo o mantimento que tem plantado na ilha, gado e criações, que n'ella trazem, que será de grande consideração, porque fui informado de prizioneiros, que n'ella entraram, da grande fabrica que tem mettido n'este beneficio, e que lhe será capaz de lhe sustentar largos trez mil homens, sem que de Olanda lhe sejam necessarios mantimentos, e eu me certifico, de que será assim, pelo que sei da fertilidade da ilha, em que tem muitos regalos.

Aquartelada a nossa gente n'estes sitios, faz recolher a do inimigo na villa e no seu forte, e não lhes fica lugar de fazerem sahidas, com que nos façam damno, porque os

matos lh'o não dão para escaramuças e menos haverá lugar de que se lhes metta gente pelas costas para que com a da villa se lhes faça o commettimento, e ali o passarão os nossos com mais descanço; e tomados os ditos postos, se poderá levar a elles a artilharia necessaria, com que se baterá a villa e forte na fórma que parecer.

Ao pé d'estes sitios ha muita agua para a infantaria, e no da villa se tome ao inimigo a fonte principal,de que se serve.

Entre este rio Goiana e o da Catuama, de que atraz faço menção, ficam trez leguas de praia, em que assistem pescadores, e vae d'ellas serviços para os engenhos Tracunhen dos Paivas, Massaranduba, Tijucupabo, a dar na estrada de Igarassú, e porque se atalha muito caminho, mas em dizer que do porto dos Francezes, marche a infanfaria para Goiana a Igarassú, é a razão que ali irão os nossos alimpando os inimigos,que houver em os engenhos, que ha n'aquelle distrito, que é forçado, que os tenham fabricados, e assegura-se assim o melhor da capitania; si parecer, n'esta praia de entre os dois rios se pode deitar infantaria, que marche ao dito Igarassú.

D'esta barra, que ha na Catuama, dá o meu roteiro, que offereço, bastante informação e os navios, que por ella entram, podem ancorar no lagamar, que o dito roteiro declara, e dahi deitarem a infantaria em terra, como atraz advirto,e seria de grande consideração levar esta armada, quatro ou seis galeotas a dezeseis remos por banda, por que n'ellas se farão grandes entradas por estes rios; e para remeiros d'ellas, como tenhamos esta terra firme por nós os Indios, que n'ella vivem, que em meu tempo eram mais de mil cazaes, tenho por sem duvida, que se reduzirão logo ao serviço de Sua Magestade, d'elles se proverão, que são extremados, para o dito serviço, e não farão grande despeza, porque com cinco varas de panno de linho,que n'este reino custam trez tostões,se lhes paga a cada um o serviço de vinte dias, e o comer, que se lhes dá, é de uma pouca de farinha.

A infantaria,que marchar a tomar o sitio de Igarassú, d'elle impedirá o socorro, que o inimigo quizer mandar do Recife á ilha, e será de consideração ir a armada surgir

defronte da principal barra, deixando na de Catuama as embarcações da bagagem, e que n'esta façam demonstração alguns navios de que a querem entrar, porque assim obrigam ao inimigo, si estiver na ilha, que se recolha á villa e ao forte, e tomando o outeiro de Todos os Santos, se poderá deitar de novo gente na restinga de arêia, em que o inimigo tem este forte, e marchará com um serro d'ella a lh'o render, sem que com a sua artilharia possam impedir esta desembarcação.

Atraz d'estes apertos se lhe farão todos os mais, que a occazião descobrir, e d'este sitio pode a armada passar ao Cabo de Santo-Agostinho, e avistar Pernambuco, cuja demonstração ha de dar grande cuidado ao inimigo, que occupar aquellas praças, e mais quando tenha entendido os apertos em que fica Itamarcá; a gente que marchar do porto dos Francezes a tomar o sitio de Igarassú vai segurando, a que os povoadores, que habitam no sertão d'estas trez capitanias, se venham a metter com elles, pois é certo, achando n'este meio seu amparo, assim o hão de vir buscar, e a pedir-lhes armas para offenderem ao inimigo, que já nos terá dirigido a campanha; e assim se irão os nossos logrando do refresco da terra, e os povoaderes terão lugar de os prover com seus mantimentos, que serão de grande consideração, e não só nos será de grande adjutorio, mas tambem virão a faltar ao inimigo, que falto d'elles, e opprimido por mar e terra, tomará os intentos a despejar, e porque o sargento maior Antonio de Madureira Trigo me certificou, que o governador, que renderam no forte de Porto-Calvo aos Olandezes, e um sargento mór, e outros capitães lhe disseram, que, si Sua Magestade mandasse poder ao Brazil, se haviam de recolher á ilha, e fazer n'ella praça forte, porque d'ella os não poderiam tirar, e ao capitão Gomes de Abreo disseram o proprio, estando em refens do Recife, e a mim, quando me tomaram, que faziam d'ella segunda Rochella, me parece, que se lhes atalhe este seu dezenho, e que se lhes não dê tempo demais a fortificarem, porque dos ditos prizioneiros soube, que o não tinham feito, mas só uma retirada na villa, valendo-se em todo o mais das minhas fortificações.

Tambem se lhes tirara com as entradas referidas o proveito, que têem de 130 engenhos, que havia n'estas trez capitanias, porque para todos elles lhes ha de vir a faltar o serviço dos Portuguezes, que lhes fabricam, e assim os perderão,e o páo-brazil, que tiram muito d'esta capitania de Itamaracá, por que só nas matas, que lhe pertencem, tem Sua Magestade este tezouro, do qual se poderá mandar valer, quando seja servido. O mar, que ha por fóra dos arrecifes, entre estas duas barras da villa e Catuama, cuja distancia é de trez leguas, é limpissimo até 15 braças de fundo, que o mandei sondar, e para o mais pego será o mesmo, e pelo que fica dos arrecifes para dentro, que é um lagamar, quazi rio mort· , navegam barcos de cem caixas,e assim por elle se serviam as nossas lanxas, a se darem mão dos navios, de uma barra para a outra, e acudirem com socorro á infantaria, que tiver entrado na ilha,quando d'ella tenha necessidade.

N'este surgidouro de entre as duas barras, podem estar ancorados os navios com todo o tempo, tirado ser vento suéste,porque só este os poderá obrigar a que levem ferro,mas quando os obrigue e lhes faltem as amarras,sem perigo correrão a costa para o norte, o que não será assim, si estivera sobre o porto de Pernambuco, porque d'elle vão arriscados a se encostarem sobre os baixos de Santo-Antonio, e perderem-se.

Com esta capitania rendida ficará carregando todo o pezo das nossas armas sobre a de Pernambuco, em que o inimigo tem a maior força do seu poder.

E porque apontei porto para se haver de recolher esta armada de Sua Magestade, me quero retificar nas conveniencias d'elle.

Consta do roteiro, que offereço, que pela principal barra do rio, que cerca esta ilha, seja capaz de entrarem os galeões de Sua Magestade,e assim o certificou Marcos Gomes, piloto de Cascaes, quando os demarcou por meu mandado, dizendo que de meia maré até trez quartos de agua cheia metteria por ella os ditos galeões ; e o mesmo me certificou o piloto Silvestre do Rego, que servio em muitas armadas de Sua Magestade, que tão bem a sondou por meu mandado.

Entretanto esta barra dos arrecifes para dentro, o rio e lagamar, que d'ella fica até o banco de que o roteiro faz menção, tem de pego ao mar 4 e 5 braças de agua, e capaz de agazalhar 15 até 20 navios, que todos ali ficam seguros dos temporaes da costa, e no banco ha trez braças e meia, que alijados, ou de lado podem passar os demais sem perigo a dar querena, ou invernar no porto da villa, que tem muito fundo,e n'elle estarão amarrados com cabos podres.

Estas conveniencias me parecem de grande utilidade, e asim haverá em se sahirem d'este porto a armada, ou os navios, que d'ella forem necessarios a correrem a costa, e toda a do inimigo lhes fica d'elles perto,para assim haver de ser mais offendido.

N'esta ilha, e por todo o mais da capitania se fazem as aguadas e lenhas sem custo,e nas praias d'ella se mata muito peixe,que, com o marisco e frutos da terra,passará a infantaria com grande regalo.

E sendo necessario mastros, vergas, taboado para fornecimento de alguns navios,tudo a capitania tem em si.

Tambem nos acommoda o entrar-se por esta capitania o socorro, com que os povoadores nos possam acudir com seus carros, e escravos, e cavallos para se haver de comboiar as munições e bagagens da infantaria e artilharia, que fôr necessario marchar pela terra firme, que será de consideração, mas será necessario resguardar-se muito esta sahida pela necessidade que d'ella poderá haver. E porque o desalojar o inimigo de tantas praças não será possivel sem dilação de tempo, será de consideração ordenar a estes povoadores, que plantem mantimentos, e que em nenhuma outra couza se occupem, porque nas terras de Itamaracá o podem fazer em grande abundancia,que d'ellas se dava grande sustento a Pernambuco e a Parahiba, e por mais pressa que se dê n'esta restauração sempre hão de vir a ser muito necessarios, e que se não faça assucar, porque se pode dizer, que de se fazer nos tempos passados fosse a cauza de se perderem as praças, que o inimigo tem occupado.

O mantimento de farinha para esta infantaria é acommodamento ao serviço de Sua Magestade, mas porque

pode faltar os povoadores pelos ter o inimigo retirados dos que forem na armada, se pode Sua Magestade mandar servir, encarregando-lhes a dita planta, que si se mandar fazer por conta da sua real fazenda, com muito pouca despeza se fará mantimentos para se sustentarem 20.000 homens, e a conta da ração, que se lhes dá a cada parte no Brazil, o dará assim entender.

A cada soldado se dá um alqueire de farinha para cada mez, que vem a ser necessario para 20.000 homens 20.000 alqueires, e em 12 mezes do anno importam 240.000 alqueires; certifico-me, que se fará planta para este mantimento com muito pouco custo, o qual no Brazil se costuma a desfrutar de seis mezes por diante, e em muito menos tempo o mantimento de milho, legumes e arroz, que tudo dá uma grande fertilidade, e nunca poderão faltar as sementes de que se façam, nem a confiança de serem defendidas, porque o inimigo as não pode queimar, como bem o poderá fazer aos canaviaes de assucar, e assim ficará Sua Magestade muito bem servido.

Tomada a ilha, que ordenará Deos assim, por que a terra firme não tenho por couza duvidoza, logo ficam meio conquistadas as mais capitanias, e o inimigo mui acurralado, que não ouzará a sair das praças fortes, e assim como tomara a villa de Olinda e o Recife, entrando pelo Páo-amarello, pela mesma entrada e com vantagens, o havemos de ir buscar ao Recife, e metter a nossa artilharia pelo rio de Maria-farinha, que sem perigo se porá no sitio, que fôr necessario, e esta convenienia é de muita consideração, e a mesma ha de haver para se tomar a Parahiba, que o Rio Grande tem pouco que conquistar.

Na terra firme d'estas capitanias não ha lugares fortes, e as povoações d'ellas são mui dilatadas, e assim as não póde o inimigo conservar, que é a razão de me certificar, em que nos largarão logo a campanha, além do receio que hão de ter dos Portuguezes, que n'ellas vivam, por mais que os tenham retirados.

Tenho advertido o que se offerece, e para dizer que na informação que tirei da barra de Itamaracá da capitania de Pernambuco, me certificou Gaspar Lopes, patrão da Parahiba, que sendo a barra de fundo bastante para

por ella poder entrar a armada de Sua Magestade, lhe fica o surgidouro quazi duas leguas pela terra dentro, e que d'elle não poderão sair os navios, sinão com vento sul e sudoéste, e que para haverem de vir a reboque seria couza mui cançada e arriscada pelas correntes do rio.

O mesmo patrão me certificou, que a Bahia da Traição não tinha muito fundo, e duvidava poderem entrar n'ella os galeões de Sua Magestade, mas poder-se-ia mandar sondar, e assim um lagamar, que ha por junto o rio Gramame, na capitania de Parahiba, que tão bem me disse este patrão, que é capaz de entrarem estes galeões, e de agazalhar a muitos, e d'esta informação fiz eu avizo ao capitão mór Antonio de Albuquerque, para que se mandasse retificar; dirá elle o que n'isto fez, e dos mais postos que ha na dita capitania.

A mesma informação dará Mathias de Albuquerque, que dos portos que mandou descobrir na de Pernambuco, que faço advertencia de todos, por que si na occazião desgarrar algum navio da nossa armada, saiba d'elles, para os ir buscar, e por aqui satisfaço, com o que tenho entendido para esta restauração.

Advirto, que a monção de se ir buscar o Cabo-Branco ha de ser de Setembro até Março, em que reinam os nordéstes.

Salvador Pinheiro.

(*Copia da Bibliotheca Publica Eborense*).

CARTA DE FRANCISCO BARRETO

Dando conta da victoria alcançada nos Gararapes em 1648

Depois de estar no Recife por espaço de nove mezes, fugi dos grandes apertos em que o inimigo me tinha posto, e entrei n'esta campanha de Pernambuco em 23 de Janeiro do anno prezente; e posto que eu n'ella não governava, acudi com as advertencias necessarias a que os governadores dispuzessem com prevenção em todas as couzas, que necessitavam d'ella.

Começando por este respeito a effectuarem melhor todos os particulares assim da guerra como do mais governo d'esta campanha, prevenindo-se em tudo o que mais precizo parecia, não só para conservação da guerra defensiva, mas tambem para se mover toda a offensiva que fosse possivel.

Chegou a armada do inimigo a 17 de Março, desembarcou no Recife, e prevenio toda a sua infantaria até 18 de Abril, dia em que sahio á campanha com seu exercito, o qual constava de 5.500 infantes, 500 homens do mar, e 300 Indios tapuios; traziam em todos seus batalhões 60 bandeiras e mais um estandarte grande com as armas das provincias unidas e estados geraes; 5 peças de artilharia de bronze, muitos viveres, munições e dinheiro; governava este exercito o general Segismundo Escop, com 6 coroneis, a saber: Hus, Vanelle, Autim, Pedro Erverque, Vandebrande e Brinque; marchou para a parte da Barreta, e no mesmo dia 18 de Abril me degolaram 40 homens

de 100 que estavam para defensa do mesmo posto da Barreta, e troxeram-me avizo de como se aquartelavam no dito posto, havendo sómente 2 dias que da Bahia me tinha chegado ordem do conde general para que governasse estas capitanias, a qual, por serviço de Sua Magestade, não quiz deixar de aceitar, não obstante o mizeravel estado da terra, o grande poder do inimigo, e o limitado com que me achava para lhe fazer oppozição; chamei logo a conselho aos mestres de campo André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira, ao tenente general, e capitães de infantaria, e propondo-lhes o estado das couzas, se resolveo em conselho, que saissemos a encontrar o inimigo, sem embargo de que o nosso poder não constava mais que de 2.200 homens, em que entrava o terço dos pretos do governador Henrique Dias, e o dos Indios do capitão-mór Camarão, por quanto ficaram as estancias providas com 300 homens.

Com este limitado poder marchei para os oiteiros dos Gararápes, e depois de os passar, fiz alto na baixa d'elles, formando a infanteria pela melhor forma e modo a que o terreno me deo lugar.

N'aquelle sitio passei a noite; ao outro dia que era domingo da Pascoela, 19 de Abril, levantou o inimigo seu exercito, vindo marchando para os nossos, começaram os batedores a peleja, e tanto que o inimigo se descobrio pelo alto dos montes dos Gararápes, mandei tocar a investir, e tendo posto na vanguarda ao mestre de campo André Vidal de Negreiros, e logo ao mestre de campo João Fernandes Vieira, e para dar nos lados do inimigo o capitão mór Camarão de uma parte, e da outra o governador Henrique Dias.

Dada a primeira carga de ambas as partes, investimos á espada, rompendo ao inimigo todos os seus batalhões, e porque dois de sua rezerva, que ainda tinha em ser, se desviavam dos que iam rôtos, e carregavam para a parte de Henrique Dias, mandei 500 homens que tambem tinha de rezerva para que, incorporando-se com o dito Henrique Dias, o ajudassem a romper com os dois batalhões, que o iam acommetter; mas os nossos capitães, que em dois troços governavam os ditos 500 homens, não considerando

o damno, que lhes podia vir de não observarem a ordem que levavam, investiram por outra parte, onde por caminho mais abreviado lhes pareceo, que havia occazião de maior destroço no inimigo; mas rezultou d'este engano não destruirmos totalmente os contrarios, que por não poder Henrique Dias sustentar o pezo d'elles se veio retirando sobre os nossos, os quaes por serem poucos, e estarem já cançados, fizeram tambem o mesmo. Acudi logo a ter mão em todos para que o inimigo não tornasse a cobrar a sua artilharia, munições e dinheiro, que já lhes tinhamos ganhado; mas não o pude conseguir, por que com a rota, que haviamos feito ao inimigo, estavam os nossos mais desordenados que os mesmos inimigos, a quem romperam; porém a poucos passos me puz em um regato, que havia na campanha, onde animando a uns e ferindo a outros da nossa infanteria a obriguei a fazer alto, e comecei a fórmar, mandando fazer o mesmo no terço ao mestre de campo João Fernandes Vieira, e pondo na vanguarda ao mestre de campo André Vidal de Negreiros, tornou com pouca gente da sua, mas com grande esforço, a investir com as mangas que o inimigo trazia diante de seus batalhões, e escaramuçando com elles o tornou de novo a romper, matando alguns de seus capitães, e muitos dos soldados, e começando-se novamente a pendencia, formando-se de uma e outra parte os campos, durou a batalha por espaço de 4 horas, no fim das quaes, depois de se obrarem da nossa parte maravilhozos actos de valentia, assignalando-se n'elles generalmente com os mestres de campo todos os mais officiaes.

O inimigo se retirou a occupar umas eminencias á nossa vista, retirando para detraz d'ellas os feridos que mais perto lhe ficavam, considerando eu n'este tempo o quanto estavam cançados os nossos soldados, havendo mais de 24 horas que não comiam, e muitos d'elles occupados em retirar os mortos e feridos que tivemos, me deixei ficar formando na mesma frente do inimigo, mandando recolher as bandeiras que haviamos ganhado, que chegaram a 33, a saber: o estandarte grande com as armas das provincias unidas, como já referi, o qual tenho n'esta praça; 19 bandeiras, que remetti logo para a Bahia ao

conde general, e 13 que os nossos soldados pretos e indios, não fazendo estimação d'ellas, dizem, que as tinham desfeitas para bandas e outras galas.

Estando um campo á vista do outro por todo o dia, tanto que anoiteceo, mandei algumas tropas a inquietar o inimigo, afim de que tambem na volta me trouxessem avizo de seus intentos; e posto que não seguissem todas as ordens quanto convinha, não deixaram com tudo de picar o inimigo, o qual no decurso da noite se retirou sem que eu d'isso alcançasse noticia.

Amanhecendo segunda-feira, dia de Nossa Senhora dos Prazeres, mandei descobrir o campo, achando nas demonstrações d'elle ter-se retirado o inimigo com grande pressa e destroço, pois deixou na campanha 900 homens mortos, e entre elles alguns feridos, uma peça de artilharia de bronze, muitas munições e armas, as 33 bandeiras, que tenho referido, varias insignias, além de outros despojos de roupa e dinheiro, de que os nossos soldados se apoderaram. Dos mortos dos inimigos foram muitas pessoas de conta, e as principaes d'elles foram o coronel Hus, e o coronel Vanelle, e o coronel Autim morrêo depois de chegado no Recife, e de alguns que aprizionamos foi um coronel Pedro Erverque; de sorte que de 6 coroneis, que trazia o exercito, só dois escaparam de nossas mãos, Vandebrande e Brinque.

Tambem tenho noticia certa dos prizioneiros que tomámos, que os feridos que o inimigo retirou d'esta batalha foram mais de 500, e entre elles o seu general Segismundo com uma perna partida; e que os mortos, que a nós, como acima digo, nos pareceram 900, passaram de 1.000; na nossa parte morreram n'esta occazião 80 homens, contando tambem n'estes os 40, que já disse nos degolaram na estancia da Barreta, os feridos perto de 400, mas, por mercê do Céo, todos sem perigo.

Na mesma segunda-feira marchei a occupar as nossas estancias, fronteiras ao Recife, por ver que o inimigo se tinha recolhido ás suas praças, e achei, que um capitão, que deixei de guarda no forte de uma bateria, que tinhamos posto ao Recife, o havia largado por não haver já n'elle artilharia alguma, o qual, vendo o inimigo

desmantelado de tudo, o mandou occupar, e o mesmo fez á villa de Olinda, a qual tinhamos largado com 5 peças de ferro pequenas, que a pressa com que foi precizo sair ao encontro do inimigo, apenas deo lugar a mais que ajuntar a nossa pouca infantaria com que o investimos, logo tornei a occupar os postos d'este arraial do Bom Jezus, mandei marchar para a dita villa de Olinda ao governador Henrique Dias com o seu terço dos pretos, algumas companhias de mulatos, e uma de soldados brancos, com ordem que entrassem e investissem a dita villa por muitas partes; o que os nossos fizeram com tanto valôr que pozeram em fugida a 600 Flamengos, que n'ella estavam, recolhendo-se ás suas forças do Recife, que ficavam em distancia de uma legua, matando-lhes n'este conflicto 150 e tantos que ficaram no campo, em que entraram alguns officiaes, além de outros que deviam de morrer nas aguas, a que se lançaram.

Aprizionamos-lhes um Francez, e recuperamos as nossas 5 peças de ferro, que lá tinhamos deixado, as quaes mandei comboiar a este arraial por ser bom acôrdo largarmos outra vez a villa, assim por não ser defensivel e requerer para a sua guarnição muita infantaria, que a nós nos falta, como tambem por termos occazião de assaltar outras vezes ao inimigo n'aquella paragem, aonde elle até o prezente não tornou mais. N'esta pendencia não houve da nossa parte que 6 feridos, em que entrou um capitão, mas todos sem risco de vida.

D'estes bons successos, com que Deos favorece as armas de Sua Magestade em tempo que a superioridade bem conhecida do inimigo nos promettia total ruina sem esperança alguma da victoria que alcançámos, posso eu animar-me para outras maiores, com que o mesmo Senhor ha de livrar a christandade d'este estado dos males, com que os tiranos Flamengos a ameaçam.

FRANCISCO BARRETO.

(*Copia da Bibliotheca Publica Eborense*).

DISCURSO

Sobre a conveniencia de se fortificar a cidade da Bahia capital do Brazil

§ 1. Senhor. Na America tem Vossa Magestade o estado do Brazil, que começa no Rio das Amazonas debaixo da linha, e acaba no Rio da Prata, em 31 gráos para a parte do sul, com mais de mil leguas de costa. Navega-se com monções, que nos seis mezes de inverno (que começa em Abril) são de ventos sues, e nos seis mezes de verão (que começa em Outubro) são de ventos nordéstes.

A cabeça e principal cidade do Brazil é a Bahia de Todos os Santos, que Vossa Magestade manda fortificar pela planta de João Coutinho, a qual parece, que por nenhum modo se deve principiar como principia nas linhas que a cercam, com a despeza dos 12.000 cruzados a ellas consignados cada anno, porque primeiro se ha de acudir ao reparo do maior perigo, com attenção aos fins e emprezas em que os principes e estados hão de empregar as armadas, que hão de ficar ociozas na paz, que todos pretendem e dezejam, em que a pressa que necessariamente ha de ser repentina, não ha de dar lugar á preparação; e assim parece deve ser a primeira occupação dispor a sua fortificação no mais precizo pela forma seguinte.

§ 2. Não é forte esta cidade por sua natureza, porque os muitos montes, que a cercam, são padrastos de todas

suas fortificações, por cuja cauza se necessita primeiramente de se fazer logo um forte real de torrão na eminencia, que chamam do Barbalho; porque, si o inimigo a occupar (o que póde fazer sem rezistencia) fica logo condemnado o forte de Santo-Antonio, dominada a tiro de canhão e de trabuco toda a cidade e a caza da polvora, e senhoreados os caminhos reaes, por onde se conduzem os gados e mantimentos para a cidade. De outro forte de torrão se necessita no Itapuan, para que o inimigo a não occupe ; porque impede e senhorea os pastos, em que se vem refazer e descançar os mais dos gados que vem do sertão, emquanto se não gastam ; e porque não domine a marinha d'este sitio, que confina com a do forte de Santo-Antonio.

A barra tem trez leguas de largo, por onde o inimigo póde entrar e estar sem impedimento. Póde-se-lhe difficultar fazendo-se uma fortaleza nas Paraúnas, fronteira á de Santo-Antonio, com que cruzam ambas a barra com sua artilharia, impossibilitam a facilidade da entrada e defendem a ilha de Itaparica, onde o inimigo póde estar ancorado, senhorear-se d'ella, e sustentar o sitio á cidade.

Entra esta barra com varios braços 14 e mais leguas pela terra dentro, por onde tem muitas ilhas e grandes praias de costa firme, que é quazi impossivel estarem todas fortificadas e defendidas de poder o inimigo desembarcar n'ellas, roubar e destruir os engenhos e fazendas, que quazi todos estão situados por ellas, sem terem mais abrigo os moradores que fugirem para as matas.

§ 3. Deve-se remediar, fazendo-se logo em cada freguezia d'estes moradores, villas e aldêias com camaras e conselhos, que tratem da administração da justiça e bem commun com lotação de gente auxiliar, e companhias de cavallos, que ha muitos que os querem sem soldos, e já ha duas de 50 cavallos cada uma ; porque com esta dispozição proporcionada ao numero da gente e fertilidade do terreno, tem justiça com que se decida suas cauzas, e castiguem e evitem os delictos, que a falta d'ella lhes facilita e occaziona, cresce com ella a gente e cultura, dizimos, contratos e terças reaes, e se crearão muitos

officios de novo, que se podem vender, e se fortificarão e socorrerão uns aos outros, de sorte que se possam defender, e não obrará tão livremente o inimigo (como já o fez por falta d'esta dispozição, quando invadio a Bahia).

§ 4. E' cercada a cidade de diques, que quazi toda a rodeam pela parte da terra; estes estão alguns quazi vazios e com as incluzas arruinadas. Convem muito remediarem-se logo; porque saindo o inimigo nas praias do Rio-Vermelho, pode secar algum, e ficam todas as linhas das eminencias que cercam a cidade expostas por varias partes ao arbitrio do assalto; e por qualquer parte que as entre o inimigo se fará senhor da caza da polvora, e quazi sem remedio a cidade para deixar de ser rendida.

As linhas é um cordão de torrão de trinxeiras altas com seus angulos e fóssos, que cinge a cidade até á fronteira da marinha com 1.500 braças de circuito; estão desbaratadas com abertas de caminhos; mas com facil emenda, a que logo se deve acudir; porque tudo o mais a muralha, que excede, é de pedra e cal.

A marinha, em quanto a que é fronteira á cidade, está povoada e occupada de cazas e trapixes, com menos conveniente dispozição, por não deixarem as abertas necessarias para desembarque e abrigo das embarcações; porém os mesmos trapixes servem de fortalezas, porque se podem prezidiar, e jogar artilharia.

Tudo o mais é uma praia aberta, exposta a facil desembarque e assaltos do inimigo, com que póde entrar, saquear e destruir a cidade, quando d'ella se não senhorêe.

§ 5. Este perigo se deve logo atalhar com se entrinxeirar a marinha com seus parapeitos e guaritas, que tomem todo o vão das pontas, com que as linhas n'ella vão a acabar, com que fica a cidade fexada por mar e terra, segura de assaltos com fortaleza para suportar o sitio que lhe puzer, e com conduções de aguas para os moradores, e aguadas das frotas, de que se necessita. Pode-se conseguir esta fortificação, consignando-se-lhe os 12.000 cruzados que estão consignados, e se gastam nas linhas, reparadas ellas como fica dito, e vendendo-se os sitios das marinhas, que ha quem os compre, e

a camara os pede para os vender,e os talhos dos açougues das freguezias do reconcavo, que tambem pede a camara para os arrendar, que hão de ser de importancia.

Pela mesma marinha e interior tem a cidade, em espaço de quazi trez legoas, 12 fortes, não grandes, mas defensaveis; os mais d'elles estão sem os reparos, e prevenções necessarias, a que se deve acudir, e principalmente com toda a brevidade se deve reedificar de pedra e cal a parte arruinada da fortaleza de São-Pedro; as platafórmas da fortaleza do Morro; as obras exteriores e reparos dos fortes desmantelados; recolher toda a artilharia, que na ponta de Itaparica e barras de Paraguassú, Sergipe do Conde, Paranamerim e Matuim ficou das platafórmas que n'ellas houve.

Para estas despezas tem Vossa Magestade na Bahia as rendas dos muitos e rendozos contratos, que n'ella ha, e o muito que d'ellas se está devendo a Vossa Magestade, que a meu parecer importa mais de 300.000 cruzados, que si tudo se arrendar, cobrar e distribuir com confidencia e sem divertimento, ajuizam todos poder-se acudir a tudo, e ajudar-se o reino com alguns navios para a armada. O que os peritos em fazer esta conta poderão averiguar com certeza.

§ 6. Por sitio não poderá facilmente ser tomada esta cidade sem extraordinario poder pela importancia e risco das armadas, e successivos socorros de que necessitam, distancia e contingencias do bom sucesso, e o quazi impossivel de a conservar o inimigo,em cazo que a tome,sem voluntaria subjeição dos habitadores, a qual n'elles não póde haver, pelo summo zêlo e lealdade com que amam e servem a Vossa Magestade, e o têem servido, e a esta corôa com importantes dispendios, estrago de suas vidas e fazendas e de seus antepassados, como testimunham suas proezas nas guerras das conquistas, e seus liberaes donativos com que concorreram para as d'este reino com Castella; e só os poderá necessitar verem-se não só opprimidos de algum extraordinario poder, mas juntamente de saberem, que este reino os não póde socorrer por não ter armadas para isso; porque só postos n'esta ultima desesperação, e os grandes partidos que lhes póde fazer o

inimigo, se poderão a ella render, até se poderem melhorar, como succedeo em Paránambuc.

§ 7. Todos os perigos e damnos premeditados não recuperam ao inimigo os estragos e dispendios, nem podem fazer perder as conquistas, tendo Vossa Magestade armada com que os socorra, porque hão de soffrer todos os apertos de maior mizeria e crueldade até conseguirem sua restauração com o socorro da armada; como com ella conseguiram jà a restauração do Brazil dos Olandezes, que, si ella não fôra, se não restaurára.

O ter Vossa Magestade uma armada prompta, a maior que possa ser, não só é necessario e precizo para socorrer e conservar as conquistas, mas tambem pela reputação do reino, que é o melhor patrimonio, e a maior razão de estado, com que os principes estabelecem o maior respeito, temor e conveniencia para sua defeza, e allianças dos principes nas ligas que fizerem, por que sem poder não ha prestimo para offender, nem defender, que é só o a que se attende.

Porém sabendo-se pelas nações estrangeiras, que Vossa Magestade tem prezidiado as fronteiras, e prevenido munições e gente, e assentadas consignações em côrtes para a sustentar, e tem juntamente armada poderoza, com que defender o mar e o commercio; o temor, ou conveniencia facilitará os potentados, e estados para conciliarem com Vossa Magestade amizades e allianças.

§ 8. A segunda razão é: porque a armada é precizamente necessaria para defender as frotas, que são de tanta importancia como as conquistas; porque si o inimigo tomar estas (o que lhe é mais facil do que ir conquistar o Brazil, por não necessitar de tanto poder exposto a tanto risco e contingencia) na primeira frota que o inimigo toma, ou derrota, se atenúa o commercio, e rendimento das alfandegas, assim do reino como do Brazil; e na segunda se pôem em grandissimo aperto o reino e todas as conquistas que perdem n'ellas seus cabedaes, senhoreando o inimigo os mares, e os nossos portos sem ter quem lhe impida, e com tanta mais animozidade, quanto menos fôrem os navios que tivermos.

Por estas razões está assentado pelos melhores estadistas e melhores homens de guerra, que para Portugal se sustentar, e suas conquistas e commercio, só o póde conseguir fazendo-se senhor do mar. Foram d'este parecer o Duque de Alva, o Marquez de Santa Cruz, o velho, o Marquez de Montalvão, o Marquez de Marialva, e todos os de bom conselho de Portugal e de Castella, quando el rei D. Filippe Prudente veio a este reino.

§ 9. A duvida com que se difficulta poder ter Vossa Magestade armada, e as praças fortificadas e prezidiadas, é dizer-se, que não ha rendas bastantes para isso.

Consultado o Marquez de Montalvão sobre esta objecção, a convencêo, com que a contribuição de dois milhões, que estava assentada n'aquelle tempo era bastante para os gastos dos prezidios e exercito, e sustentar uma poderoza armada, e lhe fez a conta, e respondeo na fórma seguinte:

Pondo entre Douro e Minho 1.500 homens pagos, que custarão a sustentar cada anno	90.000	cruzados
Na Beira outros tantos	90.000	»
Em Traz-os-Montes outros tantos	90.000	»
No Algarve outros tantos	90.000	»
Alemtejo 10.000 homens	600.000	»
Com a cavallaria	400.000	»
Para munições e fundição de artilharia	200.000	»
	1.560.000	cruzados

E d'esta cavallaria se tiram 150 cavallos para cada uma das quatro fronteiras.

§ 10. E por esta maneira sobejam dos dois milhões 440.000 cruzados, dos quaes se poderão applicar os 80.000 cruzados com as terças do reino, para fortificar as fronteiras, e dos 360.000 cruzados que restam, se poderão tirar 200.000 cruzados que poderá valer o real de agua do reino, ou a decima dos juros, tenças, ordenados, que poderão valer o mesmo para a armada, e ficarão ainda para extraordinarios 160.000 cruzados.

Fica então a armada com o seguinte :

O consulado, que ainda hoje rende menos, valerá................	90.000 cruzados
A consignação do sal, que depois de desempenhada, valerá..........	120.000 »
O real de agua do reino, ou em falta delle as decimas dos juros, tenças e ordenados..................	200.000 »
	410.000 cruzados
Pode-se-lhe applicar mais o sobejo que houver no rendimento das ilhas, que ponho por orçamento.......	20.000 cruzados
Os veleiros de Serpa e Moura.........	10.000 »
Os sobejos das sizas de Aveiro, Porto e Viana........................	20.000 »
O que render o páo-brazil, que ponho por orçamento	20.000 »
Importam......	480.000 cruzados

Importam os effeitos, que se podem applicar á armada, estando o sal livre, 480.000 cruzados, com os quaes podemos não só sustentar a armada, como a do anno passado, mas crescêl-a, como é necessario que seja, e como o pedem as razões referidas, muito dignas de se ponderarem com attenção, pois involvem a reputação de Vossa Magestade, a conservação das allianças, a recuperação das conquistas, a defensão da barra, o augmento do commercio, os damnos do inimigo, e a conservação do reino.

Até aqui o Marquez de Montalvão.

(*Copia da Bibliotheca Publica Eborense*).

PARECER DO PADRE ANTONIO VIEIRA

SOBRE AS COUZAS DO BRAZIL

PRINCIPALMENTE DA

Restauração da capitania de Pernambuco

---

§ 1. Senhor. Conforme a ordem de Vossa Magestade vi os papeis incluzos com o parecer do Marquez de Montalvão, Conde de Alegrete, e Dr. Francisco de Carvalho, que me pareceo muito acertado.

Tambem vi os avizos de Gaspar Dias Ferreira, alguns dos quaes podem servir para este, e para outros negocios, mas como um e outro papel foi escrito em Julho de 1645, n'este espaço de tempo se mudou o estado de couzas, de maneira que é necessario discorrer muito differentes suppozições.

E assim ajudando-me das noticias mais proximas de Olanda, e das mais geraes e mais certas, que tenho do Brazil, direi o que me parece acerca de cada um dos pontos d'esta materia, que para maior distinção reduzo a cinco.

O primeiro : como se ha de introduzir a pratica da compra. O segundo: que praças havemos de receber dos Olandezes, e em que fórma, e que preço lhe havemos de dar par ellas. Terceiro : que effeitos hão de dar suavemente este dinheiro. Quarto: com que fianças se ha de segurar emquanto correrem os prazos. Quinto : que compozição ha de haver nas dividas dos homens de Pernambuco.

§ 2. Como se ha de introduzir a pratica da compra

A maior difficuldade d'este negocio e tratado é a abertura d'elle; porque intentando-se muitas vezes pelos nossos embaixadores, e pelos de França, nunca os ministros de Olanda deram ouvidos a similhante pratica; mas como n'aquella Republica tudo é venal, entendemos, que maior conhecimento de seus ministros e algum d'elles chegarão a significar, que o caminho,que se póde ter n'este negocio é comprar a mesma compra; e assim o primeiro e principal fundamento sobre o que se ha de obrar, é ter Vossa Magestade em Olanda 400 ou 500.000 cruzados, com que comprar as vontades e juizos dos ministros mais interessados e poderozos, por que como entendem pelas circunstancias prezentes, que lhes está melhor a guerra que a paz com Prtugal, só a força de interesse particular os poderá reduzir a que não attendam á utilidade do commun.

Este dinheiro ha de estar, ou em ser, ou no Banco de Amsterdam, ou em creditos de mercadores seguros e abonados; e este segundo meio tenho por melhor, porque com qualquer movimento dos que póde occazionar a condição de paz ou guerra, não correrá perigo o dinheiro; e para que se não dispenda sem effeito, as promessas serão todas condicionaes, posto que seguras, e não se entregará couza alguma antes de effectuadas, concluidas. e firmadas as capitulações; e si se podesse rezervar parte para depois de effectuadas a entrega, seria util á segurança e á brevidade.

As pessoas, com que se ha de tratar este negocio, hão de ser não só os Estados, sinão tambem as cabeças das comarcas e companhias; porque nem os Estados sem consentimento das comarcas hão deconcluir couza alguma, nem as comarcas sem os Estados têem autoridade; assim que uns e outros se hão de procurar reduzir a nossos intentos, e os que forem mais poderozos para obrar ou impedir.

O perigo do segredo não é tão grande como se reprezenta; porque quanto ao tratar Vossa Magestade de

recuperação de Pernambuco por este meio da compra é compra tão sabida em Olanda, que ha mais de um anno que se pratica e discorre sobre ella na bolsa de Amsterdam, como sobre outro qualquer contrato publico. E quanto a negociação particular com que se hão de ganhar as vontades dos ministros, claro está, que se não ha de falar a nenhum d'elles abertamente, sinão depois que se tiver antecedente intelligencia de haver de aceitar o offerecimento; no que póde ser bom mediador o secretario Muze, e alguns Estados mais confidentes, ainda que são poucos, os quaes disporão os da sua parcialidade, e nos avizarão do seu animo.

Introduzido o negocio por estes termos, mais corre o segredo por conta dos mesmos ministros, que pela nossa; pois não só arriscam o interesse, mas a opinião e os officios. E si alguma couza ha, que podia occazionar murmuração, e fazer-se suspeitoza com os Olandezes, seria a mesma remessa de dinheiro,que se ha de enviar em tanta difuzão, e os effeitos em quantidade; pelo que se deve fazer com cautela, e remeter-se com algum titulo supposto e provavel, como de levas de gente, compras de náos e de cavallos; em que, para maior disfarce, o embaixador e agente de Vossa Magestade se podiam por em preço com os correctores d'estes generos, e depois de introduzida a opinião descontentar-se.

Quem por nossa parte ha de dispor, e tratar o negocio parece couza sem duvida haver de ser o embaixador Francisco de Souza Coutinho, por seu officio, experiencia e assistencia ; e á sua dispozição se deve deixar a eleição das pessoas, e quantidade das promessas, com a obrigação somente de avizar, e não esperar resposta de Vossa Magestade quanto a esses particulares, por se evitar a dilação que em todos os negocios é tão damnoza, princicipalmente nos d'esta qualidade que depende de tantas vontades, e são livres, e de tantas outras circunstancias que cada hora as póde variar; e finalmente, de quem se fia a sustancia do negocio, parece se não devem desconfiar os accidentes; os quaes melhor se podem julgar onde se vêem e apalpam, que introduzir-se de longe por informações e conjecturas.

§ 3. Que praças havemos de receber dos Olandezes e em que forma, e porque preço

As praças que nos hão de entregar os Olandezes, são as de Pernambuco, Parahiba, Itamaracá, Rio-Grande, ilha de Fernão de Noronha, e todas as outras que pertencem ás terras ou mares do Brazil.

Da mesma maneira as praças de Angola, Benguéla, São-Thomé, e todas as mais que os Olandezes houverem ocupado desde o dia da acclamação de Vossa Magestade, assim nas ilhas, como nas terras firmes de Guiné.

Com declaração que o mesmo se entende de qualquer outra praça pertencente ás mesmas terras e mares, que antes ou depois das capitulações firmadas occupasse, ainda que n'ellas se não nomeie, nem d'ellas haja noticia.

Tambem se podia e deve pedir restituição dos navios, que depois da publicação das treguas nos tomaram os Olandezes em todos os sobreditos mares, e satisfação dos damnos dos que fizeram derrotar e dar á costa; não para que insista no effeito d'esta restituição, mas para com ella justificar mais a nossa cauza, e recompensar outras similhantes perdas e damnos que por parte dos Olandezes se nos pedir.

A forma em que se entregarão as praças, serão fortificadas como ao prezente estiverem, com toda a sua artilharia, armas, munições, e mais petrexos de guerra.

Assim mesmo entregarão todos os bens moveis pertencentes a Portuguezes, não só aos que vivem nas ditas praças (que si forem prizioneiros por qualquer cauza, serão livres), mas a quaesquer outros auzentes; e para isto e em tudo o mais se nomearão deputados de ambas as nações.

Os Olandezes sahirão com todos os bens que tiverem; e os soldados com as suas armas. E porque alguns Olandezes estão cazados com mulheres portuguezas, e outros são lavradores e mercadores, pode entrar em consideração, si em cazo que pedissem partido de ficar vivendo como naturaes n'aquellas terras se lhes devia conceder em o limitado de 100 até 200 entre todas as capitanias;

Parece, que não é inconveniente, antes utilidade pela falta de povoadores portuguezes, segundo a largueza da terra, principalmente porque já hoje não tem lugar a razão por que os Senhores Reis passados não queriam admittir estrangeiros n'aquellas partes, que era por não alcançarem noticias das entradas e sahidas dos nossos portos, em que n'elles hoje são mais praticos que nós; não parece ha razão de inconveniente, por que se não hajam de admittir no Brazil, aonde temos tantas terras incultas e inuteis por falta de habitadores.

Tambem poderá ser que os Olandezes repugnem deixar toda a artilharia das praças, por ser muita, e que nos peçam por ella demaziado preço; e em tal cazo parece, que nos devemos contentar com a metade da artilharia, por ser essa a que nos basta para a defensão das praças, pois é certo, que não havemos conservar n'ellas todas as fortalezas, que os Olandezes sustentavam, assim pelos gastos dos prezidios, como principalmente porque elles, alem das fortalezas maritimas, muitas interiores, as defendiam ao largo pela parte da terra, das quaes não necessitámos por sermos senhores d'ella, e não haver quem por ali nos possa offender.

Finalmente se deve procurar, que n'este mesmo tratado se capitule a rectificação do contrato, que estava feito sobre Ceilão, e se nomeiem os arbitos que hão de julgar o territorio da Galé; porque ainda que não pertença á Companhia occidental, é assento, que se tomou com os Estados, e pode entrar como uma das circunstancias.

O preço, que havemos de dar aos Olandezes por todas estas praças, na forma dita, parece, que deve ser até a quantia de trez milhões, pagos em 500 ou 600.000 cruzados cada anno; uma parte em dinheiro, e a outra nos generos que logo se apontarão.

§ 4. Que effeitos hão de dar suavemente este dinheiro

De que effeitos se ha de tirar suavemente este preço, com os arbitrios de Gaspar Dias, para a contribuição, me não conformo pela maior parte; porque, demais de serem

muitos, são incertos, são muito pezados, e não são sufficientes.

São incertos, porque suppõem, que no Brazil haverá 50.000 escravos, e são a terceira parte menos; Suppõem, que ha 300 engenhos, e não haverá mais de 200, e d'estes os 178 são engenhos do Rio de Janeiro, ou engenhocas, como lá lhe chamam, trez dos quaes não igualam na fabrica nem no rendimento um engenho fiscal. Suppõem, que dará o estado do Brazil 40.000 caixas de assucar maxo; e entre todos darão só 25.000 hoje, e nos annos proximos passados poderam arribar a 30.000. Suppõem, que os navios, que carregam no Brazil, trarão 18.000 toneladas de carga; e não trazem 12.000.

E a mesma incerteza se vê nos rendimentos das dizimas e redizimas de Pernambuco e suas capitanias, que, por estarem hoje muito desbaratadas, é força, que tenham muito consideravel diminuição.

São muito pezados os mesmos arbitrios sobre serem tantos, que não é pequena carga e molestia. N'elles se tira a metade dos salarios aos eccleziasticos, que por serem prezionistas, apenas tem a congrua sustentação, quando se lhes paga tudo. Quer que cada senhor de engenho pague 80$000 réis, e cada negro 4$000; com que virá a pagar mais de 1.000 cruzados em dinheiro, que é tributo intoleravel nas fazendas de tão excessivo gasto, que muitas vezes não alcança a receita e despeza; e quazi a mesma razão de gravame corre nos lavradores.

Tendo os direitos das praças de Angola, que de antes eram só de 4$000 réis, subido a 12$000, 4$000 na venda, 4$000 na sahida, e 4$000 na entrada, é demaziado preço, principalmente vindo a cair sobre os moradores do Brazil, que não devem ser sobrecarregados com estes tributos, quando pagam outros, e tão grandes.

Finalmente não são os ditos arbitrios sufficientes por que, abatidas as quantidades da que se suppõem, e reduzidas a seu verdadeiro numero, vem a diminuir a quantia dos effeitos mais da terça parte, além das quebras ordinarias, que vem a ser outro tanto; e as rendas que recensêa, não são bastante a acudir a metade dos gastos do citado; os quaes ainda que depois da compozição

hão de ser menos, sempre ha de haver competentes prezidios nas nossas fortalezas, que hoje são muitas, e então serão muito mais.

Pelo que me parece, que a contribuição mais suave, mais certa, e mais igual, com que se póde tirar com largueza o preço necessario aos pagamentos de cada anno, são os quatro effeitos seguintes :

1.° EFFEITO

O primeiro effeito é tirado dos direitos dos negros, que outras nações amigas ou neutraes possam ir comprar e navegal-os, pagando os ditos 10$000 réis, ou mais, si parecer, de saca. E os que os quizerem ir comprar a Angola, pagando lá o mesmo direito sobre o ordinario, o possam fazer; de que se tira trez consideraveis proveitos.

O primeiro, a restauração de Pernambuco ou crescimento do Maranhão, que será grande com este commercio. Segundo, poder se tirar muita prata aos Castelhanos, por que póde Vossa Magestade pôr lei, que os navios que não forem portuguezes, não possam commerciar ali si não com patacas. Terceiro, segurar com isto Cabo-Verde, São-Thomé, Angola, e todos os outros lugares, donde se tiram escravos, cuja falta e necessidade é força, que obrigue aos Castelhanos a tratarem de nos tomar alguma praça. Monta todo este effeito dos direitos dos negros 250.000 cruzados.

2.° EFFEITO

O segundo effeito se ha de tirar nos assucares, nas partidas seguintes :

1.ª *Partida*

Que aos homens do Brazil se lhe dê rebate á vintena, pois cessando a guerra e diminuindo-se os prezidios, não será necessaria; e que em lugar d'ella paguem em quanto durar estes negros de Angola n'esta fórma : Que por cada negro que vier a vender do sertão, se

pagará 2$000 réis de direitos na mão do primeiro comprador, ou como parecer mais acertado e conveniente, que em 8.000 negros são 40.000 cruzados.

Que todo o negro que navegar para o Brazil pague, como pagou sempre, 4$000 réis de sahida, e de entrada não pagará nada, como nunca pagou, por não carregar mais aos homens do Brazil; em 4.000 negros monta este dinheiro 4.000 cruzados.

Que toda a pessoa que navegar para as Indias, pague 10$000 réis de direitos pelos de Castella, que eram 72 patacas e meia, as quaes hoje na moeda de Portugal fazem 30$000 réis, com que este dinheiro vem só a ser a terça parte do antigo, e se monta nas ditas 4.000 pessoas 100.000 cruzados.

Só resta mostrar como se hão de navegar estas pessoas para as Indias, e como se ha de pagar este direito, não havendo pazes. Digo, que assim como Vossa Magestade permitte, que nas fronteiras de Portugal se abram aduanas para o commercio de Castella; assim ha de Vossa Magestade dar licença que Pernambuco, ou Maranhão, que são os portos mais acommodados á navegação de Angola, ou de Espanha para Indias, seja escala livre, onde os Castelhanos, que empenham todos os senhores de engenho e lavradores de cana, a decima de todos os assucares, e o que fizerem com este assucar, terão obrigação de entregar seco e encaixado nos portos da Bahia e Rio de Janeiro, onde os navios d'esta carreira, conforme as toneladas de cada um, serão obrigados de os carregar, e trazer por conta e risco de Vossa Magestade livre de fretes e avarias. E este é o tributo que se põe aos navegantes, pela utilidade que d'esta restauração recebem, e se lhes tira sem desembolço algum, pelo modo mais suave e mais igual que póde ser.

Estes dizimos dos assucares do Brazil virão a ser 2.500 caixas, que fazem 50.000 arrobas, as quaes vendidas n'este reino a 5 cruzados, que é um preço muito moderado, de que n'estes primeiros annos não podem baixar, vem a montar 250.000 cruzados.

E ainda que este tributo pareça grande, considerados os damnos que com elle se evitam, e as utilidades que com

elle se conseguem, não será pezado aos homens do Brazil, porque além de remirem das mãos dos nossos inimigos e da fé uma tão principal parte d'aquelle estado, seguram a navegação dos seus assucares, e a maior parte dos que em outro tempo iam para Olanda; libertam-se os portos com que possam entrar os navios do reino e comprar mais baratas as drogas d'elle. Terão escravos de Angola em abundancia, e por preços muito acommodados; conservarão o valor do assucar, que, não se divertindo a outra nação, sempre será grande. E sobre tudo se livrarão dos riscos, que estão ameaçando todas as nossas conquistas, si nos embaraços da guerra de Castella continuar a de Olanda.

E quando n'esta contribuição, por não lavrarem todos assucar, se conheça alguma desigualdade de repugnancia dos povos, as comarcas de cada capitania applicarão meios proporcionados, com que a decima effectiva se comsiga, e os lavradores recebam da outra parte do povo aquillo em que se julgarem mais carregados.

Tambem se ha de advertir, que como esta decima se paga, não em dinheiro, sinão na mesma especie do assucar, não fica por isso impedindo-se pôr n'elle outros tributos, porque aquelle nem lhe levanta, nem lhe abaixa o preço.

2.ª *Partida*

Que toda a arroba de assucar, que entrar nos portos d'este reino, pague outro sim de direitos ordinarios, o branco 150 réis, e o mascavado 100 réis, que em 25.000 caixas, abatidas as 2.500 que vem por conta de Vossa Magestade, entrando a panella a 50 reis, montam 15.000 caixas com 300.000 arrobas de branco, 112.500 cruzados e por 5.000 caixas com 100.000 arrobas de mascavado, 25.000 cruzados; o que tudo vem a sommar 144.000 cruzados.

Este tributo toca mais de perto aos mercadores, os quaes o não devem ter por pezado pelos grandes interesses que d'elle lhe rezultam na maior largueza e segurança do commercio; e sobretudo pelo valor e reputação

em que se ha de conservar o assucar, ficando o estanque d'elle em Portugal, que é consideração que deve facilitar muito não só este direito, mas qualquer outro que sobre o assucar se pozesse; porque, si quando a arroba do assucar se vendia em Portugal por 1$200 réis, se pagavam os direitos ordinarios, hoje que se está vendendo a 2$080 réis, e se ganha no assucar cento por cento e mais, por que se não pagará um direito extraordinario, principalmente sendo tão moderado, e por tempo limitado, e para fins que são de tanta utilidade para o mesmo commercio?

3.ª *Partida*

Que toda a arroba de assucar, que sair dos portos de Portugal, paga de saca proporcionadamente o mesmo direito extraordinario da entrada, que em 22 caixas, (porque se dão para gastos do reino 3$000 réis) montam 140.000 cruzados.

E não pareça, que se carrega demaziadamente o assucar, porque este direito dos sacos propriamente não o paga o reino, cae sobre as nações estrangeiras, onde se vai a vender, que é modo de tributo muito uzado em outras partes, onde se estranha não se haver introduzido em Portugal pela muita facilidade e utilidade d'ella. E quem considerar que em França e Olanda paga o vinho e a cerveja, e outras couzas uzuaes maiores direitos do que ella valem, não terá este por immoderado. Monta todo este effeito do assucar, e nas trez partidas, 534.000 cruzados.

Para os prezidios do Brazil, e mais gastos d'aquelle Estado, se deixam rezervados os dizimos, e os direitos dos vinhos, que é sufficiente consignação para o numero da gente da guerra, que então será necessaria, como se vio em tempo de Diogo Luiz de Oliveira, e do Conde de São-Lourenço, em que na Bahia não houve tanta infantaria como hoje, e não ha mais do que então ha de haver.

3.° EFFEITO

O terceiro effeito é de páo-brazil, que em 10.000 quintaes, dados aos Olandezes n'este reino a preço de

5$000 réis, que é moderado, dão de si justamente 125.000 cruzados.

Estes 10.000 quintaes de páo-brazil se hão de fazer 6.000 em Pernambuco, e 4.000 em Porto-Seguro; e as custas, assim de cortar, como de carretos, até se pôr nos portos da Bahia e Recife, que não excederão á quantia de 12 ou 14.000 cruzados, se repartirão pelos moradores de todo o Brazil, que não forem lavradores de assucar, nem mercadores, por estes estarem carregados em outros tributos.

Do Brazil a Portugal trarão tambem este páo os navios da carreira, e não é oppressão consideravel, que o hajam de trazer gratuitamente, por que lhes serve de estivar o porão, e arrumar a caixaria.

E não se aponta maior numero, que o de 10.000 quintaes de páo-brazil, por que é a quantidade que costumam tirar os contratadores e os que podem ter gasto, e si fôr mais, abaterá muito o preço; mas quando os Olandezes queiram receber maior quantia, se lhe poderá dar até 15.000 quintaes do dito páo-brazil.

4.º EFFEITO

E' o estanque do sal dado na fórma do papel, a que Vossa Magestade mandou consultar, ou em outra que se ajustasse; mas sempre com preço feito e numero certo, que póde dar, não tendo mais que uns compradores, e por pela baixa que não tirem mais quantidade do que nos póde estar bem attendendo ao futuro.

Montará este estanque 120.000 cruzados; por que estando eu em Olanda, se offereceo por elle 100.000 cruzados no primeiro dinheiro; e não ha que recear as nações estrangeiras se escandalizem d'este contrato, por que nós não o temos feito com nenhuma d'ellas de lhe dar sal; e quando houvera algum empenho, se poderá fazer rezenha do numero dos navios que parecesse; em vender o que é nosso como melhor nos estiver, não fazemos injuria a ninguem. E si nós nos não offendemos dos estados das outras nações, porque se hão de ellas offender dos nossos, principalmente quando o fazemos por tempo limitado, e

por uma cauza tão justificada, e que redunda tanto no bem universal de toda a Europa? E tirando estas duas drogas, que cá temos, por nos remir, deixámos livres a todo o mundo todas as outras do Brazil e India.

Antes devem considerar as nações estrangeiras, que em nenhuma parte do mundo tem menos escandalo que em Portugal; porque nas outras partes nenhum estrangeiro póde negociar, nem exercitar arte com botica aberta; e não só pagam os tributos dos naturaes, mas se lhes impõem outros extraordinarios por lograrem o fruto das terras alheias; uzando-se o contrario nos portos de Portugal, e suas cidades com serem as mais acommodadas de toda a Europa para o commercio, aonde se trafica com maior utilidade, que não só tem liberdade os estrangeiros para exercitar qualquer genero de mercancia, ou arte com tenda aberta, nem só não são gravados com tributos particulares, mas ainda dos ordinarios que pagam os naturaes, são izentos, tendo maiores privilegios os estrangeiros em Portugal que os filhos; singularidade em que muito se deve reparar, e que pelo tempo adiante se póde remediar com grande prejuizo do reino.

Assim em respeito as outras nações não devemos negar aos Olandezes o estanque do sal, antes é bem que se lhes conceda este, e o do páo-brazil, principalmente não se lhes havendo de dar assucar, como logo se dirá, para que o interesse, que d'estes estanques lhes póde rezultar, os obrigue e convide a virem na compozição que se dezeja.

A gente com quem tratámos é uma companhia de mercadores, que não só lançam contra o que hão de receber, sinão tambem contra os avanços que dali pódem tirar; e quantos estes forem maiores, quanto mais facilmente se reduzirão a concerto e farão por menos preço; e a este fim de tal maneira devemos attender ás nossas conveniencias, que não se estorvem, antes se ajudem as suas, porque de outra sorte não se conseguirá nada.

Montam estes effeitos, na fórma que se propõe, 1.034.000 cruzados. Os quaes effeitos, consideradas todas as circunstancias, parece são os mais acommodados que se podem arbitrar por concorrerem n'elles todas

as qualidades que podem fazer aceitavel, e ainda leve, uma carregação tão odioza como é a dos tributos.

Porque primeiramente são estes effeitos muitos pela moderação, com que se assignam os preços e as quantidades, dos quaes ainda na maior quebra não poderão deixar diminuição consideravel.

Pela mesma cauza são effeitos de um milhão, havendo de ser os pagamentos de 500 a 600.000 cruzados, acudindo-se á falencia que communmente se experimenta nos arbitrios, e ainda mais bem fundados, em que a pratica nunca se ajusta com a especulação; e assim se dão 400.000 cruzados de quebra, para o que póde occazionar a contingencia das novidades, das navegações dos preços com que fiquem sempre seguros, e effectivos os 600.000 cruzados.

De suave tem tudo o que com o nome de tributo se compadece, por que o modo de arrecadação é muito facil sem violencia alguma. Os generos são só quatro; e os dois d'elles, que não offendem, nem pertencem a ninguem, que são o sal, e páo-brazil, e finalmente são effeitos em que o que se recebe é mais de um milhão e o que se tira em substancia não chega a 300.000 cruzados; porque a decima do assucar no Brazil valerá 100.000 cruzados; o páo-brazil 12.000 cruzados; os direitos de 2$000 réis em Angola 40.000 cruzados; e da entrada dos assucares em Portugal 144.000 cruzados; o que junto vem a montar tudo 299.000 cruzados, e tudo mais são direitos antigos, e como naturaes dos mesmos generos cauzam augmentos industriaes com o concurso dos vassallos, mas quazi insensivel.

E sendo que a fazenda de Vossa Magestade tem d'esta compozição grandes consequencias em vistas maiores para o futuro, não só concorre nem fica carregada nas contribuições d'ella, mas recebe no mesmo tempo augmento de 400.000 cruzados; 200.000 que hão de crescer dos direitos de Pernambuco, que em outro tempo eram e serão adiante mais de 400 e 800, 200.000 das entradas e sahidas que hão de vir a este reino para se navegarem para Pernambuco e Angola. E para se

aceitarem e conseguirem estes effeitos, se devem observar com algumas advertencias, que são as seguintes:

Primeira: que Vossa Magestade de sua real palavra mande fazer uma lei (si fôr necessario), em que se dê toda segurança aos homens do Brazil, e mais comprehendidos n'este tributo, de que não durará mais annos do que aquelles que forem necessarios para o desempenho d'este resgate.

Segunda: que a cobrança d'estes effeitos, nem a despeza delles, corra pelos ordinarios ministros de Vossa Magestade, sinão por procuradores das camaras, ou communidades, a que cada um pertencer, eleitos por ellas mesmas por evitar a ordinaria desconfiança que tem os povos, de que as contribuições que vão por um effeito se applicam e divertem a outros.

Terceira: que aos Olandezes se não deve permittir assucar algum, porque não sendo Portugal senhor de todo o assucar, não se poderá conservar no valor que tem estes annos, sem o qual ficaria demaziadamente carregado, e não se poderiam tirar d'elle os dois tributos que lhe acrescem.

Quarta: que se tenha cuidado com que os mestres dos navios da carreira do Brazil, por occazião das caixas que hão de trazer gratuitamente, não levantem o preço das toneladas, porque seria eximir-se por esta via da parte que lhes toca da contribuição, a carregarem sobre os lavradores do Brazil e mercadores, em offensa da igualdade que se pretende.

Quinta: que a quantia do dinheiro, que se houver de pagar aos Olandezes, seja pelo preço da nossa moeda, que diminue em Olanda a 18 e 20 por cento, e quando se possa conseguir, seja ao menos de maneira, que assim como nós pagámos pelo preço da moeda de Olanda, a que consentirmos dar em dinheiro, assim tambem elles nos paguem pelo preço da sua moeda, a que consentirem dar pelos dois estanques do sal e páo-brazil, para que se recompense, ou modere em uma parte o que se perder na outra.

§ 5. Com que fianças se hão de segurar os pagamentos emquanto correm os prazos

Uma das maiores difficuldades d'este negocio são as fianças do dinheiro, porque como este se não ha de acabar de pagar sinão em espaço, quando menos de seis annos, parecer-lhes-á aos Olandezes, que entregar sem receber, é dar o certo pelo duvidozo; e como pela maior parte são inimigos nossos, acrescentam esta duvida com discursos menos affeiçoados que fazem sobre a firmeza da nossa conservação; e geralmente, para que os pagamentos que promettemos se tenham por mal lançados, basta saber-se,que é Portugal um reino,que está actualmente em guerra, e embora rico e opulento se pode duvidar que tenha cabedal bastante para sustentar os gastos d'elle, quanto mais para pagar no mesmo tempo sommas tão consideraveis de dinheiro,como os que pede a compra de metade de um tão grande estado, e tantas praças de outros; assim que é certo, que os Olandezes não hão de vender, e muito menos entregar sem fianças muito abonadas e seguras, assim de toda a quantia de dinheiro, como da pontualidade dos pagamentos.

Em uma instrucção particular do embaixador de Olanda me parece, que diz, el-rei de França pedirá o seu fiador d'esta compra; mas os Olandezes não são tão mal seguros nos seus interesses que hajam de aceitar fiador, a quem não possam obrigar.

Com refens se costuma muitos vezes segurar similhantes contratos; mas os penhores d'este genero nas circunstancias prezentes, além das duvidas acima referidas, levam comsigo a duvida,que nem em Portugal ha hoje pessoas das que possam ir a Olanda, em cuja prezença ou resgate se haja de ter lá por segura a satisfação de tão grande divida, pelo que será necessario uzar um de dois meios.

O primeiro, e o que a nós mais nos convém, e o que os Olandezes melhor aceitarão, é que os mercadores portuguezes tomem sobre si a obrigação e fiança de fazerem estes pagamentos, não por suas pessoas, que n'elles corre a mesma duvida, mas em cabeça de mercadores de Olanda seus correspondentes, os quaes mercadores

de Olanda se obriguem a pagar como fiadores e principaes devedores, nos mesmos tempos, em cazo que de Portugal se falte á dita satisfação.

Si o reino estivesse em paz, não fora difficultozo alcançar dos mercadores esta fiança; mas como os successos da guerra são varios, nenhuma couza está mais sugeita a seos accidentes que o commercio. Para vencer este temôr em uns e outros mercadores, será necessario uzar dos meios com que os homens se costumam animar a emprender as couzas arriscadas; estes poderiam ser, comprar Vossa Magestade este seguro a um preço acommodado a um tanto por melhor, fazer algumas mercês, e dar privilegios aos mercadores, como costumam os principes por menos consideraveis serviços; e alem dos mesmos effeitos, consignar-lhes, em falta d'elles, todos os direitos do Brazil, e dar-lhes todas as mais seguranças dentro e fóra do reino, com que elles se contentarem, que para tão grande quantia nunca serão demaziadas.

E quando dos mercadores se conseguisse só parte da fiança e não toda, em tal cazo fica só o segundo meio, posto que menos conveniente, que é ficarem os Olandezes com algumas das fortalezas, de que estão de posse, para as ir largando, assim como forem recebendo; e si, tomado este assento, se contentassem com que nos pagassem só metade dos seos prezidios, pois os conservam para segurança do que lhes devemos, seria favoravel partido.

§ 6. Como se compram as dividas dos mercadores de Pernambuco

A compozição das dividas entre uma e outra parte, não è menos embaraço d'este negocio, por que não estão empenhados n'elle só os das companhias, mas muitos outros mercadores e pessoas particulares de Olanda, de quem os Portuguezes de Pernambuco têem recebido tão grandes sommas de dinheiro; e não falta quem cuide, que a cubiça de se levantarem com ellas, ou a impossibilidade de as pagarem, foi um dos principaes motivos d'aquellas capitanias se levantarem; e todos os que em Olanda estão interessados n'estas dividas, é certo, que hão de

rezistir aos concertos, si d'elles não entrarem em melhores esperanças de cobrar o perdido.

Mas a circunstancia que mais difficulta, são os modos illegitimos, por que as fazendas de Pernambuco se venderam, e se possuem ainda hoje. E por que muitos dos que as conpraram e receberam dos Olandezes, que não tinham n'ellas mais direito que o das armas com que as occupou o inimigo, e por ser a guerra injusta, seos primeiros e antigos senhores não perderam o dominio d'ellas, e têem direito e acção para as repetir, principalmente sendo os mais d'elles tão benemeritos, que por guardar maior fidelidade as deixaram; de maneira que no mesmo tempo se ha de pedir ao possuidor da fazenda, por parte do legitimo senhorio, as propriedades; e por parte dos Olandezes o preço d'ellas; e tudo o mais que sobre ellas lhes vendeo, ou ficou; e faltar ao primeiro, tanto seria offensa da justiça, como faltar ao segundo, impossibilitando a compozição; pelo que se devem buscar meios, ainda que custozos, com que se possam concordar estas difficuldades.

O primeiro, e mais livre de inconvenientes, é compôr-se Vossa Magestade universalmente com todo os credores de Olanda por quantia certa, e a certo espaço de annos.

Este preço se cobrará nos mesmos devedores de Pernambuco conforme a sua possibilidade das dividas, quanto poder ser, sem offensa dos legitimos senhorios das fazendas, e para o que faltar, continuarão os mesmos tributos pelo tempo que fôr necessario.

O preço, que se poderá dar por estas dividas, parece, que seria justo até metade do que ellas valerem, segundo a mais certa estimação.

Entendo, que os credores virão em aceitar este partido, principalmente si fôr ajustado de alguma industria, segundo as poucas esperanças que no estado prezente podem ter de cobrar em Pernambuco o que se lhes deve; por que, ou os Olandezes hão de recuperar a campanha com as armas, ou si a recuperação não fizerem, perdidas estão todas as dividas; e si as recuperam, tambem estão perdidas, porque não ha fazenda nem Portuguez de quem as cobrem.

Esta razão conhecem muito bem os Olandezes sem que nós lha demos; e si ha outras muitas e muito mais

efficazes que se lhe podem dar, e com circunstancias tão apertadas, que por qualquer caminho hão de perder tudo, de crêr é, que queiram antes cobrar metade; mas quando ainda assim se não contentassem, o meo parecer era, e será sempre, que por dinheiro não deixemos de nos compôr, que é o partido mais seguro e mais barato.

Em cazo porém que os Olandezes se conformassem mais em arrecadar suas dividas das mãos dos Portuguezes em Pernambuco, ou por si, ou por seos procuradores, seria meio este por ventura mais facil á concluzão do negocio, e que se lhes deve conceder; e no cazo seria tambem conveniente, que em quanto durasse esta arrecadação, tivessem os Olandezes n'aquellas capitanias, um, dois, ou mais consules para este effeito; e Vossa Magestade outros tantos julgadores, pessoas de justiça e capacidade, entre as quaes, com menos desconfiança, se determinassem e compozessem os pleitos de ambas as nações.

E quando a difficuldade dos terceiros passuidores se pode remediar, por um dois dos modos, ou havendo Vossa Magestade por bôas as ditas vendas dos Olandezes em todo, ou em parte, quanto fòr necessario para o effeito da paga, e satisfazendo em dinheiro, por moderadas avaliações, aos direitos senhorios das fazendas, ou dando a satisfação em dinheiro aos Olandezes, e restituindo-se as fazendas a quem pertencerem; e a eleição d'estes dois modos fique ao arbitrio dos juizes, ou a contentamento dos Olandezes, por que assim se lhe escuza todo o motivo da queixa.

§ 7. Este é, Senhor, o meo parecer, posto que menos dilatado do que pedia tão grande materia; mas deixei de multiplicar razões, por que quando contra o que aqui se reprezenta se offereçam algumas duvidas, Vossa Magestade será servido de me mandar satisfazer a ellas; para que, ponderadas umas e outras, se conhecesse melhor a verdade e o serviço de Vossa Magestade; e em negocio tão importante, consiga Vossa Magestade os acertos e felicidades, que o meo zelo lhe dezeja.

Lisboa 14 de Março de 1647.

(*Copia da Bibliotheca Publica Eborense*).

CONVOCAÇÃO

DO

BISPO DE ANGOLA

PARA O

Sinodo da Bahia em 1707

Don Sebastião Monteiro da Vide, por mercê de Deos e da Santa Sé Apostolica, Arcebispo Metropolitano da Bahia, Primaz do Estado do Brazil,e do Conselho de Sua Magestade, etc.

Ao Illm. e Rvm. Sr. Bispo de Angola, do Conselho de Sua Magestade, auzente, aos Reverendos Deão, Dignidades, Conegos, e Cabido do dito Bispado, saude, e paz em Jezus Christo,Nosso Senhor,que de todos é verdadeiro remedio e salvação.

Fazemos saber, que dezejando Nós (quanto nos é possivel com a graça de Deos) satisfazer ás muitas e grandes obrigações que carregam sobre nossos fracos hombros n'este officio pastoral, que tão indignamente occupámos;

E considerando que é cauza de muitos e prejudiciaes abuzos a falta de constituições diocezanas, as quaes os Illms. Srs. nossos antecessôres não fizeram por justas occupações que lhe impediram, e por esta razão mandavam guardar as do arcebispado de Lisboa, que em muitas

couzas se não podiam acommodar a estas remotas provincias, nós resolvemos a fazer ditas constituições.

E obedecendo ao Sagrado Conselho Tridentino, que muito nos encommenda, e manda no cap. 2º ses. 24 *de Reformatione*, façámos sinodo provincial cada triennio, pelo muito proveito que rezulta para as almas dos fieis, e para bom governo da Igreja, e ministros d'ella, o qual sinodo ainda se não tem feito n'esta parte pelas muitas difficuldades que sempre se offereceram, além das que ainda perseveram, que são as distancias de tantos e tão perigozos mares; cessando porém agora as primeiras em parte resolvemos a congregal-o com a graça divina por acharmos na nossa vizita, que agora acabámos de fazer de nosso vastissimo arcebispado, que ha muitas couzas que necessitam de precizo e prompto remedio.

Por tanto determinámos dar principio ao dito sinodo em dia de Paschoa do Espirito Santo, que embora virá, em que se contam 12 de Junho do anno que vem de 1707; pelo que exortamos na fórma do mesmo sagrado Concilio, e da nossa parte pedimos por mercê ao dito Illm. Sr. Bispo queira assistir por si, ou por seo bastante procurador, para que as resoluções que se tomarem no dito sinodo com seu parecer sejam acertadissimas. E si o dito Illm. Senhor entender, que ha algumas couzas particulares, que para bom governo da Igreja, e direcção do estado eccleziastico sejam necessarias, será servido mandar-nos uma memoria para que com maduro conselho se tratem e determinem.

E por que sem o favor e auxilio da Divina Magestade nem uma couza se póde cuidar, quanto mais fazer que seja boa, como diz o Apostolo, portanto encarecidamente pedimos e rogamos ao Illm. Sr. Bispo seja servido mandar ordenar aos parocos do seu bispado, que exortem e admoestem a seus freguezes a que se confessem e communguem muitas vezes, exercitando-se em obras pias e pedindo a Deos, Nosso Senhor, se sirva de darnos seu favor e graça para que tudo o que se tratar, fizer e ordenar no dito sinodo se encaminhe a seu santo serviço; e que mande publicar esta nossa carta na sua Igreja cathedral, para que havendo n'esse bispado algumas outras

pessoas que por direito sejam obrigadas assistir ao dito sinodo lhe chegue a noticia do dia em que o celebramos, para que por si ou seus procuradores se achem n'elle.

Dada na Bahia sob nosso signal e sello de nossas armas aos 22 do mez de Junho de 1706 annos. E eu o padre Manoel Ferreira de Matos, secretario de Sua Illustrissima a fiz escrever e subscrevi.

S. Arcebispo da Bahia.

GRANDE TEMPESTADE NA BAHIA

NA

NOITE DE 19 DE MARÇO DE 1721

Em 19 de Março dia do patriarca S. Jozé pelas 11 horas da noite, houve n'esta cidade grandes trovões que parecia que se acabava a Bahia, e n'este trovejar cahiram varios coriscos tanto em terra como no mar; no mar fez destruição a seis navios, donde entrou a náo de guerra, e os outros mercantes donde fez varias destruições como de mastro, e perigos de algum grumete; e em terra tambem cahira em varias cazas, não offendendo a ninguem, e no Carmo d'esta cidade cahio um corisco, em uma varanda nova que se andava fazendo, e destruio em algumas partes; e em a capella dos terceiros de S. Francisco tambem cahio outro em que quebrou uma cruz de pedra, que estava no alto da capela-mór, pela parte de fóra, e já digo a Vossa Paternidade, que os trovões foram tão grandes, e junto com elles muita chuva, e sem vento, e estes avizos só succede na Bahia. Deos, Nosso Senhor, nos acuda pelo seu divino amor, pois são tão grandes os peccados que ha n'esta terra, que fazem gala d'elles, principalmente no sexto mandamento; não digo mais, só sei, que n'essa noite vi a morte diante dos olhos em o castigo que Nosso Senhor nos mostrou. Tocaram-se os sinos das igrejas, foi aplacando a sua ira, mas comtudo durou cinco horas. E' o que posso avizar a Vossa

Paternidade por papel; na frota que Deos a leve a salvamento pessoas que vão n'ella, que viram o tal successo, lhe contarão a Vossa Paternidade a realidade em que se vio a Bahia com o tal castigo que nos mostrou. 1721.

MAPPA DA CARGA EMBARCADA PARA LISBOA EM OS NAVIOS DA PREZENTE FROTA EM 12 DE AGOSTO DE 1768

	ATANADOS	ARROBAS DE ALGODÃO EM RAMA	ARROBAS DE ARROZ	ARROBAS DE CERA	ARROBAS DE GENGIVE	MADEIRAS PARA NAVIOS	DINHEIRO	TOTAL DA COMPANHIA
M. de Deos..	4.524	5.787	31 e 19	101	223	29	2:596$515	
S. Lazaro...	3.940	3.576	25 e 21	....	....	70	1:721$288	
S. João.....	4.892	2.015	24 e 26	....	....	8	1:691$953	
S. Paulo...	435	2.317	12 e 30	....	....	14	....	
S. Antonio.	2.841	1.318	25 e 22	....	....	11	....	
S. Sebastião	4.191	687	18 e 15	87	337	....	....	
	20.823	15.700	139 @	188	560	132	6:009$756	90:481$332

MINERAÇÃO PRIMITIVA NO BRAZIL

Nota

Este Regimento para as Minas da Repartição do sul é, como se vê do seu contexto, o primeiro que foi expedido com o fim de regularizar o desenvolvimento d'ellas. Parece tambem ser inedito. Com effeito o Visconde de Porto-Seguro só o cita incidentemente e de modo inexacto na secção XXIII da sua Historia Geral do Brazil (pag. 701, 2ª edição).

Na secção XLII, que consagra ao estudo do descobrimento das minas de ouro e de diamantes, não faz referencia alguma pozitiva a este regimento.

Roberto Southey, na sua historia do Brazil, não o menciona, e convém acrescentar, que o alvará mandando *largar as minas aos seus descobridores*, de que o mesmo Roberto Southey faz uma larga expozição (cap. XXIII) não é como elle affirma, de 15 de Agosto de 1618, mas sim de 15 de Agosto de 1603, e isto se evidencia de um dos capitulos d'este regimento.

Abreo Lima na sua Sinopsis tambem não o menciona.

O Dr. Francisco Ignacio Ferreira no seu Repertorio Juridico do Mineiro é tambem omisso a respeito d'este regimento.

Archivo Publico do Imperio 5 de Outubro de 1888.
O official, *Francisco de Salles de Macedo*.

Regimento de Sua Magestade para as minas da repartição do sul.

Eu el'rei, faço saber a vos Salvador Correia de Sá y Benavides, fidalgo de minha caza, general da frota do estado do Brazil, que por se me reprezentar que nas capitanias de São-Paulo e São-Vicente, ha minas de ouro, prata e outros metaes, que, benificiando-se, poderão ser de grande utilidade á minha fazenda e vassallos, encarreguei a D. Francisco de Souza, que foi do meu conselho, da averiguação e benificio d'ellas, em que não pôde fazer couza de consideração, por succeder falecer em breve tempo, e depois o vosso avô Salvador Correia de Sá; e porque, pelos ditos respeitos e outros de meu serviço, convem muito averiguar-se a verdade e certeza d'ellas, confiando de vós pela muita experiencia que tendes das couzas d'aquellas partes, e pelas que concorrem em vossa pessoa, verdade e zelo que tendes de meu serviço, que me servireis n'isso á minha satisfação: Hei por bem de vos encarregar da averiguação das ditas minas, deixando em vossa prudencia o modo que n'isso haveis ter, e diligencias que haveis de fazer para se conseguir este intento, com mais certeza e brevidade, lembrando-vos que me não haverei por menos servido de vós, em se averiguar que ha as ditas minas, e que são de importancia, que o averiguar-se que as não ha, contanto que por descuido, negligencia e pouca industria, se não deixe de fazer tudo o que convem para uma e outra couza, e para este effeito hei por bem, que tenhaes a jurisdição seguinte. Estareis em todo o tocante as ditas minas, e diligencias que sobre ellas houvereis de fazer izento do Governador geral d'aquelle Estado do Brazil, o qual não poderá mandar sobre vós couza alguma, e para esse effeito lhe derogo por estes seus poderes, para todas as couzas, e diligencias que ordenares para averiguação e benificio das ditas minas; tereis jurisdição, e alçada sobre todos os capitães das ditas capitanias de São-Paulo e São-Vicente, e das fortalezas, cameras, justiças e ministros d'ellas, e das minas, e sobre todas as pessoas naturaes moradores e estantes n'ellas, os quaes todos para o dito effeito serão obrigados

a cumprir vossos mandatos como de seu superior, o qual vos assim concedo, confiando de vós que uzareis d'este poder de maneira que fazendo.........(*) ao bem das ditas diligencias e meu serviço não.........(*) de desavenças, como espero de vossa prudencia, e para o que vos fôr necessario das mais capitanias do dito Estado, mando ordenar ao Governador geral d'elle e aos mais capitães, e ministros da justiça e fazenda d'ellas vos acudam com aquillo que lhe pedirdes e fôr mister, para bem do entabolamento das ditas minas, e boa administração d'ellas, e quando elles não vos acudam, então protestareis contra elles, e me dareis conta.

Porquanto as rendas reaes das ditas capitanias, e das mais do sul, de mais de estarem applicadas aos pagamentos das ordinarias, e sustento dos prezidios, tendo de novo mandado applicar os sobejos com os mais effeitos que houver aos socorros de Angola, por cuja razão não é possivel valer-se d'elles para se começar esta fabrica e entabolamento das minas, espero de vós, e de vosso tio Duarte Correia Vasqueanes, que n'isto vos ha de ajudar e succeder nas vossas auzencias por convir assim a meu serviço, supraes com vossa fazenda, e elle com a sua, e creditos as despezas que n'isto se fizerem, pagando-se de tudo o que assim despenderes do rendimento das mesmas minas, além de que tenho entendido, que si metteres logo quantidade de indios d'esta fabrica, como em toda a terra das ditas capitanias se acha ouro, havendo n'isso boa ordem, se poderá tirar com que se sustente esta gente, e juntamente ajuntar cabedal para se irem buscando os mineraes e betas, de que se possa tirar maior substancia para as ditas minas se entabolarem, e se porem as fabricas em sua perfeição. Sendo-vos necessario para averiguação e benificio das ditas minas valerdes-vos dos indios, que ha nas ditas capitanias, que não estão domesticados, dareis conta ao Governador geral e seguireis n'isso as ordens, que elle vos der, a quem mando escrever proceda n'isso como entender, que mais convem a meu serviço, e melhor e mais

(*) Illegivel no original.

breve effeito do que se pretende, como tambem lhe mando encarregar, que vos dê toda a ajuda e favor que cumprir para melhor fazerdes a diligencia a que ides.

E porque ha noticias pelos avizos que se tiveram de vosso avô, que de mais das minas de São-Paulo ha outras em que até agora se não bolio, nem havia outrem que tivesse noticia d'ellas, sinão elle: Hei por bem que depois de terdes averiguado a certeza das ditas minas de São-Paulo, façais as diligencias, que entenderes serem necessarias se averiguar a certeza d'ellas, e achando-se, e sendo de importancia, mandarei por esse respeito fazer aos que vos acompanharem na empreza as mercês que merecerem. Hei por bem, que para melhor effeito d'estas diligencias vá em vossa companhia um letrado, que emquanto ellas durarem sirva de ouvidor assim para escrever com vosco por sua mão todas as couzas necessarias, e que lhe ordenares nas ditas capitanias, e conhecer de todas as cauzas civis e crimes, que nas ditas minas succederem, e se tratarem entre as pessoas que andarem n'ellas, e nas diligencias, e couzas que lhe ordenares, para o que lhe nomeareis uma pessoa de satisfação, que sirva com elle de escrivão, a quem por virtude d'este regimento passareis carta, e lhe dareis juramento para haver de servir o dito officio emquanto durarem as ditas diligencias.

Achando-se as ditas minas assim umas como as outras ou qualquer d'ellas tendo bem notado sua bondade e certeza com informações que para isso tomareis das pessoas de mais pratica e experiencia, averiguareis tambem com as mais informações o que convém, e é necessario, que se faça para sua administração, avizando-me de tudo mais particular e miudamente, e muito amiudo para mandar ordenar o que houver por mais meu serviço, e emquanto não fôr ordem minha em contrario, correreis com a administração das ditas minas, procurando com todo o cuidado que se não descaminhe o que pertencer á fazenda real. Para que se consigam os bons effeitos das ditas minas: Hei por bem, que qualquer pessoa que estiver condemnada em degredo para alguma outra parte, o possa ir servir nas ditas minas com declaração que os taes degradados não serão de galés, nem se

poderão tirar d'elles nenhum ainda que seja official, e que com certidão vossa, ou de quem vos succeder no dito cargo de como a tal pessoa servio nas ditas minas o tempo que tinha de degredo, lhe será levado em conta...... (*) passar alvará de perdão em forma.

Hei por bem que acontecendo morrerdes vós, ou o dito vosso tio Duarte Corrêia estando servindo o dito cargo, poderá qualquer de vós que servir no transito referido nomear (emquanto eu não prover) a pessoa que parecer, fiando de cada um de vós que será a de que tiverdes maior satisfação, e servir até eu mandar prover, por não pararem as minas nem se perder o que já estiver obrado. Hei outrosim por bem que vós ou o dito Duarte Corrêia, vosso tio, emquanto vós ou elle servir o dito cargo, hajam ordenado em cada um anno quinhentos mil réis, e trezentos mil réis mais de merce ordinaria, para repartirem pelas pessoas que andarem nas fabricas das minas, e tudo será pago do rendimento do procedido d'ellas.

Haverá tambem um provedor das ditas minas, o qual terá de ordenado em cada um anno quatrocentos cruzados, e um tezoureiro com trezentos cruzados cada anno de ordenado, que ambos serão pagos dos trezentos mil reis, que pelo capitulo antecedente vos mando dar de mais e ordinaria cada anno para repartires, ou o dito Duarte Corrêia, pelas pessoas que nas ditas minas andarem.

Hei outrosim por bem que haja nas ditas minas os officiaes, seguintes : dois mineiros de ouro, que haverá cada um seiscentos cruzados de ordenado cada anno ; um mineiro de ouro de betas, outros seiscentos cruzados; dois mineiros de prata, que haverá cada um seiscentos cruzados; um ensaiador seiscentos cruzados; um mineiro de perolas seiscentos cruzados ; um mineiro de esmeraldas, seiscentos cruzados ; um mineiro de salitre quinhentos cruzados ; dois mineiros de ferro, haverão ambos quatrocentos cruzados ; tudo do rendimento das ditas minas, com declaração que não vencerão nada dos ditos ordenados, sinão do ouro de betas, e não do de lavagem.

(*) Illegivel no original.

E porquanto no alvará que mandei passar em 15 de Agosto do anno de seiscentos e trez, houve por bem por fazer graça e mercê a meus vassallos, e por outros respeitos de meu serviço, de lhes largar as minas, que nas partes do Brazil estavam descobertas de ouro e prata, dos descobridores d'ellas para que facilmente se podesse descobrir outras; e que as podessem benificiar, e aproveitar a sua custa e despeza, pagando á minha fazenda o quinto somente de todo o ouro e prata que das ditas minas se tirasse, salvo de todos os custos; depois dos ditos metaes serem fundidos, e apurados, e dei a forma e modo que se havia de guardar no descobrimento, repartição; e tudo o mais tocante as ditas minas: Hei por bem, que o dito alvará, e todo o disposto e declarado n'elle se cumpra inteiramente como n'elle se contém, o qual se vos dará com este reformado, e assignado por mim.

E para que os ditos meus vassallos e principalmente os moradores das ditas capitanias, e os descobridores das minas, e mais pessoas que n'ellas trabalharem, fiquem ainda com maiores avanços e utilidades: Hei por bem, que no lugar que mais acommodado vos parecer, façaes caza da moeda, em que as pessoas que tiverem ouro, e o quizerem fundir em moeda, o possam fazer, as quaes moedas serão da mesma maneira que n'este reino se fazem de trez mil reis, e de mil e quinhentos reis, e de setecentos e cincoenta reis, e na fabrica da dita moeda e arrecadação dos avanços que rezultarem para minha fazenda, e boa administração de tudo se procederá na forma das ordens, que tenho dado na caza da moeda d'esta cidade, que com os cunhos das ditas moedas se vos hão de entregar, e o que proceder d'este cunho para minha fazenda, como fica referido, se ha de carregar em livro separado, e com distinção do outro rendimento das minas.

Esta instrucção e regimento pela maneira que n'elle se contém, cumprireis, e mando ao Governador geral do Estado do Brazil, e a todos os ditos capitães, justiças ministros, officiaes e pessoas das ditas capitanias a quem pertencer, que assim o cumpram, e façam em tudo cumprir, sem duvida nem embargo algum, e sem embargo de seus regimentos, e de quaesquer outras provizões e instrucções

que em contrario hajam, porque assim o hei por meu serviço, e este valerá como carta, e não passará pela chancellaria sem embargo da Ordenação do 2° livro tit. 43 e 44, que dispõem o contrario, e se registrará nos livros das camaras das ditas capitanias, e dos feitores, e almoxarifes d'ellas para a todos ser notorio.

Pascoal de Azevedo a fez em Lisboa a 7 de Junho de 1644. E eu o secretario Affonso de Barros Caminha o fiz escrever.

REI

O Marquez de Montalvão.

Regimento de que ha de uzar Salvador Corrêia de Sá y Benavides, fidalgo da caza de Vossa Magestade, general da frota do Brazil, no descobrimento e entabolamento das minas de São-Paulo e São-Vicente, e as mais pessoas que lhe succederem, como n'elle se declara. Para Vossa Magestade ver. Por rezolução de 30 de Maio de 644, o qual traslado do regimento eu Diogo Vaz de Escobar, escrivão da fazenda real n'esta cidade do Rio de Janeiro, fiz registrar de proprio que tornei ao administrador Pero de Souza Pereira, e vai na verdade sem couza que duvida faça, em fé do que subscrevi e assignei. *Diogo Vaz de Escobar.*

A PRIMEIRA ASSEMBLÉA LEGISLATIVA

NO

BRAZIL

§ 1.

A *House of Burgesses* de Virginia, eleita em 30 de Julho de 1619, foi a primeira assembléa legislativa no Novo-Mundo.

Na America do Sul porém cabe á cidade *Mauricia*, capital do Brazil Olandez, a honra de ter sido a séde da primeira assembléa eleita por voto popular e convocada para formar leis geraes do Estado.

Esse facto, um dos mais notaveis do governo do Conde João Mauricio de Nassau, passou quazi despercebido aos escriptores coevos. Barleus e Manoel do Salvador nos transmitiram a noticia em algumas poucas linhas. Felizmente possuimos hoje as *Actas* d'essa assembléa, de que se encontrou um exemplar em olandez no archivo publico de Haya, e que foi traduzido e publicado nas *Revistas do Instituto Archeologico* de Pernambuco.

O Conde Mauricio, tendo triumphado da frota espanhola ao mando do Conde da Torre, e suppondo por isso sopitadas todas as veleidades de levantamento da parte dos moradores portuguezes, de cujo auxilio elle precizava para restabelecer a tranquillidade publica no seio da colonia, julgou, como politico habil e sagaz,

que a occazião era a mais azada para formar *côrtes*, reunindo os reprezentantes do povo portuguez em torno de si e do Supremo Conselho, afim de deliberarem em commun sobre os negocios publicos.

A um espirito vulgar, enebriado pelo triumpho, occorreria naturalmente a idéa de empregar meios de violencia para a raça vencida. Mauricio pensou pelo contrario, que devia tratar os moradores portuguezes como cidadãos de um Estado livre, e pedir-lhes os seus conselhos e o seu concurso para consolidar a paz da colonia, cuja prosperidade sómente dependia d'esta condição.

Convocou pois uma assembléa geral dos povos das capitanias conquistadas, a qual se comporia de delegados das *camaras de escabinos* e de reprezentantes eleitos pelos moradores portuguezes dos respectivos distritos.

A assembléa reunio-se no *palacio das Torres*, ou *Friburg*, sito na cidade Mauricia, e os seus trabalhos se prolongaram de 27 de Agosto a 4 de Setembro de 1640, tomando parte n'elles 55 membros, todos Portuguezes d'entre os mais *nobres e graves*, segundo a expressão do *Valorozo Lucideno*.

As camaras e os distritos reprezentados foram os seguintes:

Camara da cidade Mauricia, 3 escabinos; distrito da Varzea, 3 moradores; do Cabo, 3 moradores; de Ipojuca, 4; de São-Lourenço, 3; de Muribeca, 4; de Santo Amaro Jaboatão, 2; de Paratibe, 3; camara da Parahiba, 2 escabinos; respectivo distrito, 3 moradores; camara de Itamaracá, 2 escabinos; respectivo distrito, 4 moradores; camara de Iguassù, 2 escabinos; respectivo distrito, 4 moradores; camara de Serinhaen, 1 escabino; respectivo distrito, 4 moradores; Porto-Calvo, 2 escabinos; respectivo distrito, 4 moradores.

Gaspar Dias Ferreira fez parte da assembléa como escabino da cidade Mauricia; João Fernandes Vieira e Antonio Cavalcante, como reprezentantes da Varzea. Entre os deputados notam se os nomes de Arnáo d'Olanda, Duarte Gomes da Silveira, Pedro e Vasco Marinho Falcão, Amador de Araujo, Bartholomeo Lins de Almeida e outros

dos principaes moradores. Na verdade estava ali reunida a *elite* da população portugueza.

As *Actas* começam pelo que hoje se denominaria *regulamento interno* da assembléa.

Segundo esse sucinto regulamento, o deputado era obrigado, debaixo de juramento, a guardar absoluto segredo sobre o que na assembléa se tratasse até o seu encerramento.

Os deputados se reuniriam diariamente ás 8 horas (*sic*) da manhan ; tomariam assento em uma ordem predeterminada, e não poderiam sair da cidade sem prévia licença do governo.

O Conde e os demais membros do Supremo Conselho prezidiriam a assembléa e submetteriam a sua approvação varias propostas, ás quaes poderiam ser offerecidas emendas, additivas ou suppressivas, como se diz em estilo moderno.

Nenhum deputado poderia falar sem ser interrogado, mas a cada um dar-se-ia tempo para dizer o que entendessea bem da Republica; porquanto não se tomaria rezolução alguma sem que todos tivessem sido ouvidos.

Approvadas as propostas do governo, os deputados poderiam aprezentar tambem as suas por escripto. Mas tanto as suas propostas, como as emendas ás do governo, seriam primeiramente communicadas ao Supremo Conselho, que, julgando-as uteis, as submetteria á votação da caza.

Ao deputado era recomendado, que se abstivesse de allegar razões que dicessem respeito ao seu interesse particular, bem como lhe era vedado dar votos negativos sem justifical-os.

« As propostas que forem approvadas, conclue o regimento, serão assignadas pelos membros da assembléa, *vigorarão como leis* e *serão inviolavelmente guardadas n'esta Republica*.

Os trabalhos da assembléa foram inaugurados por uma *fala*, que lhe dirigio o Supremo Conselho, e cujo objectivo era fazer sentir a solicitude do governo colonial, no tocante á administração da justiça civil e criminal pela creação dos tribunaes de escabinos, onde entrava o

elemento portuguez, bem como decretando todas as medidas tendentes a estabelecer a ordem e a paz publica, e a extirpar abuzos inveterados, provenientes do anterior estado de guerra, mas que tinham tambem origem na pouca affeição dos Portuguezes para com os Neerlandezes.

« Querendo nós pelo contrario, continúa a *fala*, patentear a estima, que votámos aos Portuguezes, rezolvemos convocar esta assembléa dos principaes do povo para tratarmos comvosco sobre os males que a Republica soffre, e provel-os dos remedios mais efficazes com approvação e aprazimento vosso ; materia esta em que cada um de vós advertirá o que Deos lhe inspirar, procedendo e respondendo no temor do Senhor, com dedicação á Republica e amor as suas altas potencias os Srs. Estados-Geraes, a Sua Alteza, á illustre Companhia, a S. Ex. e ao Conselho Supremo, que em todos os tempos tem mostrado sua affeição para comvosco, e dezejam por ultimo dar-lhe effectividade e tornal-a patente n'esta assembléa geral, que para este fim fizeram reunir.»

Os campos eram infestados por quadrilhas de salteadores, que roubavam os moradores e destruiam as suas propriedades e as suas plantações.

A primeira proposta do governo versava sobre esse assumpto de tão palpitante interesse para a paz da colonia e o funccionamento regular dos engenhos.

Depois de enumerar as medidas tomadas, o Conselho Supremo confessa, que, segundo mostrára a experiencia, todas foram baldadas para pôr cobro a tão grande mal, por ser indispensavel o auxilio e o concurso dos moradores portuguezes, aliás mais interessados do que os Neerlandezes, porque sobre os Portuguezes é que recahia todo o damno.

O governo concedêra um plano, que seria submettido á assembléa, mas queria primeiro que tudo saber si os moradores portuguezes estavam ou não dispostos a defender-se contra os salteadores e os incendiarios, sendo levantada a prohibição que privára os Portuguezes do uzo das armas.

A esta consulta a assembléa deo uma resposta, que sobremodo a honra, pois bem mostra, que, comquanto os

reprezentantes dos moradores portuguezes estivessem dispostos a auxiliar o governo olandez no empenho de restabelecer a ordem publica, todavia não queriam sacrificar o que entendiam ser um dever de lealdade.

Responderam affirmativamente, mas lavrando um protesto solemne, que é o seguinte :

« Como a defeza é de si mesma uma couza natural, e o povo recebe grande detrimento com os roubos que cada um de nós soffre da parte dos ladrões, aceitámos de bom grado a defeza, que S. Ex. nos offerece para segurarmos os nossos bens contra os roubadores e incendiarios, sob este protesto :

« Que em tempo algum nos serviremos das armas, que nos são concedidas, contra o rei de Espanha ; por quanto a nossa intenção não é empunharmos as armas contra elle nem contra seus soldados, mas sómente para defendermos os nossos bens e habitações contra aquelles que injustamente e fóra de toda a razão nol-os quizerem tomar ou abrazar. Contra esses taes queremos defender-nos ; mas protestámos, que similhante defeza jamais se nos attribua a alguma outra intenção contraria ao dito rei de Espanha, e sob esta condição aceitámos de boa vontade a proposta, que se nos offerece, e promettemos, que não nos serviremos das armas, que para nossa defeza nos são concedidas, contra as suas Altas Potencias, os Srs. Estados-Geraes, a illustre Companhia e seus governadores, e que em todo o tempo lhes guardaremos o juramento e a fidelidade que lhes havemos promettido ; e para a resalva de nossa honra e reputação, S. Ex. assignará este protesto, e o secretario prezente dará testimunho do que nós assim temos protestado. »

E esse protesto, necessario, ao que parece, pelo facto de serem os campos tambem percorridos por troços de tropa expedidos da Bahia, foi effectivamente firmado por J. Mauricio, Conde de Nassau, M. van Ceulen, J. Gysseling, H. Hamel, D. Conde van der Burch, membros do Conselho Supremo, e authenticado pelo respectivo secretario, J. van Walbeeck.

Após esse rasgo de hombridade e coragem civica dos vencidos em face dos vencedores, para rezolverem o que

entendiam ser a bem de sua *honra e reputação*, clara prova das virtudes d'aquela geração de fortes! o governo submetteo á assembléa o seu plano de defeza.

Consistia este em um sistema organizado de *alarme*, a que acudiriam os soldados das guarnições e os moradores vizinhos do ponto atacado pelos salteadores.

Para que houvesse « uma fórma de obediencia, quem mandasse e quem obedecesse », o governo nomearia tambem officiaes tirados dentre os moradores para commandal-os n'essas emergencias, mas com a declaração de que, fóra de taes occaziões, esses officiaes não teriam autoridade alguma e não passariam de simples particulares.

Tambem na proposta apparece como uma bem conhecida instituição indigena o *capitão de mato ou de campo*, o qual com os seus soldados seria obrigado, não só a perseguir os *negros fugidos*, sinão tambem a acudir ao rebate contra os ladrões.

Os deputados responderam, por ordem das camaras e distritos que reprezentavam, aceitando a proposta mas com modificações que tinham por fim adoçar o rigor da obrigação imposta aos moradores, que, afinal de contas, não eram soldados, e especialmente prevenir as arbitrariedades e vexações a que ficariam expostos sob pretexto de infracção ao preceito de acudir ao rebate.

Os reprezentantes da capital sobretudo pediam, que se augmentassem as companhias de *capitães do campo*, o que bastaria para obter-se o dezejado effeito sem molestar os moradores, « que preferiam despender de sua fazenda a correr o minimo perigo de vida, o que tudo era uma consequencia das passadas difficuldades, achando-se elles tão desanimados como um povo que tinha vivido desarmado, e já por habito se afizera aos incommodos da guerra e aos assaltos dos ladrões.

« E porque o fim d'esta defeza, acrescentavam elles, é tirar os moradores da actual mizeria, em que ha tanta tempo têem vivido, e pôl-os em um estado que se possa qualificar de *era nova*, passando-se de um extremo a outro, o que a elles será na verdade bem extranho, S. Ex. ha de proceder n'esta materia com a maior severidade e a maior benignidade, obrigando os soldados a cumprir os

seus deveres, e não exigindo dos moradores sinão o que elles podem dar, contentando-se que dêm á defeza o que lhes é possivel, com dezejarem se defender; e nós nos defenderemos e confiámos, que, si a experiencia mostrar a utilidade que dahi se segue, os moradores se sentirão cada vez mais animados a afastar de si o damno e a perseguir os seus perseguidores. »

A segunda proposta official providenciava contra uma outra especie de ladrões, que « tomavam tudo, maltratavam e faziam grandes vexames aos moradores » eram os soldados indisciplinados.

« Onde ha soldados, diz a proposta, apezar de todo o rigor, são inevitaveis esses abuzos ; e estejam certos os moradores, que na Olanda e na Allemanha, elles fazem ainda muito peior do que aqui !

Para remediar esse mal, o governo poria em cada distrito um official com uma força de 10 a 12 soldados, cuja unica incumbencia seria perseguir e aprehender os culpados, bem como escolheria tambem em cada distrito uma pessoa dentre os moradores portuguezes, que informasse a S. Ex. sobre o modo porque as instrucções n'esta parte seriam observadas, « conservando-se secreto o nome da pessoa escolhida, para que não se saiba quem tenha tal encargo. »

« E porque, continúa a proposta, essas patrulhas não prestarão os seus serviços sinão aos Portuguezes, e não serão distrahidas d'esse emprego, parece-nos necessario, afim de que o façam com diligencia e bôa vontade e se mostrem solicitos para com os Portuguezes, que os moradores de cada distrito lhe dêem, sobre o soldo que percebem da companhia, a vantagem de mais meio soldo e a farinha *gratis* ; encargo este que sendo repartido entre os moradores, importa em muito pouco, ao passo que proporciona um grande benificio, e por isso elles não devem oppor-se. »

Esta ultima parte explica o motivo porque uma medida que podia ser tomada pelo governo foi submettida á approvação da assembléa. E' que tratava-se de crear uma contribuição nova, e segundo a tradição medieval

conservada tanto na Olanda como na Inglaterra, o imposto devia ser votado pelos contribuintes.

A assembléa aceitou a proposta, mas provizoriamente a titulo de experiencia.

« As patrulhas, responderam os deputados, serão postas provizoriamente pelo tempo de seis mezes para saber-se por experiencia si convém prolongar-lhe o tempo ou pelo contrario supprimil-as. Rezidirão em lugar determinado, afim de que se tenha a certeza de levar ao seu conhecimento a noticia das cazas que soffrerem gravame. As patrulhas serão mais ou menos numerozas, confórme a capacidade e a situação dos distritos. Com estas condições consentimos em *tomar as despezas* sobre nós e o povo e n'esta conformidade assignamos este papel.»

A terceira proposta official é uma *lei dos suspeitos*, que investia o governo de poderes discricionarios, mas explicavel em uma colonia, cuja população se compunha em sua grande maioria de vencidos separados dos vencedores pela lingua, pelos costumes e sobretudo pela religião, e concitados á revolta pela Bahia, que nunca cessára de machinar contra os invazores do territorio portuguez.

A proposta é precedida de um discurso, excitando os moradores portuguezes a congraçarem-se com os Neerlandezes, e lançando sómente á conta d'aquelles a responsabilidade das medidas de rigor, que o governo por vezes tomára.

« Estamos intimamente convencidos, disse o Supremo Conselho, de que este Estado soffre grande detrimento por cauza da pouca affeição (não dizemos *odio*) de muitos moradores para com os da nossa nação neerlandeza, e sabemos tambem, que os que nutrem taes sentimentos não entendem o mal que fazem a si mesmos e aos outros, e ainda a todo o povo com essa sua má dispozição, porquanto não ha duvidar, que, si elles podessem entender que assim é, muitos voltariam do seu erro.

« Si quizerdes reprezentar no vosso espirito o passado d'este Estado, assim na paz como na guerra, desde que o temos conquistado e occupado, e si considerardes as couzas que aconteceram com tamanho damno e ruina de tantos moradores, não podereis negar, que tudo occorreo,

nasceo e rezultou da má dispozição e antipathia que alguns têm para com o nosso Estado, o que reunido a certas acções más, dá lugar a que alguns innocentes sejam punidos e recaiam suspeitas e indagações sobre outros, sendo incontestavel que em todas as couzas um só homem máo póde fazer mal a muitos bons... Vós o tendes visto com os vossos proprios olhos n'este Estado, e nós não temos necessidade de descer a particularidades ou dar-vos testimunho d'isto.

« A nossa dispozição para com os de vossa nação portugueza pelo contrario é tal, que dezejamos tirar-lhes toda a occazião de damno e fazer-lhes todo o bem, afim de que se unam comnosco, e nos congracemos mutuamente, de modo que possamos reconhecer-nos por um só povo, e si o conseguirmos, considerai, senhores, quão feliz este Estado seria, que inimigo nos ouzaria aggredir ou prejudicar, que mal nos seria estorvo, e que bens haveria ahi que nós não podessemos alcançar com o favor de Deos ? »

Tendo feito toda a possivel diligencia para gozar d'essa boa convivencia, e sendo avesso aos seus sentimentos o castigo rigorozo, a effuzão de sangue e toda a sorte de tormentos, o governo queria assentar em um modo de proceder contra os individuos mal dispostos contra o Estado neerlandez, e por isso propunha o seguinte :

« Teremos em cada distrito ou freguezia os nossos inquiridores, por meio dos quaes haveremos conhecimento certo do commercio de cada um, e quando soubermos por informações fidedignas (não seremos faceis em aceital-as) que alguns dos moradores, ou por desobediencia ás nossas ordenanças, ou por suas más praticas, ou por negar-nos conhecimento de alguma traça encoberta dos nossos inimigos, ou por alguns outros signaes e actos exteriores, demonstrarem que não são afeiçoados ao nosso Estado e á nossa nação, e sómente são amigos por força, a esses taes havemos nós de banir da terra com todos os seus bens, como homens que não querem viver comnosco, sem outra fórma de justiça, e sem lhes dar lugar a se defenderem... e assim evitaremos dar-lhes outro castigo rigorozo e expurgarmos o nosso Estado d'aquelles

que dezejam a sua perdição. Sentindo-nos d'este meio, não procederemos a tormentos, a mortes ou effuzão de sangue sinão sómente n'aquelles cazos de publica traição.»

Os deputados podiam facilmente rebater muitas das asserções do discurso official, lembrando a rapacidade, as extorsões e as violencias de alguns dos governadores passados e das autoridades superiores da colonia. Ali estava o velho Duarte Gomes da Silveira, que bem podia antecipar a fraze que depois lançou em uma carta dirigida a Mauricio: « Si nos faltára a vinda de V. Ex., não houvera Portuguezes que tivessem vida nem fazenda. »

O amor e a confiança porém, que votavam a Mauricio, lhes impuzeram silencio, e limitaram-se a pedir « um perdão geral para todos aquelles que fossem amigos e se achassem auzentes do Estado, qualquer que fosse a sua qualidade ou nação, e os crimes que tivessem commettido até aquelle dia»; e a recomendar, no tocante á proposta submettida á sua approvação, que o « Supremo Conselho fizesse tomar as informações por pessoas da mesma nação tementes a Deos e dignas de credito, e aos banidos se concedesse tempo para vender a sua fazenda, e fossem elles enviados para a Olanda» ; o que foi attendido, com a declaração porém, que o perdão geral não comprehenderia aquelles que se achavam então na Bahia ou não se aprezentassem ás camaras mais vizinhas dentro de trez mezes depois da publicação do indulto.

O regulamento de 23 de Agosto de 1636, lei organica da colonia, creára nos distritos *escoltetos e camaras de escabinos*. Os primeiros eram os delegados locaes do Supremo Conselho, e as camaras funcionavam como tribunaes de justiça de primeira instancia, tendo tambem algumas attribuições administrativas.

Os escoltetos eram verdadeiros tiranos de aldeia e terror dos moradores portuguezes, ao passo que estes, sendo eligiveis e de facto eleitos para fazerem parte das camaras de escabinos, procuravam fortalecer e alargar a autoridade d'esses tribunaes.

A ultima proposta do governo tinha por fim cohibir os excessos dos escoltetos, e « como o vicio n'esta parte provinha da certeza que tinham os transgressores de que

os offendidos não se queixariam dos seus actos, temendo provocar contra si maiores difficuldades, » a providencia a tomar consistiria no seguinte:

«Cada camara de escabinos teria um livro, que se denominaria dos *Delictos*, e no qual, com toda a verdade e sinceridade, se notaria tudo quanto occorresse no respectivo distrito e as culpas que tivessem tanto os escoltetos como os officiaes militares, declarando-se os gravames, injustiças, roubos que fossem commettidos, e toda a violação das instrucções do governo, todos os cazos de morte e outros, por onde os culpados merecessem ser punidos com a pena de morte ou outras penas graves».

De trez em trez mezes seria remettido ao Conde e ao Supremo Conselho uma cópia d'esse livro, que mereceria *fé plena*, « á vista d'esse rol os culpados seriam punidos, e os que outra vez fossem n'elle comprehendidos por notaveís maleficios, escoltetos, secretarios ou outros officiaes de justiça ou milicia, perderiam os seus empregos, sem serem admittidos a se defender contra a verdade do mencionado rol. »

« Esta ordenança nos parece necessaria, conclue a proposta, porque sabemos, que nada se lança a cargo dos officiaes neerlandezes da milicia e justiça, de cuja culpa elles não saibam eximir-se em juizo com cavilações, persuadindo muitas vezes os moradores a fazerem declarações em seu favor e contrarias á verdade do que succedera, e a respeito do que já se tinham elles queixado.»

Comprehende-se, que essa proposta, pondo os escoltetos e os officiaes militares sob a fiscalização da camara dos escabinos, tenha merecido a approvação unanime dos reprezentantes dos moradores portuguezes.

Segue-se a segunda parte dos trabalhos da assembléa, isto é, as propostas dos deputados.

§ 2

Approvadas as propostas do governo, a assembléa, reunida no palacio *Friburg*, entrou em 1 de Setembro (1640), na segunda parte dos seus trabalhos, destinada ás propostas da iniciativa dos deputados.

Antes de tudo, elles dirigiram collectivamente uma mensagem ao Conselho Supremo, concebida n'estes termos:

« Mui nobres membros do Supremo Conselho e Governo do Estado do Brazil. As camaras das capitanias de Pernambuco, Parahiba e Itamracá, convocadas para se reunirem n'esta cidade Mauricia com os deputados dos districtos de suas jurisdicções, abaixo assignados, na qual assembléa (segundo nos communicastes por vossas cartas), veriamos reprezentar os povos d'estas capitanias, depois de havermos respondido ás propostas do Supremo Conselho, para o que fomos convocados, a primeira couza que faremos conjuntamente em nome dos povos d'este Estado, é reprezentarmos a VV. SS. aquillo que nos parece mais necessario á Republica (pois tal é o assumpto de que se trata n'esta assembléa), a saber, que VV.SS. nos façam a graça de alcançar por todos os meios possiveis, que o tempo da assistencia de S. Ex. (o Conde Mauricio) no governo d'este Estado seja prolongado por outros cinco annos, além d'aquelles que S. Ex. se obrigou a servir no Brazil; porquanto sabemos, que o dito prazo expirará brevemente, e que S. Ex. (assim chegou aos nossos ouvidos) não está disposto a permanecer entre nós por mais tempo.

« Fazemos esta supplica a VV. SS. como a pessoas que n'este Estado reprezentam o conselho da illustre companhia; e pois pedimos e rogamos com toda a humildade, assim aos membros do Supremo Conselho, que vêm para este governo, como áquelles que o deixam e partem, queiram a bem d'este Estado empregar n'esta parte toda a diligencia possivel, afim de que este nosso pedido surta o seu effeito, visto como o fazemos pela satisfação e experiencia que temos do governo de S. Ex. de sua bondade no tratamento, do seu interesse pela justiça, da sua actividade na ordem militar, da sua vigilancia no civil, de sua applicação e diligencia de executar, do seu zelo pela Republica, do seu empenho pelo augmento, proveito e rendas da illustre companhia, de sua amizade e solicitude para com os pequenos, de seu amor ao povo, de quanto edifica os militares com a sua prezença, de sua

universal aceitação, bem como de sua pureza e sinceridade em todas as materias, e finalmente de sua felicidade em todos os successos da paz e da guerra, reunindo-se a isto a experiencia que temos de ser elle um principe izento de todos os vicios ou faltas, e tão grande que nos induz e obriga a dizer, que de bom grado teriamos para sempre por nosso governador, si fosse isto possivel.

« Assim se nos conceda pelo menos a prezença de S. Ex. por outros tantos annos quantos os que elle se obrigou a servir, promovendo VV.SS. por amor d'este Estado seja attendido este nosso voto, pois sabemos, que nenhum serviço de maior importancia se póde fazer a Suas Altas Potencias os Srs. Estados-Geraes, a Sua Alteza, nem mais util á illustre companhia e á Republica d'este Estado do do que continuar S. Ex. no governo pelo tempo que pedimos, e n'este particular VV. SS. nos farão a maior mercê que podemos esperar de vossas nobrezas. »

O Supremo Conselho respondeo « que os Srs. Mathias van Ceulen e Johan Gyssling, prestes a partir para a Olanda, levariam ao conhecimento da Assembléa dos Dezenove o pedido feito por todo o povo do Estado do Brazil, ácerca da continuação do governo de S. Ex., e promoveriam a realização d'esse dezejo com todo o empenho e diligencia possiveis. »

Certo não foram dictados pela lizonja os rasgados elogios, contidos na mensagem, ás virtudes de Mauricio, a quem não se póde contestar o genio do homem de Estado.

Na Olanda elle se comprazia em dizer, que fôra mais amado dos Portuguezes do que dos seus proprios compatriotas, tendo sabido angariar a estima dos moradores pelo seu espirito de justiça e pela sua nunca desmentida politica de paz e tolerancia.

Já em 1639 a camara da villa de Olinda, « como a mais populoza entre as mais camaras de todo o Estado conquistado, tendo experimentado em as benignas acções do Conde a benevola propensão, que tinha para com os moradores portuguezes, e dezejando constituir na pessoa de S. Ex. um refugio perpetuo e firme azilo e patrocinio contra as inconstancias da fortuna, para nas necessidades,

apertos, pretenções, negocios e leaes intenções, tivessem alli e na Olanda um protector, que os amparasse e favorecesse, » lhe offerecêra o titulo de *Padroeiro dos moradores do Estado do Brazil*; titulo que Mauricio aceitou, protestando o seu affecto para com o povo portuguez e assegurando-lhe o seu patrocinio, onde quer que se achasse.

A serenidade e largueza de animo de Mauricio não podiam ser comprehendidas por um governo de mercadores cubiçozos. Convindo em retiral-o mais tarde da colonia, os directores da Companhia commetteram um erro fatal, que a experiencia logo lhes fez sentir.

Os reprezentantes da cidade Mauricia e de suas freguezias tomaram a precedencia na aprezentação de propostas, as quaes versavam, segundo elles mesmos as classificaram, sobre a *religião*, a *justiça*, a *guerra* e a *policia*.

O governo colonial declára livre e immune a religião de cada um ; mas com relação aos catholicos, ponderavam elles, essa liberdade não era uma realidade pratica, porque indirectamente tolhiam-lhes os meios de exercerem o seu culto.

Para que liberdade de culto houvesse, devia-lhes ser permittido dirigirem-se ao Papa, pedindo a nomeação de um bispo ou vigario geral encarregado do governo espiritual d'aquella parte do rebanho catholico.

Como os padres ium desapparecendo por morte, e os frades tinham sido recentemente expulsos, os catholicos estavam expostos ao perigo de ficarem sem ministros para a predica e a administração dos sacramentos ; pelo que pediam, que fosse permittido virem da Olanda padres catholicos, que prestassem juramento de fidelidade ao Supremo Conselho.

« Isto, exclamavam elles, de nenhum modo nos póde ser negado, pois livres são os ministros da igreja protestante ; e a não ser assim, indirectamente se tira a liberdade aos catholicos romanos, uma vez que os padres vão diminuindo e hão de perecer todos. »

O Supremo Conselho respondeu, que, por intermedio de Mathias Van Ceulen e de Johan Gysseling, levariam estes dois pedidos ao conhecimento da Assembléa dos Dezenove, a quem competia deferil-os.

Uma outra injustiça soffriam o clero catholico e as suas ovelhas.

«Os ministros da igreja protestante, diziam os deputados, são pagos, correndo a sua manutenção por conta da illustre companhia, o que é conforme aos Santos Evangelhos, onde está escripto, que o operario é digno de recompensa.

Os vigarios das freguezias, ministros dos catholicos romanos, tiravam tambem o seu sustento, cada um em sua freguezia, dos dizimos, que o rei de Espanha costumava receber, e porque os recebia, pagava a cada padre 64$ réis, que tal foi a condição com que o Papa concedeo ditos dizimos ao rei, pois o dizimo é um direito da Igreja.

Pede pois o povo, que VV. SS. mandem pagar o sustento aos mesmos vigarios, por que VV. SS. recebem e lhes tomam os dizimos, que o rei lhes pagava.

Considerem VV. SS., que em consciencia devem esse sustento aos vigarios por este titulo: é o suor dos ministros da Igreja, que VV. SS. até agora têem uzufruido injustamente, e como nunca lhes foi pago, pedimos o seja agora, e Deos todo Poderozo ajudará a VV. SS., sei o pagarem, pois conforme o direito divino são a isto obrigados.»

O Supremo Conselho não quiz tambem tomar a si o despacho definitivo d'esse instante e justo pedido, e limitou-se a conceder provizoriamente o uzufruto do engenho *Mussurupe*, que os padres administravam, prestando annualmente contas das respectivas rendas ao governo.

Reclamaram ainda os deputados, e n'esta parte com o exaggero de sectarios, que se permittisse a pratica da religião catholica não só nas igrejas, sinão tambem nas ruas e lugares publicos, como sempre foi costume.

O Supremo Conselho despachou:

« Aos Portuguezes se concede completamente o exercicio de sua religião dentro das igrejas; e melhor é que se contentem com isto para não ficarem sugeitos a outras inconvenientes, contra os quaes não haveria remedio.»

No tocante a administração da justiça, numerozas foram as propostas ou antes as queixas dos reprezentantes da capital.

O supremo tribunal de justiça do Estado, com séde na cidade Mauricia, se dominava *Collegio dos Conselheiros Politicos*. Os seus membros eram todos Olandezes e ignoravam a lingua, os uzos e costumes dos Portuguezes.

Pediam aquelles deputados «que em todas as sentenças, assim civis como criminaes, quando fosse Portuguez uma das partes, se chamasse um dos escabinos do respectivo distrito para informar, lêr e explicar ao tribunal as escripturas e instrumentos portuguezes, sem ter voto no julgamento, e que sem a assistencia do dito escabino a sentença fosse nulla.»

E acrescentavam:

« Com bôa razão de Estado este povo poderia pedir, que se rezervasse um lugar no *Conselho politico* para um Portuguez; porquanto os moradores portuguezes são em maior numero, e não é razoavel, que as questões de uma nação sejam julgadas por juizes de outra, sem que entre elles haja uma voz da nação conquistada, donde não se segue nenhum effeito de concordia e bôa alliança, o que aliás pretendem S. Ex. e o Supremo Conselho, como temos observado nas propostas, que nos foram aprezentadas. »

De accôrdo com todos os principios do direito, pediam tambem o seguinte:

« Como occorre grande confuzão no julgamento dos contratos, que foram celebrados durante o dominio da Espanha, havendo muitas escripturas publicas lavradas nos tempos antigos e fundadas nas leis e ordenanças de Espanha, porquanto assim tratavam as partes entre si, propomos, que se rezolva, que os contratos constantes de escripturas publicas passadas antes da conquista d'estas terras, e fundadas nas leis e costumes que então vigoravam, sejam julgadas na conformidade das mesmas leis, e da rezolução que fôr tomada sobre este ponto, se envie cópia immediatamente aos collegios ou tribunaes de justiça para se regularem por ditas leis nas sentenças, que tenhão de proferir. »

Sendo as custas que se cobravam pelos actos judiciaes tão excessivas que não raro importavam tanto

quanto o capital, pelo qual as partes pleteiavam, requeriam, que se organizasse quanto antes um regimento de custas, taxando-as com moderação, e que se considerasse crime a violação d'esse regimento por parte dos serventuarios de justiça.

Comquanto já as propostas do governo tivessem providenciado sobre as violencias e extorsões, que os escoltetos costumavam praticar, indicaram novas providencias tendentes ao mesmo fim e no intuito manifesto de fortalecer a autoridade das camaras de escabinos.

Assim pediam, que cada escabino, que prendesse alguma pessoa, sem dar parte dentro de 24 horas á camara dos escabinos, perdesse o emprego, « porquanto os escoltetos não podiam ser contidos em respeito sinão pelo medo de perderem os seus empregos. »

Que na mesma pena incorresse o escolleto, que insultasse, por palavras ou obras, algum escabino.

Que os escabinos pudessem « proceder por informação, sentença ou multas contra os escoltetos ou outros officiaes de justiça, e perdessem o emprego os que não obedecessem ás ordens da camara.»

Que si algum escolteto accuzasse alguem em juizo sem razão (pois exerciam o ministerio de promotor publico perante a camara de escabinos), podesse esta condemnal-os nas custas, « afim de que aos ditos escoltetos servisse de freio o receio de as pagar, abstendo-se de praticar muitas desordens com accuzar muitos innocentes sómente para lhes extorquir dinheiro. »

Estas e outras reclamações foram attendidas com ou sem modificações pelo Supremo Conselho, menos as duas primeiras que ficaram dependentes de deliberação da Assembléa dos Dezenove, sob o fundamento de que o Supremo Conselho não tinha competencia para alterar as instrucções ou regimento do *Collegio dos Conselheiros Politicos*.

Adstrictos ás instrucções emanadas da metropole, e que não podiam ser alteradas na colonia, tudo quanto o governo podia conceder aos moradores portuguezes era « que escolhessem pessoas honradas e aptas para serem admittidas como procuradores, as quaes defenderiam em

lingua portugueza o direito dos seus constituintes, dando boas informações em suas cauzas para que as partes não perdessem o seu direito.»

Submetendo porém á decizão da assembléa dos Dezenove o segundo pedido acima mencionado, o Supremo Conselho interpretava mal as instrucções dos tribunaes de justiça e autorizava ou pelo menos não impedia a pratica de uma clamoroza injustiça, qual a de ser applicado a actos juridicos acabados antes da conquista o direito olandez, que as partes não conheciam nem tinham tido em vista!

No tocante á guerra, isto é, ás relações entre os moradores e o elemento militar, foram tambem numerozas as providencias propostas, as quaes revelam as vexações, que os moradores soffriam.

Propoz-se, que nenhum capitão podesse lançar contribuição de farinha ou carne, nem fazer apprehensão d'esses generos nas cazas dos moradores, sendo punidos os que assim procedessem como transgressores das ordens de S. Ex.

Que as contribuições de carne e farinha sómente podessem ser exigidas por ordem das camaras ou dos seus delegados em cada distrito, dando os capitães os soldados que lhes fossem pedidos pelos escabinos para as exigir d'aquelles sobre quem as contribuições recahissem; porquanto « o pedido das fintas, sendo feito de outro modo, acarreta grande gravame aos moradores ».

Que nenhum soldado podesse ir ás cazas dos moradores pedir alimento, uma vez que estes não eram obrigados a sustental-os.

Que si alguem se queixasse de que algum official militar lhe tomára dinheiro ou outra couza, fosse o dinheiro ou a couza immediatamente depozitada nas mãos dos escabinos, e só depois d'isto se ouvisse o querellado, competindo aos escabinos julgar, ouvidas ambas as partes a quem pertencia a couza depozitada.

Que o mesmo procedimento se tivesse, quando o morador se queixasse de lhe haver sido tomado algum escravo.

Que nenhum official militar podesse prender algum morador por mais de 24 horas sem licença de S. Ex.,

devendo no mesmo prazo aprezentar o prezo ao seu juiz competente.

Todas estas propostas tiveram a sancção do Supremo Conselho.

Com relação á economia e á policia municipal, as propostas aprezentadas pelos mesmos deputados se elevam a doze, e versam sobre as rendas das camaras de escabinos, « que nada tinham de proprio », sobre a construcção de pontes, a guarda e a tara das caixas de assucar, registro de marcas, os materiaes da velha Olinda, duas vezes incendiada, e que começava então a resurgir de suas ruinas, e muitas outras minudencias de administração local.

Dentre ellas destacaremos, como mais interessantes, as duas seguintes :

« Como em alguns povoados, ponderavam os deputados, occorrem muitas vezes couzas em virtude das quaes é necessario, que os moradores façam requerimentos á camara de escabinos, sendo esses requerimentos collectivos e tão honrozos aos que os fazem como aos que despacham, permitta-se, que as camaras escolham annualmente um *procurador do povo portuguez*, o qual lhe sirva de interprete perante a camara competente e com obediencia a ella, pedindo o que ao mesmo povo for util ».

Essa idéa de um *procurador do povo* era muito afagada pelos moradores e apparece nas propostas de todas as camaras. O Supremo Conselho porém declarou-se incompetente para rezolver a tal respeito, promettendo levar a indicação ao conhecimento da Assembléa dos Dezenove.

E' difficil determinar precizamente o caracter das autoridades locaes na colonia olandeza do Brazil.

As camaras dos escabinos eram tribunaes de justiça civil e criminal, mas tinham tambem attribuições administrativas. Lembram as antigas camaras de vereadores, não só por isto, como porque, sendo corpos collectivos, não tinham um reprezentante investido de autoridade executiva.

Por outro lado, os escoltetos eram agentes administrativos, e a sua competencia não estava bem discriminada em relação á das camaras.

Isto determinou a aprezentação da seguinte proposta, em que infelizmente faltam algumas palavras necessarias para completar o sentido :

« Não devendo o Supremo Conselho envolver-se em couzas miudas de policia e administração do povo, as quaes prezentemente são descuradas e não providas, como cumpre, digne-se o Supremo Conselho e S. Ex. conceder ás camaras dos escabinos alguma autoridade, como *burgo-mestres* para tratarem d'essas minudencias, ou se nomeiem *vice-burgo mestres* para intervirem n'esses negocios de policia municipal. Não sendo assim rezolvido o 1° e o 2° artigos das instrucções dos escoltetos, onde se diz, que « o escolteto reprezenta a illustre companhia e cuidará de fazer propozições concernentes á policia e de reunir os votos... » pois que elle nenhuma autoridade tem para isso, excepto o que n'estes dois capitulos se acha ordenado. »

O Supremo Conselho respondeo :

« Os Srs. escabinos já se acham no gozo do que pedem, mas o titulo nós não lhes podemos dar por força das nossas instrucções. »

Este despacho deixou as couzas no mesmo pé, permanecendo assim uma cauza constante de conflictos e collizões entre as duas autoridades rivaes.

Seguem-se as propostas das outras camaras, as quaes em geral versavam sobre a criação do gado, que ameaçava extinguir-se ; sobre os juros do dinheiro mutuado, que haviam sido fixados em 18 % ; sobre a reducção do frete dos barcos, sem prejuizo do quinto percebido pela companhia ; o plantio da mandioca, a que os moradores e os senhores de engenho estavam obrigados para abastecimento da colonia, o que distrahia braços e dava lugar a definhar a lavoura da canna ; a cobrança dos dizimos, que os arrematantes faziam com violencia e extorsão ; e muitos outros negocios miudos de administração local.

Os deputados de Itamaracá oppunham-se a que se transferisse para Goiana a séde da camara dos escabinos, e pediam, que os devedores não fossem obrigados a dar em pagamento mais de metade do assucar que fabricassem, nem fossem executadas as fabricas e pertences dos

engenhos, tendo-se em attenção o estado de pobreza dos moradores em consequencia dos damnos soffridos.

Os da Parahiba propunham a suppressão dos escoltetos, por *inuteis* e *nocivos aos moradores*, e ao mesmo tempo que se conferissem honras e privilegios aos escabinos; queriam, que se expulsassem os Judêos ali rezidentes; que da Olanda viessem navios directamente para o porto de sua cidade, que então se denominava *Frederica*; emfim que os Indios não estivessem izentos da jurisdicção commun; e que os moradores podessem utilizar-se dos seus serviços, sem prévia licença dos ministros protestantes.

Este ultimo pedido foi determinado pela velha questão entre os moradores e os Indios, talvez ainda mais acceza no tempo dos Olandezes, a quem os Indios serviam como amigos dedicados, sempre promptos a cevar o seu odio no sangue portuguez.

Os Olandezes não os escravizaram, não os constrangêram ao trabalho e libertaram os Indios escravizados durante o dominio de Espanha.

Essa politica protectora e paternal provinha de que os Olandezes os consideravam como pessimos inimigos, que podiam comprometter a segurança da colonia, e por outro lado como utillissimos alliados pelo medo que as hordas selvagens incutiam nos Portuguezes durante a guerra.

Assim o pedido dos moradores da Parahiba não podia ser attendido, e o Supremo Conselho deo um despacho protelatorio.

E' ainda digna de nota a *fala* de encerramento dos trabalhos da assembléa.

Mauricio, que dezejava ver o porto do Recife aberto ao commercio de todas as nações, e aclimar nas conquistas do Brazil a canela, o cravo, a noz-muscada, e mais especiarias do Oriente, prevaleceo-se do ensejo para inspirar aos moradores vistas mais largas sobre a agricultura do paiz.

« Estas terras, disse elle, são productivas de muitos frutos e drogas preciozas, que na Europa são tidos em grande estima e valor, ao passo que aqui não se cura de

os cultivar e colher, ou pela falta de diligencia dos moradores, ou por cauza da abundancia do assucar.

Muitos d'esses vegetaes vêm por si mesmos, sem que se tenha o trabalho de plantal-os, e varias pessoas, que por sua mizeria não se occupam com a lavoura da canna, e por isso vivem na mizeria, pòdem dedicar-se a cultivar esses frutos, como o *algodão*, o *gengibre*, o *anil*, a *pimenta*, a malagueta (de que ha diversas especies), bem como explorar o salitre, que sabemos se póde haver n'estas regiões do Brazil.

« E como o nosso dezejo é, que este Estado vá em augmento e cada vez mais se enriqueça, vos recommendamos, que cada camara se esforce em seu respectivo distrito por persuadir os moradores a plantar e beneficiar os ditos vegetaes, e para que o façam com certeza de lucro, quando se aprezentar algum morador que queira dedicar-se a essa cultura, vós o enviareis ao nosso Supremo Conselho para acordar comnosco sobre o preço d'essas novidades em beneficio seu; e isto feito, verá o plantador o proveito que dahi tirará, e plantará certo de quem os ha de comprar e pagar a seu contento pelo preço previamente comnosco ajustado.

Nós vos pedimos pois, que, a bem do povo d'este Estado, façaes com que esta nossa recommendação surta o dezejado efeito.»

As camaras responderam conjuntamente, que cada uma se esforçaria em seu distrito para que S. Ex. alcançassse o que pretendia, e com todo o empenho o recommendariam ao povo e communicariam a S. Ex. e ao Supremo Conselho o que occorresse a tal respeito.

Vem por ultimo esta declaração solemne, como sancção e promulgação :

« Que as rezoluções tomadas e approvadas por S. Ex. pelo Supremo Conselho e pelo povo sob as condições que se lhes acrescentaram, seriam observadas inviolavelmente n'este Estado do Brazil, e immediatamente publicadas, e S. Ex. faria expedir sem demora as suas ordens para que tivessem o seu effeito, assim no tocante ao governo civil por meio das camaras, como no tocante ao militar por seus officiaes e majores, devendo todas as camaras

levar comsigo cópias d'estas deliberações, afim de que em cada distrito haja a devida noticia do que se tratou n'esta assembléa.

« E a todos os deputados, tanto dos escabinos das mencionadas camaras, como dos respectivos povos, que foram convocados, e se acham prezentes, em cujas pessoas o povo d'este Estado está reprezentado, S. Ex. e o Supremo Conselho agradecem summamente o zelo e a diligencia com que houveram n'esta assembléa pelo bem publico, sem olharem a incommodos nem a despezas. »

Tal é, em imperfeito rezumo, esse notavel documento tanto do tino politico de Mauricio de Nassau, quanto da cordura e correcto proceder dos moradores portuguezes, os quaes souberam corresponder á honra que lhes fôra feita, esclarecendo leal e sinceramente o governo colonial com as suas reflexões e propostas em geral criteriozas.

Tivesse sido a colonia olandeza sempre governada n'esse espirito de paz e de respeito para com os moradores, provavelmente não pereceria ella sob a revolta dos vencidos.

Felizmente não succedeo assim ! (*)

(*) Este trabalho é extrahido do *Jornal do Commercio* de 1892.

METEORITO DO BENDEGÓ

A importancia do meteorito do Bendegó merece, que n'esta *Revista Trimensal* se consigne a noticia de sua existencia, e para isso julgámos conveniente transcrever as seguintes peças :

1.° O historico d'esse meteorito extrahido do relatorio aprezentado ao Governo Imperial pelo engenheiro Jozé Carlos de Carvalho, que o transportou dos sertões da Bahia para esta capital federal.

2.° O auto do recebimento do mesmo meteorito no Muzeo Nacional d'esta cidade, quando remettido pela Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro.

3.° Noticia sobre o mesmo meteorito do Bendegó com uma poezia a elle referente.

HISTORICO

Em 1784 Joaquim da Mota Botelho (*) communicou ao governador geral da Bahia, D. Rodrigo Jozé de

(*) No original do compromisso da Irmandade do Senhor dos Passos de Monte Santo, datado de 12 de Julho de 1815, encontrei entre os mezarios mais graduados a assignatura de Joaquim da Mota Botelho.

Em 1876 o missionario apostolico capuchinho de nação italiana frei Apollonio de Todi, fazendo a santa missão n'aquelle lugar, mudou o nome de *Pico-Arassú* para o de Monte-Santo, e collocou em uma capellinha que alli achou por acabar, uma via-sacra, a que deo o titulo de *Santos-Passos*.

O *Pico-Arassú* ou Monte-Santo eleva-se a 781 metros acima do nivel do mar. Na falda oriental da serra de Monte-Santo estende-se a villa d'este nome.

Menezes, ter encontrado nas proximidades do riaxo Bendegó, sobre uma eminencia essa *pedra* extraordinaria, que suppunha conter ouro e prata.

Em 1785 o mesmo governador determinou ao capitão mór de Itapicurú, Bernardo Carvalho da Cunha, que fizesse o possivel para conduzir essa *pedra* ao mais proximo porto de mar, donde podesse ser transportada para a capital da provincia.

N'esse mesmo anno Bernardo de Carvalho tratou de desempenhar-se d'essa trabalhoza incumbencia, fazendo construir um carretão de madeira para ser puxado por bois. Construio ainda uma calçada de pedra no lugar onde devia effectuar-se a passagem do riaxo Bendegó, porque era seu intento procurar o rio Irapiranga * ou Vazabarris, do qual o Bendegó é tributario, afim de seguil-o até Aracajù na provincia de Sergipe, por ser o porto de embarque mais proximo da cidade da Bahia.

Com bastante difficuldade Bernardo de Carvalho conseguio montar a pedra sobre o carretão, e pol-o a caminho tirado por 12 juntas de bois. Infelizmente o carretão, na descida da collina, tomou carreira, os eixos se incendiaram e foi encalhar no riaxo Bendegó a 180 metros do lugar onde tinha recebido a pedra.

D'esta malograda tentativa o governador geral D. Rodrigo de Menezes, participou para Portugal ao ministro de estado Martinho de Mello Castro, remettendo n'esta occazião algumas amostras da referida *pedra* para serem examinadas em Lisboa.

Em 1810 A. F. Mornay, commissionado pelo governador geral da Bahia para estudar fontes mineraes no interior da provincia, ouvindo falar da existencia d'essa *pedra* extraordinaria de ouro e prata, que elle suspeitou ser um meteorito, rezolveu procural-a.

N'esse mesmo anno Mornay seguio para Monte-Santo acompanhado pelo proprio descobridor Joaquim da Mota Botelho, foi ao Bendegó, e lá encontrou a pedra ainda montada sobre o carretão, reconhecendo ser com effeito um meteorito composto de ferro metalico.

(*) Na lingua indigena *Irapiranga* significa peixe vermelho.

Com grande difficuldade tirou um fragmento de alguns kilogrammas, que remetteo com uma interessante noticia ao Dr. Wollaston, secretario da Sociedade Real de Londres. A noticia de Mornay foi lida áquella associação em 16 de Maio de 1816 com uma nota do Dr. Wollaston, e publicada n'esse mesmo anno no *Philosophical Transactions*.

Deo Mornay ao meteorito as dimensões seguintes :

Comprimento 7 pés ; maior largura 4 pés ; maior espessura 2 pés. Calculou a massa em 28 pés cubicos, e pezo em 14.000 libras.

A analise do Dr. Wollaston deo para compozição : Ferro 95,1 % ; nikel 3,9 % ; diversos 1, %.

Em 1811 o meteorito foi examinado pelo brigadeiro Felisberto Caldeira, que fez nova tentativa para transportal-o para a capital.

Em 1820 os naturalistas Spix e Martius foram ao Bendegó, e encontraram o meteorito profundamente enterrado, tendo sido esta a provavel razão da divergencia do pezo estimado em 21.000 libras com o calculado por Mornay.

A extracção de amostras aprezentava grandes difficuldades por já haverem sido tiradas todas as pequenas saliencias pela gente da localidade, e só com trabalho insano lograram aquelles viajantes extrahir duas amostras cada uma de alguns kilogrammas.

A analise d'esses fragmentos deo a Fickentscher os rezultados seguintes : Ferro 91,90 % ; nikel 5,71 % ; parte insoluvel em acido 0,46 % ; perda (agua expellida pelo calor) 1,93 %.

A parte insoluvel deo ao analizador : Oxido de ferro 0,16 ; oxido de nikel 0,14 ; selica 0,06 ; carbono 0,10.

Da enorme massa do meteorito existem fragmentos nos seguintes muzêos : Muzêo de Munich 3.665 grammas ; Muzêo de Londres 2.441 grammas ; Muzêo de Viena 2.317 grammas ; Muzêo de Gotingue 315 grammas ; Muzêo de Petersburgo 25 grammas ; Muzêo de Berlin 19 grammas ; Muzêo de Eslanger 18 grammas ; Muzêo de Copenhague 5 grammas.

Em 5 ou 6 collecções particulares ha da mesma origem 75 a 100 grammas.

O celebre professor J. D. Dana, em seu tratado de mineralogia, em artigo dedicado ao ferro nativo diz : Entre os grandes meteoritos de ferro peza 1.635 libras (743 kilogrammas) o de Gibbs,(*) que é conservado no gabinete de Halle College (New-Haven dos Estados Unidos), tendo 3 pés e 4 polegadas de comprimento, 2 pés e 4 polegadas de largura, e 1 pé e 4 polegadas de altura. Foi trazido do Red River de Texas.

« O meteorito de Inem, actualmente conservado na Smithsonian Institution, peza 1.400 libras (636 kilogrammas) e foi transportado de Sonora do Mexico. E' de forma annular, medindo 49 polegadas no seu maior diametro.

Massas ainda maiores existem na America do Sul. Uma foi ahi descoberta por D. Rubim de Celis no distrito do Chaco, Gualamba (Republica Argentina), sendo calculado o pezo em cerca de 32.000 libras (15.000 kilogrammas), e outra na Bahia, provincia do Brazil, tendo o volume pelo menos de 28 pés cubicos e 14.000 libras (6.363 kilogrammas).

O meteorito da Siberia, descoberto por Pallas, pezou originariamente 1.600 libras (727 kilogrammas). »

O meteorito, que tomou o nome de *Bendengó*, desde 1820, ficou esquecido no sertão da Bahia até que em 1883 o professor Orville A. Derby, director da secção de geologia do Muzêo Nacional do Rio de Janeiro, receando que o meteorito tivesse sido encoberto pelas enxurradas, pedio a um dos engenheiros da commissão encarregada dos melhoramentos do rio São-Francisco, Dr. Theodoro Sampaio, que se informasse a tal respeito.

Em data de 31 de Dezembro de 1873 diz o Dr. Theodoro Sampaio, em carta dirigida ao professor Orville Derby :

« Quanto ás informações, que me pede, a respeito da massa de ferro meteorico pude apenas colligir as seguintes : Pessoa que a vio, pois esta massa de ferro é bastante conhecida nos sertões de Monte-Santo, diz, que o sitio, onde ella pára se denomina Bendegó ; é uma fazenda de criar, situada á margem do riaxo d'aquelle nome, affluente

(*) Tomou o nome do coronel Gibbs, que o analizou em 1821.

do rio Vazabarris, cerca de 12 para 14 leguas a nordéste da villa de Monte-Santo, e cerca de 27 a 30 da povoação de Queimadas, onde passa a via ferrea em construcção. Meo informante refere, que um individuo proprietario da referida fazenda já tentára com o auxilio de muitas juntas de bois retirar a referida massa de ferro do leito do riaxo, mas o tamanho d'ella, o pezo, e falta de meios adequados para mover, foram a cauza do insuccesso. »

Em principios de 1886 o director do Muzêo Nacional do Rio de Janeiro, o conselheiro Ladisláo Neto, por indicações do professor Orville Derby, procurou obter novas informações d'essa preciozidade scientifica por intermedio do director do prolongamento da estrada de ferro da Bahia a São-Francisco, engenheiro Luiz da Rocha Dias, e conseguio, que fosse mandado ao Bendegó o engenheiro Vicente Jozé de Carvalho Filho, chefe da secção d'aquelle prolongamento, reconhecer o meteorito e ver o meio possivel de effectuar-se a sua remoção para o Muzêo Nacional.

N'esse anno o Muzêo Nacional recebeo, pela primeira vez uma amostra do meteorito, remettida pelo director do prolongamento, engenheiro Rocha Dias, e uma noticia circunstanciada dos obstaculos, que cumpria afrontar.

Em 1887, quando todas as novas tentativas para a remoção do meteorito pareciam estar abandonadas, na Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro, em sessão de 27 de Maio, li uma memoria sobre o meteorito do Bendegó, acompanhada de novas informações, que me foram fornecidas pelo engenheiro Vicente de Carvalho, e aprezentei uma amostra do mesmo meteorito, alguns fragmentos da capa, e dois estilhaços dos muitos que foram encontrados espalhados nas vizinhanças do lugar da quéda.

O engenheiro Vicente de Carvalho calculou ter o meteorito aproximadamente: Volume $0^{m3}911$; peso 7,014 kilogrammas ; maior comprimento $2^{m},15$; maior largura $1^{m},50$; altura média $0^{m},66$.

A amostra trazida por este engenheiro foi offerecida a Sua Magestade o Imperador, e a memoria que aprezentei à Sociedade de Geographia, foi publicada no 2.° boletim do tomo 3.° de 1887 da Revista da mesma

sociedade, e na Gazetilha do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro de 5 de Julho do mesmo anno.

Na Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro, em sessão de 3 de Junho de 1887, completei as informações sobre o mateorito e o professor Orville Derby n'essa occazião discorreo largamente sobre o mesmo assumpto.

Por indicação d'esta sociedade o Sr. Marquez de Paranaguá, rezolveo-se por votação unanime, que a Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro tomasse a si fazer transportar o meteorito do sertão da Bahia para esta côrte com o fim de offerecel-o ao Muzêo Nacional. Em sessão de 17 de Junho d'esse mesmo anno communiquei á sociedade, tendo antes feito a participação a Sua Magestade o Imperador, que o Sr. Barão de Guahy, deputado pela provincia da Bahia, concorria com a quantia necessaria para a remoção do meteorito do Bendegó, e que o proprio conselheiro Rodrigo Augusto da Silva, então ministro e secretario de estado dos negocios da agricultura, commercio e obras publicas estava prompto a prestar á sociedade os auxilios, que estivessem na alçada do ministerio a seo cargo.

Até aqui fala o relatorio, convindo acrescentar.

Que em 28 de Julho de 1887 o prezidente da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro officiou ao ministro d'agricultura communicando a rezolução da mesma sociedade de fazer o transporte do meteorito para o fim de o offerecer ao Muzêo Nacional.

Que em 31 do mesmo mez de Julho respondeo o dito ministro applaudindo a rezolução da sociedade, e promettendo prestar qualquer auxilio, que estivesse n'alçada do dito ministro.

Que no paquete nacional *Espirito-Santo*, no dia 20 de Agosto de 1887, o chefe da expedição incumbida do transporte do meteorito do Bendegó partio com seos companheiros com destino á Bahia para dar começo á empreza.

Que começados os trabalhos de remoção em 7 de Setembro de 1887, terminaram a 28 de Maio, sendo n'esse dia depozitado o meteorito no Arsenal de Marinha da

cidade da Bahia, donde seguio no vapor *Arlindo* para Pernambuco, donde veio no mesmo vapor directamente para esta cidade do Rio de Janeiro, onde chegou a 15 de Agosto de 1888, sendo n'esse mesmo dia depozitado no Arsenal da Marinha até que fez-se a sua remoção para o Muzêo Nacional.

AUTO DE RECEBIMENTO DO METEORITO DO BENDEGÓ NO MUZÊO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

Aos 27 dias do mez de Novembro do anno de 1888, sexagesimo sexto da Independencia e do Imperio, no reinado de Sua Magestade o Imperador o Sr.D. Pedro II, n'esta Cidade do Rio de Janeiro, foi recolhido ao Muzêo Nacional, pelas 12 horas do dia, o meteorito do Bendegó, encontrado nos sertões da provincia da Bahia, em 1784 no termo de Monte-Santo, e transportado para esta capital pela commissão encarregada pela Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro, composta do cidadão Jozé Carlos de Carvalho e dos engenheiros Umberto Saraiva Antunes e Vicente Jozé de Carvalho Filho.

Concorreram para as despezas de transporte o Barão de Guahy até a estação mais proxima da estrada de ferro da Bahia a São-Francisco, o Governo Imperial com auxilios indirectos, Jacomo Nicoláo de Vincenzi offerecendo o vapor nacional *Arlindo,* que trouxe o meteorito, e a companhia de São-Francisco,que gratuitamente prestou tantos auxilios á commissão.

N'esta côrte prestaram igualmente relevantes serviços o Arsenal de Marinha e a companhia de carris urbanos, que conduzio o meteorito até o Muzêo.

Esta precioza dadiva foi feita pela Sociedade de Geographia, da qual é prezidente o Marquez de Paranaguá.

D'este termo foram tiradas duas cópias,uma para ser remettida ao Governo Imperial e outra á Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro.

Dr. João Baptista de Lacerda, Director Interino do Muzêo. *Orville A. Derby,* Director da 3ª. secção. *FranciscoJosé de Freitas,* Sub-director da 3ª secção. Confere. O Secretario, *Francisco Jozé de Freitas*.

Muzêo Nacional do Rio de Janeiro em 28 de Novembro de 1888. Illm. e Exm. Sr. Tenho a honra de passar ás mãos de V. Ex. a cópia incluza do texto de recebimento do meteorito do Bendegó no Muzêo Nacional do Rio de Janeiro, de que se tiraram duas cópias, sendo esta uma, e outra que n'esta data se remete ao ministerio da agricultura, commercio e obras publicas. Deos guarde a V. Ex. Illm. Sr. Conselheiro de Estado Marquez de Paranaguá, Prezidente da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro. *João Baptista de Lacerda,* Director Geral Interino.

POEZIA SOBRE O BENDEGÓ

Sr. Redactor. O holosiderito de Bendegó, cujo historico foi minucioza e perfeitamente descripto pelo engenheiro Jozé Carlos de Carvalho, a cuja actividade devemos a posse d'essa preciozidade no Muzêo, ainda que para isso houvessem igualmente concorrido muitas pessoas, como expõe o mesmo engenheiro no seu veridico relatorio, ficára dependendo de um ponto interrogativo, que parecia destinado a permanecer irrespondivel por não se saber quantos seculos. A alludida interrogação refere-se á época em que este holosiderito cahio no leito do Bendegó, no interior da Bahia.

Graças porém á nimia gentileza do Sr. Dr. Eduardo Augusto de Caldas Brito, actualmente n'esta capital, acabo de receber o seguinte documento, que relata todo o historico já conhecido do chamado Bendegó, e o que mais vale, referindo-se á data da sua queda na terra.

Ahi allude-se ao nome do capitão-mór Bernardo Carvalho da Cunha, que em vão tentou transferir para a cidade da Bahia o curiozo meteorito em um carro puxado a bois. Noto unicamente, que houvesse datado esse documento em Junho de 1782 o homem que escreveo, sendo aliás sabido que, não n'esse anno nem n'outro qualquer, mas em 1785 é que houve a tentativa da remoção de Bendegó. E' assumpto, que se esclarecerá mais tarde talvez, como espero vêr algum dia verificada a etimologia

do nome *Quilá* dado ahi ao meteorito, e que, como o de Bendegó, parece ser africano.

Eis e curiozo e mais que secular documento:

Aquella pedra Quilá

Na infancia de minha avó (*)
Uma medonha faisca
Fez no espaço uma risca
E cahio no Bendegó;
O estampido e o pó
Retumbou e quiz suffocar;
E indo a esse lugar
Grande concurso de gente,
Achava-se ainda quente
Aquella pedra *Quilá*.

Com a maior segurança
Deos a poz n'este lugar;
Ninguem a póde abalar,
Nem dar-lhe certa mudança.
E porque tem circunstancia,
Com esta certeza vá,
Que n'esta terra não ha,
Só si fôr a Virgem pura.
Tem sciencia e está segura
Aquella pedra *Quilá*.

O defunto capitão-mór
Bernardo Carvalho da Cunha
N'esse tempo se dispunha
Trazel-a do Bendegó;
Achou-a firme qual nó,
Como ainda hoje está:
Carro e bois levou de cá
Com toda sua companhia,
Não trouxe como devia,
Aquella pedra *Quilá*.

(*) Nascida em 1640.

Depois que elle morreo,
Ainda veio um viandante
Ver si era diamante,
Porém não a conheceo,
O malho n'ella bateo.
« Esta pedra não é má.
Porém geito nem um dá. »
No mesmo dia voltou,
E intacta ficou
Aquella pedra *Quilá*.

Monte-Santo (Bahia) 13 de Junho de 1782.

O indio Manoel Joaquim de Sá offerece ao seu amigo o portuguez Antonio de Souza Freire, morador na ribeira do Páo Grande.

A' este documento acrescenta o Sr. Dr. Eduardo Augusto de Caldas Brito a seguinte nota: Copiei estes versos em 1886 de um livro pertencente ao Sr. Manoel Estanisláo de Souza, escrivão da delegacia da villa do Inhambupe (Bahia), neto do indio Manoel Joaquim de Sá.

Acerca d'este notavel holosiderito è-me grato informar, que n'um dos volumes dos nossos «Archivos» ora no prelo e por multiplas razões já demorados, teremos sobre elle um completo e erudito trabalho devido ao professor Orville Derby. Sou etc. *Ladisláo Neto.* »

ESCRIPTURA DE CONTRATO

ENTRE OS

Procuradores de Sua Magestade e Gil de Goes

SOBRE A

CAPITANIA DE CABO-FRIO, ESTADO DO BRAZIL

Saibam quantos este estromento de renunciação, deixação e aceitação virem, que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de 1619 em os 22 dias do mez de Março, na cidade de Lisboa, junto ao arco de São Vicente de Fóra, nas cazas onde mora o Doutor Jeronimo Pimenta d'Abreo, do Dezembargo de Sua Magestade e Procurador de sua fazenda, estándo elle ahi prezente e assi o Doutor Miguel de Barreira, outrosi do Dezembargo do dito Senhor, e seu Procurador da corôa, ambos por mandado do dito Senhor para effeito de se outorgar este contrato na maneira ao diante declarado, pera que eu Tabellião ao diante nomeado, por ordem dos sobreditos Dezembargadores fui chamado, e logo ahi apareceo Antonio Deniz, morador em esta cidade na rua da Roza das Partilhas, como Procurador bastante e sufficiente, que disse ser de Gil de Goes da Silveira e de Dona Francisca del Aguilar Manrique, sua mulher, por bem de um estromento publico de poder, que lhe outorgaram, pera em seus nomes fazer esta escriptura, como d'elle se verá, a que se refere, que foi feito na villa de Madrid ante Gregorio d'Angulo, e justificado pelo Doutor Luiz Pereira, juiz das justificações da fazenda de Sua Magestade, o qual adiante irá trasladado n'esta nota e nos traslados que d'ella sahirem com sua justificação, por bem

do que disse elle Antonio Deniz, que os ditos seus constituintes tinham tratado com os ministros de Sua Magestade largar ao dito Senhor as terras, capitania, e jurisdição do Cabo-Frio, sito nas partes do Brazil, que tudo lhe pertencia por doação dos Reis passados, feita a Pero de Goes, pai do dito Gil de Goes, e isto de juro e herdade pera sempre com todas as mais couzas conteúdas na dita doação, que se lhe passou, que está na Torre do Tombo; e porquanto os constituintes d'elle Antonio Deniz não tinham ora posses nem ordem pera poderem governar, e administrar, e cultivar as ditas terras, por ser couza que requeria assistencia pessoal, o que não podiam fazer, nem acudir ás condições e obrigações, que na dita doação lhe eram impostas, e ao que o regimento d'aquellas terras obriga aos donatarios d'ellas, e se temiam que por rezão de não terem satisfeito a ellas por si nem por seus passados os Procuradores de Sua Magestade os demandassem e procedessem contra elles o perdimento dos ditos bens e capitania, e entendendo que era proveito não tam sómente seu mas ainda de seus successores, elle Antonio Deniz, em nome dos ditos seus constituintes, e por seu especial mandado, e por virtude da sua procuração, cedia e fazia deixação a Sua Magestade e á sua corôa e fazenda das ditas terras, e capitania, e jurisdições, assi e da maneira que as possuiam, e tudo lhes pertence por suas doações, geral e especialmente, como melhor em direito o deviam e podiam fazer e as Ordenações o dispõem, e tudo renuncia elle Antonio Deniz em nome dos ditos seus constituintes, e cede e trespassa nas mãos de Sua Magestade, em o que não lhe fica d'reito nem aução alguma, porquanto o dito Senhor lhes dá pelo dito respeito duzentos mil réis de tença em vida, e que possa o dito Gil de Goes da Silveira testar por sua morte dos ditos duzentos mil réis cem mil réis na dita sua mulher.

Portanto elle Antonio Deniz em nome dos ditos seus constituintes ha como houve d'oje para sempre por incorporado tudo que lhe pertencia per virtude das ditas doaçõens na fazenda e corôa de sua Sua Magestade, em que não lhe fica direito nem aução alguma; porquanto o dito Senhor lhe dá pelo dito respeito duzentos mil réis de

tença em vida e que possa o dito Gil de Goes da Silveira testar per sua morte dos ditos duzentos mil réis cem mil réis na dita sua mulher.

Portanto elle Antonio Deniz, em nome dos ditos seus constituintes, ha como houve d'oje para sempre por incorporado tudo o que lhe pertencia per virtude das ditas doaçoens, na fazenda e corôa de Sua Magestade, e os aparta todo o direito e aução, que n'isso possam ter e pretender de prezente ou futuro contra o que lhes não fica recurso nem regresso pera effeito de o poderem tornar a pedir, repetir ou de mandar per nenhuma via que seja, porque, si pera esta renunciação ficar mais firme, é necessario suprimento concessão e autoridade de Sua Magestade, o dito Senhor lh'a dá e concede pera isso, ainda que rezulte ou possa rezultar algum dano a quaesquer successores por meio da primeira concessão e doação feitas aos antepassados dos constituintes d'elle Antonio Deniz, e assi lhes supre o dito Senhor e ha por suprido para effeito da firmeza d'esta renunciação e deixação todos e quaesquer defeitos, que de feito e de direito houver e haver possa em contrario d'esta renunciação e deixação, que elle Antonio Deniz fez pelo modo que dito é da dita capitania, terras e jurisdiçoens e todas as mais couzas, que per virtude da dita doação em qualquer forma que lhes pertenciam ha d'oje por diante os ditos bens e capitania per incorporados com todos os mais seus accessorios conteúdos no padrão da dita doação em os bens e fazenda de Sua Magestade e de sua real corôa, assi e da maneira que tudo n'ella estava antes de ser feita a dita mercê e doação aos predecessores dos constituintes d'elle Antonio Deniz, e melhor se possa ser e em direito lugar haja, por bem do que per virtude d'este estromento sómente e sem mais outra autoridade, ordem, nem figura de juizo, nem poder dos constituintes d'elle Antonio Deniz poderão e possam os ministros de Sua Magestade, fazenda e corôa mandar tomar posse real e autual de todo o que per virtude d'esta renunciação pertence á fazenda e corôa do dito Senhor, e sobre ella fazer todos autos e diligencias em direito necessarios, e em quanto assi se não tomar a dita posse, elle Antonio Deniz constitue a seus constituintes

por possuidores do sobredito em nome da fazenda e corôa de Sua Magestade e por seus simples colonos inquilinos, por quanto, quer se tome a dita posse ou não, desde logo para sempre ha por dada, incorporada e transferida nos bens e fazenda de Sua Magestade e de sua real corôa *per clausulam constituti*, dizendo mais elle Antonio Deniz, que pera renunciação e deixação, que assim faz do que pertencia aos ditos constituintes na maneira que se contem n'este estromento, em lugar d'isso aceita para elles a mercê, que Sua Magestade lhe faz dos ditos duzentos mil reis de tença em vida do dito Gil de Goes com faculdade de poder per sua morte testar de cento d'elles na dita sua mulher, e por esta maneira disse o dito Antonio Deniz havia per bem feita esta deixação e renunciação na maneira que se declara n'esta escriptura, a qual e tudo o n'ella referido terão, e cumprirão os ditos seus constituintes e todos os seus herdeiros e successores, que os obriga em virtude de sua procuração, e pera tudo assi cumprirem d'estarem e passarem por todo o aqui declarado sem o poderem revogar nem contradizer de feito nem de direito nem por modo algum que seja cuidado ou por cuidar, obrigou os bens e fazenda dos ditos seus constituintes, havidos e por haver, e ao cumprimento e segurança de todo o conteúdo n'esta escriptura, em especial ha os ditos bens e fazendas por hipothecados e nomeados, como si d'elles se fizera expressa e especial menção. E outrosi obriga elle Antonio Deniz aos ditos seus constituintes a que nunca em tempo algum, nem seus herdeiros e successores, nem outrem por elles em seu nome pretenderão de Sua Magestade nem de sua fazenda os ditos bens nem outra alguma satisfação ou mercê per ello; e para tudo assi cumprirem tornou a obrigar os ditos seus bens e per os ditos procuradores da corôa e fazenda do dito Senhor foi dito, que elles aceitam para Sua Magestade esta escriptura como n'ella se contem, e pediram ao dito Antonio Deniz fosse feito este estromento n'esta nota, e que d'elle se dêem os traslados que cumprirem, que aceitaram: E eu Tabellião tudo estipulei e aceitei em nome da fazenda e corôa do dito Senhor, e de quem mais tocar, e a favor d'elle como pessoa publica estipulante este outorgou per o dito Jeronimo

Pimenta em seus apozentos, estando prezente o dito Antonio Deniz, e posto que se continuou atraz,que estava prezente o Doutor Miguel de Barreira o não esteve, e disseram estas partes dar a sua outorga a esta escriptura: Testimunhas, que foram prezentes, Simão Lopes e Diogo Varejão, moradores n'esta cidade. E eu Tabellião confesso estas partes são as proprias aqui conteúdas, que assinaram n'esta nota com as testimunhas. *Vasco de Sampaio* a escrevi.

E logo em continente no dito dia, mez e era sobre dita, nos apozentos do dito Doutor Miguel de Barreira, estando elle prezente, perante as testimunhas ao diante nomeadas, lhe li a escriptura atraz, que elle ouvio, e disse, que aprovava a ratificava e aceita em nome de Sua Magestade pera que se cumpra como n'ella se contem, assi o outorgou e aceitou, e eu Tabellião como dito é. E pediu fosse feito este termo per andar incorporado á dita escriptura e os traslados, que n'ella sahirem : testimunhas que foram prezentes Antonio de Moura Coutinho, morador n'esta cidade, na rua do Marco, e Antonio Monteiro, creado dito Doutor Miguel de Barreira, a quem eu Tabellião conheço, que assinou n'esta nota com as testimunhas. *Vasco de Sampaio* o escrevi.

Traslado do poder de que atraz faz menção, o qual traduzi do Castelhano em Portuguez, pela maneira seguinte:

Saibam quantos esta carta de poder virem como nós, Gil de Góes da Silveira, cavalleiro do habito de Christo e commendador da villa de Abrantes, e Dona Francisca del Aguilar Manrique, sua mulher, rezidente em esta villa de Madrid, côrte de Sua Magestade, com licença, autoridade, e expresso consentimento, que ante todas as couzas eu a dita Dona Francisca del Aguilar peço e demando ao dito Gil de Góes da Silveira, meu senhor e marido, me dê e conceda pera juntamente com elle outorgar e livrar esta escriptura de poder, a qual dita licença eu o dito Gil de Góes da Silveira a concedo e dou á dita minha mulher pera o effeito que o pede, e me obrigo de a haver per firme, e aceitando-a eu a sobredita, e d'ella

uzando ambos de dois marido e mulher juntos e per o que a cada um toca, outorgamos e conhecemos por esta prezente carta, que damos e outorgamos todo o nosso poder cumprido e bastante e que de direito se requer e é necessario, e mais pode e deve valer, a Antonio Deniz, vizinho da cidade de Lisboa, especialmente pera que por nós outros e em nosso nome e reprezentando nossas pessoas possa fazer e faça dezistencia e renunciação em Sua Magestade El Rei D. Felippe, Nosso Senhor, de uma capitania, que eu o dito Gil de Góes da Silveira tenho em o Estado do Brazil, que a houve e herdei de Pero de Góes, meu pai defunto; a qual dita capitania se chama em lingua de negros Parahiba, e em a nossa São-Thomé, que parte com o Rio de Janeiro, e começa de treze leguas além de Cabo-Frio, e se acaba em os baixos de Pargos, e sobre o que dito é possa fazer e outorgar e faça entrega em o dito nosso nome em favor de Sua Magestade ou de quem se lhe pedir e ordenar perante quaesquer escrivaens, ou notarios a escriptura ou escripturas de dezistencia, renunciação e trespasso com todas as forças, clauzulas, vinculos e firmezas, que se lhe peçam e demandem assi per Sua Magestade como per os Senhores do seu Real Conselho da Fazenda de Portugal, ou per outras quaesquer pessoas que pera ello sejam partes e que for necessario, dezistindo nós do direito e aução, que temos e em qualquer maneira nos pertence, a toda a dita capitania, e renunciando-o e trespassando-o em Sua Magestade, ou em quem por Sua Magestade e ditos Senhores de seu Real Conselho da Fazenda de Portugal se lhe pedir e ordenar, obrigando-nos á seguridade, vizão e saneamento de tudo, que tudo o que assi e no dito nosso nome e em rezão do que dito é fizer e outorgar em virtude d'este poder, nós outros desde agora pera em todo o tempo nos obrigamos a cumprir, estar, e passar per ello bem assi como si nós outros mesmos fizessemos a dita dezistensia e renunciação e outorgassemos as ditas escripturas, que sobre ello se fizeram e a tudo nos achassemos e fossemos prezentes, e para que em o dito nosso nome possa aceitar e aceite a mercê de que Sua Magestade por ello nos faz, que o poder necessario para o que dito é e pera qualquer

couza, e parte d'ello tal lh'o damos ao dito Antonio Deniz com livre, franca e geral administração, e com a relevação de direito necessario, e nos obrigamos de haver per firme este poder, e tudo quanto em virtude d'elle se fizer ou outorgar a que queremos ser compellidos per quaesquer juizes de Sua Magestade; a cuja jurisdição e fôro nos sometemos e renunciamos nosso fôro, jurisdição, domicilio e vizindade, e á lei *si convenerit de jurisdictione ominum judicum*, pera que nos compillam e apremoem ao cumprimento d'este poder e ao que em virtude d'elle se fizer, como si o houvessemos levado e o levassemos per juizo e sentença definitiva do juiz competente passada em couza julgada, sobre o que ronunciamos quaesquer fóros e direitos ao nosso favor e a lei do Digesto 3, que diz: Que geral renunciação feita de leis não valha. Outrosi eu a dita Dona Francisca del Aguilar Manrique renuncio ás leis dos Imperadores, Senatus Consulto Velleano, Lei do Touro e partida, e as demais que são em favor das mulheres, de cujo auxilio eu Escrivão dou fé, que a avizei; e que constando-lhe d'ellas as renuncio; e outrosi per ser cazada pera mais força e validação d'este poder, e do que em virtude d'elle se fizer, juro e prometo por Deos Nosso Senhor e por Santa Maria, Sua Mãe, e por um sinal da Cruz tal como esta †, que o haverei tudo per firme, e contra ello nem contra parte alguma d'ello não irei, nem virei alegando medo, força, lezão, nem engano, nem outro remedio algum de direito; perque declaro, faço e outorgo de minha livre e agradavel vontade, nem me oporei aos meus bens dotaes, arrhas, parafernaes, hereditarios, cujo direito renuncio, e d'este juramento não pedirei, nem tenho pedido absolvição, nem relaxação a Nosso Mui Santo Padre, nem a seu legado, juiz, nem prelado, que tenha poder para me conceder e relaxar, e si de proprio moto se me conceder ou relaxar, não uzarei d'ella, e per cuja firmeza o outorgamos assi e afirmamos de nossos nomes diante o prezente Escrivão abaixo escripto, que é feito e outorgado em a villa de Madrid a 9 dias do mez de Outubro de 1618 annos, sendo testimunhas Francisco de Arganda e Luiz da Costa e Jeronimo de Murcia, estantes em esta corte; e eu Escrivão

dou fé, que conheço os ditos Senhores outorgantes Gil de Goes da Silveira e Francisca del Aguilar Manrique. Passou ante mim Gregorio de Angulo, Escrivão de El-Rei, Nosso Senhor, rezidente em sua corte, fui prezente ao que dito é, e em fé d'ello a assinei em testimunho de verdade. *Gregorio de Angulo*, Escrivão.

—

Certifico eu Antonio de Almeida, cavalheiro fidalgo da caza de El-Rei, Nosso Senhor, seu requerente, Escrivão do Conselho de Portugal, que rezide n'esta côrte, que Gregorio de Angulo, cujo é o sinal publico em razo acima, é Escrivão Publico de El-Rei, Nosso Senhor, n'este reino de Castella, e como tal as escripturas e mais papeis que ante elle passam-se dão sempre inteira fé e credito em juizo e fóra d'elle, e para que d'isso conste passei o prezente em Madrid a 9 dias do mez de Outubro de 1618 annos. *Antonio de Almeida.*

O Dr. Luiz Pereira, fidalgo da caza de El-Rei, Nosso Senhor, do conselho de sua fazenda e juiz de justificações d'ella etc. Faço saber aos que esta certidão virem, que a mim me constou por auto, que fica em poder do Escrivão, que a sobscreveo, a procuração atráz ser sobscripta e assinada em publico por Gregorio de Angulo, Escrivão Publico na villa de Madrid, pelo que a hei per justificada e verdadeira, de que mandei passar a prezente por mim assinada em Lisboa aos 9 dias do mez de Janeiro. Antonio Simoens per Agostinho d'Almeida, Escrivão das justificaçoens da fazenda de Sua Magestade, a fez no anno de 619. Pagou d'este auto e traducção 32 reis, e de assinar 40 reis. E eu *Agostinho d'Almeida* o fiz escrever.

Vasco d'Andrade de Sampaio, Tabellião Publico de Notas por Sua Magestade na cidade de Lisbôa, este estromento em meo livro de notas tomei d'elle e fiz trasladar, a quem me reporto e o concertei, sobscrevi e assinei de meu publico sinal. O qual contrato eu Gaspar Alves de Louzada, Reformador dos padroados da corôa n'esta Torre do Tombo e Escrivão d'elle por Sua Magestade, trasladei bem e

fielmente por despacho da Meza da Fazenda em 19 d'este mez de Novembro d'este prezente anno de 619 para se lançar como lancei na gaveta dos proprios, e direitos reaes d'esta mesma Torre, aonde é estilo e costume se lançarem similhantes. Dada em esta mesma Torre aos 21 dias do mez de Novembro, anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de 1619 *.

(*Copia da Bibliotheca Publica Eborense*).

* Vae conforme a copia.

Carta do Marquez de Montalvão ao Conde de Nassau, noticiando a acclamação e juramento de D. João Quarto como rei de Portugal.

Chegou uma caravella de Lisboa com avizo que no reino de Portugal ficava jurado e reconhecido por verdadeiro rei e senhor d'elle El-rei D. João IV, Duque que foi de Bragança, neto da Serenissima Senhora D. Catharina, filha do Infante D. Duarte, a quem tocava o direito do reino por morte de El-rei D. Henrique, o cardeal seu tio; tomando Deos por instrumento para restituir a Sua Magestade a posse d'este seu reino; a affiicção que os vassallos d'elle padeciam da sem justiça e tirania com que eram governados por alguns ministros.

E acudindo Deos ao remedio, para mostrar que vinha de sua mão, dispondo de tal maneira e effeito d'esta obra, que em todo o reino não houve differença de vontade, nem contradição alguma.

E d'esta suavidade e de outras mais levantadas são estas peregrinas feições, tanto menor pena basta para as escrever, porque ha escriptor que faz a materia, e ha materias que fazem o escriptor. As partes de Alexandre necessitavam de homens unicos, que as engrandeçam; as d'estes luminozos soes dão esmalte a quem as publica e ainda que o escriptor erre em muitas partes, uma só em que acerte dará á obra tal lustre, que ficarão as nevoas de seus erros com o sol desterradas, si bem nunca será necessario occultal-as, seguindo o nome de retrato que em algumas couzas lhes forem parecidas. Não posso logo ter temores, quando tenho tão bom escudo, porém para

que se me não calumnie a confiança quero apoiar meus affectos com o encarecimento das letras santas, que si Jacob servira quatorze annos a Lia, que era feia, então podera-se ter lastima d'elle, mas quando os servio por Rachel, exemplo da belleza e discripção, se póde chamar ditozo, que bastava este objecto tão divino para servir de lizonja á mais escura masmorra, e haver de lhe parecer bello jardim; mas que muito que para com os homens tenha este bem tanta efficacia, quando (como affirma o poeta latino) os Deoses foram competidores sobre quem merecia a fermozura de Elena, ambiciozo cada um de tal thezouro. Plutarco e Zeno chamaram a este pequeno mundo flor de virtude; Platão, previlegio e vantagem da natureza; Aristoteles, carta de favor e recommendação; Demosthenes não só lhe deo o primeiro lugar entre as couzas humanas, mas ainda acrescentou, que em corpo humano tinha dignidade de divina, e com isto quizeram concordar Homero, Diogenes e Ovidio, chamando-lhe don divino, dado graciozamente; aos pés d'estes celestes retratos se prostram estes limitados louvores, como appellando do castigo (que sua pequenhez merece) para o sagrado d'esta divina fermozura, e eu, absorto na quarta esfera d'estes Céos, fico idolatrando n'estas similhanças da Divindade; e porque a pobre barquinha da minha confiança se não perca flutuando, *verbum non amplius addo*.

(*Copia da Bibliotheca Publica Eborense*).

Planato da Formoza e colonização

Villa Formoza da Imperatriz, provincia de Goiaz, 28 de Julho de 1887.

Illmo. e Exmo. Sr. Para melhor cumprir as ordens que V. Ex. se dignou dar-me, em avizo d'esse ministerio de 14 de Junho ultimo, começarei por consignar por escripto algumas idéas, que, acerca da colonização européa no Brazil, tive a honra de emittir verbalmente na audiencia que V. Ex. se dignou conceder-me, poucos dias antes da data do mencionado avizo.

Varios rezultados menos favoraveis a esse respeito nos climas tropicaes do nosso litoral fizeram, que hoje tenha quazi unanimemente triumphado na Europa a idéa de que para o primeiro estabelecimento no nosso paiz dos colonos do norte, só são apropriados o clima da provincia do Rio Grande do Sul, e quando muito, os de algumas paragens dos de Santa Catharina e Paraná ; de modo que é quazi excluzivamente para estas provincias, que a dita colonização já segue espontanea, dispensando a estipendiada, com a qual não só por espirito de equidade e justiça, como por outras muitas considerações bem conhecidas, V. Ex. conviria, que fossemos tambem prezenteando as demais provincias.

Si o clima do Rio Grande do Sul no litoral é mais fresco e analogo aos da Europa, que os das demais provincias, não é menos certo, que, no interior d'estas ultimas, ha xapadões mui elevados, em que a temperatura é igual,

benigna, e em que no inverno caem até as folhas á maior parte das arvores.

E' mui conhecido o principio, com as proporções até designadas por Alexandre de Humboldt, de que as maravilhas da civilização começariam ao lado d'ellas a surgir e em breve, como por encanto. N'este sentido julgo, que o prolongamento da estrada de Caza-Branca devia effectuar-se, passando talvez do alto do xapadão por donde corre antes de chegar a mencionada cidade de Caza-Branca, a buscar através dos rios Pardo e Grande a margem do sadio rio das Velhas do Paranahiba, afim de descer depois por este rio e subir o Corumbá até as suas cabeceiras, na paragem que em outro escripto, não official, como disse, tratarei de recommendar devidamente á posteridade d'esta abençoada terra de Santa Cruz.

Deos guarde a V. Ex. Illmo. e Exmo. Sr. Thomaz Jozé Coelho de Almeida, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura. *Visconde de Porto Seguro.*

Escravos fugidos do Pará para Caiena, e relações dos padres das duas localidades.

Aprouague 1 de Setembro de 1773.

Reverendissimo padre.

Ha pouco mais de 2 annos sete negros chegaram aqui em Caiena depois de varias lutas e mortes, mas foram mal recebidos; e si como apostolo posso falar, muito soffreram já nos carceres, e já nos açoutes, passando por muitas tribulações.

Entre elles ha um chamado Antonio, escravo de um reverendissimo padre, de quem como administrador régio, dice-me muito boas couzas, e muito me prometteo por si, si eu lhe obtivesse o perdão, que te peço, si for possivel.

Entre nós foram castigados; e como o homem não é punido duas vezes pelo mesmo peccado, assim deve ser o julgamento humano, por isso póde conseguir-se o perdão.

Ha 4 annos, quer em Caiena, quer nas terras adjacentes, acho-me só eu dentre presbiteros seculares e da minha ordem, mandado pelo rei, quer como seu esmoler, quer como pregador, e desde então muitas couzas succederam a esta e ás outras ordens religiozas, sendo a nossa ordem escolhida como ordem conventual, d'onde rezultou serem dados varios estatutos pelo papa.

Os padres da sociedade de Jezus foram afinal expulsos do orbe catolico e de Roma, e o prefeito d'elles foi creado bispo.

Si na occazião de partir a embarcação tiver couzas curiozas, te communicarei, pois ha 2 mezes estou em

missão,e poucos mezes aqui me demorarei entre os indios, que são quazi vossos vizinhos na parte superior dos rios nas nossas antigas missões.

Escrevei, eu vos rogo, sobre o que necessitardes quer a respeito de vestuario, quer de vinhos e licores e couzas similhantes ; eu tudo enviarei pelos nossos indios, porém primeiramente nomeareis as vossas missões, que ficam nas cabeceiras dos rios da nossa parte, e por elles te chegarão as couzas, que eu mandar.

Dezejo, si poder ser, estabelecer relações comvosco, pois me é desconhecido o modo de escrever-te.

Saúda por mim aos nossos irmãos, reverendisssimos padres, e tu goza saude no Senhor, não esquecendo-me em tuas orações.

Reverendissimo padre, vosso muito humilde e obedientissimo irmão e padre

Claudio Laillet,

da ordem dos minimos de S. Francisco, e bacharel em theologia pela faculdade de Paris.

(*Traduzido do latim por T. de Alencar Araripe*).

Noticias de João Dias de Solis dada pelo embaixador portuguez em Madrid. *

Senhor, Joam Dias de Solis, o piloto que me V.A. escreveu, que lhe disseram que hya a Malaca, á esta aqui e mandeyo muitas vezes buscar e oje falei co ele e veo com ele um seu Irmão que diz que foy a India e que tem na caza da India mais de trezentos ducados.

E ho que tomey de Joam Dias he que ha de ir como vyer habryl com tres navios a saber hum de 170, e outro de 80 e outro de 40 toneis. diz que ha de ir ver e demarcar o de Castela e a pratica foi muito larga e o que dele nela pude tirar he que a ele lhe parece que Malaca caee na demarcação do de Castela, e eu lhe disse todo o que me pareceo que compria a vosso serviço e ele se me fez muito agravado de Vossa Alteza, e ho principal agravo he nam lhe pagarem o que se lhe deve e diz que tem tres Alvaraes de V A. para que lhe page o que se lhe deve na caza da India, e que nem por eles nem por servir nem por nada nunca lhe pagaram hum soo real de oyto centos cruzados que diz que tem na caza da India, a qual cousa lhe não cry por que ainda que não fora se não por descargo da comcyençia de V.A. se devera de fazer canto mais as taes provas si bem serve e que não tem outra cousa de que viver e diz que desesperado de se lhe não pagar se veo

* Vae conforme a copia.

qua. Eu não sey nada do mar e comtudo digo que me parece que ele fala no mar como quem sabe o que fala.

E disse-me que lhe escreveram de Malaca huma carta de trez folhas de papel das demarcações e grados e lynhas, por os quaes ele cuida que Malaca he do de qua, e diz que tambem lhe escreveram que Affonço d'Albuquerque que fizera huma armada para os Chyns que stom mais de quatrocentas leguas dentro da demarcação de Castela, e que de Lisboa partira outra a parte das Antilhas que muito craramente hé de Castela.

Aqui sta hum ouryves a que chamam Joam Anryques o qual esteve na India e tambem se me fez agravado de V. A lhe deve certo dinheiro. Este me disse que armavam os trez navios em...... e que o Joam Dias hia por capitão principal e que ele hya em um dos navios por Capitão e que avista de partir em Março, e que ele sabe mais das alturas do que Joam Dias e asy hu' filho seu e que mostrara que Malaca esta na demarcação de Castela. Proguntei-lhe o que lhe davam, e disse-me que agora asentara com El Rey e que lhe davam cando servyo vinte cinco mil e cando não vinte mil. Eu dise ha um e outro a cada um por sy como se qua pagarão estes assentos e todo o mais que esta materia cumpria. E parece-me que si V. A desse este Joam Anryques doze ou quinze mil reis cada anno que se yria pera Portugal a servir-vos e que levava seu filho que diz que sabe tanto como elle.

O Joam Dias de Solys diz que lhe dão duzentos cruzados cada anno e que lhe pagam aos terços em Syvilha na caza das Antilhas, e mais que he piloto mor e outros ventos. Este não sey se se proderya asi arrancar porque diz que se lhe não gardarão ja por duas vezes os vossos Alvaras; mas comtudo boom penhor he ter ele la oytocentos cruzados e o Irmão trezentos, mas ho Anryques parece-me que logo se hyrya, por que ele e a molher são Portuguezes e fez-se-me tão prove que me foy necessario dar-lhe dinheiro por saber dele o que passava e ele me dise que de Sevilha escrevera já a V. A. desta armada que se fazia e que escreve a V A que mandou a ele algum pyloto ou quem sobese do mar pera lhe dar alguns avizos que comprão o vosso serviço.

Destes omens não conheço nada e eles me dise que cuydam que e starão aqui pouco e que se yraõ pera suas casas que stõ em Sevilha a do Anryques e em..... cem a do Solys mas pera o que deles me parece folgarya muito povo que compre a Vosso serviço que V. A. mandase remedear este de maneira que vos não façam tal co serviço que seja maao remediar porque todalas cousas tem começo.

Nosso Senhor goarde e acrescente a vida e muito real estado de V. A e lhe dê todo o que deseja.

De Logronho ha 30 de Agosto de 512 annos.

Beijo as mãos a V. A. *Joam Mendes de Vasconcelos.*

(*Archivo Real*).

INDIGENAS DO BRAZIL EM FRANÇA

NO

SECULO XVI

Quem não conhece a lenda poetica de Diogo Alvares, o famozo *Caramurú*, cognome este que uns querem que signifique *dragão do mar*, para melhor exprimir o terror dos indigenas ao ouvir o tiro disparado pelo naufrago, e outros o traduzem simplesmente por *moreia*, que não passa de um inoffensivo peixe?

Irrecuzaveis documentos, trazidos á luz da historia por Francisco Adolfo de Varnhagen, e ainda por ultimo e proficientemente pelo Sr. conselheiro Pereira da Silva, em um dos excellentes estudos historico-legendarios, com que tem abrilhantado as paginas d'este *Jornal* (*), provam, que Diogo Alvares Corrêia, a quem Pero de Campos Tourinho, em uma carta endereçada a D. João III em 1546, chama o Gallego e dá-lhe a profissão de *lingua*, naufragando nas costas da Bahia, na aurora do seculo XVI, ahi se estabeleceu, e ligado á Paraguassú, teve numeroza descendencia.

Refere a lenda, que *Caramurú*, no decurso de sua longa vida semi-selvagem, fizera uma viagem á França,

(*) *Jornal do Commercio*

com a companheira, e depois de baptizada Paraguassú, com ella se cazára, sob o paraninfo de Henrique II e de Catharina de Médicis. Frei Jozé de Santa Rita Durão, laureado poeta mineiro, haurio do assumpto um poema, que muito honra as letras portugueza-brazileiras, e que foi traduzido para o francez, em 1829, por Eugenio Garay de Monglave, a quem devemos tambem em igual traducção as Cartas de D. Pedro I, relativas á nossa independencia.

Os nossos dois mais notaveis historiadores contemporaneos, Francisco Adolfo de Varnhagen e Pereira da Silva, e com elles outros investigadores das couzas patrias, já provaram, que essa viagem não passa de puro adorno á vida romanesca de *Caramurú*; conseguintemente á mesma conta deve ser lançada a morte de Moema, seguindo a nado o barco em que ia o ingrato amante com a feliz rival Paraguassú; o que não impede de ser esse o mais bello episodio do poema de frei Jozé de Santa Rita Durão, e de haver inspirado a Victor Meirelles uma das suas preciozas télas.

Mas, si é certo que esses e outros factos da vida de *Caramurú* devem ser aládos ás puras regiões da poezia, tambem não é menos certo, que a lenda, em não poucas particularidades, assenta em origens historicas, funda-se em acontecimentos reaes, embora mal ageitados ao romance. Assim é que, si Catharina de Médicis não servio de paraninfo á regeneração social e religioza de Catharina Paraguassú, pelo menos tem ligado o seu nome a um acontecimento, em que nada menos de 50 indigenas brazileiros figuraram entre os protogonistas; acontecimento esse que bem poderia servir de ponto de partida á imaginaria viagem de *Caramurú*.

Rarissimo e curiozo opusculo, publicado em Ruão, em 1550, que escapou ás pacientes investigações de Varnhagen e se conservou ignorado dos bibliographos americanistas por trez longos seculos, documenta este nosso asserto. Cabe a Ferdinand Dénis, esse dedicado e constante amigo do Brazil, que por mais de 50 annos tanto e tão bem se occupou dos nossos homens e das nossas couzas, a gloria de noticiar em 1850, ao mundo

literario, a existencia d'esta preciozidade bibliographica, cujo frontespicio aqui transcrevemos, letra por letra :

CEST LA DEDV
CTION DV SUMPTEUX ORDRE PLAISANTZ SPECTA-
CLES ET MAGNIFIQVES THEATRES DRESSÉS,
ET EXHIBES PAR LES CITOI

ens de Rouen ville Metropolitaine du pays de Nor-
mandie, A la sacre Maiesté du Treschristian Roy
de France, Henry secôd leur souuerain Sei-
gneur, Et á Très illustre dame, ma-
Dame Katharine de Médicis, La
Royne son spouze, lors de leur
triumphant ioyeulx et nou-
ue la duenement en
icelle ville, Qui fut
es iours d'oto-
bre,
Mil cinq cens cinquante, Et pourplus express intel-
ligence de ce tant excellent triumphe, les fi-
gures e pourtraicts des principaulx aornementz
d'iceluy y sont apposez chascun en son
lieu comme l'onpurra veon par le discours
de l'histoire.
Auex priuilege du Roy.
On les vend à Rouen chez Robert le Hoyet Jehan
dictz du Gord tenantz leur boutique, Au portail
des libraires.
1551

Trata-se de uma festa dada em Ruão aos soberanos da França, Henrique II e Catharina de Médicis ; figurando n'ella, como já disse, muitos indigenas do Brazil.

Como iria parar ali tão grande numero de nossos selvicolas ? E' o que não nos informa o preciozo opusculo, mas facil é de explicar-se, desde que se sabe, que por esse tempo já se achava estabelecido o nefando trafico de escravos americanos.

Varnhagen, na sua *Historia Geral*, diz, que a não *Bretôa*, sahindo de Lisboa em 11 de Fevereiro de 1511 para o Brazil, regressou áquelle porto no fim de oito mezes, com um carregamento de *páo-brazil* e 30 captivos. A carta régia de 28 de Setembro de 1532, endereçada a Martim Affonso de Souza, entre outras concessões, que fazia aos donatarios das capitanias recem-creadas, autorizava-os « a captivar os gentios para o seu serviço e o dos

navios, e mandal-os vender a Lisboa, até certo numero, livre de siza. »

As leis da Espanha não só legitimavam essa propriedade, como até permittiam marcal-a *com ferro quente*. Quem conhece a historia das conquistas do Perú e do Mexico, sabe bem as crueldades, que ali se praticavam, captivando e nivelando na mais baixa condição ainda os mais illustres filhos do novo mundo. O proprio Christovão Colombo não trepidou em escravizar aquelles que aliás o recebiam de braços abertos; mareando assim os puros fulgores da sua extraordinaria e incomparavel gloria.

Não foram por certo os Francezes mais humanos que os Portuguezes e Espanhós a esse respeito, até mesmo porque n'aquelles tempos o trafico de escravos era considerado tão licito como o de qualquer mercadoria inerte. Si por um lado os exploradores francezes tratavam com brandura e amizade as tribus com quem mantinham o seu commercio, por outro, não podendo excuzar auxilios aos alliados, acompanhava-os em suas tropelias e crueldades. Assim praticavam tambem os Espanhóes e Portuguezes.

João de Lery, que não póde ser taxado de suspeito, denuncia compatriotas seus, que não duvidavam abraçar a vida selvagem, para melhor servir a seus interesses, domiciliando-se nas *tabas*, convivendo com as tribus as mais ferozes, ajudando-os na guerra contra os inimigos e até tomando parte, como convivas cheios de appetite, nos sangrentos repastos anthropophagos e repellentes orgias.

No pingue e activo commercio que os armadores de Honfleur e de Dieppe entretinham com os selvagens, seus alliados, não podia deixar de incluir-se o trafico de escravos, pois é bem certo, que tão vendavel era o preciozo *ibirapitanga* para a industria da tinturaria, como as canóras avezinhas, os palradores papagaios, os trefegos quadrumanos e selvagens bimanos das nossas florestas, aos amadores de *couzas* raras e curiozas. E nada ha de admiravel que o indigena entrasse n'essa collecção de *couzas*, quando perante o Pontifice Leão X disputavam os dominicanos e franciscanos, em sessão solemne, si o selvicola americano *pertencia ou não á especie humana, si era ou não escravo por natureza*.

Sob a capa de descobrir terras para a corôa da França, os armadores d'esta nação conseguiam favores dos soberanos, taes como concessão de patentes da armada real dos commandantes e pilotos das expedições ; e ao passo que se iam fazendo as descobertas, que muitas vezes não passavam de explorações de lugares já conhecidos, iam tambem á sombra da bandeira franceza mercadejando e até traficando escravos. Outra couza não fez a expedição de que fazia parte Francisco Froger, conforme o seu proprio testimunho, quando nos refere a acquizição de uma partida de Africanos, que veio vendêl-a, já muito dizimada pela *peste*, aqui no Rio de Janeiro, ao findar o seculo XVII.

E só assim é, que se explica a grande quantidade de indigenas do Brazil, que por aquellas épocas se encontrava nos principaes centros mercantes da França, que frequentemente armavam e expediam navios para o escambo de escravos e especiarias nas costas da Africa e da America.

Na sua *Histoire de la ville de Rouen*, F. Farin refere, que 300 indigenas brazileiros executaram dansados ás margens do Sena, em meiados do seculo XVI. Ha exagero n'esse numero, porquanto o historiador, ainda que não cite o opusculo de 1550, comtudo parece referir-se á festa n'elle descripta ; ora o anonimo autor d'esta curioza narrativa só fala em 50 selvagens ; é verdade, que a este numero junta 250 marinheiros normandos, o que deo talvez cauza a Farin confundir estes com aquelles.

Theodoro Godefroy, no *Cèrèmonial de Françe ou Description des cérémonies, rangs et scéances observées aux couronnemens*, publicada em 1619, tratando da *entrada* que se effectuou em Bordeaux em 9 de Abril de 1565, diz, que « trezentos homens armados conduziam doze nações captivas », entre as quaes cita *selvagens americanos e brazileiros* (*sic*), cujos chefes pronunciavam as suas arengas diante do rei, que eram traduzidas pelo interprete.

D'estes diversos testimunhos rezulta, diz Paulo Gaffarel em sua *Histoire du Brésil Français*, tratando da memoria bibliographica de Ferdinand Dénis, que as relações entre a França e o Brazil eram muito frequentes no

meiado do seculo XVI. » E tanto assim, acrescento, que não faltavam interpretes, que pozessem o rei ao corrente do que diziam seus improvizados prizioneiros; e para as mercadorias americanas, quer moveis, quer semoventes, haviam até cazas especiaes, que, pela sua singular archi tectura, passaram ao dominio da historia, e ainda nos primeiros annos d'este seculo occupavam a attenção dos archeologos.

La Queriére, em sua *Description Historique des maisons de Rouen*, publicada em 1821, com algumas gravuras dezenhadas por Langlois, dá n'estes termos noticia de um d'aquelles depozitos : « Rua Malpallu n. 17, quazi em frente á rua dos Agostinhos, na taboleta *Ilha Brazil*, caza de madeira. Distingue-se por um grande baixo-relevo, tratando de dois assumptos relativos á descoberta da America ; pequenas figuras núas esculpturadas nas vigas, no meio de ornamentos gothicos. Este frontespicio não é indigno da attenção dos curiozos. Data do seculo XVI. »

A indicação de *Ilha do Brazil* provém do erro geographico do descobridor portuguez d'esta parte da America, que o levou a denominal-a *Ilha da Vera Cruz* ou *Santa Cruz*, que os mercadores do preciozo *ibirapitanga* não tardaram a mudar para Brazil, em homenagem inconsciente ao principal objecto da sua mercadoria. Já em 1775 Pero de Magalhães Gandavo escrevia « Historia da provincia de Santa Cruz, a que vulgarmente chamámos Brazil.»

A caza da rua Malpallu, diz Ferdinand Dénis, na sua *Fête brésilienne celebrée en Rouen*, não é a unica que disputa recordações dos Tupinambás. A cidade de Dieppe, que enviava frequentes expedições ao Brazil, fez muitas vezes figurar esses indios em seus grandes baixo-relevos, existentes ainda em nossos dias, e que foram reproduzidos em gravura na obra do Sr. Vitet. Podem ser examinados alguns d'esses baixo-relevos na igreja de S. Jacques de Dieppe, e para aqui trasladámos uma dessas descripções: « O primeiro grupo se compõe de trez personagens, um homem, uma mulher e uma creança ; todos coroados de grandes pennas, como os Brazileiros e outros habitantes da

America do Sul. O homem e a mulher ornam-se de uma cinta (*arosoya*) de pennas; a mulher tem, além d'isso, um collarete tambem de pennas, em uma mão uma grande folha de palmeira e na outra um tirso, terminando por uma flor; o homem está armado de um arco e traz ás costas um molho de flexas.»

Segundo se deprehende da *Discripção sumptuoza* de Ruão, parece, que não era a primeira vez, em 1550, que os nossos indigenas se davam em espectaculo diante dos Francezes, simulando combates, que os eruditos do tempo denominavam *schiomachia*, e Paulo Gaffarel entende, que melhor se diria *sciamachia*, vocabulo grego que significa mais ou menos «brigar com a propria sombra» jogo antigo que consistia em dar com os braços e com as pernas em oppozição aos movimentos da sombra do corpo.

Em 1549 a cidade de Lyão havia recebido a vizita de Henrique II e da sua espoza Catharina de Médicis, com extraordinarias pompas e magnificencias deslumbrantes; recebendo no anno seguinte a mesma honra, Ruão não quiz ficar atraz, não se poupando a sacrificios para hospedar os soberanos.

Collocando-se á frente dos festejos da recepção a municipalidade *ruãoneza* nada deixou a dezejar, quer do ponto de vista grandiozo, quer do original, pois além de mandar fundir, por modelo inteiramente novo, duas estatuas de ouro para mimozear o rei e a rainha, convidou os mais afamados artistas de todas as procedencias para architectar e adornar sumptuozos obeliscos, grandes arcos triumphaes, varandas e passadiços, columnadas e até uma deslumbrante apotheóse de Francisco I. E como si tudo isso não fosse bastante, procurou-se um meio de fazer o Novo Mundo figurar no cortejo, e foram os nossos indigenas e a sua vida selvagem o pessoal e o quadro preferidos; o que faz crer, que o espectaculo, comquanto novo para os illustres vizitantes de Ruão, já era conhecido e ensaiado para os demais.

Não se esqueceu o narrador do festejo de nomear, quazi que um por um, os personagens europeos que assistiram ao combate simulado dos nossos indigenas; outro tanto porém não fez em relação a estes, o que é bem para

sentir, pois talvez a posteridade soubesse hoje qual o illustre chefe guerreiro *tobajára* ou *tupinambá*, que necessariamente trocou cumprimentos amistozos com Henrique II; e si entre os nossos selvicolas estaria ou não algum parente proximo da Paraguassú, que de volta aos patrios lares,contando o cazo, désse origem ao episodio da imaginaria viagem do *Caramurú*.

E' verdade que, além de muito estropiados esses nomes, a menos que o narrador de Ruão não estivesse armado de uma grammatica do padre Luiz Figueira, o que não era possivel por ainda não estar publicada,seria difficil saber hoje si algum d'elles pertenceria á pessoa da familia Paraguassú, pois essa boa gente não tinha por costume registrar os seus nascimentos e obitos.

Sem contar os chefes militares, diz o alludido narrador, que entre os prezentes notavam-se : « o nuncio do Papa, os embaixadores de Espanha, da Allemanha, de Veneza, de Inglaterra, de Portugal e outras nações estrangeiras, *juntos com elles*. Os arcebispos, bispos e prelados da França; os Srs. Revms. cardeaes de Ferrara, de Bourbon, de Guise, de Vendôme, de Soambreux (*sic*), de Chatillon e de Lizeux, com suas capas de lan e seda *rubro-carmesin*, montados em *suas mulas honrozamente* selladas e adornadas, segundo a dignidade do senado apostolico ; precedidos todos da magestade do Rei, que trajava uma casaca de damasquino, orlada de velludo preto, meio aberta, guarnecida de renda de prata, enriquecida e estampada por um preciozo e subtil bordado, sobrecarregado de pedras orientaes de inestimavel valia,cujo vivo fulgor enrubescia as augustas faces do soberano. »

Em seguida ao rei, nomeia a *Deducção Sumptuoza* os illustres Duque de Montmorency, par e condestavel da França ; o Sr. Duque de Guyse, o Sr. de Anguian (*sic*), Loys, Sr. seu irmão ; o Sr. Duque de Aumale ; os Duques de Longville e de Montpensier, os Duques de Nemour (*sic*) e o principe de La Roche-sur-Yvon. »

Quando trata de Catharina de Médicis, cita a seu lado «Margarida de França,irman unica do rei, filha de rei digna de ser espoza de rei : *Mlle. a Bastarda*, e as senhoras Duquezas de Estouteville e de Valentinois.

Como se sabe esta ultima era a celebre Diana de Poitiers, a bella amante de Henrique II, que inspirou ao velho Dumas um dos seus mais bem traçados romances. Pela narração da festa do chronista de Ruão, vê-se, que a inicial da favorita, figurava tão profuzamente nos escudos, flamulas e galhardetes entrelaçada com a do rei como a da propria rainha ; o que não é de admirar porquanto nos moveis, objectos de adorno e impressões d'esses tempos, tão frequentemente se encontra um H (Henrique) formando monogramma com um K ou um C (Catharina) como com um D (Diana). O proprio opusculo de 1551, tem as margens ornadas de carcases cheios de flexas, em allusão á Diana, a caçadora, de arcos e outros attributos indigenas do Brazil, terminando sempre pelo H e o D entrelaçados ; o que claramente indica ter sido a publicação feita em homenagem á rival de Catharina de Médicis.

Depois de descrever *a bella praça de mais de duzentos passos de comprimento,* o narrador do seculo XVI fala-nos de arvores e frutas do Brazil, certamente palmeiras e côcos de que os armadores deviam ter em seus armazens grande provizão ; de cabanas selvagens com as suas bonitas rêdes, papagaios, periquitos e araras de vistozas pennas ; jaguares e monstruozas cobras ; macacos, saguis e muitos outros reprezentantes da nossa fauna.

Como diz Farin, o opusculo refere-se a « trezentos homens todos nús e sarapintados, *sem encobrir sinão as partes que exige a natureza* e adornados como os selvagens do Brazil », mas acrescenta: « d'entre os quaes cincoenta eram naturaes d'esse paiz, e dali chegados muito recentemente, com as orelhas e beiços furados, ostentando grandes pedras de esmalte branco e verde esmeralda. Os demais simulavam tão bem, e imitavam tão perfeitamente seus companheiros, que pareciam tão selvagens como elles ».

D'isto se infere, que como não havia sinão 50 indigenas authenticos, para o simulado combate, lançou-se mão de 250 marinheiros normandos, conhecedores dos uzos e costumes selvagens, talvez entre os quaes alguns houvessem já sido domiciliados por annos nas *tabas,* para dar ao espectaculo toda a imponencia de uma verdadeira batalha americana renhida e numeroza.

Começou a funcção por um quadro vivo da vida pacifica dos nossos selvagens; disseminados pela praça, uns balouçando-se preguiçozamente na rede fumando caximbo, outros deitados na relva; estes preparando o *cauin*, aquelles *moqueando* a caça. Aqui um trepando pela palmeira para arrancar da coma o fruto pendente; ali outro disparando a flexa certeira sobre a ave prestes a disferir o vôo; tal que acerava as pontas hervadas para guerra, qual que brunia com pedra a pezada massa de páo. Assim se dava aos illustres espectadores uma idéa do novo mundo.

E' bem de crer, que estes quadros vivos fossem muito de industria preparados pelos armadores para estimular Henrique II a auxilial-os nas explorações das terras americanas.

O que é curiozo é, que a festa de Ruão assistisse o reprezentante de Portugal sem que o seu governo de nada fosse informado a respeito; pelo menos até o presente não se conhece documento em contrario a esta suppozição; e tanto mais é de admirar esse silencio, quando nessa festa deu-se um episodio que não podia deixar de mal impressionar o embaixador portuguez.

Navios de velas empavezadas com marinheiros vestidos de seda, abordam as margens do Sena; são Francezes e Portuguezes, que vém ás costas do Brazil ao escambo; um chefe indigena, seguido de sua cohorte, aproxima-se e arenga no seu abstruzo idioma, intimando aos Portuguezes que se retirem e convidando os Francezes a desembarcar. Não concordam os repellidos com a odioza parcialidade, insistem no desembarque, os preferidos intervem em favor dos alliados, trava-se a peleja; os Portuguezes são vencidos, e os vencedores, selvagens e Francezes, acabam por lhes queimar os navios.

O embaixador de D. João III assiste a tudo isto, limitando-se talvez, com o sorrizo contrafeito, a acompanhar friamente as palmas com que são victoriados os vencedores.

Ao combate naval segue-se a batalha indigena, *Tabajáras* contra *Tupinambás*, que o narrador do seculo XVI descreve em termos rapidos mas incizivos. O quadro é

cheio de animação e de peripecias ; sôa a *inubia*, resôa o *boré*, « troa e retroa epucema de guerra » na fraze poetica do cantor de Iracema ; entrecruzam-se nos ares as hervadas setas, pezada cae, vibrada por mãos herculeas, a terrivel *tangapema* ; os selvagens lançam mão, de parte a parte, de todos os recursos de suas guerras ferozes ; reina por anciados momentos o alarido e a confuzão, até que afinal vencem os *Tupinambás*, certamente porque eram alliados dos Francezes; e tudo isto tão bem ensaiado e executado que o autor do opusculo de Ruão, em sua pitoresca linguagem qualifica de « verdadeiro simulacro da verdade ».

Francisco Adolfo de Varnhagen, no seu erudito estudo « Caramurú perante a historia », no intuito de comprovar a falsidade da viagem do legendario naufrago á França diz, que : « desde o embaixador até o infimo espia, estavam todos interessados em tomar nota de factos como era já a chegada de um navio francez vindo do Brazil, e o acolhimento decidido dado a um seu habitante de tantos annos, quanto mais d'essas estrondozas ceremonias de cazamento e baptizado que tão suspeitozas se lhes deviam tornar. Correndo porém a immensidade de despachos, officios, cartas particulares, informes e mais papeis que se escreveram de França respectivos ás minimas occurrencias, que então se passavam ácerca das negociações pendentes d'aquelle reino com Portugal, e que na melhor parte tinham por mira a sustentação da posse inauferivel do Brazil (começado a disputar pelos mesmos meios, que a mesma nação ainda nos ultimos tempos, contra todo o direito reconhecido por ella mesma, fez com a *Guiena* (*sic*), é que se collige a impossibilidade da existencia de tal acontecimento, que ninguem contestou ; quando si tivesse succedido, tão notorio era elle que deveria apparecer noticiado por mais de uma pessoa, e em mais de uma carta ; como vemos á respeito de outros de menos importancia n'esses mesmos tempos. »

Ao tempo em que Varnhagen escreveu a precitada memoria, ainda não era conhecido dos modernos biographos o preciozo opusculo de Ruão; não sabemos mesmo se d'elle veio a ter posteriormente pleno conhecimento o

nosso illustre historiador, si teve, ou pelo menos leu Farin, na sua *Histoire de Rouen*, necessariamente havia de reformar essa sua, aliàs muito respeitavel opinião; porquanto, por estas ou aquellas paginas, veria, que os embaixadores e espias portuguezes nao eram lá tão meticulozos como lhe parecia nas noticias e informações que ministravam a seu governo, em relação ás couzas do Brazil occorridas em França.

A *Deducção sumptuoza* de Ruão foi escripta e publicada por conta e ordem do conselho municipal d'essa cidade, era por conseguinte um documento tão valiozo como os papeis que Varnhagen consultou nos archivos portuguezes; no emtanto nem por estes teve elle a mais leve noticia de tal publicação.

Pela leitura d'esses papeis, diz ainda Varnhagen referindo-se ao baptizado e cazamento de Paraguassù, como descreve a lenda, chegámos *a estar quazi diariamente prezenciando* tudo quanto àcerca de objectos analogos se passava em França »; no emtanto o laureado autor da *Historia Geral* não soube por esses papeis nem que em 1550, em Ruão, 50 indigenas brazileiros tomaram parte em uma festa dada a Henrique II e Catharina de Médicis, nem que em 1565, outro grupo de selvicolas nossos, talvez tão numerozo como aquelle, figurasse em Bordeaux em similar festejo,como prizioneiros de guerra.

Não eram factos tão somenos de importancia esses como o de combates simulados em que se lançava fogo a pequenos navios com a bandeira portugueza (a cruz de Christo), o da agglomeração de dezenas de indigenas do Brazil em Ruão e Bordéos e tão pouco o de grandes armazens de *ibiripitanga* e outros productos naturaes de legitima procedencia das novas possessões luzitanas, para que os reprezentantes e espias de Portugal, « tão interessados em tomar notas », os deixassem assim passar despercebidos; no emtanto ahi estão os documentos provando tão condemnavel dezidia.

Por este lado, com taes argumentos não ficou provado por Varnhagen a falsidade da viagem de Caramurú á França; quanto á explicação que o benemerito historiador acha na confuzão entre Diogo Alvares e um

« misteriozo Castelhano arrojado, sabe Deos como e desde quando, no Rio Grande do Norte », tão pouco me parece das mais aceitaveis sem maior exame.

O classico, o decano dos nossos chronistas, Gabriel Soares de Souza, que em 1587 tão extensa quão proficientemente escreveu sobre os homens e couzas do Brazil, diz no cap. I da parte 1ª da sua interesantissima *Descripção* : « N'este Rio Grande do Norte achou Diogo Paes, de Pernambuco, lingua do gentio, um Castelhano entre os Pitiguares, com os beiços furados como elles, entre os quaes andava havia muito tempo, o qual se embarcou em uma nào para a França, porque servia de lingua aos Francezes entre o gentio nos seus resgates. »

Julga Varnhagen, que isto não se póde entender com Caramurú, de quem Gabriel Soares fala em outro lugar, pois ninguem disse jámais, que Diogo Alvares uzasse os beiços furados como os indigenas ; mas cumpre advertir, que ninguem disse igualmente o contrario. Pero de Campos Tourinho chama de *Gallego* a Caramurú e da-lhe a profissão de *lingua* ; ahi estão dois pontos de contacto com o Castelhano de Gabriel Soares. Varnhagen empresta-lhe a naturalidade de *Minhoto*, sem nenhuma prova documental.

Que Diogo Alvares, no exercicio de sua profissão de lingua, nem sempre estava na Bahia, não resta a menor duvida, porquanto o padre Manoel da Nobrega, em uma carta escripta para o reino em 1549, manifestando o propozito em que estava de aprender a lingua indigena, dizia, que ia fazel-o « com um homem que n'esta terra se creou de moço, ho qual agora anda muy ocupado em ho que ho Governador lhe manda, e *não está aqui* ».

Esta auzencia coincide exactamente com a época aproximada da festa de Ruão ; e Varnhagen, que tão esmerilhadamente dá conta da vida do nosso heróe, não sabe dizer onde se achava Caramurú entre 1549 e 1557, em que Aires do Cazal affirma ter elle morrido : não obstante affirma a impossibilidade da viagem.

O que é certo é : que si não ha documentos que provem essa viagem, tambem não ha quem affirme o

contrario, pelo menos, nem de um lado nem de outro, nada foi ainda exhibido de terminante e pozitivo.

« Não faltam detalhes explicitos, diz Ferdinand Dénis, sobre a ida de Caramurú á França, pois sabe-se o nome do capitão do navio, que o transportou; chamava-se Du Plessis, e até o dia e logar em foi baptizada Paraguassú—28 de Outubro; por infelicidade falta o anno; é este o ponto importante, que desespera os criticos. »

O opusculo de Ruão nada nos diz relativamente ao epizodio historico que tanto nos interessa, não obstante é uma peça de alta valia para o processo, que ainda póde passar por uma revizão e dar ganho de cauza aos sustentadores da lenda; por isso o recommendo aos estudiozos.

Em sua ultima pagina lê-se o seguinte:

Iez se terminent l'ordre et progrez
du Triumphant et Magnifique Aduenement du Roy
et de la Royne
de France dautant prompte que liberale volonté celebrè
en leur bonne ville de Rouen. Et nouvellement imprimé Par Jean le Prest audict
lieu le IX iour de cemoys
de Décembre
1551

Por estes dizeres vê-se, que o exemplar que tenho prezente pertence a uma segunda edição; quando teria sido feita a primeira? Talvez no anno anterior em que se realizou o festejo. Si é certo, repito, que este opusculo não prova a viagem de Caramurú á França, pelo menos fundamenta a origem do contestado epizodio historico (*).

F. X.

(*) Extrahido do *Jornal do Commercio.*

A obra historica do reverendo capuchinho francez Ivo de Evreux e Mr. Ferdinand Denis

UMA PHOTOGRAPHIA MOSTRANDO O RETRATO D'ESSE VIRTUOZO SACERDOTE

PEQUENA MEMORIA

Lida na noite de 16 de Julho de 1886, no Instituto Historico e Geographico Brazileiro honrado com a augusta prezença de Sua Magestade o Imperador.

Quando o nosso sabio e venerando consocio Mr. Ferdinand Denis, conservador então da Bibliotheca de Santa Genoveva, publicou em 1864 a obra, que traduzi em 1874, intitulada *Viagem ao Norte do Brazil feita nos annos de* 1613 *a* 1614 *pelo Padre Ivo de Evreux, religiozo capuchinho*, em sua notabilissima *Introducção* elle historiou, servindo-me de suas proprias expressões, a sorte caprichoza, que esperava este livro em França.

Depois de impresso foi destruido para não ser entregue á publicidade e á circulação com o fim politico de dissipar qualquer sombra de desgosto, proveniente do cazamento de Luiz XIII, ainda menino, com uma princeza espanhola, dupla alliança projectada em principio de 1612, porém só annunciada officialmente em 25 de Março do mesmo anno, e realizada trez annos depois.

Graças aos cuidados do almirante Francisco de Razilly, companheiro de fadigas d'este missionario, pôde salvar-se da destruição da obra « algumas folhas as quaes reunidas mostraram a lamentavel perda de diversos fragmentos, e com essas lacunas tão importantes foi impossivel formar um exemplar completo.

Guardadas assim mesmas como valioza preciozidade, nas estantes da Bibliotheca de Santa Genoveva, foram em 1835 descobertas pelo nosso sabio consocio.

Deu noticia d'este facto ao mundo na *Revista de Pariz* no artigo *Antigos viajantes Francezes*.

O Brazil com alvoroço saudou o nome do velho viajante, e lhe deo lugar distincto entre os autores pouco conhecidos, mas que devem ser consultados, quando se trata dos tempos primitivos.

Sinto verdadeiro e sincero prazer dizendo, que foi S. M. o Imperador, nosso sabio Presidente Honorario, e incansavel Protector, o primeiro que mandou em Pariz tirar uma copia d'esse preciozo manuscripto, demonstrando ainda uma vez o seu desvellado amor pelo estudo da historia patria e o seu apurado gosto pelas raridades bibliographicas.

Foi S. M. o Sr. D. Pedro II o primeiro possuidor d'uma copia da obra do padre Ivo d'Evreux.

Em carta de 16 de Setembro de 1873 disse-me Mr. Ferdinand Dénis « que o segundo exemplar d'essa obra pertencia ao Dr. Court, habil e zelozo bibliographo, e possuidor por sua fortuna de grandes raridades, custando-lhe esse preciozo livro 800 francos, tendo mais trez folhas que o da Bibliotheca Imperial. »

Eis tudo quanto se sabia d'essa obra do segundo historiador da provincia do Maranhão.

Agora tenho a satisfação de trazer ao seio do Instituto uma boa noticia á este respeito.

Em carta de 13 de Maio do corrente anno disse-me o nosso erudito consocio o seguinte :

« Sobrecarregado actualmente por mil trabalhos, que cercam meus 88 annos, ainda incompletos, apresso-me a dizer-vos, que a cidade inteira de Evreux, que vizitei, está actualmente ao facto da illustração do padre Ivo de Evreux, e que daqui em diante nada será desprezado para descobrir-se as menores particularidades da vida de tão illustre missionario. Não descancei das minhas investigações sobre a *bibliographia* da rarissima obra do padre Ivo d'Evreux.

O importante exemplar da bibliotheca do Dr. Court, foi vendido, depois da sua morte, por 600 francos e hoje me pertence, o qual preenche muitas lacunas, que conheceis, e cujas copias exactas me foram remettidas por um amigo.

Com esta carta recebereis uma das duas photographias, que me restam da minha interessante viagem pela Normandia, feita sob os auspicios de minha boa parenta Mme. Vauquelin ».

Aqui termina o excerpto da carta do sabio Francez, nosso companheiro.

Por ella ficámos sabendo, que de dia para dia vae elle descobrindo novos materiaes para construir a historia da antiga colonia franceza em Maranhão, tendo esperança de colher até informações minuciozas.

Com ella enviou o retrato do veneravel padre missionario, de joelhos sob uma arcada, com as mãos postas, diante de um livro aberto, em cima de tosco altar de pedra e com os olhos erguidos para uma cruz, onde está pregada a imagem de Jezus, com os braços abertos como que querendo abraçar a todos os homens, e especialmente os infelizes, ou os desherdados da fortuna.

Confesso, meus illustres consocios, que ao receber essa photographia, embora rude, onde portanto só com difficuldade se póde descobrir as feições do intrepido capuchinho, meu coração estremeceu de alegria, e formei logo a rezolução, que hoje realizo, de trazel-a ao seio de nosso Instituto para que todos nós, reunidos em um só pensamento, tributemos merecidos louvores ao nosso consocio, que tão longe de nós, e já em idade tão avançada, lembra-se sempre e com interesse da nossa Patria, da nossa historia e das nossas glorias!

Dr. Cezar Augusto Marques.

PROVIZÃO

PORQUE

SERVE DE GOVERNADOR DA PRAÇA DO RIO DE JANEIRO

MATHIAS DA CUNHA

Dom Pedro, por graça de Deos, Principe de Portugal e dos Algarves daquem, e dalem mar em Africa Senhor de Guiné, e da conquista, navegação, commercio da de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India etc. Como regente e governador dos ditos reinos e senhorios, faço saber aos que esta minha carta patente virem, que tendo respeito aos merecimentos que concorrem na pessôa de Mathias da Cunha, e aos serviços que tem feito a esta corôa de annos a esta parte, assim na Provincia do Minho, donde se achou em muitas ocaziões; sahindo d'uma d'ellas ferido, como nas companhas dos annos 661 e 662, em todos os socorros que se introduziram na praça de Mourão, em quanto esteve de sitio, e passando ao exercito do Alentejo por capitão de uma companhia de cavallos arcabuzeiros, acudir com ella a todas as ocaziões que se ofereceram nas companhas de Arronches e Jerumenha, e cercando antes o inimigo seu exercito a praça de Estremós, assistir fóra todo o dia com cem cavallos a pelejar com elle ; e passando a capitão de couraças ir governar a cavallaria de Campo-Maior com grande dispozição,

tirando ao inimigo algumas prezas, que d'aquelles campos levava, indo por trez vezes armar a cavallaria de Albuquerque, e duas a de Arronches, tomando-lhe sempre cavallos, e passando ao posto de comissario geral se achar na companha de Evora, impidindo ao inimigo com trez esquadrões a passagem do rio Guebe, e na batalha do canal governar a cavallaria do lado direito, sendo um dos que o pôz em fugida, e depois acudir a recuperação da cidade de Evora, achando-se tambem na tomada de Valença, de Alcantara, na batalha de Montes-Claros, e no mais que se ofereceu nas ocaziões referidas, e ultimamente servir o posto de Mestre de Campo do terço da armada real de 14 de Abril de 665 até 3 de Abril de 668, acompanhando o terço, em todas as ocaziões que marchou para o Alemtejo, e por esperar do dito Mathias da Cunha, que em tudo o do que o encarregar me servirá com o mesmo zelo e bôa vontade, com que até agora o tem feito conforme a confiança e estimação, que faço de sua pessôa: Hei por bem de lhe fazer mercê do governo da capitania do Rio de Janeiro, para que o sirva, por tempo de trez annos, e o mais, em quanto eu o ouver por bem e não mandar o contrario, e que haja com elle, cada anno, 400$000 de ordenado, que começará a vencer do dia que partir d'esta cidade para o dito governo, o que justificará pelos oficiaes e pessoas do navio, em que fôr, e emquanto o servir, uzarà e gozarà de todos os poderes, mando, justiças, e alçada, que têem, e de que gozam os mais governadores e capitães móres das outras capitanias do estado do Brazil; pelo que mando a João da Silva Souza, Governador da dita capitania, e em sua falta aos officiaes da Camara d'ella, lhe dêem a posse do dito governo, e a todos os mais officiaes de guerra justiça e fazenda, maiores e menores, que, em tudo lhe obdeçam, e cumpram suas ordens e mandados muito inteiramente, como devem, e são obrigados, como de seu superior, e elle jurará em minha chancellaria, na forma costumada, de que se fará assento nas costas d'esta carta, que por firmeza de tudo, lhe mandei passar, por mim assinada e sellada com o sello grande de minhas armas, e antes que o dito Mathias da Cunha se embarque para o dito governo, me fará por-

elle, em minhas mãos o preito, menagem, e juramento costumado, segundo uzo e costumes d'estes reinos, de que aprezentará certidão do Secretario de estado, e pagou de novo direito 75$000, que se carregaram ao thezoureiro João da Rocha á folhas 171, e outra tanta quantia deo de fiança. Dado na cidade de Lisbôa aos 30 dias do mez de Outubro. Pascoal de Azevedo a fez. Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de 1674. O Secretario Manoel Barreto de Sampaio a fez escrever. *Principe*. Sello. *O Conde de Val de Reis, P.*

Carta do Governador da Capitania do Rio de Janeiro, de que V. A. fez mercê a Mathias da Cunha, para que o sirva por tempo de trez annos, e o mais, emquanto V. A. o ouver por bem, e não mandar o contrario. e que haja com elle, cada anno, 400$000 de ordenado, que começará a vencer do dia que partir d'esta cidade para o dito governo, como n'esta se declara. Para V. A. ver.

Por rezolução de S. A. de 23 de Agosto de 674, em consulta do Conselho Ultramarino de 20 de Abril de 672. João Velho Barreto, pagou 17$000, e aos officiaes 966 réis. Lisbôa 15 de Dezembro anno do Nascimento de 674. *D. Sebastião Maldonado*. Registado na chancellaria da Côrte e Reino no livro das mercês e officios á folhas 126. *Manoel Pinto de Moura*.

Aos 7 dias do mez de Dezembro de 1674 annos na cidade de Lisbôa nos paços de S. A. deo menagem em suas reaes mãos, segundo ordenança, Mathias da Cunha pelo governo da capitania do Rio de Janeiro, sendo presentes como testimunhas Dom Manoel de Souza e Manoel da Cunha, e eu Francisco Corrêa de Lacerda, que a dita menagem e juramento tomei, subscrevi e assinei em Lisbôa no dito dia, mez e anno acima referido. *Francisco Corrêa de Lacerda*.

Eu dei juramento em forma. Lisbôa 20 de Novembro de 674. O *Chanceller Mór*. Fica assentada, e pagou nada. *João Alvares Soares da Veiga de Avellar Taveira*. Registada nos livros de oficios da Secretaria do Conselho Ultramarino a folhas 304. *Manoel Barreto de Sampaio*.

Cumpra-se e registre-se. Rio de Janeiro 2 de Maio de 1675. *Souza*.

A qual patente eu Manoel Corrêa de Araujo, escrivão da fazenda real e màtricula a fiz aqui registar da propria, que tornei á parte, á qual em todo e por todo me reporto, e fica na verdade, sem couza que duvida faça, e a corri, concertei, subscrevi, e assinei. Rio de Janeiro 11 de Maio de 1675. *Manoel Corrêa de Araujo*. Concertada por mim. Escrivão da fazenda real. *Manoel Corrêa de Araujo*.

(*Copia do Archivo Publico do Brazil*).

COMENTARIOS

DE

Alvaro Nunes Cabeça de Vaca

ADELANTADO E GOVERNADOR DO RIO DA PRATA

REDIGIDOS POR

PEDRO FERNANDES

Notario e secretario da Provincia

Traduzidos e oferecidos ao

INSTITUTO ISTORICO E GEOGRAFICO BRAZILEIRO

PELO SOCIO

TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE *

PROLOGO

A Sua Alteza Serenissima, o muito alto e poderozo principe o Infante D. Carlos, nosso senhor, Alvaro Nunes Cabeça de Vaca—Paz e Felicidade.

Passados estão 37 annos, depois d'essa longa e perigoza expedição da Florida, durante a qual Deos espargio sobre mim graças inummeraveis e extraordinarias; graças que, desde o principio do mundo, não deixou de derramar sobre todos os conquistadores, e particularmente sobre Pedro Dorantes e Castilho Maldonado, e sobre mim, unicos que restamos d'esses 300 omens, que a esse paiz foram com Panfilo de Narvaez.

Durante 10 annos escapámos aos numerozos perigos, que assaltaram-nos em região tão remota, e no meio de populações tão barbaras; o que prova aos outros omens esta verdade de que devem firmemente persuadir-se, a

(*) Vae impresso conforme o original d'esta tradução.
Not. da Red.

saber, que a mão poderoza de Deos, que tudo abrange, os ajudará e protegerá em qualquer ponto do universo.

Em breve narração, que acompanha estes comentarios, expuz ao rei os perigos, que me ameaçaram, afim de que a memoria d'eles torne-se publica com o excelso e invictissimo nome de Sua Magestade espalhado, temido e obedecido na maior parte do mundo, e sirva de exemplo das recompensas, com que Deos galardoa ao seo servo.

Desde que Sua mui alta Magestade quiz empregar-me na continuação das suas maravilhozas façanhas, pedio ao Imperador, vosso avô, que eu fosse mandado em 1540 ao rio Paraná, denominado Rio da Prata por João de Solis, no intuito de levar socorros aos nossos compatriotas, e continuar os descobrimentos de D. Pedro de Mendoça, conhecido por Pedro de Cadiz. Durante esta expedição corri grandes perigos, como Vossa Alteza poderá ver mais particularmente n'estes comentarios redigidos com muito cuidado na apuração da verdade e conforme as minhas ordens por Pedro Fernandes, secretario do governo.

Estão juntos á narração das minhas primeiras expedições para que a variedade dos fatos tratados em uma e outra parte, e a narração das minhas aventuras dêem prazer a Vossa Alteza ; pois em verdade nada é mais agradavel ao leitor do que a diversidade dos objétos e das épocas; e as mesmas vicissitudes da fortuna, tão peniveis quando as sofremos, tornam-se agradaveis, quando as recordamos ou lemos a istoria d'elas. Pensei, que querendo Nosso Senhor derramar sobre mim comizeração e beneficios, seria tambem couza justissima e mui conveniente, que eu espalhasse a lembrança de tudo isto para servir de exemplo, como já dice.

Dediquei a minha primeira relação a Sua Magestade, e ofereço esta a Vossa Alteza, a quem Deos promete o imperio de tão vastas regiões e nações numerozissimas, no meio das quaes já propago o ensino da sua religião. Assim o faço afim de que, abrindo os olhos do vosso juvenil entendimento, veja Vossa Alteza com que liberalidade Deos espargio a sua mizericordia sobre todos os omens. E como n'esta nova regeneração estes povos começam a reviver em Vossa Alteza, deve Vossa Alteza acolher com

amor, clemencia, costumes cristãos, e leis santas e doces a tantas nações,que Deos reconduzio á luz do Evangelho de Jezus Cristo, não permitindo que elas por mais tempo se conservem nas trevas, na cegueira, e na tirania do demonio.

Esta dedicatoria é sobretudo devida a Vossa Alteza, não sómente porque o descobrimento dos paizes,de que nos ocupámos, fez-se por ordens do Imperador,seo avô, expedição digna dos reis, unicos cujas forças podem executar emprezas taes por conceder-lhes Deos meios bastantes para isso,mas tambem porque estafacção,como os escritos e obras de todos, deve ser oferecida ao engenho excelso e a abilidade, que Vossa Alteza mostrou ao mundo,que, maravilhado e atento, espera colher nos annos futuros de vossa juventude, virilidade e velhice os frutos, que deve esperar do reinado d'um principe perfeito; annos que Deos vos concederá completos, pois que vos deo ao mundo como rei necessario. Ninguem, ainda mesmo extranho á familia real, duvída, que isto se cumpra e realize.

As pessoas que quotidianamente vêem a Vossa Alteza, vos servem, e apropinquam-se de vós no trato, já começaram a gozar d'esses frutos. Não cessam de regozijar-se, vendo vosso excelente animo tão lhano, afavel e bem disposto, que só a natureza fizera de Vossa Alteza consumado varão, confiado aos raros talentos de D. Antonio de Rojas, vosso aio e mordomo mór, e a Onorato Juan, vosso preceptor. Ambos foram escolhidos para preenxer estes encargos pelo Imperador, e pelo Rei, nossos amos, entre todos os sabios e gentis omens de seos reinos, com todo o cuidado,atenção e tempo,que Suas Magestades deviam empregar, elegendo pessoas de quem tanto cumpria esperar: e assim devia ser, pois precizo era confiar-lhes a vossa real pessôa, bem como a educação e o ensino do maior erdeiro da terra.

O antigo e ilustre nacimento de D. Antonio de Rojas Velasco, qualidade tão brilhante para quantos aproximam-se dos reis, sua grande piedade, sua prudencia, sua modestia, sua experiencia nos negocios das cazas e das pessoas reaes, todas as demais virtudes e requizitos necessarios, a quem confiava-se cargo de

tamanha importancia, a profunda experiencia, que Suas Magestades tinham de sua pessôa e dos seos costumes, experiencia adquerida durante tantos annos de serviço em um importante cargo junto ao rei, vosso pae, e a bôa conta, que esse gentil omem prestou da sua administração, forçaram Suas Magestades a separar-se d'ele, e encarregal-o da educação de seo filho.

Com igual esmero escolheram Suas Magestades a Onorato Juan, a quem confiaram o ensino e a instrução de Vossa Alteza, e cuja religião, virtudes e erudição eram conhecidas desde muitos annos, durante os quaes servio na côrte, particularmente na educação do rei, nosso senhor.

Além de ser mui conspicuo gentil omem da caza dos Juan de Xativa e possuir grandes bens ereditarios, a sua erudição em toda a sorte de literatura é tão extraordinaria que os verdadeiros sabios d'este seculo, italianos, alemães, francezes, flamengos, inglezes e espanhóes, geralmente admirados, deram testimunho do raro engenho e dos numerozos e profundos conhecimentos, que possue nas letras gregas e latinas, na filozofia natural e moral, e nas siencias matematicas, conhecimentos que ele parece ter adquirido em antigas épocas, quando mais floresciam; tanto nos deleitámos com os seos escritos e discursos, nos quaes transparece o verdadeiro estilo dos antigos por essas peculiares qualidades, que só é licito esperar da antiguidade e dos seos grandes autores!

Exprime-se ele com tanta clareza e perspicuidade, que aqueles que o ouvem, si possuem as siencias, retiram-se satisfeitos, e os que as ignoram, as compreendem, como si fossem couzas comuns e faceis. Por isto a sua conversação é mui agradavel e utilissima para o ouvinte, e rica em modelos e profunda erudição, pois nas conversações familiares aure dos escritores fatos clarissimos, que n'eles eram dificilimos de compreender.

Não é menor a sua siencia nos negocios do mundo, e para obrar com prudencia ele só aplica a substancia das letras, quando existe analogia; couzas estas que Vossa Alteza observará no curso dos seos estudos. Já podemos apreciar os progressos de Vossa Alteza, que venceo as dificuldades e a aspereza dos principios, podendo

assim ser instruido por tão douto, prudente e sabio professor, e xegará suavemente e sem fadiga ao mais alto gráo de piedade e sapiencia, como faz-se mister a estes reinos.

Taes são as pessoas, taes são as qualidades de seo coração, e Deos devia conceder-nos estes egregios varões junto a Vossa Alteza para guiar sua pessôa e seo espirito, e para doutrinal-o e ornal-o com essas brilhantes virtudes, que farão de Vossa Alteza um rei pio, sabio, justo, amicissimo da verdade, afavel, bom, amavel, infenso a quanto é contrario a essas qualidades, e submisso a quem o criou para tão grandes reinos e dominios.

Devemos todos ao Senhor infinitas graças, pois que vemos estar assegurada e firmemente estabelecida a tranquilidade d'estes reinos, e além d'isso compreendemos claramente qual foi a sua graça e mizericordia para comnosco, dando-nos tão grandes principes e tal sucessor para quem descobrio tantas provincias novas cumuladas de todas as riquezas da natureza, cobertas de nações e povos inumeraveis, mas tambem privados de civilização e de leis benevolas e doces, como as do Evangelho, que Suas Magestades Catolicas não cessam de fazer ensinar com tanto zelo e cuidado, sendo escolhidas por Deos como ministros e instrumentos das pregações evangelicas em todo o ocidente, afim de que, crecendo o reino do Evangelho, aumentem os seos reinos, estados, titulos e renome, que imortalizarão, protegendo e espalhando em nossos dias a religião cristan n'este mundo.

Quanto a nós Espanhóes, ser-lhes-emos devedores da participação de tão santa e meritoria empreza. Bem que a inveja busque impedir e obstar o complemento d'esta obra util e necessaria, o merito e as potentes virtudes de tão grandes principes nos protegerão, concedendo-nos Deos a paz, o repouzo e a tranquilidade, que sob os bons reis ele sempre concede aos povos com superabundancia.

Assim erdará Vossa Alteza reinos pacificados e tranquilos; poderá pois concitar as virtudes, restaurar as bôas letras e fazer reviver os bons costumes, por via dos quaes o seo grande espirito parece dever reinar

legitimamente, acontecendo que nos tempos de discordia as virtudes fogem e se desterram.

Quem não espera isto da mizericordia de Deos, a quem devemos tão grandes principes, e da virtude, da santidade e da magnanimidade do Imperador, vosso avô, o qual (como o rei Jozias em Israel) purificou o ocidente das abominações e dos falsos sacrificios do demonio, introduzio e firmou a liberdade evangelica? Quem não espera isto do rei vosso pae, cuja memoria justamente unida á da cristianissima e felicissima rainha, sua espoza, entrará (como diz o Ecleziastico, falando do mesmo rei Jozias) em todas as poções como cordial, e será dôce a todas as bocas como favo de mel, por que estes principes conduziram a Deos os antigos cristãos de Inglaterra, abrindo-lhes as igrejas fexadas pela cegueira e pelos erros, servindo-se para isso das xaves da obediencia do Santo Padre?

Quem não tem direito de esperar este rezultado da profunda submissão, que Vossa Alteza professa primeiramente a Deos e depois a Suas Magestades, do aferro e respeito que tendes ao vosso aio e preceptor, e do vosso admiravel espirito, cujos frutos vemos n'esta época tão tenra e tão pouco avançada de vossa vida, em que como os campos na primavera os espiritos dos outros apenas produzem flores; frutos tão perfeitos e amadurecidos como as produções em annos ferteis e na estação propicia por pequeno numero dos mais esclarecidos e mais alevantados espiritos?

Quer o vejamos, quer o ouçamos refirir, cada qual regozija-se vivamente, e graças ao venturozo porvir de Vossa Alteza, já começámos a ver estes reinos tão ricos em toda sorte de virtudes e doutrinas, que Deos tornou superiores entre todos os outros d'este mundo em religião, em varões notaveis e em toda a qualidade de riquezas e bens temporaes. Já se prevê a paz e a tranquilidade, de que gozará a republica, o incremento que tomará em vosso reinado, e o temor e o espanto que sentirão os infieis, ouvindo falar de Vossa Alteza, e que logo sentirão por suas obras. Com efeito de tão nobres e tamanhos principios só é licito esperar taes rezultados e tamanhos bens. As obras

dos reis e dos principes não devem encerrar-se em estreitos limites; devem porém estender-se por toda parte em proveito e vantagem de todos.

Eis principalmente o que ensinam e aconselham a Vossa Alteza o seo aio e o seo preceptor, conformando-se assim exatamente com a piedade, com a virtude e com a afeição, que jamais deixarão de ter por Vossa Alteza, quando o educaram e instruiram nos preceitos da religião cristan, da cavalaria e da filozofia; porque sabem, que os soberanos que administram os seos reinos com estes meios fortes, seguros e graves, de pequenos os tornarão grandissimos, de suspeitos os tornarão seguros, de vacilantes e variaveis os tornarão estaveis e fortissimos, e que emfim de reis mortaes tornar-se-ão imperiveis.

Aqueles ao contrario, que tentaram reinar por outros meios, ainda com amplas riquezas e exercitos poderozos, não poderam impedir seos adversarios de ter demaziada influencia em seos estados, trazer-lhes a devastação, estreitar-lhes os limites e algumas vezes subvertel-os completamente, introduzindo n'eles multiplicadas abominações e infamias.

Vossa Alteza verá na Istoria frequentes exemplos d'estes dois modos de governar: verá, que nada n'este mundo é invariavelmente perpetuo, excéto aquilo que firma-se com os vinculos da religião cristan, da sabedoria, da verdade, da força, da prudencia, e sobretudo da umanidade e da liberalidade, tão necessarias aos reis, e por tal modo excelente que os tornam similhantes a Deos, de quem unicamente devemos esperar a abundancia e a estabilidade das couzas.

CAPITULO I

Comentarios de Alvaro Nunes Cabeça de Vaca

No anno da graça de 1537, tendo Deos libertado D. Alvaro Cabeça de Vaca do cativeiro e dos perigos, a que estivera exposto na Florida por espaço de 10 annos, regressou á Espanha, onde permaneceo até 1540. N'esta

época enviados vieram do Rio da Prata á côrte do rei dar conta a Sua Magestade do que sucedera á frota mandada a esse paiz com D. Pedro de Mendoça, para informal-o dos perigos, que corriam aqueles que sobreviviam, e pedir-lhe que se dignasse prover ás suas precizões e socorrel-os, antes que todos sucumbissem ; pois apenas já mui poucos restavam.

Sua Magestade siente d'isto ordenou, que um acordo ou tratado se estipulasse com D. Alvaro Nunes, em virtude do qual fosse este levar socorros. Assignou-se o contrato. Alvaro Nunes prometeo ir em socorro d'essa gente, e tanto com a viagem como com a expedição dispender 8.000 ducados,na compra de cavalos, armas,estofos, viveres e outros objétos. Sua Magestade por sua parte conferio-lhe pelo contrato o governo d'este paiz com o titulo de adelantado; * e além d'isso concedeo-lhe a duodecima parte dos direitos de entrada e sahida de toda a provincia.

Em virtude d'este tratado Alvaro Nunes foi a Sevilha para executar a convenção e para prover-se dos objétos indispensaveis ao socorro, que se devia mandar e ao aprêsto da frota. Comprou 2 navios, uma caravela e as couzas necessarias a outra embarcação da mesma especie, que o esperava nas Canarias. Um d'estes navios era novo e do porte de 350 toneladas, e o outro de 150. As embarcações foram mui bem armadas, embarcou-se grande quantidade de provizões, e contrataram-se pilotos, marinheiros e 400 soldados bem esquipados, como convinha ao premeditado socorro. Todos os individuos contratados para esse paiz receberam armas de sobrecelente, e desde o mez de Maio até Setembro empregou-se o tempo em esquipar os navios. Quando estes ficaram prontos para navegar, tempos contrarios os detiveram no porto de Cadiz desde o fim de Setembro até 2 de Novembro, época em que foi permitido aparelhar.

Em 9 dias a expedição xegou á ilha de Palma; toda a gente dezembarcou, e por 25 dias esperou vento

---

* Adelantado, isto é, governador de provincia com poder civil de correição sobre os meirinhos, e com poder militar como general. *(Not. do trad.)*

para continuar a viagem, e só então partimos para Cabo-Verde. Durante o trajécto a capitanea abrio tamanho rombo que a agua subia no navio até 12 palmos de altura: 500 quintaes de biscoutos e outros viveres ficaram molhados e estragados, e perdeo-se tambem muito azeite. De dia e de noite tocava-se continuamente á bomba, até que xegámos a Santiago, uma das ilhas de Cabo-Verde.

Dezembarcaram-se os cavalos para estes refazerem-se das fadigas da viagem, sendo tambem necessario descarregar a capitanea para reparar a avaria. Terminada esta operação o capitão a mandou calafetar, pois era a melhor barca (*buzo*) de Espanha. Gastaram-se 10 dias para o trajécto á ilha de Palma. De Cabo-Verde a Santiago contam-se 300 legoas.

O porto é pessimo, porque a ancoragem faz-se em fundo de pedras, que cortam os cabos, e quando se quer levantar ancoras, ficam estas prezas no fundo. Dahi vem dizerem os marinheiros, que aqui existe grande quantidade de ratos, que roem os cabos: a ancoragem é por conseguinte perigozissima para quem abriga-se n'este porto, quando o máo tempo a isto obriga. A ilha é tão insalubre, sobretudo na primavera, que a maior parte dos que ahi dezembarcam morrem em pouco tempo. Entretanto o exercito ahi esteve 25 dias, durante os quaes não perdemos um só omem; o que cauzou grande admiração aos naturaes da ilha, que reputaram o fato por milagre. Os abitantes deram-nos excelente acolhimento.

Santiago é assás rica, e como os dobrões ahi são muito mais numerozos do que os reales, os compradores de negros para as Indias dão aos abitantes 20 reales por um dobrão.

CAPITULO II

Como partimos da ilha de Calo-Verde

Reparada a avaria da capitanea, provemos-nos d'agua, de carne, e de outros objétos necessarios, e embarcámos-nos para proseguir na viagem. Passamos a linha equinocial.

Depois de certo tempo de navegação o comandante informou-se da quantidade d'agua, que trazia o navio almirante. De 100 toneladas n'ele carregadas, axaram-se apenas 3, que deviam servir para 400 omens e 30 cavalos. Ordenou o governador, que tomassemos terra, e por 3 dias a procurámos. No quarto dia, 1 óra antes do sol posto, aconteceo um cazo admiravel; e como não é fóra de propozito mencional-o aqui, vou referil-o.

Estando os navios a ponto de bater em roxedos mui altos, sem que ninguem da equipagem o presentisse, um grilo, trazido no navio por um soldado doente, que gostava de ouvir o canto do insecto, começou repentinamente a cantar. Dois mezes e meio eram passados depois do nosso embarque, e ninguem o ouvira cantar; o que assás contrariava o seo dono. Apenas o pequeno animal sentio terra, recuperou o canto. Esta muzica inesperada xamou a atenção da equipagem, que descobrio os penedos, distantes apenas um tiro d'arcabuz. Imediatamente gritou-se para arrear ancoras, pois iamos em direitura aos caxôpos; o que fez-se rapidamente, salvando-nos de ir a pique.

E' certo, que, si grilo não cantasse, teriamos perecido todos, os 400 omens e os 30 cavalos; e por milagre de Deos em nosso favor estava comnosco este insecto. Desde então, durante mais de 100 legoas percorridas ao longo da costa, todas as noites o grilo repetia a sua canção, e a esquadra acompanhada por esta muzica xegou a um porto xamado Cananéa, situado acima de Cabo-frio, em altura de quazi 24 gráos.

O porto é bom, na entrada vêem-se algumas ilhas, e é limpido com profundidade de 19 braças. O governador tomou posse d'ele em nome de Sua Magestade, e depois d'isto partio. Passou pelo rio e pela bahia de São-Francisco, e xegou á ilha de Santa-Catarina, que dista dali 25 leguas. Depois de suportar todos os males e acidentes do caminho entrou n'este porto aos 29 dias do mez de Março de 1541. A ilha de Santa-Catarina está a quazi 28 gráos de latitude.

CAPITULO III

O governador e sua esquadra xegam a Santa-Catarina no Brazil, e ele dezenbarca com suas tropas

Apenas o governador xegou com sua esquadra na ilha de Santa-Catarina, mandou a gente dezenbarcar, assim como os 26 cavalos, que tinham sobrevivido dos 46 embarcados na Espanha, afim de repouzarem da longa navegação. Queria tambem informar-se dos Indios do paiz em que pozição axavam-se os Espanhóes, a quem ia socorrer. Alvaro Nunes tomou posse d'este porto em nome de Sua Magestade, como fizera com o de Cananéa.

Durante o tempo de estada em Santa-Catarina, os naturaes da ilha e os indigenas de outras partes da costa do Brazil, subditos de Sua Magestade, fizeram-lhe optimo agazalho. Porvia d'eles soube, que na distancia de 14 leguas, em um lugar denominado Biaça, existiam 2 frades franciscanos, um xamado frei Bernardo d'Armenta, natural de Córdova, e outro frei Afonso Lebron, oriundo da Gran-Canaria.

Poucos dias depois estes religiozos vieram ter com o governador, trazendo a gente da sua comitiva. Tinham grande temor dos indigenas, que os queriam degolar por terem os frades queimado algumas cazas pertencentes aos Indios; o que déra cauza a estes matarem 2 cristãos, que abitavam no paiz. Alvaro Nunes, bem informado do fato, procurou acalmar os Indios e fazel-os ouvir a razão, recebeo os franciscanos, reconciliou-os com os seos inimigos, e encarregou-os de converter os abitantes da ilha e das vizinhanças.

CAPITULO IV

Nove cristãos xegam a Santa-Catarina

No mez de Maio de 1541 o governador, proseguindo no dezignio de levar socorros aos Espanhóes, mandou Filipe de Caceres, contador de Sua Magestade, com uma caravéla penetrar no rio denominado Rio da Prata, e vizitar a cidade de Buenos-aires, fundada por D. Pedro de

Mendoça. Como era tempo de inverno, época pouco favoravel para a navegação d'esse rio, o oficial incumbido da diligencia não pôde entrar n'ele, e regressou para Santa-Catarina, onde estava o governador.

Tambem ali xegaram em um batel 9 cristãos espanhóes que fugiam da cidade de Buenos-aires por cauza dos máos tratamentos dados pelos capitães rezidentes n'esta provincia. Alvaro Nunes informou-se dos fugitivos acerca da situação, em que axavam-se os Espanhóes assistentes no paiz, e diceram esses fugitivos, que Buenos-aires estava povoada, e que em relação aos abitantes e viveres, o estado da cidade tinha melhorado; e acrecentaram a seguinte narração:

João d'Aiólas, mandado por D. Pedro de Mendoça para reconhecer o paiz e as respectivas povoações, fôra morto com os Espanhóes no regresso da sua viagem de exploração para alcançar os bergantins, que deixára no porto por ele denominado Candelaria, situado no rio Paraguai, assim apelidado em razão do nome da população de Indios facinorozos, que viviam nas suas margens. Todos os outros cristãos e grande numero de indigenas, trazidos por ele do interior pereceram n'esta ocazião. Estes ultimos pertenciam á tribu denominada Xames. De toda esta gente, cristãos e indigenas, apenas escapára um individuo; sendo cauza d'essa desgraça o não axarem no porto da Candelaria os bergantins, que João d'Aiólas deixara para o esperarem até a sua volta, como ordenára a Domingos de Irála, de Biscaia, por ele nomeado capitão d'essas embarcações. Este ultimo deixou o porto antes do regresso de João d'Aiólas, e não podendo os nossos patricios ali refugiar-se, os Indios mataram a todos com o seo xefe, e isto por culpa de Domingos de Irála.

Os Espanhóes vindos de Buenos-aires certificaram ao governador, que no rio Paraguai, 120 leguas acima do porto da Candelaria, tinha-se fundado uma cidade xamada Ascencion, * e diziam eles, que os colonos europeos mantinham

---

* Esta cidade é por todos os autores xamada *Assuncion* dando-se-lhe este nome em razão de terem-se os Espanhóes apoderado do lugar no dia d'Assunção do anno de 1539. Não conhecemos a razão, porque Pedro Fernandes, redator d'estes comentarios, sempre escreve *Ascencion*.

boa amizade e armonia com uma nação indigena denominada Cariós.

A maior parte dos Espanhóes estabelecidos na provincia rezidiam ali, e existiam até 60 cristãos na cidade de Buenos-aires, situada no rio Paraná. Desde este lugar até Assunção, que está no rio Paraguai, contavam-se pelo calculo d'esses informantes 350 leguas, subindo o rio, cuja navegação é penozissima. Domingos de Irála, Biscainho, o mesmo cauzador do destroço e morte de João d'Aiólas e dos seos companheiros, preenxia as funções de loco-tenente do governador d'esta provincia.

Contaram-nos os Espanhóes, que, tendo ele partido da cidade d'Assunção, subira pelo curso do Paraguai com bergantins e tropa, dizendo que ia em busca de D. João d'Aiólas para levar-lhe socorros. Penetrára em regiões de dificilimo trajécto, por cauza de rios e pantanos ; o que o obrigára a retroceder. Capturára 6 Pauagios da mesma nação dos assassinos de João d'Aiólas e seos companheiros, e estes prizioneiros lhe asseguraram, que a morte de João d'Aiólas e dos outros cristãos era certa. Um indigena do gentio Xame, por nome Gonçalo, escapo, quando mataram os naturaes de sua tribu e os cristãos d'esta expedição, ficára por 10 annos cativo entre os Paiaguás. Domingos d'Irála renunciára a sua empreza, na qual 60 omens morreram de molestias e de fadiga.

Soube o governador por via dos Espanhóes recentemente xegados, que os oficiaes de Sua Magestade, rezidentes n'este paiz, tinham feito, e ainda faziam grandes injustiças aos Espanhóes, fundadores de povoações e conquistadores de terras, assim como aos naturaes do paiz, subditos de Sua Magestade; o que ocazionava muito descontentamento. Isto e os máos tratamentos dos capitães contra os proprios Espanhóes, os tinham forçado a apoderar-se de uma embarcação no porto de Buenos-aires, e fugir com intenção de dar siencia a Sua Magestade de tudo quanto ocorria no paiz.

Como esses novos peregrinos estavam sem roupa, o governador os mandou vestir, e os tomou comsigo para os

reconduzir a Buenos-aires, pois eram omens uteis e bons marinheiros, avendo entre eles um piloto conhecedor da navegação do rio.

CAPITULO V

O governador apressa a continuação da sua viagem

O governador, ouvida a narração dos cristãos, de quem acabámos de falar, pensou, que para mais prontamente levar socorros aos Espanhóes rezidentes em Assunção e em Buenos-aires, devia tomar o caminho terrestre, e mandar os navios para Buenos-aires. Em consequencia d'isto, apezar da opinião do contador Filipe de Caceres e do piloto Afonso Lopes, que eram de parecer de irem para o porto de Buenos-aires com todo o exercito, determinou a partida do feitor Pedro Dorantes de Santa-Catarina, afim de buscar caminho por terra firme e explorar o paiz; pois na ocazião do descobrimento d'esta terra os naturaes tinham morto grande porção de subditos do rei de Portugal. Pedro Dorantes partio pois com certo numero de cristãos e de Indios, que deviam servir de guia na expedição.

Passados 3 mezes depois da sua partida, voltou á ilha de Santa-Catarina, aonde o governador o esperava; e eis o que, entre outras couzas, rezultou da sua relação. Depois de ter atravessado muitas serras, colinas, e terrenos dezertos, xegára a um lugar xamado Campo, onde começa o paiz abitado, e conforme declaravam os naturaes da ilha, o caminho por ele tomado era o menos perigozo para xegar ali. Seguira ele um rio, xamado Itabucú na linguagem indigena, o qual està em frente á ponta da ilha, a 18 ou 20 leguas do porto. De conformidade com esta relação, Alvaro Nunes mandou logo reconhecer o paiz banhado por este rio, e verificar para onde ele se dirigia. Feito isto, rezolveo entrar por ahi na intenção de explorar este paiz, que até agora ainda o não tinha sido, e ao mesmo tempo levar auxilios mais prontos aos Espanhóes da provincia do Prata.

Os 2 religiozos, frei Bernardo d'Armenta e frei Afonso Lebron, seo companheiro, cuja ficada na ilha de Santa-Catarina Alvaro Nunes determinára para converter os naturaes e dirigir e firmar na fé os já batizados por ambos, ao saberem d'esta rezolução recuzaram cumpril-a, pretestando dezejarem seguir o governador para estabelecerem-se em Assunção, onde estavam os Espanhóes, aos quaes se pretendia socorrer.

CAPITULO VI

O governador e suas tropas avançam para o interior do paiz

Alvaro Nunes, bem informado do lugar, por onde devia penetrar para a exploração do paiz e levar socorros aos Espanhóes, abasteceo-se das couzas necessarias á sua viagem, e ordenou a 8 de Outubro o dezembarque das tropas e dos 27 cavalos destinados aos descobrimentos. Mandou passar o rio Itabucú, e tomar posse das terras em nome de Sua Magestade como paiz novamente descoberto. Deixára em Santa-Catarina 140 pessoas, que deviam ir por mar ao Rio da Prata, onde está o porto de Buenos-aires. Ordenou a Pedro Estopinan Cabeça de Vaca, o qual ficava na qualidade de capitão d'essas tropas, que se prevenisse de mantimentos e com eles carregasse o navio não só para a gente, que levava, como tambem para os Espanhóes de Buenos-aires.

Antes de incetar a sua marxa, fez muitos mimos aos Indios do paiz para captar-lhes a amizade. Alguns d'estes ofereceram-se espontaneamente para acompanhar o governador e sua gente, afim de mostrar-lhes o caminho, e ser-lhes uteis em outros objétos, em que o seo auxilio foi assás proveitozo. A 2 de Novembro do mesmo anno Alvaro Nunes determinou, que, além dos viveres conduzidos pelos Indios, levasse cada pessoa tudo quanto podesse. No mesmo dia poz-se a caminho com 250 omens, os melhores soldados d'entre os arcabuzeiros e

besteiros,os 26 cavalos, os 2 frades franciscanos, e alguns Indios da ilha. Despedio o navio para Santa-Catarina para que Pedro d'Estopinan podesse seguir com a sua gente para Buenos-aires.

Avançou o governador para o interior do paiz, onde sofreo grandes fadigas. Durante 19 dias a gente, que comsigo levava, transitou por elevadas serranias. Nas florestas e nas colinas cobertas de arvoredo faziam-se derrubadas e extensas picadas, e abriam-se caminhos para a passagem dos omens e dos cavalos, pois o paiz era despovoado. No fim d'este tempo, quando já estavam consumidos os mantimentos conduzidos, aprouve a Deos, que, sem perda de um só omem do exercito, se descobrissem as primeiras povoações xamádas do Campo, e algumas aldeias indigenas: o cacique da terra xamava-se Anirin. Na distancia de um dia de viagem d'este lugar estava outro estabelecimento, cujo xefe xamava-se Cipoiahi, e além d'esta aldeia avia outra, que pertencia a um xefe xamado Tocanguassú.

Apenas os Indios souberam da xegada do governador e das suas tropas, vieram-lhe ao encontro, trazendo viveres, e mostrando-se satisfeitos com a sua vinda. O governador os recebeo com muita afabilidade, e não só pagou-lhes as provizões, mas tambem os prezenteou com camizas e outros objétos. Esta nação xama-se Guarani, são lavradores, que 2 vezes por anno semêam milho. Cultivam tambem mandioca, (*caçabi*) criam galinhas e patos á maneira d'Espanha, e em suas abitações têem muitos papagaios. Ocupam grande extensão de terras, e todos formam aliança. Comem carne umana, quer dos Indios seos inimigos, quer dos cristãos, e até devoram-se reciprocamente. Vingativos e belicozissimos fazem guerras continuas, ou as procuram.

O governador tomou posse d'estas aldeias em nome de Sua Magestade como paiz novamente descoberto, e deo-lhes o nome de provincia de Vera, como consta do auto de posse lavrado perante João de Araoz, notario real. Preenxida esta formalidade, o governador partio de Tocanguassú, e depois de 2 dias de marxa, no 1.° de Dezembro, xegou a um rio xamado pelos Indios Iguassú, que quer dizer *agua grande*: os pilotos ahi tomaram altura.

CAPITULO VII

Do que aconteceo ao governador e ás suas tropas e da natureza do paiz

Do rio xamado Iguassú o governador e a sua comitiva avançaram descobrindo terras, e a 3 de Dezembro xegaram a uma corrente d'agua xamada pelos Indios Tibagi, cujo leito é orlado de grandes pedras dispostas com tanta ordem e regularidade como si o fossem por mão do omem.

Muito trabalho empregou-se em atravessal-a, porque os omens e os cavalos escorregavam nas pedras, e não podiam manter-se em pé; o mal porem remediou-se segurando-se os transeuntes uns nos outros. Embora o rio não fôsse mui profundo, a agua corria com força e rapidez. Na distancia de quazi 2 leguas dali, vieram indigenas mui alegres, e trouxeram tantas vitualhas para o exercito, que as tropas deixaram parte no caminho; por isso o governador foi mui generozo para com os selvagens, e sobretudo para com os seos xefes. Não sómente lhes pagava os viveres, mas tambem dava-lhes mimos e os acariciava, de sorte que espalhou-se a noticia d'isto no paiz, e os indigenas, perdendo todo o temor, vinham vel-o, e traziam quanto possuiam, avendo sempre cuidado de pagal-os.

No mesmo dia, quando estavam em outra aldeia, cujo xefe xamava-se Tapapirassú, xegou um indigena da costa do Brazil xamado Miguel. Este omem, recentemente convertido, vinha de Assunção, e voltava para a costa do Brazil, tendo vivido por muito tempo com os Espanhóes.

Teve o governador extrema alegria com este encontro, informando-nos o indio precizamente em que estado axavam-se os nossos compatriotas e os moradores da terra. O grande perigo, a que deviam estar expostos com

a morte de João d'Aiólas, dos outros capitães e dos soldados assassinados, tornavam preciozas estas noticias. Este omem, depois de dadas as informações, pedio por espontanea deliberação para voltar para a Assunção com o governador e servir de guia: então Alvaro Nunes despedio os indios vindos com ele de Santa-Catarina, os quaes regressaram satisfeitissimos, tanto em razão do bom tratamento, como dos mimos que receberam.

A gente trazida pelo governador não tinha experiencia; por isso o governador receozo de que fizessem agravo aos Indios, e os maltratassem, prohibio o trato com estes, e a ida a suas abitações; pois é tal o caracter dos indigenas, que inquietam-se e agastam-se com couzas minimas, e isto poderia ocazionar grandes infelicidades e serios levantamentos em todo o paiz.

Alvaro Nunes ordenou, que sómente as pessoas da expedição, entendidas no idioma dos indigenas, comunicassem com eles, e comprassem á custa do mesmo governador viveres para o exercito. Todos os dias distribuia as rações de cada um, e isto fazia gratuitamente e sem retribuição alguma. Era realmente curiozo observar o terror dos indios, vendo os cavalos. Com medo de desagradar a estes animaes, traziam-lhes toda a sorte de alimento, galinhas, mel, e outras couzas, dizendo-lhes que não se enfadassem, pois lhes dariam bem o que comer, e que se tranquilizassem, porque não abandonariam as suas aldeias. Temendo porém violencias dos cristãos, estabeleciam o acampamento d'estes bem longe dos referidos animaes.

Dispostas assim as couzas, e vendo os indigenas o governador punir a quem fazia-lhes o minimo dano, vinham os mesmos indigenas sem desconfiança com suas mulheres e filhos. De muitas leguas em circunvizinhança xegavam carregados de viveres no intento de ver os cristãos e seos cavalos, como entes novos para eles. O governador e a sua gente avançava sempre para o interior do paiz.

Tendo xegado a uma aldeia pertencente á tribu dos Guaranis, sahio o xefe com o seo povo, xeio de alegria, e veio ao encontro da nossa gente. Traziam mel, patos,

galinhas, farinha de milho, e por meio de interpretes convidavam os exploradores a repouzar nas aldeias, mostrando-se contentissimos com a sua xegada. O que muito agradou a esses indios foi pagar-se-lhes tudo quanto traziam. O xefe d'esta aldeia xamava-se Pupebage: fizemos-lhe mimo de algumas tezouras, facas, e varios outros objétos, e deixámos estes indigenas tão contentes, que por todo o paiz resoavam cantos e dansas; proseguindo nós em nosso caminho.

A 7 do mez de Dezembro xegámos a um rio, ao qual os indios xamaram Taquarí. Era poderozo em aguas e de corrente impetuoza, tendo as margens abitadas por uma população, cujo xefe xamava-se Abangobi. Veio ele com todos os seos subditos, omens, mulheres e meninos, ao encontro do governador, e trouxe muitos mantimentos, que foram pagos na fórma costumada. Todos estes Indios são da mesma raça, e falam a mesma linguagem.

D'esta aldeia proseguimos, deixando os indigenas satisfeitissimos: iam de uma aldeia para outra anunciar o bom tratamento, que recebiam, e mostrar os nossos donativos, de modo que por toda a parte, por onde deviamos passar, axavamos gente pacifica, que vinha encontrar-nos. Carregavam viveres, cujo preço recebiam com satisfação.

A 14 de Dezembro, depois de atravessarmos varias aldeias de indios Guaranis, nas quaes o governador foi bem recibido, e se proveo de mantimentos, xegou com a sua tropa a uma nação, cujo xefe xamava-se Tocanguoir, e aqui repouzámos um dia, porque a tropa estava fatigada.

O caminho, que seguimos, dirigia-se a oésnoroéste quarta do norte. Os pilotos tomaram altura, que axaram ser de 24 gráos e meio, a um gráo do tropico. Durante todo o caminho, depois de entrado o paiz abitado, a terra constava de estensas e rizonhas planices cobertas de matas, e banhadas por numerozos regatos, fontes e ribeiros de agua limpida, excelente e pura; emfim toda a região é assás idonea para a cultura e para a colonização.

CAPITULO VIII

Fadigas suportadas pelo governador e seos companheiros durante a viagem; natureza dos pinheiros e pinhões d'estas terras.

Depois de deixarmos a aldeia de Tuguhi, o governador e a sua comitiva marxaram até 19 de Dezembro sem encontrar aldeia alguma; o caminho era penozissimo por cauza dos numerozos rios e dos atoleiros, que aos omens e aos cavalos era precizo transpor. Em um só dia vimos-nos forçados a construir 18 pontes, tanto para passagem de rios como de pantanos, que eram perigozos e frequentes.

Atravessamos montanhas mui altas e cobertas de florestas de canas mui grossas, guarnecidas de espinhos fortes e ponteagudos, assim como de outros arbustos, que obrigavam-nos a mandar 20 omens adiante para abrir caminho. Muito tempo consumimos em transpor estas florestas, tão bastas e copadas que não se enxergava o céo.

A 19 xegámos a uma aldeia de Guaranis. Estes indios, com seos xefes, mulheres e meninos vieram na distancia de 2 leguas encontrar os Espanhóes, trazendo viveres, galinhas, patos, mel, milho, batatas, outros frutos, e farinha de pinhão, de que preparam grandes porções. O paiz abunda em pinheiros, e estas arvores são tão grossas, que 4 omens juntos não lhes abarcam o tronco. São elevadissimas, direitas e optimas para mastros de navios. Os frutos são volumozos, e as bagas do tamanho das glandes. A casca é similhante á das castanhas, mas o gosto difere do sabor das da Espanha. Os indios fabricam farinha d'esse fruto.

Vivem no paiz muitos javalis e macacos, que comem os caroços dos pinheiros do seguinte modo. Os macacos sobem aos ramos dos pinheiros, dependuram-se ahi pela cauda, e trabalhando com os pés e com as mãos, derribam grande quantidade de frutas e depois decem para comel-as; muitas vezes porém acontece, que os javalis,

esperam, que os macacos as derribem, e emquanto estes decem, precipitam-se sobre os pinhões e os devoram, apezar dos gritos, que de cima das arvores soltam os macacos. Este paiz tambem produz frutas de diversas especies e variados sabores, as quaes amadurecem 2 vezes por anno.

O governador demorou-se em Tuguhi dia de Natal para celebrar esta festa, e dar descanso á tropa. Axamos aqui alimentação bastante, porque os indios forneceram-nos com abundancia viveres, dos que possuiam. Os Espanhóes tanto por cauza da festa, como do bom acolhimento dos indios, divertiram-se muito; entretanto era prejudicial o repouzo, pois a tropa, não fazendo exercicio, e tendo viveres com subegidão, não cessava de comer, e tal demazia ocazionava febres; couza que não acontecia durante as marxas.

Partimos, e nos 2 seguintes dias voltou a saude, como no principio da viagem. A tropa pedio instantemente ao governador para conceder-lhe alguns dias de descanso, mas ele não quiz consentir, porque a experiencia já lhe tinha ensinado, que os soldados cahiriam doentes. Pensavam estes, que ele fazia isto sómente para dar-lhes maior incomodo; mas os acontecimentos mostravam que o governador assim obrava para bem de todos; pois muitos individuos axavam-se indispostos em consequencia de excessos de alimentação, como o mesmo governador previra.

CAPITULO IX

O governador e a sua comitiva padecem fome, e alimentam-se com vermes tirados dos caniços

A 28 de Dezembro o governador e sua tropa partiram da aldeia de Tuguhi, deixando os indios mui satisfeitos. Tendo marxado todo o dia sem axar abitação alguma, xegaram a um rio profundo, mui largo e rapidissimo, cujas margens eram sombreadas de ciprestes, cedros, e muitas outras arvores; tivemos muito custo em passal-o.

N'estes dias e nos 3 seguintes avançamos pela planicie, e atravessamos 5 aldeias guaranis. Os abitantes do lugar com suas mulheres e filhos vieram receber os Espanhóeps, e trouxeram tantos viveres que os tivemos com fartura. Os indigenas satisfeitos com o bom tratamento, e com os preços pagos pelo governador, mostraram-se mui pacificos.

Toda esta região é amena, atravessada por numerozissimos regatos e bem sombreada de matas. Os abitantes das aldeias cultivam milho, mandioca e varios grãos, batatas de 3 especies, brancas, vermelhas e amarelas : estas tuberas são mui grossas e saborozissimas. Os moradores do lugar criam patos e galinhas, e colhem muito mel nas cavidades das arvores.

No 1.° de Janeiro do anno de Nosso Senhor de 1542 Alvaro Nunes deixou as aldeias dos indios e proseguio atravéz de montanhas e sitios cobertos de canaviaes especissimos, nos quaes a marxa foi penibilissima. Até 5 do mesmo mez não vimos aldeia alguma, e além da fadiga do caminho, sofremos cruelmente a fome. Passando por entre as canas, descobriram-se nos nós d'essas plantas vermes brancos, tão compridos e grossos como um dêdo; a tropa os frigio para comer, saindo d'eles tanta gordura, que facil era a fritada; toda a companha alimentou-se com este manjar e axou-o excelente. Nos nós de outra especie de cana axamos muito boa agua, a qual servio-nos de grande refrigerio. Durante todo o caminho buscavamos essas canas, que nos dezertos preservaram-nos da fome. Atravessamos com muito custo 2 grandes rios mui profundos, que correm para o norte.

No dia seguinte, 6 de Janeiro, depois de andarmos no interior do paiz sem encontrar abitação alguma, fomos passar a noite na margem de outro rio largo, rapido e xeio de numerozas touceiras de canas, onde a tropa colheo vermes. No dia seguinte o governador atravessou um suberbo terreno, cortado por aguas magnificas, e mui abundante em veados do Perú, javalis e outros animaes, dos quaes mataram-se alguns, que foram divididos com a tropa. N'este dia transpozemos 2 pequenos rios.

Permitio Deos, que durante todo este tempo nenhum

cristão caisse doente, e todos andaram otimamente, esperando xegar a Assunção.

De 6 de Janeiro até 10 do mesmo mez atravessámos grande numero de aldeias indianas pertencentes aos Guaranis. Os abitantes eram pacificos; todos vinham alegremente ao encontro do governador, trazendo cada aldeia o respectivo xefe; os omens com suas mulheres e filhos carregavam provizões, que foram utilissimas aos Espanhóes. Entretanto os 2 monges, frei Bernardo d'Armenta e frei Afonso Lebron, iam adiante para apossar-se dos viveres, e quando o governador e a sua gente xegavam, os indios já não tinham o que dar. A tropa queixou-se, porquanto isto acontecera frequentemente.

Alvaro Nunes então determinou aos frades, que não procedessem mais assim, nem conduzissem comsigo indios de todas as idades, gente inutil,a quem alimentavam. Recuzaram-se os religiozos a cumprir esta ordem; e logo toda a tropa quiz expulsal-os, e assim se teria feito, si o governador se não opozéra a isso; pois tratava se do serviço de Deos e de Sua Magestade. Por fim os frades deixaram a tropa e tomaram outro rumo contra a vontade do governador. Este os mandou buscar em uma aldeia de indios, onde tinham-se refugiado; sendo certo que, si os não tivessemos apanhado e reconduzido á nossa companhia, ter-se-iam exposto a grandes perigos.

A 10 de Janeiro recomeçou a marxa. A tropa atravessou muitos rios, regatos e atoleiros, montanhas altas e outeiros cobertos de canaviaes. Cada serrania,que passavamos,tinha um vale de excelentes terras,um ribeiro, fontes e bosques, sendo toda esta região intercortada por correntes d'agua, porque axa-se além do tropico. O caminho, que seguimos durante estes 2 dias, era na direcção do oéste.

CAPITULO X

Terror inspirado aos indigenas pelos cavalos

A 14 de Janeiro atravessámos varias aldeias pertencentes aos Guaranis, os quaes vieram receber os Espanhóes com muita alegria. Traziam milho, galinhas, mel e

outros comestiveis;porque o governador pagava tudo como eles queriam. Esta gente dava mantimentos em tamanha quantidade, que deixavamos o excedente no caminho. Andavam todos nús, quer omens, quer mulheres, tinham grande mêdo dos cavalos, e pediam ao governador para dizer a estes animaes, que não se encolerizassem ; e para aplacal-os, traziam-lhes comida.

Assim xegamos a um rio largo e profundo xamado Iguatú; é formozo, mui piscozo, e suas margens são arborizadas. Na beira do rio está uma povoação de Guaranis,que cultivam milho e mandioca,como nas outras paragens, que tinhamos atravessado. Estes indios vieram receber o governador, e pareciam ter sabido da sua xegada, e do bom tratamento feito aos indigenas. Trouxeram muitos viveres. Em todo este paiz os pinheiros são comuns, e produzem muito fruto, similhante aos de que já temos falado; mostrando-se os abitantes serviçaes, porque o governador tratava-os mui bem.

O rio Iguatú corre a 25 gráos ao oéste, e póde ser da largura do Guadalquivir. Pelas informações dos indigenas (mais tarde vio-se ser verdade) deviamos encontrar em suas margens numerozas aldeias ; os abitantes são os mais ricos do paiz, sendo a cauza d'isto a lavoura da terra e a criação das aves domesticas. Criam muitos patos, galinhas e outras aves, e têem abundancia de caça, javalís, veados, antas, perdizes, codornizes, e faizões. O rio é piscozissimo. Semêam e colhem bastante milho, batatas, mandiocas, mendubins, e tambem possuem muitos outros frutos, ministrando-lhes as arvores grande abundancia de mel.

Rezolveo o governador n'esta aldeia escrever aos oficiaes de Sua Magestade, aos capitães e aos Espanhoes rezidentes em Assunção para sientifical-os como, de conformidade com as ordens do rei, ia socorrel-os, e mandou por 2 indios levar esta carta de avizo.

Era uma noite, estando nós junto a uma das margens do rio Piquiri, um cão mordeo na côxa de um certo Francisco Orejon, cidadão de Avila, e mais 14 Espanhóes, fatigados pela extensa marxa, que tinham feito, cahiram tambem doentes, e ficaram com Francisco Orejon, para

seguirem em pequenas jornadas. Recomendou o governador aos indigenas, que tivessem cuidado dos doentes, os protegessem, e lhes servissem de guia, afim de que, depois de restabelecidos, viessem reunir-se á ele ; e para que os indios o fizessem de boa vontade, deo ao xefe da aldeia e aos outros selvagens varios mimos, com que ficaram contentissimos.

Toda a região percorrida por Alvaro Nunes e sua companha n'esta viagem de exploração, compõe-se de grandes campos cultivados, banhados por aguas bonissimas, rios, ribeiros e fontes, e é coberta de arvoredo e bem sombreada. Este sólo, o mais fertil do mundo, é mui idoneo para a cultura e colonização. Muitas partes são favoravelmente dispostas para engenhos de assucar, o paiz é abundantissimo em caça, e os abitantes são Guaranis, comedores de carne umana. Todos são lavradores, criam patos e galinhas, são geralmente meigos e amigos dos cristãos, e com pouco trabalho os instruiriamos na nossa santa fé catolica, como a experiencia o tem demonstrado.

A julgarmos pela natureza do terreno, é certo, que, si existem minas de prata no mundo, ali devem elas existir.

CAPITULO XI

O governador navega pelo rio Iguassú, e para transpor uma caxoeira do rio, transporta por terra á força de braços as suas canôas por espaço de uma legua.

O governador, deixando os indios do rio Piquirí pacificamente dispostos, avançou por terra, e atravessou grande numero de aldeias. Os Guaranis vinham recebel-o no caminho com mantimentos, e mostravam grande alegria pela sua xegada. Ele dava muitos mimos aos xefes das aldeias ; e até as velhas e as crianças vinham carregadas de milho e batatas ao encontro dos Espanhóes.

O mesmo aconteceo nas outras aldeias d'este paiz, as quaes estavam a 1 ou 2 jornadas de distancia, umas

das outras. Todos os abitantes xegavam trazendo viveres, e muito antes de alcançarmos as povoações, por onde deviamos passar, ensinavam o caminho, dansavam e alegravam-se por ver-nos. Sobretudo aumentava-se a sua alegria, quando as velhas mostravam-se contentes; pois então dirigiam-se para junto d'elas, manifestavam-lhes grande acatamento e as obedeciam muito mais do que aos velhos.

No ultimo dia de Janeiro, penetrando sempre no interior da provincia, os Espanhóes xegaram ao rio Iguassú, porém antes de xegar a ele, percorreram um dezerto durante 8 dias consecutivos, sem encontrar aldeia alguma. Este rio é o primeiro que passavamos, vindo da costa do Brazil, tambem tem aqui o nome de Iguassú, corre de léste para oéste, e suas margens são dezertas. Verificou-se ser a latitude de 25 gráos e meio.

Quando nos aproximámos d'este rio, soubemos por informação dos indios, que ele lançava-se no Paraná, tambem xamado Rio da Prata, e que nas margens d'estes 2 cursos d'agua os indigenas tinham morto os Portuguezes mandados por Martim Afonso de Souza para descobrir este paiz. Os indios assaltaram os exploradores, e os mataram no momento em que atravessavam o rio em canôas.

Alguns abitantes das margens do Paraná, que tinham morto os Portuguezes, advertiram o governador de que os moradores do rio Piquiri eram gente muito má, e que esperavam-nos na passagem do rio para atacar-nos e matar-nos. Em consequencia d'isto Alvaro Nunes, depois de reunir o conselho, rezolveo, para assegurar-se da posse das praias marginaes do rio, decer o Iguassú por um lado com parte de sua gente, ao passo que o resto da tropa deceria pelo outro lado, e assim entrar no Paraná. Os cavaleiros deviam ir por terra, tendo o cuidado de marxar de frente pelas 2 margens do rio, afim de espantar os indigenas, recebendo os peões ordem de passar em canôas. O governador subio com 80 omens em embarcações compradas aos indios do paiz, os infantes deceram rio abaixo, os cavalos foram por terra, e todos deviam reunir-se no rio Paraná. O rio era tão rapido que as canôas foram impetuozamente arrebatadas.

Longe do lugar onde tinhamos embarcado, a corrente fórma uma quéda por cima de altos penedos. A agua, ao cair, produz tão grande estrondo que ouve-se na distancia de muitas leguas, e a escuma, impelida com violencia, levanta-se á altura de 2 lanças e mais. Foi pois necessario sair das canôas, tiral-as d'agua, e transportal-as por terra até além da caxoeira, sendo carregadas á força de braços por mais de meia legua; (*) o que ocazionou extraordinario trabalho. Transposto este máo lugar, lançaram-se n'agua as embarcações, continuou a viagem, e descemos o rio até o Paraná.

Dignou-se Deos permitir, que a tropa, que viajava por terra, e as canôas, que traziam o governador e sua gente, xegassem conjuntamente. Axamos nas praias marginaes do rio grande numero de indios Guaranis, todos adornados de penas de papagaio, e mosqueados e pintados de variegadas fórmas e côres. Traziam nas mãos arcos e fréxas, e pozeram-se em ordem de batalha; o que ofereceo-nos formozo espetaculo.

A xegada do governador e da sua comitiva os enxeo de terror, e a confuzão espalhou-se entre eles. Começámos a falar-lhes por intermedio de um interprete, e distribuir aos xefes donativos de grande valor, e como eram ávidos e amicissimos de novidades aproximaram-se de Alvaro Nunes e das suas tropas. Muitos ajudaram a efectuar a passagem do rio, e quando xegámos do outro lado, mandou o governador fazer balsas com canôas, unindo 2 a 2. Terminado este trabalho, o resto da gente passou em 2 óras para a margem oposta.

O rio Paraná no lugar, onde o passámos, tinha de largura quanto póde alcançar um tiro de bésta, e era mui fundo e rapido. N'esta passagem uma canôa carregada de cristãos virou-se; um omem arrastado pela corrente afogou-se, e não apareceo mais. A profundidade do rio e a rapidez da corrente ocazionam grandes rodomoinhos.

(*) O sumario do capitulo diz 1 legua.

CAPITULO XII

Constróem-se balsas para transporte dos doentes

Quando o governador passou o rio, ficou mui penalizado de saber, que os 2 bergantins, mandados em busca dos capitães rezidentes em Assunção, não tinham aparecido, embora em uma carta, escrita logo depois da sua xegada ao rio Paraná, tivesse recomendado a expedição d'esses barcos. Esta providencia era necessaria para proteger a marxa das tropas contra os indigenas, e transportar os doentes e pessoas fatigadas por esta longa viagem.

Alvaro Nunes tanto mais contrariado ficou, quanto sabia-se, que ele xegára, e que os doentes eram em crecido numero, não podiam caminhar, e era imprudente parar no meio de tantos inimigos; isto lhes proporcionaria ocazião de machinar alguma das suas abituaes traições. Decidio-se ele pois a mandar os doentes pelo rio em balsas, confiando-as a um xefe indio xamado Iguaron, a quem fez varios mimos. Este omem oferecera-se para os acompanhar até a aldeia de um certo Francisco, que estivéra ao serviço de Gonçalo da Costa, persuadido que durante o trajécto os doentes encontrariam os bergantins, onde se recolheriam, e que no entretanto o indio Francisco, que morava no rio Paraná, a 4 jornadas pelo rio abaixo, os defenderia. Alvaro Nunes mandou pois meter nas balsas 30 doentes com 50 arcabuzeiros e besteiros para servirlhes de escolta.

Apenas embarcou esta gente, o governador partio com as outras tropas para Assunção, seguindo o caminho de terra. Conforme as seguranças dadas pelos abitantes das margens do rio Paraná, medeavam 9 dias de marxa. Tomamos posse d'este rio em nome de Sua Magestade, e os pilotos axaram ser a altura de 24 gràos. Avançou o governador com a sua gente atravéz do interior do paiz, passando nas aldeias dos Guaranis, que o receberam otimamente, vindo ao seo encontro, na forma do

costume, carregados de viveres. N'esta marxa atravessámos pantanos extensissimos, rios e lamaçaes, onde sofremos excessiva fadiga na construção de pontes, afim de facilitar a passagem da gente e dos cavalos.

Além do rio Paraná, em certa ocazião, todos os abitantes d'essas povoações acompanharam os Espanhóes de uma aoutra aldeia, e manifestaram muita amizade e benevolencia. Eles os serviam e prestavam-lhes bons oficios, quer guiando-os, quer ministrando mantimentos; couzas que o governador recompensava e pagava generozamente.

No curso da viagem um Espanhol, que partira de Assunção, veio encontrar-se com o governador para certificar-se da sua vinda e dar noticia d'ela aos cristãos e demais abitantes d'essa cidade; pois a extrema necessidade e o vivo dezejo de ver o mesmo governador xegar com tropas em seo auxilio os impediam de crer em tamanho beneficio, e queriam vel-o com os proprios olhos, não obstante terem recebido a sua carta.

Este cristão informou a Alvaro Nunes sobre a dificil situação, em que estava a colonia, e sobre as mortes acontecidas, quer dos companheiros de João d'Aiólas, quer dos outros cristãos trucidados pelos indigenas; o que consternava a todos os colonos, sobretudo depois do despovoamento de Buenos-aires. Esta gente a principio esperára d'Espanha socorros, navios e tropas; mas com o abandono d'este porto perdera toda a esperança. O mesmo cristão contou tambem muitas outras calamidades, que os colonos tinham padecido.

CAPITULO XIII

O governador xega a Assunção

O governador teve por via do Espanhol recemxegado certeza da morte de João de Aiólas, dos seos companheiros e dos outros cristãos. Reconheceo pois a absoluta necessidade de auxilios, em que estavam os moradores de Assunção. Sabendo tambem que axava-se

dezamparado o porto de Buenos-aires, para onde enviara a capitánea com 140 pessoas, deixadas em Santa-Catarina, compenetrou-se do grande perigo, em que ficariam essas pessoas, estando o paiz abandonado pelos cristãos, e dominado por uma multidão de inimigos.

Em consequencia d'isto decidio, afim de levar pronto auxilio á gente moradora em Assunção, e ser util aos indios aliados, subditos de Sua Magestade, marxar pelo interior do paiz com suma diligencia, atravessando consideravel numero de aldêias da nação Guarani. Estes indigenas, assim como muitos outros assás distantes do caminho, vinham vêr o governador, trazendo viveres; pois como já dice, a noticia do bom tratamento e dos donativos, que fazia, espalhava-se por toda a parte e os indios aprezentavam-se alegres e benevolos, conduzindo mulheres e filhos; o que prova a confiança, que tinham n'ele e nos seos companheiros e serviam de guia.

Os indigenas das aldêias, por onde passámos fazendo este reconhecimento no paiz, tinham cazas de palha e de madeira. Vimos entre eles muitos indios d'Assunção, os quaes, um apóz outro, vieram falar ao governador em castelhano, dando-lhe as boas vindas, faziam o mesmo cumprimento a todos os Espanhóes, e mostraram-se contentissimos com a nossa xegada. Esta gente indicava, por seos modos, ter vivido com cristãos.

Como os indigenas sabiam, que Alvaro Nunes e seos companheiros iam para Assunção, abriam os caminhos e os tornavam transitaveis. Enfileiravam-se com mulheres e filhos, á maneira de procissão, para esperar a xegada do governador, tendo nas mãos provizões numerozas, frutas, milho, pão, batatas, galinhas, peixe, mel e carne de veado convenientemente preparada, que davam e distribuiam generozamente com os Espanhóes. Em sinal de paz e amizade levantavam as mãos, e diziam na sua linguagem, e muitas vezes na nossa, que o governador e os seos eram bemvindos. Durante o tranzito mostravam-se mui sociaveis e conversavam como si fossem nossos compatriotas, ou si tivessem sido educados na Europa.

Viajando assim, aprouve a Deos, que no sabado 11 do mez de Março do anno de 1542, pelas 9 óras da

manhan, o governador e a sua gente xegassem a Assunção, onde axaram os Espanhóes, aos quaes iam socorrer. Esta cidade está edificada nas ribas do rio Paraguai em 25 gráos de longitude meridional.

Antes de entrar ahi os capitães e os outros abitantes vieram receber Alvaro Nunes com inexprimivel alegria. Diziam eles, que jámais esperariam receber socorros por cauza dos perigos e dificuldades de uma viagem, que ainda ninguem tinha praticado O porto de Buenos-aires, por onde tinham nutrido esperanças de receber reforço, estava abandonado; o que encorajára os indigenas a atacal-os para os matar, e longos annos tinham-se passado sem que Espanhol algum xegasse a este paiz.

O governador regozijou-se com eles, recebeo-os com extrema afeição, e dice-lhes que vinha socorrêl-os na conformidade das ordens de Sua Magestade. Comunicou os seos poderes em prezença de Domingos de Irála, lugar-tenente do governador da dita provincia, dos oficiaes, que eram Afonso Cabrera, vedor, natural de Loxa, Filipe de Cáceres, contador, natural de Madrid, Pedro Dorantes, feitor, natural de Bejar, e dos outros capitães e abitantes da provincia. Estas peças lhes foram lidas, assim como aos padres e aos soldados ahi rezidentes; em virtude do que receberam o governador e o reconheceram em nome de Sua Magestade como capitão-géneral da provincia. Entregaram-lhe as insignias das diferentes magistraturas, as quaes ele confiou de novo a diversas pessoas para que administrassem n'esta provincia a justiça civil e criminal.

CAPITULO XIV

Os Espanhóes deixados infermos nas margens do Piquiri xegam a Assunção

Eram passados 8 dias, que o governador estava em Assução, quando todos os cristãos infermos ou sadios, que ele mandára em balsas pelo rio Paraná, ahi xegaram; estavam fatigados da viagem, e só faltava um, que fôra morto por um tigre. Referiram a Alvaro Nunes, que os Indios do rio,

coligados, tinham-se reunido nas aguas do Paraguai e nas praias, e quando os nossos companheiros deciam por este rio,grande numero d'estes selvagens os atacara e os agredira com uma xuva de frexas, no meio de estrondoza gritaria e toque de tambor. Depois os agressores os cercaram com mais de 200 canôas, no intuito de entrar nas balsas para prender e matar os passageiros. Durante 14 dias e 14 noites os Espanhóes, só por instantes, cessavam de combater. Os indigenas, colocados nas margens do rio e em canôas, atiravam continuamente fréxas contra a gente embarcada nas balsas. Estes Indios tinham grandes arpões para puxar as canôas para terra.

Eram taes os gritos e bramidos d'essa cafila,que parecia combater o céo e a terra. Os da praia estimulavam os do rio; emquanto uns descançavam, outros combatiam, e isto com tanta ordem,que não cessavam de cauzar aos nossos compatriotas extrema fadiga,a ponto de ficarem 20 Espanhóes feridos,embora levemente.Entretanto as balsas navegavam de dia e de noite, e como a corrente era forte, eram as mesmas balsas impelidas sem necessidade de grande esforço, excéto para empedir que tocassem em terra, onde estava todo o perigo. Todavia alguns rodomoinhos d'agua por vezes pozeram as balsas em grande perigo, fazendo-as corcovear ; e si não fôra a grande destreza dos condutores, estes rodomoinhos as teriam levado á terra, onde os Espanhóes seriam assassinados.

Assim viajaram estes, sem axar quem os socorresse. Os Indios os perseguiram em canôas durante 14 dias sem deixar de atirar sétas e combater de dia e de noite. Emfim xegaram os nossos junto á aldeia do Indio Francisco, que fôra escravo e se educára entre os cristãos.

Este xefe, acompanhado por sua gente, veio á margem do rio para receber os cristãos, e protegel-os. Ele os conduzio a uma ilha proxima da sua aldeia, onde deo-lhes mantimento, pois estavam exhaustos pelas fadigas do continuo combate até ali sustentado, e morriam de fome. Os feridos repouzaram n'este sitio, curaram-se,e os inimigos retiraram-se sem ouzar atacal-os. Xegados os 2 bergantins mandados para socorrer os doentes, embarcarám-se estes e vieram para Assunção.

CAPITULO XV

O governador, querendo repovoar Buenos-aires, manda reforço pela capitánea á gente que ali estava

Alvaro Nunes mandou preparar 2 bergantins com toda a possivel brevidade, para carregar de viveres e outros objéctos necessarios; e tripulando-os com antigos colonos do porto de Buenos-aires, conhecedores do rio Paraná, mandou-os com auxilios aos 150 Espanhóes embarcados na capitánea, e por ele expedidos de Santa-Catarina, pois axava-se essa gente em grande perigo, visto como o porto de Buenos-aires tinha sido abandonado.

Ordenou, que o reconstituissem no sitio mais favoravel, sendo indispensavel esta colonia para segurança dos Espanhóes, que abitavam esta provincia, e dos colonos que no futuro para ela viessem. Com efeito os navios carregados para este paiz devem ancorar no rio, e ali é forçozo construir bergantins para subir 350 leguas, distancia d'este porto a Assunção. Esta navegação é dificilima e mui perigoza.

Os 2 primeiros bergantins partiram a 16 de Abril. O governador mandou logo fazer mais 2, os quaes, carregados de vitualha e gente, deviam tambem levar socorro aos Espanhóes, e repovoar o porto de Buenos-aires. Ordenou aos capitães d'estes bergantins, que tratassem bem aos indigenas do rio Paraná, no qual iam navegar, e que com brandura os xamassem ao dominio do rei, recomendando que tomassem nota de tudo quanto fizessem n'esta expedição, afim de que podesse ele governador dar contas a Sua Magestade.

Tomadas estas dispozições, começou a ocupar-se das couzas relativas ao serviço de Deos e de Sua Magestade, bem como á pacificação da provincia. Afim de melhormente cumprir estes deveres, Alvaro Nunes convocou o clero, os religiozos ahi rezidentes, e as pessoas vindas com ele; depois perante os oficiaes de Sua Magestade, os capitães e soldados congregados para este efeito, pedio-lhes

em termos afetuozos, que tomassem particular cuidado da instrução e conversão dos indigenas, subditos do rei.

Ordenou depois a leitura de algumas passagens de uma carta régia, na qual o rei falava do procedimento, que cumpria ter para com os indios, e dizia, que os monges, padres, e religiozos deviam velar com sumo cuidado para que os selvagens não recebessem máos tratamentos. Dice-lhes o governador, que o advertissem do que se fizesse em contrario d'estas ordens, afim de que ele providenciasse convenientemente, prometendo ministrar tudo quanto necessario fosse para esta santa cauza e para a celebração dos oficios divinos. Conseguintemente receberam vinho, farinha e ornamentos, couzas que ele tinha trazido para suprir as igrejas e mosteiros, e assim prover ás necessidades do serviço divino e da administração dos santos sacramentos; o governador mandou tambem dar uma pipa de vinho para uzo pessoal dos sacerdotes.

CAPITULO XVI

Como os indigenas matam e comem os inimigos

Algum tempo depois da xegada do governador, os indigenas e os conquistadores das terras dirigiram-lhe queixas gravissimas contra os oficiaes de Sua Magestade. Alvaro Nunes reunio pois todos os indios subditos do rei, e dice-lhes em prezença dos religiozos e do clero, que o rei o mandára para os proteger, e que eles deviam aplicar-se ao conhecimento de Deos, instruir-se na lei dos cristãos por meio dos padres, vindos para eles como enviados de Deos, e submeter-se a Sua Magestade; pois obrando assim seriam mais bem tratados e protegidos, e mais eficazmente do que nunca o tinham sido. Prohibio-lhes comer carne umana, dizendo-lhes ser isto grande crime e gravissima ofensa feita a Deos. Os religiozos e o clero falaram-lhes tambem e os intruiram; e afim de contental-os, distribuiram-lhes numerozos mimos consistentes em camizas, vestimentas, barretes e outros objétos, que receberam com extremo prazer.

Os Guaranis falam uma linguagem compreendida por todas as outras nações da provincia. Quando estão em guerra comem a carne dos indios seos inimigos; então conduzem os prizioneiros á aldeia e divertem-se com eles, dansam, cantam e celebram festas até que o cativo fique em boas carnes, pois desde que o capturam, o engordam, dando-lhe quanto alimento ele apetece. Entregam-lhe suas mulheres e filhas, afim de que com elas folgue e se entretenha e estas indias cuidam de o alimentar. As mais consideradas deitam-se com ele na rede, e o enfeitam de diversos modos, conforme os seos uzos. Põem-lhe penas e colares brancos, fabricados de óssos e de pedras, de que fazem muita estimação. Quando o prizioneiro aprezenta boa gordura, redobram os prazeres, as dansas e os cantos. Então xegam os omens; arranjam e ornam 3 rapazes de 6 a 7 annos de idade, e entregam-lhes uma maxadinha de cobre. O indio mais bravo da povoação pega n'uma espada de páo, xamada macana; depois conduzem o cativo a uma praça, onde o fazem dansar por espaço de uma óra: o sacrificador avança, e com as 2 mãos descarrega um golpe de espada nos lombos, e outro nas pernas do prizioneiro para o derribar. Acontece algumas vezes, que 6 golpes despedidos sobre a cabeça o não podem matar. A dureza do craneo é admiravel; pois a espada, com que o ferem, é de madeira preta dura e pezada, e o algoz é de tal força, que abateria um touro de um só golpe; no entretanto muitos golpes são precizos para o matar.

Logo que o prostram, xegam os rapazes com as maxadinhas; o maior d'eles, ou o filho do xefe da aldeia, fére a cabeça do cativo; os outros 2 o imitam com repetidos golpes até correr sangue, emquanto os indios circumstantes os exhortam a ser bravos, e a exercitarem-se para ter coragem de matar os inimigos, e fazer a guerra. Dizem-lhes, que vinguem-se, e lembrem-se, que o prizioneiro matou seos amigos.

Depois da morte do cativo o executor do primeiro golpe toma o nome da vitima e o conserva como sinal de sua valentia. Então as velhas esquartejam o cadaver, cozinham as carnes, as dividem, e todos as comem, reputando esta comida como excelente alimentação. Depois repetem

as dansas e jogos, que duram por muitos dias, e dizem, que o inimigo, o assassino de seos paes, é morto por suas mãos, para que agora estes repouzem em paz, e se regozigem com esta vingança.

CAPITULO XVII

O governador contrae paz com os indigenas Agazes

Nas margens do rio Paraguai abíta uma nação de indios xamados Agazes: é a mais temida em todo o paiz. Além de serem valentes e guerreiros, são mui perfidos. Sob pretesto de tratar pazes, cometeram grandes estragos, mataram muitos outros indigenas e até muitos dos seos, afim de assenhorearem-se de todo o paiz; de sorte que todos desconfiam d'eles. Seo porte é agigantado; andam a côrso no rio em canôas, e emboscam-se nas praias para roubar os Guaranis, seos figadaes inimigos.

Vivem de peixe e caça, e não cultivam a terra. Costumam aprizionar os Guaranis, amarrar-lhes as mãos, e leval-os nas suas embarcações; depois regressam para suas cazas, e seos parentes então os vão encontrar. Ferem os prizioneiros na prezença dos paes, filhos, mulheres, e parentes, e dizem-lhes, que os engordem para depois matal-os. Trazem quantos viveres podem carregar nas suas canôas, e depois voltam para suas abitações, conduzindo os cativos. Fazem frequentes expedições, sendo cazo raro trocarem os prezos, que fazem. Quando enfadam-se de os deter nas canôas e de os espancar, cortam-lhes a cabeça e a colocam em postes enfincados nas ribanceiras do rio.

Antes da xegada do governador, os Espanhóes tinham combatido contra estes indios, matando grande numero d'eles, mas por fim concederam-lhes paz. Os Agazes, na fórma costumada, violaram o tratado, maltrataram os Guaranis, e roubaram-lhes muitos mantimentos. Quando Alvaro Nunes veio a Assunção, passados poucos dias

depois de terem os Agazes começado as ostilidades, e saqueado certas aldêias dos Guaranis. Estes selvagens continuamente inquietavam a cidade, e a traziam em sustos.

Os principaes xefes dos Agazes, conhecidos pelos nomes de Abacoten, Tabor e Alabos, sabendo da xegada do governador, vieram em canôas, acompanhados por grande numero de sequazes, aprezentaram-se ao governador, e diceram-lhe, que vinham fazer ato de submissão a Sua Magestade, e ajustar amizade com os Espanhóes, acrecentando que, si até agora não poderam manter pazes, a culpa era de alguns jovens loucos e audazes, que sem sua permissão punham-se em campo e faziam crer, que os xefes rompiam as condições da paz; que além d'isso esses mancebos tinham sido castigados. Rogaram ao governador, que os recebesse, e pediram para fazer aliança comnosco, prometendo mantel-a. Falavam assim em prezença do clero, dos religiozos e dos oficiaes de Sua Magestade.

Alvaro Nunes acolheo-os com muita amizade, e respondeo, que com prazer receberia os Agazes como subditos do rei e amigos dos cristãos, com tanto que não violassem mais os tratados, como já tinham feito, advertindo que do contrario os consideraria como inimigos mortaes, e lhes faria guerra. Assim foi concluida a paz, e estes indios ficaram amigos dos Espanhóes e dos Guaranis, aos quaes ordenou o governador, que no futuro tratassem bem os novos amigos e lhes ministrassem viveres.

As condições do tratado de paz foram as seguintes: Os xefes dos Agazes, acima nomeados, e os outros indios d'esta nação, deviam vir todos juntos e não em bandos dispersos, quando decessem o rio Paraguai para entrar nas terras dos Guaranis até Assunção. Deviam vir em pleno dia e não de noite, e isto por outra margem e não pelo lado, em que os Guaranis e Espanhóes tinham seos estabelecimentos e culturas. Deviam abster-se de assolar o paiz, de continuar a guerra contra os Guaranis, e de cauzar-lhes mal ou dano, porque estes eram subditos de Sua Magestade. Prometiam admitir o resgate, e entregar

os indios d'esta nação aprizionados em tempo de paz, porque eram cristãos, e seos parentes viviam em consternação. Não deviam inquietar os Espanhóes e Guaranis, que iam pescar n'este rio, ou caçar nas matas, nem cauzar-lhes embaraço algum. As mulheres, as filhas, e os parentes dos Agazes, já convertidos, teriam liberdade de perseverar na sua santa obra, e não seriam forçados a deixar as suas terras.

Observadas estas clauzulas, seriam eles reputados amigos; si porem algumas não fossem cumpridas, marxariamos contra eles. Sendo firmadas estas condições e ordens, prometeram os Agazes respeital-as. Assim estipulou-se a paz, e eles juraram obediencia.

CAPITULO XVIII

Queixas dirigidas ao governador pelos colonos contra os oficiaes régios

Alguns dias depois da sua xegada, o governador percebendo que existiam muitos indigentes, mandou-lhes dar vestuarios, camizas, sapatos, e outros objétos necessarios. Muitos receberam armas, pois não as tinham, sendo tudo isto feito á sua custa. Pedio depois aos oficiaes de Sua Magestade, que cessassem com as vexações e gravames, que até então praticavam contra esses infelizes; o que motivára queixas gravissimas dos conquistadores das terras e dos colonos.

Assim os oficiaes tinham creado novo tributo, além da percepção dos dinheiros devidos a Sua Magestade, e era um imposto sobre a pesca, a banha, o mel, o milho, e outros viveres, e sobre as péles, de que se vestiam os Espanhóes, e que os indios lhes vendiam. Alguns dos ditos oficiaes dirigiram vivas instancias em favor da continuação d'esse tributo, mas o governador não annuio a isto; o que lhe suscitou inimizades, e cedendo os suplicantes ao máo

conselho, procuraram indiretamente fazer ao mesmo governador todo o mal possivel. Alvaro Nunes rezolveo prendel-os e conserval-os prezos em consequencia do inquerito contra eles feito.

CAPITULO XIX

O governador recebe queixas contra os indios Guaicurús

Os caciques das margens e das vizinhanças do rio Paraguai, os mais vizinhos de Assunção, subditos de Sua Magestade, aprezentaram-se reunidos perante o governador, e queixaram-se de uma povoação de indios, que abitam perto das suas fronteiras. Estes gentios são guerreiros e bravos, alimentam-se de caça, gorduras, mel, peixe, e javalis e suas mulheres e filhos não têem outra alimentação. Todos os dias vão a caça; e esta é a sua unica ocupação.

São tão vigorozos, tão bons corredores, e tão forte é o seo folego, que apanham á mão os veados campestres. Caçam outros com fréxas, e matam muitos tigres e animaes ferozes. Tratam mui bem as mulheres, não só as suas, que entre eles gozam de grande consideração, mas tambem a todas em geral, e quando as aprizionam na guerra, as libertam, e não lhes fazem mal algum. As outras nações têem grande medo d'esses indios, os quaes nunca param mais de 2 dias n'um lugar, transportando logo para uma ou 2 leguas de distancia as suas cazas, fabricadas de esteiras, para perseguir a caça, que se tem afugentado.

Esta nação e outras mais que vivem de peixe, comem tambem uma especie de cizirão do paiz (*garoubes*). Buscam estes frutos nas montanhas, onde crecem as arvores, que os produzem, assim como os javalis, que n'essa mesma época vagam nas colinas. Isto acontece, quando os cizirões amadurecem, desde o mez de Novembro até principios de Dezembro, e d'esse fruto fabricam farinha e vinho forte, com que se embriagam.

CAPITULO XX

O governador manda informar sobre a queixa a ele aprezentada

Os xefes indigenas queixaram-se ao governador de terem sido desapossados das suas terras pelos Guaicurùs, que tinham morto seos paes, seos irmãos e seos parentes. Diceram, que como eram subditos de Sua Magestade, deviam ser protegidos e reintegrados em suas propriedades. Tinham pescarias nos lagos e rios, e caça nos montes, onde iam procurar o mel necessario á sua mantença, e tambem traziam esses viveres aos cristãos.

Tinham-lhes efetivamente morto algumas pessoas, a quem lamentavam, e tinham-lhes cauzado danos, de que se queixavam desde a xegada do governador. Este tomou em consideração as queixas d'esses xefes indios, xamados Pedro de Mendoça, João de Salazar, Cupirati, Francisco Ruiz Mairarú, Lourenço Maquiraci, Gonçalo Mairarú, e outros, todos cristãos novamente convertidos. Afim de assegurar-se da verdade, e proceder nos termos de direito, dice a estes selvicolas por intermedio de interpretes, que provassem a sua afirmação.

Eles aprezentaram grande numero de testimunhas cristans e espanholas, que prezenciaram os fatos, e estavam no lugar, quando os Guaicurús os atacaram, os expeliram do territorio, e despovoaram uma grande aldeia xamada Caguassú, fortificada com grossa palissada. O governador, depois de recebidas estas informações, mandou vir os religiozos e os padres, assistentes no paiz, e os reunio em assembléa. Eram eles os comissarios frei Bernardo d'Armenta, frei Afonso Lebron, seo colega, o baxarel Martim d'Armenta, e Francisco d'Andrade, ambos padres. Informou-os da devassa, e pedio-lhes parecer para saber, si se podia, sem faltar á justiça, fazer guerra aos Guaicurús, e estes consultores escreveram a sua opinião e a assinaram, afirmando que podia-se marxar de mão armada contra estes indios, pois eram inimigos implacaveis.

Ordenou o governador, que 2 Espanhóes, entendidos na linguagem d'estes indigenas, e Martim d'Armenta, acompanhados de 50 Espanhóes, fossem intimal-os para submeter-se a Sua Magestade, dezistir da guerra intentada contra os Guaranis, e deixal-os ir livremente para as suas terras no gozo das caças e das pescarias n'elas existentes; declarando que com estas condições os tratariamos como amigos e os protegeriamos, mas que pelo contrario, si obrassem diversamente, lhes fariamos guerra como a inimigos mortaes. Partiram os emissarios encarregados de cuidar mui particularmente de os advertir uma, 2 e até 3 vezes com brandura. Depois de 8 dias voltaram, e afirmaram por sua onra terem prevenido os indios, e terem estes tomado armas contra eles, protestando não quererem submeter-se a Sua Magestade, nem ser amigos dos Espanhóes ou dos Guaranis, em virtude do que ordenavam aos emissarios a sahida de suas terras, seguindo-se atirarem-lhes uma nuvem de fréxas, com que muitas pessoas foram feridas.

Em consequencia d'este relatorio Alvaro Nunes mandou reunir 200 arcabuzeiros e outros soldados e 12 cavaleiros, e á frente d'eles partio da cidade d'Assunção na quinta-feira 12 do mez de Maio de 1542. Como era precizo alcançar a outra margem do rio Paraguai, mandou 2 bergantins para passar as suas tropas, e xegar a Capuan, aldeia pertencente aos Guaranis. O cacique, mui bravo e temido no paiz, xamava-se Mormocen. Era cristão e tinha o nome de Lourenço. A aldeia de Caguassú pertencia-lhe; mas os Guaicurús lhe a tinham tomado. Os soldados e os cavalos deviam ir por terra até este ultimo lugar, distante 4 leguas de Assunção. Andaram todo o dia, e encontraram numerozos magotes de Guaranis, que vinham para Capuan, afim de reunir-se ao governador.

A ordem e o aparato de guerra d'essa gente, seos corpos cobertos de penas de papagaio, suas fréxas e arcos pintados de diversos modos, os instrumentos de guerra, de que se servem, taes como timbales, trombetas e outros, tudo isto formava espectaculo verdadeiramente curiozo. No mesmo dia o exercito, cavaleiros e infantes xegaram

a Capuan, onde encontrou-se grande numero de indigenas guaranis, que tinham tomado aquartelamento n'este ponto, e sob as arvores das margens do rio. O cacique Mormocen e outros xefes, seos parentes, ahi tambem estavam. A maior parte d'eles vieram encontrar o governador na distancia de um tiro de séta da aldeia; traziam grande quantidade de carnes de veado e de abestruz, que os indios tinham morto pela manhan ou na vespera. Era tal a abundancia, que a todos os soldados deo-se quanto eles quizeram, e sobrou ainda.

Os xefes indigenas reuniram-se em conselho, e diceram ser necessario mandar cristãos e naturaes da terra para reconhecer o paiz, por onde deviamos passar, e para examinar a aldeia dos inimigos, afim de se saber si estes sabiam da xegada dos Espanhóes, e si faziam sentinela de noite. Alvaro Nunes consultou os oficiaes, e expedio com Mormocen 2 Espanhóes e alguns indios bem dispostos e conhecedores do paiz.

No dia seguinte, sesta-feira, ao anoitecer, estes enviados voltaram, e referiram, que os Guaicurús caçavam no campo e nos montes, conforme o seo costume, pondo fogo em muitos lugares. A nossa gente tinha podido reconhecer, que n'aquele mesmo dia os sobreditos indigenas tinham transferido para mais longe a sua aldeia, e marxavam, caçando com filhos e mulheres, para um sitio onde lhes fosse facil viver da caça e da pesca. Nem ao menos suspeitavam a xegada dos Espanhóes. Do lugar, onde estavamos, ao sitio onde os indios estanciavam, podiam contar-se 5 ou 6 leguas, pois avistavam-se os fógos nas paragens, em que caçavam.

CAPITULO XXI

O governador e a sua gente passam o rio, e afogam-se dois cristãos

N'esta mesma sesta-feira xegaram os bergantins para transportar as tropas e os cavalos para o outro lado do rio. Os indios tinham trazido muitas canôas; e o

governador bem informado do que convinha fazer, combinou com os caciques, ficando assentado que logo no sabado imediato pela manhan a tropa passaria para proseguir em sua marxa e procurar os Guaicurús, e em consequencia d'isto mandou o mesmo governador com as canôas fazer jangadas para transporte dos cavalos. Ao alvorecer começaram os soldados a embarcar em boa ordem nos bergantins e nas jangadas para atravessar o rio. Os indios passaram nas canôas.

Era couza notavel a pressa, com que praticou-se esta operação, e a celeuma dos indios, que eram numerozissimos. A passagem durou até 2 óras depois de meio dia, não obstante estarem ali 200 canôas. Na passagem do rio aconteceo um tristissimo acidente. Como os Espanhóes embarcavam atropeladamente, uma barca, carregada de muita gente, virou-se, ficando com a quilha para cima. As pessoas embarcadas n'ela afundaram-se, e morreriam todas afogadas, si não fossem tão prontamente socorridas.

Na ribanceira do rio estavam muitos indigenas, os quaes atiraram-se n'agua, e desembarçaram a embarcação; mas era tão forte a correnteza n'este lugar que 2 cristãos arrastados pelo rio, desapareceram, sem se lhes poder dar auxilio. Um xamava-se Diogo d'Isla, cidadão de Málaga, e o outro João de Valdez, natural de Palencia.

Passados os omens e os cavalos, vieram os principaes indigenas dizer ao governador, que, quando empreendiam qualquer guerra, costumavam fazer algum mimo ao xefe, e que por consequencia ele o receberia. O governador consentio n'isto para os agradar, e todos os xefes, uns após outros, deram-lhe uma fréxa e um arco mui graciozamente pintados; depois os outros indios trouxeram, cada um, uma fréxa pintada e guarnecida de penas de papagaio, consumindo o resto do dia em fazer estes mimos; o que obrigou-nos a passar a noite n'este lugar, depois de postadas bôa guarda e sentinelas.

CAPITULO XXII

O governador manda espiões em busca dos Guaranis

No sabado o governador colheo os votos dos capitães e religiozos. Convencionou-se, que antes de penetrar no interior do paiz, iriam batedores em exploração, afim de saber onde os indios Guaicurús tinham assentado as suas aldeias, e em que situação axavam-se para podermos expulsal-os do territorio dos Guaranis. A's 4 óras da manhan regressaram os exploradores, dizendo que os indios tinham andado todo dia precedidos pelas suas mulheres e meninos; mas não tinham podido saber, aonde os inimigos estacionariam. Imediatamente rezolvemos avançar em busca d'eles o mais secretamente possivel. Não deviamos fazer fogo durante o dia, afim de não sermos descobertos, e prohibio-se aos nossos indios separar-se da comitiva para caçar, ou por quaesquer outros motivos. Tomadas estas dispozições, partimos em bôa ordem no domingo pela manhan, e atravessámos planicies e florestas.

Afim de marxarmos sem ser presentidos mandavamos sempre alguns indios adiante para reconhecer o terreno: eram omens agilissimos, optimos corredores, escolhidos de proposito para o intento, os quaes vinham continuamente dar informações. Além d'estes, avançavam sempre espiões com cuidadozas precauções, seguindo o inimigo, afim de prevenir-nos, quando estes fixassem suas abitações. Eis a ordem de marxa regulada pelo governador. Os indios formavam um corpo de exercito, que teria uma legua de extensão. Cada omem era pintado e ornado com lindissimas penas de papagaio, e todos traziam arcos e fréxas, e marxavam com suma regularidade e juntos. Era esta a vanguarda. Apóz estes, e no corpo de batalha estava o governador com os seos cavaleiros; depois vinham a infantaria espanhola, os arcabuzeiros, os arxeiros e o comboio das mulheres condutoras dos mantimentos dos cristãos. Os indios traziam a sua bagagem no centro do seo bando. Assim marxamos até meio dia.

As tropas descansaram então em uma extensa floresta: refocilaram, e depois acompanhadas pelos indios pozeram-se de marxa por veredas adjacentes ao sobpé das montanhas e á orla dos bosques. Os indigenas, vaqueanos do terreno, as conduziam por caminhos, nos quaes encontravamos, como nas planicies, tamanha quantidade de veados e abestruzes, que ficavamos sorprendidos. Entretanto com receio de sermos descobertos, a nossa gente não caçava, e marxavam todos em boa ordem. Os Guaranis formavam a vanguarda, como já dice, reunidos em um só corpo bem ordenado, o qual compunha-se talvez de 10.000 omens. Os indigenas estavam pintados de ocre vermelho e de outras côres; tinham o cólo coberto de colares brancos e de penas, e traziam numerozas xapas de cobre, as quaes, batidas pelos raios solares, refletiam tão viva luz, que produzia maravilhozo espetaculo. Estavam munidos de arcos e de grande quantidade de fréxas.

CAPITULO XXIII

Seguindo o inimigo, o governador sabe porque o mesmo inimigo avançava e marxava durante o dia

O governador e seo exercito avançavam na ordem já indicada, quando ao pôr do Sol, ás óras de Ave-Maria, levantou-se contenda entre os indios, que travaram luta material. Disputaram por ocazião da xegada de um espião, que vinha dos Guaicurús, e lhes dera a entender, que estes indios retiravam-se, porque temiam os Guaranis, que marxavam na mesma direção. O espião vira os Guaicurús durante todo o dia caçar no campo; indo as mulheres e os meninos sempre adiante; e asim propunham-se a fixar aldeia n'esta mesma tarde. Por outro lado os Guaranis tinham sido avizados por prizioneiros feitos poucos dias antes entre os Merxires, que os Guaicurús estavam em guerra com os Guatatas, e temiam que estes viessem atacar a sua aldeia: tal era a razão

porque avançavam para o interior das terras com tanta precipitação.

Os batedores seguiam sempre o inimigo para ver onde faziam alto,e dar avizo d'isto. O governador tomando informação do ultimo espião,e vendo que n'esta noite devia fazer bom luar, ordenou a todo o exercito, que proseguisse sempre em boa ordem. Os arxeiros tinham as suas béstas armadas,e os arcabuzeiros os seos arcabuzes carregados com mexas acezas, como o cazo pedia; pois embora os Guaranis marxassem comnosco, e fossem nossos aliados, tomavam-se todas as possiveis precauções, e desconfiavamos d'eles tanto quanto dos inimigos. Quando n'eles confiamos sem cautelas, sucede cometerem as mais negras perfidias.

CAPITULO XXIV

Medo cauzado por um tigre aos Espanhóes e aos indios

O governador e o seo exercito marxavam na extremidade de uma floresta, quando ao lusco-fusco da noite um tigre veio parar no meio dos indios, e assustou-os, cauzando tanta confuzão que os Espanhoes viram-se obrigados a tocar avançada ; e como acreditassem que os indios queriam voltar-se contra eles, os atacaram aos gritos de *Santiago*! Muitos indigenas foram feridos n'este tumulto, e porque os outros percebessem isto, fugiram para a floresta. O governador escapou de 2 tiros de arcabuz, cujas balas passaram-lhe mui perto do rosto, e até alguem xegou a pensar, que os tiros tinham sido disparados maliciozamente com intenção de o matar, para comprazer a Domingos d'Irála, por ter o governador retirado este oficial do comando da provincia.

Alvaro Nunes, vendo os indios buscar a floresta, e a necessidade de pôr termo a dezordem e reparar o mal, que se seguira, apeou-se, e dirigio-se só ao meio dos bosques pelas pégadas dos indios, para os quaes bradava, que nenhuma calamidade sucedera; que um tigre motivára

todo esse tumulto; que ele e os Espanhóes eram seos amigos e irmãos, e todos subditos de Sua Magestade; que viessem como d'antes para expelir os inimigos do paiz, pois do contrario estes seriam bem sucedidos no seo intento. Este acto do governador, e os discursos dirigidos aos indios os aplacaram, e os fizeram sair do mato. E' certo, que n'este critico momento as nossas tropas corriam perigo de parecer, pois si os indios se retirassem, jamais estes e seos parentes confiariam nos Espanhóes.

Alvaro Nunes os induzio a deixar a floresta, xamando cada xefe por seo proprio nome. Acalmou-lhes o temor, e dice-lhes, que viessem com segurança e os persuadio, que nada deviam temer, acrescentando: «Si os Espanhóes quizeram matar-vos, a culpa foi vossa; pois correstes ás armas, deixando entender que a vossa intenção era assassinal-os. Acreditae, que a verdadeira cauza do terror, que se apoderou de vossos animos, foi o tigre, que passou no meio de vós. Sois nossos amigos; reuni-vos pois de novo. Sabei, que a guerra é do vosso interesse; e que a empreendemos sómente por vós, pois os Espanhóes já mais viram os Guaicurús, e nunca d'eles receberam agravo, fazendo-se esta expedição unicamente para que d'eles não recebaes máos tratamentos!

Cedendo á persuasão do governador, os xefes indios vieram ainda sobresaltados, e diceram, que tinham-se espantado, julgando que os inimigos sahiam da floresta para os agredir; pelo que tinham-se então refugiado entre os Espanhóes para pedir-lhes auxilio; o que motivára toda a dezordem. Tranquilizados os xefes, os outros indigenas não tardaram em reunir-se sem que tivesse sido morto um só.

Quando reuniram-se, o governador determinou, que dahi por diante os Espanhóes marxariam na frente, formando os indios a retaguarda, e que a cavalaria se conservaria fronteira aos indios: para contentar a estes ultimos, para manifestar-lhes a boa vontade, com que marxavamos contra os seos inimigos, e para fazer esquecer o recente acontecimento, ficou assentado, que esta dispozição seria constantemente mantida. Si não se dera remedio ao mal recentemente sucedido, os Espanhóes, moradores

n'esta provincia, não poderiam manter-se n'ela, nem subsistir, sendo absolutamente necessario abandonal-a. Assim marxamos até 2 óras ante do Sol posto, quando todo o exercito parou para cear debaixo de arvores, aproveitando os viveres, que traziamos.

CAPITULO XXV

O *governador e o exercito alcançam o inimigo*

De noite, pelas 11 óras, quando os indios e os Espanhóes deitaram-se para dormir sem fogo nem luzes, com temor de serem presentidos pelos Guaicurús, um dos espiões, mandado reconhecer os inimigos, conforme as ordens do governador, veio dizer, que eles assentavam o aldeiamento. Esta noticia foi motivo de alegria para Alvaro Nunes, pois temia, que esses indios tivessem ouvido os tiros de arcabuz disparados no momento da refréga da vespera, e mandou perguntar ao espião onde os *inimigos* estavam parados; este omem respondeo, que estavam em distancia de 3 leguas.

Rezolveo pois o governador levantar o acampamento, e todo o exercito poz-se a caminho com estrondo, afim de cair sobre o inimigo ao romper d'aurora; o que era necessario para segurança dos indios nossos aliados. Deo-lhes como sinal de reunião uma cruz de giz traçada nos peitos e nas espaduas, afim de que os Espanhóes os reconhecessem, e os não matassem, tomando-os por Guaicurús. Entretanto esta precaução para sua segurança lhes não foi util, pois quando de noite entravam nas cazas, os nossos soldados feriram e mataram a amigos e inimigos.

Marxamos até o alvor do dia, e então alcançámos as abitações dos inimigos. Esperámos, que clareasse o dia para começar o ataque, e afim de não sermos presentidos, mandou o governador enxer de ervas a boca dos cavalos para não rinxarem; depois, no intuito de evitar demaziada carnificina, os indios receberam ordem de cercar o aldeiamento, deixando uma sahida, por onde o inimigo podesse evadir-se para a floresta.

Emquanto estavamos n'esta espectativa, os Guaranis morriam de medo, e jamais conseguimos fazel-os investir contra os Guaicurús. Quando o governador os animava, e procurava persuadil-os a pelejar, ouvio-se o rufo do tambor dos Guaicurús, os quaes cantavam e apelidavam todas as nações, e para provocar os adversarios diziam, que, si tinham coragem, viessem combater; que si os Guaicurús eram pouco numerozos, eram todavia mais bravos do que todos os outros povos do mundo, eram senhores da terra, dos veados e de todos os outros animaes do campo, e dominavam os rios e os peixes.

E' costume d'esta nação velar ás noites; pouco antes de alvorecer, marxaram para diante, deitaram-se no xão, e viram a massa do nosso exercito e as méxas dos arcabuzeiros. Apenas perceberam toda esta multidão e a luz das méxas, bradaram: «Quem sois vós que ouzaes vir aos nossos domicilios?» Um cristão conhecedor do idioma indigena respondeo: Sou Eitor (era o nome d'este interprete), e venho com os meos camaradas para fazer alborque (locução da sua linguagem significativa de vingança) dos Guatatas, que matastes.» Ao que replicaram: «Viestes muito mal; porque vos acontecerá o que a eles aconteceo.» Acabando de falar, lançaram sobre os Espanhóes os tições que tinham nas mãos, correram ás suas cazas, tomaram arcos e fréxas, e voltaram contra o governador e seo exercito com tanto impeto e coragem que pareciam nada receiar.

Os Indios trazidos pelo governador recuaram, e teriam fugido, si tivessem tido animo. Conhecendo isto, o governador confiou o comando da artilharia a Diogo de Basto, e o capitão João Salazar foi posto á frente da infantaria espanhola e dos indios divididos em 2 corpos. Mandou pôr peitoraes com campainhas nos cavalos, e disposta a tropa em ordem de batalha, precipitou-se contra os inimigos aos brados de *Santiago!* O governador na frente, em seo cavalo, derribava tudo quanto se lhe antepunha. Apenas os inimigos avistaram os cavalos, animaes para eles nunca vistos, ficaram tão aterrados que açodadamente fugiram para as florestas. Passando por seo aldeiamento, incendiaram as cazas, e como são feitas de esteiras de

junco e de palha, inflamaram-se imediatamente; eram em numero de 20,e faceis de transportar, e tinha cada uma 500 passos de extensão.

Esta povoação contava 4.000 omens de guerra. Retiraram-se os moradores para detraz das cazas ainda gantes,fumee protegidos pela fumaça,mataram 2 cristãos e cortaram a cabeça de 12 indios, que comsigo traziam. Para isto servem-se de 3 ou 4 dentes de certo peixe xamado palometa, o qual corta os anzóes com os dentes. Seguram os prizioneiros pelos cabelos e com 2 ou 3 golpes roçando pelo pescoço e torcendo-o um pouco, conseguem cortar a cabeça, e a carregam suspensa pelos cabelos. Embora muitas vezes de carreira pratiquem esta cruel operação, é tão facil para eles, como si a couza não oferecesse rezistencia.

CAPITULO XXVI

Como o governador persegue os inimigos

Derrotados os Guaicurús, o governador começou a perseguil-os. Axando-se um cavaleiro, que o acompanhava, mui perto de um indio inimigo, este omem atirou-se ao pescoço da egua,em que o soldado montava,e varou de um lado a outro o peito d'este animal com 3 fréxas, que trazia na mão, e não o poderam fazer largar a preza sinão matando-o. Si o governador não assistisse ao combate, bem duvidozo seria, que nos pertencesse a victoria.

Estes indios são de grande estatura, mui ageis, fortes e bravos. Vivem na idolatria, não têem moradia fixa,e nutrem-se de caça e peixe,e só pelos Espanhóes poderam ser vencidos. Pensam geralmente, que si algum povo os batesse, reconhecer-se-iam escravos dos vencedores. Suas mulheres têem o direito de libertar um prizioneiro; e desde que o cativo fica sob o amparo d'elas, não pode ser morto, nem reduzido á escravidão; e si esse estrangeiro quer ficar entre os selvagens, estes o tratam como

compatriota. E' certo, que as mulheres indianas têem maior liberdade do que têem as damas espanholas na concessão feita pela rainha Dona Izabel, nossa soberana. O governador, deixando de perseguir o inimigo, voltou ao acampamento, reunio o seo exercito em boa ordem, e poz-se em marxa para Assunção.

Os Indios Guaicurús o seguiram por muito tempo durante a jornada, e muitas vezes o atacaram; com o que teve ele grande trabalho em proteger os seos indios. Os Guaranis costumam, apenas conseguida uma pena, uma séta, ou uma esteira de qualquer inimigo, regressar ao seo paiz sem a minima precaução. Por isso aconteceo, que 20 Guaicurús mataram izoladamente 1.000 Guaranis dispersos. O governador e a sua gente fizeram n'esse combate 400 prizioneiros entre omens, mulheres e meninos.

Durante a viagem os arxeiros feriram e mataram grande quantidade de veados, e muito admirados ficaram os Indios de ver, que os cavalos eram tão ageis que os podiam alcançar. Mataram a frexadas grande quantidade de caça. A's 4 óras da tarde paramos para descançar debaixo de grandes arvoredos, e n'esta noite os soldados entregáram-se ao sono, depois de convenientemente colocadas sentinelas e uma boa guarda.

CAPITULO XXVII

Regresso do governador e de todo o exercito para Assunção.

No dia seguinte, já com o Sol alto, partimos em boa ordem, os Espanhóes a cavalo, e os Guaranis caçando pelo caminho. Mataram-se muitos veados e abestruzes; os Espanhóes mataram com as proprias espadas algumas veações, que esbarravam-se com os esquadrões, fugindo dos cavaleiros e dos indios. A caçada feita n'este dia foi curiozissima e mui agradavel.

Ora e meia antes de findar o dia, xegámos ao rio Paraguai, onde o governador deixára os 2 bergantins e as canôas. Na mesma tarde parte das tropas e dos cavalos começaram a passar o rio, e no dia seguinte até meio dia o resto tinha concluido a passagem. O governador com sua gente voltára por terra para Assunção, onde deixára para defender a praça 250 omens sob as ordens de Gonçalo de Mendoça. Este capitão conservava prizioneiros 6 Indios de uma nação xamada Japirús. Estes indigenas são omens altos, bravos guerreiros, e corredores velocissimos, não cultivam a terra, não criam animaes, e vivem do produto da caça e da pesca; são inimigos dos indios Guaranis e Guaicurús.

Gonçalo de Mendoça informou ao governador, que na vespera estes indios tinham-se aprezentado, depois de atravessarem o rio Paraguai, dizendo que seos compatriotas tinham sabido, que os Espanhóes iam fazer guerra aos Guaicurús; por isso todas as povoações e tambem eles estavam admirados e acrecentaram, que seo xefe os mandava para prevenir, que eles dezejavam aliar-se aos cristãos, si estes tivessem precizão de reforço contra os Guaicurús. Gonçalo de Mendoça, por suspeitar traição, e entender que estes emissarios pretestavam taes oficios, para observar a praça, os detive para assegurar-se da sua sinceridade. Informou-se o governador da verdade da relação dos indios, e mandou-os vir da prizão á sua prezença; o que imediatamente efetuou-se.

Xegados os indigenas á prezença do governador, ordenou este a um interprete espanhol, conhecedor da linguagem dos indios, que interrogasse a cada um separadamente sobre o motivo da sua vinda. Sabendo que dahi podiam rezultar vantagens para o real serviço, tratou-os mui bem, e entregou-lhes diversos mimos para eles e para seo xefe. Prometeo-lhes, que os receberiamos como subditos de Sua Magestade, e os protegeriamos, comtanto que se abstivessem de ostilidades contra os Guaranis, por que eram subditos de Sua Magestade, e que não lhes fizessem mal algum. Declarou-lhes, que fôra isto a cauza da guerra feita aos Guaicurús; depois foram despedidos, e sahiram mui contentes.

CAPITULO XXVIII

Os Indios Agazes rompem a paz

Gonçalo de Mendoça referio tambem, que os Agazes, com os quaes fizeramos pazes, tinham-se aprezentado de mão armada para incendiar a cidade na mesma tarde do dia, em que o governador partira para combater os Guaicurús. Estes indios foram presentidos pelas sentinelas, que bradaram ás armas. Então vendo-se descobertos, fugiram, e lançaram-se cantra os estabelecimentos e abitações dos cristãos, onde tomaram grande numero de mulheres guaranis novamente convertidas.

Desde então faziam todas as noites excursões no paiz, e praticavam latrocinios, cauzavam danos aos naturaes d'esta localidade, e violavam os tratados. As mulheres da sua nação, dadas por eles em refens, tinham fugido na mesma noite da sua xegada, e tinham dado avizo de que a cidade estava guardada por pouca gente; o que oferecia boa monção de matar os cristãos. Tinham eles pois vindo para começar a guerra, e conforme o seo costume, tinham devastado as abitações, em que os Espanhoes guardavam os seos mantimentos, e tinham raptado mais de 30 mulheres guaranis.

O governador abrio devassa, convocou os religiozos, os padres, os oficiaes de Sua Magestade e os capitães, e expöz-lhes o procedimento dos Agazes; depois pedio e ordenou em nome do rei, que déssem a sua opinião, conforme a ordem de Sua Magestade, para que ele podesse obrar. Deviam todos assinar o seo nome, e era o governador obrigado a seguir o parecer, qualquer que fosse. Discutido e bem considerado o negocio entre todos, diceram ao governador, que fizesse guerra de morte, afim de punir os selvagens pelos estragos, que constantemente faziam no paiz. Foi unanime este parecer assinado por todos.

Para melhormente comprovar os crimes dos Agazes, Alvaro Nunes mandou abrir devassa; e terminada ela, juntou-a a mais 4, que já antes da sua xegada tinham sido feitas contra estes indigenas. Os cristãos mais antigos do que ele no paiz tinham morto mais de 1.000 d'esses indios, por cauza dos estragos, que estes continuamente praticavam.

CAPITULO XXIX

O governador põe em liberdade a um dos prizioneiros guaicurús, e manda xamar os outros indios d'esta nação

Depois de proceder contra os Agazes, como acabámos de contar, o governador mandou xamar os xefes guaranis, que tinham marxado contra os Guaicurús, e ordenou, que lhe troxessem todos os prizioneiros feitos na expedição. Prohibio aos Guaranis ocultar ou transportar para longe qualquer d'esses cativos, sob pena de severo castigo. Os Espanhoes tambem aprezentaram os prizioneiros que tinham feito, e reunidos todos dice o governador, que Sua Magestade prohibira, que nenhum dos Guaicurús fosse reduzido á escravidão; porque a respeito d'eles não se tinha preenxido as formalidades prescritas, e que assim queria que os prizioneiros fossem soltos.

Entre esses prizioneiros estava um selvicola mui bravo, de elegantissima figura; o governador o mandou pôr em liberdade, e ordenou-lhe, que fosse procurar todos os individuos da sua nação, porque ele dezejava falar-lhes em nome do rei, recebel-os como subditos de Sua Magestade, declarando que si a isto anuissem, os protegeria, far-lhes-ia repetidos mimos e outras vantagens. Deo com efeito a este indio muitos objétos para os seos compatriotas, e este omem retirou-se mui satisfeito, voltanto 4 dias depois com todos os individuos da sua nação, grande numero dos quaes estavam gravemente feridos; mas taes quaes estavam, vieram todos sem faltar um só.

CAPITULO XXX

Os Guaicurús fazem preito de submissão ao rei

Passados 4 dias depois da sua partida, em uma quinta-feira pela manhan, xegou o prizioneiro á margem do rio com todos os indios do seo aldeiamento, e pararam ao alcance de tiro de bésta do rio Paraguai. Apenas soube d'isto o governador, mandou canôas com cristãos e interpretes para os receber e conduzir para a cidade.

Aprezentaram-se 20 Guaicurús ao governador, sentaram-se em sua prezença sobre um pé, como costumam, e por meio do interprete exprimiram-se assim: « Somos xefes da nação dos Guaicurús; nós e nossos antepassados sustentámos guerra contra todos os povos d'este paiz, como são os Guaranis, os Imperús, os Agazes, os Guatatas, os Naperús, os Maiás, e outros muitos. Constantemente os batemos; nenhuma nação pôde vencer-nos, e julgavamos, que jamais o seriamos; axando porém omens mais poderozos do que nós, viemos reconhecer-nos seos escravos. Sois o xefe dos Espanhóes, mandae-nos pois como a vossos servos. Os Guaranis bem sabiam, que não eram assás fortes para debelar-nos; por isso os não temiamos, sem os Espanhóes jamais ouzariam marxar contra nós e combater-nos. Nossas mulheres e nossos filhos estão na outra margem do rio para fazer tambem preito de submissão, emfim, em nosso proprio nome e no de todos os outros povos, viemos reconhecer o dominio do rei dos Espanhóes. »

CAPITULO XXXI

O governador, fazendo pazes com os Guaicurús, restitue os prizioneiros d'esta nação

Depois do discurso dos emissarios guaicurús, o governador vendo que uma nação tão temida em todo o paiz vinha entregar-se ao seo poder com tamanha submissão (o que extraordinariamente surpreendeo as outras nações),

mandou-lhes dizer pelos interpretes, que ele viera a este paiz por ordem do rei, afim de que todos se fizessem cristãos, e se sugeitassem a Sua Magestade, e fossem bem tratados; que si eles dezistissem da guerra contra os Guaranis, ele governador os protegeria, os reputaria amigos, os trataria melhor do que ás outras nações, e restituiria sem resgate todos os prizioneiros, quaesquer que fossem. Os Guaranis tinham em seo poder muitos prizioneiros.

Com efeito os prizioneiros dos Espanhóes e os dos Guaranis foram trazidos á prezença do governador, que entregou-os sem resgate. Apenas os Guaicurús os receberam, afirmaram, que queriam ser vassalos de Sua Magestade, e depois deram preito de submissão. Dezistiram da guerra contra os Guaranis, e prometeram d'ora em diante trazer á cidade para alimentação dos Espanhóes tudo quanto colhessem.

Alvaro Nunes recebeo com jubilo as suas promessas, distribuio com os xefes muitos mimos e joias, e assim a paz foi cimentada, observando os indigenas constantemente as estipulações. Vinham quando o governador os xamava, e obedeciam sempre pontualmente. De 8 em 8 dias xegavam á cidade, carregados de veados, javalis assados em barbacoas. (*) Estas barbacoas assimilham-se a grélhas, têem 2 pés acima do sólo, e são feitas de pedaços de madeira mui delgada. Põe-se a carne em cima d'essa armação depois de cortada em postas. Os Guaicurús traziam tambem muito peixe e consideravel quantidade de outros viveres, gorduras e muitos cobertores tecidos com uma especie de corda e tintos de variadas côres. Fornecem tambem muitas péles de tigre, veado e outros animaes. Quando xegam, o mercado para a venda d'estes viveres dura 2 dias.

Os indigenas, que têem suas cabanas do outro lado do rio, traficam com eles; o comercio é mui activo, e os Guaicurús são assás inofensivos para com os Guaranis. Estes dão-lhes em troca milho, mandioca e mendubis,

(*) No Brazil os nossos indigenas davam a este aparelho culinario o nome de *moquen*, e a carne assim preparada diz-se moqueada.

que são muito similhantes a avelans ou xufas, e crecem debaixo da terra; tambem fornecem arcos e fréxas. Duzentas canôas reunidas e carregadas dos objétos acima especificados passam o rio para permutações.

A celeridade, com que estes indios navegam é couza pasmoza de ver. Quando vão comerciar, pintam-se e ornam-se de penas, e todas as pessoas da companhia assim ataviadas de plumas, levadas pela correnteza, fazem supremo esforço para xegar primeiro. Algumas vezes embatem-se, de sorte que toda a mercadoria vae ao fundo. Aqueles a quem isto acontece e aqueles que os esperam em terra, riem-se com tal alacridade, que por 2 dias não deixam de fazer d'isto objéto de gracejo. Começando na galhofa, fazem tal matinada, que não se ouvem uns aos outros; todos são mui alegres.

CAPITULO XXXII

Os indigenas Aperús vêem contrair aliança e submeter-se

Ordenára o governador, que se pozesse os Aperús em liberdade para que fossem pacificar os outros indios da sua nação. Em um domingo pela manhan, poucos dias depois da sua partida, xegaram eles à margem do rio Paraguai fronteira á Assunção. Pozeram-se em linha, e fizeram sinal aos abitantes, que dezejavam ir á cidade. Alvaro Nunes, ao saber d'isto, mandou 2 canôas para saber quem eram os vizitantes.

Apenas as canôas abicaram, os indios embarcaram n'elas, atravessaram o rio, e vieram para a cidade. Aprezentaram-se perante o governador, dizendo que eram Aperús, pozeram-se de cócoras, como para pedir paz, e ficando n'esta postura, asseguraram, que eram xefes da nação xamada Aperús, e que vinham ver o comandante dos cristãos, solicitar sua amizade, e sugeitar-se ás suas

ordens. Por todo o paiz soubera-se da expedição contar os Guaicurús; em consequencia do que estavam as povoações pasmadas de ver vencidos pelos cristãos os indios mais bravos e mais temidos. Os Aperús tinham trazido comsigo muitas de suas filhas, e pediram a Alvaro Nunes, que as recebesse em refens para que fossem mais tranquilos e mais certos de serem bem tratados.

O governador, em prezença dos capitães, dos religiozos e oficiaes do rei, dice-lhes, que ele viera a este paiz para persuadir os indigenas a abraçar o cristianismo, reconhecer a soberania de Sua Magestade, e fazel-os estatuir paz com os Guaranis, que eram subditos do rei. Dice mais, que, si quizessem manter relações d'amizade, e conformar-se com outras ordens, que ele lhes intimasse em nome de Sua Magestade, os receberia na qualidade de subditos, e como taes os protegeria contra todos os adversarios, com tanto que ficassem em paz com os naturaes da provincia. Acrecentou, que ordenaria a todos os indios, que os tratassem como amigos, declarando que, sempre que quizessem, poderiam vir a Assunção com toda a segurança para tratar dos seos negocios, e comerciar com os cristãos e com os indios ali, assim como com os Guaicurús, depois que com eles fizesse pazes.

Para tranquilizar essa gente, o governador recebeo suas mulheres e filhas, que foram confiadas aos religiozos e aos padres para que as instruissem na doutrina cristan e na moral; os indios ficaram satisfeitissimos. Foram-se embora mui contentes por terem sido recebidos subditos do rei, e dahi por diante observaram pontualmente as ordens do governador, o qual fez-lhes numerozas dadivas, que foram-lhes assás agradaveis. Os indios, de que acabámos de falar, nunca estão mais de 2 ou 3 dias no mesmo sitio; vão á caça ou á pesca para prover a sua subsistencia e trazem comsigo mulheres e filhos.

O governador anciozo de os xamar á nossa santa fé catolica, perguntou aos religiozos, si avia meio de os civilizar e instruir. Responderam estes, que era impossivel, porque os selvagens não tinham abitação fixa, empregavam todo tempo em busca de alimentos, e a obrigação absoluta de manter-se forçava-os a ir todos os dias á caça com mulheres

e filhos, pois do contrario morreriam de fome ; seria pois trabalho perdido tentar essa empreza; o que aliás era verdade. Os religiozos estavam na impossibilidade de viver entre os indigenas, não axando ali segurança alguma.

CAPITULO XXXIII

Julgamento proferido contra os Agazes conforme o parecer dos religiozos, dos capitães e dos oficiaes do rei.

O governador, depois de recebidos os atos de submissão d'esses indios, mandou vir a si a devassa contra os Agazes, e as provas obtidas. Tomando conhecimento d'essa devassa assim como das outras averiguações procedidas contra eles, verificou, que eram culpados de roubos e assassinios cometidos em toda a provincia. Submeteo estes processos aos religiozos e aos padres em prezença dos capitães e dos oficiaes do rei, e todos, acórdes, examinando os autos atentamente, foram de parecer, que cumpria fazer a estes gentios guerra a todo o transe, por interesse de Deos e de Sua Magestade.

Em consequencia do processo formado por ocazião de seos maleficios, e de conformidade com a justiça, condenou á morte 13 ou 14 indigenas, que estavam prezos. Quando o alcaide-mór do governador entrou na prizão para os fazer sair, deram com facas, que tinham escondidas, varios golpes nas pessoas, que acompanhavam o alcaide-mór, e as matariam, si outras pessoas as não socorressem. Defendendo-se contra estes indios, os nossos camaradas foram forçados a lançar mão das espadas, e axaram-se em pozição tão dificil, que necessario foi matar 2 prizioneiros, sendo os outros executados em publico.

CAPITULO XXXIV

O governador manda socorros a Buenos-aires

Como tudo estava em paz, o governador expedio reforço á gente estacionada em Buenos-aires, e ao capitão João Romero, mandado pelo mesmo governador com 2 bergantins e tropas para socorrer essa praça. O capitão Gonçalo de Mendoça recebeo o comando d'esta expedição, e partio com mais 2 bergantins carregados de viveres, e tripolados por 100 omens.

Depois da sua partida Alvaro Nunes deo ordem para convocar os religiozos, os padres, e os oficiaes de Sua Magestade. Dice-lhes, que como nada impedia, que se descobrisse o interior d'esta provincia, era precizo colher informações para saber por onde poder-se-ia penetrar sem perigo e com menor prejuizo, aonde existiam aldeiamentos, e onde obteriamos viveres, uma vez entrados nos innumeraveis dezertos d'esta região. O governador pedio-lhes, e em nome de Sua Magestade ordenou, que dicessem o que mais convinha fazer.

Eis os nomes dos religiozos e dos padres: frei Bernardo d'Armenta, frei Afonso Lebron, da ordem de nosso senhor São Francisco, frei João de Salazar, da ordem das Mercês, frei Luiz de Herrezuelo, da ordem de São Jeronimo, Francisco d'Andrada, o baxarel Martim d'Armenta, o baxarel Martinez, e João Gabriel de Lescano, padres e capelães da cidade d'Assunção. Tomou tambem parecer dos oficiaes de Sua Magestade e dos capitães, e tendo discutido a questão com os individuos convocados, diceram todos acôrdemente serem de opinião que convinha ir com toda a prontidão possivel reconhecer o territorio povoado, por onde poderiamos penetrar e fazer descobrimentos, pelas razões expostas pelo governador. Assim n'esse dia ficou o negocio assentado.

Para fazer a viagem mais prontamente e do melhor modo possivel, o governador convocou os principaes indios do paiz e os Guaranis mais antigos, e dice-lhes, que

dezejava ir em demanda das povoações, de que lhe falavam, e que, antes de dar execução ao projéto, queria mandar alguns cristãos reconhecer o caminho, e como eles eram cristãos e subditos de Sua Magestade, pedia-lhes, que lhe déssem pessoas de sua nação praticas dos caminhos para servir de guia, afim de se poder colher noções pozitivas, e servir a Sua Magestade; o que lhes seria tambem mui vantajozo, porque os recompensariamos. Responderam os xefes indios, que iriam, e reuniriam a gente necessaria, quando a pedissemos. Ofereceram-se muitos para acompanhar os cristãos, sendo o primeiro em aprezentar-se um xefe das margens superiores do rio, por nome Aracaré; adiante falaremos dos outros.

Reconhecida a boa vontade dos indigenas, partiram com eles 3 interpretes cristãos. Varios Guaranis, que por vezes tinham-se oferecido, os acompanharam com outros indigenas, que pediram para confiarmos d'eles a empreza do descobrimento. Foi recomendado, que explorassem o caminho com toda a possivel exatidão, advertindo-se que asim prestariam a Deos e ao rei assinalado serviço.

Emquanto estes cristãos e os indios buscavam caminho, mandou o governador preparar 3 bergantins e reunir viveres e outras couzas necessarias. Ordenou ao capitão Domingos d'Irála, Biscainho, e a 80 omens entregues á sua obediencia, que subissem o rio Paraguai emquanto fosse navegavel, gastassem na exploração até 3 mezes e meio, e notassem, si sobre as margens do rio existiam povoações indigenas, das quaes se podesse colher informações sobre os estabelecimentos e naturaes do paiz. Estas 3 embarcações partiram a 20 do mez de Novembro de 1542, sendo esquipadas por 3 Espanhóes, e os indios destinados a descobrir o interior das terras. O lugar, onde deviam começar as explorações, era um porto xamado Porto das Pedras, em distancia de 70 leguas d'Assunção pelo rio acima.

Passados 8 dias depois da partida das embarcações, o capitão Francisco Vergára escreveo uma carta, na qual dizia, que os 3 Espanhóes e mais de 800 indios ficavam a caminho para o Porto das Pedras, situado a 24 gráos abaixo

do tropico ; que deviam proseguir em suas viagens de descobrimento ; e que os indios iam alegremente e dezejozissimos de ensinar o caminho aos Espanhóes. Depois de recomendar com instancia os seos compatriotas aos indios, Francisco Vergára partira subindo o rio para fazer seos descobrimentos. (*)

CAPITULO XXXV

Os trez Espanhóes e os indios enviados ao descobrimento retrocedem

Tinham decorridos 8 dias depois que os 3 Espanhóes deixaram Assunção para reconhecer o caminho, que os indigenas se propunham a ensinar, quando voltaram os primeiros á cidade, e diceram, que, tendo por guia principal a Aracaré, um dos xefes do paiz, tinham desembarcado no Porto das Pedras em companhia de 800 indios ; que depois de 4 dias de marxa atravéz do paiz, por onde os levára Aracaré, a quem os naturaes temiam, e a quem pareciam particularmente respeitar, ordenára este xefe, que pozessem fogo nos campos, por onde deviam passar ; o que seria para os indigenas, nossos inimigos, sinal mui vizivel, que os advertia para atacar e matar os nossos compatriotas.

Esta providencia era inteiramente oposta ao uzo e á marxa ordinaria seguida por aqueles que tentam explorações n'esses lugares, e até contraria aos ábitos dos indigenas. Além d'isso Aracaré dizia publicamente aos indios, que voltassem, e não ensinassem aos Espanhóes aonde rezidiam as populações do paiz, porque os cristãos

---

(*) Ignoramos, em que documento fundou-se D. Gregorio Funes para afirmar, que Alvaro Nunes estava á frente d'esta primeira viagem de reconhecimento ; é evidente por esta passagem, que Domingos d'Irála tinha o comando da expedição ; ver-se-a no cap. 44, que o governador só partio muito tempo depois em 1543. Vide « Ensaio da Istoria civil do Paraguai, Buenos-aires e Tucuman. » Buenos-aires 1816, tom. 1, pag. 83.

eram omens máos. Ele discursava por diversos modos para sublevar os indios, e apezar das vivas instancias dos Espanhóes para induzir os indigenas a proseguir no caminho e deixar de queimar os campos, os não poderam persuadir a isso.

Depois de decorridos 8 dias, os indigenas retrocederam, abandonando os Espanhóes sem socorro algum, transviados no meio das terras e em grandissimo perigo. Fugindo todos os indios e os guias, tiveram os nossos patricios de regressar.

CAPITULO XXXVI

Prepara-se a madeira para dois bergantis e uma caravéla

N'esta época o governador deo ordem para se tirar madeira para taboado e cavername para a fabricação dos bergantins necessarios para a viagem do descobrimento, e para uma caravéla, que ele projetava mandar á Espanha, afim de dar conta a Sua Magestade dos fatos ocorridos na provincia durante o seo descobrimento e conquista.

O governador foi em pessoa ás florestas e aos campos com os oficiaes, construtores e serradores. Em 3 mezes serrou toda a madeira, que pareceo necessaria para a construção da caravéla, e de 10 barcos de remo para a navegação do rio, e para os descobrimentos. Esta madeira foi transportada para Assunção por indigenas pagos pelo governador, e imediatamente começou-se com celeridade a empregal-a nos bergantins.

CAPITULO XXXVII

Os indigenas oferecem ainda o seo auxilio

Os cristãos mandados em busca de um caminho afim de penetrarmos no paiz e fazermos descobrimentos, tinham regressado sem trazer relação nem parecer sobre

o que convinha fazer. Então muitos xefes indios, abitadores das margens do rio, cristãos novamente convertidos, e grande numero de indigenas ofereceram-se para reconhecer as povoações do interior, e propozeram trazer comsigo alguns Espanhóes para fazerem observações e escreverem o diario da viagem.

O governador, tendo conversado com os xefes indios, autores das propostas, xamados João Salazo Cupirenti, Lourenço Moquiraci, Timbuahi, Gonçalo Mairairú e outros, e vendo o zelo de todos e a bôa vontade, com que partiriam para esta expedição, aceitou o oferecimento, e dicelhes, que Sua Magestade os pagaria, e os recompensaria por seo intermedio. Quatro Espanhóes, que conheciam bem o paiz, pediram a direção d'esta empreza, e insistiram para que os deixassem ir com os indios, prometendo pôr, na investigação dos caminhos, todo o cuidado exigido por esta comissão. Alvaro Nunes, vendo que propunham seos serviços com inteira espontaneidade, subscreveo ao pedido.

Os cristãos, que se aviam oferecido para reconhecer o caminho, e os xefes indios, acompanhados por 1.500 indigenas, xamados do interior, partiram a 15 de Dezembro do anno de 1542. Uns subiram o rio do Paraguai em canôas, outros foram por terra até o Porto das Pedras, donde tinham rezolvido partir para internar-se no paiz. Deviam passar no territorio e aldeias d'Aracaré, o qual opunha-se ao descobrimento do caminho. Este xefe veio ao encontro dos exploradores, e procurou com discursos sediciozos desviar os indios dos seos projétos, e como os indios não se deixassem persuadir, tentou impedil-os pela força; mas eles passaram adiante.

Quando os Espanhóes xegaram ao Porto das Pedras, acompanhados dos indios, confiaram-se á direção de alguns omens, que diziam-se conhecedores do caminho, e marxaram durante 30 dias seguidos atravéz de um dezerto, onde sofreram tanta fome e sêde, que desnortearam-se e não souberam mais por onde iam. Decidiram-se então a retroceder; o que fizeram alimentando-se em todo o caminho com cardos selvagens, e para mitigar a sêde xupavam a seiva

d'essas plantas ou de outros vegetaes. Depois de 45 dias xegaram á Assunção.

Emquanto eles deciam o rio, Aracaré matou-lhes muita gente, mostrando-se assim inimigo implacavel dos Espanhóes e dos indios nossos aliados, e fazendo-lhes guerra. Os indigenas e os cristãos xegaram mui enfraquecidos e fatigados. O governador, vendo as evidentes perdas cauzadas por Aracaré, e considerando que este omem fôra declarado inimigo capital, conforme o voto dos oficiaes régios e dos religiozos, mandou proceder contra ele, e instaurou-se devassa.

Alvaro Nunes mandou-o intimar para o processo; o que fez-se com sumo perigo para os Espanhóes enviados para esse fim. Aracaré marxou contra eles com as armas na mão no intuito de os matar, e para isto reunira os seos parentes e amigos. Terminado e concluido o processo, segundo as formulas de direito, foi este xefe condenado á pena de morte. Executou-se a sentença, depois de explicado aos naturaes do paiz o justo motivo d'esse julgamento. A 20 do mez de Dezembro os 4 barcos, mandado pelo governador ao rio Paraná para socorrer os Espanhóes, que vinham no navio expedido de Santa-Catarina, xegaram ao porto d'Assunção com a xalupa d'essa embarcação. Toda a gente vinha á bordo d'estas 5 embarcações, e dezembarcou sem detença.

Pedro d'Estopinan Cabeça de Vaca, que ficára como capitão do navio e das tropas, contou, que, xegado ao rio Paraná, buscára logo o porto de Buenos-aires. Ao entrar observára, precizamente no lugar da cidade, um mastro de navio enfincado em terra, no qual estava uma inscrição, que dizia: «Aqui está uma carta.» E com efeito axou-se uma carta metida em um buraco feito no mastro com verruma. Aberta a carta vio, que era assinada por Afonso Cabrera, vedor das fundições, e por Domingos d'Irála, Biscainho, o qual intitulava-se lugar-tenente do governador da provincia. Referia este ultimo na sobredita carta como despovoara o porto de Buenos-aires, e conduzira os abitantes para Assunção, pelas razões ali expostas.

Pedro d'Estopinan, axando sublevada a cidade, correra grande risco de perder a vida, com todos os que

estavam embarcados no navio, tanto pela fome, como pelos combates dados pelos indigenas, e acrescentàva ele, que 20 cristãos, para evitarem a morte pela fome, fugiram em um escaler para alcançar o navio. Iam em busca da costa do Brazil, e si se demorasse o socorro um só dia, os indios matariam a todos. Com efeito na primeira noite, em que xegou o socorro composto de 150 Espanhóes, conhecedores do paiz, os indios os atacaram ao romper d'aurora, incendiaram o acampamento, e mataram 5 ou 6 Espanhóes, tendo os nossos compatriotas corrido iminente perigo, apezar da viva rezistencia das tropas e dos navios. Crê-se pois, que os indios teriam com certeza morto todas as pessoas do navio, si o reforço não xegasse para salval-os.

Com toda a possivel prontidão tratou-se de fundar e restabelecer o porto e a cidade de Buenos-aires no rio Paraná, na confluencia do rio de São-João ; mas não foi possivel conseguir o intento, porque corria a estação do inverno, e o tempo era pessimo. A' proporção que erguiam-se os muros de taipa, as xuvas os derribavam; foi forçozo pois abandonar a construção, e decidio-se levar a gente para Assunção, subindo o rio. Na vespera ou no dia de Todos os Santos acontecia sempre algum dezastre ao capitão Gonçalo de Mendoça ; precizamente n'esse dia um barco carregado de viveres naufragou na entrada do rio, e muitas pessoas afogaram-se.

Durante a navegação sucedeo um acontecimento maravilhozo : na vespera do dia de Todos os Santos, emquanto os navios estavam ancorados junto ás altas ribanceiras do rio, estando a galera de Gonçalo de Mendoça amarrada a uma arvore, a terra tremeo, e correo em rôlos como ondas até os roxedos da praia. As arvores cahiram no rio, e os penedos desprenderam-se do *sólo*, e precipitaram-se sobre os bergantins. A arvore, em que estava amarrada a galera, foi lançada com tal violencia contra o navio, que o ergueo todo e arrastou-o por mais de meia legua, indo o mastro derreado e a quilha fóra d'agua. N'esta tormenta pereceram 14 pessoas entre omens e mulheres, quer da galera, quer dos outros navios. No dizer de pessoas prezentes, foi o mais espantozo sucesso, que jamais acontecera.

Depois d'este infortunio dirigiram-se para Assunção, onde foram bem agazalhados pelo governador, e providos de todas as necessidades. O governador e todos os abitantes deram graças a Deos por tel-os salvado de tamanhos perigos.

CAPITULO XXXVIII

Como Assunção foi incendiada

A 4 de Fevereiro do anno seguinte de 1543, em um domingo pela manhan, pegou fogo em uma caza de palha, no interior da cidade, e dahi ganhou a outras abitações. Como o vento estava frio, a xama estendeo-se com tanta rapidez, que cauzou orrorozo espetaculo. Os Espanhóes ficaram aterrados, acreditando terem os indios posto este fogo para os expelir do paiz.

Mandou o governador imediatamente tocar rebate, afim de que os colonos corressem á cidade para tomar armas. Prohibio, que as depozessem, afim de defenderem-se e manterem-se na praça; mas correndo ás armas os Espanhóes, abandonaram os seos bens, que foram todos queimados. Mais de 200 cazas incendiaram-se, e apenas 50 foram prezervadas do incendio por estarem separadas pela agua. Mais de 5.000 fangas de milho ficaram consumidas: este grão é o trigo do paiz. Perdeo-se tambem grande quantidade de farinha, e consideravel porção de viveres consistentes em galinhas e porcos.

Os Espanhóes ficaram tão desprevenidos de tudo que não tinham com que cobrir-se. O incendio durou 4 dias; o fogo penetrou no sólo até a profundidade de uma braça; os muros da cidade e da fortaleza desmoronaram-se. Verificou-se que uma mulher indigena pertencente a um cristão déra cauza ao incendio, sacudindo uma rede, que se queimara; uma faisca saltára na parede, e como todas eram de palha, ateara-se o incendio.

O governador, vendo a mizeria dos Espanhóes com a perda de suas cazas e bens, os socorrera com seos

avêres particulares; dava comida aos que não tinham alimentação, comprando mantimentos á sua custa; pôz toda a possivel atividade em socorrel-os, e ajudal-os na reconstrução das cazas, as quaes agora foram edificadas com paredes de taipa, para que não estivessem expostas a constantes e faceis incendios. Principiou o trabalho; e como instava a necessidade de cazas, concluiram-se estas em poucos dias.

CAPITULO XXXIX

Xegada de Domingos d'Irala

A 15 de Fevereiro Domingos d'Irála xegou a Assunção com os 3 bergantins a ele confiados para o descobrimento do rio Paraguai. Dezembarcou e veio dar conta ao governador da sua viagem, dizendo que desde o dia 20 de Outubro, em que partira d'este porto, até dia de Reis, 6 de Janeiro, subira o rio Paraguai, comunicando com os moradores ribeirinhos e tomando informações.

N'esse dia xegára a uma aldeia pertencente a uma população d'indios, que cultivam a terra, e criam galinhas e patos, aos quaes mantêem para preservarem-se da importunação e do dano, que lhes cauzam os grilos; pois estes insectos róem-lhes as coberturas, e apozentam-se na palha dos tectos das suas cazas. Para guardar as suas roupas, estes indios têem potes, nos quaes metem quaesquer panos e peles, e depois os fexam com tampas de barro; pondo assim em segurança os seos vestuarios. Quando os grilos em cardumes decem dos téctos das cazas em busca de alimento, os patos lançam-se sobre estes insectos com tanta destreza, que devoram a todos. Isto acontece 2 ou 3 vezes por dia, quando os grilos saem para comer. Esta caçada merece ser vista. Estes indios fazem suas abitações em brejos, rodeados de lagoas, e são denominados Cacocis e Xanés.

Tinham dito a Domingos d'Irála, que existia um caminho por terra para ir aos aldeiamentos interiores; este

oficial andára por esse caminho durante 3 dias; o paiz parecera-lhe bonissimo, e os indigenas tinham-lhe dado noções sobre o interior das terras. Mais adiante axou nas aldeias indigenas grande abundancia de viveres, que podiam ser utilissimos para a realização da entrada no paiz e sua conquista. Vira nas mãos dos abitantes amostras de ouro e prata, e tinham-se eles oferecido para servir de guia. Durante a sua viagem de descobrimento nas margens do rio, não encontrára paiz mais conveniente para o ingresso no interior, como projetára, nem ouvira falar na existencia de outro. Em consequencia d'esta opinião, avançára n'este rumo, e como fôra em dia de Reis, que ele xegou a esse porto, o denominara Porto dos Reis. Deixára os indigenas d'esta localidade assás dezejozos de ver os Espanhóes e o governador.

Apenas Domingos d'Irála dera conta do que vira ou soubéra, o governador convocou os religiozos, os padres, os oficiaes de Sua Magestade e os capitães. Reunidos todos, mandou ler o memorial de Domingos de Irála, e pedio-lhes, que tomassem rezolução a este respeito, e déssem-lhe sua opinião sobre o que cumpria fazer para descobrir este paiz, como convinha ao serviço de Deos e de Sua Magestade. Com efeito era um passo vantajozo para o rei, pois tinha-se descoberto caminho seguro e melhor do que aquele que até então se conhecia.

Estando todos reunidos em conselho, diceram, por comun acôrdo, ser mui conveniente ao serviço de Sua Magestade, que se penetrasse no paiz pelo Porto dos Reis com toda a possivel brevidade; e eis aqui qual foi o parecer por todos assinados: « E' precizo sem mais demora empreender a expedição, pois que este paiz tem viveres e tudo quanto é necessario para fazer-se o descobrimento d'ele.»

Apenas o governador conheceo a opinião dos religiozos, do clero e dos capitães, persuadido que isto era vantajozo a Sua Magestade, mandou armar e aparelhar os 10 bergantins, que para este efeito construira; depois ordenou aos Guaranis, que lhe vendessem viveres para abastecimento dos bergantins e das canôas prontificadas para a exploração; e como o incendio da cidade destruira todas as provizões do governador, vio-se este forçado

a comprar com o seo proprio dinheiro o mantimento dos indios, dando-lhes em troca muitos objétos de sua propriedade.

No intuito de apressar o provimento sem serem os indios obrigados a transportar seos viveres, o governador mandou o capitão Gonçalo de Mendoça decer o Paraguai com 3 embarcações, e ir ás aldeias dos indios aliados e subditos de Sua Magestade para obter provizões. Deo ordem para tratar bem os naturaes da terra, e pagar com objétos de escaimbo, de que este oficial levava grande quantidade. Prescreveo tambem aos interpretes, que pagassem aos indios, e não lhes fizessem a minima violencia, sob pena de serem castigados.

CAPITULO XL

Mensagem de Gonçalo de Mendoça

Poucos dias depois de ter Gonçalo de Mendoça partido com as 3 embarcações, escreveo ao governador, noticiando que tinha xegado ao porto xamado do Gigui, e mandara gente á aldeia do interior, onde deviam fornecer-lhe viveres. Muitos xefes indios tinham vindo vel-o, e começavam a trazer provizões, quando os interpretes correram para refugiar-se nos bergantins, por quererem matal-os os amigos e parentes de um indio, que se rebelára.

Este omem sublevava o paiz contra os cristãos, e contra os nossos aliados, dizendo que os indigenas não deviam fornecer viveres. Acrecentava Gonçalo de Mendoça, que muitos xefes indigenas tinham vindo pedir-lhe reforço para abrigar as suas aldeias contra os ataques dos 2 xefes xamados Guaçani e Tabere, e de todos os seos parentes e auxiliares. Faziam-lhes guerra cruel, saqueavam e matavam tudo, incendiavam suas aldeias e assolavam o paiz, e ameaçavam de matar a todos, si a eles se não reunissem para exterminar os cristãos e expulsal-os do paiz. Gonçalo de Mendoça, conforme dizia, buscava contemporizar até que podesse noticiar ao governador o que se passava, afim de que este tomasse as convenientes

dispozições em taes circunstancias; porquanto desde que ele xegára, os indios lhe não traziam mantimento algum, tendo o inimigo cerrado as vias de comunicação. Os Espanhóes recolhidos aos navios sofriam muita fome.

Alvaro Nunes, recebendo esta carta, convocou os religiozos, os padres, os oficiaes de Sua Magestade e os capitães, e mandou-a ler; e quando todos conheceram o conteúdo d'ela, pedio-lhes, que déssem parecer sobre o que convinha fazer, conformando-se assim com as ordens do rei, que foram lidas em prezença de todos, afim de as terem em consideração. Diceram os consultores que, como os indios faziam guerra aos cristãos e aos indigenas subditos de Sua Magestade, era seo parecer, que cumpria mandar tropas contra eles, intimal-os a principio com brandura, e ordenar-lhes que obedecessem ao rei. Si recuzassem, era precizo requerel-os segunda, terceira vez, e quantas fosse razoavel, significando-lhes que por todas as mortes, incendios e danos, que sucedessem no paiz, seriam responsaveis, e que si recuzassem submeter-se, far-lhes-iamos guerra como a inimigos, afim de defendermos e protegermos os indios, nossos aliados: tal foi o parecer por todos assinado.

Poucos dias depois o capitão Gonçalo de Mendoça escreveo segunda carta ao governador: dizia-lhe, que os 2 xefes indios Guaçani e Tabere faziam cruel guerra aos nossos aliados, matavam e roubavam até no porto, onde estavam os cristãos; que fôra forçado a defender os navios, e que os indios nossos aliados eram muito vexados. Todos os dias pediam reforço a Gonçalo de Mendoça, dizendo que, si os não socorresse logo com presteza, se sublevariam todos para evitar as calamidades de tão cruel e perseverante guerra.

CAPITULO XLI

O governador manda socorros á gente que estava sob as ordens de Gonçalo de Mendoça

O governador, siente das novas queixas dos indios contidas n'esta segunda carta, comunicou-as ainda aos frades, aos padres e aos outros oficiaes; e de conformidade com

o parecer de todos eles ordenou, que o capitão Domingos d'Irala partisse para proteger os indios aliados e terminar a guerra começada, ajudando com todo o seo poder aos indigenas maltratados pelo inimigo.

Expedio pois 4 bergantins e 150 omens, além dos que o capitão Gonçalo de Mendoça já tinha comsigo. Ordenou, que Domingos d'Irála com as suas tropas se dirigisse para o porto e para as aldeias da Guaçani e Tabere, e que, em nome de Sua Magestade os intimasse para depôrem as armas, cessar as hostilidades, prometer novamente obediencia ás ordens do rei, e ser aliados dos Espanhóes.

Depois de repetidas estas intimações 2, 3, e quantas vezes fosse razoavel, tinha ordem para começar a guerra, fazendo o menor mal possivel, e evitando os assassinatos, os saques e outros males da guerra, e constranger esses indios a cessar as ostilidades, e aceitar a paz com as antigas relações d'amizade. Devia entretanto obter taes rezultados por todos os meios possiveis.

CAPITULO XLII

Como quatro cristãos morreram de ferimentos recebidos durante esta guerra

Quando Domingos d'Irála xegou ao aldeiamento dos indios, mandou fazer intimações a Tabere e a Guaçani, principaes fautores da guerra. Estes xefes tinham comsigo grande numero de individuos, que esperavam combate, e que, quando os interpretes xegaram para fazer as intimações, não as quizeram ouvir; e pelo contrario mandaram até desafiar os indios aliados, os roubaram, e fizeram-lhes muitos danos. Protegendo os nossos aliados, numerozas escaramuças sucederam, e alguns cristãos foram feridos, os quaes foram mandados para Assunção para curarem-se; 4 ou 5 d'estes morreram dos ferimentos; mas por propria culpa, e em razão dos excessos praticados;

pois os ferimentos eram levissimos, e não podiam ocazionar a morte. Um d'eles morreo mizeravelmente d'uma escoriação feita no nariz por uma fréxa. Estas fréxas são esfregadas com érvas venenozas, e quando os feridos por elas não evitam excessos com mulheres, sucumbem. Entretanto em geral não são danozas as ervas d'este paiz.

O governador escreveo de novo a Domingos d'Irála, e determinou-lhe, que buscasse reatar as nossas relações d'amizade com os indios por todos os meios ao seo alcance, pois isto era util ao serviço de Sua Magestade. Com efeito, emquanto o paiz estivesse em guerra, as surprezas, as rebeliões, os assasinatos, os roubos, e as commoções não cessariam; portanto obrando assim (dizia ele), faria o seo dever para comDeos e para com Sua Magestade. Esta ordem foi acompanhada de muitos viveres para serem gratuitamente distribuidos pelos indios, que nos tinham servido, e o governador acrecentou tudo quanto julgou capaz de firmar e perpetuar a concordia. Postas as couzas n'este estado, Domingos d'Irála ocupouse de fazer a paz.

Como essa gente inimiga estava fatigada e maltratada pela guerra vivissima, que os cristãos tinham feito, e ainda persistia, dezejava o fim da luta; por isso mediante os donativos mandados pelo capitão general, assim como por meio d'outros muitos, que os seguiram, e foram oferecidos de sua parte aos selvagens beligerantes, foi conseguido o intento. Submeteram-se os indigenas de novo a Sua Magestade, e retomaram as suas antigas relações d'amizade com os outros indios do paiz. Os 2 xefes Guaçani e Tabere, bem como muitos outros, dispostos a servir a Sua Magestade, aprezentaram-se ao governador para consolidar a paz. Este dice aos sequazes dos 2 xefes, que, cessando as ostilidades, tinham feito o seo dever; que, em nome do rei, perdoava-lhes a passada rebelião; e que, si de novo se insurgissem, seriam castigados sem piedade. Depois d'isto deo-lhes varios mimos, e todos estes selvagens retiraram-se mui satisfeitos.

Vendo o paiz pacificado, e os indigenas congraçados, Alvaro Nunes mandou vir, a toda a pressa, os navios,

assim como os viveres e outros objétos necessarios para abastecer a sua frota, afim de penetrar no interior das terras, e descortinar o paiz pelo Porto dos Reis, por onde rezolvera entrar. Em poucos dias os indios trouxeram-lhe mais de 3.000 quintaes de farinha de mandioca e milho; depois do que completou-se o carregamento dos navios. Aos indigenas pagou-se conforme dezejaram, e Alvaro Nunes mandou tambem dar aos Espanhóes armas, que não tinham, e outros objétos, de que necessitavam.

CAPITULO XLIII

Os frades fogem

Prontos os bergantins, carregados os viveres, armados e aparelhados os navios, preparados todos os objétos necessarios para o descobrimento do paiz, como fôra combinado, mediante parecer dos religiozos, do clero e dos oficiaes do rei, secretamente e sem escandalo foram prezos o comissario frei Bernardo d'Armenta e frei Afonso Lebron, seo colega, da ordem de São Francisco, os mesmos que tinham fugido para as aldeias dos indios, quando o governador percorria o caminho por ele descoberto desde o litoral do Brazil: regressavam os frades para a costa, e traziam cartas para o rei, nas quaes dava-se a entender, que o governador dirigia-se mal no comando, de que o encarregára Sua Magestade.

Estes religiozos tinham ciumes do governador, e o odiavam. O fim de ambos era impedir o descobrimento, que se projétára, como dice, e obravam assim para que o governador não prestasse serviço á cauza de Sua Magestade, nem fizesse couza alguma util. Eis aqui o motivo do procedimento d'esses religiozos. O governador, em sua xegada, axou o paiz pobre, os cristãos desarmados, e os servidores do rei na mizeria. Os abitantes queixaram-se dos máos tratos, que lhes davam os oficiaes de Sua Magestade, pois tinham estes levantado por seo particular interesse novo

tributo, e certa finta a despeito de toda a justiça, e contra o uzo recebido na Espanha e nas Indias. A esta finta deram o titulo de quinto; mas não lhes consentindo Alvaro Nunes continuar nas extorções, opunham-se os frades ao descobrimento; e por isso buscavam retirar-se.

Um d'eles ocultava um crucifixo debaixo do ábito, e si alguma pessoa tinha de saber do intento d'esses religiozos, era obrigado a pôr a mão n'esse crucifixo, jurando guardar segredo sobre a sua viagem ao Brazil. Quando os xefes indigenas souberam d'isto, aprezentaram-se ao governador, e reclamaram suas filhas entregues por eles aos ditos religiozos para instruil-as na fé cristan, e então declararam estes indigenas, que tinham ouvido dizer, que os frades queriam voltar á costa do Brazil, e levar forçozamente suas filhas, as quaes antes de xegar a esse paiz morreriam em caminho.

Como os indios não queriam ir para ali e fugiriam, os frades os conservaram vigiados e em carcere privado. O governador só teve conhecimento d'este fato depois da partida dos frades, e mandando após eles, foram alcançados a 2 leguas da cidade, e tiveram de regressar. As raparigas, que eles conduziam, eram em numero de 35, e levavam tambem alguns cristãos, que voltaram. Este sucesso cauzou sedições entre os Espanhóes e os indigenas, queixando-se altamente todos os xefes do paiz de lhes levarem as filhas. Tambem trouxeram ao governador um indio da costa do Brazil, xamado Domingos, o qual era de grande utilidade para o serviço do rei n'estas paragens.

Instaurado um processo contra os frades e os oficiaes régios, o governador mandou prender os oficiaes, e proceder contra eles em razão do delito commetido para com Sua Magestade; e porque entretanto Alvaro Nunes não quizesse retardar a sua partida, cometeo o negocio a um juiz, para que conhecesse das acuzações e dos delitos, e depois trouxe comsigo e sob fiança 2 dos delinquentes, ficando os outros na prizão, e sendo os oficiaes suspensos de suas funções até que Sua Magestade provesse como melhor julgasse.

CAPITULO XLIV

Parte o governador para os descobrimentos á frente de 400 *omens*

No entrementes preparados todos os objétos necessarios para a realização da viagem no interior do paiz, e carregados os 10 bergantins de viveres e munições, mandou o governador escolher para esta viagem 400 omens, entre arcabuzeiros e besteiros. Metade embarcou-se nos navios, e os outros marxaram por terra ao longo do rio com 12 cavaleiros para o porto de Guaiviano. A tropa seguia sempre pelas aldeias e povoações dos indios nossos aliados, por ser este o melhor caminho. Trouxeram os cavalos; mas para que estes não ficassem esperando nos navios, partiram com 8 dias de antecipação, afim de que pastassem em terra, e não consumissem as forragens durante a navegação; o feitor Pedro Dórantes e o contador Filipe de Cáceres os acompanharam.

Alvaro Nunes embarcou 8 dias depois, e deixou na qualidade de lugar-tenente do capitão general a João Salazar d'Espinoza, afim de que em nome de Sua Magestade governasse o paiz em paz, e administrasse justiça. Em Assunção ficaram 200 e tantos omens de guerra, entre arcabuzeiros e besteiros, com tudo quanto era necessario para defender a praça, e faziam parte da guarnição 6 cavaleiros. A igreja tinha-se incendiado em dia de Nossa Senhora de Setembro, mas o governador deixou-a terminada, e em muito bom estado. Ele e os seos famulos tinham trabalhado continuamente na sua reconstrução.

O governador partio d'esta cidade com os 10 bergantins, 120 canôas tripoladas por 1.200 indios, todos omens de guerra, os quaes exhibiam formozissimo espetaculo, e quando marxavam traziam abundante provizão de arcos e fréxas. Eram todos pintados, e enfeitados com penaxos e variados ornatos de penas; tinham na testa xapas de metal brilhantissimo, que produziam grande esplendor, quando lhes batiam os raios do Sol. Dizia essa

gente, que traziam estas xapas, afim de que, a sentilação do esplendor deslumbrasse os inimigos ; partiram soltando gritos de alegria.

Quando o governador deixou a cidade, recomendou ao capitão João Salazar, que pozesse todo o cuidado na pronta terminação da caravéla, que ele mandára construir, afim de que a axasse prestes em seo regresso da expedição, e podesse dar conta ao rei da sua viagem e do que se passasse no paiz. Deixou para esse fim tudo quanto fazia-se mister, e sendo-lhe favoravel o tempo, xegou ao porto de Capuan, onde os xefes indigenas o vieram receber. Dice-lhes como ia descobrir o paiz, e por consequencia pedia-lhes em nome de Sua Magestade, e com particularidade ordenava-lhes, que procurassem constantemente manter concordia e boa amizade, como sempre fizeram. Com esta condição prometeo-lhes não cessar o bom tratamento, de que eram objéto, protegendo-os, como o tem feito ; depois distribuio generozamente com eles, seos filhos e parentes numerozos mimos, que trazia, e então deixou-os mui satisfeitos.

CAPITULO XLV

O governador abandona parte dos viveres que trazia

As embarcações estavam tão carregadas de vitualhas que ficaram empaxadas, e o governador, para segurar o carregamento, deixou no porto de Capuan mais de 200 quintaes de carga. Quando operou-se esta descarga, damos á vela e navegamos felizmente até um porto xamado pelos indigenas Inriquiçaba. Ahi xegámos á 1 ora da noite, e demorámos-nos 3 dias para falar aos naturaes d'esse lugar. Durante esse tempo vieram muitos indios com viveres para ver o governador, e deram provizões aos Espanhóes e aos aborigenes guaranis, que os acompanhavam.

Alvaro Nunes recebeo a todos com palavras amistozas, pois esse gentio fôra sempre amigo nosso. Mimozeou os xefes e os carregadores dos viveres, e dice-lhes como

ia descobrir o paiz; o que era para bem e vantagem de todos, e rogava, que ficassem tranquilos durante a sua auzencia e respeitassem os tratados de paz com relação aos Espanhóes, que ele deixava na cidade de Assunção. Prometeram conformar-se com os seos dezejos, e o governador deixou-os satisfeitissimos, e subio o rio com tempo favoravel.

CAPITULO XLVI

O governador estaciona para tratar com os naturaes do porto de Itaqui

Aos 12 do sobredito mez Alvaro Nunes Cabeça de Vaca xegou a um porto xamado Itaqui, e mandou lançar ancoras e amarrar os bergantins para falar aos abitantes, que são Guaranis e subditos do rei. No mesmo dia grande numero de indios vieram trazer viveres para a tropa; tinham comsigo os seos xefes, aos quaes o governador fez donativos como aos primeiros. Dice-lhes como ia reconhecer o paiz, e pedio-lhes e ordenou, que até o seo regresso se mantivessem constantemente em boa amizade com os Espanhóes assistentes em Assunção, e não só lhes deo o valor das provizões, que tinham trazido, mas ainda distribuio pela maior parte dos xefes e seos parentes mimos lindissimos, de sorte que ficaram bem pagos; o que assás os contentou.

No mesmo dia xegou a outro porto xamado Itaqui; passou além, e foi ancorar no de Guaçani, o mesmo xefe que com Tabere se levantára para fazer-nos a guerra, de que já falei. Estes indios viviam pacificamente. Apenas souberam, que o governador tinha xegado, vieram vel-o com grande numero de outros indigenas, seos aliados. Alvaro Nunes recebeo-os com muita amizade, porque conformavam-se com o tratado de paz ja celebrado. As pessoas da sua comitiva vinham muito alegres e sem temor, pois estes 2 xefes eram nossos aliados, e por si sós possuiam todo o paiz, o qual por isso era tranquilo e seguro. Na seguinte manhan estes 2 indios voltaram;

o governador fez-lhes ainda excelente acolhimento, e deo numerozos mimos a eles, a seos parentes e a seos amigos, além de pagar os viveres a todos os condutores, de maneira que ficaram satisfeitos.

Como são os principaes xefes d'esta região, o governador tratou-os o mais amigavelmente que pôde; pedio e recomendou, que se combinassem para observar a paz em todo o paiz; que fossem uteis aos Espanhóes agora rezidentes em Assunção; que os fossem vizitar, e que obedecessem constantemente ás ordens por ele governador expedidas em nome de Sua Magestade. Responderam, que, tendo feito pazes e jurado de novo obediencia a Sua Magestade, estavam determinados a manter a sua promessa, como ele veria. Tabere, para dar mais credito ao que dizia, pedio para partir com o governador, como mais adestrado na guerra, ao passo que convinha ficar Guaçani para guardar o paiz e manter a concordia.

O governador aceitou a proposta, que axava vantajoza, pensando ser bôa garantia para os obrigar a cumprir a promessa, e ficar o paiz mais tranquilo e seguro, si Tabere viesse com ele. Ficou pois mui contente e consentio, que o indio viesse. Fez-lhe donativos mais ricos do que a outro qualquer xefe das margens do rio; pois estava certo de que, satisfazendo a este omem, todo o paiz ficaria em paz, e ninguem ouzaria sublevar-se emquanto ele inspirasse temor. Recomendou instantemente os cristãos a Guaçani, e este prometeo satisfazel-o. O governador permaneceo 4 dias n'este lugar, e durante este tempo tratava com os indigenas, e procurava agradal-os, dando-lhes mimos, que trouxera; o que muito os satisfazia.

O feitor Pedro Dorantes, na vinda para este porto, perdera o seo cavalo, e dice ao governador, que não o acompanharia sem cavalgadura, e que por consequencia queria voltar a Assunção, e deixava em seo lugar e posto seo filho Pedro Dorantes. O governador e o contador, que o acompanhava, receberam o filho de Pedro Dorantes n'esta qualidade, e o admitiram no emprego de feitor para que fizesse a conquista como substituto de seo pae.

Tabere partio em companhia do governador com 3 canôas tripoladas por 30 indigenas seos parentes e servos; velejamos do porto de Guaçani, subimos o rio Paraguai, e na quinta feira, 24 do mez de Setembro, xegámos a um porto xamado Ipanema, onde Alvaro Nunes mandou fundear para comunicar com os naturaes do paiz, que são subditos de Sua Magestade; pois estava informado, que entre eles existia um indio da nação dos Guaranis, o qual estivera por muito tempo prizioneiro entre os Paiaguás. Este omen conhecia o idioma, o paiz e a situação das aldeias d'estes ultimos selvicolas; porisso o governador queria leval-os comsigo para servir de interprete entre os Paiaguás, que tinham morto João de Aiólas e outros cristãos. Sua intenção era, por meios brandos, obter d'eles o ouro e a prata, que tinham roubado.

Apenas xegaramos ao porto, vieram os indigenas com muito bôa vontade carregados de abundantes viveres. O governador acolheo-os benevolamente, mandou pagar o que tinham trazido, e depois distribuio com os xefes muitos mimos; e combinado com eles comunicou-lhes o dezejo, que tinha, de levar o indio, que estivera prizioneiro dos Paiaguás, afim de servir de interprete junto a estes selvagens, com quem pretendia fazer pazes e levar o exercito ás aldeias dos mesmos. Os indigenas mandaram logo a certos sitios interiores em busca d'este omem.

CAPITULO XLVII

Manda-se procurar o interprete entre os Paiaguás

Passados 3 dias depois de terem os indigenas do porto de Ipanema mandado xamar o indio, xegou este aonde estava o governador, e ofereceo-se para partir com ele e conduzil-o ás terras dos Paiaguás. Ficando os indios satisfeitos, damos á vela: subimos o Paraguai, e 4 dias depois xegámos ao porto xamado Guaiviano, onde termina o dominio da nação dos Guaranis. O governador mandou ancorar para falar aos naturaes da terra, que apareciam.

Os xefes trouxeram muitas provizões, e acolheram o governador com extrema alegria. Alvaro Nunes os recebeo com bondade, mandou pagar os viveres e deo muitos mimos aos xefes. Estes o informaram logo, que os cavaleiros vinham pelo interior do paiz, e tinham xegado a suas aldeias, nas quaes foram bem acolhidos, recebendo ahi guias e viveres.

Estes cavaleiros encaminhavam-se para o porto de Itabitan, onde deviam esperar a frota dos bergantins. Apenas o governador soube d'isto, mandou imediatamente velejar, e deixámos o porto de Guaiviano. Subimos o rio com vento galerno, e no dia seguinte pelas 9 óras da manhan xegámos a Itabitan, onde axamos todos os cavaleiros com boa saude. Contaram estes, que tinham atravessado mui pacificamente as aldeias do paiz, distribuindo muitos mimos, dados por Alvaro Nunes para o caminho.

CAPITULO XLVIII

Embarcam-se os cavalos

Por 2 dias demorámos-nos no porto de Itabitan, e durante esse tempo embarcámos os cavalos e todas as bagagens do exercito convenientemente dispostas. Como o paiz abitado pelos Paiaguás era mui proximo dali, ordenou o governador, que dahi por diante o indio do porto de Ipanema, que conhecia o idioma e o paiz d'esses indigenas, embarcasse no bergantim capitanea, afim de se poder a todo o momento saber o que convinha fazer. Deixámos o porto com bom vento.

Com receio de que os Paiaguás maltratassem os Guaranis, que traziamos, Alvaro Nunes prohibio-lhes que se afastassem dos bergantins, e de tarde mandou toda a gente dezembarcar á margem do rio, e passar a noite em terra com boa guarda. Os Guaranis deviam amarrar as suas canôas perto dos bergantins. Os Espanhóes e os indios ocupavam uma boa legua d'extensão pela praia; seos fogos aprezentavam agradabilissimo espetaculo.

Durante todo o tempo da navegação o governador alimentava os indios, assim como os Espanhóes, e eram todos tão abundantemente providos que fazia gosto ver. A abundancia de peixe, de caça e de veados, que se matava, era tal que parte da veação ficava desaproveitada.

N'este rio vive uma especie de porcos, que andam sempre n'agua ; são maiores do que os da Espanha, têem o focinho xato e mais grosso, e são conhecidos pelo nome de porcos d'agua. De noite andam em terra, mas de dia estão constantemente n'agua ; quando avistam alguem, mergulham, ficam muito tempo debaixo d'agua, e surgem na distancia de um tiro de bésta do lugar onde mergulharam. Para caçar estes animaes, são precizas pelo menos 6 canoas de indios. Quando estes porcos mergulham, 3 embarcações sobem o rio e 3 decem, e depois separam-se; os indios põem as frexas nos arcos, e apenas presentem o animal fora d'agua, arremessam 3 ou 4 fréxas com extrema ligeireza, antes que ele possa de novo mergulhar, e depois o seguem até que o animal, morto pelas frexadas, venha á tona d'agua. Estes animaes são mui carnudos ; os cristãos axaram excelente a sua carne, não obstante não sofrerem então grande necessidade. Os porcos d'agua são numerozissimos em muitas aldeias das margens do rio.

Durante toda a viagem andavam os soldados tão fartos e vigorozos, que pareciam recem xegados de Espanha. Os cavalos estavam gordos, e repetidas vezes os dezembarcavamos para caçar, pois encontravam-se muitos veados, antas, lontras, e outros animaes silvestres.

CAPITULO XLIX

Como João d'Aiólas foi morto com seos companheiros depois de desembarcado n'este porto

Aos 12 de Outubro xegámos ao porto da Candelaria, que faz parte do territorio dos Paiaguás. O capitão João d'Aiólas fizera a sua entrada n'este porto acompanhado dos Espanhóes do seo comando. Ahi deixou Domingos d'Irála para o esperar até o seo regresso com os bergantins,

que trouxera; mas quando regressou, já os não axou, e ali os esperou por 4 mezes, sofrendo n'este intervalo muita fome.

Sabendo os Paiaguás da sua extrema fraqueza e falta de armas, começaram a tratal-o com amizade, e depois diceram, que como bons aliados dezejavam levar os Espanhóes para suas cazas, afim de alimental-os ali. Entretanto ao atravessar altos ervaes, cada cristão foi agarrado por 2 indigenas, e grande numero de outros selvagens armados de cacete descarregam-lhes repetidos golpes na cabeça, e assim o capitão João d'Aiólas e mais 80 omens foram mortos; era o resto dos 150, que o mesmo capitão trouxera, quando penetrou no interior do paiz. Quem guardava os bergantins foi cauza da morte d'estes Espanhóes; pois deixára o porto, e se amarrára mais abaixo.

Si João d'Aiólas axasse os bergantins, onde os deixára, ter-se-ia embarcado com os outros Espanhóes, e os indios os não teriam matado; mas Domingos d'Irála assim obrou maliciozamente, para que os selvagens assasinassem os Espanhóes, como sucedeo; sua intenção era sublevar o paiz, como efectivamente o fez; contra o seo Deos, e contra o seo rei. Ainda oje ele axa-se em insurreição, assolou todo o paiz, e ja por 2 annos n'ele exerce a tirania.

N'este lugar os pilotos tomaram altura, reconheceram, que o porto estava em 21 gráos menos um terço. Combinou-se sobre o modo de comunicar com os Paiaguás, e saber d'estes indigenas aonde eram as suas aldeias. No dia seguinte pelas 8 óras da manhan apareceram 7 Paiaguás nas margens do rio, e o governador ordenou, que igual numero de Espanhóes fosse falar-lhes com os interpretes, que trazia. Mui conveniente era esta dispozição. Avançaram pois os nossos camaradas para esses indios até distancia conveniente para poderem ser ouvidos. Dice o interprete aos Paiaguás, que era necessario, que se aprezentasse maior numero para tratar, porque queriam conversar com eles e estipular condições de paz; pois o comandante da frota não viera com outra intenção. Quando falou-se assim com estes indigenas, perguntaram eles, si os cristãos novamente xegados nos bergantins eram da mesma nação dos

que outr'ora abitaram o paiz, e como os Espanhóes estavam prevenidos diceram, que não eram os mesmos cristãos, outr'ora assistentes no paiz, mas que tinham xegado pouco depois.

Sientes d'isto, um dos Paiaguás aproximou-se de um dos nossos companheiros, que o conduzira á prezença do governador, e perguntado por este, quem o mandára vir a este lugar, respondeo, que, sabendo seo xefe da xegada dos Espanhóes, o enviára com os seos camaradas para saber, si eram os mesmos que já tinham aqui aparecido. Dice da parte do seo superior, que este dezejava ser amigo do governador, e como os Paiaguás possuiam tudo quanto tinham tomado de João d'Aiólas, queriam entregar tudo isso ao comandante dos cristãos, afim de obter paz e perdão da morte de João d'Aiólas e dos outros Espanhóes, tendo sido mortos em ato de guerra este oficial e os seos companheiros.

Perguntou o governador, por intermedio do interprete, que quantidade de ouro e prata teriam tomado a João d'Aiólas e aos cristãos. Respondeo, que esse ouro e prata davam para 66 cargas, que os indios Xanés traziam, e que toda essa porção de metal consistia em xapas, braceletes, corôas, maxadinhas, e pequenos vazos. Alvaro Nunes dice ao indio, que prevenisse ao seo xefe, que Sua Magestade o mandára vir a este paiz para tratar da paz com os Paiaguás e com as outras nações dispostas a aceital-a ; que lhes seriam perdoadas as antigas guerras, e que si o seo soberano dezejava ser nosso amigo e queria restituir o que tinha tomado aos Espanheós, bastava vir ver o governador e falar-lhe; pois este tinha grande vontade de o conhecer e tratar bem, acrecentando, que faria a paz e o receberia como subdito de Sua Magestade. Em sinal de amizade mandou-lhe varios mimos, fez tambem muitos donativos ao indio, a quem perguntou quando julgava poder voltar com o seo soberano.

Embora este xefe não passe de um pescador, governa esta perversa nação, que vive da pesca. Sua compostura é imponente; é temido dos seos sequazes, que professam-lhe grande respeito; e si alguem dos seos subordinados lhe desagrada, toma ele um arco, e despara-lhe 2 ou 3 frexadas:

si o mata, manda vir a mulher do finado, dá-lhe um colar, e dissipa assim o pezar, que poderia esta morte cauzar á viuva, e si não tem colar, dá-lhe 2 plumas. Quando quer cuspir, o indio mais proximo estende-lhe as mãos abertas para lhe aparar a saliva, existindo muitos outros costumes selvagens d'este genero. Não existe nas margens d'este rio xefe mais rico do que ele. O interprete respondeo, que o seo soberano aprezentar-se-ia na manhan seguinte, e deixou o governador n'esta espectativa.

CAPITULO L

O interprete e os indigenas, que tinham prometido voltar, não cumprem a palavra

Passou-se esse dia, e mais 4 decorreram sem que o governador visse estes indios voltarem. Mandou xamar o interprete, e perguntou-lhe o que pensava de tal demora. Respondeo este omem, que não acreditava, que taes selvagens voltassem, porquanto eram mui astuciozos e sagazes; e que si o enviado tinha dito, que o seo xefe dezejava a paz, queria sómente sondar os cristãos, e impedil-os de ir para diante com os Guaranis, e xegar ás suas aldeias; que emquanto se esperasse o xefe, eles transportariam para mais longe as suas abitações, mulheres e filhos; por consequencia pensava ele, que os indigenas tinham ido ocultar-se nas margens do rio em algum outro lugar; e que assim convinha partir prontamente para perseguil-os, sendo certo alcançal-os, dizia ele, por que iam muito carregados. Este omem conhecedor do paiz, pensava, que os indios Paiaguás só parariam em um lago pertencente a uma nação xamada os Matarás. Estes ultimos tinham sido mortos pelos Paiaguás, que apoderaram-se d'este paiz, por ser fertilissimo e mui piscozo.

Imediatamente mandou o governador aparelhar os bergantins e as canôas, subio o rio, e parou em um lugar, onde avistou-se na praia grande tropa de Paiaguás, que marxavam por terra. Dice o interprete, que estes indios,

suas mulheres e filhos seguiam por terra, porque não poderam entrar nas canôas. Depois de 8 dias de navegação, xegámos ao lago dos Matarás, e penetrámos n'ele sem encontrar os indios; metade da tropa foi por terra para procural-os e tratal-os como amigos.

No dia seguinte vendo-se que não apareciam, o governador, para não consumir viveres inutilmente, mandou voltar todos os cristãos e os indios Guaranis, os quaes axaram canôas e remos escondidos no fundo d'agua, e destinguiram pégadas dos Paiaguás; mas o governador, que não queria demorar-se por mais tempo, reunio a sua tropa e proseguio na viagem.

Subio o rio, indo as canôas e os bergantins de conserva, ora á véla, ora a remo, ora á sirga, por cauza das numerozas voltas do rio, e xegou a um lugar, onde crecem arvores de canafistula mui corpolentas e produtivas. O fruto da canafistula tem quazi palmo e meio de comprimento com 3 dedos de grossura. A gente da tropa o saboreava muito; o interior do fruto contem polpa adocicada, e o mesmo fruto não se diferença dos que produzem diversas regiões da Espanha, sinão em ser mais grosso, e ter o gosto muito mais pronunciado; por isso o não cultivam. Existem mais de 80 pés d'essas arvores reunidas nas margens do rio Paraguai. N'estas margens abundam as frutas silvestres, de que os Espanhóes e os indios alimentavam-se, e entre outras uma especie de limão ciuti (de Ceuta) mui pequeno; a casca assimílha-se a uma conxa, e o acido e o xeiro não diferem do do limão ciuti da Espanha; é do tamanho de um ôvo de pomba e a folha é como a do limoeiro. As arvores e os frutos são variadissimos, e a natureza dos peixes é mui singular. Os Espanhóes e os indios matavam no rio incrivel quantidade de pescado nos dias em que não podiamos navegar á véla.

Como as canôas são ligeiras, e vogam bem a remo, iamos á caça dos porcos d'agua e de lontras, de que nos alimentavamos, pois encontravamos grande multidão: era agradabilissimo o passatempo. Julgou o governador, que nós xegariamos sem demora aos Guaxarapos, que vivem nas margens do rio Paraguai; estes aborigenes

comerciam com os indios do Porto dos Reis, para onde iamos. Receou, que grande numero de navios, de canôas e de indios os espantasse, e afugentasse para o interior do paiz; rezolveo pois, para submetel-os, dividir a frota em 2 partes.

Tomou 5 bergantins, e metade das canôas com os indios, que as tripolavam, e avançou com esta flotilha. Deo ordem ao capitão Gonçalo de Mendoça para ir seguindo atraz com os outros bergantins e o resto das canôas e da tropa; recomendou-lhe, que tratasse a todos os Espanhóes e aos indios com brandura e benevolencia, e não consentisse, que nenhum d'eles se separasse do corpo da tropa; prohibio, que ninguem praticasse máos tratamentos, nem violencias no rio ou nas suas margens, e ordenou, que pagassem os viveres e outros objétos, que os indios trouxessem aos Espanhóes e aos Guaranis, afim de se conservar a paz, util ao serviço de Sua Magestade e proveitoza ao paiz.

O governador partio com os 5 bergantins e as canôas, como fica dito, continuou assim a sua navegação até 18 de Outubro, e n'este dia xegou a uma aldeia de Guaxarapos. Aprezentando-se 30 indios, pararam os bergantins e as canôas para tranquilizal-os, e informar-se d'eles acerca das outras povoações,que axavam-se alèm. Alguns cristãos dezembarcaram por ordem de Alvaro Nunes, pois os indigenas os xamavam, e vinham ao encontro d'eles. Quando os Guaxarapos xegaram aos bergantins, 6 d'estes selvagens entraram. O governador mandou repetir pelo interprete o que tinha dito aos abitantes das margens inferiores, afim de submeterem-se a Sua Magestade, e conseguintemente reputarem os Espanhóes como amigos. Todos fizeram essa submissão, estando á frente d'eles um xefe, a quem o governador entregou bons mimos para estes selvicolas, e ofereceo-se para fazer em beneficio d'eles quanto estivesse ao seo alcance.

Na vizinhança estava um rio procedente do interior das terras, o qual tinha metade da largura do rio Paraguai; mas a agua corria com espantoza rapidez e lança-se no Paraguai, que vem do Brazil. No dizer dos antigos

moradores, por ali viera o Portuguez Diogo Garcia, o qual fizera guerra n'este paiz á frente de grande numero de indios, batera-se por muitas vezes, e destruira grande numero de aldeias, tendo comsigo apenas 5 cristãos. Diceram os indigenas, que nunca mais os tinham visto. Um mulato cognominado Paxeco, que fazia parte d'esta expedição, voltou ao paiz de Guaçani, onde por este foi morto n'este lugar, regressando Diogo Garcia ao Brazil. Acrecentaram, que os Guaranis, que o acompanharam, tinham sofrido perdas consideraveis no interior dos bosques, e que ahi encontrar-se-ia grande numero de individuos d'esta nação, que poderiam dar circunstanciadas informações acerca do que Diogo Garcia praticára, e sobre a natureza do paiz.

Alguns indios xamados Xanés ahi refugiaram-se, e tinham feito aliança com os Sococis e os Xaquetes, abitantes das cercanias do Porto dos Reis. O governador ouvindo esta relação do indio, avançou para explorar o rio, por onde Diogo Garcia viera, pois estava mui perto do sitio indicado pelos Guaxarapos. Quando xegou á entrada do rio denominado Ipanema, mandou sondar a embocadura, que era mui profunda, assim como o leito do rio; a corrente era rapidissima, e as 2 margens bem arborizadas.

Mandou subir por distancia de uma legua, e um bergantim, que ia sempre com a sonda, axou o leito cada vez mais profundo. Os Guaxarapos diceram, que as margens eram povoadissimas por diferentes nações; todas cultivam milho e mandioca, o rio era piscozissimo, os naturaes da terra colhiam tanto pescado, que não consumiam todo, fabricavam muito azeite de peixe, e a caça era abundantissima. Quando os exploradores do rio voltaram, diceram, que tinham visto muitas fumaças nas margens, o que fazia crer serem mui povoadas; como porém já era tarde, o governador mandou lançar ancora por esta noite em frente á embocadura, perto de uma montanha xamada Santa-Lucia: é o lugar onde Diogo Garcia atravessára.

No dia seguinte pela manhan Alvaro Nunes mandou os pilotos tomar a altura da entrada do rio, o qual está em

19 gráos e um terço. Durante a noite sofremos muito por cauza de um forte aguaceiro, e de um vento mui violento. A tropa fez grandes fogueiras, muitos dormiram em terra, e outros nos bergantins, que estavam bem cobertos de esteiras e de péles de veados e de antas.

CAPITULO LI

Como os Guaxarapos falaram ao governador

Na manhan seguinte os indios, que na vespera tinham vindo ter com Alvaro Nunes, voltaram em 2 canôas, e deram ás tropas peixe e carne. Depois de falarem ao governador, este mandou dar-lhes varios objétos em troca, e então os despedio, dizendo que ele os consideraria sempre como amigos, e lhes seria util no que podesse. Pedio, que tratassem as tropas, que deixava atraz com outros bergantins, muitas canôas, e indios Guaranis, seos amigos, assegurando que si se conformassem com os seos dezejos, os cristãos lhes não cauzariam dano. Prometeram fazel-o; entretanto não cumpriram a palavra; sendo aliás certo ser um cristão a cauza d'isso; mas este sofreo a devida punição, como adiante direi.

Deixámos estes indios, e subimos o rio durante todo o dia com bom vento. Ao pôr do sol xegámos a algumas aldeias da mesma nação, situadas á borda d'agua; mas para não perdermos tempo, pois era o vento favoravel, passámos avante sem demorar-nos. Os abitantes são lavradores, que cultivam milho e outros legumes; ocupam-se muito da pesca e da caça, de que abundam estas terras. Andam nús, omens e mulheres, excéto algumas que ocultam a sua nudez, pintam o rosto com pontas de espinhos, e furam os labios e as orelhas. Andam no rio em canôas, que apenas admitem 2 a 3 pessoas.

Estes indios são tão ageis, tão déstros, e tão bons remadores, quer de aguas acima, quer de aguas abaixo, que parecem voar, e um bergantim, ainda construido de

cedro, quer a remo, quer á véla, por bom andador que seja, por melhor tempo que faça, não póde alcançar as suas canôas, embora estas só tenham 2 remos, e os bergantins tenham 12. Fazem guerra no rio n'estas embarcações, e a fazem tambem em terra; comerciam entre si. Os Guaxarapos lhes ministram canôas, e os Paiaguás tambem lhes dão as suas pirocas por arcos e fréxas, de que necessitam, e por todos os demais objétos, com que traficam. Ora são amigos, ora se combatem.

CAPITULO LII

Como os indios do interior do paiz estabelecem-se nas margens do rio

Quando as aguas baixam, os indios do interior do paiz vêem para as praias com filhos e mulheres para desfrutar a pesca; pois o peixe é abundante e mui gordo. Passam então vida mui alegre, dansam, e cantam de dia e de noite como gente, que tem alimentação segura. Quando porém o rio começa a crecer, o que acontece no mez de Janeiro, retiram-se para sitios abrigados.

N'esta época as aguas levantam-se a 6 braças acima da ponta dos roxedos, que flanqueam o rio, e extendem-se a mais de 100 leguas pelas planicies e pelo interior das terras, de sorte que dir-se-ia um mar, cobrindo as arvores e as palmeiras, abundantes no paiz, de tal forma que os navios navegam por cima de tudo. Isto sucede regularmente todos os annos, quando o Sol passa do tropico além da linha para xegar ao tropico aquem d'ela, e fica na altura da fóz do Rio do Ouro (*).

Quando as aguas xegam acima dos penedos marginaes do rio, uzam os indios n'esta ocazião de grandes canôas, no meio das quaes pôem 2 ou 3 camadas de barro, e formam um fogão: os Indios colocam-se

---

(*) Só pode ser o «Rio do Ouro», rio d'Africa ocidental, que lança-se no Oceano Atlantico depois de atravessar o dezerto do Saharà.

ahi com sua mulher, seos filhos, e animaes domesticos, e depois deixam-se levar pela corrente. Fazem fogo n'este fogão, preparam n'ele a comida, e ahi dormem. Viajam assim por 4 mezes, emquanto dura o crecimento das aguas, e quando estas xegam á maior altura, dezembarcam todos nos terrenos descobertos, e matam veados, antas, e outros animaes selvagens escapos da inundação.

A' proporção, que as aguas retiram-se para entrar nos respectivos leitos, regressam caçando e pescando, como avançaram, e não saem das canôas emquanto as margens, em que costumam estabelecer as suas cazas, não ficam enxutas. E' precizo ver, quando as aguas baixam, a quantidade de peixe, que deixam em seco, e então, isto é, no fim de Março e Abril, todo o paiz fica empestado. N'esta època os indigenas e nós andavamos tão doentes, que julgavamos morrer; e como então é a primavera n'esse paiz, a molestia era insuportavel. No mez de Abril os infermos começaram a passar bem.

Todos os indios tiram o fio, de que precizam para as suas redes de pescaria, de uma especie de cardo; quebram essa planta e a metem na lama; 15 dias depois a tiram dahi e a raspam com uma conxa de mitulo; o fio então é lavado, e fica mais branco do que a neve.

Esta nação não tem xefe, quando aliás n'este paiz todas as povoações o tinham; estes indigenas porém são pescadores, selvagens e salteadores, e abitam nos confins do paiz. Todos eles, assim como as outras populações do rio, por onde o governador passou, opozeram-se a que dezembarcasse um só Espanhol ou um só indio Guarani. O governador os mimozeou, temendo que tomassem as armas, e dice-lhes, que xegariam outros navios de cristãos e indios Guaranis, seos amigos, e que os recebessem como taes, e os tratassem bem.

Em uma quinta-feira pela manhan pozémos-nos a caminho, e entrámos em um espaçozo braço de rio, que atravessa pequenos bosques. As douradas são tão numerozas, que as viamos continuamente passar. A corrente é mais forte do que a principio parecia, e subimos á véla e a remos. Os Espanhóes e os indios, no espaço de uma óra, apanharam quantidade consideravel de douradas, e

d'entre os cristãos alguns mataram 40, sendo tamanhas que pezavam meia arroba, e algumas xegaram a uma arroba. E' excelente peixe ; a cabeça é o melhor pedaço , extrae-se bastante azeite da sua carne, e quem alimenta-se com este pescado,engorda muito. O caldo d'este peixe, no fim de um mez, cura toda a especie de lepra ou gafeira.

Continuámos a navegar com bom vento, e na tarde de 25 de Outubro o governador xegou a uma ramificação do rio, que n'esta paragem divide-se em 3 galhos; o principal forma uma grande lagôa, que os indios xamam Rio-negro e corre para o norte ; os outros braços, cujas aguas são de linda côr, reunem-se um pouco adiante. Alvaro Nunes continuou a avançar atè a entrada de um rio, que penetra nas terras á esquerda para o ocidente. Ahi torna-se impossivel reconhecer o rio Paraguai, por cauza do grande numero de correntes d'agua e grandes lagôas, que n'este lugar comunicam-se entre si.

As embocaduras são tão multiplicadas, que os indios do paiz, que continuamente as percorrem em canôas, só com dificuldade as reconhecem, e muitas vezes perdem-se n'elas. Ao rio, em que o governador entrou, os indigenas xamam Igatú, que quer dizer agua bôa. Até agora tinhamos navegado subindo ; entrados por èm na lagôa, tinhamos em nosso favor a correnteza.

CAPITULO LIII

Levantam-se trez cruzes na embocadura do rio Igatú

O governador deo ordem para fazer numerozos sinaes de reconhecimento na entrada d'este rio, cortando arvores, e depois mandou erigir 3 cruzes, afim de que os navios entrassem por esta embocadura, e não falhasse a marcação. Viajámos a remo por 3 dias, depois dos quaes fundeámos, depois subimos por outros 2 braços mui consideraveis, que vêm de uma lagoa. Aos 8 do mez, uma óra antes de romper o dia, batemos em pedras sitas no

meio do rio, as quaes são redondas e altissimas, assimilhando-se na fórma a um sino. Estes outeiros são aridos, n'eles não crecem arvores, nem aparece vegetação. A côr é avermelhada, por isso pensámos, que contêem metaes, pois os outros terrenos adjacentes ao rio cobrem-se de grandes arvores e outros vegetaes. Sendo estas róxas despidas de vegetação, é indicio de que encerram muitos metaes, pois nem arvores, nem ervas crecem onde existe minerio.

Diceram-nos os indios, que outr'ora os seos antepassados tiravam dahi metal branco; como porém a tropa estava assás inferma, e não traziamos machina de mineração ou de fundição, nem os instrumentos necessarios para sondar o terreno e fazer ensaios, o governador não mandou explorar o metal, e deixou esta empreza para quando de novo passasse por ali; pois essas pedras ficam nas proximidades do Porto dos Reis.

Continuámos a subir contra a correnteza do rio, que estreitava, e penetrámos em uma lagôa, cuja entrada tem mais de legua e meia de largura. Navegámos depois em outro desaguadôro da mesma lagôa, e alcançámos terra firme. A's 10 óras da manhan lançámos ancora na entrada de uma lagôa, onde os Jacocis, os Xaques e os Xanés estabeleceram as suas aldeias.

O governador não quiz ir avante, e expedio logo uma canôa tripolada por alguns cristãos e um interprete, afim de previnir os indios da sua xegada, e pedir que lhe viessem falar. Estes emissarios voltaram no fim de 5 óras, e contaram, que os indigenas tinham vindo recebel-os com grandes demonstrações de alegria, dizendo que já sabiam da xegada do governador, e dezejavam vel-o, assim como aos cristãos. Conforme diceram os indigenas, as aguas tinham baixado muito; o que motivára não ter podido a canôa aportar sinão com muita dificuldade. Acrecentaram, que, para os navios poderem transpôr os baixos, era necessario alivial-os, pois pouco mais de um palmo d'agua avía, e as embarcações calavam 5 ou 6. Estes baixos jaziam perto do Porto dos Reis.

Na manhan seguinte ordenou o governador a partida dos navios e de toda a tropa indiana ou cristan, determinando que subiriamos a remo até os baixos, por onde os

navios deviam passar. Toda a gente recebeo ordem de dezembarcar e meter-se n'agua, a qual apenas dava pelo joelho. Depois, pondo de cada lado do bergantim denominado São Marcos quantos indios pôde admitir, o passaram nos ombros, levando-o á força de braços e sem o descarregarem. Este baixo tinha de extensão mais de um tiro de arcabuz. Foi penozissimo este trabalho; os outros bergantins passaram com menos custo, pois eram menores. Depois que os bergantis fluctuaram, fomos dezembarcar no Porto dos Reis.

Vimos na praia grande numero de indigenas, que nos esperavam com suas mulheres e filhos. O governador dezembarcou, assim como toda a comitiva, vindo os indigenas ao seo encontro. Dice-lhes, que Sua Magestade o mandára para persuadil-os a fazerem-se cristãos, e reconhecerem-se subditos do rei; que, com estas condições, ele os protegeria e os defenderia contra os seos inimigos; que seriam sempre bem tratados e considerados, conforme os dezejos do imperador; e que, si se comportassem bem, lhes daria sempre bons mimos, como não deixava de fazer a todos os omens bravos.

Mandou imediatamente xamar os padres e os religiozos, e dice-lhes, que queria, que sem detença se construisse uma igreja para se celebrar missa para esses indigenas, afim de que servisse isto de exemplo e consolação aos outros cristãos. Recomendou-lhes particular cuidado para com estes ultimos, e depois mandou fazer uma grande cruz de madeira, que mandou enfincar na praia junto a altas palmeiras, em prezença dos oficiaes de Sua Magestade e de muitas outras pessoas, que ali estavam. Depois o notario do governador tomou posse do paiz em nome de Sua Magestade como terra novamente descoberta.

Depois de ter submetido os selvicolas, Alvaro Nunes deo-lhes galantarias, e mandou agazalhar os Espanhóes e os Guaranis nas margens da lagôa. Recomendou-lhes, que não fizessem mal, nem violencia, nem agravo algum aos abitantes d'este porto, pois eram nossos aliados e subditos de Sua Magestade. Prohibio a ida na aldeia ou nas cazas d'eles; pois é a couza, que os indigenas mais

aborrecem, e que mais os irrita. E' certo, que quando os cristãos e os indios, que os acompanham, vão á caza dos selvagens, põem tudo em dezordem, e tomam o pouco que estes possuem. Si os nossos companheiros traficavam com eles, eram obrigados a dar-lhes objétos em troca; do contrario seriam punidos.

CAPITULO LIV

Como os indios do Porto dos Reis cultivam a terra

Os indigenas do Porto dos Reis são lavradores; semêam milho e cultivam mandioca, que é a farinha dos indios. Colhem tambem muito mendubim, similhante a avelans, e fazem 2 colheitas por anno. O paiz é fertil, abundante de caça e mui piscozo.

Estes indios criam muitos patos para prezervarem-se dos grilos, como já dice; criam tambem galinhas, que de noite recolhem em puleiros com receio dos morcegos, que cortam as cristas d'essas aves; o que lhes ocaziona a morte. Estes morcegos, numerozissimos nas margens d'este rio, são de especie daninha; são tão grandes como as rôlas do nosso paiz, e mordem tão suavemente, que se não sente a minima dor. Aos omens nunca mordem sinão nos dedos dos pés, ou na ponta do nariz. Quando muitas pessoas estão reunidas, e uma é mordida, os morcegos não mordem a outra. Não aparecem de dia, e só mordem de noite.

Tinhamos muita dificuldade em prezervar as orelhas dos nossos cavalos. Quando um morcego entra em lugar onde estão cavalos, estes animaes inquietam-se por tal modo, que despertam as pessoas moradoras da caza, e emquanto se não matam os morcegos ou se os não espantam da estribaria, é impossivel repouzar. O governador foi mordido por um d'estes animaes, quando dormia a bordo de um bergantim, tendo um pé descoberto. O sangue correo toda a noite até pela manhan; então sentio frio na perna, e vio o leito ensanguentado, julgando que o tinham ferido; mas procurando-se o lugar da ferida, as pessoas de bordo

começaram a rir, vendo uma mordedura de morcego, que por experiencia conheciam. Vio o governador, que esse animal tinha-lhe tirado um sacabocado na ponta do dêdo do pé. Estes morcegos não mordem sinão em lugares onde existem veias. Fizeram-nos os morcegos uma pirraça. Quando partimos para a viagem de descobrimento, traziamos 6 porcas prenhes, para multiplicação da raça, e quando naceram os leitões e quizeram mamar, não axaram têtas por tel-as os morcegos devorado; morreram pois, e comemos as mães, pois não podiam mais alimentar prole.

Existe n'este paiz outra especie de animaes daninhos; são formigas mui grandes. De 2 qualidades são elas, umas vermelhas, e outras pretas. Quem é mordido, por elas, qualquer que seja a parte ofendida, grita por 24 óras, e róla pelo xão, sendo isto couza mui lastimoza, e emquanto não passam as 24 óras, é baldado todo o remedio ; pois a dor só desaparece findo este prazo.

Axam-se n'esta lagôa grande quantidade de arraias. Muitas vezes as pessoas que iam pescar, pizavam n'elas sem as ver; então esses peixes levantavam as caudas, armadas de um ferrão do comprimento de um dêdo, e feriam os seos agressores. Estas arraias são do tamanho de meio pé ; o seo ferrão é denteado como serra, e si se crava no pé, o traspassa de lado a lado, cauzando dor tão aguda, como a que a mordedura das formigas produz; um remedio porém existe, que a faz desaparecer em um momento. Os indios empregam para isso certa erva, que maxucam, e aplicam sobre a ferida. A dor cessa logo; mas leva-se um mez na cura.

Os naturaes d'este paiz são de mediana estatura, não possuem especie alguma de vestuarios ; trazem orelhas furadas com buracos tão grandes que por eles passa o punho fexado, introduzindo para isso cabaças medianas, que substituem por outras maiores ; emfim metem outras tão grandes, que as orelhas decem até os ombros ; e eis porque os outros indiosos xamam orelhudos, como os Incas do Perú. Quando batem-se, tiram as cabaças, ou as pequenas rodelas, que trazem nas orelhas, e as embrulham em uma trouxa, ou as amarram atraz das costas. As mulheres não ocultam a sua nudez, e ocupam-se em fiar algodão.

Cada varão vive com sua espoza e filhos. Os omens cultivam os campos, e xegada a noite, voltam á caza, onde axam a comida preparada. Nunca trabalham no interior do lar, excéto na estação da colhêta do milho, quando as mulheres vão colhel-o, e o trazem para caza.

D'este lugar em diante os indios começam a ser idolatras, e adoram idolos de madeira de sua fabricação. Conforme o que referiram ao governador, mais no interior das terras, axam-se aborigenes, que têem idolos de ouro e de prata.

Alvaro Nunes buscou com discursos convinhaveis desviar da idolatria os moradores do Porto dos Reis, dizendo-lhes que queimassem os idolos,e os abandonassem,e que acreditassem no verdadeiro Deos,que creou o céo, a terra, os omens, o mar, os peixes, e todas as outras couzas, pois adoravam o diabo, que os iludia. Estes indigenas queimaram pois muitos idolos, não obstante os principaes indios fazerem-lhes medo, dizendo que o diabo os mataria, e estava irritadissimo. Apenas construida a igreja, rezou-se missa, o diabo deixou o paiz, os indios tranquilizaram-se, e não tiveram mais medo algum. Era esta a principal povoação do paiz, tinha pouco mais de meia legua de extensão, e contava 800 cazas ; todos os abitantes são agricultores.

CAPITULO LV

Como os indios de Diogo Garcia estabeleceram-se n'este paiz

A meia legua dahi axamos uma aldeia de 70 cazas, pertencente á nação dos Sacocis, e 4 leguas adiante mais 2, que são dos Xanés, que fixaram-se n'este paiz. Estes indios faziam parte dos que Diogo Garcia trouxera do interior do paiz, e aqui tinham-se cazado. Muitos vieram para ver o governador e diceram, que estavam satisfeitissimos com os cristãos, e que lhes conservavam muita amizade por cauza do bom tratamento, que tinham recebido de Diogo Garcia, quando os trouxera do seo paiz.

Alguns d'eles tinham no pescoço colares de vidros e outros objétos dados por Diogo Garcia, quando viera com eles. Todos estes indios são agricultores, criam patos, e galinhas similhantes ás de Espanha.

O governador tratou-os mui bem, dando-lhes objétos, que trouxera para escaimbar, e os recebeo na qualidade de subditos de Sua Magestade. Pedio-lhes depois, e ordenou-lhes, que fossem fieis a Sua Magestade e bons para com os cristãos, acrecentando que, si assim se comportassem, ele os protegeria, e os trataria melhor do que nunca o tinham sido.

CAPITULO LVI

Conversação do governador com os Xanés

O governador informou-se dos Xanés acerca do interior do paiz e das aldeias ahi estabelecidas. Perguntou quantos dias de viagem avia d'este lugar á primeira povoação do Porto dos Reis. Eis qual foi a resposta do xefe dos Xanés, que poderia ter 50 annos de idade: «Quando Diogo Garcia os trouxe para o distrito, onde viviam, atravessaram o paiz dos Maias, xegaram depois ao dos Guaranis, que mataram quazi todos os indigenas conduzidos por Diogo Garcia; entretanto este xefe indio e outros da sua nação tinham podido escapar, e fugiram, subindo o Paraguai até as aldeias dos Sacocis, que os acolheram. Não tinham ouzado voltar pelos mesmos caminhos tranzitados com Diogo Garcia, receiozos de que os Guaranis os assaltassem e matassem; por consequencia não sabiam em que distancia estavam das aldeias interiores; o que junto á ignorancia do caminho, os impedira de regressar ao seo paiz.» Acrecentou, que os Guaranis abitavam as montanhas d'esta região, conheciam o caminho das terras para onde queriamos ir, e bem o poderiam ensinar, pois n'esse caminho viajam, quando estão em guerra com as povoações interiores.

Foram interrogados sobre os abitantes do seo paiz, e sobre o modo de vida d'eles, e meios de combater. Respondeo, que só avia um xefe, a quem todos obedecem; que muitas aldeias abitadas por indios da sua nação estão em guerra com indigenas xamados Ximeneos e Carcarás. Existem tambem n'este paiz muitos outros selvicolas, que possuem aldeias consideraveis, aos quaes denominam Gorgotoquis, Paiçunos, Estarapecocis e Candirés : todos têm xefes, movem reciproca guerra, e combatem com arco e fréxas. São geralmente agricultores, criam animaes, cultivam em ponto grande milho, mandioca, batatas, e mendubins,e criam patos e galinhas similhantes ás de Espanha, e possuem lhamas (ovelhas grandes). Todos estes indios são inimigos uns dos outros, e trocam arcos, fréxas, cobertores, e outros objetos por arcos, fréxas e mulheres.

Depois de dadas estas informações, estes indios retiraram-se mui contentes, e seo xefe ofereceo-se para acompanhar o governador na sua viagem de descobrimento, dizendo que voltaria com sua mulher e seos filhos para viver no seo paiz natal, como era o seo mais vivo dezejo.

CAPITULO LVII

O governador manda em busca dos indios de Diogo Garcia

Quando o governador obteve o relatorio do xefe indiano, expedio sem demora alguns Espanhóes em busca dos Guaranis do paiz, afim de colher informações e trazer alguns d'esses indigenas para servirem de guia na empreza de descobrimento. Muitos Guaranis, que faziam parte da expedição, foram escolhidos para escoltar os Espanhóes ; esses individuos partiram pois precedidos pelos guias. Voltaram 6 dias depois, e referiram, que os Guaranis tinham deixado o paiz, ficando desabitadas as suas aldeias e cazas, e que todo o paiz parecia abandonado, pois os nossos o percorriam na redondeza de 10 leguas sem encontrar ninguem.

O governador perguntou aos Xanés, si sabiam para onde teriam ido os Guaranis. Responderam, que os

naturaes d'este porto e da ilha vizinha tinham ido fazer guerra aos Guaranis, e tinham morto grande numero d'estes selvagens, fugindo o resto para o interior dos matos. Pensavam, que os Guaranis tinham ido reunir-se a outras tribus da mesma nação, estabelecidas perto de certos indigenas xamados Xaraies, com os quaes elas estavam em guerra, assim como estavam com outros indios. Conforme o dizer d'eles os Xaraies possuem ouro e prata, que lhes dão os naturaes das terras interiores; sendo o paiz povoado por um lado, por onde póde-se ir ás aldeias. Os Xaraies são agricultores, colhem grande quantidade de milho e outros mantimentos, e criam patos e galinhas como as de Espanha.

Alvaro Nunes perguntou quantos dias de viagem se gastavam do porto ao territorio dos Xaraies. Responderam, que podia-se ir ali por terra em 4 ou 5 dias; mas que o caminho era pessimo por cauza de muitos pantanos e lagos; mas quem quizesse ir por agua, subindo o rio em canôas, gastaria 8 ou 10 dias.

CAPITULO LVIII

O governador reune conselho dos oficiaes, e dá-lhes parte das ocorrencias

O governador imediatamente reunio os oficiaes e os padres, aos quaes comunicou as informações sobre os Xaraies e sobre os Guaranis, que vivem proximos das fronteiras d'estes ultimos, e então assentou-se, que por mais segurança iriam 2 Espanhóes e 2 indios Guaranis com alguns naturaes da localidade para falarem aos Xaraies, e examinar o seo paiz e as suas aldeias. Deviam obter d'eles informações sobre as tribus do interior do paiz, e sobre o caminho, que vae ter aos Xaraies, e procurar falar com os Guaranis; pois que por meio d'estes poder-se-ia saber da verdade com certeza.

No mesmo dia 2 Espanhóes xamados Eitor da Cunha e Antonio Correia, interpretes dos Guaranis,

partiram com 10 indios Sacocis e 2 Guaranis. Ordenou-lhes o governador, que dicessem ao xefe dos Xaraies, que ele os enviava para falar-lhe de sua parte, e contratar amizade, rogando que viesse vel-o, porque dezejava conversar com ele. Os Espanhóes tiveram ordem de colher informações sobre as aldeias, natureza das terras interiores e caminho, que conduzia para o territorio d'esse xefe, afim de podermos ir lá. Alvaro Nunes entregou-lhes muitos mimos e um barrete escarlate para o xefe dos Xaraies, e outro tanto para o cacique dos Guaranis, ao qual deviam dirigir o mesmo discurso que ao primeiro.

No dia seguinte o capitão Gonçalo de Mendoça, xegado ao porto com a sua tropa e os navios, contou o seguinte: « Na vespera de Todos os Santos, quando ele navegava perto das margens abitadas pelos Guaxarapos, depois de falar a essa gente, que aprezentara-se como amiga, dizendo ter obrado da mesma fórma com os navios, que antes tinham passado, o vento tornou-se contrario, e os Espanhóes tripolantes dos bergantins dezembarcaram. No momento em que dobravam uma volta do rio, e quando já era possivel manobrar as vélas a bordo das 5 embarcações, que iam adiante, um bergantim comandado por Agostinho de Campos ficou atraz, e toda a equipagem ocupou-se em alar o navio. Os Guaxarapos, vendo todas as pessoas da tripolação em terra, assaltaram, e mataram 5 cristãos, e João de Bolanos afogou-se, tentando refugiar-se em um navio.

Avançavam os nossos camaradas sem desconfiança, consideravam os indios como amigos, e fiavam-se n'eles. Si os outros se não refugiassem nos nossos bergantins, teriam todos perecido, pois estavam desarmados. A morte d'estes cristãos cauzou grave dano á nossa reputação, pois os Guaxarapos iam em suas canôas ter com os indios do Porto dos Reis, seos aliados, para tratar com eles. Contaram-lhes como tinham morto os cristãos; que não tinhamos coragem; que os nossos craneos eram moles; que deviam procurar matar-nos, e que para isto os ajudariam. Desde então os indios do Porto dos Reis começaram a nutrir intenções ostis e a sublevar-se.

CAPITULO LIX

Mensagem do governador aos Xaraies

Antonio Correia, Eitor da Cunha, e os indios, que tinham levado por guias, afim de irem ás aldeias dos Xaraies e entender-se com os abitantes por parte do governador, voltaram 8 dias depois da partida para dar noticia do que tinham feito, e conhecido a respeito do paiz, dos seos naturaes, e dos respectivos xefes. Trouxeram um indio, enviado pelo cacique dos Xaraies, para servir de guia no descobrimento do paiz.

Antonio Correia e Eitor da Cunha diceram, que no mesmo dia, em que deixaram o Porto dos Reis, xegaram ás aldeias de certos indios xamados Artanés. São individuos de grande porte, andam nús, e são agricultores; mas trabalham pouco em terra, porque possuem apenas pequeno territorio cultivavel, sendo a maior parte do paiz inundado, ou coberto de areias secas. São pobres e vivem durante quazi todo o anno da pesca praticada em lagôas vizinhas das suas aldeias. As mulheres d'estes indios são feissimas, pintam o rosto, dezenham variados riscos com a ponta do esporão da arraia, e cobrem a sua nudez. Estes indios são disformes, porque furam o labio inferior, e introduzem no buraco a casca do fruto de certa arvore da grandura e redondeza da cabeça de um fuzo. Isto faz descair o beiço, e torna-o de tão desmedido tamanho, que é couza orrenda.

Antonio Correia e seo companheiro acrecentaram, que os indios Arianés os receberam mui bem em suas cazas, e lhes tinham dado comida. No dia seguinte um indio da tribu viera ter com eles para guial-os no caminho. Tinham tomado agua em cabaças, e durante todo o dia andaram por pantanos com extremo incomodo. Assentando-se um pé, atolava atè o joelho; e logo que firmava-se o outro, só com muito custo podia tirar-se o outro. A lama estava tão esquentada pelo calor do Sol, que escaldava as pernas e produzia xagas dolorozissimas.

No dia, em que tranzitaram n'estes pantanos, pensaram morrer de sêde; pois a agua trazida pelos indios nas cabaças não bastava para metade da viagem. N'essa noite dormiram no campo no meio dos pantanos, e sofreram extrema sêde, fadiga e fome. No seguinte dia pelas 8 óras da manhan xegaram a um poço, cuja agua era mui lamacenta; todavia beberam d'ela, e enxeram as cabaças trazidas pelos indios.

Durante todo o dia andaram em terras inundadas, como tinham feito na vespera, entretanto em alguns lugares axaram agua empoçada, com que se refrigeraram, e uma arvore copada, debaixo de cuja sombra repouzaram, e ahi comeram o resto das provizões. Diceram os guias, que ainda faltava um dia de viagem para xegar ás aldeias dos Xaraies. Sobrevindo a noite descançaram, e de dia pozeram-se de novo a caminho.

Xegaram logo a outros pantanos, dos quaes julgaram não poder sair, tão dificil era a marxa! Além de escaldarem as pernas, atolavam-se atè a cintura, e era quazi impossivel sair de similhante pozição. Estes pantanos tinham pouco mais de uma legua de extensão. Xegaram depois a um caminho mais firme e no mesmo dia, a uma óra da tarde, não tendo eles ainda comido couza alguma, viram uns 20 indios, que pelo mesmo caminho vinham ao encontro d'eles. Estes indios xegavam muito alegres, carregados de pães de milho, patos cozidos, peixes e aluá. Contaram aos Espanhoes como seo xefe, sabendo que eles dirigiam-se ás suas terras por este caminho, mandára trazer-lhes comida, falar-lhes de sua parte, e leval-os á sua prezença. Todas estas pessoas mostravam-se mui contentes com a xegada dos nossos companheiros.

Graças ao que trouxeram ao indios, Antonio Correia e seos companheiros indenizaram-se das privações, porque tinham passado, e n'esse dia, uma óra antes de anoitecer, alcançaram a aldeia. Na distancia de um tiro de bésta, antes de xegar á aldeia, mais de 500 Xaraies vieram recebel-os com muita alegria; todos estavam elegantemente enfeitados com adornos compostos de penas de papagaio e aventaes de conxas brancas, com que encobriam a natural

nudez. Colocaram os Espanhóes no meio d'eles, e os conduziram para a aldeia, em cuja entrada grande numero de mulheres e meninos os esperavam. Todas as mulheres cobriam a parte, que o pudor manda ocultar, e muitas estavam vestidas de saias brancas de algodão, de que uzam, e a que xamam tipoias.

Quando os Espanhóes xegaram á aldeia, aprezentaram-se ao xefe dos Xaraies, o qual estava no meio de 300 indios de boa prezença, a maior parte idozos. Este xefe estava sentado em uma rede de algodão no centro de uma grande praça, e todos os seos subditos estavam em pé em róda d'ele. Apenas xegaram os Espanhóes, os indios infileiraram-se, e formaram uma passagem por onde os nossos companheiros avançaram. Logo que aproximaram-se do xefe, vieram 2 escabelos de madeira, nos quaes o mesmo xefe mandou-os sentar. Depois mandou vir um indio Guarani, que desde muito tempo axava-se estabelecido no paiz. Despozára este uma mulher de nação dos Xaraies, era mui querido, e o reputavam como pessoa do paiz.

O cacique dice-lhes por intermedio d'este indio, que eles eram bem vindos, e que ele muito alegrava-se de os ver, porque, desde muito tempo, dezejava conhecer os cristãos. Ouvira falar d'eles na época, em que Diogo Garcia viera a este paiz; considerava-os como seos parentes, e dezejava muito ver os Espanhóes, porque eram bons e mui amados dos indios, e faziam-lhes dadivas, e não eram aváros; declarando por fim que, si o governador os mandava para obter alguma couza, tudo concederia. Diceram os Espanhóes por boca do interprete, que o governador os mandára, afim de que soubessem d'ele o caminho, que seguia para o interior do paiz; quaes eram as aldeias e as tribus, que ahi se encontrariam, e qual o numero de dias necessarios para xegar até os indios possuidores de ouro e prata.

Sua viagem tinha tambem por fim (acrecentaram eles) notificar-lhe, que Alvaro Nunes Cabeça de Vaca dezejava conhecel-o, e tratar amizade com ele. Expozeram igualmente outras couzas, conforme a ordem do governador, a tudo o que o indio respondeo: Alegro-me de

ter-vos por amigos ; eu e os meos consideramos o governador como nosso amo, e basta-lhe ordenar o que quizer. Emquanto ao caminho para ir ás populações do interior das terras, ignoro, si algum existe ; nem eu, nem a minha gente temos ido a essas paragens, porque todo o paiz cobre-se d'agua durante 2 lunações na época das inundações, e quando as aguas retiram-se, todo o paiz fica em tal estado que é impossivel viajar n'ele. Todavia o indio, que vos fala e é Guarani, tendo estado nas aldeias interiores, conhece o caminho ; e para comprazer ao xefe dos cristãos, mandarei este omem afim de guiar-vos». Com efeito no mesmo instante, em prezença dos Espanhóes, ordenou a este Guarani, que os acompanhasse ; o que este fez de mui boa vontade.

Vendo os Espanhóes, que o xefe selvagem negava a existencia de caminho, apoiando-se em tão fortes razões, e tão boas provas, o acreditaram, atento o que já tinham visto no paiz. Pediram-lhe, que os mandasse acompanhar até as aldeias dos Guaranis, que dezejavam ver. Imediatamente o indio perturbou-se, ficou encolerizado, e respondeo, dissimulando com muita astucia, que os Guaranis eram seos inimigos, estavam em guerra e todos os dias os de uma tribu matavam os de outra, e como ele era amigo dos cristãos, não convinha, que estes fossem procurar os seos inimigos para com eles contrair amizade. Entretanto (acrecentou) si quereis vel-os, pessoas minhas vos conduzirão a eles amanhan pela manhan.

Como era noite este xefe trouxe os viajantes para sua caza, e mandou dar-lhes comida, e uma rede de algodão para deitarem-se; depois ofereceo a cada, si o quizesse, uma rapariga, mas nenhum aceitou o oferecimento, dizendo todos estarem mui fatigados. Na manhan seguinte, uma óra antes de romper o dia, ouvio-se tão grande ruido de tambores e tal gritaria, que a aldeia parecia submergir-se.

Todos os indios cobertos de penas, ornados como quando vão á guerra, e armados de arco e fréxas, reuniram-se n'uma praça fronteira á caza do xefe, e imediatamente este indio mandou abrir a porta de sua caza, afim de que os vissem (estariam ali seguramente 600 omens de guerra), e dice aos Espanhóes: « Cristãos, vede

a minha gente, eis como vão á aldeia dos Guaranis; ide com eles e eles vos levarão e vos deverão trazer, pois si fordes sós, esses indigenas vos matarão, sabendo que estivestes comigo e sois meos amigos». Os Espanhóes vendo que d'este modo não poderiam falar ao xefe dos Guaranis, e arriscavam-se a perder a amizade dos Xaraies, responderam, que tinham rezolvido voltar ao seo xefe para dar-lhe conta do que se passára, e depois que ele desse as suas ordens, voltariam para noticiar-lhe tudo; foi assim que os indios acalmaram-se. N'este dia ficaram todos na aldeia dos Xaraies, a qual póde contar 1.000 abitantes.

A meia legua dahi, e a uma legua mais longe, existiam mais 4 aldeias pertencentes a esta nação, e todas estavam sob as ordens do xefe, de quem falamos, o qual xama-se Camire. Os Xaraies são altos, bem feitos, cultivam a terra, colhem 2 vezes por anno milho, batatas, mandioca e mendubins, e criam patos e galinhas similhantes ás de Espanha. Furam os beiços como os Arianés, e cada um tem sua caza, onde vive com mulheres e filhos. Lavram e semêam, as mulheres colhem e guardam os produtos, e tambem fiam muito algodão. Estes indios criam grande quantidade de patos para destruir os grilos, como acima já dice.

CAPITULO LX

Regresso dos interpretes da terra dos Xaraies

Os Xaraies apanham muito peixe no rio e nos lagos, e fazem tambem consideraveis caçadas de veados. Tendo os Espanhóes passado o dia com o xefe, entregaram-lhe os mimos e o barrete vermelho, que o governador lhes déra. Este indio recebeo o barrete com tanto prazer, que era para ver, e imediatamente ordenou, que trouxessem muitos penaxos de penas de papagaio, e de outras aves, e os deo aos cristãos para levarem ao governador: estes ornatos eram mui elegantes. Os cristãos despediram-se de Camire, o qual ordenou a 20 indios, que acompanhassem os

viajantes, que foram pelos indigenas escoltados até a aldeia dos Arianés, donde voltaram os mesmos indigenas, deixando com os Espanhóes o guia, que o cacique lhes déra.

O governador o acolheo, e fez-lhe demonstrações de amizade, e sem demora perguntou por via de interpretes de que nação era, si sabia de algum caminho para as aldeias interiores. Respondeo, que era Guarani, natural de Itati, lugar sito á margem do Paraguai, e que sendo mui moço, sua nação fizera liga com todos os abitantes do paiz, tendo-se depois dirigido para as terras centraes. Tinha ele acompanhado seo pae e seos parentes para fazer guerra aos indigenas, que tomaram as folhetas e joias de ouro e de prata, que possuiam.

Apenas xegaram ás primeiras cabanas, incetaram as ostilidades, e mataram grande multidão de indios. Grande numero de abitantes fugiram, e azilaram-se em aldeias mais centraes. Imediatamente reuniram-se todas as tribus do paiz, marxaram contra os da sua nação, os derrotaram, e mataram grande numero de pessoas; muitos fugiram para diversos lados, o inimigo os perseguio, cortou-lhes a retirada, e matou quantos se não poderam evadir. Fez por sinaes entender, que 1.200 indios cobriram o campo da batalha.

Este omem foi do numero dos que deveram a salvação á fuga; a maior parte ficou nas florestas, por onde entráram, e ahi estabeleceram-se, não ouzando sair com temor de serem mortos pelos Guaxarapos, Guatós e outras tribus do paiz, por onde deviam atravessar. Este indio não quiz ficar com os que estabeleceram-se nas florestas, e acompanhou a muitos dos seos compatriotas, que preferiram regressar aos seos lares.

Uma noite, estando de marxa, foram descobertos por tribus, que os atacaram e mataram a todos; entretanto podéra ele escapar nos bosques, e continuando a avançar, xegára entre os Xaraies, os quaes o fizeram prizioneiro, e por muito tempo o alimentaram; emfim tomando-lhe amizade, o cazaram com uma mulher da sua nação. Perguntamos-lhe si conhecia bem o caminho, por onde tinha ido com os seos patricios ás aldeias interiores. Respondeo, que fazia muito tempo, que percorrera esse caminho, e

que então tinham os indigenas aberto uma estrada, cortando arvores, e desbastando mato do paiz, que era mui agreste. Julgava, que dahi para cá essa estrada deveria fexar-se pelo crecimento das arvores e matagaes. Em suma ele a não vira depois, não tendo mais passado por ahi, todavia pensava, que uma vez que entrasse na trilha poderia proseguir. Dice tambem, que o caminho começa n'um monte alto e redondo, que está á vista do Porto dos Reis.

Perguntamos-lhe quantos dias seriam precizos para xegar á primeira aldeia? A sua resposta foi, que supunha poder-se em 5 dias xegar ao paiz povoado, que é mui rico em viveres, sendo os abitantes todos agricultores. Bem que a gente da sua nação tivesse destruido e despovoado muitas aldeias na época d'essa expedição, todavia os abitantes tinham vindo repovoar o paiz.

Informamos-nos, si no caminho existiam grandes rios, ou fontes? Respondeo, que vira rios pequenos, mas que tambem encontravam-se alguns mui grandes, assim como fontes, lagos, caça, veados, antas, muito mel e frutas.

Interrogado si na época, em que a sua nação foi fazer guerra no interior do paiz observára, que os abitantes possuiam ouro ou prata, dice, que nas aldeias, que saqueavam, tomavam muitas folhetas de prata e ouro, barbotes, (*) arrecadas, braceletes, coroas, picaretas, e baixela de pequenas dimensões; mas os naturaes do paiz recobraram tudo, quando os derrotaram. Os que escaparam tinham trazido algumas folhetas de prata, colares, e barbotes, que os Guaxarapos tomaram, quando passaram no territorio d'estes ultimos, aos quaes trucidaram. Os que sobreviveram nas montanhas ainda possuiam objétos d'esta natureza. Acrecentou ter ouvido dizer, que os Xaraies tambem tinham taes couzas; e quando estes indios voltavam da guerra contra os outros indigenas, ele os vira trazendo folhetas de prata do interior.

(*) Provavelmente d'este ornamento uzavam os indios, metendo no furo do labio inferior.

Perguntamos-lhe, si queria acompanhar os cristãos para ensinar o caminho? Dice, que sim, e iria de boa vontade, pois seo amo para isto o mandára. O governador o advertio, que refletisse para dizer a verdade do que sabia a respeito do caminho; pois do contrario isto poderia acarretar-lhe muito mal, devendo persuadir-se que si dicesse a verdade, tiraria dahi grandes vantagens. Respondeo, que dicera a verdade do que sabia acerca do caminho, e que dezejava ir com os cristãos ao descobrimento para ensinar-lhes o roteiro.

CAPITULO LXI

O governador determina penetrar no interior do paiz

O governador, obtendo as precedentes informações, e colhendo o parecer dos oficiaes de Sua Magestade, do clero e dos capitães, rezolveo penetrar no interior do paiz para descobrir novas populações, e para isto escolheo 300 omens arcabuzeiros e besteiros. Como o paiz, que iamos atravessar, era povoado, ordenou, que nos provessemos de viveres para 20 dias; o que devia bastar até o lugar abitado. Mandou ficar 100 cristãos no porto para guardar os bergantins com quazi 200 Guaranis, aos quaes deo por capitão João Romero, conhecedor do paiz.

Partimos do Porto dos Reis a 26 de Novembro de 1543. Durante todo o dia, até ás 4 óras da tarde, marxámos por bosques no meio de um paiz fresco e bem sombreado, e seguiamos um caminho pouco batido, por onde conduzia-nos o nosso guia.

N'esta noite pouzámos perto de algumas fontes, e no dia seguinte pozemos-nos de marxa uma óra antes de romper o dia. O guia ia adiante com quazi 20 omens, que abriam caminho, pois á proporção que avançavamos, o axavamos cada vez mais cerrado por arvores, e ervas altas e mui espessas; o que dava cauza a penetrarmos n'esse terreno com extrema difficuldade. N'esse dia, pelas 5 óras da tarde, xegamos a um grande lago, onde os

indios e os cristãos apanharam peixe á mão. Ahi pouzamos n'essa noite.

A' proporção que avançavamos, ordenavamos ao guia, que subisse ás arvores e outeiros para descobrir a estrada e verificar si não se enganava, e si o caminho dirigia-se bem ao paiz abitado.

Os Guaranis, trazidos pelo governador, alimentavam-se de viveres, de que se premuniram, de mel, que colhiam, e de javalis, antas e veados, que matavam. A caça parecia mui comun n'este paiz; entretanto como a tropa era numeroza, e fazia em seo tranzito grande bulha, os animaes afugentavam se e mui poucos se matavam.

Os indios e os Espanhóes comiam igualmente frutas silvestres, que axavam com abundancia. Nenhuma d'aquelas com que se alimentavam lhes fez mal, excéto a de uma arvore, cuja natureza era similhante á dos mirtos; o fruto assimilhava-se aos mirtos d'Espanha, xamados murta, sendo porém um pouco maior e de excelente sabor. Todos os que a comeram, tiveram vomitos ou diarréa, mas estes incomodos duraram pouco, e não produziram grande mal.

Nutriamos-nos tambem do fruto de palmeiras, que são muito comuns n'estas terras e só comiamos a parte carnoza do caroço, que é redondo, e similhante a amendoa doce; os indios fazem d'essa polpa excelente farinha, sendo tambem optimo o fruto da palmeira.

CAPITULO LXII

O governador xega ao rio Caliente

Viajavamos ja por 5 dias no paiz sempre obrigados a abrir caminho com demaziado custo, quando xegámos a um pequeno curso d'agua, que sáe de uma montanha; a agua era assás quente, clara e muito bôa. Os Espanhóes pescaram n'este sitio; e aqui o guia começou a ezitar, dizendo que, como desde muito tempo não andava n'este caminho, já o não conhecia, e não sabia por onde

deviamos seguir ; pois já se não distinguiam os trilhos antigos.

No dia seguinte o governador deixou o rio Caliente, e seguimos o guia com muito custo, abrindo caminho no meio dos bosques e espinháes. No mesmo dia ás 10 óras da manhan aprezentaram-se 2 indios Guaranis para falar-lhe, e diceram, que faziam parte dos indigenas que tinham ficado n'esses dezertos no tempo em que sua nação fizera contra os indios do paiz as guerras, de que temos falado, tendo sido os outros seos compatriotas espostejados. Suas mulheres e seos filhos, com temor dos indigenas, refugiavam-se nos sitios mais reconditos e cerrados; estes individuos seriam em numero de 14.

Confirmaram o que tinham dito os 2 primeiros, isto é, que meia legua mais adiante existia uma pequena caza de Guaranis, onde deveriam axar-se 10 pessoas, entre as quaes estava um dos seos aliados. Conforme o que diziam, outros Guaranis andavam espalhados no paiz dos Xaraies, aos quaes faziam guerra. Parecendo estes indios assustados com a prezença dos cristãos, o governador, por via do interprete, os tranquillizou.

Perguntamos-lhes onde eram as suas abitações. Responderam, que estavam em pouca distancia. Quazi imediatamente suas mulheres, seos filhos e seos parentes apareceram em numero de 14 pessoas. Perguntámos lhes como alimentavam-se n'este paiz, e desde quando o abitavam. Responderam, que cultivavam milho, viviam da caça, mel, e frutos silvestres, abundantissimos n'este paiz, e que seos paes, falecendo depois da derrota, os deixaram mui moços. Os indios mais idozos diceram, que esses individuos pareciam ter 35 annos.

Perguntámos-lhes, si conheciam o caminho, que dava nas aldeias interiores, e quanto tempo era precizo para xegar ao paiz abitado. Responderam, que como eram mui pequenos, quando andaram n'esse caminho, e a ele não voltaram mais, não sabiam por onde se entrava e ignoravam, que tempo se gastava para xegar lá ; acrecentaram porém, que seos paes, moradores na caza situada a 2 dias de jornada dali, tinham muitas vezes percorrido esse caminho e o conheciam.

Vendo que esses indios ignoravam o caminho do paiz, que pretendiamos descobrir, o governador dice-lhes, que voltassem ao seo domicilio, deo-lhes mimos, assim como a suas mulheres e seos filhos, e então os indigenas recolheram-se a suas abitações mui satisfeitos.

CAPITULO LXIII

O governador manda reconhecer a abitação, que estava mais no interior das terras

No dia seguinte o governador mandou um interprete com 2 Espanhóes e 2 indios para reconhecerem a caza, que se dizia estar mais adiante, afim de aprenderem o caminho e saberem quanto tempo era precizo para xegar ao primeiro paiz abitado, e deo ordem para o avizarem, o mais cêdo possivel, de tudo quanto colhessem, afim de que ele podesse deliberar. No dia seguinte ao da partida do interprete e dos seos companheiros, mandou a tropa avançar pelo mesmo caminho, que os exploradores seguiam.

Depois de termos marxado assim durante 3 dias, aprezentou-se um indio ao governador, e entregou-lhe uma carta do interprete, o qual lhe noticiava ter xegado á caza dos indios, e ter falado com o individuo que conhecia o caminho do interior do paiz. Este omem dicera, que o primeiro sitio abitado era no cume de uma montanha xamada Tapuaguassú; que xegando-se a esse lugar, que é um roxedo altissimo, descobre-se extenso paiz abitado; que de sua caza a Tapuaguassú podiam mediar 16 dias de viagem atravéz do dezerto; e que a estrada era penivel por cauza das arvores, ervas e altos e extensos espinhaes, que a embaraçavam.

Acrecentava o interprete, que depois que deixaram o governador o terreno era coberto de brenha tão dificil, que tinham sofrido muitas fadigas, tendo feito a maior parte do caminho andando de gatinhas. O indio até dizia, que o caminho, que ainda faltava percorrer, era muito peior do que a parte que já tinham andado. Os exploradores

escreveram tambem, que trariam o indio, afim de que o governador tomasse informações d'esse omem.

Depois de lida esta carta, Alvaro Nunes seguio a mesma direção seguida pelo mensageiro, e axou o terreno tão obstruido e tão coberto de arvores corpulentas e de matagaes, que durante um dia inteiro não podiam os caminhantes derribar mato bastante para abrir caminho na extensão de mais de um tiro de bésta. Sobrevindo abundantes xuvas, temeo o governador que dahi proviessem danos á sua tropa, e que as suas munições se estragassem; mandou pois abrigar a gente em cabanas, as quaes, deixadas pela manhan, agora serviram-lhe de refugio.

CAPITULO LXIV

Regresso do interprete, que fôra mandado á abitaçao indigena

O interprete voltou no dia seguinte ás 3 óras da tarde, e trouxe comsigo o indio, que dizia conhecer o caminho. O governador recebeo-o, falou-lhe com suma bondade, e deo-lhe alguns mimos, com os quaes este omem ficou satisfeito; depois ordenou ao interprete, que de sua parte dicesse, e até pedisse ao indigena, que indicasse francamente o caminho do paiz abitado. Este omem respondeo, que desde muito tempo por ali não andava, mas que entretanto o conhecia; acrecentando que muitas vezes passàra ali, indo para Tapuaguassú, donde avistava-se a fumaça de todas as aldeias.

Ele ia a Tapuaguassú buscar fréxas, que ali fabrican com abundancia; mas desde muito tempo deixara de ir ali, porque, antes de xegar lá, vira o fumo dos fógos dos indios; o que lhe mostrava, que essa gente começava a repovoar o paiz, que abitava antes da época das guerras. Receiozo de que o matassem, não ouzára proseguir na sua marxa, sendo o caminho tão obstruido de arvores, que é precizo insano trabalho para andar por ele. Pensava, que cortando arvores e abrindo caminho, xegar-se-ia a Tapuaguassú em 16 dias.

Perguntámos-lhe, si ele queria ir com os cristãos para mostrar o caminho; dice, que iria de mui boa vontade, embora tivesse muito medo dos indigenas. O governador, em razão do relatorio d'esse indio, da dificuldade, e das inconveniencias do caminho, como indicava o informante, reunio os oficiaes de Sua Magestade, os padres, e os capitães afim de combinar sobre o que convinha fazer para descobrir o paiz, e comunicou-lhes o que esse indio dicera. Responderam, que viam a maior parte dos Espanhóes faltos de provizões, de que por 3 dias ja estavam privados, e não ouzavam pedil-as por cauza da dezordem observada no consumo.

Com efeito tendo o primeiro guia, que trouxeramos, assegurado que no quinto dia axariamos com que alimentar-nos, terra bem abitada, e abundantes viveres, e contando com essa promessa por supol-a verdadeira, os cristãos e os indios tinham consumido com pouca economia e pouca previdencia os mantimentos conduzidos para a viagem. Cada cristão tinha recebido 2 arrobas de farinha.

O governador, de acordo com o parecer do conselho, devia considerar, que os viveres existentes apenas bastariam para 6 dias, depois dos quaes a tropa não teria mais alimentação. Pensava pois o conselho, que seria perigozissimo avançar sem provizões, tanto mais quando os indios nunca dizem nada de pozitivo; e embora o guia assegurasse na verdade, que só faltavam 16 dias de viagem, podia comtudo faltar muito mais; e quando fosse precizo voltar, a fome o impediria, e morreriam todos, como aconteceo em viagens de descobrimentos feitas n'este paiz.

Por consequencia eram os consultores de parecer, que a segurança e a existencia dos cristãos e dos Indios seos companheiros exigiam o regresso ao Porto dos Reis, onde ficaram os navios. Ali poderiamos prover-nos de viveres e continuar o descobrimento. Tal foi o alvitre dos membros do conselho, os quaes acrecentaram, que, si necessario fosse, requereriam ao governador em nome de Sua Magestade para conformar-se com esse alvitre.

CAPITULO LXV

Regresso do governador e da sua tropa ao Porto dos Reis

Vendo o governador o parecer dos padres, dos oficiaes e dos capitães, considerou a dificil situação em que axava-se a sua tropa, e o dezejo por todos manifestado de voltar. Expôz todavia a grande desvantagem, que rezultaria d'este projeto, e dice, que era impossivel axar no Porto dos Reis viveres bastantes para alimentar tanta gente, e prover-se de novo, e que o milho ainda não estava maduro, nem os abitantes do lugar tinham nada para fornecer; lembrando terem os indigenas dito, que a subida das agoas não tardaria; o que colocaria os Espanhóes e os indios em grandes embaraços.

Estas razões e ainda outras expostas pelo governador não obstaram os Espanhóes de persistir no dezejo de voltar. Conhecendo a vontade pozitiva, que tinham de regressar, e não querendo dar ocazião a motins, que trariam a punição de muitas pessoas, vio-se forçado a ceder e previnio, que no dia seguinte estariamos no Porto dos Reis. No dia imediato pela manhan expedio para Tapuan o capitão Francisco Ribera, o quál oferecera-se para essa expedição com 6 cristãos, e o guia, conhecedor do caminho, e deo aos expedicionarios 11 xefes indigenas por escolta. Estes xefes indigenas não deviam deixar a expedição emquanto esta não regressasse, sendo advertidos que seriam punidos, si abandonassem o seo comandante, e Alvaro Nunes com toda a sua gente, imédiatamente pôz-se a caminho para o Porto dos Reis aonde xegou dentro de 8 dias, bem contente por não ter avançado mais.

CAPITULO LXVI

Os indios querem matar as pessoas, que tinham ficado no Porto dos Reis

Quando o governador voltou ao Porto dos Reis, o capitão João Romero, que ele ahi deixara como seo lugar-tenente, contou-lhe, que pouco tempo depois da

sua partida, os indios do porto e os de uma ilha distante dali uma legua tinham rezolvido assassinar todos os cristãos, que tinham ficado,e apoderar-se dos bergantins. Com esta intenção tinham reunido todos os naturaes do paiz, tinham-se ligado com os Guaxarapos, nossos inimigos, e com muitas outras nações, e tinham decidido atacar os Espanhóes durante a noite. Sob pretesto de traficar, vinham espionar, mas não traziam viveres, como costumavam, e até tinham claramente dito, que viriam matar os cristãos.

O governador, siente d'isto, mandou xamar os xefes indigenas, e ordenou-lhes, em nome de Sua Magestade, que renunciassem as ostilidades, e mantivessem as convenções de paz; pois que ele e todos os cristãos os tinham tratado como amigos, sem lhes ocazionar mal nem dano algum. Recordou-lhes, que ele mesmo dera numerozos mimos; que os protegeria contra os seos inimigos; e que, si obrassem em contrario, os reputaria como em estado ostil, e lhes faria guerra. Fez estas ameaças em prezença do clero e dos oficiaes; e depois distribuio barretes vermelhos e outros objétos. Prometeram de novo ser amigos dos cristãos e expelir do meio d'eles os indios vindoscontra nós,que eram os Guaxarapos e outros gentios.

Passados 2 dias depois da sua xegada ao Porto dos Reis, estando reunido grande numero de Espanhóes e indigenas, temeo o governador, que essa multidão sofresse fome, pois era precizo alimental-os, e não tinha em todo o paiz outros viveres sinão os que estavam a bordo dos bergantins fundeados no porto. Estas provizões eram mui diminutas, e apenas restaria quantidade suficiente para 10 ou 12 dias para toda a tropa, a qual, contando cristãos e indigenas, subia a mais de 3.000 omens. Reduzido a esta extremidade, e vendo toda essa gente em perigo de morrer de fome, Alvaro Nunes reunio todos os interpretes, e mandou-os ás aldeias vizinhas procurar viveres e dar em troca mercadorias, que entregou-lhes em consideravel quantidade. Foram estes individuos, mas não axaram provizões.

Sabendo d'isto o governador, mandou xamar os principaes indios do paiz, e perguntou-lhes onde poderia

obter viveres por objétos de negocio. Responderam eles, que na distancia de 9 leguas dali viviam nas margens de um grande lago indigenas xamados Arianicozis, que possuiam grande abundancia de viveres, e que forneceriam a quantidade de que tivessemos precizão.

CAPITULO LXVII

O governador manda o capitão Gonçalo de Mendoça buscar viveres

Informado assim o governador, convocou os oficiaes, o clero, os capitães e outras pessoas experimentadas para combinar sobre o que convinha fazer ; pois toda a gente queria viveres, e os não tinhamos para dar, e a tropa estava a ponto de debandar-se e correr o paiz para obter mantimentos. Reunidos os oficiaes e os padres, dice-lhes o governador, que o perigo da fome de todos era tão urgente, que cumpria, sem demora, dar remedio ao mal, si não queriamos sucumbir, e como os indios Arinicozis tinham viveres, pedia parecer sobre o que convinha fazer. Responderam todos unanimemente, que ele devia mandar ás aldeias dos indios a maior parte da tropa, para que esta ali axasse meios de viver e comprar provizões, que se expediriam sem demora ás pessoas que com ele ficassem no porto. Diceram mais, que, si os indios recuzassem fornecer mantimentos mediante pagamento, cumpria tomal-os á força, e si os selvagens a isto se opuzessem, começassem as ostilidades, afim de adquerir viveres, visto como do contrario todos morreriam de fome, quando aliás do proprio altar é licito tirar com que alimentar-nos. Tal foi o parecer, que deram e assinaram com os seos nomes.

Foi pois rezolvido, que um capitão fosse encarregado das seguintes instruções: « Capitão Gonçalo de Mendoça, eis o que tendes de fazer nas aldeias, em que ides buscar viveres para as nossas tropas, afim de que não morram de fome. Pagareis as provizões, para que os Socorinos, os

Sococis e outras tribus moradoras nas circunvizinhanças fiquem satisfeitas. Dir-lhes-eis em meo nome ,que admiro não terem elas vindo ver-me, como as demais nações do paiz, e que consta-me, que são omens bravos, a quem por conseguinte dezejo ver, e de quem busco ser amigo. Dar-lhes eis das minhas mercadorias, e acrecentareis, que venham fazer ato de submissão a Sua Magestade, como já praticaram todos os outros indios. Si se conformarem com estas ordens, não cessarei de protegel-os contra aqueles que quizerem fazer-lhes mal. Deveis dar a maior atenção para que no tranzito das aldeias dos indios nossos amigos ninguem da tropa que levaes se introduza nas suas abitações e pratique qualquer violencia. Tudo quanto comprardes e tudo quanto vos derem deve ser pago á sua satisfação, afim de que não tenham motivo de queixa. Quando xegardes ás aldeias pedireis viveres aos indios, e os empregareis na sustentação da vossa tropa. Oferecereis pagamento com palavras amigaveis; e si não quizerem dar mantimentos, os intimareis uma, duas, trez e mais vezes, emfim tantas quantas o deveis legalmente fazer. Oferecereis préviamente o valor d'esses mesmos mantimentos, e si recuzarem dar, os tomareis á força, e si a isto se opuzerem com mão armada, fazei-lhes guerra; pois a tanto nos obriga a fome, que sofremos. Em tudo quanto poder acontecer, vos dirigireis com cautela e moderação conveniente ao serviço de Deos e de Sua Magestade, que confia em vós, como deve confiar em um dos seos servidores. »

CAPITULO LXVIII

O governador manda um bergantim tripolado pelo capitão Fernando de Ribera para descobrir o rio dos Xaraies

Tendo Alvaro Nunes Cabeça de Vaca despaxado o capitão Gonçalo de Mendoça, conforme o parecer do clero, dos oficiaes do rei e dos capitães, partio este oficial aos 15 de Dezembro do mesmo anno com 120 cristãos e 600 indios, bons frexeiros, numero suficiente para muito mais consideravel expedição.

Os indigenas do Porto dos Reis avizaram ao governador, que, subindo o rio Igatú, os bergantins poderiam transportar as tropas ao paiz dos Xaraies ; que as aguas começavam a crecer, e que estes navios navegariam mui facilmente. Diceram-lhe tambem,que os Xaraies e outros indios moradores nas margens d'este rio possuiam abundantes viveres, e que n'este mesmo lugar existiam outras torrentes mui rapidas, que vinham das terras interiores e lançavam-se no rio Igatú. Ahi axavam-se, como afirmavam, grandes aldeias de indios bem providas de viveres.

Dezejando explorar as partes desconhecidas d'este rio, o governador mandou o capitão Fernando de Ribera, com 52 omens e um bergantim, devendo o dito capitão subir até á aldeia dos Xaraies, falar com o xefe d'estes, informar-se de qualquer provoação que existisse mais para adiante, e depois ir ver este mesmo xefe e observal-o pessoalmente. Nem ele nem ninguem da sua tropa tinha permissão de dezembarcar, sómente o interprete e mais 2 pessoas deviam procurar ver os moradores ribeirinhos,tratar com eles, e fazer-lhes mimos e propozições de paz. O governador para ficar bem informado do que o paiz contém encarregou o capitão d'instruções e de muitos mimos, dizendo-lhe de viva voz o que era necessario fazer em bem do serviço de Sua Magestade e da felicidade do paiz.

Fernando de Ribera fez-se á vela aos 20 de Dezembro do mesmo anno. Alguns dias depois da sua partida o capitão Gonçalo de Mendoça escreveo, que, apenas xegado a aldeia dos indios Arianicozis, despaxára um interprete para dizer-lhes, que vinha pedir a venda de viveres, os quaes pagaria em mercadorias de bom gosto, em colares, facas, e cunhas de ferro, couzas estas que eles apreciam muito, e que lhes daria grande quantidade de anzóes.

O interprete levou estas mercadorias para que vissem e conhecessem, que não vinhamos fazer-lhes mal, nem tomar-lhes couza alguma por força ; mas esse interprete não tardou em voltar,fugindo diante dos indios, que pretendiam matal-o. Lançaram uma nuvem de fréxas,

dizendo que não queriam a vinda dos cristãos ao seo domicilio, e que recuzavam dar-lhes qualquer couza, e antes os matariam, pois que os Guaxarapos, nação belicozissima, tinham vindo socorrel-os. Estes ultimos, acrecentavam eles, tinham morto grande numero de cristãos, e proclamavam, que os Espanhóes tinham o craneo móle e não eram valentes.

Gonçalo de Mendoça mandou de novo o mesmo interprete para pedir-lhes e intimal-os afim de dar-lhe viveres. Despaxára com este omem alguns Espanhóes para verem o que se passava, e todos estes individuos voltaram perseguidos pelos indios, dizendo que os indigenas investiram armados, e tinham atirado grande quantidade de fréxas, clamando contra os invazores das suas terras, aos quaes recuzavam dar viveres. O capitão avançou pois com a sua tropa para sugeital-os, e quando xegou perto do aldeiamento todos os indios sahiram ao seo encontro, atirando uma nuvem de fréxas, e procuraram matar os Espanhóes sem os querer ouvir nem escutar. Eis porque no interesse da propria defeza, os nossos compatriotas mataram 2 indigenas com tiros de arcabús. Vendo isto os inimigos, embrenharam-se na floresta.

Os Espanhóes dirigiram-se então ás cazas indigenas, aonde axaram grande quantidade de viveres, milho, mendubis, ortalices, batatas e outros generos alimenticios. Sem perda de tempo Gonçalo de Mendoça mandou um indio, que tinha prendido, para dizer aos outros selvagens, que voltassem para as suas cazas, prometendo tratal-os como amigos, e pagar os viveres tomados, quando fugiram. Recuzaram tudo, recomeçaram as ostilidades, estabeleceram um acampamento, fortificaram as suas cazas e até queimaram grande parte d'elas. Esta gente reunio-se com varias outras consideraveis povoações indigenas para matar os Espanhóes; assim o diziam, e não cessavam de vir fazer aos nossos companheiros todo o mal possivel.

O governador mandou ordem ao capitão para fazer todos os esforços afim de xamar os indios ás suas cazas, ordenando lhe, que não permitisse, que se fizesse mal algum a estes selvagens; que pagasse todas as provizões,

violentamente tomadas; que os pacificasse; e que fosse procurar viveres em qualquer outra parte.

O capitão imediatamente avizou, que os tinha mandado xamar, e déra toda a segurança para voltarem ás suas cazas, protestando que os considerava como seos amigos, não lhes faria mal, e os trataria bem; eles porém tinham-se recuzado a tudo e proseguiram nas ostilidades, cauzando-nos todo o dano possivel, unidos aos Guaxarapos e Guatós, nossos inimigos, com os quaes tinham-se coligado.

CAPITULO LXIX

Regresso do capitão Francisco Ribera

A 20 de Janeiro de 1544 o capitão Francisco Ribera voltou acompanhado por 6 Espanhóes, que o governador expedira com ele, com o guia e 3 indios, resto dos 11 Guaranis, que faziam parte da sua expedição. Fôra ele mandado, como já dice, para descobrir e observar com seos proprios olhos as aldeias situadas do lado donde vinha o governador. Tinham avançado para alcançar Tapuaguassú, onde, conforme declarava o guia, começavam as abitações dos indios possuidores de todo o paiz. Com a xegada dos 6 cristãos, que voltavam feridos, toda a gente alegrou-se com eles, e rendeo graças a Deos, vendo-os escapos dos perigos de tão arriscado caminho.

Em verdade o governador julgava-os perdidos; pois dos 11 indios,que estavam com eles, 8 os tinham abandonado. Estava ele irritadissimo contra estes ultimos, e os xefes indigenas, seos parentes, pediram-lhe, que os prendesse, quando xegassem, por terem abandonado os cristãos, não obstante terem sido estes confiados á sua guarda até regressarem á prezença do governador. Diziam estes xefes, que como os seos subalternos não tinham observado a recomendação, mereciam a corda. Alvaro Nunes os reprehendeo, e os advertio, que si repetissem o fato, os puniria; como porém era a primeira vez, que faltavam ás suas ordens, os perdoou,receiando cauzar desgosto aos indios da respectiva nação.

CAPITULO LXX

O capitão Francisco Ribera dá conta da sua viagem de exploração

No dia seguinte o capitão Francisco Ribera compareceo em prezença do governador com os outros 6 Espanhóes. Deo conta da sua viagem e dice, que depois de o ter deixado, marxára, seguindo o guia, durante 21 dias sem parar por meio de um paiz coberto de espinhaes e arvoredo tão denso, que era impossivel avançar sem pôr o pé no xão, e abrir caminho para passar. Em certos dias andavam uma legua; algumas vezes em 2 dias não andavam meia legua, por cauza dos espessos matagaes, silvados e florestas.

Durante toda a marxa tinham seguido a direção do oéste, e por todo o tempo, que estiveram n'estas terras, alimentaram-se de veados, javalis, e antas, que os indios matavam a frexadas, sendo a caça tão abundante que matava-se a pauladas quanta se precizasse. Axavam tambem grande quantidade de mel nas cavidades das arvores, assim como frutos silvestres capazes de alimentar quantas tropas saissem para descobrimentos.

No vigecimo primeiro dia descobriram um rio, que corria para o poente. Os companheiros do capitão apanharam n'ele grande porção de peixes da especie, a que os indios xamam piraputanas, e que parecem-se com o savel. Os Espanhóes passaram este curso d'agua precedidos do guia, e axaram rastos frescos de indigenas; pois n'esse dia tinha xovido, e a terra estava umida. Via-se, que os indigenas tinham caçado por ali, e seguindo o trilho dos rastos axaram grandes tulhas de milho, cuja colhêta então começava.

N'este momento um indio, que não podera esconder-se, veio ter com os adventicios, mas estes não compreenderam a sua linguagem. Trazia o indio no beiço inferior um volumozo barbote de prata, e tambem tinha arrecadas de ouro. Segurou Francisco Ribera pela mão, e fez-lhe sinal para o acompanhar; o que este praticou. Perto

dali avistaram uma grande caza de palha e de madeira, e quando aproximaram-se da caza, viram mulheres e alguns outros indigenas tirarem dali panos de algodão e varios outros objétos, e pôrem-se diante das tulhas de milho. O indio fez os Espanhóes entrarem na caza, donde as mulheres e outros indigenas tinham retirado tudo quanto ali existia, e para não passarem em frente dos cristãos, abriram a palha das paredes da caza, e pela abertura assim praticada transportaram tudo. Os nossos exploradores viram tirar de certos caldeirões xeios de milho, folhetas, maxados, e braceletes de prata, que passaram pelos buracos das paredes de palha.

Este indio parecia xefe da familia, julgando-se assim pelo respeito, que os outros lhe tributavam. Acolheo ele em sua caza os Espanhóes, mandou-os sentar, e ordenou a 2 Oregones (indios orelhudos), que tinha como escravos, que déssem aos óspedes para beber aluá (vinho de milho), de que estavam xeias varias jarras de barro enterradas no xão até a boca. Os 2 Oregones diceram, que na distancia de 3 jornadas dali existiam cristãos e indios xamados Paiçunos, e depois ensinaram aonde ficava Tupuaguassú, que é uma montanha extensa e alta.

Logo depois xegou crecido numero de indigenas pintados, enfeitados de penas, e armados d'arco e fréxas, como quando vão á guerra. O indio falou-lhes com extrema volubilidade, tomou um arco e fréxas, e despaxava portadores, que iam e vinham, levando as suas ordens; o que indicou aos Espanhóes, que ele convidava as aldeias pouco distantes, afim de reunirem-se com a sua gente para matal-os. O capitão dice aos cristãos, seos companheiros, que saissem já todos da caza, e voltassem pelo mesmo caminho, por onde tinham vindo, antes que se reunisse maior numero de indios; pois mais de 300 já estavam congregados.

Dice-lhes Francisco Ribera, que fossem procurar varios cristãos, que andavam ali por perto, e que, como os outros indigenas tinham ainda de vir, os fizessem esperar. Eis como os nossos companheiros escaparam-se; mas a um tiro de pedra da distancia da caza, vendo os indigenas que os cristãos iam-se embora, correram atraz

d'eles, fazendo grande algazarra, atirando uma xuva de sétas, e acompanhando-os até a floresta, onde os Espanhóes defenderam-se.

Os indios pensando que ali estava maior numero de cristãos, não ouzaram penetrar no mato, e os deixaram seguir; mas todos os Espanhóes ficaram feridos. Tomaram estes novamente a estrada, que tinham trilhado, e gastaram somente 12 dias no caminho, que da primeira vez percorreram em 21, isto é, desde o lugar donde tinham sido enviados pelo governador até o Porto dos Reis. Pensava o capitão, que d'este porto ás aldeias indigenas decorriam 70 leguas.

Uma lagoa situada a 20 leguas do porto, a qual tinham atravessado com agua pelos joelhos, estava tão aumentada na ocazião do regresso, que as aguas estendiam-se a mais de uma legua pelas terras a dentro. Tinha ela mais de 2 lanças de profundidade; e a transpozeram em jangadas com infinito trabalho. Acrecentou o capitão, que para penetrar no interior das terras era necessario esperar, que as aguas d'esta lagôa baixassem. Os indios vistos por ele xamam-se Tarapecocis, têem viveres com abundancia, e criam patos e galinhas similhantes ás nossas. Tal foi a relação de Francisco Ribera e dos Espanhóes, que o acompanharam, e foram testimunhas com o guia dos fatos acima relatados; repetindo todos as mesmas couzas, que o capitão já tinha dito.

No Porto dos Reis existiam alguns indios da nação dos Tarapecocis, d'entre os quaes xegava Francisco Ribera. Tinham vindo com o interprete Diogo Garcia, quando fez a sua viagem em busca das aldeias do interior do paiz, e voltou depois de ter batido os Guaranis no rio do Paraguai. Estes indios tinham fugido com os Xanés, que deixaram o seo paiz natal, e todos viviam juntos no Porto dos Reis.

Querendo o governador tomar informações, mandou xamar estes indios, os quaes, vendo as fréxas trazidas por Francisco Ribera, as reconheceram, manifestaram alegria e díceram, que as sétas eram as de que se serviam os Tarapecocis. Perguntou-lhes o governador,

porque os seos compatriotas tinham querido matar as pessoas enviadas para vel-os; responderam, que os Tarapecocis não eram inimigos dos cristãos, mas que ao contrario os amavam, desde que Diogo Garcia estivera no paiz, e comerciara com eles, e que si os tinham querido matar é porque levavam comsigo os Guaranis, aos quaes reputam como inimigos, tendo essa gente ido ao seo territorio para os exterminar. Convinha (diziam eles), que os cristãos trouxessem um interprete para explicar os motivos da viagem; pois costumam eles indigenas não fazer guerra a quem não os prejudica. Si os estrangeiros trouxerem interprete, a quem compreendam (acrecentaram) tratarão bem a todos aqueles que forem vel-os, fornecerão viveres, e lhes darão ouro e prata, que são procurados entre as nações do interior do paiz.

Perguntámos-lhes, quem lhes ministrava ouro e prata, e porque meio adqueriam estes metaes. Diceram, que os Paiçunos, moradores na distancia de 3 jornadas dali, davam-lhes estes metaes em troca de arcos, fréxas e escravos, que aprizionam em outras nações. Conforme asseveram estes indios, os Paiçunos obtêem esses metaes dos Xanés, Ximens, Carcarás, Candires e outras nações indigenas, que os possuem com abundancia.

Mostrámos-lhes uma lampada de cobre polido e mui brilhante afim de verem, si o ouro, que tinham, era d'esta especie. Diceram, que o da lampada era falso e sem valor, e que o ouro do seo paiz era mole, não tinha máo xeiro, e era mais amarélo. Aprezentámos-lhes logo um anel de ouro, e diceram, que era igual ao da sua terra. Mostrámos-lhes um prato de estanho mui limpo e brilhante, e perguntámos-lhes, si a prata do seo paiz era d'esta especie; responderam, que esta fedia, era falsa e mole, e que a do seo paiz era mais branca e dura, e não xeirava mal. Mostrada uma taça de prata, pareceram contentes, e diceram, que tinham grande quantidade d'esta materia fabricada em vazos e outros objétos do serviço domestico dos indigenas, em folhetas, braceletes, corôas, maxados, e outros utencilios.

ÇAPITULO LXXI

O governador xama o capitão Gonçalo de Mendoça

O governador, no intuito de ordenar as couzas necessarias para a viagem de descobrimento, como o exigia o serviço de Sua Magestade, mandou sem demora xamar o capitão Gonçalo de Mendoça, afim de que este e a sua tropa deixassem as terras dos Arianicocis. Este capitão tinha ordem de restituir os indigenas ao seo domicilio, e antes de voltar concluir pazes com eles.

Quando Francisco Ribera voltou com os 6 Espanhóes, a tropa assistente no Porto dos Reis começou a ser atacada de febres, de tal sorte que não avia gente bastante para montar guarda. Os proprios indios Guaranis cahiram todos doentes, e muitos morreram. Gonçalo de Mendoça avizou, que a sua gente tambem tinha sido atacada de febre nas terras dos Arianicocis, e que para os bergantins mandava todos doentes e cançados. Não tinha podido concluir paz com os indigenas, embora tivesse prometido fazer-lhes muitos donativos, vindo esses gentios constantemente atacal-o.

Afirmava ele, que o paiz era abundante de viveres, que encontravam-se nos campos e nos lagos, e dizia, que, além das provizões já remetidas, deixára grande quantidade de mantimentos, afim de que estes indios podessem alimentar-se, e levava tambem alguma porção a bórdo dos seos bergantins. A doença, que acometera a toda a gente, provinha de estarem as aguas danificadas em todo o paiz, e crecendo estas aguas tornavam-se salôbras.

N'este tempo os indios de uma ilha situada a uma legua do Porto dos Reis, os quaes denominavam-se Socorinos e Xaques, vendo os cristãos doentes e debilitados, começaram a fazer-lhes guerra, e já não vinham mais negociar, nem fazer permutações com os cristãos, nem tambem os preveniam mais de que certos indios falavam mal d'eles, particularmente os Guaxarapos, e até coligaram-se com estes ultimos, e pozeram-se em campo para combater os Espanhóes.

Os Guaranis, que vinham na esquadra, iam em suas canôas na companhia de alguns cristãos pescar em uma lagôa, em distancia de um tiro de pedra do acampamento. Uma manhan ao romper do dia, 5 cristãos, 4 dos quaes muito moços, tendo partido nas canôas com alguns Guaranis, foram apanhados pelos Xaques, Socorinos e muitos outros abitantes da ilha. Estes mataram alguns Guaranis recentemente convertidos, e levaram para a ilha muitos outros, aos quaes tambem mataram. Expostejaram os 5 cristãos, e os dividiram com os Guaxarapos, Guatós e outros indigenas dos arredores do porto, a que xamam Porto do Velho.

Outras tribus, a que tinham-se associado para fazer-nos guerra, tiveram a sua parte, e comeram a carne d'estes infelizes na ilha e n'outras aldeias. Não contentes com isto, como a tropa estava doente e fraca, vieram com extrema audacia atacar a aldeia ocupada pelos cristãos e pôr-lhe fogo. Começaram estes a dar altos gritos bradando : « A's armas! ás armas! Os indios matam os cristãos». Como toda a gente estava armada, marxaram ao encontro dos agressores, os quaes apoderaram-se de varios cristãos, que dezembarcavam do lago, e entre outros de um tal Pedro Mepen, mataram alguns cristãos, que ali pescavam, e os comeram, como fizeram com os 5 primeiramente apreendidos.

No dia seguinte de madrugada, vimos avultado numero de canôas tripoladas por uma multidão de gente de guerra, que xegava precipitadamente do outro lado do lago, dando grandes gritos e fazendo sinaes com os arcos e fréxas levantadas ao ar para dar-nos a entender, que entravam em campanha; e assim penetraram na ilha situada na lagôa do Porto dos Reis, e em uma só refrega mataram-nos 58 cristãos.

O governador, vendo este dezastre, dice aos indigenas do porto, que pedissem aos da ilha os cristãos e os indios, que nos tinham aprizionado. Responderam, que as pessoas pedidas, tinham estado ali, mas que os Guaxarapos as tinham levado comsigo. Desde então, durante as noites, vinham percorrer a lagôa para ver si podiam apreender alguns cristãos ou indios ocupados em pescar, e opunham-se á pescaria, dizendo que o territorio lhes

pertencia; que os cristãos não tinham direito de pescar ali; e que deviam os mesmos cristãos deixar o paiz, pois do contrario nos matariam.

O governador mandou-lhes dizer, que se abstivessem de ostilidades, e respeitassem os tratados por eles celebrados, e trouxessem os prizioneiros cristãos e indigenas, prometendo que, n'este cazo, seriam tratados como aliados; mas que si a isto se recuzassem, procederiamos contra eles como inimigos. Por muitas vezes transmitio-lhes esta mensagem, e por muitas vezes os prevenio; mas recuzaram obedecer, não cessando com as ostilidades, e fazendo-nos todo o mal possivel.

Vendo Alvaro Nunes, que de tal procedimento nenhum exito se colhia, ordenou, que contra eles se instaurasse processo judicial. Feita a devassa, foram reconhecidos e declarados inimigos; e como, na forma do parecer dos oficiaes de Sua Magestade e dos padres, podia-se-lhes fazer guerra, esta fez-se, e o paiz ficou abrigado das devastações diariamente cometidas pelos indigenas.

CAPITULO LXXII

Fernando de Ribera regressa da viagem d'exploração empreendida de rio acima

A 30 de Janeiro do anno de 1543 o capitão Fernando de Ribera veio com o navio e tropas, que o governador lhe confiara para explorar o rio de aguas acima. Como porém no regresso ele foi acometido de febres com toda a sua gente, não pôde dar relação dos seos descobrimentos.

N'esta época as aguas dos rios tinham crecido extraordinariamente, e todo o paiz estava inundado; o que o impedio de empreender a viagem de descobrimentos. Os naturaes do paiz dizem, que as aguas crecem durante 4 mezes e elevam-se a 5 e 6 braças, e então, como já dice, metem-se em canôas com suas familias e viveres sem poder tocar em terra.

Os indios d'esta terra matam-se uns aos outros para se comerem. Quando as aguas diminuem, desaparelham as canôas até a nova enxente dos rios, e então a terra fica empestada pelo máo xeiro e por miasmas produzidos pela putrefação do peixe que fica em seco. O grande calor, que então se sente, cauza extremo sofrimento.

CAPITULO LXXIII

O que aconteceo ao governador e aos seos companheiros no Porto dos Reis

O governador demorou-se durante 3 mezes no Porto dos Reis com toda a sua gente doente de febres. Esperavam todos, que Deos se dignasse conceder-lhes saude, e que as aguas baixassem para executar-se a viagem de descobrimento; cada dia porém a doença aumentava e as aguas não cessavam de crecer. Fomos pois obrigados à abandonar o Porto dos Reis; o que foi dificilimo. Além das molestias, de que foramos atacados, as aguas tinham produzido tão grande quantidade de moscas de toda a especie, que era impossivel repouzar de dia e de noite, e era insuportavel tormento, peior do que a febre.

Em razão d'estes incomodos e como os oficiaes de Sua Magestade tinham pedido ao governador para abandonar este porto e voltar a Assunção, onde a tropa poderia restabelecer-se, Alvaro Nunes Cabeça de Vaca tomou conselho dos padres e dos oficiaes, e começou a retirada. Todavia não quiz permitir, que os cristãos levassem comsigo nenhuma das 100 raparigas, que os naturaes do Porto dos Reis tinham oferecido aos capitães e aos principaes xefes no momento da xegada, para viverem com elas, e fazerem o que costumavam praticar com aquelas que já possuiam. O motivo d'esta recuza era evitar a ofensa, que fazia-se a Deos, obrando assim. Ordenou o governador aos paes d'essas raparigas, que aqueles mesmos que os tinham oferecido as recobrassem no ato do embarque, e as conservassem até o novo regresso, não querendo deixar descontentes os indigenas, nem ocazionar motivo de escandalo no paiz.

Para dar mais força ás suas ordens publicou uma provizão de Sua Magestade, que prohibia, sob penas severas, a quem quer que fosse tirar um indio de seo paiz natal Esta providencia satisfez completamente os indigenas, mas os Espanhóes ficaram desesperados ; por isso indispozeram-se muitos contra o governador, e depois foi motivo de odio para a maior parte d'eles. Eis ahi o motivo ou o pretesto, que tomaram para proceder como o fizeram, conforme adiante direi.

Embarcada toda a tropa de cristãos e de indios, em 12 dias viemos á cidade de Assunção, quando aliás tinhamos consumido 2 mezes para fazer esta viagem de rio acima. Embora a nossa gente estivesse mortalmente doente, todavia o dezejo de voltar á caza dava suficientes forças. Esta navegação foi mui penoza, pois não podiamos tomar armas para rezistir aos inimigos e ainda menos manejar o remo, ou dirigir os bergantins. Sem as pequenas colubrinas, que tinhamos a bórdo, teriamos sofrido muito mais. Faziamos seguir as canôas dos indios no meio dos bergantins, afim de as abrigar contra os ataques do inimigo até que xegassem ás suas abitações ; e para mais segurança o governador mandou embarcar varios cristãos nas sobreditas canôas.

Avançavamos com todas estas precauções, sempre prevenidos contra os nossos inimigos,quando,ao atravessarmos o paiz dos Guaxarapos, aprezentam-se estes indios com avultado numero de canôas. Assaltaram as jangadas, que iam de conserva comnosco, e atiraram um dardo que acertou n'um cristão, atravessou-lhe o peito e o prostrou morto; este omem tinha o cognome de Miranda, e era de Valladolid. Feriram tambem alguns dos nossos indios, e si estes não fossem protegidos pelo fogo das nossas colubrinas, muito teriam sofrido. A debilitação dos soldados foi a cauza d'esta desgraça.

A 8 do mez de Abril do mesmo anno nós entrámos em Assunção com as nossas tropas, nossos navios e os Guararanis. O governador e os cristãos, que o acompanhavam, estavam todos doentes e fatigados. A' sua xegada o capitão João Salazar dice-lhe, que tinha feito apêlo ás armas em todo o paiz, e que reunira 20.000 indios e consideravel

numero de canôas afim de ir ao encontro dos Agazes, os quaes, depois da partida do governador, não tinham cessado de fazer guerra aos cristãos, que ficaram na cidade, e aos indigenas. Os Agazes roubavam, matavam, raptavam as mulheres e crianças, assolavam o paiz, queimavam as aldeias e cometiam gravissimos excessos.

Quando Alvaro Nunes xegou, não tinha ainda sido executado o seo projeto, mas axamos quazi terminada a caravéla mandada fazer por ele. Tencionava o governador, quando tudo estivesse pronto, partecipar a Sua Magestade o rezultado da sua viagem de descobrimentos, assim como o que se passára no paiz. Novas ordens foram dadas para a sua terminação.

CAPITULO LXXIV

O governador, xegando á Assunção, é prezo.

O governador estava em Assunção, desde 15 dias, quando os oficiaes de Sua Magestade, que o aborreciam por lhes ter recuzado uma couza contraria ao serviço de Deos e do rei, vendo-o xegar com os outros cristãos em estrema fraqueza, urdiram com os seos partidistas uma conspiração no dia de São Marcos, e rezolveram n'essa mesma noite apoderar-se da pessoa do governador, tendo já despovoado o porto mais importante e melhor da provincia com a intenção de insurgir-se, como agora o fizeram.

Para executar o projéto com toda a segurança persuadiram a uma centena de omens que Alvaro Nunes Cabeça de Vaca intentava tomar-lhes as mulheres e indias, seo unico cabedal, e dividil-as com os soldados doentes recem-xegados da viagem de descobrimentos, sendo isto injustiça clamoroza e contraria ao serviço de Sua Magestade; e depois acrecentaram: « N'esta noite iremos ordenar-vos em nome do rei, que não abandoneis as vossas cazas, nem os vossos terrenos, nem as vossas indias. Como tememos, que o governador as faça tomar por força, conservae-vos armados e reuni os vossos amigos; e nós, que sustentámos os

vossos interesses, fazemos esta requizição a bem de Sua Magestade e a bem vosso em particular ». A óras de Ave Maria deviam estas pessoas aprezentar-se armadas em 2 cazas indicadas pelos conspiradores para ficarem ahi até se lhes dizer o que deviam fazer. Os insurgentes em numero de 10 ou 12 aprezentaram-se onde o governador estava mui doente, bradando: Liberdade! Liberdade! Viva o rei!

Eram estes o vedor Afonso Cabrera, o contador Filipe de Caceres, Garcia Vanegas, lugar-tenente do tezoureiro, um omem da comitiva do governador xamado Pedro de Onate, o qual estava na camara, e abrio a porta aos conjuradores, os introduzio, e foi o promotor da insurreição, Dom Francisco de Mendoça, Jaime Rasquin, que apontou um arcabús e um xuço envenenado sobre os peitos do governador, Diogo da Costa, interprete portuguez, e Solorzano, natural da Gran Canaria. Estes individuos entraram com as armas na mão para prenderem o governador, e o levaram em fraldas de camiza, clamando: Liberdade! Liberdade! Apelidavam o governador de tirano e punham-lhe os arcabuzes nos peitos, dizendo: « Ides agora espiar as injurias e as injustiças, que nos tendes feito. »

Xegados á rua, reuniram-se ás demais pessoas congregadas para os ajudar, e quando estas pessoas viram, que levavam o governador prezo, diceram ao feitor Pedro Dorantes e aos outros: « Malditos sejam os traidores! Vós nos convidastes, excitando em nós o temor de nos serem tomados os nossos bens, as nossas cazas e as nossas indias, no entretanto só quereis arrastar-nos á vossa traição contra o rei, apoderando-vos da pessoa do governador. » Empunharam as espadas, e seguio-se grave conflito.

Como os insurgentes estavam mui perto da rezidencia dos oficiaes, muitos ali refugiaram-se, levando o governador para a caza de Garcia Vanegas. Outros ficaram na porta e diceram aos defensores de Alvaro Nunes Cabeça de Vaca: « Vós nos trahis; não digaes, que ignoraveis o que devia fazer-se, e ajudae-nos para que o governador fique na prizão. Si tentardes livral-o, acutilaremos e degolaremos a todos: d'isto pende vossa vida; ajudai-nos pois a proseguir em nosso intento. » Acrecentaram,

que repartiriam por todos os camaradas os bens, os indios e as alfaias do governador.

Os oficiaes entraram em um quarto estreitissimo, onde estava Alvaro Nunes Cabeça de Vaca, o pozeram a ferros, colocaram guarda na porta, e foram para a caza do alcaide-mór João Pavon e para a do aguazil Francisco Peralta. Quando xegaram á caza do alcaide-mór, foi Martim Dure, de Biscaia, quem primeiro entrou violentamente, e apoderou-se da vara de alcaide. O mesmo praticaram com o aguazil, e tendo prendido a ambos, depois de os molestarem com socos e coronhadas, e de tratarem por traidores a eles e ás pessoas que os sustentavam, os conduziram para a prizão publica, onde pozeram-lhes golilha, e soltaram varios prezos, entre os quaes axava-se um condenado á morte por ter assassinado a um tal Morales, gentil omem de Sevilha.

Em seguida xamaram a um tambor, e sahiram pelas ruas afim de amotinar o povo, gritando em altos brados : Viva a liberdade ! Viva a liberdade ! Viva o rei! Depois de dar volta á cidade os mesmos individuos dirigiram-se para caza de Pedro Fernandes, secretario da provincia, que então estava doente. Prenderam tambem a Bartolomeo Gonzalez, apoderaram-se de suas alfaias e das suas escrituras, e depois o transportaram para a caza de Domingos d'Irála, onde pozeram-lhe 2 grilhões aos pés, atrosmente o injuriarem e pozeram-lhe sentinelas na porta.

Os insurgentes publicaram o seguinte decreto : « Os senhores oficiaes de Sua Magestade prohibem a quem quer que seja que apareça nas ruas, e quem sair de caza será condenado á morte, como traidor. » Depois d'esta proclamação começaram novamente a gritar : Viva a liberdade ! Viva a liberdade ! Publicando esta ordem, maltratavam aqueles a quem encontravam nas ruas, davam-lhes espaldeiradas, e os obrigavam a recolher-se a suas cazas.

Dirigiram-se depois á caza de Alvaro Nunes, onde estavam as suas alfaias, seos papeis, as cartas a ele expedidas como governador da provincia por Sua Magestade, assim como os atos de submissão e obediencia praticados por ele na qualidade de governador e capitão general em

nome de Sua Magestade,e ahi forçaram os cofres,e apoderando-se dos papeis e de tudo o mais que n'eles encontraram. Abriram tambem outro cofre fexado com 3 xaves, no qual estavam os processos formados contra os oficiaes pelos delitos por eles perpetrados, e já sugeitos ao conhecimento de Sua Magestade.

Apossaram-se de tudo quanto o governador possuia, fazendas, viveres, vinho, azeite, aço, ferro, e muitas couzas. A maior parte dos objétos de propriedade do governador desapareceo, e tudo foi saqueado ao passo que o tratavam como tirano e o cumulavam de injurias. O resto da sua fortuna foi entregue em mãos de pessoas consideradas suas afeiçoadas, as quaes as receberam como em depozito; mas esses pretensos amigos sustentavam os insurgentes. Dizem, que a sua fortuna montava a mais de 100.000 castelhanos, conforme o valor dos objétos no paiz : ele tinha 10 bergantins.

CAPITULO LXXV

A população reune-se diante da porta de Domingos d'Irála

Na seguinte manhan os oficiaes mandaram publicar nas ruas ao son de caixa, que todos se aprezentassem em frente á caza do capitão Domingos d'Irála, e dirigindo-se para ali seos amigos e partidistas carregados de armas, mandaram lêr por um pregoeiro publico e em alta voz um libelo difamatorio. Diziam entre outras couzas, que o governador ordenára o sequestro do que cada um possuia, rezolvendo tratar a todos como escravos; por cujo motivo, em prol da liberdade geral, tinham-se eles apoderado da pessoa do mesmo governador.

Quando acabou-se a leitura do edital diceram: Senhores bradae: Viva a liberdade ! Viva o rei ! O que os seos amigos fizeram em alta voz. Depois d'esta aclamação espraiaram-se em invectivas contra o governador, e diziam muitos: « Leve-o a peste ; vamos esganar este tirano, que queria arruinar-nos e matar-nos » Acalmado o furor da população, os oficiaes nomearam Domingos

d'Irála lugar-tenente do governador e capitão general da provincia.

Este omem já tinha sido governador em opozição a Francisco Ruiz, que Dom Pedro de Mendonça tinha deixado no paiz como seo lugar-tenente. Em verdade Francisco Ruiz era bom lugar-tenente e bom governador; mas contra toda a justiça, a inveja e a malicia tinham conseguido fazel-o depôr. Domingos d'Irála foi pois revestido d'este cargo.

Dizendo alguem ao contador Afonso Cabrera, que obravam mal n'este negocio,pois que Francisco Ruiz colonizára o paiz e o sustentára com tanta fadiga, respondia o contador, que os amotinadores tinham tomado este alvitre, porque Francisco Ruiz os não deixaria fazer quanto quizessem;pois Domingos d'Irála,não tendo nobreza igual a d'eles,conformar-se-ia sempre com os seos dezejos; e eis porque todos os oficiaes o elegeram. Nomearam para alcaide-mór a um tal Pedro Dias do Vale, amigo de Domingos d'Irála, e deram os bastões de alguazil a Bartolomeo de la Marilla, natural de Truxilo, amigo de Nunfro de Xaves, e a Sanxo de Salinas, natural de Caçala.

Os oficiaes e Domingos d'Irála publicaram sem detença, que propunham-se a penetrar no paiz descoberto pelo governador, com a intenção de axar prata e ouro para mandar a Sua Magestade, afim de obter perdão para os culpados; si porém não podessem obter tal intento, estabelecer-se-iam nas terras centraes, e não voltariam mais pelo temor da punição, podendo aliás acontecer, que axassem bastante ouro, de sorte que lhes cedessem o paiz; e eis por que meios iludiam eles a população. Entretanto como todos conheciam os seos maleficios e o seo procedimento passado e atual, ninguem consentia na viagem do descobrimento.

Então os oficiaes e as pessoas da justiça começaram a maltratar todos os individuos que mostravam-se recalcitrantes. Metiam-os em prizão, apossavam-se dos seos bens e viveres, e os acabrunhavam com máos tratamentos. Quando os individuos perseguidos refugiavam-se nas igrejas, colocavam na entrada sentinelas para impedir

que alguem lhes trouxesse alimentos, e decretavam penas contra quem tentava fazel o. Desarmavam todos os abitantes, os perseguiam, e os entregavam aos cães, e publicamente diziam, que matariam a quem se mostrasse descontente com a prizão do governador.

CAPITULO LXXVI

Insurreições realizadas no paiz

Desde esta época suscitaram-se perturbações e dissenções entre os abitantes da provincia. Cada dia pessoas do partido do rei diziam publicamente aos oficiaes e aos seos partidarios, que todos eram traidores. De dia e de noite os insurgentes andavam continuamente com as armas na mão com temor dos abitantes, que constantemente rebelavam-se contra eles. Construiram fortificações de estacada e outras obras de defeza para abrigarem-se, entrinxeiraram as ruas, e encerraram-se em 5 ou 6 cazas. Transportaram o governador da caza de Afonso Cabrera, onde ele ocupava mui estreita camara, para a de Garcia Vanegas, afim de guardal-o no meio d'eles, e o alcaide e os alguazis costumavam escavar as cazas vizinhas do prizioneiro, receiando a abertura de alguma mina.

Quando os oficiaes viam 2 ou 3 omens do partido do governador conversar juntos, bradavam logo ás armas, entravam com as espadas na mão no lugar onde estava Alvaro Nunes Cabeça de Vaca, e diziam-lhe, puxando os punhaes: « Juramos por Deos, que si a população empreender tirar-vos das nossas mãos, vos apunhalaremos, vos cortaremos a cabeça, e a atiraremos aos vossos sequazes, que vierem livrar-vos, afim de os satisfazer. »

Nomearam pois 4 omens d'entre os individuos considerados mais valentes, para que se armassem de punhaes ao primeiro sinal, e determinaram-lhes, que, si alguem viesse tirar o prizioneiro em nome de Sua Magestade, entrassem na prizão, e lhe cortassem a cabeça. Estavam postados em lugar donde o governador os via obrar e ouvia falar. Estes algozes eram Garcia

Vanegas, André Fernandes Romo e outros. Não sómente o encarceramento do governador ocazionava perturbações na população em geral, mas tambem muitas discussões e disputas particulares se levantavam por cauza dos editos já publicados.

Varias pessoas diziam aos oficiaes e aos seos amigos, que eles eram traidores, e tinham obrado muito mal, apoderando-se da pessoa de Alvaro Nunes; com o que tinham cauzado a ruina do paiz,como via-se todos os dias, e vê-se ainda agora. Outros sustentavam o contrario; o que dava ocazião a muitos Espanhóes se ferirem e matarem. Os oficiaes e seos amigos diziam, que os partidarios do governador, e os individuos que dezejavam vel-o posto em liberdade, eram perfidos, e que cumpria punil-os como taes; por isso prohibiam a comunicação entre as pessoas reputadas suspeitas.

Quando viam 2 omens conversando juntos, os mandavam prender, sem saber o que tinham dito; e quando reuniam-se 2 ou 3, investiam sobre eles com armas na mão. Tinham posto na parte superior da caza, onde o governador estava encerrado, sentinelas em 2 guaritas, donde descobria-se toda a cidade e a campina. Alèm d'isto os seos espiões observavam tudo quanto na cidade se fazia, e de noite 30 omens armados percorriam as ruas, detinham os transeuntes e informavam-se para onde iam e de que negocio tratavam.

Como os motins e as disputas aumentavam todos os dias em proporção tão consideravel, que os oficiaes e seos partidarios fatigavam-se, e já não tinham mais repouzo, pediram ao governador para expedir uma ordem prescrevendo á população que se não revoltasse, e se conservasse em paz, sob cominação de penas, si necessario fosse. Os oficiaes redigiram esta ordenança para ele assinar, não querendo eles expedil-a em seo proprio nome,mas quando o governador lhe pôz a sua assinatura, a não publicaram, por serem aconselhados, que o não fizessem; pois declarava-se n'este escrito que toda a gente da colonia tinha sido de acôrdo,que o governador fosse prezo, e tinha concorrido para a sua prizão. Eis o que impedio a publicação da ordenança.

CAPITULO LXXVII

Como o governador estava encerrado n'uma prizão cruel

Emquanto passavam-se estas couzas, estava o governador muito doente, conservava-se na cama e por segurança tinha nos pés fortes grilhões, ardendo á sua cabeceira uma véla, porque tão escuro era o carcere que não podia ver-se o céo. A umidade era tamanha que a erva crecia debaixo do leito, e o prizioneiro conservava lume, de que poderia precizar a cada momento. Para cumulo de sua triste pozição tinham os seos adversarios escolhido em toda a população a pessoa que mais o odiava e a encontraram em um tal Fernando de Soza, a quem o governador castigára por ter espancado um xefe indio; este omem foi pois encarregado de guardar o governador.

Os insurgentes fexavam sobre o prezo 2 portas guarnecidas de cadeados, e os oficiaes seos amigos e seos partidarios montavam guarda de dia e de noite completamente armados. Eram mais de 150, todos pagos com dinheiro do governador. Apezar d'esta vigilancia cada noite ou de 3 em 3 noites pelo menos uma India, que trazia ceia ao governador, entregava-lhe uma carta escrita por seos amigos, na qual davam lhe noticia do que fóra se passava, e pediam-lhe, que dicesse o que queria, que se fizesse, pois os 3 quartos da população e os indios estavam determinados a morrer para livral-o, não ouzando os amigos emprender a libertação do prizioneiro em razão do temor que lhes inspiravam os oficiaes, quando diziam, que, si tentassem livral-o, seria ele apunhalado imediatamente, e lhe cortariam a cabeça. Mais de 70 omens de guarda na prizão estavam combinados com os partidarios do governador para insurgirem-se e assenhorearem-se da porta principal do lugar, onde ele estava encerrado, e tinham prometido defendel-o até a xegada dos seos amigos.

Alvaro Nunes Cabeça de Vaca opoz se a este projéto, porque o não poderiam realizar sem que morressem alguns cristãos. Além d'isto uma vez começada a execução, os indios matariam a tantos dos nossos companheiros

quantos podessem; o que completaria a ruina do paiz e ocazionaria a morte de todos os colonos; ele portanto os desviou do plano. A india, que de 3 em 3 noites levava a carta e trazia a resposta, passava no meio dos guardas, que a despiam, revistavam-lhe a boca e as orelhas, cortavam-lhe os cabelos com temor de que trouxesse cartas, e apalpavam-lhe todo o corpo; deixando eu de indicar os lugares revistados por ser couza vergonhoza.

Esta mulher passava pois inteiramente núa diante das sentinelas, e quando xegava aonde estava o governador, dava ao carcereiro o que trazia e sentava-se ao pé do leito, porque a camara era mui pequena. Então começava a coçar o pé, e depois coçando-se tirava a carta e a entregava ás escondidas do carcereiro. Esta mulher trazia a carta entre os dedos dos pés, e era uma meia folha de papel delgadissimo bem enrolado, coberto de cêra preta e atado por fio de algodão preto. Assim vinham as cartas, o papel necessario, e um pouco de pó de certa pedra preta do paiz, o qual dissolvido na saliva ou n'agua formava uma especie de tinta.

Os oficiaes e seos amigos souberam, que o governador conhecia os sucessos, que fóra se passavam, e para certificarem-se d'isto escolheram 4 rapazes para seduzirem a india; o que não lhes foi dificil, porque estas mulheres não são aváras dos seos encantos, e prezumem fazer grande afronta em recuzal-os a quem procura obtel-os, dizendo aliás que os não receberam sinão para os dar. Estes 4 mancebos relacionaram-se com esta mulher, e deram-lhe mimos numerozos, porém durante os 11 mezes de suas relações, nada poderam colher d'essa confidente.

LXXVIII

Os rebeldes devastam o paiz, e apossam-se da fazenda dos abitantes

Emquanto o governador estava n'esta situação, os oficiaes e Domingos d'Irála deram publica permissão a todos os seos amigos e partidistas para irem pelas aldeias e cabanas dos indios tirar á viva força as mulheres,

raparigas, redes, e outros objétos, que os mesmos indios possuiam ; couza contraria ao serviço de Sua Magestade e á tranquilidade da provincia. Obrando assim essa gente percorria o paiz, espancando os indigenas, e trazendo-os forçados ás suas abitações para os fazer trabalhar na cultura das terras sem pagamento.

Quando os indios vinham queixar-se a Domingos d'Irála e aos oficiaes, respondiam estes, que isto não era da sua competencia ; o que satisfazia a muitos cristãos, pois sabiam, que tal resposta era dada para comprazel-os e empenhal-os a sustentar os oficiaes, e induzil-os a crer, que existia liberdade, podendo cada qual fazer o que quizesse.

Estas respostas e esses máos tratamentos foram cauza da despovoação do paiz. Os aborigenes retiravam-se para as montanhas, e ahi ocultavam-se em lugares, onde os Espanhóes os não podiam encontrar. Grande numero d'eles eram cristãos, assim como suas mulheres e filhos, e afugentando-se esqueciam a doutrina ensinada pelos religiozos e pelo clero, quando aliás o governador tivera grande custo em mandal-os instruir.

Poucos dias depois da prizão do governador, os rebeldes desmanxaram a caravéla por ele mandada fazer para dar avizo a Sua Magestade dos sucessos da provincia ; pois os rebeldes esperavam conseguir dos abitantes da cidade a execução da viagem de exploração no paiz descoberto pelo governador, contando trazer ouro e prata para atribuir a si a onra e o pretenso serviço, que teriam prestado a Sua Magestade.

Como no paiz não se distribuia justiça, os abitantes indigenas e os colonos sofriam consideraveis gravames da parte dos oficiaes e dos magistrados impostos aos Espanhóes pelos rebeldes, que prendiam os moradores, e tomavam-lhes as propriedades ; por isso mais de 50 d'esses moradores descontentes e irritados foram para o interior do paiz em busca do Brazil com a intenção de obter transporte para vir dar a Sua Magestade avizo das calamidades e perturbações, que assolavam o paiz.

Muitos outros individuos, que tinham partido, foram agarrados, e ficaram por muito tempo em estado de prizão.

Tomaram-se-lhes as armas, que possuiam, e os rebeldes dividiram os bens d'estes Espanhóes por seos amigos e partidistas, aos quaes assim pretendiam obrigar pela gratidão a sustental-os.

CAPITULO LXXIX

Os religiozos deixam o paiz.

N'este triste estado de couzas, em quanto tudo estava revolucionado, os religiozos frei Bernardo d'Armenta e frei Afonso Lebron, julgando favoravel o ensejo para efetuar o seo projéto de partida, falaram aos oficiaes e a Domingos d'Irála, afim de lhes darem permissão e socorros para irem á costa do Brazil. Consentiram eles em satisfazer o pedido, por que esses frades eram inimigos do governador, pois este os impedira de fazer uma viagem, que intentavam; concederam-lhes pois essa permissão, e os frades receberam dos oficiaes tudo quanto dezejavam para ir ao Brazil. Trouxeram 6 Espanhóes, e alguns indios, a quem instruiam na religião.

Durante o seo cativeiro o governador por varias vezes pedira aos rebeldes, que o deixassem nomear um lugar-tenente do governador em nome de Sua Magestade, afim de fazer cessar as continuas sedições e as calamidades sucessivas, e trazer paz e justiça ao paiz. Depois de feita esta nomeação, consentia em ir á prezença do rei para dar-lhe conta dos sucesos, e do seo prezente comportamento. Responderam-lhe os oficiaes, que desde o momento da sua prizão, a sua carta de nomeação perdera todo o vigor, e que eles não podiam utilizar-se d'ela, bastando para o governo a pessôa por eles escolhida.

Os insurgentes aprezentavam-se diariamente na prizão do governador, e ameaçavam de apunhalal-o, e cortar-lhe a cabeça, por isso dice-lhes o governador, que, quando eles estivessem rezolvidos a fazel-o, pedia-lhes, e até, si necessario fosse, requeria em nome de Deos e de Sua Magestade, que lhe déssem um religiozo ou um padre para o confessar.

Responderam-lhe, que só lhe podiam dar como confessor a Francisco d'Andrada, ou outro padre Biscainho (eram dois xefes da insurreição),e que,si a nenhum d'estes quizesse, não teria confessor; pois reputavam todos os outros sacerdotes inimigos d'eles oficiaes, e intimos familiares do governador. Com efeito tinham prendido os padres Antonio de Escalera, Rodrigo de Herrera, e Luiz de Miranda, por terem dito, e dizerem ainda, que a prizão do governador era um grande pecado, e uma ação pessima, contraria ao serviço de Deos e do rei, e pernicioza ao paiz. O padre Luiz de Miranda esteve prezo com o alcaide-mór por mais de 8 mezes sem poderem ver o Sol. Permaneciam sentinelas na sua porta, e nunca quizeram os sediciozos permitir, que os viessem confessar outros sacerdotes sinão aqueles que acima nomeámos.

Dizendo em certa ocazião um gentil omem xamado Antão Bravo, de idade de 18 annos, que ele obraria por tal modo que o governador seria posto em liberdade, os oficiaes e Domingos d'Irála o agarraram, e o pozeram em tortura para terem ocazião de maltratar e punir outros individuos, a quem aborreciam; dizendo a esse mancebo que o poriam em liberdade com tanto que acuzasse a muitas pessoas,cujos nomes o obrigaram com tratos a declarar. Foram todas elas prezas e desarmadas. Antão Bravo recebeo na rua 100 xicotadas, e foi proclamado traidor, assegurando-se ter sido infiel ao serviço de Sua Magestade, porque quizera libertar o governador.

CAPITULO LXXX

Como os rebeldes atormentavam a quem não era do seo partido

As acuzações arrancadas a Antão Bravo deram cauza a que os oficiaes tratassem e expozessem a crueis tormentos muitas outras pessoas para descobrir, si combinavam-se no intento de arrebatar o governador da prizão. Buscavam saber, quaes eram os conjurados, como conspiravam, e si abriam-se minas subterraneas. Muitos individuos ficaram estropeados das mãos e das pernas nos tormentos;

e como nas paredes da cidade apareciam inscrições dizendo : « Deves morrer pelo rei, e pela lei » os oficiaes, Domingos d'Iràla e os seos magistrados fizeram investigações para descobrir os autores de taes inscrições, jurando e ameaçando punil-os ; por isso prenderam varios moradores, aos quaes sugeitaram ao tormento.

CAPITULO LXXXI

Os rebeldes querem matar a um regedor por lhes aprezentar um requerimento

N'este estado axavam-se as couzas acima descritas, quando Pedro de Molina, natural de Guadix, e regedor d'esta cidade, testimunha das desgraças e das comoções levantadas no paiz, determinou, por interesse de Sua Magestade, aprezentar-se na forte paliçada, onde rezidiam os oficiaes e Domingos d'Iràla. Descobriose em prezença de todos os circunstantes, e dice ao notario Martim Dure, que lesse aos oficiaes uma requizição tendente a fazer pôr termo aos assassinatos, ás desgraças e ás injustiças, que a prizão do governador ocazionára. Pedia, que Alvaro Nunes fosse posto em liberdade, afim de fazer cessar todas essas calamidades, e que, si os dominadores da autoridade o não quizessem fazer, o deixassem conferir poderes a alguem para governar esta provincia em nome do rei, e dar-lhe paz e justiça.

O notario em principio recuzou receber a petição, porque os sediciozos estavam prezentes, mas finalmente anuio, e dice a Pedro de Molina, que si quizesse que ele notario fizesse a competente leitura, lhe pagasse os seos onorarios. Pedro de Molina tirou a espada que cingia, e lhe a entregou, mas o notario respondeo, que não aceitava a espada como penhor. Então Pedro de Molina tirou um capuz guarnecido de péles, que trazia, e lhe o entregou dizendo : « Lêde ; não tenho melhor penhor para dar-vos. »

Martim Dure recebeo o capuz e a petição e atirou tudo aos pés, dizendo que não notificaria os suplicados.

Imediatamente Garcia de Vanegas, vice-tezoureiro, levantou-se, e dirigio a Pedro de Molina palavras arrogantes e ditos insultuozos, vociferando que o mandaria matar a páuladas, como mereciam os discursos, que tivera a petulancia de proferir. Pedro de Molina retirou-se com isso, apanhando o seo barrete, muito feliz por escapar de tal gente sem ser mais maltratado.

CAPITULO LXXXII

Os alcaides dão aos indios permissão de comer carne umana

Os oficiaes e Domingos d'Irála, querendo agradar aos naturaes da terra, deram-lhes permissão de matar e comer os indios, seos inimigos. Muitos dos que receberam esta autorização eram cristãos novamente convertidos. Os rebeldes empregaram este meio tão contrario ao serviço de Deos e de Sua Magestade, e tão abominado por todos os que d'isso souberam, para impedil-os de deixar o paiz, e xamal-os ao seo partido. Diceram-lhes, que o governador era máo omem, pois não quizera consentir em deixal-os matar e comer seos inimigos; que por isso o tinham prendido; e que não só lhes permitiam essa satisfação, mas dariam ordem para que eles o podessem fazer.

Apezar de todos os esforços, os oficiaes e Domingos d'Irála, vendo que os tumultos e as contendas, longe de cessar, aumentavam diariamente, rezolveram retirar o governador da provincia. Os autores d'esta deliberação quizeram ficar no paiz, e não regressar á Espanha, pois dezejavam sómente fazer sair do paiz o mesmo governador e alguns dos seos amigos. Os partidistas do governador tiveram siencia d'isto; o que ocazionou rixa mui séria.

Dizia-se, que como os oficiaes tinham afirmado terem poderes para apossar-se da pessoa de Alvaro Nunes, e tinham espalhado por entre os seos partidarios, que iriam com ele dar contas a Sua Magestade, deviam cumprir a promessa, e que si recuzassem explicar-se, cumpria proceder

de tal sorte que 2 oficiaes acompanhassem o governador, e que os outros 2 ficassem na provincia. (*)

Para o conduzir aparelhou-se um dos bergantins por ele mandado construir para o descobrimento e conquista do paiz. Esta providencia ocazionou grandes perturbações, e vivissimas altercações por cauza do descontentamento manifestado pelos abitantes, em vista do projéto da retirada forçada de Alvaro Nunes da provincia. Os oficiaes rezolveram apoderar-se das pessoas, de maior influencia no seio da população, e conhecidas quaes eram, não as perdiam de vista, mas não ouzavam prendel-as. Recorreram á suplica ante o governador, e pediram-lhe, que ordenasse a terminação das perturbações; pois si os seos amigos déssem palavra de não arrancal-o da prizão, eles e os magistrados por eles instituidos prometiam não atentar contra a liberdade de ninguem, não fazer-lhe mal algum, e soltar todos os individuos prezos; o que assim juravam.

Como muito tempo se passára desde a prizão do governador e ninguem o tinha visto, suspeitava-se que o tivessem morto secretamente; por isso exigio-se dos oficiaes, que deixassem 2 religiozos e 2 gentis-omens entrar no carcere para que podessem ver o governador e certificar á população, si estava vivo. Os oficiaes prometeram fazel-o 3 ou 4 dias antes d'ele embarcar, mas não cumpriram a promessa.

CAPITULO LXXXIII

Como os sediciozos deviam escrever a Sua Magestade e enviar-lhe um relatorio

N'esta época os oficiaes fizeram diferentes projétos de memoriaes, que pretendiam mandar a este reino contra o governador, para que fosse mal visto por todos. Xegaram a escrever esse *factum*; e na intenção de dar ao crime

(*) Esta passagem induziria a crer, que apenas quatro oficiaes estavam á frente da insurreição.

por eles perpetrado côr favoravel a si, referiram fatos mentirozos, que nunca tinham acontecido.

Emquanto armava-se e esquipava-se o bergantim, em que queriam conduzir o governador, os seos amigos combinaram com os carpinteiros escavar uma trave da grossura da coxa de um omem, com 3 palmos de comprimento, na qual introduziriam as peças de uma requizição geral, dirigida pelo governador ao rei, assim como outros papeis colhidos por seos amigos, quando os sediciozos o prenderam, e que lhe eram necessarias.

Fizeram de tudo um embrulho, cobriram com pano encerado, e pregaram esta peça de madeira na pôpa do bergantim com 6 pregos nas 2 extremidades; dizendo os carpinteiros ter posto ali esta peça para fortificar o navio; e esta operação fez-se tão secretamente, que ninguem a descobrio. O mestre carpinteiro avizou a um marinheiro do navio, afim de tirar os papeis, quando xegasse á Espanha.

Tinha-se convencionado, que o governador seria visto antes da partida para bórdo, mas nem o capitão João Salazar, nem outra qualquer pessoa o pode vêr antes d'isso. Em certa ocazião, á meia-noite, aprezentaram-se os sediciozos no carcere com grande numero de arcabuzeiros, trazendo cada um 3 mexas acezas na mão; o que fazia a tropa parecer muito mais consideravel.

O contador Afonso Cabrera e o feitor Pedro Dórantes entraram na camara, onde estava encerrado o governador; seguraram-o pelos braços, e o levantaram da cama com os grilhões aos pés; estando ele mui doente, e até em perigo de vida. N'este estado o arrastaram até a porta da rua. Apenas Alvaro Nunes vio o céo, que desde muito tempo não via, pedio permissão para dar graças a Deos, e quando levantou-se, pois estava de joelhos, 2 soldados o tomaram nos braços, e o embarcaram; padecia extrema debilidade, e tinha os membros entrevados.

Quando vio-se no meio d'essa gente, dice-lhes: « Senhores, sêde testimunhas de que eu deixo por meo lugar-tenente o capitão João Salazar d'Espinoza, afim de que em nome de Sua Magestade e em meo lugar governe este paiz em paz e com justiça, até que o rei proveja como julgar

acertado ». Apenas acabou de falar, Garcia Vanegas, vice-tezoureiro, precipitou-se sobre ele com um punhal na mão, bradando: Não o reconheço; si trairdes o rei, arrancar-vos-ei a alma do corpo.

Os adversarios do governador o tinham entretanto advertido para não fazer similhante discurso n'esta ocazião, porque estavam determinados a matal-o, visto como suas palavras podiam motivar grande disputa entre os circunstantes e fazer com que as pessoas do partido do rei arrebatassem o governador das suas mãos, pois estavam todas na rua.

Tendo-se Garcia Vanegas afastado um pouco, o governador repetio o que dicera. Então Garcia Vanegas de novo precipitou-se sobre ele com extrema furia, e poz-lhe o punhal aos peitos, bradando como da primeira vez: Não o reconheço; si falardes, vos apunhalarei. Ao mesmo tempo fez-lhe um pequeno ferimento no peito, e empurrou com tal violencia as pessoas, que carregavam o governador, que cahiram com este, e uma d'elas perdeo o barrete. Sem mais demora o levaram precipitadamente, e o embarcaram no bergantim. Fexaram com taboas a pôpa do navio, pozeram-lhe aos pés 2 grilhões, que o impediam de mover-se, depois desaferraram e desceram o rio.

Passados 2 dias depois da partida do governador, Domingos d'Irála, o contador Filipe de Caceres, e o feitor Pedro Dorantes reuniram os seos amigos, e dirigiram-se á caza do capitão João Salazar, a quem prenderam com Pedro d'Estopinan Cabêça de Vaca, e os conduziram para bórdo de um bergantim, no qual deceram o rio até alcançarem o governador, com quem estes 2 oficiaes seguiram para a Espanha. E' certo, que si o capitão João Salazar tivesse querido, o governador não teria sido prezo, ainda menos o teriam podido arrancar do paiz e transportar para a Espanha; como porém ficava na qualidade de lugar-tenente, não teve procedimento franco.

No momento de partir Alvaro Nunes pedio aos oficiaes, que lhe permitissem trazer 2 criados para o servir, e preparar-lhe a comida; vieram sim os 2 criados, não para o servir, mas para remar no rio; pois no

espaço de 400 leguas não se axou quem quizesse fazer este trabalho. Os insurgentes agarravam violentamente quaesquer pessoas para o serviço, e como os abitantes fugiam para o interior das terras, apoderavam-se do que estes possuiam, e distribuiam pelas pessoas constrangidas ao serviço.

Os oficiaes procederam repreensivelmente; pois durante a viagem do governador, de 2 em 2 dias ou de 3 em 3, espalhavam entre os seos partidistas e amigos mil calunias contra ele, e diziam: « O que vos falta? O que podemos fazer por vós e pelo serviço de Sua Magestade? Quereis assinar este papel? Fazei-o para comprazer-nos.» Assim procederam para conseguir enxer de assinaturas 4 quadernos de papel, em que, decendo o rio, redigiram as suas calunias. Deixaram os assinatarios á margem do rio, a 300 leguas d'Assunção, e d'este modo foi instruido o processo contra o governador.

CAPITULO LXXXIV

Os rebeldes por trez vezes, durante a viagem, dão arsenico ao governador

Decendo o rio mandaram os oficiaes a um Biscainho xamado Machin, que preparasse a comida do governador e a entregasse a um tal Duarte, seo partidario, amigo de Domingos d'Irála e de todos os outros cumplices da prizão de Alvaro Nunes Cabêça de Vaca. Vinha esse individuo á Espanha para acompanhar o processo d'este oficial e tratar dos seos negocios. Emquanto o governador assim viajava, 3 vezes deram-lhe arsenico; mas para premunir-se contra este veneno, trazia ele comsigo uma garrafa de oleo e um pedaço de xifre de unicornio. Apenas sentia-se mal, servia-se d'estes remedios, padecendo de dia e de noite grandes sofrimentos. Deos permitio porem, que ele escapasse.

Alvaro Nunes pedia aos oficiaes, que o conduziam (eram Afonso Cabrera e Garcia Vanegas), que permitissem aos seos criados preparar-lhe a comida; pois só das mãos d'estes queria recebel-a. Responderam, que convinha

recebel-a da pessoa encarregada de lhe a ministrar, não consentindo eles que outros tivessem esta incumbencia; e que si ele a isto, não anuisse, morresse de fome; o que pouco lhes importava. Desde então ficou por muitos dias sem comer, até que emfim a necessidade forçou-o a submeter-se ao que impunham os seos verdugos.

Os insurgentes tinham prometido a muitas pessoas leval-as a bordo da caravéla, que desmanxaram ao xegar a Espanha, afim de que estas mesmas pessoas os ajudassem a apoderar-se do governo e não lhes fossem contrarias; eram especialmente Francisco de Paredes, de Burgos, e frei João de Salazar, religiozo da ordem de Nossa Senhora da Redenção. Traziam como prizioneiros Luiz de Miranda, Pedro Fernandes, o capitão João Salazar de Espinoza e Pedro Vaca. Xegando ás ilhas de São-Gabriel, na embocadura do rio, não quizeram deixar Francisco de Paredes, e frei João de Salazar embarcar a bordo do bergantim com temor, que eles, xegados aqui, fossem favoraveis ao governador, e dicessem a verdade dos fatos; eis porque os fizeram subir em bergantins, que voltavam á Assunção, embora estes religiozos tivessem vendido as suas cazas e os seos bens por muito menos do seo valor, quando partiram. Faziam tão lamentozos queixumes, que cauzava dó ouvil-os.

N'este lugar os criados do governador, que até ahi o tinham acompanhado remando, o deixaram. De todos os males, que em sua vida sofreo, foi o que maior magoa lhe cauzou, não sendo taes pessoas menos sensiveis a esta separação. Ficaram 2 dias na ilha de São-Gabriel; depois do que uns partiram para Assunção e outros para a Espanha. O bergantim, que levava o governador, tinha 11 bancos de remeiros, todos os outros eram tripolados por 27 pessoas. Os criados de Alvaro Nunes Cabeça de Vaca o acompanharam até o mar, descendo o rio.

Quando os viajantes xegaram ao mar alto, uma tempestade assaltou os bergantins, os quaes enxeram-se d'agua, os viveres perderam-se, e sómente pôde conservar-se pequena porção de farinha, alguma banha de porco, algum peixe secco e pequena quantidade de agua, correndo os tripolantes iminente risco de afogar-se.

Os oficiaes que levavam o governador diceram, que Deos lhes mandára esta orrivel tormenta por cauza da injustiça e dos males, com que o afligiam; rezolveram pois tirar-lhe os grilhões e fazel-o sair da prizão. Afonso Cabrera limou-lhe os ferros, e Garcia Vanegas beijou-lhe os pés, apezar da opozição de Alvaro Nunes.

Diceram abertamente, que reconheciam, que Deos lhes mandára estes 4 dias de tempestade pelos males, que lhe tinham injustamente cauzado; que reconheciam, que o seo comportamento tinha sido cruel a seo respeito, e que tudo quanto tinham deposto contra ele eram mentiras e embustes, suscitados pela maldade e pela inveja que d'ele tinham, sendo induzidos a prestar 2.000 juramentos falsos, si precizo fosse, tudo porque em 3 dias Alvaro Nunes Cabeça de Vaca tinha descoberto um paiz e um caminho, que eles não tinham podido axar em 12 annos de rezidencia n'aquela região; assim pediam e rogavam ao governador pelo amor de Deos, que os perdoasse e não sientificasse a Sua Magestade como se tinham eles apoderado da sua pessoa. Apenas tirados os grilhões do prizioneiro, acalmaram-se o mar e os ventos, e a tormenta de 4 dias seguidos serenou.

Navegámos em pleno mar durante 2.500 leguas sem ver outra couza sinão céo e agua, e sómente tinhamos por alimento um filhó de farinha frita em gordura e agua. Eramos ás vezes obrigados a tirar taboas do navio para ter fogo com que fazer esta fritura, que servia-nos de alimentação. Assim viajamos sofrendo males infinitos até as ilhas dos Açores, que pertencem ao serenissimo rei de Portugal, e gastámos 3 mezes n'esta viagem. Não teriamos sofrido tanto pela fome, si os encarceradores do governador tivessem ouzado tocar na costa do Brazil, ou tivessem ido á ilha de São-Domingos jacente nas Indias; mas eram culpados, fugitivos, e não tiveram coragem para isto. Temiam, que, xegando n'estes paizes, os prendessem e nas suas pessoas se fizesse justiça como gente insurrecionada contra seo rei.

Quando xegámos aos Açores, os oficiaes, condutores do governador, separaram-se por cauza de dissenções

levantadas entre si, e cada qual sahia para o seo lado; mas antes de partir tentaram prender o governador por via das justiças do paiz, afim que ele não viesse dar conta a Sua Magestade dos crimes e maleficios, que tinham cometido n'esta provincia. Diceram, que o mesmo governador, passando nas ilhas do Cabo-Verde, praticára roubos no porto e em terra. O corregedor, ouvido o depoimento, respondeo-lhes, que se retirassem, pois o seo rei não estava no cazo de se deixar roubar, nem guardava tão mal os seos portos, que pessoa alguma tivesse a ouzadia de tentar similhante couza. Vendo que não obstante a sua malicioza intenção não tinham conseguido fazel-o prender, reembarcaram-se e vieram para a Espanha.

Xegaram 8 ou 10 dias antes do governador, cuja viagem retardára-se por tempos contrarios. Aprezentando-se pois na côrte antes d'ele, publicaram, que Alvaro Nunes Cabeça de Vaca tinha procurado o rei de Portugal para dar-lhe noticia dos paizes d'alem mar. Poucos dias depois o governador veio á côrte. Na primeira noite da sua xegada, todos os culpados desapareceram e foram a Madrid, onde esperavam axar a côrte, como efetivamente aconteceo.

N'esta época morreo o bispo de Cuença, prezidente do conselho das Indias. Este prelado queria punir o crime e a traição cometidos contra Sua Magestada. Depois de alguns dias de detenção os oficiaes e o governador foram postos em liberdade, sob palavra de não deixarem a côrte.

Garcia Vanegas, que era do numero dos que o tinham prendido, faleceo de morte subita e terrivel; os ôlhos sahiram-lhe das orbitas, e ele não pôde declarar a verdade dos acontecimentos. O contador Afonso Cabrera, seo cumplice, perdeo o sizo, e em um acesso de loucura matou sua propria mulher em Loxa. Os religiozos, participantes das revoltas e comoções, morreram tambem subita e mizeravelmente; o que parece atestar o procedimento pouco repreensivel do governador a respeito d'esses frades. Depois de 8 annos de detenção na côrte, foi solto e absolvido.

Privaram-o do seo governo por diferentes motivos, e entre outros, porque seos inimigos diziam, que, si ele voltasse para punir os culpados, isto ocazionaria perturbações no paiz. Perdeo ele pois este emprego e mais outros, sem receber indenização alguma pelas somas despendidas no intuito de socorrer os Espanhóes, e fazer sua viagem de descobrimento.

Estes comentarios foram escritos por ordem de Alvaro Nunes Cabeça de Vaca, sendo publicados pela primeira vez em Valadolid no anno de 1555. Tratam especialmente de sucessos do Paraguai; mas a viagem realizada por terra desde as costas de Santa-Catarina até a cidade d'Assunção, foi feita através de terras do Brazil, e a sua narração contém noticia de tribus indigenas, de rios e de outras peculiaridades locaes, que interessam a nossa istoria patria.

N'este cazo os comentarios entram na ordem dos documentos primitivos da istoria brazileira, e convém por isso encorporal-os ao acervo do material destinado ao estudo dos nossos futuros istoriadores. Assim rezolvi traduzil-os, como o fiz com as obras de João de Leri, e Hans Staden, já publicadas na Revista Trimensal de 1889, parte 2.ª pagina 111, onde alguma couza dice acerca de documentos istoricos antigos escritos em idioma estranho.

Fiz a tradução, seguindo o testo da coleção publicada por Enrique Ternaux Campans sob o titulo «Voyages, relations et memoires originaux pour servir a l'histoire de la decouverte de l'Amerique.»

A obra, primitivamente escrita no idioma espanhol, foi trasladada para o idioma francez, fazendo o autor d'essa tradução a seguinte observação: «O estilo d'este livro é difuzo; o autor o redigio como ato de sua profissão, e foi necessario suprimir muitas repetições, julgando eu poder, para tornar suportavel a leitura, sem prejuizo da fidelidade da tradução, dispensar uma infinidade de redundancias inuteis, como : *estavam contentes e satisfeitos; marxavam e avançavam; dansavam e pulavam*, e muitas outras ocorrentes em cada linha; e ainda assim creio ter conservado muitas; todavia preferi antes incorrer n'esta censura do que na de tradutor infiel.»

A tradução franceza traz anexa aos comentarios a «Relação de Fernando de Ribera», que deixo de traduzir por não oferecer interesse, e referir-se a uma pequena exploração em territorio do Paraguai, de que aliás os mesmos comentarios fazem menção no capitulo 72 pagina 320.

Rio 15 de Março de 1893.

T. Alencar Araripe.

DESCRIPÇÃO

que faz o Capitão Miguel Ayres Maldonado e o Capitão Jozé de Castilho Pinto e seus companheiros dos trabalhos e fadigas das suas vidas, que tiveram nas conquistas da capitania do Rio de Janeiro e São-Vicente, com a gentilidade e com os piratas n'esta costa (*).

Fazemos saber para memoria dos nossos vindouros que, no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1578 a 1582, estava esta capitania do Rio de Janeiro em grande perturbação a respeito á gentilidade; tanto os Tamoyos como os Tupinambás, todos bem fortificados, reunidos com os Francezes, em circulo do Rio de Janeiro, ameaçando uma grande ruina a todos os nossos estabelecimentos, e todos nós moradores em armas, a defender os nossos estabelecimentos, sem nos podermos empregar nos nossos trabalhos das canas do assucar, e tudo pelos selvagens, quando tivemos uma grande satisfação em o Governador ser rendido, muito manso, pacifico e cobarde, aonde depozitou o governo da capitania nas mãos do Sr. Antonio Salema. Homem de um caracter firme e rigido, resolveo livrar o seu governo d'estes inimigos, ajuntou um corpo dos Portuguezes e muitos indianos convertidos auxiliares, aonde nós fomos nomeados capitães de varios troços para os atacar, sendo o nosso commandante o Sr. Christovão de Barros, que tanto se assignalou na expulsão dos Francezes. Atacámos ao mesmo tempo os Tamoyos e os Tupinambás, e seus alliados Francezes. Estavam fortemente guarnecidos de estacadas e fizeram

(*) Em trabalho separado, com a collaboração do nosso douto collega Sr. Capistrano de Abrêo, será annotado este M. S., um dos mais importantes para a historia do estado do Rio de Janeiro.— *Macedo Soares.*

grandes intrincheiramentos, tudo a repelir os Portuguezes e nós outros; a victoria estaria duvidoza por muito tempo.

Antonio Salema, Governador do Rio de Janeiro, recusa-se fazer e tratar com os Francezes, alliados dos selvagens; prometeu a vida a todos os Francezes que se rendessem, exigindo delles a entrega das armas de fogo com que se armavam; os selvagens ficando sem os seus commandantes que eram os seus guias, a sua falta de experiencia na regra e arte européa, os Tamoyos e os Tupinambás viram-se sujeitos ao furor de seus inimigos. Nós Portuguezes fomos os vencedores, não pela coragem superior a nossos adversarios, porém pela vantagem das armas de fogo e a disciplina que nos asseguravam sobre homens nús, que não podiam oppôr-lhe mais que uma intrepidez, fizemos n'elles uma grande mortandade, ficando abandonadas as suas povoações. Os Tamoyos ficáram de todo aniquilados e o resto dos Tupinambás abandonaram as costas do Rio de Janeiro, largando fogo ás suas habitações, tomaram as montanhas vizinhas e seguiram para o Norte.

Este acontecimento extraordinario tinha deixado a capitania do Rio de Janeiro sem que nós tivessemos para o futuro que receiar alguma liga das povoações selvagens com os corsarios francezes. Cuidou logo o Governador Antonio Salema na prosperidade da cidade de São-Sebastião do Rio de Janeiro, em augmento da capitania, quando nos coube por sorte sermos recolhidos aos nossos estabelecimentos a cuidarmos no augmento das nossas pouzadas, e tão sómente trez annos, quando chegou uma noticia que a capitania de São-Vicente estava atacada pelos selvagens, sahidos do sertão, aonde se pedia socorro ao Governador do Rio de Janeiro. No melhor que estavamos cuidando nos nossos trabalhos, recebemos ordem pelo Governador, a 3 de Novembro, para embarcarmos para São-Vicente, isto com a maior presteza; a 12 do dito mez sahimos pela barra fóra com o dito socorro; a 18 chegámos a São-Vicente; no dia seguinte desembarcámos; achamos já São-Vicente restaurado. A força dos selvagens estava nas cordilheiras

da parte do oéste de Piratininga; tivemos ordem de seguirmos a defendermos esta colonia, pois já estava muito augmentada. Com a chegada da nossa força os selvagens tomaram o interior dos sertões para o norte; estivemos em Piratininga cinco mezes sem novidade alguma; a 25 de Agosto recebemos ordem para marcharmos para São-Vicente, aonde chegámos no dia 30. Estava a povoação muito pacifica, os colonos desfrutando do seu trabalho sem medo algum, quando pelas onze horas do dia 13 de Setembro somos atacados por cento e tantas pirogas de gentios da raça dos Tamoyos. Tudo pegou em armas e sahimos ao encontro, porem sem rezultado algum nos primeiros encontros, até que, chegando de Santo-Amaro um reforço que se reunio comnosco, tivemos a victoria do nosso lado, aonde fizemos n'elles grande mortandade; o resto embarcando-se, tomaram para o sul. Ahi estivemos oito mezes sem alguma novidade, aonde requeremos ao Governador o sermos recolhidos ás nossas pouzadas, pois estavamos com vinte oito annos e sete mezes de uma vida guerreira, nossas idades avançadas e os nossos estabelecimentos atrazados: a 7 de Junho recebemos uma ordem para sermos recolhidos ás nossas pouzadas, aonde chegámos no dia 17. Fomos comprimentar e saudar o Sr. Governador e agradecer-lhe o nosso descanço, aonde nos agradeceo tambem,em nome de El-Rei nosso senhor, o quanto servimos no decurso de trinta annos com as despezas das nossas fazendas, offerecendo-se juntamente para tudo quanto elle prestasse.

Aqui deu fim os grandes trabalhos que tivemos e o risco das nossas vidas guerreiras: recolhemo-nos ás nossas pouzadas na laborioza vida. Tinhamos os nossos engenhos de fabricar assucar no terreno d'esta capitania do Rio de Janeiro, n'esta parte da bahia em o caminho que vai a Cabo Frio; achámos as nossas cazas atrazadas, nossos engenhos sem fabricar as canas do assucar, tudo paralizado por falta de gado vacum para o trabalho da moagem proxima; não fizemos interesse por esta mesma razão; comprámos pelas nossas vizinhanças alguns touros novos para podermos aproveitar algumas canas, pois não havia de onde viesse gados; tivemos por

noticia que se tinha abandonado uma donataria por dois donatarios João Gomes Leitão e Gil de Góes da Silveira, aonde constava haver no interior grandes campinas; e como o Sr. Governador Martim de Sá tivesse recebido d'El-Rei uma ordem regia, para todas as donatarías que ficasem abandonadas concedel-as por sesmaria, e segundo a nossa necessidade de gados, fizemos uma petição pedindo por sesmaria, segundo o que nos informaram, desde o rio de Macahé correndo a costa, até o rio que chamam Iguassú ao Norte do cabo de São-Thomé, e para o sertão até o cume das serras, a qual nos foi concedida a 20 de Agosto de 1627 em recompensa dos nossos serviços guerreiros, segundo a nossa petição rezava, no decurso de tantos annos que servimos ao Estado; requeremos a nossa posse judicial com toda a segurança, aonde tudo nos foi concedido.

Tinhamos grande dezejo de irmos vêr esta nossa nova propriedade, porém corria uma noticia muito desastroza dos gentios Eutacazes, e assim ficámos indecizos algum tempo ; aonde então tivemos a noticia que os selvagens Eutacazes mais ferozes costeavam pelo norte do rio Parahiba até as cordilheiras das minas do ouro, e que estes é que fizeram oppozição aos dois donatarios, quando queriam dar começo á sua donataría ao norte do rio Parahiba, e os da parte do sul era uma horda da mesma raça, porém muito mais pacificos ; e que nas ditas campinas haviam duas aldeias d'estes, uma não muito distante de Macahé, e a outra na ponta do cabo de São-Thomé.

Com estas noticias ficámos mais satisfeitos e animados, apezar que já tinhamos lidado muito com gente de similhante natureza. Determinámos a seguir a vermos a nossa nova propriedade, quando nos coubesse no possivel, pois tanto a necessitavamos para criação do nosso gado.

Quando nos coube no possivel fazer dita jornada, ajuntámo-nos todos seis e fomos ter com nossos companheiros ao Senhor Miguel Riscado, que então fabricava seu estabelecimento para engenho em o distrito de Araruama, termo de Cabo-Frio; concertámos com elle esta jornada.

No dia aprazado, seguimos para Araruama, aonde chegámos no dia 25 de Novembro de 1632. No dia 28, seguimos para Cabo-Frio ; ahi fretámos uma sumaca por nome « Senhora da Gloria », metemos nossas comedorias e nossas armas, pois iamos dispostos ao que pudesse acontecer.

Eramos dezesete pessoas com alguns filhos e agregados.

No dia 2 de Dezembro, saimos de Cabo-Frio, seguimos a nossa derrota; no mesmo dia pelas nove horas, passámos a altura do rio de São João; no dia 11 chegámos a Macahé pelas oito horas da manhã; aqui desembarcámos e fomos tomar conhecimento d'esta povoação. Com effeito não achámos gente de maior consideração, de choupanas cobertas de palhas se compunha o seu arraial; seus habitadores eram mamelucos, porém muito costeados e agradaveis. Esta gente se occupava da pesca, aonde achámos muitos bagres, que d'elles fizemos mantimento de refresco. Andámos mais para o interior e descobrimos uns moradores, estas moradas com alguma consideração. Voltámos e chegámos á margem do rio onde era a dita aldeia, indagámos quem eram aquelles moradores e nos disseram que eram gente da nossa massa e um d'elles que fazia vezes de governo, autorizado por Cabo-Frio, não tardou muito, nos appareceu trez dos ditos moradores acompanhados de um mameluco que foi avizar a dita autoridade segundo a ordem que elles tinham da sua autoridade, este entrou na sua indagação de nós, quem eramos e nosso destino. Como se aprezentasse como uma autoridade do paiz em que pizavamos, lhe fizemos saber quem eramos e o nosso destino, depois d'isto tudo passado, e entrou no conhecimento verdadeiro quem eramos, se mostrou muito bonacho e se offereceu para tudo quanto elle prestasse. N'isto, nos informou muito bem a respeito dos selvagens, que havia uma pequena aldeia d'elles em um logar beira-campo ao pé de um pontal da Lagoa-Grande segundo diziam os mamelucos, e que eram pacificos e que alguns vinham a Macahé e tinham relações; e na ponta do cabo de São-Thomé havia outra aldeia, porém com maior grandeza; emquanto á sua ferocidade, estavam pouco mais ou menos;

d'estes até constava que haviam brancos rezidindo entre elles, de uma embarcação que naufragou. Com estas informações ficámos muito satisfeitos e animados, agradecemos ao administrador, e recolhemonos á nossa sumaca e ahi pernoitámos.

No dia seguinte que eram 12, fizemo-nos de véla costeando a costa para o cabo de São-Thomé para descobrir a barra do rio Iguassú, que fica ao Norte do cabo de São-Thomé. O vento estava regular, que era sueste, depois que a sumaca seguio algum tanto para o norte, deitámos a lancha fóra para mais se aproximar á terra, a descobrir a dita barra do Iguassú, e deitámos na lancha dez pedras para nos servir,nas nossas divziões, de marcos; embarcaram oito homens e o nosso interprete ou lingua, que nos deu o administrador de Macahé por saber o idioma d'estes gentios pelas relações que tinham com os outros, pois era a mesma nação, foram aproximando-se á terra seguindo para o Norte acompanhados da nossa embarcação. Pelas trez horas da tarde se descobrio a terra do Iguassú, ahi deitaram as pedras segundo a nossa ordem. Tinhamos vontade de aqui fazer o nosso desembarque,porém virando o vento para o sul, e depois para oéste, que ficou muito duro e ponteiro, que nos fez correr ao largo, fizemos reconhecer a lancha para se recolher a bordo, bordejámos o quanto pudemos até a lancha chegar com a falta do interprete que não poude a lancha mais suster com o vento. A pena que tivemos foi mortal,apezar delle gritar para a lancha que nos fizesse saber que d'elle não houvesse cuidado que elle se entenderia com os sélvagens e que elle nos esperava. Recolhida a lancha,fomos bordejando para Macahé, tomámos as ilhas e entre ellas demos grande fundo até o dia 16 que virou o vento a sudoéste e depois a sul, que suspendemos ferro e fizemonos de véla para Macahé ; pelas duas horas da tarde entrámos em Macahé.

Todos os Macahéenses da povoação tiveram uma alegria consideravel da nossa chegada e foram logo dar parte ao Administrador. Nós saltámos para terra; não muito arredado da margem do rio encontrámos com o Administrador, e travámos com elle conversa,aonde

lhe demos parte do sucedido e da falta do interprete, e o cuidado em que estavamos, porém elle nos informou que tal cuidado não houvesse, pois que era muito pratico no idioma dos selvagens, e nos informou que o melhor agora era seguir por terra; que nos dava mais gente desses mamelucos, que seguissemos a aldeia que estava a beira-campo, na ilha do Pontal, na lagoa grande, por ter relações com os mamelucos, e lhe ordenou a um d'estes, tambem muito pratico, para dahi seduzir a elles para todos juntos seguir á aldeia do cabo de São-Thomé, pois era o nosso destino.

No dia seguinte, refizemo-nos do necessario e passámos uma porção de aguardente em vazilhas de cabaças, pois não haviam de outra qualidade, tudo ás costas d'esta gente; levámos varias qualidades de missangas compradas no Rio de Janeiro para com isto mais os acarinhar. Outro tanto faziam os padres da Companhia, para por este meio melhor os cathechizar.

No dia 19, seguimos a nossa derrota, levámos na nossa Companhia dous afilhados Indios, baptizados em Santo-Amaro na capitania de São-Vicente, Miguel e Valerio da Cursunga, apellido do lugar da aldeia que elles nunca quizeram, e como nunca nos largaram, os quaes nos serviram de muito. Todos nós levámos armas de fogo, a excepção dos que levam cargas ás costas; estes levavam espadas e outros lanças; não podiam bem caminhar em razão dos areiaes. Pernoitámos ao pé de uma mata, não muito longe do mar; n'este logar armámos as nossas barracas para passarmos.

Ao amanhecer do dia 20, seguimos a nossa jornada até as cinco horas da tarde; n'este lugar passámos a noite encostados a uma mata ao longo de um lago de agua.

Amanheceo o dia 21, caminhámos por algumas pequenas charnecas com areiaes, em partes lugares alagadiços; seriam quatro horas da tarde, saimos das charnecas e descobrimos campinas; caminhámos até as cinco horas da tarde e ahi á margem de um chavascal, armámos as nossas barracas e passámos a noute, estando não muito longe da aldeia da dita ilha, segundo dizia o pratico. Ao

romper da alva, fomos reconhecidos pelos selvagens; porém estes conhecendo o pratico e seos camaradas, não houve novidade alguma, tudo ficou sereno, o pratico lhes fallou pelo seu idioma, lhes fazendo vêr o nosso destino, e ao que vinhamos; n'isto fomos os acarinhando com varias missangas, e ficaram camaradas e muito satisfeitos. Aqui disse o Sr. Castilho: —« O começo não vai fóra de ordem, e se sempre assim suceder, seremos felizes ». O Maioral embaixo do seu bello modo, nos offereceu a sua pousada, isto depois de bem instruido do nosso pratico; juntamente nos offereceu peixe para comermos, que mandaria pescar, porém nós repugnando as suas ofertas, não fossem isto alguma tratada de sua industria, alcançando elle a nossa repugnancia fallou pelo seu idioma ao pratico que não tivessemos nenhum receio d'elles, assegurando toda a fidelidade, e o pratico nos assegurando a pacificação, que podiamos ir juntamente para tomarmos conhecimento d'estes logares, consultámos em os acompanhar. N'isto disse o Sr. Maldonado:—«Esta gente é muito affectuoza á aguardente; por consequencia,fazemo-lhe o prezente d'ella para mais os acarinhar».—«Pois tratemos disso», disse o Sr. Gonçalo. N'isto o Sr. Castilho fazendo-se dispenseiro, agarrou n'uma cabaça e os foi cumprimentando a todos; n'isto todos bateram palmas muito alegres, em modos de agradecimento. Juntamente demos ao Maioral um espelho pequenino, aonde elle vendo a sua imagem, ficou muito admirado e alegre ; emfim consultámos em os acompanhar, caminhámos juntos com elles, elles na frente como praticos. No romper a nossa marcha, ordenou o Maioral a dous para irem com toda a brevidade adiante se ajuntar com os outros para a dita pesca : todos se mostravão muito satisfeitos. Seguindo a dita campina obra de meia legoa, descobrimos uma regueira d'agua, comprida e larga da parte do sudoéste ; caminhámos mais algum tanto de distancia, descobrimos a aldeia: fomo-nos aproximando; quando ja estavamos perto,puzeram-se em uma alaridade : o Maioral lhesgrita, tudo se calou. Elles ahi vêm saltando e nos receberam. Reconhecemos os nossos relogios, estava a chegar o meio dia. Saudámos a elles e elles a nós pelo seu bello modo ; n'isto nos afastámos da aldeia, uma distancia

de algumas duzentas braças, ou para mais, para termos campo para a batalha, quando o cazo assim fosse necessario. Ahi fizemos o nosso abarracamento, para nos abarracarmos: o vento era sudoéste, estava duro, o sol encoberto, que muito nos favoreceo na jornada. N'isto poderiam ter-se passado duas ou trez horas, quando vimos vir uma pequena porção de salvagens; nada receiámos por serem poucos: era o Maioral e os pescadores, que nos conduziam o peixe promettido. Ficámos pasmos de vêr similhantes grandezas de peixes em terra, dentro em um dia nublado, frio e de um vento fulminozo. Agradecemos muito o prezente, pois era estimavel em tal logar; nos pedirão aguardente, a qual lhe demos; o Maioral nos pedio seis espelhos para os pescadores, o satisfizemos, e com isto se despedirão. Mandámos preparar os peixes, pois eram de cubiçar em tal logar por estar fresco, para nos refazermos de barriga, pois já ia havendo alguma necessidade. Depois que jantámos, mandámos chamar o Maioral, pois tinhamos consultado indagar d'elle o grande mar da sua pesca. Chegado elle com mais alguns, pediram mais aguardente; assentámos que nos acabavam este alimento, pois era tão necessario; emfim os satisfizemos e seguimos a ver com elles o grande mar d'agua doce, como elles lhe chamavam pelo seu idioma; lhes perguntámos si ficava perto, e nos disseram que sim. Poderiamos ter caminhado couza de meia hora, quando já perto descobrimos o dito mar. Era um grandissimo lago ou lagôa d'agua doce, a qual estava tão agitada com o vento sudoéste, tão crespas suas aguas e tão turvas que mettiam horror: aonde lhe demos o apellido de *Lagôa-feia*. N'este mesmo logar vimos as suas embarcações de pesca; trez traves de páos aguçados nas cabeças para cortar as aguas e atados com umas travessas nas mesmas cabeças, era formada a dita embarcação; a forma de jangada porém muito bem organizada. Depois que observámos tudo isto couza de meia hora, voltámos ao nosso abarracamento, vimos os nossos relogios, eram seis horas da tarde: determinámos seguir de manhã cedo, que se contavam 23, que nosso destino era sahirmos cedo, para se entender com o Maioral para nos dar alguma companhia para o cabo de São-Thomé, pois

eram da mesma especie e communicavam-se segundo dizia o interprete. O Maioral nos prometeu que sim e que elle mesmo iria comnosco.

Amanheceo o dia 23, nos preparámos para seguirmos. No romper da nossa marcha é que tomámos o conhecimento da sua quantidade, pois sahiram a despedida pelo seu bello modo. Não excediam a mais de cincoenta e dous entre homens e mulheres ; ficámos perplexos, quando faziamos ser maior quantidade, e seguimos nossa derrota junto com o Maioral, e mais uns dezeseis delles. Nisto indagámos do Maioral si na ponta do cabo de São-Thomé, como elles lhe chamavam, havia grande quantidade de Indios e sua ferocidade, nos informou que eram pacificos, pois que eram de seu caracter e que todos juntos não excedia a mais de cento e sessenta, isto segundo a conta que nos deu, e que elle Maioral se apartou d'aquella aldeia e mais alguns seus amigos por certa diferença com seu Maioral que foi, e que vieram se aldeiar, n'aquelle logar e que não houvesse que receiar, pois que havia gente nossa entre elles, d'uma embarcação que naufragou, assentámos ser verdadeira a noticia que nos deo o Administrador de Macahé da embarcação naufragada. Com esta noticia ficámos muito satisfeitos, por irmos a salvamento, pois não desejavamos sinão paz e concordia. Fomos caminhando com o vento sudoéste e o sol encoberto que nos favorecia, nos aproximámos á marinha, reconhecemos os nossos relogios, estava a chegar meio-dia, arriámos as nossas conducções para a nossa gente descançar ahi sobre a herva da campina ; e n'isto estendiamos as nossas vistas pela campina, para a parte que tinhamos vindo, que era uma grande distancia juntamente para aquellas serras, onde consideravamos ser o pedido da nossa sesmaria : emfim já tinhamos descansado e comido alguma couza, o sol já quebrava, eram perto de trez horas, seguimos sempre beirando a campina e a marinha. Depois de termos caminhado boa distancia, já o sol apparecia baixo, porém encoberto, assentámos d'ahi fazer o nosso abarracamento, por termos ahi agua perto.

Depois de armadas as barracas, ficando o nosso cozinheiro tratando da comida, sahimos ao largo da campina

a ver tamanha grandeza. Os nossos corações se abrazavam de alegria por ver que tinhamos alcançado tão rica propriedade para as nossas criações de cavallar e vacum, que tanto careciamos para o fim dos nossos engenhos : as nossas vistas não alcançavam o fim das campinas continuadas. Com isto nos recolhemonos ao nosso abarracamento muito satisfeitos:eram nove horas quando comiamos alguma couza ; as noites eram de luar, porém encoberto ; fomos descançar.

— « Nós para São-Vicente não fomos tão satisfeitos », disse o Sr. Castilho da sua cama.— « Não, não, disse o Sr. Maldonado, pois para lá fomos constrangidos ». Com estas e outras couzas fomos socegando, quando já ao romper d'alva, sentimos um grande reboliço. « Ponhamos-nos de pé, pois temos novidade», disse o Sr. Castilho. Tudo pegou em armas : fomos tomar fé do reboliço ; era o nosso interprete que ficou no rio Iguassú, que vinha mais com cinco indios do cabo de São-Thomé após de nós, por homens da lancha lhe advertir que a sumaca arribára a Macahé em razão do grande vento oéste. Os recebemos com grande prazer, e elles a nós ; nos informou de tudo a nosso favor a respeito dos selvagens, que elle interprete os informou a que nós vinhamos, pois que elles viram sobre a marinha as voltas todas da embarcação, e quando se aproximou á terra e que achava gente nossa entre elles, como se suspeitava em Macahé, determinámos ao nosso cozinheiro quanto antes fazer a comida para segui·mos. Entretanto fomos indagando do interprete si estavamos muito longe da povoação sua, e quando de lá sahio, nos respondeu que tinha sahido ao sol posto, porém que caminharam devagar e que se dispoz a caminhar de noite em razão do luar, porém que nós haviamos de chegar de tarde, por caminharmos devagar em razão da conducção.

Comemos e sahimos com toda a brevidade. Era o dia 24, rompemos a nossa derrota, à boa distancia caminhámos sobre a marinha e tivemos areiaes: para supportarmos das fadigas descemos das marinhas para a campina em razão dos areiaes ; caminhámos beirando a campina da parte do noroéste ; faziam lagos de agua, e

destas aguas é formado o rio Iguassù. Elle tem seu nascimento na grande Lagoa-feia, a que lhe demos o appellido. nos fundos saco apantanado traz sua corrente a léste; suas aguas são encanadas por uma especie de rio, fazendo suas voltas, aonde traz sua corrente pela parte do sudoéste pelo sitio do curral do capitão Monteiro, na Costaneira, appellido que elle lhe deu; segue até certa altura da campina, seguindo para leste para a parte da marinha. N'este logar finda o dito encanamento. Suas aguas se espraiam pela dita campina, sempre a léste, não muito longe da marinha; d'este logar fazem sua quebra a procurar o nordéste, isto até a barra do dito Iguassú, ao norte do cabo de São-Thomé; emfim ia chegando o meio dia já nós tinhamos caminhado boa distancia, quando o interprete do rio Iguassú nos apontou uma campina muito extensa, aonde nos fez saber que n'aquella campina perto da marinha era a aldeia dos Indios, e a ponta do cabo de São-Thomé: com isto ficámos muito satisfeitos por ver que chegavamos a boas horas. Arriámos as cargas, já era meia hora, isto alli ao pé de uma volta do dito lago das aguas do rio Iguassú, para descançarmos e comermos alguma couza: quando alli parámos se despediram os cinco selvagens, com uma porção de aguardente na barriga e outras couzas que lhe demos de missangas para os acarinhar, nos dizendo que iam dar parte da nossa chegada.

— « Basta, hoje descanço disse, o senhor Maldonado, vamos a chegar ». Com esta expressão nos arrumámos, e seguimos eram duas horas e meia caminhando boa distancia. Ao longe descobrimos vir uma grande esquadra de gente.—« Ora queira Deus não tenhamos algum ataque», disse o senhor Riscado. Escorvámos de novo as nossas armas e todos ficámos dispostos para o que pudesse acontecer. Vieram aproximando-se, onde entrámos no conhecimento serem os selvagens: os nossos Interpretes, mórmente o do rio Iguassú nos assegurou que não houvesse que receiar, pois que elle tinha posto tudo em ordem, porém nós já tinhamos um grande conhecimento da fidelidade desta gente, não nos fiámos n'esse dizer do interprete: n'isto chegaram todos de arcos e flechas, o seu Maioral na frente acompanhado de quatro homens da

nossa massa, estes nos saudaram junto com o Maioral pelo seu bello modo; n'isto tomaram conhecimento pelo interprete que lhe fallou pelo seu idioma que eramos nós os que com elle tinha praticado; n'isto o Maioral dirigio ordem para todos recolher os arcos debaixo do braço e todos bateram palmas e abaixaram as cabeças; o Maioral se dirigio ao interprete para que nos fizesse saber que não reparassemos em virem de arcos, pois que não sabiam si veriam outros que os viessem atacar; lhe fizemos saber tudo a nosso respeito e ficaram muito satisfeitos, e lhe fizemos saber com mais vagar, depois que nos abarracassemos, as nossas praticas seriam mais saudozas. Com isto seguimos, marchava uma esquadra tal, que nos fazia lembrar dos ataques do Rio de Janeiro e São-Vicente.—«Tudo vae bem até aqui», disse o Senhor Castilho.—«Falta ver o consumado», disse o Senhor Gonçalo. Na marcha em que iamos, o Maioral nos offereceu caças frescas para comermos, e agradecemos e lhe dissemos que sim, pois nas alturas em que nos achavamos tudo era necessario.

Emfim chegámos ao seu arraial. Era bem grosseiro. Eram umas choupanas grandes em cima de uns montinhos: n'esta mesma campina achámos muitas caças mortas que dizia serem mortas de manhã, as quaes eram veados e capivaras e muitas aves grandes e pequenas, uma fertilidade. O Maioral nos offereceu a sua boa ou má pouzada, nós lhe agradecemos, e seguimos para a marinha, acompanhados do Maioral e os quatro homens: aqui atravessámos o rio Iguassú, porém n'este logar era baixo. Fizemos o nosso abarracamento n ofim da dita campina ao pé da marinha na ponta do cabo de São-Thomé da parte do sudoéste, isto ia a por-se o sol. Offerecemos-lhe aguardente ao Maioral e aos homens; elles aceitaram; lhe dissemos, que ia anoitecer, e que nós estavamos muito moidos da jornada, que foi um tanto extensa, que de manhã com mais vagar praticariamos melhor: — isto com os homens, pois a nossa vontade era indagar dos homens muitas couzas, que nos era mister e por elles serem da nossa massa. O Maioral disse que ia nos mandar caças para comermos, nós lhe dissemos qne sim, porém que fossem veados ou algumas aves; com isto se despediram. Dahi a pouco chegaram uns

Indios, que traziam dous veados já promptos esfolados e seis aves; demos aos portadores a cada um uma gota de aguardente e umas missangas, que ficaram muito satisfeitos. «Não ha volta, havemos de os acariciar», disse o Senhor Castilho, que foi o dispenseiro, e se despediram. Mandámos o nosso cozinheiro tratar desse negocio para nos refazermos de barriga, pois já ia havendo alguma vontade; o cozinheiro foi cuidar na sua obrigação e nós desfructando da boa hospedagem, com algumas conversas, onde disse o Senhor Duarte: —«Com effeito, estão muito pacificos, não são estas as noticias que occorrem no Rio de Janeiro da sua ferocidade, e por esta mesma razão estavamos a largo tempo sem virmos ver a nossa propriedade nova». Aqui disse o Senhor Castilho: —«Já disse que não temos a obra consumada, até vermos a sua boa ou má conducta». Seriam nove horas quando comemos para descançar.

Amanheceu o dia 25, começaram as nossas narrações. —«Nós agora quando vierem os homens havemos de indagar d'elles como vieram aqui pararem», disse o Senhor Antonio Pinto. – «Isso está claro, é do nosso dever», disse o Senhor Maldonado.—«Havemos d'elles colhermos o quanto pudermos», disse o Senhor Castilho. O sol sahia a romper seu véo pelo horizonte, quando vimos virem alguns indios. Era o Maioral, os quatro homens e quatro indios, os quaes mandou ver lenha par nos trazer. Como na vespera de noite lhe oferecemos aguardente, a qual aceitaram, os quatro Indios da lenha sahiram logo muito contentes, com a barriga quente. O Maioral era um Indio de boa dispozição, mostrava ter muito boas entranhas, era muito costeado, ou seria por estarem estes homens entre elles. Passámos a perguntar aos homens como ahi vieram a pararem. —«Senhores pela mizericordia de Deus», disseram elles, «estamos aqui com esta gente onze pessoas, isto está a fazer dois annos. Vinhamos de Lisboa em uma embarcação que vinha de ordem para o Rio de Janeiro, e trazia um socorro de gente, juntamente quarenta e tantos criminozos, não de crimes de morte, nem de ladrões, mas sim crimes de outras circunstancias, remettidos por El-Rei ao Governador, para engrossar as

forças, em razão dos Francezes e da gentilidade, aonde nós quatro e trez que estão na aldeia somos do numero dos ditos criminozos, e os outros quatro eram marinheiros da embarcação. Quando chegámos n'esta altura tivemos tão rijo temporal com vento lessuéste e uma cerração tal, quando mal nos aprecatámos estavamos com a embarcação dada á costa sobre estas praias. N'isto cuidou cada um em salvar a sua vida. O comandante se metteu na lancha e outros officiaes, e os que remavam e seguiram para o sul, beirando a terra, não soubemos mais d'elles, a maior parte da equipagem já tinha morrido, uns afogados e outros de dezastres de páos e taboas que arrebentavam com o jogo da embarcação pela furia do mar. Nós onze deitámos uns mastaréos, quebrados do mesmo temporal, ao mar da parte contraria do vento rijo, nos ficando de abrigo a embarcação. Amarrámos uns com os outros, com muito trabalho em razão da furia do mar e vento rijo, e depois disto feito montámos n'elles; deu-nos Deus a ventura: com uns pedaços que nos serviam serrámos, para o governo: tivemos tal felicidade que viemos encalhar n'esta praia, aonde esta gente estavam sobre a praia nos vendo labutar com a morte; nos levaram para a sua habitação e uzaram comnosco tal caridade até hoje, vai a perto de dois annos.»—«Deus louvado!», dissemos nós. Depois da sua pratica finalisada, lhe dissemos que a lancha que fallavam ia gente, se salvaram na praia da Armação em Cabo-Frio, aonde saltaram e vieram ter na cidade de Cabo-Frio, e foram transportados pela camara para o Rio de Janeiro, aonde de tudo deram parte ao Governador do succedido; pois tinhamos d'isto lembrança.—«Então vocês não tiveram receio d'esta gente por serem gentios?» lhes dissemos nós. Nos responderam:—«Senhores, nós não sabiamos que gente era, depois é que viemos no conhecimento, pelo que se fallava em Lisboa serem gentios; porém depois que tomámos o idioma d'elles, é que elles nos disseram, si fossem os verdadeiros Eutacazes, que costeam o norte do Rio Grande, que nós eramos mortos, que antigamente costeavam estas campinas, porém o seu velho chefe d'elles era um Indio de muito más entranhas e scismatico, e por essa mesma razão é que ficou de uma

vez costeando pelo norte do Rio Grande. Isto conta um velho d'esse tempo que ainda existe entre estes, que fizeram oppozição a uns homens que queriam fazer povoação ao norte do rio, até que os homens abandonaram o logar.» —«Esse rio tem o appellido de rio Parahiba, e estes homens eram os dois donatarios João Gomes Leitão e Pedro de Góes», lhe dissemos nós. —«Porém vamos ao resto do velho, disse o senhor Castilhos.—«Quando elles se separaram de uma vez,ficou este velho, e outros homens e mulheres por estas campinas, não os quizeram acompanhar por já estarem muito affeitos por estes logares de onde tem multiplicado tudo isto que estamos vendo, fóra muitos que têm morrido, e por elles estarem aqui fóra e estarem já costumados a verem embarcações e gente da nossa, já não tem receio algum».—«Bem, bem», disse o senhor Castilho, depois que elles contaram todo o seu acontecido ; assentámos que esta razão d'elles estarem rezidindo entre os Indios á perto de dois annos nos era muito equivalente para melhor nos informarem de muitas couzas d'este continente. Lhe perguntámos si nos sabiam informar do interior do paiz, nos disseram que elles já tinham andado com os Indios por alguns logares do interior até o Rio-Grande, e que o interior era melhor por não ter areaes como cá para fóra para o sul, e que as campinas iam pelo interior dentro, não muito longe do Rio Grande, e que eram as mais ferteis de herva, que em parte embaraçava as pernas dos andantes; indo elles com os Indios caçarem aves a certo lago do interior, e que havia muito peixe.

Com estas e outras informações ficámos muito satisfeitos. Então é que nós descobrimos quem eramos e ao que vinhamos, lhe dissemos nós.—«Pois meos amigos, já sabereis, que nós somos d'esta grande propriedade até esse Rio Grande que assim lhe chamais. Esse é o rio Parahiba ; não póde ser outro ; nós d'aqui da ponta do cabo de São-Thomé voltamos para Macahé, viemos tão sómente tomar conhecimento do territorio, pois esta grande propriedade nos concedeu o Governador do Rio de Janeiro, em nome de Sua Magestade, por uma sesmaria em recompensa dos nossos serviços guerreiros com os Francezes e a gentilidade no Rio de Janeiro, em São-Vicente e outros logares;

todos temos servido no logar de capitães no decurso perto de trinta annos; porém nós daqui voltamos para Macahé como já dissemos, e de lá para o Rio de Janeiro, a vermos as nossas familias; juntamente estamos com pouca comedoria, nos é necessario provermos de varias couzas, para então virmos com mais demora, e trazer algumas cabeças de gado, para dar principio a nossa vida, pois esta guerra nos atrazou muito as nossas cazas, e virmos dividir os nossos quinhões de terra para cada um de nós saber o que é seo, que assim reza a nossa carta de sesmaria; por emquanto estaremos com vocês estes trez dias para descançarmos, que não estamos tão pouco moidos da jornada. — «Os senhores capitães nos farão a caridade de nos levar na sua companhia?» nos disseram os quatro naufragados. Nós lhe dissemos: — «Não, vocês vieram com esse degredo, e no Rio de Janeiro poderão ser descobertos e serem prezos, e passaremos alguns trabalhos; e assim o mais acertado é vocês ficarem por aqui. Nós não havemos ter grande demora; quando viermos havemos de trazer algumas ferramentas, pois o territorio se vai povoar, e vocês tambem podem fazer seos estabelecimentos, assim como tambem estes Indios, que pretendemos aldeal-os no interior em logar que melhor possam permanecer: por emquanto fiquem até a nossa volta, convivendo com esta gente com cautela.» — «Sim, Senhores», nos disseram elles, «porem os Senhores capitães não tenham grande demora, pois já ha muito estavamos dezejando nos vêr com gente nossa». — «Sim, sim, o mais breve que puder ser, vimos», disse o Senhor Castilho.

Ahi estivemos na ponta do cabo de São-Thomé até o dia 28 que rompemos a nossa marcha. Os naufragados nos acompanharam, o Maioral e alguns Indios até no dia seguinte 29. No romper da nossa marcha se despediram com mostras de sentimentos, seguimos a mesma derrota de quando viemos no dia 30 chegámos na outra aldeia na grande Lagôa-feia segundo o appellido que lhe demos, isto em razão do Maioral nos acompanhar até final.

No dia seguinte, 31, despedimo-nos do Maioral e sua gente e seguimos para Macahé: pernoitámos em

uma beira de mato, não muito longe da marinha. Eram quatro horas da tarde, estavamos em nossas conversas, a respeito da nossa hospedagem, que tão felizes fomos, quando ouvimos gritar para o interior da charneca. Na fé de ser gente pegámos nas nossas armas, e fomos reconhecer o que poderia ser, andámos um bocado e demos em um lago grande, aonde gritou segunda vez. Conhecemos então pela especie do grito não ser gente, mas sim carapebús, aves corpulentas, que nós caçavamos em São-Vicente e Santo-Amaro. O Senhor Duarte, como muito sagaz para a caça, se deitou a ellas subtilmente com presteza, percebemos o tiro e apressamos os pés a encontrar com elle; tinha morto uma e outra ficando prejudicada, se deitou a nado e não a poude mais colher e as outras voaram. Com effeito eram os ditos carapebús. Ahi lhe demos á lagôa o appellido *dos Carapebús.*—« Ora pois, tem o Senhor Duarte muito com que se divertir em Campos dos Eutacazes, cazo venha rezidir n'elle, visto ser tão inclinado á caça, » lhe disse o Senhor Castilho. Entregámos ao cozinheiro Alexandre do fogo, como os Indios lhe chamavam, emfim passámos a noute.

No dia seguinte que era o primeiro de Janeiro de 1633 seguimos a nossa derrota e chegámos a Macahé, eram cinco horas da tarde; fomos bem recebidos dos habitantes; chegou logo o Administrador com a noticia de termos chegado, fizemos-lhe entrega da gente que nos deu e juntamente o interprete que muito nos servio e os gratificámos o que foi possivel e lhe agradecemos-lhes muito e nos despedimos de todos, pois já ia anoitecendo; fomos para bordo de nossa sumaca, aonde o mestre nos conhecendo, logo mandou a lancha. Passámos a noute, e no dia seguinte que erão 2, fomos a terra refazermos do o necessario para Cabo-Frio, e despedirmos do Administrador e sua gente até a torna viagem.

No dia seguinte (3) pelas nove horas, abrimos as vélas com o vento lesnordéste e rijo. Tivemos tal felicidade que chegámos em Cabo-Frio ás seis horas da tarde.

Ahi passámos o dia seguinte (4) e de tarde seguimos com o Senhor Riscado para a sua nova propriedade em

Araruama, para ahi passarmos com o Senhor Riscado até o dia 7.

No dia seguinte (8), seguimos ás nossas pouzadas, e fomos cuidando em refazermo-nos de cavalgaduras para tornarmos aos campos fazer a nossa repartição de terras; e nós dezejavamos levar, quando tornassemos, algumas cabeças de gado entre todos; porém a falta d'este genero no Rio de Janeiro era grande, pois as couzas estavam então no seu principio; alguns que se criavam mal chegavam para o trabalho dos engenhos. O Senhor Riscado obteve, por uma amizade vinda de Cabo-Verde, dez novilhas para este fim de dar começo á sua criação de vacum nos campos; ainda d'esta largou trez ao Senhor Castilho para o mesmo fim, e não pudemos ir aos campos com aquella brevidade que dezejavamos tratar do projetado, pois era tempo de aproveitar as canas de assucar: e assim ficou este negocio para depois, pois era um objecto de todos assistir a elle, a nossa brevidade era equivalente em razão de aproveitar a occasião dos naufragados por estar os Indios muito ligados com elles, para juntos uns e outros nos servirem de praticos de muitas couzas, pois os naufragados sempre são da nossa massa.

Emfim tivemos a demora até no dia 17 de Outubro do dito anno de 1633, que fizemos a nossa marcha para nos juntarmos com o Senhor Riscado, que nos esperava em a sua nova propriedade em Araruama do Parati.

No dia 20 seguimos, levando o Senhor Riscado, para seus curraleiros o seu afilhado indio Miguel (do seu nome) e o escravo Antonio Dias, e o Senhor Castilho tambem o seu afilhado indio Valerio da Cursunga, naturaes e baptizados em São-Vicente, que jámais nunca nos largaram.

Esta jornada foi de cavalgaduras, juntamente para as cargas, que nos eram necessarias, foram do Senhor Riscado dez novilhas e dous touros e do Senhor Castilho trez novilhas, uma vaca e um touro; ás dispozições de nós ficaram mais para o futuro, em razão da falta de gado. Gastámos até Macahé sete dias, chegando no dia 7 pelas trez horas da tarde com muitos incommodos, a romper parte dos caminhos, nos servindo de muito as ferramentas

que levavamos para cortar páos e matas cerradas, que nos impediam em tal cazo, sinão fôra o gado antes ir embarcado.

Não tardou muito, nos appareceu o Senhor Domingos Leal, Administrador do governo desta povoação, nos mostrou um grande prazer de nos ver, e nós outro tanto para com elle, se offereceu para tudo quanto pudesse prestar: deitámos o gado mais para a banda de cima do rio, aonde estava muito fertil de herva, juntamente o cavallar; mais para baixo fizemos o nosso abarracamento, para passar o rigor da noute e mais algum dia de descanço em razão dos animaes, por passarem muito mal até aqui, e aproveitar a grande abundancia de herva que á margem do rio havia, descançámos trez dias, até o dia 31 em que seguimos com mais seis homens dos mamelucos, e o interprete da primeira jornada, que nos deu o administrador por serem mais praticos d'estes logares, pernoitámos na mesma charneca do dito lago *dos Carapebús*, que lhe demos o appellido das ditas aves.

No 1.° de Novembro, rompemos a nossa jornada e pernoitámos não muito longe de um lago, mais a um lado da parte do sudoéste, em cima de um bahú fizemos o nosso abarracamento para passar a noite.

Passámos a este logar em razão de uma fedentina que sahia do dito lago, que estava a secar e tinha pelas suas margens peixes mortos, que eram a origem da dita fedentina, aonde lhe demos o appellido de *Lago-Fedorento*.

No dia seguinte, que eram 2, seguimos sempre á margem do dito lago e este communicava-se para o nordéste com outro de maior grandeza, á margem da marinha. Aqui disse o Senhor Antonio Pinto:—« Que appellido havemos de dar a este lago ? Já temos dado appellido a outros logares, é necessario ir dando a outros tambem, pois estamos em um paiz inculto, que está em uma escuridade, é necessario que nós lhe demos a luz da aurora, para os nossos vindouros e para sua civilização».—«Não diz mal, é justo, pois nós somos os primeiros possuidores e povoadores, assim o devemos praticar: pois demos a este

lago o appellido de *Jagabra de Santo Amaro*, disse o Senhor Castilho. — « Pois seja o *Jagabra* », dissemos nós todos.

N'isto fomos seguindo e pernoitámos a bôa distancia ao nordéste do *Jagabra*, aonde fizemos o nosso abarracamento á margem da marinha.

No dia 3, seguimos a nossa jornada e fomos pernoitar no mesmo logar da jornada passada, não muito longe da quebra que fazem as aguas para o nordéste, que é formado o rio Iguassú.

No dia 4 rompemos a marcha com mais vehemencia para chegar com dia na ponta do cabo de São-Thomé. Seriam dez horas quando descobrimos a campina da aldeia dos Indios. Andámos, seriam trez horas, quando vimos ao longe vir gente approximando-se, conhecemos ser os naufragados e o Maioral e outros Indios; n'isto nos mostráram grande prazer da nossa prezença, e muito pezarozos da nossa demora, a qual lhe participámos as circunstancias; nisto fomos seguindo para a ponta do cabo de São-Thomé, aonde chegámos eram quatro horas e meia. Nos abarracámos no mesmo logar da outra jornada. O Maioral logo deu providencias a algumas couzas, pois era um tanto civilizado. Nos mandou lenha logo, e nos disse que no dia seguinte que mandaria caçar para nós termos que comer; aqui deitámos o gado, mais o cavallar para pastar.

No dia seguinte chegaram os outros homens com a noticia da nossa chegada junto com o Maioral da outra aldeia, aonde elles tinham ido com a dispozição de seguirem para Macabé, segundo a nossa demora.

Aqui descançámos até o dia 8, juntamente para consultarmos a nossa repartição de terras, da maneira seguinte :—Fazendo a testada na marinha, como é costume, e fundos no cume das serras que ficam ao oéste, segundo reza a nossa carta de sesmaria. Estas foram as circunstancias de nós irmos pela marinha, para calcularmos este negocio e cada um de nós convencionar-se com a sua propriedade embaixo de bôa harmonia, sendo nós mesmos os marcadores, e fazendo vezes de piloto o Senhor Castilho, por ter d'isto alguma experiencia. O mesmo Senhor Castilho convencionou-se

ficar da parte do norte da sesmaria desde a barra do rio Iguassù, inteirando-se até o sul do cabo de São-Thomé, assentando-se uma pedra de trez palmos pouco mais ou menos das que foram na sumaca, que ficaram na barra do rio Iguassú. D'esta pedra, immediato ao Senhor Castilho, da parte do sudoéste segue o Senhor Riscado, até o logar que as aguas do rio Iguassú quebram para nordéste, aonde ficou inteirado; e d'este mesmo logar segue outra vez o Senhor Riscado até a volta de um vallado que fica á margem da marinha defronte de um mato, sobre um banco de areia ao sudoéste do curral de São-Miguel, a que lhe demos este appellido, por uma troca do seu engenho do Caldeador, que fez com o Senhor Maldonado, ficar immediato ao Senhor Riscado. Do outro lado do sudoéste aonde se assentára a pedra do Senhor Maldonado, na volta do dito vallo de agua, da parte de dentro da marinha, d'aqui segue o Senhor Riscado que divide com o Senhor Maldonado para sudoéste, ficando inteirado do seu quinhão ao norte do lago *Jagabra*, aonde se assentou outra pedra. Defronte d'esta pedra, segue o Senhor Gonçalo Corrêa para o sudoéste até uma pequena campina em um altinho, proximo a umas aguas emprazadas, criadeiras de palhas, aonde se assentou outra pedra no dito altinho. D'esta pedra segue o Senhor Duarte, immediato ao Senhor Gonçalo (seu irmão) para o sudoéste até a um areial aonde tem um lago d'agua salgada á margem da marinha, assentando-se outra pedra da parte do norte do dito lago. D'esta pedra segue o Senhor Manoel Corrêa, immediato a seu irmão, seguindo pela marinha até o sudoéste do lago dos Carapebús, couza de meia legua, aonde se assentou a outra pedra. D'esta pedra, immediato ao Senhor Manoel Corrêa, segue o Senhor Antonio Pinto, até o rio de Macahé que divide pela parte do sudoéste. Aqui finda o pedido e nossa carta de sesmaria.

D'esta maneira ficámos todos com as nossas propriedades divididas, debaixo de boa harmonia, e outro tanto dezejamos que aconteça aos nossos herdeiros.

Por esta e por outras razões é que fizemos esta descripção, para servir de memoria aos nossos vindouros, juntamente para o que possa acontecer no futuro.

Acabadas as nossas divizões seguimos para o cabo de

São-Thomé para entrarmos para o interior, para d'elle tomarmos conhecimento. Aqui descançámos dois dias, desfrutando a boa hospedagem d'esta gente, comendo caças e peixe fresco, que havia em grande abundancia; entretanto estivemos fazendo o nosso arranjo para entrarmos para o interior.

No dia 24, seguimos com os quatro naufragados, que mostravam serem os mais bem educados, o Maioral e alguns Indios, e os nossos camaradas agregados, os primeiros para nos servirem de praticos, e os segundos para o que pudesse succeder; caminhámos até ás cinco horas da tarde. As campinas eram ricas, muito aprazíveis e muito ferteis de herva, mais saudozas que as de fóra da parte do sul; o seu local era muito proprio para a cultivação. Fizemos o nosso abarracamento para passarmos as inconstancias da noute em um logar que haviam umas arvores de *quiribas*, aonde demos o mesmo appellido ao logar.

No dia seguinte 25 determinámos sondar os seus arredores, ficando no nosso abarracamento o nosso cozinheiro com um camarada, e nós seguimos com os Indios adiante como praticos levando nossas armas ; caminhámos para a parte do sul a ver um lago que nos diziam os quatro naufragados, e por já terem por ahi andado ; caminhámos couza de meio quarto de legoa; chegámos ao dito lago, ficámos pasmos de ver tanta grandeza, tanto do lago como da fertilidade da herva e sua grandeza, e muitas caças de aves, que ahi matámos. Seguimos n'este exercicio até as trez horas da tarde juntamente para tomarmos conhecimento. N'isto voltámos, vindo os Indios e mais alguns outros carregados de aves, assentámos que não passariamos mal de barriga. Chegando as ditas quiribas, os Indios trataram das aves em um sopro; ficámos pasmos da sua brevidade e destreza; comemos alguma couza, e n'isto fomos tirando lingua dos naufragados. Passámos a noute, e de manhã seguimos para a parte do nordéste, pelos nossos praticos nos informar de outro lago, que por elle tinham andado, seguimos com elles pouco mais de um quarto de legoa, chegámos á sua margem, tinha as mesmas particularidades do outro, tanto em grandeza como na fertilidade da herva, e muitas aves, aonde fomos divertindo com ellas, caminhando pela

sua margem do sul. Tudo para cima era uma campina continuada, procurando a sua margem do norte, seguimos, fazia uma nobre vista, tudo muito verde e viçozo. Juntamente umas bananeiras do mato, em uma baixa da sua margem. Aqui disse o Senhor Antonio Pinto: — «Então, Senhores, que appellido havemos de dar a este lago?» — «Vossa mercê o dirá», disse o Senhor Castilho. — «Pois demos-lhe o appellido de *Lago das Bananeiras*, disse o Senhor Gonçalo. Seguimos sempre para o norte aonde finalizou o dito lago, fazendo uma regueira d'agua, não muito extensa, que ia communicar-se com outro da parte do norte, e não de menos extensão. Passámos a dita regueira ás costas de um de nossos aggregados, subimos para cima a vêr a campina proxima; era extensa e fazia para o nordéste umas matas. «Isto vai depois de meio dia», disse o Senhor Riscado; « não abrimos mais para fóra, são horas de caminhar para asnossas quiribas; se voltamos são horas, pois estámos de pé.» Com isto perguntámos aos nossos praticos para onde haviamos de voltar, nos disseram, visto estar n'aquella altura, que rodeassemos o dito lago das ditas bananeiras que vinhamos dar por onde entrámos, e assim fizemos.

Seguimos e chegámos no dito logar que entrámos, eram perto de quatro horas; caminhámos para o nosso pouzo das quiribas; vimos os nossos relogios, eram cinco horas e meia, descançámos para comer alguma couza, e fomos tirando lingua dos praticos.

Amanheceu o dia 27, voltámos ao lago, o primeiro da parte do sul, para sondar a campina da sua parte do sul; seguimos com os nossos praticos; chegámos ao logar do primeiro; seguimos a sua margem de léste e rodeámos para o sudoéste. N'este caminhar indagámos dos naufragados si elles n'este curto tempo que estavam rezidindo entre os Indios já tinham alcançado alguma inundação; nos responderam: logo adiante quando naufragaram, no mez de Dezembro, entraram as trovoadas, que em Janeiro e Fevereiro estavam as campinas alagadas; n'isto estavamos já em bôa altura do sudoéste do dito lago, seguindo sempre a sua margem; adiante descobrimos uns coqueiros de daiiá. — «Aqui deve-se dar o appellido de lago

dos coqueiros de daiiá, » disse o Senhor Manoel Corrêa. —«Pois seja», disse o Senhor Riscado. Nisto seguimos para cima a reconhecer a campina, caminhámos um bocado para a parte do oéste: não era muito fertil, o seu local era de areia, assim como a outra campina ao nordéste do lago das ditas bananeiras; daqui voltámos para as nossas quiribas. —«Ora pois, agora é tempo de caçar, que vamos de volta», disse o Senhor Duarte.—«Pois bem, vossa mercê que é o mais inclinado vá dar o começo», disse o Senhor Maldonado. Seguimos n'este exercicio, pois havia muitas aves, chegámos ao nosso abarracamento das quiribas eram quatro horas da tarde, comemos alguma couza para descançar. Depois que descançámos, consultámos em seguir no outro dia, indagámos dos praticos se elles tinham já bem conhecimento dali para diante, nos disseram que só trez vezes tinham ido ao Rio Grande; lhe dissemos que fallasse ao Maioral pelo seu idioma, que nós tinhamos tenção de examinar todo o interior, se elle dava conta d'este encargo, nos disse que sim. —«Pois bem, amanhã havemos de romper a marcha», disse o Senhor Castilho.

Amanheceu o dia 29. Depois que nos refizemos de barriga caminhámos sempre por campinas altas de muita fertilidade. Era uma campina continuada de grandissima extensão para todos os lados, que ficámos pasmos de tamanha grandeza, tinhamos caminhado eram trez horas da tarde; aqui perguntámos aos nossos praticos pela *Lagôa-Feia*, a que lhe demos o appellido, e si estavamos muito longe d'ella, nos disseram que não, e nos apontaram para a parte do oéste aonde ella jazia.—«Pois caminhemos para lá », lhe dissemos nós. Poderiamos ter caminhado couza de uma legoa, quando deacobrimos a sua margem da parte do nordéste, era muito fertil de hervas as suas margens, caminhámos para a prrte do norte cousa de uma legoa. Neste logar fazia um alto e tinha uma agradavel vista e a campina muito fertil; passámos a reconhecer os relogios, eram quatro horas e meia, assentámos d'aqui fazer o nosso abarracamento para passarmos a inconstancia da noute. N'isto persistiram as nossas narrações, aonde disse o Senhor Castilho: — « Aqui está muito proprio para um curral, pois tem aquelle lago para

o gado beber, o qual fica muito perto, e n'este logar por ser nm tanto alto para o dito estabelecimento, juntamente para alguma cultivação ; si acazo aqui comprehender a minha propriedade, aqui farei o meu sitio de curral ». Porem passando a examinar ficava comprehendido no quinhão do Senhor Riscado.—« Não é obtante estar comprehendido no meu quinhão, Senhor Castilho,» disse o Senhor Riscado, « faço muito gosto n'isso, visto estar tão agradado do logar.—« Pois bem, terá o Senhor Riscado já um arrendatario», disse o Senhor Castilho.—« Já disse que faço muito gosto, sem nenhum interesse para o Senhor Castilho», disse o Senhor Riscado.—« Pois então quando acabarmos esta tarefa do reconhecimento do paiz, e quando nos determinarmos, aqui viremos tratar do dito curral ; aqui ficará o meu afilhado Valerio da Cursunga, e caso eu sempre embarque com o Senhor Gonçalo, para a costa de léste, o Senhor Riscado será o comprador do meu quinhão, pois é confrontante comigo ».—« Não haverá duvida n'isso », disse o Senhor Riscado.

Aqui passámos a noute.

No dia seguinte que eram 30, caminhámos para oéste, a campina era continuada ; eram dez horas do dia, quando chegámos em um charco d'agua, perguntámos aos praticos donde vinham aquellas aguas, nos disseram que da lagôa feia, seguimos; seriam perto de duas horas quando descobrimos outro lado. Aqui disse o Senhor Castilho :— « Em toda a minha vida, não vi paiz mais cheio de lagos. » As suas aguas se faziam um tanto avermelhadas. « Então senhores que appellido havemos de dar a este lago ?» disse o Senhor Pinto. A isto disse o Senhor Duarte—« Dá-se-lhe o apellido de *Lago-Vermelho*, em consequencia de suas aguas assim estarem. « Pois seja o lago vermelho », disse o Senhor Maldonado.

D'este lago um tanto ao nordéste, caminhámos; eram quatro horas da tarde descobrimos outro lago ; a campina vai sempre continuada da parte do oéste, até para o norte, já se viam matos grossos. Nos aproximámos á sua margem da parte de léste e ahi assentámos o nosso abarracamento para passar o rigor da noute. Reconhecemos os nossos relogios, eram cinco horas da tarde. Emquanto se

fazia a comida, vimos os Indios praticos com os naufragados; por curiozidade nossa, lhes perguntámos o que elles lhes diziam, nos responderam que queriam ir pescar, que n'aquelle lago havia muito peixe.—«Bem, e elles como poderão pescar ?» lhes dissemos nós.— Elles trouxeram umas rêdes, nos disseram elles, que fazem de uma herva que dá por alguns logares, tiram os fiápos da folha da herva e o põem ao sol para secar, e depois de seco torcem nas pernas com a palma da mão, e depois de torcido fazem as ditas redes. E por elles assim estarem já criados n'esta vida, aqui n'estas campinas fóra, e a fertilidade de caças e peixes, é que não quizeram os seus pais e acompanháram os outros Eutacazes, quando se mudaram de uma vez para o norte do rio Parahiba, como os Senhores capitães lhe chamam.—« Bem, pois vão pescar » lhes dissemos nós comeremos peixe fresco, pois que mal nos tem ido até aqui», disse o Senhor Gonçalo. Estava o sol para se pôr quando elles sahiram para dentro do lago; gastaram duas horas pouco mais ou menos na pesca, vieram carregados de peixe de varias qualidades, aonde trouxeram muitas piabanhas de uma tal grandeza que ficámos admirados. N'isto disse o Senhor Maldonado: — O appellido das piabanhas. — « Pois seja das piabanhas», dissemos nós.—« N'este paiz, si sempre fôr assim, não se passa mal, e por essa mesma razão, é que estes Indios não quizeram acompanhar os outros que passaram ao norte do Parahiba », disse o Senhor Riscado. Emfim passámos a noite.

Amanheceu o dia 1° de Dezembro, consultámos em seguir para o lado do sul, andámos até as dez horas, estavamos ao pé do mato grosso ao sul do dito Lago das Piabanhas, andámos mais um pouco, fomo-nos topar com um rio sahido do sertão. «—Que appellido havemos de dar a este rio? » disse o Senhor Riscado.— « Demos-lhe o appellido d'estes coqueiros de rarahi » (que estavam em um pantano ao sul do dito rio.) Isto disse o Senhor Manoel Corrêa. — « Pois fique sendo o rio Rarahi», dissemos nós. Daqui voltámos e seguimos sempre para o sul, caminhámos sempre por chavascaes, porém tinham hervas; andámos mais um pouco, descobrimos uma campina fazendo mato grosso do lado do oéste, e da parte do

léste ficava a grande Lagoa-feia, seguimos sempre para o sul. Era esta campina seguida de um pantano, procurando o sul, fazendo o seu desembocamento por uma barra, na dita Lagoa-feia; assentámos ser uma especie de rio formado do dito pantano, andámos para oéste aonde fazia o mato grosso, observámos os macacos ramalhar nos ramos.—« Que appellido havemos de dar a esta especie de rio? » disse o Senhor Duarte.—« Demos-lhe o dos macacos, por elles ahi andarem, » disse o Senhor Castilho.—« Pois fique sendo o rio dos Macacos, » lhe dissemos nós.

D'aqui voltámos, caminhámos e passámos pelo Lago das Piabanhas, seguimos para o norte aonde viemos dar na grande campina. Aqui disse o Senhor Antonio Pinto: —«Esta campina não tem fim, já lhe vimos o fim da parte do sul, lá no rio dos Macacos, pois está proxima ao mato grosso; porém para a parte do norte a vista vai ao horizonte, pois temos caminhado desde da campina do cabo de São-Thomé, e ainda não lhe vimos o fim, e toda ella tão descoberta e tão limpa de chavascaes, deve-se lhe dar o appellido por aqui fóra para o sul, a campina do grande campo limpo. »—Pois seja a campina do Campo-limpo, para se divulgar das mais », dissemos nós outros. Caminhámos sempre ao norte. Aqui disse o Senhor Manoel Corrêa:—« São horas de abarracar, aonde vamos mais? » Puxámos os relogios hia a fazer cinco horas. Ahi n'um alto fizemos o nosso abarracamento para passar a noute.

No dia que eram 2 emquanto nos arrumámos, indagámos dos nossos praticos se estavamos muito distante do Rio-Grande, como elles lhe chamavam, nos disseram que não tinham maior conhecimento para bem nos informar. Então dissemos-lhes que fallassem ao Maioral pelo seu idioma para nos informar. O Maioral disse, apontando para a banda do lago das Piabanhas, que já ficava um tanto a oéste, que o mato vem seguindo sempre para o norte acompanhando o rio até a certa altura, aonde segue depois chavascaes unido ás campinas. Juntamente lhe fizemos perguntar se dava alguma relação da parte do norte do rio, disse que não, que nunca passou o rio em

razão dos outros Eutacazes, donde elles descendiam, por serem muito ferozes; juntamente os outros lhe ficarem muito aversos d'estes os não quererem acompanhar. N'isto seguimos para o nordéste, caminhando sempre campinas. —«Ora pois, da parte do oéste temos tomado conhecimento do paiz, falta-nos d'esta parte do nordéste,» disse o Senhor Maldonado.—«Pois vamos lá; vossa mercê será o piloto,» disse o Senhor Antonio Pinto.—«Piloto não, disse o Senhor Maldonado, essa parte cabe ao Senhor Castilho, como experiente n'essa arte.»—«Eu farei o que me couber no possivel,» disse o Senhor Castilho.

Caminhámos a campina sempre continuada para o nordéste, quando descobrimos outro lago; seguimos direito a elle.—«Que appellido avemos de dar a este lago?» disse o Senhor Manoel Corrêa.—«Demos-lhe o appellido de Saquarema de Cabo-Frio».—«Pois seja Saquarema, disse o Senhor Riscado. Abeirámos o dito lago pela parte do norte; seguimos sempre ao nordéste, até que lhe vimos o seu fim, da parte do nordéste. Andámos uma bôa distancia e nos fomos topar com um rio ao nordéste da dita Saquarema; reconhecemos os relogios em razão do sol quebrar muito, eram cinco horas da tarde assentámos o nosso abarracamento na margem do rio. Depois que nos abarracámos, entrámos em consulta que rio será este e para onde desagua. Aqui disse o Senhor Castilho:—«Elle procura o norte. Em fim amanhã o saberemo» N'este mesmo resto do dia passámos a examinar. Não mui largo, porém não se vadiava.

Amanheceu o dia trez, seguimos a sua margem do sul, caminhando ainda por campinas. até chegar em chavascaes que se unia a mato um tanto grosso, fomos seguindo a sua margem e descobrimos o seu desaguamento no rio Parahiba; nisto voltámos até ao nosso logar, que passámos a noite do lado do nordéste. Tudo era uma campina continuada.—«Agora como havemos de atravessar? disse o Senhor Duarte».—Fazendo uma jangada de páus, como os Indios na lagôa feia pescavam, disse o Senhor Castilho; para que vêm machados? não é para o que fôr mister? ora vamos a isso.» Se fez a dita embarcação, estava muito bôa e n'ella todos passámos. Depois que estavamos

da outra parte do nordéste, disse o Senhor Riscado: — Agora de que modo havemos de seguir ? ».— « O Senhor Castilho dirá, pois é pratico d'esta arte», disse o Senhor Maldonado. O Senhor Castilho disse :—« Nós já sabemos aonde nos fica o rio Parahiba, e ainda a elle havemos de voltar, que nos é mister, e havemos de seguir a sua margem do sul para marcar esta linha de fóra que me pertence até apanhar a direitura ao cume das cordilheiras das serras; porém visto estarmos aqui, nos é mister tomar conhecimento d'este rio. Elle vem de léste e nós seguindo este vento havemos de descobrir o rio Iguassú, ou mais aqui ou mais acolá ». Por consequencia perguntámos aos naufragados, si elles davam alguma rélação d'esse rio, nos disseram que ignoravam. Se perguntou aos Indios: disseram que sim, que áquella parte que o Senhor Castilho apontava, ficava o rio Iguassú.—« Bem, bem, então vai direito, Senhor piloto », disse o Senhor Gonçalo. —Visto isso, havemos de seguir a léste », disse o Senhor Castilho.

Abeirámos o rio da parte do norte e nordéste e tudo era uma campina continuada; para d'este rio se tomar o verdadeiro conhecimento e seguirmos para o Iguassú aonde é o nosso pedido, para quando se dividir as linhas para as serras tomarmos conhecimento do mais e d'esta campina, pois esta linha de fóra vem apanhar pouco mais ou menos por esta altura. Isto disse o Senhor Castilho. N'isto assentámos a léste abeirando o dito rio : andando certa distancia, topámos o seu recebimento, sahidas de um grande lago ; seguimos a sua margem ; em certa altura finalizava o dito lago, e começava um canal; suas aguas levavam sua elevação ao dito lago pela parte de léste. Aqui passámos a sondar este negocio ; se perguntou aos Indios donde vinham essas aguas, que vinham juntas com as aguas do rio Iguassú, que parte d'ellas quebravam para o norte por certos canaes das campinas sempre a léste ; todo este local era de areia até a marinha ; aqui se perguntou aos praticos aonde ficava a barra do rio Iguassú, nos disseram que ficava mais para o sul. Andámos mais um pouco pela marinha e descobrimos a barra do Iguassú. Daqui voltámos a apanhar

sua margem do poente, rodeámos certos pantanos e caminhámos por algumas campinas, aonde viemos tornar a campina do cabo de São-Thomé pela parte do norte, nos ficando as aguas do Iguassú a léste. Nos era necessario atravessar para seguir pela marinha para irmos para o nosso pouso. Nisto ficámos perplexos a perguntar aos praticos, nos apontaram um logar mais ao sul, para passarmos seguimos até o dito logar, e passámos ás costas desta gente, lhe dando a agua pela cintura. Seguimos a marinha pela parte de baixo, beirando a campina até a ponta do cabo de São-Thomé e chegámos ao nosso pouzo costumado, eram cinco horas e meia da tarde.—« Ora pois, já vimos o rio Iguassú, rio do nosso pedido, » disse o Senhor Castilho. — « Já, Senhor piloto, lhe disse o Senhor Gonçalo, e por elle ha de seguir o seu rumo ».

Ahi na ponta do cabo de São-Thomé consultámos n'este negocio; assentámos primeiramente em fazer o curral do Senhor Castilho, no logar que elle se agradou na campina limpa no centro; os do Senhor Riscado e as divizões ficaram para depois em razão de mais alguma demora para estarmos mais alguns dias perto dos curraleiros para ficarem com isto mais satisfeitos emquanto se vão acostumando.

Descançámos dous dias; no seguinte que eram 6 seguimos com os nossos camaradas todos e as ferramentas para o mesmo fim, atravessámos a campina e no fim d'ella estava o grande banco de areia aonde passámos a jornada antecedente. Aparámos, pois agora iamos montados, estendiamos as nossas vistas pela campina fóra, para a branda do cabo de São-Thomé, que fazia um aspecto mui bilhante. Ahi disse o Senhor Riscado:—« Ainda falta dar o appellido a esta campina ».—« Eu já lhe dei », disse o Senhor Duarte.— « Qual foi, que não tenho d'isso lembrança? » disse o Senhor Riscado. —« A campina do cabo de São-Thomé. Pois não está conforme o appellido segundo o aspecto que daqui faz? » disse o Senhor Riscado. — « Pois que appellido se deve dar? » disse o Senhor Duarte. —« Segundo o que d'aqui reprezenta tão grandioza vista, deve-se-lhe dar o appellido de campina da Bôa-vista ».— «Pois seja a campina da Bôa-vista», disse o Senhor Duarte.

E voltámos os cavallos a alcançar, os que hião de pé e carregados; caminhámos até as nossas quiribas, e ahi armámos o nosso abarracamento, para passarmos o rigor da noite.

Amanheceu o dia 7 marchámos com a nossa gente, eram tres horas e meia, estavamos no dito logar, armaram-se as barracas, e o cozinheiro foi tratar da comida, pois a gente de pé chegaram bem cançadas. Consultámos em cortar madeira em uma mata que jazia ao pé do lago, que ficava um tanto arredado, aonde havia de ser formado o curral e a choupana, couza de meio quarto de legua para o sudoéste.

Amanheceu o dia 8, tratou-se d'este trabalho, se fez o dito curral e uma choupana coberta de palha, por não poder ser menos, para residencia do curraleiro Valerio da Cursunga, por Indio afilhado do Senhor Castilho. Depois de tudo prompto, voltámos para se fazer os dous curraes do Senhor Riscado, cá fóra proximo a marinha; viemos pernoitar nas nossas quiribas, em razão da gente que caminhava de pé. Aqui disse o Senhor Duarte: —« Falta dar-se o appellido da grande campina do centro, já se lhe deu, não tenho lembrança, o Senhor Castilho que lhe diga o appellido que lhe deu », disse o Senhor Riscado.—« Qual é o appellido, Senhor Castilho»? —« A campina do grande Campo-Limpo », disse o Senhor Castilho, pois ella é tão extensa, que vai até as matas do rio Parahiba, é toda limpa de chavascaes, isso é a razão d'eu lhe dar esse appellido.—« Bem, está muito conforme », disse o Senhor Duarte.

Amanheceu o dia 9; seguimos para a ponta do cabo de São-Thomé. No dia seguinte, se tratou de fazer um curral do Senhor Riscado, mesmo ahi na ponta do cabo de São-Thomé; depois que se finalizou este trabalho, se foi collocar o outro de São-Miguel, que se lhe deu este appellido, em razão do Indio Miguel que ahi ficou para curraleiro, afilhado do Senhor Riscado, trazer uma imagem do Santo do seu nome e ahi a collocou fazendo certo oratorio; depois de tudo prompto, voltámos para a ponta do cabo de São-Thomé. N'esse curral de São-Thomé ficou por curraleiro o escravo Antonio Dias, cinco novilhas e

um touro, e no de São-Miguel, outras cinco e um touro, aonde ficou o Indio Miguel. Esses trabalhos, nos levaram até o dia 29.

Amanheceu o dia 30; fomos levar o gado do Senhor Castilho ao seu curral da campina do grande Campo-Limpo, e juntamente acompanharam algumas ferramentas dois machados, trez facões e cinco enxadas, quatro para os naufragados e uma para o curraleiro tambem indio afilhado do Senhor Castilho Valerio da Cursunga. Estes quatro homens eram muito camaradas e se uniam muito e bem educados, muito differentes dos outros que estavam na aldeia, e por essa mesma razão é que nós olhemos mais para elles. Apezar d'isto deixámos ordem, si elles os procurassem, de lhe dar pouzo; deu-se-lhe ao norte do curral um lugar muito proprio para se cultivar, para elles irem vivendo em companhia do curraleiro Valerio da Cursunga. Ahi do curral do Senhor Castilho viemos á ponta do cabo de São-Thomé para marcar as linhas para o sertão, pois a testada já estava marcada.

No 1.º de Janeiro de 1634 seguimos para o rio Iguassú, para d'ahi fazermos menção da linha de fóra para o sertão. Da barra do Iguassú seguiu direito por alguns areiaes e matas a apanhar um lago d'agua salitrada, a que lhe demos o appellido de Lago Salgado. D'aqui seguiu pelo canal das aguas dos dois lagos pela parte do nordéste. Ahi se fez uma jangada como já se tinha feito, quando por ahi passámos; feita a jangada se embarcaram alguns n'ella, seguindo para o norte. Já em bôa altura se desamarrou a cabeça da jangada, aonde cahiu o Senhor Duarte, porém não teve perigo algum. Aqui disse o Senhor Gonçalo, que se désse ao lago o appellido de Cahi, por seu irmão ahi cahir. — « Pois seja o Cahi », disse o Senhor Castilho, que ia na jangada como piloto do dito lago do Cahi. Seguiu direito ao rio, que vai desaguar no rio Parahiba, em razão de ser mãe d'agua e lugares permanentes. Do rio Parahiba seguiu a sua margem do sul para nos servir de limites. Caminhámos uma bôa distancia, pela sua margem acima, aonde descobrimos outro rio, da parte do norte, que desaguava no Parahiba; andámos mais para cima; em certa altura parámos. Fazia

uma baixa até a margem do Parahiba; d'este lugar fizemos menção ao cume das serras. N'este mesmo lugar em um alto da dita baixa da parte do sul se cortaram dois páos e se fez uma Santa Cruz : a hastea tinha 10 palmos e o seu cruzanto 6 palmos; collocou-se para dentro do Parahiba couza de 30 braças em razão das suas aguas que poderiam ir correndo a sua margem. D'este lugar voltámos á ponta do cabo de São-Thomé para apanhar as outras linhas.

No dia 7 querendo se pegar a linha, que divide o Senhor Castilho com o Senhor Riscado, o Senhor Castilho disse, que era escuzado fazer menção d'esta linha em razão de maior demora, pois que elle sempre estava rezolvido a embarcar para a costa de léste, portanto o Senhor Riscado lhe comprava o seu quinhão, pois já estavam convencionados n'isso, se assentou seguir-se a apanhar a pedra do Senhor Riscado, que divide com o Senhor Maldonado. D'esta pedra seguiu pela campina, que quebram as aguas ao nordéste, que vem para o rio Iguassú, seguiu a campina e atravessou alguns lagos, direito a um alto que lhe demos o appellido do *Retiro*, por estar no centro d'esse alto não muito longe de um riacho d'agua que fica ao sudoéste á beira de um mato, vai em direitura á grande Lagoa-feia ; d'esta beira a sua margem da parte do norte, por não podermos atravessar a grande Lagôa-feia, até apanhar a barra do rio dos Macacos, vizinho do Ururahy que a todos dois lhe demos appellido, e d'esta barra em direitura ao cume das serras a vento lesnordéste. Finalizado este rumo voltámos a apanhar a pedra, que divide o Senhor Riscado com o Senhor Maldonado, para o Senhor Riscado ficar inteirado da terra, pelo negocio que fez do seu engenho com o Senhor Maldonado, que é o seguinte : —O Senhor Maldonado lhe deu n'este negocio a terra desde o rumo do Senhor Riscado por estar immediato com elle, aonde se inteirou desde donde as aguas quebram para o nordéste do rio Iguassú, como em outro lugar fica dito, d'este lugar segue para o sudoéste até a volta de um vallado d'agua defronte de um mato formado sobre um banco de areia, que fica ao sudoéste do curral de São-Miguel, d'este mato

segue ao canal que traz as aguas do rio Iguassú, daqui segue em direitura a apanhar o mato do sudoéste do *Saco apantanado*, appellido que lhe demos, a fazer fundos na Lagôa-feia, pelo norte do Saco-apantanado. Acabado isto fomos apanhar a pedra, que divide o Senhor Maldonado com o Senhor Gonçalo Corrêa. D'esta pedra segue a apanhar pelo nórte do lago Jagabra, cortando sempre a campina que vai a outra aldeia da Lagôa-feia, a qual já a não achámos, aonde veio passar perto da dita aldeia, atravessando parte da Lagôa-feia até ao oéste, aonde passou por um chavascaes em direitura a um rio que topámos da parte do oéste, ao qual lhe demos o appellido de *Macabú*, derivado do rio Macacú, nas vizinhanças do Rio de Janeiro. D'este rio seguio ao cume das serras.

Acabado este trabalho sahimos para fóra; n'esta sahida caminhámos mais ao sul pelo pratico nos dizer que tinhamos outro caminho mais perto, para apanhar a pedra do sul ou sudoéste do Senhor Gonçalo com seus irmãos; por acazo viemos dar na outra aldeia nova dos Indios, que se tinham mudado da aldeia do pontal da Lagôa-feia, logo que nos conheceram nos vieram saudar, junto com elles appareceu um preto entre elles, nós ficámos perplexos, de ver aquelle preto por lugares incultos sem moradores, n'isto indagámos d'elle quem era e como veio ali parar; nos disse, que era forro; lhe perguntámos mais si era crioulo da terra, nos disse, que não, que era de nação Quissamã; vimos, que não tinha lugar o que elle dizia, assentámos ser dezertado de seu senhor e desconfiando das nossas indagações, se sumio ahi mesmo na aldeia, que o não vimos mais, por mais deligencias que fizemos. Ahi demos ao lugar o appellido de *Quissamã*, em razão do preto. N'isto seguimos procurando a marinha para apanhar a pedra, que divide o Senhor Gonçalo de seus irmãos o Senhor Duarte e o Senhor Manoel Corrêa. Convencionando-se todos trez irmãos em seus negocios particulares, não se fez menção d'este rumo juntamente em mais nos abreviarmos, pois queriamos nos recolher ao seio das nossas familias. N'isto fomos apanhar a pedra, que divide os Senhores trez Corrêas irmãos com o Senhor Antonio Pinto. D'esta pedra

que está á margem da marinha seguio por charnecas ou chavascaes em areiaes, couza de um quarto de legua, pouco mais ou menos, ao sudoeste do lago dos Carapebús, que lhe demos o appellido, atravessou mais dentro no interior outras aguas que se communicam com o dito lago, passando couza de meio quarto de legua ao nordeste de um canal especie de rio; d'este canal entrou pelo sertão. Caminhando mais para o interior, se descobrio um riacho de agua; passando a margem de um outro da parte do sudoeste, aonde em uma arvore grossa lhe fizemos uma cruz funda a machado, juntamente ao redor da extremidade um monte de pedras; d'esta arvore seguimos para o interior até que topámos com um rio, o qual não pudemos vadear. Assentámos ser o rio de Macabú, que lhe demos o appellido, derivado de Macacú, das vizinhanças do Rio de Janeiro, daqui d'este lugar se fez menção ao cume das serras a vento lesnordeste. Ahi da parte do sul e sudoeste lhe serve de diviza o rio de Macahé, que nasce das mesmas cordilheiras, pela divizão pela natureza, e segundo a nossa carta de sesmaria.

N'isto voltámos para a ponta do cabo de São-Thomé; daqui fomos ao curral do Valerio da Cursunga, ahi se determinou aos naufragados para ficarem certos de não desamparar e servirem de companhia ao Valerio e juntamente vizitarem os dois curraes de fóra do Senhor Riscado. N'isto nos despedimos do Valerio ficando com um dos homens, e os trez nos acompanharam até o dia seguinte.

Seguimos para ponta do cabo de São-Thomé, ahi nos demorámos até o dia 27, para nos refazermos de comedoria, para se fazer certas determinações a esta gente. Em primeiro lugar pedimos ao Maioral para mandar caçar alguns veados, pois disse, que havia muitos para o lado do rio Iguassú, e que elles apanhavam com suas armadilhas para termos que comer até chegar em povoado. Juntamente consultámos com o Maioral para elles se aldeiarem no interior, onde era melhor terreno para cultivação, que se lhes daria ferramenta para esse fim, e elles assentaram n'isso. Depois que nos refizemos de comida, nos arrumámos para seguir ao Rio de Janeiro.

Amanheceu o dia 30; depois que comemos alguma couza seguimos com os trez homens, companheiros do que ficou com Valerio da Cursunga, o Maioral e alguns Indios. N'isto caminhámos determinando aos trez homens, que lhe achámos mais circunstancias que nos outros que ficavam na aldeia, que os determinasse para elles fazerem companhia ao escravo Antonio Dias; mas no curral de São-Miguel elles nos disseram, que fariam todas as nossas determinações Pernoitámos no curral de São-Miguel e ahi nos demorámos dois dias e achámos na choupana que se fez para rezidencia do curraleiro Miguel Indio, e pela sua curiozidade fez um oratorio, onde collocou a imagem do Santo do seu nome de São Miguel. N'isto chegando os Indios fizeram um borborinho, que nos fez certa desconfiança; porém os trez naufragados, conhecendo a nossa desconfiança, nos asseveraram, que não tivessemos receio que aquillo n'elles foi admiração de verem a imagem do Santo, aonde diz, que diziam, que estava muito bello, aonde então ficámos com os nossos espiritos em socego. N'estes dois dias que tivemos de demora, fizemos todas as recommendações possiveis tanto ao curraleiro Miguel, como aos outros trez homens, para que que todos façam união perfeita.

Amanheceu o dia 3 de Fevereiro, nos despedimos de todos, seguimos a nossa derrota com grande sentimento de todos. Nós os consolámos que logo voltavamos, e se despediram. Chegámos a Macahé ao sol posto, pernoitámos n'essa povoação.

Amanheceu o dia 4, fomos agradecer ao Senhor Domingos Leal, administrador d'esta povoação tantos obzequios, e lhe fizemos a entrega dos praticos e os gratificámos. N'isto nos despedimos, seguindo nossa jornada até as quatro horas da tarde; chegámos a uma pequena povoação do rio de São-João, e em razão dos caminhos não estarem ainda transitaveis ahi pernoitámos. Amanhecendo o dia 5, seguimos para Cabo-Frio, aonde chegámos pelas duas horas da tarde; ahi nos demorámos com algumas pessoas da nossa amizade até ás cinco horas, que seguimos com o Senhor Riscado para a sua nova pouzada em Araruama do Parati.

Ahi estivemos até o dia 7 desfrutando da nossa amizade até o dia 8, que nos despedimos e seguimos ás nossas pouzadas. Occorrendo a noticia da nossa chegada, fomos vizitados de algumas pessoas da nossa amizade, estes nos perguntando como passámos com os selvagens em razão das noticias que corriam na capitania do Rio de Janeiro da sua ferocidade, aonde lhe participámos o contrario e o quanto nos foi occorrido da bôa paz e concordia d'essa gente, juntamente a grandeza do paiz: n'isto se estenderam as noticias na cidade de São-Sebastião do Rio de Janeiro, que só se tratava dos Campos dos Goytacazes, em razão de ser as primeiras campinas descobertas, para a criação do cavallar e vacum, segundo a necessidade que então havia. Logo o Senhor Maldonado foi vizitado do Senhor Gaspar de Souza Monteiro, o qual informado d'estas grandezas convencionou-se com o Senhor Maldonado para criação de gados; este, participando ao capitão Thomé José de Barcellos Velho, se dispoz a ir fallar sobre este mesmo fim, aonde tambem convencionou-se para quando se determinasse ir aos campos, que juntamente dezejava ir para tomar conhecimento do paiz, aonde se lhes respondeu que sim, que elle teria participação. Em principios de Outubro nos participou o Senhor Riscado para nos dispormos quando quizessemos ir aos campos. Com esta noticia o Senhor Maldonado fez saber aos Senhores capitães Monteiro e Barcellos para se disporem; n'isto nos apromptámos para o primeiro avizo do Senhor Riscado.

No dia 3 de Novembro tivemos o dito avizo, que nos esperava na sua pouzada em Araruama do Parati. Os nossos companheiros que foram são os seguintes: eu, João de Castilho, o Senhor Maldonado, o Senhor Riscado e o Senhor Duarte por si e por seus irmãos por não poderem ir, um seu sobrinho Antonio Lopes Pereira, o Senhor Monteiro, o Senhor Barcellos.

No dia 6, todos estavam prestes para a dita jornada.

No dia seguinte 7, seguimos para a pouzada do Senhor Riscado em Araruama do Parati, que nos esperava Chegámos era sol posto, ahi passámos a noute.

Amanheceu o dia 8, seguimos a nossa derrota, chegámos em Cabo-Frio seriam dez horas. Ahi ficámos até

o dia seguinte em razão de uma amizade dos Senhores capitães Barcellos e Monteiro.

Amanheceu o dia 11, seguimos para Macahé, onde chegámos no dia 13, pelas trez horas da tarde. N'isto fomos dar adeos ao administrador d'esta povoação, o Senhor Domingos Leal.

Ahi passámos a noite, e amanhecendo o dia 14 nos despidimos do Senhor Leal. Elle nos fez, saber que os Indios da Lagoa-feia se tinham ajuntado com os outros do cabo de São-Thomé, segundo as noticias dos mamelucos; n'isto nos despedimos. Caminhámos, chegando na primeira pedra, não muito longe do lago dos Carapebús pelas 11 horas, seguimos a nossa jornada e anoitecemos na pedra que divide o Senhor Gonçalo com o Senhor Maldonado.

Aqui quizemos passar o rigor da noite, porém os praticos nos disseram, visto o luar estar tão bom, o verdadeiro era seguir para o curral de São-Miguel, pois chegavamos cedo; com esse dizer assentámos em seguir, chegámos seriam 10 horas.— « Aqui está o curraleiro seu afilhado, disse o Senhor Castilho.» Aqui lhe disse o Senhor Riscado: «Então, Miguel, como tens passado por cá?» «Bem, Senhor.» — « E então os teus camaradas estão todos pelos curraes como ficou determinado para fazer companhia a vocês?»— « Todos, sim Senhor :»— « E os dois que aqui ficaram com você, que é d'elles que aqui os não vejo?» — « Foram daqui hoje de manhã caçar com os da ponta do cabo de São-Thomé, para virem amanhã. » — « Está bom, disse o Senhor Riscado. » — « E os quatro estão com o meu Valerio? lhe perguntou o Senhor Castilho.» — « Estão sim, Senhor, dois foram a Macahé e trouxeram páos de mandióca para semear.» — «Essa noticia tivemos em Macahé, » disse o Senhor Riscado.— « Está bom; os quatro marinheiros que noticias nos dais d'elles? » — « Esses andam por ahi mesmo na aldeia e no curral de Antonio Dias, dahi não sahem.»—«Então pelo que ? »—disse o Senhor Castilho «Estão por ahi cazados, disse o curraleiro Miguel.» Tivemos este galanteio para nos escangalhar de rizo. Já era mais de meia noite, estando nós comendo alguma couza. Basta, vamos descançar, de manhã indagará do restante o Senhor Riscado, disse o Senhor Castilho.

Amanheceu o dia 15, sahimos para fóra a estendermos as nossas vistas pela campina. Aqui perguntou o Senhor Riscado ao seu curraleiro si já alguma novilha tinha filhos, elle respondeu que duas. « Valha-nos isso,» disse o Senhor Riscado.— «Vamos vêr a sua nova criação, » disse o Senhor Castilho. N'isto fomos para o curral e estavam lindas e muito gordinhas. N'isto perguntou o Senhor Maldonado aos seus amigos :—« Então Senhores, que lhes parece isto por aqui ?» – « Muito bom,» disse o Senhor Barcellos. Vossas mercês alcançaram uma rica propriedade d'onde podem ter immensos rendimentos com a criação do cavallar e vacum, segundo a necessidade no Rio de Janeiro. Vamos passear por essas campinas para vêr o que me poderá agradar ».

Montámos a cavallo e fomos passear pelo quinhão do Senhor Maldonado. No fim de uma baixa ficámos como perdidos. O Senhor Castilho, conhecendo a balda, se entrou a rir.—« Vossa mercê se ri por ter muitos conhecimentos da arte de nautico; quando não estaria confuzo como nós; agora nos está chacoteando. » — « Ora sigam-me, » disse o Senhor Castilho. Eram duas horas da tarde, se descobrio o curral ao nordeste.—« Então será aquelle o curral ?» disse o Senhor Castilho.—« E', senhor piloto, disse o Senhor Riscado. Chegámos eram trez horas e meia. Aqui disse o Senhor Barcellos: « Com effeito ! é uma grandeza». Jantámos e fomos vêr o mar de cima da marinha, pois ficava perto ; quando voltámos estava o sol se pondo.

Amanheceu o dia 16, fomos passeiar na propriedade do Senhor Riscado. Aqui disse o Senhor Maldonado ao Senhor Riscado : — « Perguntemos ao seu curraleiro si já está bem sciente d'isto por aqui ; não vamos ficar embasbacados, como hontem . » Si lhe perguntando, elle disse, que já tinha algum conhecimento.— « Pois vamos», disse o Senhor Riscado. Seguimos do curral para o nordeste ; depois de termos andado uma boa distancia, descahimos ao noroeste ; adiante descobrimos uma porção de campina rodeada d'agua ; fazia uma ilha, aqui ficou o Senhor Barcellos muito inclinado. Seguimos no mesmo vento. Andámos couza de legua e meia, descobrimos

um lugar um tanto alto e tinha sua extensão uma bonita vista para a frente, fazia uma baixa arredada do alto couza de meio quarto de legua, aonde havia um riacho de aguas para o norte e nordeste. N'este lugar ficou inclinado o Senhor Monteiro. Aqui disse o Senhor Monteiro: — « Aquelle alto está muito proprio para um curral, e tem este riacho para os animaes beberem.» — « Pois bem, seja aqui o seu, visto estar tão agradado do lugar», lhe disse o Senhor Maldonado. — « Isto pertence ao Senhor Riscado, segundo um negocio que com elle fiz, porém isso não é bastante, entendo, que o Senhor Riscado fará n'isso muito gosto. » — « Pois não», disse o Senhor Riscado. N'isto estava o Senhor Monteiro a empregar as suas vistas para um outro lugar, dando mostras de estar muito agradado. — «Em que considera capitão Monteiro?» disse o Senhor Maldonado. — « Homem, estou me lembrando de uma propriedade, que o defunto meu avô possuia em Portugal, em um lugar chamado a Castanheta.» — « Pois bem, dê-se-lhe aqui o mesmo appellido, pois outro tanto temos nós feito, em dar appellidos a alguns lugares, pois assim é necessario para o futuro, para nossos vindouros terem conhecimento como se hão de manter », disse o Senhor Riscado. Disse então o Senhor Monteiro. — « Pois ficará sendo a Castanheta. » « Ora pois, falta concordar o Senhor Barcellos a ilha do Arrodeio », disse o Senhor Castilho. — «Porém eu vim convencionado com o Senhor Maldonado», disse o Senhor Barcellos. — « Por isso não, assim como o Senhor Riscado faz gosto com o Senhor Monteiro, tambem fará com o Senhor Barcellos.» — « Pois não», disse o Senhor Riscado. — « Pois bem, vamos indo para o curral, e lá concertaremos este negocio», disse o Senhor Barcellos.

N'isto seguimos; chegámos eram 3 horas da tarde. — « Jantamos depois», disse o Senhor Barcellos. O Senhor Maldonado faz gosto, que eu concorde com o Senhor Riscado? » — « Muito, muito», disse o Senhor Maldonado. — « Pois bem. » Emfim convencionaram-se os dois Senhores com o Senhor Riscado. — « Ora pois, está o Senhor Barcellos cedo com um curral na ilha do Arrodeio » disse o Senhor Castilho. — « Não pretendo tal appellido, disse o Senhor Barcellos. Assim como o Senhor Monteiro teve a

lembrança do appellido da propriedade de seu avô, tambem eu tenho appellido para pôr no meu sitio do curral, tal e qual dizia meu pai, sendo filho da villa de Barcellos donde nos vem o appellido, que elles tinham uma propriedade em um lugar, que tinha o appellido do Desterro; portanto, pretendo lhe dar o appellido da Ilha do Desterro, e não da Ilha do Arrodeio, como o Senhor lhe chama».—« Eu lhe dei esse appellido por ser arrodeada d'agua, mas não para que se lhe dê tal appellido. Os donos das propriedades, é que lhe devem dar os appellidos, cada qual do seu gosto», disse o Senhor Castilho. Ficaram os dois senhores convencionados em um mil reis por cada anno, com a condição de não fazerem bemfeitorias de maior valor de 30 mil reis.

No dia seguinte fomos para o cabo de São-Thomé. Estivemos ahi até o dia 18. Ahi se achavam trez novilhas com filhos, n'este curral do Senhor Riscado. N'este mesmo dia de manhã seguimos para o curral do Senhor Castilho, na campina do Campo-limpo, aonde estava o Indio seu afilhado Valerio da Cursunga; n'este curral só se achou uma cria nascida; ahi estivemos até o dia 20 que seguimos para o cabo de São-Thomé.

N'este curral para a parte do norte, no lugar que demos aos naufragados, já achámos lavouras d'elles e do Valerio, que disseram, que tinham ido a Macahé, buscar sementes de feijão, milho e páos de mandioca, que o Senhor Domingos Leal, administrador d'esta povoação, sabendo por elles que eram os homens que tinham naufragado e que estavam nos nossos curraes da nossa propriedade, lhe déra as ditas sementes; toda esta pequena lavoura estava muito viçoza. O Senhor Antonio Lopes Pereira ficou inclinado a fazer por aqui o seu estabelecimento, em razão de estarem os mais lugares ainda muito dezertos. Então o curraleiro Valerio nos foi mostrar um lugar muito proprio, mais ao norte das lavouras d'elles, no qual assentou dali mesmo o fazer por emquanto, para depois que vier do Rio de Janeiro com o seu arranjo fazer melhor accommodação.

Dahi seguimos para o cabo de São-Thomé. Ahi estivemos até se concluir certos arranjos, aonde seguimos no dia 23 para o curral de São-Miguel.

Ahi nos demorámos até o dia 25, que seguimos para Macahé, e dahi para Cabo-Frio, aonde chegámos no dia 28.

Dahi seguimos para a pouzada do Senhor Riscado, em Araruama do Parati. Ahi achámos a noticia de ter falecido o Senhor Manoel Corrêa, que muito sentimos: daqui seguimos ás nossas pouzadas, aonde chegámos no dia 30.

No dia 3 de Dezembro fomos dar os pezames á Senhora Dona Angelica, pela morte do seu marido o Senhor Manoel Corrêa.

No dia 21 de Agosto de 1636 passou a vender o seu quinhão o Senhor João de Castilho Pinto ao Senhor Riscado, conforme se tinham convencionado com a noticia do Senhor Castilho querer seguir para a costa de léste.

O padre provincial da Companhia enviou seu procurador ao Senhor Castilho para o fim de lhe comprar sua propriedade, aonde lhe fez saber, que já estava o Senhor Riscado senhor d'ella.

No dia 12 de Setembro o Senhor Castilho e o Senhor Gonçalo Corrêa se despediram das suas amizades, e no dia 14 sahiram pela barra fóra, deixando o Senhor Gonçalo o seu quinhão ao seu irmão o Senhor Duarte e os seus sobrinhos, filhos do finado Senhor Manoel Corrêa.

Esta nossa descoberta dos Campos dos Goytacazes tem feito uma sensação e uma cobiça a varios personagens na capitania do Rio de Janeiro, que nos temos visto bem atropellados para venda das terras, aonde os mais acernes tem sido o provincial da Companhia e o abbade do mosteiro de São Bento, que chegou a pontos taes de se empenharem com o Governador por ver com o seu respeito si obtinham o que dezejavam; aonde elle n'isto não se quiz envolver.

Em 1637, em Janeiro, foi o Senhor Barcellos junto com o Senhor Monteiro levar o seu gado para os seus curraes, aonde os acompanhou o Senhor Antonio Pinto.

N'este anno faleceu o Senhor Duarte Corrêa, a 3 de Abril, e o Senhor Marcello Corrêa, seu filho, foi aos campos tomar conhecimento d'estes negocios, que lhe pertenciam e a seus irmãos.

Em 1645 faleceu o Senhor Miguel Riscado.

Em 1647, a 13 de Outubro, foi a Senhora Dona Maria Riscado para os campos de morada, para as terras que lhe couberam por legitima, aonde fez a sua primeira rezidencia no curral de São-Miguel.

No anno seguinte, em Agosto, houve nos campos um reboliço dos selvagens, que tinham matado uma novilha; aqui passou o curraleiro escravo Antonio Dias do curral da ponta do cabo de São-Thomé com o gado para o curral de São-Miguel. Com este reboliço passou a Senhora Dona Maria Riscado a fazer o seu novo estabelecimento no lugar da campina do grande Campo-limpo, não muito longe do curral do Valerio da Cursunga, mais para o nordeste.

Em 1647 houve na cidade de São-Sebastião do Rio de Janeiro um reboliço em razão de apparecerem um dia pela manhã ao largo do mar umas embarcações. Os povos se dirigiram pelas praias a tomar conhecimento, não fossem Francezes ou Hollandezes, pois d'estas couzas ainda reinavam alguns crimes. Como vinham corridas com vento fresco, se aproximavam não muito longe da barra; n'isto já se tinham dado as providencias necessarias. Estavam todos com as suas vistas empregadas nas embarcações, quando mais proximo da barra foram reconhecidas as suas bandeiras serem portuguezas. N'isto socegou o espirito publico na fé de ser algum reforço mandado por El-Rei. Era uma hora da tarde, começaram a entrar, pelas duas horas estavam todos dentro. Foi então, que correu um boato de ser o general Salvador Corrêa de Sá, que já tinha sido Governador d'esta capitania nos principios das desordens dos Francezes, homem de grandissimo respeito. Eram 5 horas, estava saltando em terra com toda sua comitiva: aonde o Governador da Capitania do Rio de Janeiro, Duarte Corrêa Vasqueanes o foi receber, acompanhado de varios personagens.

No seu desembarque (acção funesta para um Governador de uma capitania como a do Rio de Janeiro, tão opulenta, que já jazia), o recolheram a pouzada e rezidencia do Senhor Governador Duarte Corrêa Vasqueanes. Só chegou por uma satisfacção do Governador o ir receber, e logo se passou para sua verdadeira rezidencia que lhe esperava, segundo o que correu depois por

uma carta do dito general remettida ao padre provincial da Companhia, para o fim de apromptar cazas para sua rezidencia, aonde foi vizitado de varios personagens do Rio de Janeiro. Com o correr do tempo lhe chegou aos ouvidos as descobertas dos Campos dos Goytacazes, informado pelo dito provincial que era muito da sua amizade, aonde já lhe tinha reprezentado as diligencias que fez para de nós obter algumas terras e que nada de nós pôde obter, aonde lhe fez saber, que até com o Governador se empenhou; aonde elle n'isso não se quiz comprometter; aonde o general lhe perguntou, si a terra obtida era de grande extensão; aonde o provincial lhe respondeu que era a maior parte dos dois donatarios João Gomes e Gil Góes da Silveira!—O' Senhor: é um continente seguindo as informações ». Aqui lhe disse o general:— «Pois bem, visto estarem as couzas n'estas circunstancias, é necessario uzar com esses homens de alguma industria. Elles quantos sesmeiros são? » Aqui lhe disse o provincial:—« Senhor, são sete, porém ha existencia só dois, e que trez eram falecidos e dois que tinham embarcado para a costa de léste em razão de não terem familia ». Aqui diz-se, que dissera o general.—« Pois veremos o geito, que se poderá dar a este negocio, pois cazo se obtenha d'esses homens algumas terras e ser couza tão extensa, com tão lindas campinas para criação do cavallar e vacum, pois é tão necessario á capitania do Rio de Janeiro, por ser a primeira descoberta para este fim, quando cazo assim aconteça terei aonde empregue alguma escravatura, que nas embarcações acompanharam-me ».

Com esta narração o provincial communica ao abbade do mosteiro de São Bento e a outros ambiciozos, que logo rodearam o provincial, para, á sombra d'este reduzindo o general, serem admittidos em uma cavillação mallicioza.

Aos 7 dias do mez de Outubro de de 1647 estando eu Maldonado na pouzada de meu companheiro o Senhor Antonio Pinto compareceu perante nós um sujeito procurando por mim, dizendo que já me tinha procurado na minha pouzada e que não me achando, por noticia fôra alli ter. N'isto entregou-me uma carta, que dizia ser do general Salvador

Corrêa de Sá e se despediu. Assentámos o que poderia dizer a carta, segundo do que já estavamos bem informados. N'isto abrimos a carta e vimos o que ella continha; além das suas lisonjas dizia, que nos dezejava muito nos fallar. Ora, este personagem estava na capitania do Rio de Janeiro com respeito tal que mesmo o Governador não era tão respeitado. Isto nos cauzou a nós um certo abalo. Emfim tratei com o meu companheiro o Senhor Antonio Pinto de lhe irmos fallar. No dia aprazado nos ajuntámos e seguimos ao bairro da Mizericordia, onde era a sua pouzada. Chegando nós, nos veio fallar um sujeito, sabendo primeiro o que nós pretendiamos, lhe fizemos saber, que queriamos fallar ao Senhor general, segundo uma carta, que d'elle tinhamos recebido; nisto mandou-nos esperar e lhe foi dar parte. Sabendo que eramos nós, nos mandou subir, o seu cumprimento foi da maneira seguinte: « Sejam muito bem vindos, Senhores Capitães! Deos seja comvosco. Amigos, qual de vossas mercês é o Senhor capitão Miguel Ayres Maldonado?.»— «E'este criado de Sua Senhoria.» — «Pois bem, assentemo-nos, que temos que narrar algum pouco extenso. N'isto assentámos-nos. Em primeiro lugar deu começo a immensidade de lizonjas para nos attrahir. Depois sahiu-se com o seguinte:—«Tive por noticia, depois que sou chegado a esta capitania, que os Senhores capitães alcançaram por sesmaria uma grandissima propriedade, que se achava na donataria dos dois irmãos donatarios João Gomes Leitão e Gil de Goes da Silveira.»—«E' verdade, sim, Senhor, lhe respondemos nós».— « Então vossas mercês já foram a esse continente, por que segundo o que estou informado é um continente».—« Senhor, nós já lá fomos, é certo».—« E então como se houveram com a gentilidade? »—«Muito bem, senhor, nós os achámos muito pacificos, andamos entre elles, collocámos trez curraes sem opposição alguma. E' verdade, que esta razão seria por estarem muito costeados com os mamelucos de Macahé, com quem alguns tinham relações. Juntamente achámos 11 homens naufragados entre elles».—« E onde foram esses homens?» —« Os extraviámos pelos curraes para servirem de companhia aos curraleiros e lhes demos

ferramentas para irem vivendo». — « Muito bem», disse o general. « E' verdade, que esse territorio dizem ser muito extenso e todo de campinas muito dilatadas, aonde as vistas não alcançam ?»—« Senhor, é verdade e não deixa de não ser. Isso é uma grandeza.»—« Então vossas mercês já se dividiram? » – «Saberá Sua Senhoria, que sim.» —« Quantos eram admittidos n'esta sesmaria ? — « Senhor, eramos sete». — « E todos existem ?» — « Não senhor.» —«Então são os senhores dois só na existencia ?»—«Sim senhor, porém estão ahi os seus herdeiros por elles», lhe dissemos nós « á excepção de dois que embarcaram para a costa de léste.» — « Então esses não tinham familia ?« Não senhor.» —« E os seus quinhões estão para se venderem ?» — «Saberá Vossa Senhoria, que um foi vendido a um dos falecidos dos nossos companheiros, estão ahi os seus herdeiros por elles, aonde já alguns estabelecidos. – «Porém, Senhores capitães, consta-me, que os selvagens estão revirados outra vez e que fizeram uns borborinhos». — «Isso é falso Senhor, não ha tal. O que aconteceu nos campos foi tão sómente isto : Elles matando uma novilha, o curraleiro, que era um Indio, tambem afilhado de um dos nossos companheiros falecidos, que fôra baptizado na capitania de São-Vicente, elle e outro tambem afilhado de outro nosso companheiro, quando por lá andámos n'essas guerras, os quaes nunca jámais nos quizeram largar até que nos acompanharam para o Rio de Janeiro, um dos falecidos que era o seu padrinho o fez seu curraleiro em razão da falta de escravos. O dito curraleiro se oppôz aos ditos selvagens em razão da novilha, foi por isso que o mataram ; não houve mais couza alguma até o prezente, Senhor.» —«Pois meus amigos, visto isso, nunca esta canalha ficam pacificos, elles são avérsos a nós outros, os Senhores capitães bem hão-de saber os ataques que esta gente tem tido por todas as capitanias e sempre furiozos ; e assim é necessario força para lhe fazer oppozição em ordem : vossas mercês não terão meios para esse fim». — «Senhor, elles não fizeram outro borborinho sinão esse da novilha». — «Isso mesmo é uma prova d'elles nunca ficarem pacificos ; vamos fazer um concerto, que eu obrigue-me a dar forças para esse

fim».—«Pois,senhor, Sua Senhoria exporá esse concerto, lhe dissemos nós.»—«Pois sim, amigos, havemos de fazer uma obra pia a caza da Misericordia de um compromisso entre nós. O padre provincial da Companhia nos dará as instrucções para este fim, eu lhe fallarei, porém nós havemos de fazer o dito concerto, admittindo no compromisso entre partes alguns sujeitos que estes hão-de tambem ajudar a expulsar os selvagens.» Aqui lhe dissemos nós:—«Senhor, os selvagens não são em grande numero, nós observámos muito bem, não excede de duzentos, pouco mais ou menos. Estes, apezar de ser a mesma nação dos Goytacazes, estão muito pacificos, os mais ferozes segundo dizem estes mesmos, que tambem foram senhores dos mesmos campos, em annos anteriores por serem muito inclinados aos sertões e pelo seu velho Maioral ser muito scismatico e de muito má conducta, foi que se passaram para o norte do rio Parahiba, ficando nos ditos campos uma pequena porção, que os não quizeram seguir, donde descendem estes que existem ; esses mesmos que se passaram para o norte do rio Parahiba são os que expulsaram, segundo dizem estes, os dois donatarios, emquanto estes estão muito pacificos, não fizeram outro algum desataque sinão esse da novilha; comtudo havemos de desbaratal-os para nosso socêgo». Disse o general:—«Os sujeitos que hão-de ser admittidos ha-de ser o padre provincial da Companhia, estes religiozos que tanto se tem esmerado em catechisar esta canalha, o Dom abbade dos Benedictinos, o prior do Carmo e outros sujeitos, de maneira que havemos de dividir 12 quinhões, que vem a ser 12 partes ; prezentemente só existem vossas mercês dois, tudo podemos arranjar.» – «Porém Senhor, ha herdeiros e alguns já estabelecidos. Esses herdeiros ficarão sem terra para esses estabelecimentos, um continente d'essa grandeza ? Presumo, que não. Qual será esse proprietario mesmo n'esta capitania do Rio de Janeiro que prezentemente tenha uma escravatura, para cultivar esse paiz? Não ha um! Quanto mais esses herdeiros que talvez, ou quazi trabalhem por seu braço ! E' verdade, Senhor».—«Pois bem, logo podemos fazer este concerto, pois fica muita terra para esses

herdeiros; e assim, os Senhores capitães, como já foram a esse continente, devem ter algum conhecimento do paiz, para se fazer os 12 quinhões, entrando juntamente vossas mercês dois n'este concerto, e rezervando terras para esses herdeiros. Os Senhores capitães farão um roteiro com as declarações necessarias dos rios, confrontações que formem a divizão das 12 partes, para á vista do dito roteiro e ás suas prezenças assentarmos verdadeiramente n'isso.»—«Sim, senhor», lhe dissemos nós; pois o respeito deste homem era couza muito grande e este concerto o fizemos com grande constrangimento nosso. Por essa mesma razão a todo o tempo não digam os nossos herdeiros, que o fizemos por deliberação nossa, pois o mesmo Governador não era tão respeitado.

Emfim lhe entregámos o dito roteiro a 17 de Dezembro de 1647, o qual elle examinou e depois nos disse, que era necessario ajuntar as partes para todos juntos verem si estaria conforme, para se lavrar a escriptura; que nos recolhessemos ás nossas pouzadas, que quando fosse o dia aprazado nos faria avizo. Com isto nós retirámos-nos.

No dia 21 tivemos o dito avizo para nos acharmos pelas 7 horas da manhã que eram as horas certas para todos os mais.—«Sejam bem chegados, Senhores capitães,» disse elle. E nós lhes respondemos:—«Aqui estamos ás ordens de Sua Senhoria.»—«Sim, Senhores. Ora pois o seu roteiro está bom; porém é necessario nós pormos algumas couzas mais claras, para quando se lavrar a escriptura estar tudo encaminhado. as quaes, agora que estamos juntos todos, melhor o faremos. Os Senhores capitães dizem aqui no seu roteiro, que dos principios do rio Iguassú á Lagôa-feia, e da Lagôa-feia ás serras se repartirá em 12 quinhões iguaes; sim, estou por isso, que hão de ser iguaes para dentro até Macahé; porém os Senhores capitães, porque não fizeram menção do interior do continente que consta-me ser o melhor?»—«Senhor, não fizemos menção do interior, é por ter já alguns herdeiros e estes já estabelecidos, e não podemos doar, visto estar n'essas circunstancias.» «Senhores, tudo havemos de arranjar, deixem vossas mercês estar esses herdeiros, que

hão de ter muita terra, como já lhes fiz saber, e nós havemos de fazer este concerto de outra maneira. Os Senhores capitães queiram dizer, que vento é que divide esta sesmaria da parte do norte ?»—«Senhor, ha de ser o esnordeste, porém nós já a dividimos por esse lado, achando lugares permanentes de mãe d'aguas, é verdade, que fica mais um tanto fóra do vento o esnordéste, por se abeirar dois lagos da parte do nordeste, e serem permanentes e um rio que n'esses lagos desagua e dos ditos lagos ao rio Parahiba.»—«Bem, melhor, pois está marcado pela natureza; pois bem, Senhores capitães, nós havemos de fazer outro roteiro, servindo este para melhor encaminhar o outro. Os Senhores capitães deixem ficar, pois havemos de fazer menção do interior, pois o continente é extenso, ha de chegar os mesmos herdeiros, isto eu cuidarei com mais vagar para estar prompto, para se lavrar a escriptura, e assim os Senhores capitães recolham-se ás suas pouzadas, que terão outro aviso quando estiver prompto.

Com isto nos retirámos e ficou este negocio indeciso até Março do anno seguinte de 1648, que se lavrou a escriptura, aonde fomos chamados para este fim. Nos apresentou o novo roteiro com as clausulas em partes differentes do nosso roteiro. Nós nos demos por sentidos d'esta mudança, porém elle por sua sagacidade e o grande respeito fez o que quiz. Emfim, se chamou o Escrivão á pouzada do general e se lavrou a endiabrada escriptura.

As terras, que no nosso roteiro declarava, que da ponta do rio Iguassù á Lagôa-feia e da Lagôa-feia em direitura ás serras, para serem divididas em 12 quinhões para parte de dentro de Macahé, mudaram de figura para o interior, aonde já estavam alguns herdeiros estabelecidos para n'estas que eram de uma rezerva no nosso roteiro entre os dois rios Iguassú e Parahiba. Mudaram a figura para dentro para as partes de Macahé, declarando os dois rios, sem os declarar pelos seus nomes, tudo por sagacidade, desviando-se d'estes terrenos por seu local ser de areias; em outro lugar diz a escriptura :— « Sete de mão commum deram um quinhão ao general ». Quaes são estes sete? Porque razão todos sete não estavam assignados ? Não seria por já terem passado da vida prezente? Em outro

lugar diz:—« Um quinhão que lhe deu o capitão Miguel Ayres Maldonado, que pertencia a João de Castilho ». Pois não lhe fiz saber, que este quinhão estava já vendido ao finado Senhor Riscado? Aquella escriptura foi lavrada a 21 de Agosto de 1636. Appareceu n'este comenos tudo mudado de figura do nosso roteiro.

O general rodeiado de varios personagens que foram admittidos no dito compromisso com solicitações, juntamente ajudado da sua má opurgenia, fez o quanto quiz maiormente o padre provincial da Companhia, o Dom abbade de São Bento e o capitão Barcellos, que foi o que melhor informou o general dos melhores terrenos do paiz, em razão de já ter algum conhecimento do territorio. Este homem foi toda a nossa ruina. Fez comnosco vezes de Judas, depois de tratar comnosco uma amizade.

Ainda aqui não param as suas sagacidades na dita escriptura. Diz em outro lugar, que Balthazar Leitão lhe vendeu outro quinhão, que pertencia ao capitão Gonçalo Corrêa. Balthazar não podia vender o alheio; se fez a dita venda foi pela sua má consciencia e má conducta, induzido pelas ditos personagens, pois a sua posse era de um mero arrendatario aos herdeiros dos dois irmãos do Senhor Gonçalo, já falecido. O Senhor Duarte Corrêa e o Senhor Manoel Corrêa, a quem o Senhor Gonçalo fez dadiva, quando embarcou para a costa de léste com o Senhor Castilho. Balthazar estava em um pleito com os dois irmãos. Estes já eram falecidos e não estava decidido em razão de seus herdeiros o não conseguir. Seria por esta razão, que se fez senhor da terra para fazer tal venda ao general. Seguem-se outras clauzulas para se medirem e demarcarem: couza que nunca o fizeram. Outra que comnosco tratou o general a expulsar os gentios e de dar as ditas forças que nunca se viram. Nada d'isto foi necessario, quando chegados aos campos uns como procuradores, outros como d'amizade do general, cinco padres da Companhia, dois ou trez de São Bento e Carmo. Era uma comitiva e nós os não quizemos acompanhar. Quando chegados aos campos os selvagens fizeram seu grande reparo, e reconheceram não sermos nós, porém não fizeram desacato algum.

Os Senhores padres da Companhia appareceram com a roupeta preta e uma imagem do Senhor crucificado nas mãos, acompanhados de alguma comitiva. Chegados á aldeia com as suas platafórmas costumadas aos Indios, isto para constar, que elles estavam furiozos; e elles tão pacificos. O que fizeram foi aldeal-os.

No dia 29 de Junho de 1647, dia de S. Pedro, no interior da campina do grande Campo-limpo, a que lhe démos este appellido proximo a um lago que lhe deram o nome do dia,e aonde a Senhora Dona Maria Riscado se estabeleceu,quando aconteceu o borborinho dos indios matarem o curraleiro Miguel, por se oppôr á defeza da novilha que elles mataram n'esse mesmo lugar da rezidencia da Senhora Dona Maria Riscado,com licença d'ella esses padres da Companhia; fabricaram uma ermidinha, com alguns indios escravizados e alguns escravos pretos, e outros senhores personagens a si chamaram alguns dos ditos selvagens para d'elles se servirem tal e qual,aonde os ditos padres induziram a Senhora Dona Maria Riscado, que a ermidinha, que era para ella ter missa, pois que nos campos ainda não havia um templo para esse fim. Quando nós soubemos d'esta noticia da dita ermidinha, logo nos ardeu as orelhas, para o futuro o que poderia acontecer já d'elles do que se passou comnosco.

Foi fabricada a dita ermidinha em 1652, quando tambem se determinou o general a collocar a de São Salvador com a invocação do Santo do seu nome no mesmo anno, aonde dizia, que n'esse lugar era o seu quinhão de terras, que lhe pertenciam.

Os outros personagens fizeram outro tanto, tomando posse d'esta maneira. Depois d'isso arrancaram todas as nossas pedras,das nossas divizões, que estavam pela marinha e a beira campo, as consumiram. Quando a Senhora Maria Riscado teve esta noticia se dispôz a ir tomar conhecimento d'isso, e achando ser verdadeira a noticia, mandou pelo seu curraleiro, seu escravo Antonio Dias, pôr no dito lugar tijolos, e lhe mandou fabricados para a dita ermidinha, porém de que lhe servia ella providenciar essa cautella, estando ella com esses religiozos ambiciozos após de si?

Tornemos ao nosso propozito. D'esta maneira é que se expulsaram os selvagens; após e á sombra da imagem de Nosso Senhor Jezus Christo é que estes ambiciozos religiozos uzavam das suas maximas e sagacidades, cobertos de dolo e malicia como prezenciámos no lavrar da escriptura do compromisso, em quanto solicitaram o general com os seus pareceres, o dito provincial da Companhia, o Dom abbade dos Benedictinos e o Senhor Barcellos, velho, nosso amigo.

Com estas noticias alguns dos herdeiros do finado Senhor Miguel Riscado nos vieram expôr, que iam tratar de annullar a escriptura, em razão do impedimento da minha molestia e avançada idade e do Senhor Antonio Pinto, não podermos lidar com estes negocios. Com effeito, tratando de o conseguir, foi notificado o dito general como autor do dito compromisso, porém não fazendo consideração da notificação, não compareceu na instancia judicial destinada para esse fim, que era no cartorio da Real Corôa; e como assim acontecesse, estão elles procurando o seu direito.

Eu recolhido na minha pouzada, impedido da minha molestia, fazia todas as observações, que me eram possiveis juntamente com meu ultimo companheiro o Senhor Antonio Pinto Pereira, sobre os campos dos Goytacazes, com brevidade tivemos a noticia do modo com que esses personagens se estabeleceram nos ditos campos com uma voz de compras e doações, sem medições de natureza alguma. Nos ditos quinhões não passaram muitos tempos, elles ahi estão cobertos de uma ambição ás lutas: aqui é meu, alli é teu, que nunca deixará de assim ser, pois se introduziram no territorio sem divizões, e d'esta maneira irão se apossando de todo o territorio, e os mizeraveis herdeiros ficarão sem os seus proprios quinhões declarados na endiabrada escriptura e asseverados pelo dito general, que os herdeiros hão de ficar com muita terra. Queira Deos o que possa acontecer para o futuro.

Eu Maldonado, impedido de uma grande molestia, alcançado um tanto na idade e o meu ultimo companheiro o Senhor Antonio Pinto, muito mais alcançado, que nem se achou no lavrar da escriptura, que mandou

seu filho o Senhor Francisco Pinto Pereira, pelo grande respeito ao general, esta seria a razão que estes personagens fizeram quanto quizeram. D'esta maneira trabalhámos e passámos grandes incommodos; passando bem mal, abrindo caminhos, cortando páos por ainda não haver caminhos bem costeados, caminhando por grandes areiaes de pé, todos esbaforidos, para estes personagens se utilizarem com uma bochecha d'agua das nossas propriedades por maneira tal. Deos louvado, aqui irei dando fim a esta descripção em ponto tão grosseiro, até aonde possa chegar a minha fraca memoria.

Aos 13 de Outubro de 1655 passou-se d'esta vida prezente o Senhor Antonio Pinto Pereira, meu ultimo companheiro de tantos annos, e ainda fiquei eu Maldonado para sentir as mortes de todos os meus companheiros e das insolencias que estão soffrendo todos os herdeiros por esses campos dos Goytacazes. Com isto darei fim á minha vida; segundo as minhas circunstancias, juntamente darei fim, com a mesma vida, a esta memoria para que todos os herdeiros fiquem no conhecimento d'estes negocios, cheios de maximas, maiormente os do Senhor Miguel Riscado, que estão ficando espalhados por esses campos.

Até aqui tenho escripto pelo meu proprio punho, até 11 de Junho de 1657. Daqui ao futuro veremos o que vai mais de novo para o participar, e quando Deos me leve d'esta vida prezente, peço e rogo ao meu compadre o Sr. João Nepomuceno de Carvalho, morador na cidade de Nossa Senhora d'Assumpção de Cabo-Frio, que me mande registrar esta memoria no cartorio da Camara, quando caiba no possivel, a qual lhe será entregue no fim.

Aqui me despeço de todos, maiormente de todas aquellas pessoas que me estimaram, pois, segundo as minhas circunstancias, não poderei ir muito adiante.

Capitania da cidade de São-Sebastião do Rio de Janeiro aos 21 de Fevereiro de 1661. *Miguel Ayres Maldonado.*

Duarte Nunes da Silva, Escrivão da Camara da cidade de Nossa Senhora d'Assumpção de Cabo-Frio e

seu termo et cetera. Aqui fiz registro bem fielmente da propria que para este fim me foi aprezentada pelo capitão João Nepomuceno de Carvalho, pessoa de mim reconhecida, morador n'esta cidade, a quem a tornei a entregar e que aqui assignou de como a recebeu, e á qual me reporto; com este corrigi, conferi e concertei e fica na verdade sem couza que duvida faça, em fé do que subscrevi e assignei n'esta cidade de Nossa Senhora d'Assumpção de Cabo-Frio, aos 12 dias do mez de Agosto do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de 1664. Eu, Duarte Nunes da Silva, Escrivão da Camara, que a subscrevi, concertei e assignei. *Duarte Nunes da Silva. João Nepomuceno de Carvalho.* O qual instrumento e traslado de descripção em publica fórma passada, que eu Tabellião tornei a entregar ao sobre dito Thomé Riscado da Mota, reconhecida de mim Tabellião ser a propria pela mesma firma e signal publico do Tabellião meu antecessor, que passou a primeira publica forma, que em meu cartorio ainda existe alguns autos, escripturas transcriptas por elle sobredito que, com tempo de meu officio, a reconheci por minha curiozidade no dito livro acima declarado em uma queima que se fez de alguns livros antigos e varios outros papeis d'esta Camara, por estarem de todo comidos de bixos, por ordem distribuida pelo doutor Ouvidor Francisco de Salles Ribeiro, vindo de correição para a capitania do Espirito Santo; do que tudo dou fé, n'esta cidade de Nossa Senhora d'Assunpção de Cabo-Frio, aos 24 dias do mez de Maio do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de 1772. o que tudo subscrevi, concertei e assignei em publico e razo em dia, mez e hora acima declarado. Eu Bartholomeu Pimentel de Mesquita, Tabellião que subscrevi e assignei em publico e razo. Estava o signal publico. Em testimunho da verdade *Bartholomeu Pimentel de Mesquita.* Numero 7. Pagou 3$680 réis de sello. São-João da Barra, 6 de Setembro de 1853. Nada mais contém a memoria em descripção e a mesma inscripta. Cidade de São-João da Barra 6 de Setembro de 1853. Eu, Amaro Gomes da Cunha Braga, Tabellião que subscrevi e assigno. *Amaro Gomes da Cunha Braga.*

Nada mais se continha em o dito registro da descripção feita pelo capitão Miguel Ayres Maldonado e outros, que aqui bem e fielmente fiz trasladar dos livros segundo e terceiro do registro d'este cartorio, aos quaes me reporto, em o dia 22 de Abril de 1879. Eu, Orlando Gomensôro Ferreira, Escrivão interino que a subscrevi e assigno.

EXPEDIÇÃO DO AXUHI

PARA O

Descobrimento de uma riquissima cidade encoberta no interior da então capitania, hoje provincia do Maranhão

---

MEMORIA HISTORICA

Lida na augusta prezença de Sua Magestade o Imperador no Instituto Historico e Geographico Brazileiro na sessão de 23 de Novembro de 1883.

PELO

Dr. Cezar Augusto Marques

Desde 1792 até 1798 Fernando Antonio de Noronha, em virtude da carta regia de 17 de Maio de 1791, como governador e capitão-general, dirigio os destinos das capitanias do Maranhão e do Piauhi.

Ao ler a sua correspondencia, copiada nos livros 7, 8 e 9 sob o titulo *Officios ao Ministerio*, existentes na secretaria do governo em Maranhão, parece incrivel, que viesse de Portugal prezidir os destinos de capitania tão importante homem tão nescio, estupido e pedante como este!

Muitas vezes lê-se, e não se entende a sua correspondencia. Outras vezes lamenta-se muito tempo perdido na leitura d'um acervo de puerilidades. Sempre, sempre a vaidade, a ignorancia, e a estupidez se ostentam com toda a pujança em seus escriptos, que o deixaram tão mizeravelmente recommendado á posteridade.

Para provar a sua vaidade basta dizer se, que comprehendido elle na veridica sentença «de que um tolo sempre acha outros.que o admirem»,encontrou aduladores ou bajuladores, e custa-me dizer, até entre o senado da camara, então grande elemento de poder e sempre reprezentante do povo, os quaes mandaram tirar o seu retrato e pretenderam collocal-o na sala principal das suas sessões.

Por uma carta regia eram prohibidas essas manifestações, e por isso em 16 de Fevereiro de 1796 officiou á camara dizendo «que não podia aceitar a distincção, com que os benemeritos camaristas intentavam collocar o seu retrato na camara, visto emanarem do poder supremo essas honras.»

Não se esqueceo porém de escrever para Lisboa,onde tinha parentes e protectores poderozos, e assim conseguio graça especial para aceitar essa demonstração de apreço.

No dia 16 de Agosto d'esse mesmo anno, officiou elle á camara dizendo «haver exposto á Sua Magestade as razões que teve para não aceitar essa honra, e em resposta veio a carta regia junta, que enviava á mesma, cujo conteúdo ignorava.»

Era a licença tão almejada. Como prova de sua estupidez e ignorancia citarei apenas, que em officio de 14 de Agosto de 1795, dirigido ao governo da metropole, informando contra o pagamento dos ordenados, já vencidos, que requeria o professor de philosophia disse «não ser conveniente,que em Maranhão houvesse mais do que a cadeira de grammatica latina, e a de lêr e escrever, por que o abuzo dos estudos superiores só servia para nutrir o orgulho proprio dos habitantes do meio-dia e destruir os laços da subordinação politica e civil, que devem ligar os habitantes das colonias á metropole !»

Para provar a sua incrivel leviandade, e a sua inepcia sem limites vou narrar a celebre *Expedição ao Axuhi* ou a *Rica cidade encoberta.*

No anno de 1794 um negro africano, chamado Nicoláo, fugio da caza de seu senhor o tenente-coronel João Paulo Carneiro, e embrenhou-se nas matas, onde

afinal foi prezo. Procurando evitar o castigo, que o esperava, aproveitou-se da fabula, que já desde muitos annos corria, de haver perto dos campos da *Lagarteira* um mocambo, que pela sua população já formava uma boa cidade, chamada do *Axuhi*.

Nicoláo com todo o desembaraço aprezentou-se ao governador contando tal descobrimento nas margens do rio Coçó, affirmando ser a cidade habitada por negros tão ricos que possuiam uma imagem, em ponto grande, de Nossa Senhora da Conceição, feita de ouro; que bebiam agua em cuias do mesmo metal, e finalmente que possuiam muito dinheiro em ouro e prata, sendo vigario um sacerdote da Companhia de Jezus. O governador acreditou fervorozamente em todas estas patranhas, embora muitas pessoas criteriozas o advertissem do embuste. Foi o preto galardoado com a patente de capitão de milicias, e gozando da consideração do capitão-general facil lhe foi o conquistar a estima geral, sendo até convidado para festas e banquetes!

Acompanhava-o como ordenança, um sargento de primeira linha quando ia procurar as pessoas, que, no seu dizer, tinham relações occultas com os habitantes do *Axuhi*, sendo até prezas algumas, e entre ellas o mestiço Antonio Tatú, que veio do Preá no meio de uma escolta. Antonio Tatú declarou nada saber, porém como Nicoláo affirmou o contrario, foi o pobre mestiço recolhido á cadeia, e só d'ella sahio quando, á mentir, declarou conhecer tal cidade.

Iniciada assim a comedia apromptou-se uma divizão superior a dois mil homens entre tropa de linha, pedestres e indios sob o commando do coronel do regimento de linha Anacleto Henriques Franco, tendo por ajudante d'ordens o capitão Carlos Antonio Marques Henriques, e por ajudante de campo o riquissimo capitão Simplicio Dias da Silva, mais conhecido por *Simplicio da Parnahiba*.

No dia 3 de Agosto de 1794 sahio da cidade de São-Luiz com grande estrondo esta tropa por mar, dividida em dois corpos. O maior e oprincipal se dirigio ao Munim, e marchou para os campos da *Lagarteira*, servindo-lhe de

guia o mesmo Nicoláo. O corpo menor sob o commando de D. Antonio Castello-Branco, e tendo por guia o referido Antonio Tatú, ainda debaixo de prizão, desembarcou no *Alegre*, marchou pelos *Lençóes-grandes*, penetrando depois nas matas, andou perdido, soffreo muita fome, passou por trabalhos « atravessando riaxos e muritinzaes, e gatinhando morros », como escreveo frei Francisco dos Prazeres na *Poranduba Maranhense*.

Finalmente após 17 dias chegou aos ditos campos, onde já encontrou Anacleto Henriques Franco, muito consternado por ter Nicoláo fugido logo que vio approximar-se a hora deser descoberto o seu embuste. Dahi regressaram todos á capital, onde não lhes faltaram chufas e diatribes.

O nescio governador, que havia dado á côrte conta da partida das tropas, participou o seu regresso, dizendo: « que depois de fazerem o seu passeio *com todas as regras da tactica*, se haviam recolhido por não ser propria a estação, produzindo apezar d'isto o passeio um grande *effeito moral.* » Que imbecil ! E este estupido, além do importante cargo, que exercia, era do conselho de Sua Magestade, e tenente-coronel dos seus reaes exercitos !

Não censuremos eu e os meus leitores o passado. Infelizmente em nossos dias repetem-se estas tristes scenas. Muitas vezes vê-se o merito perseguido, o saber desprezado, e uma vida longa, pura e cheia de bons serviços esquecida sinão espezinhada ao lado da ignorancia, da vaidade, e da imbecilidade levantada até aos altos cargos do Estado, só por protecção gozando de todas as commodidades da vida, uzufruindo um ou mais ordenados, e occupando pozições só devidas ao merito.

Duas palavras sobre D. Pedro I
NA ÉPOCA DA INDEPENDENCIA

POR

Jozé Maria Pinto Peixoto

CAPITULO I

Panegiristas e censores do reinado do primeiro Imperador a todos se póde applicar o seguinte aforismo de Montesquieu, «as historias são factos falsos compostos sobre factos verdadeiros, ou por occazião dos verdadeiros.» Todavia é cedo para o julgamento egipcio de que falou uma das folhas mais importantes brazileiras, pois as tradições recebidas são apenas de uma geração.

A historia não póde ter imparcialidade, isto é, deixa de sel-o, tornando-se panfleto ou panegirico, em quanto um seculo ao menos não purifica das paixões mais vehementes, permittindo-lhe só então formar um criterio seguro, filho da apreciação philosophica dos factos, e dando lugar de outra sorte a que lancemos no Nilo, ou colloquemos em grandioza piramide as cinzas de quem não mereça tanto nem tão pouco.

A época actual principalmente é a menos propicia para um julgamento. Reinando o filho a benevolencia pela memoria do pai póde parecer adulação, e a severidade resentimento ou despeito ; o receio de ser tido por servil ou hostil arrisca o escriptor a faltar á justiça ; digámos porém com um celebre historiador « a justiça que se

deve á morte, e a verdade que se deve á historia passam antes d'estas considerações que o escriptor póde fazer sobre o seu proprio tempo, elle deve afrontar para ser recto a suspeita da inimizade e a suspeita da adulação, pois a memoria dos mortos não é moeda de trafico entre os vivos! »

Não obstante parecer-nos precoce e incerto, como acima dissemos, qualquer juizo emittido sobre a geração da independencia, e com mais razão sobre o Principe, que a prezidio; comtudo estando os animos dispostos ao estudo d'este assumpto em vista da estatua que se inaugurou, afrontaremos quaesquer suspeitas, e ouzamos levantar a nossa humilde voz para com toda a franqueza avançar, que julgámos D. Pedro I, não o protogonista da nossa independencia, que o não tem, e menos patriarca, havendo sim muitos benemeritos, visto os *factos terem encaminhado os homens e não estes áquelles*, porém o vulto necessario d'ella, e por isso o mais importante.

A independencia estava nas idéas de todos os Brazileiros, seja por interesse, resentimento ou vaidade nacional, ou mesmo por moda; pois não é de crer, que pessoas ignorantes, como as que formavam a maioria de nossa população, que toda tão enthuziasta se mostrava, comprehendessem o verdadeiro alcance d'esse acto. A independencia se faria pela natureza das couzas, mais cedo ou mais tarde, sem a menor duvida, assim nol-o diz a historia de todos os povos; entretanto abundámos na opinião mais corrente de que a remoção da côrte para o Brazil, e sobretudo a franquia dos portos a todos os pavilhões amigos e alliados em 1808, medida esta que consta ter sido aconselhada pelo douto Bahiano Jozè da Silva Lisboa, depois Visconde de Cairú, tenham tornado de facto o Brazil tão independente da metropole que as pozições estavam trocadas, recebendo ella as ordens do Rio de Janeiro; portanto não é a proclamação do Ipiranga sinão a confirmação de um facto já existente, ou talvez apenas substituição da palavra *Reino* (a que havia sido elevado o Brazil em 1815, em consequencia de um officio do embaixador Duque de Palmella, datado de Viena) pela de *Imperio*, que adoptou em 1822.

Seja pelo amor de pater-familias, seja por um d'esses rasgos do bom senso que abundava no velho rei, e que como o de Phocion foi o cutello de mais de um erro politico dos grandes talentos,que se assentavam em seus conselhos; o que não ha duvida é, que D. João VI deixou tudo preparado para a nossa emancipação politica, como preparára antes a social, fundando liceos, academias, tribunaes, arsenaes, até um banco, que a ignorancia de mãos dadas com a má fé mataram.

A tal extremo levou o seu amor sincero pelo Brazil, do qual se apartou com tantas saudades, que aconselhou ao principe regente, ao despedir-se d'elle, que aceitasse logo a nova corôa, parecendo illuminado por um raio de luz divina, igual áquella que no dezerto guiou o povo de Deos para ser elle o transformador da civilização do universo, ao passo que este aceitava a doutrina verdadeira, que em politica é a da liberdade, firmada no Brazil pela revolução de 7 de Abril de 1831, a qual realizou si não absoluta ao menos relativamente a monarchia constitucional reprezentativa entre nós, isto é, a ordem e a liberdade consorciadas.

Nos seguintes capitulos analizaremos quaes foram os elementos da independencia, e sobre tudo demonstraremos porque julgâmos D. Pedro I o vulto necessario, e por conseguinte o mais importante d'ella. Estimaremos qualquer discussão a respeito de nossas propozições aqui consignadas, pois da colizão das idéas sahirá a verdade historica na sua maior pureza, unico fim que temos escrevendo estas linhas.

CAPITULO II

Julgâmos que é mister um lance d'olhos retrospectivo sobre a situação interior do Brazil sobre o espirito publico do povo e a marcha do governo, na época que precedeo immediatamente á partida da familia real para Portugal, e que se lhe seguio de perto, afim de poder-se bem apreciar a pozição de D. Pedro I. D. João VI,

que chegara soberano absoluto, regressava rei constitucional, havendo aceitado solemnemente as bazes da Constituição de 1820, no meio do maior enthuziasmo do povo, que por toda a parte se congratulava ao grito : *Somos livres!*

Nós que vivemos em uma época sem fé e sem principios, de puro materialismo politico, não comprehendemos as esperanças com que os nossos pais se nutriam n'aquelles tempos memoraveis. Era o enthuziasmo da juventude politica ; era o despertar da nação illuminado pela liberdade que espargia o seu clarão, qual sol brilhante da primavera, chamando á vida a natureza entorpecida por um longo inverno. Pouco depois, foi que o principe real D. Pedro ficára regente ou lugar-tenente de seu pae : a sua mocidade, e sobretudo as tradições governativas com que fôra educado faziam hezitar os liberaes em se reunirem em torno d'elle, vindo mais tarde a serem justificadas taes desconfianças pela publicação de sua correspondencia com el-rei.

Aproveitando-se portanto da lei das côrtes, que considerava as provincias independentes do centro, e attenta a pouca confiança que inspiravam os sentimentos liberaes do principe regente, o governo provizorio de Minas, o qual, o Sr. Theophilo Ottoni em sua circular com razão diz, assignalou ali a época da regeneração, afastou-se d'elle, e assim se conservou até que, conforme a justa apreciação de um talentozo escriptor, fosse um principe despeitado em triste perigrinação fazer remissão de culpas confessadas no seio de uma população ardente, e enthuziasmada pela cauza da revolução. (*) De volta de Minas o principe mostrou-se assás liberal, e affectava um excesso de brazileirismo, que o levou a dar arrhas de certo repugnantes ao seu compassivo coração e á reconhecida benevolencia de seu caracter.

Porém afastamos-nos com esta digressão de nosso intento, que é por ora analizar os elementos que

(*) Brevemente pretendemos tratar d'este movimento patriotico, afim de serem rectificadas certas apreciações inexactas.

influiram para a independencia, principiando pelas idéas que os partidos politicos sustentavam.

No primeiro periodo o paiz estava dividido em duas grandes parcialidades, a liberal ou partidaria das côrtes, e a absolutista; si porventura haviam já idéas de separação de Portugal, ellas não passavam de opiniões, ou antes de méros dezejos individuaes sem formarem nenhum corpo. « Em quanto os pensamentos communs entre os homens politicos não têem achado o centro, onde se fecundem e organizem, diz um celebre publicista, que nada se effectua, pois as revoluções não passam de idéas, sendo esta communhão que fórma os partidos ».

Era esta a nossa situação n'aquelles tempos famozos de patriotismo: a independencia estava no pensamento de todos os Brazileiros, mas o partido *independente* e o seu adversario o *luzitano* formaram-se, quando a communhão das idéas achou posteriormente um centro, podendo-se affirmar sem receio de engano, que só *os factos encaminharam os homens*. Entretanto não se podem negar os energicos esforços de Jozé Marianno d'Azeredo Coutinho, Jozé Joaquim da Rocha, Joaquim Gonçalves Lédo e Januario da Cunha Barboza. Os dois primeiros foram incontestavelmente o centro d'esse espontaneo movimento, *creado em seu primeiro berço pela maçonaria*, e sustentado depois de robusto pelos esforços dos dois illustres redactores do *Reverbero*, que bastante cooperaram para formar e dirigir a opinião publica.

A estes quatro benemeritos cidadãos deve muito a realização da independencia, não lhes podendo ninguem contestar pelo menos a qualidade distinta de orgãos d'ella; e no momento em que uma grande revolução está prestes a rebentar, todos ficam gratos a quem diz aquillo que ninguem ainda disse ou ouzou dizer, apezar de ser esse o pensamento geral; em tal cazo estabelecer a questão é resolvel-a. Apropriamos-nos d'este trexo de *Timon*, e é acrescentaremos, que isso é logico, pois não ha peior estado que a duvida ou incerteza.

Foi o que aconteceo; Jozé Joaquim da Rocha e Azeredo Coutinho e os seus amigos relacionaram-se dentro em pouco com os governos de Minas e São-Paulo, partindo do

Rio de Janeiro a iniciativa para o movimento d'estas duas provincias e provocando a carta de 24 de Dezembro de 1821, quando pela primeira vez, ao menos ostensivamente, appareceo advogando tão grande cauza o nome illustre já na sciencia de Jozé Bonifacio d'Andrada, vice prezidente da junta de São-Paulo, a quem pertence a redacção d'aquella historica missiva.

A influencia do nucleo, em que tão proeminentemente figuravam Jozé Joaquim da Rocha e Azeredo Coutinho, e de cujas idéas eram os propugnadores na imprensa Joaquim Lédo e Januario da Cunha Barboza, deve-se tambem a reprezentação que o Senado da Camara, prezidido pelo juiz de fóra Jozé Clemente Pereira, levou á prezença do principe regente, obtendo d'elle a declaração solemne « Como é para bem de todos e felicidade geral, diga o povo que *Fico.* » Declaração ou promessa de um alcance immenso, pois foi desobedecer ao governo portuguez, que insistia pelo seu regresso, e portanto proclamar a rebellião contra a metropole, aceitando a responsabilidade inteira d'ella e o principal papel ou prezidencia.

Muitos membros d'aquelle nucleo patriotico influiram todavia para a convocação da assembléa constituinte, attribuindo-se geralmente a Joaquim Lédo a redacção do decreto de 3 de Junho; convocação que o ministerio Andrada não só nem protegeo como tambem nem approvou, cedendo por fim á pressão da opinião publica. E d'este acto deriva-se a proclamação do Ipiranga, ou antes é a sua correlação necessaria; sendo ella em grande parte devida em 7 de Septembro de 1822, e não mais tarde, ás instigações do honrado ministro Jozé Bonifacio, que havia ficado na corte, onde recebera as mais exigentes ordens de Lisboa para o prompto regresso do principe. Além d'isto coube ao ministro Jozé Bonifacio d'Andrada a glorioza tarefa de expedir as ordens, que firmaram a independencia do Brazil, pertencendo pois a tão conspicuo varão um dos mais elevados lugares de honra na galeria dos benemeritos d'ella.

Tendo nós alludido aos principaes vultos da independencia, e cuja memoria a gratidão nacional deve conservar

na maior veneração, é de toda a justiça, que revelemos mais um nome, e que nome! Foi uma confidencia devida á amizade, e que a pureza da intenção desculpará a indiscrição, que commettemos:

Um falecido amigo, e dos mais dedicádos do Imperador D. Pedro I, um dos poucos que o acompanharam em sua viagem a São-Paulo, e cuja fidelidade na desgraça merece ser honrada á par da de Las Cases, affirmou-nos, ha onze annos em Lisboa, que os conselhos e diligencia da Imperatriz Leopoldina foram tambem um valiozo auxilio para a independencia e sua consolidação, principalmente servindo bastante as mui intimas relações de parentesco com o Imperador da Austria, então o mais prestigiozo soberano, chefe da *Santa-Alliança.*

Junto comos de spachos, que o ministro enviara ao principe, instando para a proclamação da independencia, ia uma modesta carta da princeza dirigida ao seu augusto espozo, e as instancias para o mesmo fim não eram menores n'esta epistola conjugal, assegurando aquelle distinto cavalheiro que em toda ella revelava-se o sangue de Maria Thereza, sua inclita avó; infelizmente só se recordava da seguinte fraze: « O pomo está maduro, colhe-o já, sinão apodrece! »

Assim como Portugal teve na época de sua glorioza emancipação uma Duqueza D. Luiza, nós tivemos na nossa não menos glorioza outra na pessoa d'essa boa e virtuosa Imperatriz (relevem-nos esta homenagem), de quem o tempo ainda não extinguio as saudades entre os Brazileiros, tendo-as mitigado porém a prezença de sua augusta prima, não menos digna por certo, e copia fiel d'ella no amor que seus subditos lhe dedicam. Exclamemos por tanto com o autor de *Jocelyn*: Ha uma mulher na origem de todas as grandes couzas! A nossa independencia tambem a teve; e a filha dos Cezares, uma Habsbourg, reconheceo assim o poder de soberania do povo, baze larga em que se assentou o throno imperial.

Ouvimos já o leitor perguntar, como pois em vista do que acabaes de assignalar julgae D. Pedro I o vulto necessario da independencia, e por conseguinte o mais importante? Não anticipemos. Por em quanto apenas

diremos, que a pozição de D. Pedro era identica á de seu illustre antepassado, o Duque de Bragança, depois D. João IV, havendo muitas analogias entre ambos na época da Restauração portuguoza e da nossa Independencia.

Nos outros capitulos procuraremos demonstrar a nossa theze, devendo este ser apenas considerado o preambulo d'elles.

CAPITULO III

Contestar a influencia que teve a declaração do principe regente em 9 de Janeiro de 1822, vulgarmente chamada o *Fico*, é negar a verdade do axioma «a união faz a força», que foi o corollario d'ella, pois desde essa época as adhezões ao partido *independente* se multiplicaram ; e seja dito de passagem, aquelle dia memoravel foi anterior á organização do ministerio Andrada.

Absolutistas e constitucionaes, e mesmo os democratas que formavam uma pequena fracção comparativamente, todos si não sacrificaram as suas crenças no altar da patria, ao menos adiaram as pugnas d'ellas na imprensa e no forum. Cessaram os escrupulos de uns, as duvidas e receios de outros, quando viram o filho primogenito d'el-rei, seu lugar tenente, o herdeiro presumptivo da corôa dos trez reinos Portugal, Brazil e Algarves, assumir a pozição definida de campeão e chefe do movimento patriotico. Todas as opiniões politicas, todas as paixões, as grandes e pequenas divergencias, emfim tudo havia desapparecido ; proclamemol-o para honra da benemerita geração da independencia, perante a unica idéa que as absorvera-a da nacionalidade.

As esperanças estavam no seu maior auge ; ainda o ministerio Andrada, que acabava de se constituir, não tinha dado o primeiro exemplo de ostracismo contra alguns liberaes como Jozé Joaquim da Rocha, Joaquim Lédo, Januario da Cunha Barboza etc, si não o centro, ao menos os primeiros orgãos do partido independente ; exemplo contagiozo e funesto como é o da tirannia ou do

arbitrario, e de que em 1823 os trez irmãos haviam de ser o segundo; pois a justiça da Providencia é a Nemesis dos christãos.

E a imparcialidade historica consignando um facto tão honrozo para os nossos maiores, e que virtualmente consagrava perante o mundo civilizado o direito e capacidade dos Portuguezes do Brazil para serem Brazileiros, isto é, governarem-se conforme os seus dezejos, deve igualmente reconhecer, que o principe D. Pedro fôra o primeiro a acender o grande *calumet* da conciliação, dando o louvavel exemplo de esquecimento dos antigos despeitos ou resentimentos.

Estamos em meiado do anno 1822, de volta da viagem do principe a Minas, onde elle tinha ido congraçar-se com os liberaes dali, sendo no meio do regozijo de sua população enthuziasmada que D. Pedro iniciou a politica conciliatoria, que pouco durou, segundo acima referimos incidentemente, alludindo á perseguição de Januario da Cunha Barboza, Jozé Joaquim da Rocha etc, durante o ministerio Andrada. Este principe não se recommendava então por nenhuma acção brilhante, estando ainda occultas nas brumas, pelos máos conselhos da cortezanice, as grandes qualidades, que a adversidade acrizolou completamente, apparecendo com tanto esplendor a admiração geral. Naforça da juventude, governando o enthuziasmo aquelle nobre coração, alma de poeta, cheio de talento natural, pouco instruido, sem lição do mundo, apaixonado, possuindo o don de agradar ou antes de fascinar com o seu olhar meigo e imperiozo, onde se lia a benevolencia e energia de seu caracter; e para terminar, guapo cavalheiro, franco até a descortezia com os seus amigos, mas resarcindo isso por uma dedicação na amizade, á qual elles retribuiam de todo o coração, do que teve na desgraça innumeras provas, á sua memoria rendendo um culto os que ainda restam e suas familias, que toca ao fanatismo.

Tal era em poucas palavras D. Pedro I; não era nem podia ser Washington, Napoleão ou mesmo Iturbide, o herôe mexicano signatario do *Plano d'Iguala*, e que tão caro pagou a sua ambição: sem o prestigio da gloria que

mais tarde adquirio nas muralhas da cidade invicta, tornando-se o primeiro vulto do ciclo que depois de Napoleão tem percorrido este seculo, mas tendo o prestigio que o heroico soldado coroado não possuia, e que apezar de todo o seu orgulho elle confessava tanto ambicionar, exclamando muitas vezes: «Ah! si j'étais mon petit fils.» Certamente que ao principe da nobilissima estirpe bragantina, herdeiro presumptivo da corôa de Ourique e Aljubarrota, primogenito em summa do velho rei, pertencia incontestavelmente pelo seu nascimento real e altas funcções governativas, de que se achava revestido, a primeira pozição logo depois da nova organização politica, qualquer que fosse a fórma d'ella, habituados como estavam todos a olhal-o na qualidade de superior, adherindo elle á emancipação, conforme adherio, do modo mais explicito.

Riam-se os pretensos philosophos, que nós diremos com Pascal: O povo honra as pessoas de grande nascimento; as mediocridades (*demi habiles*) as desprezam, affirmando que o nascimento não é uma superioridade pessoal e sim do acazo. Os doutos (*habiles*) as consideram, não pelo mesmo pensamento que o povo, porém por um mais elevado—a organização social sem duvida.

Não sendo nosso intento, está claro, revolver altas questões philosophicas, continuámos dizendo que é indubitavel, que não só as adhezões á independencia foram immensas, depois que o principe assumio *intrinsecamente* pelo *Fico* a pozição de chefe do movimento independente, como não houve resistencias sèrias contra ella. Dissemos intrinsecamente, porque ao menos na apparencia essa declaração ou promessa de D. Pedro não tinha tão grande alcance, não passando de um energico protesto contra os dois decretos das côrtes de Outubro de 1821, e com especialidade contra áquelle que ordenava o seu regresso para Portugal.

E attenta a preponderancia do elemento portuguez, que existia então no Brazil, de que tivemos pequenas amostras sempre que suppôz agradava D. Pedro, podemos conjecturar quaes seriam em 1822 as rezistencias, tendo por si o direito e a força, pelo que foram posteriormente

apezar de estar desnacionalizado: perguntámos portanto o que valeram as resistencias da Bahia e Maranhão em comparação do que teriam sido? E talvez estas mesmas não houvessem apparecido sem o fatal esquecimento do ministro da guerra Joaquim d'Oliveira Alvares, que o obrigou a demittir-se. Referimos-nos á não expedição do decreto de D. Pedro ordenando a immediata partida do general *Madeira de Mello* para Portugal; pois o governador do Piauhi *João Jozé da Cunha Fidié* não resistio sinão para imitar áquelle, e mesmo assim bem pouco valeo a sua resistencia.

Digámos sem offender aos manes dos bravos do Pirajá, que só a tão fatal esquecimento provavelmente é devido o derramamento de um sangue generozo. Esta nossa opinião se bazêa na tão insignificante rezistencia offerecida pelas numerozas tropas portuguezas existentes no Rio de Janeiro; não nos cegando o nosso amor proprio nacional, ao ponto de termos convicção que os soldados aguerridos da *Peninsula* se acobardassem pela galhardia dos nossos concidadãos, quazi todos paizanos, que de boa fé e cheios de nobre patriotismo e coragem se despunham a arrostal-os.

Cremos antes firmemente que só o prestigio do principe impoz ao general Jorge d'Avillez, que commandava essa divizão, lembrando-se da sabida recommendação d'el-rei a seu filho, quando partio para Lisboa. Não terá sido todavia o prestigio do principe, que dispoz o paiz official, cujas tendencias portuguezas eram quazi geraes, a adherir á independencia, na certeza de que a fórma de governo seria a monarchica, não violentando assim os seus principios politicos, e na essencia pouco soffrendo a sua fidelidade? Para nós não ha a menor duvida.

Entendámos-nos: não dizemos, que o Brazil se conservaria ligado a Portugal; longe de nós tal absurdo; o pomo estava maduro, como disse a Imperatriz; si o principe não o tem colhido, è de crer, que elle tivesse cahido esmigalhando-se na anarchia. Mas em todo o cazo não proclamariamos a nossa independencia entre himnos e canticos festivos, em vez dos mortiferos combates e lagrimas das colonias ingleza e espanhola; podendo dizer-se que

edificámos os muros da nossa nacionalidade, como o foram os de Troia, ao som da lira de Apollo, quazi livres dos horrores de Mavorte !

CAPITULO IV

O principe regente alistando-se nas falanges dos independentes, seja por interesse proprio, vaidade ou sincero brazileirismo, não ha duvida, que trouxe para ellas o prestigio immenso do seu nascimento e pozição. Aquelle *accidente* era o seu principal merito, è verdade, porèm de que auxilio foi, o simples bom senso basta para decidir, lembrando-nos das simpathias do Brazil pela monarchia.

Foi auxilio de certo comparado á egide de Pallas com que, diz a fabula, a deosa resguardava os heróes, que combatiam por uma cauza nobre e justa; vindo o nome do principe real resguardar a grande cauza nacional das calumnias de seus inimigos, os quaes buscavam desacredital-a no interior e exterior, tornando-os mudos e quêdos, como acontecia perante a cabeça de Meduza, ornamento da egide divina. E a maior prova está na facilidade, que encontrou o Brazil em ser reconhecido livre e independente por todas as nações do novo e velho mundo principalmente; contraste perfeito com o que teve lugar a respeito de todos os nossos conterraneos da America do norte e do sul.

Quem não sabe que o brado de *Independencia ou Morte* é de 7 de Setembro de 1822, e que em 29 de Agosto de 1825 Portugal mandava assignar pelo seu plenipotenciario *ad hoc*, Sir Charles Stuart, um tratado reconhecendo solemnemente o novo imperio, seguindo-o todas as nações immediatamente ? Não só não tivemos propriamente guerra de independencia, como não tivemos nenhuma das difficuldades, com que sóem lutar os outros povos, que se libertam, segundo recordaremos com alguns exemplos no correr d'este artigo.

Historiadores e publicistas, todos são unanimes em affirmar, que é empreza menos difficil libertar um povo do

que organizal-o politicamente, isto é, escolher uma fórma de governo para elle, mesmo nas mais vantajozas condições sociaes.

E quantas vezes, depois da constituição aceita pelo acordo geral, não nascem dissidencias por cauza da escolha do candidato, que tem de assumir o supremo mando? Eis por que o grande Cornelio Tacito diz: *Minore discrimine sumi principen quem queri.*

Para illustrar ou antes autenticar isso citaremos mesmo só exemplos modernos como os da Grecia e Mexico, que depois de elevarem ao supremo mando os seus patriarcas, o illustre Conde de Capo d'Istrias e Agostinho Iturbide, um é assassinado e outro espingardeado; andando a patria dos Milciades, Aristides, Themistocles e outros heróes em busca de um rei; o que só pôde alcançar (depois da recuza do principe Leopoldo) de um menino, Othon, principe de Baviera. Quanto ao Mexico quem ignora qual tem sido a sua triste sorte depois de proclamar imperador ao general Agostinho Iturbide, o depôz e fuzilou-o; tornando-se uma democracia com mil metamorfoses constitucionaes, porém sempre debaixo do despotismo e da anarchia, rezultando dahi tal enfraquecimento moral e material no corpo social, a ponto de estar ameaçado do jugo estrangeiro da França, Inglaterra e Espanha, e si não solicitando um rei, como as rans da fabula de Lafontaine, segundo se assegura, forçado a receber um estrangeiro em tal qualidade.

A tão sensata, civilizada e industrioza Belgica, depois das lutas sanguinolentas com a Olanda, logo que obteve a sua independencia, o que achou de melhor foi constituir-se em monarchia reprezentativa, para o que enviou uma commissão instar com o principe Leopoldo de Saxe Coburgo Gotha, aquelle que declinou a corôa da Grecia, afim de aceitar o throno, visto o rei Luiz Filippe não ter permittido ao seu filho Duque de Némours fazel-o.

Nem falaremos mais em republicas da raça espanhola, que até hoje ainda não lhes foi possivel constituirem-se regularmente, com a unica excepção do Chile, que tem progredido, e isso devido mais aos elementos sociaes de conservação e ordem, que tem em seu seio, do que

ás instituições democraticas; e demais é um pequeno paiz em relação ao Brazil.

E para que citar mais exemplos alheios, si os temos de caza nos tempos das regencias, que lutas de ambição, e sobretudo que falta de estabilidade; no periodo de nove annos, além da Regencia provizoria mais trez, não tendo nenhuma podido terminar o seu tempo: todas morreram por falta de consideração ou de confiança, talvez ambas as couzas juntas.

Como não seja nosso intento entrar aqui em uma apreciação das vantagens da monarchia sobre a democracia, alludimos a isso incidentemente, tanto mais que a historia mostra a republica prezidindo aos destinos de grandes povos da mesma sorte que a monarchia; por tanto só transcreveremos alguns pensamentos do celebre deputado francez *Manuel*, de cujas opiniões e sentimentos liberaes não é licito a ninguem duvidar, sendo até victima d'elles: « O throno é a garantia da liberdade; esta é inseparavel do throno. A republica tem podido seduzir almas elevadas, porém ella não convêm a um grande povo no estado actual das nossas sociedades: os republicanos são cabeças não amadurecidas pela experiencia ».

Só a um favor providencial, e que tão bem exprimio a diviza que no coroação do Senhor Dom Pedro II se lia por toda a parte « *Deos protege o Brazil* » podemos attribuir uma tão grande reunião de circunstancias favoraveis para nós, sinão vejamos: — Remoção da côrte para o Brazil, sua retirada, ficando o herdeiro presumptivo da corôa regente; o mais foi a correlação necessaria d'isto. Nem longas lutas sanguinolentas no interior durante a independencia, como aconteceo a todos os outros povos; nem uma difficuldade para constituir-nos em nação independente e sermos recebidos no gremio das outras.

Tivemos a unica fórma de governo, que convinha aos nossos habitos e costumes, á nossa educação politica; e sobretudo a Providencia indicou-nos um candidato para chefe sem rival, isto é, a quem nenhum outro cidadão teve nem podia ter a louca pretenção de disputar o primeiro lugar, visto não haverem felizmente gloriozos generaes da independencia, os Washington, Bolivar, San

Martin, que fascinassem o povo, fazendo a gratidão vacillar entre o prestigio da gloria e o do sangue, unicos que rivalizam na imaginação popular.

Em summa não houve um embaraço de escolha, nascendo a monarchia completa e naturalmente reprezentada na pessoa de D. Pedro I. Tudo dispunha a favor do principe regente; a sua longa rezidencia entre nós, tendo aqui chegado criança, seus dotes phisicos e moraes que referimos no capitulo precedente, verdadeiro favorito da natureza, sendo os seus defeitos todos filhos da educação, ou antes do *Te laudabunt* dos paços, que o insigne padre Antonio Vieira tão eloquentemente descreveo, em o sermão pregado em 1651, na prezença d'el-rei de Portugal e toda a côrte.

Na època da Independencia ao menos o Brazil podia comparar-se ao homem feliz de Tito Lucrecio: sabiamos das lutas que os nossos conterraneos haviam tido, ou em que ainda arcavam, para a sua independencia; a nós tudo sorria, a fortuna nos bafejava! E' que D. Pedro appareceo-nos então como Moizés aos Israelitas no Egipto, mostrando a terra da promissão—*Independencia e Liberdade.* Podiamos portanto dizer, longe das tempestades, da mesma sorte que o celebre autor do poema « *Natureza das couzas*»:

Suavi mari magno turbantibus œquora ventis,
Et terra magnum alterius espectare laborem.

CAPITULO V

Para que o leitor tenha bem prezente tudo quanto havemos dito n'esta expozição historica, a qual terá todos os defeitos menos os da parcialidade e inexactidão, faremos uma recapitulação antes de concluirmos, afim de por si facilmente ver que somos logicos e sinceros sustentando a nossa theze, isto é, que D. Pedro I fôra o vulto necessario da independencia e por isso o mais importante.

Mostrámos em primeiro lugar qual foi a marcha do movimento independente; que a sua iniciativa não partio de pessoa alguma, tendo só *os factos encaminhado os*

homens, mas reconhecemos os esforços energicos de Jozé Joaquim da Rocha, Azeredo Coutinho, Joaquim Lédo e Januario da Cunha Barboza. Só escapou-nos referir o nome de Hipolito da Costa, redactor do *Correio Braziliense* (folha que se publicava em Londres), a quem cabe a prioridade da idéa, ou antes é o philosopho da independencia.

Os serviços do benemerito ministro Jozé Bonifacio não foram esquecidos, si bem que á vista da historia não possamos consideral-o *como patriarca*, pois que a primeira vez que o seu nome illustre já na sciencia appareceo, ao menos ostensivamente, foi redigiudo a carta de Dezembro de 1821. Os verdadeiros serviços do ministro, que entrou em 16 de Janeiro seguinte, foram *expedir* as ordens, que firmaram em grande parte a independencia, não havendo antes nem formado ou dirigido a opinião publica, pertencendo essa honra a Joaquim Lédo e Januario da Cunha Barboza, redactores do *Reverbero*. Os que argumentam com aquillo para provar ser elle o patriarca da nossa independencia, tambem serão de opinião, que Francisco Gomes da Silva é o patriarca do sistema constitucional luzitano, porque *referendou* a carta da liberdade portugueza: continuemos.

O acto mais importante do ministerio Andrada, em nossa humilde opinião, é sem contestação o decreto de 16 de Fevereiro de 1822, convocando um conselho de procuradores das provincias, cujo objecto era restabelecer a união d'ellas, assás enfraquecida pela lei descentralizadora das côrtes, decreto esse que foi o preludio da convocação de uma assembléa constituinte e legislativa, sendo datado o decreto, que ordenou tal medida, do dia immediato em que o conselho foi installado, e cuja redacção attribue-se a Joaquim Lédo, por isso que o ministro Jozé Bonifacio não só nem iniciou esta convocação como aceitou-a com mostras da maior repugnancia, obrigado só pela pressão da opinião publica.

E da convocação da assembléa constituinte dimana, ou é a correlação necessaria, a proclamação do Ipiranga, accelerada pelas exigencias de Lisboa para o regresso do principe, as quaes chegaram quando elle estava em São-Paulo, e lhes foram transmittidas pelo ministro Jozé

Bonifacio, acompanhando-as das maiores instancias para D. Pedro decidir-se de prompto pela Independencia, e valendo-se tambem da influencia da princeza para ver realizadas as suas patrioticas intenções, como as vio em 7 de Setembro de 1822, e não mais tarde. Os numeros do *Reverbero* da época mostram, que os seus illustres redactores ainda não foram estranhos a este acto, apezar de estarem em desacordo com a situação creada pelo ministerio Andrada; desacordo que trouxe-lhes as maiores perseguições e aos seus amigos em 30 de Outubro,

Temos pressa de chegar a D. Pedro I: eis-nos pois em sua prezença, depois de ter saudado cheio de gratidão os principaes operarios da nossa emancipação politica, para a qual cada um deo tudo quanto possuia, seu talento, seus esforços, seu socego, merecendo os lugares mais elevados de honra na galeria dos benemeritos d'ella.

Além do prestigio immenso do seu nome, isto é, toda a força moral que uma grande cauza como essa necessitava, D. Pedro teve sem duvida actos seus proprios, que imparcialmente analizaremos, pois elles influiram poderozamente para levar-se a effeito o *desideratum nacional*.

O seu acto de maior alcance é a declaração ao senado da camara « Como é para bem de todos e felicidade geral, diga ao povo que *Fico.* » Declaração ou promessa de um alcance immenso, pois era desobedecer ao governo portuguez, que insistia pelo seu regresso, e portanto proclamar a rebellião contra a metropole, aceitando o principal papel ou prezidencia d'ella. A reprezentação do senado da camara é de 9 de Janeiro e o Dr. Jozé Bonifacio foi chamado para o ministerio depois; a resposta do principe é pois inteiramente filha do seu espirito, sendo a importancia d'ella tão bem apreciada por todos que os patriotas se felicitaram e os recolonizadores se desesperaram, provocando o pronunciamento das tropas sob o commando de Jorge de Avillez e a mudança do ministerio.

Desde então todas as outras resoluções em desobediencia a Portugal são correlativas; a saber, para a esquadra que o vinha buscar não entrar, o que comtudo foi permittido passados cinco dias com a condição expressa de

voltar immediatamente para Portugal, depois de refrescar, sem tocar em nenhum dos nossos portos; assim se cumprio desembarcando antes 600 homens que espontaneamente quizeram ficar ao serviço do Brazil.

A aceitação do titulo e encargo de *Defensor perpetuo do Brazil*, para si e seus successores em 13 de Maio, offerecido pelo mesmo senado da camara; o manifesto de 1.º de Agosto, (*) pedindo aos Brazileiros que se reunissem para obter a sua independencia, que se póde considerar a vespera do dia sobre todos memoravel, em que o brado de « Independencia ou Morte » do Ipiranga repercutio em todo o Brazil !

Como temos visto os successos se precipitaram desde 9 de Janeiro até 7 de Setembro, dia em que D. Pedro, arauto de todos os corações brazileiros, mas igualmente nosso guia, como Moizés do povo hebreo, mostrou-nos a terra da promissão, *uma patria livre*; acontecendo-lhe depois porém o mesmo que ao chefe e legislador do povo escolhido, fraqueou-lhe a fé na liberdade, divindade tão cioza como o verdadeiro Deos, e que só admitte um culto sincero e perfeito sem outros deozes de mistura, e portanto o 7 de Abril appareceo igual ao monte Nebo ! Não divaguemos.

D. Pedro I foi o instrumento principal de que a Providencia se servio para a formação de um grande povo; porém quem fez a independencia foram, entre outras cauzas secundarias, a remoção da familia real para o Brazil, a sua retirada e o governo constitucional ; accelerando-a o despotismo das côrtes bem simbolizado nos dois decretos de 29 de Setembro de 1821, ordenando o regresso do principe real para Portugal, e a extinção dos tribunaes creados por el-rei durante a sua rezidencia entre nós; o que não se póde negar que de por si importavam a recolonização completa, o restabelecimento do estado de couzas anterior a 1808, ainda mesmo conservando-nos a denominação de *Reino*.

(*) A redacção do manifesto diz-se geralmente ser de Joaquim Lédo.

Nenhum resaibo temos contra aquella magestoza assembléa, mas não confundámos ; si por ventura na qualidade de Brazileiro o odiassemos, como liberal devemos ser-lhe grato, fazendo esquecer o mal que nos quiz fazer pelo bem que sem duvida nos fez, concedendo-nos sobre tudo a liberdade de exprimir as nossas idéas pela imprensa ; tanto mais que foi esta a arma principal com que combatemos o plano de sugeitar o Brazil á antiga denominação colonial.

Uma grande accuzação faz-se geralmente a D. Pedro ; é a falta de bôa fé em seu brazileirismo : ha injustiça n'isso. O principe hezitou por muito tempo, procurou estudar o espirito publico e a sua marcha. Em geral os Brazileiros ao principio contentavam-se com uma federação, sendo as suas aspirações principaes o sistema constitucional ; e d'isto os nossos deputados em Lisboa, incluzive Antonio Carlos, irmão do ministro Jozé Bonifacio, são a prova mais exuberante, correndo um discurso d'aquelle pronunciado em Junho ou Julho de 1822, dois mezes antes do grito Ipiranga, em que censurava as idéas de emancipação como prejudiciaes á felicidade do Brazil.

Não é muito pois, que D. Pedro pensasse da mesma sorte que aquelles illustrados Brazileiros e outros aqui rezidentes, o maior numero ; demonstrando isso mais uma vez a verdade do seguinte trexo de um celebre publicista : «O vulgo, attonito pela grandeza dos acontecimentos, suppõe sempre nos homens de acção vastos pensamentos e grande previdencia. Quer-se absolutamente achar cauzas maravilhozas, por que os effeitos o são, esquecendo-se que sobretudo é o *imprevisto* quem governa. As revoluções surgem da gestação dos factos, algumas vezes de uma occazião, quazi nunca da vontade premiditada de um homem, de um partido ou de um sistema. »

Sejamos claro ainda que diffuzo, explicito embora prolixo. Só a politica das côrtes apressou a separação completa do Brazil de Portugal, obrigando o principe a decidir-se em 7 de Setembro de 1822 a proclamal-a; foram as exigentes ordens para o seu prompto regresso, que o collocaram em um verdadeiro dilemma ; foi o *imprevisto*

pois quem governou esse grandiozo successo; em outras palavras *os factos encaminharam os homens e não estes aquelles*, confórme temos affirmado desde o primeiro capitulo, e insistimos sem ser com o intento de escurecer os serviços d'aquelles vultos venerandos, que tanto ajudaram a D. Pedro I, em sua glorioza empreza.

Vamos terminar este capitulo por um exame especulativo, ou mais propriamente, conjecturando sobre a hipotheze do principe regente ter partido para Portugal, quando a esquadra o veio buscar em Março de 1822, ou na de hostilizar a independencia em vez de protegel-a, como fez. Procurando descobrir, o que provavelmente seriamos sem D. Pedro, poderemos melhor apreciar o que lhe devemos.

Em primeiro lugar não é permittido pensar, que o paiz official, cujas tendencias eram portuguezas, adherisse com tanta facilidade; sem gente habilitada para substituir os que se retirassem, o machinismo social soffreria; do que poderemos fazer idéa pelas difficuldades que houve para montar as nossas repartições, nomeando-se officiaes de secretaria que mal sabiam ler e escrever; e para o corpo diplomatico individuos que se *recommendavam por falar francez e disse*, unica habilitação exigida como sufficiente: e foi isso nas mais vantajozas condições, sómente porque alguns empregados se retiraram para Portugal. Em segundo lugar, não se poderá negar, que haviamos de ter uma guerra para assegurar a nossa independencia, não procedendo a razão do enfraquecimento de Portugal para não fazel-a, porque a Espanha estava em identicas condições e fel-a: si teve incontestavelmente mais recursos do que aquelle, tambem mais lutas teve a sustentar desde o Mexico até Buenos-Aires.

E' de crêr, que o progresso vencesse o regresso, conforme aconteceo a todas as nossas conterraneas, mas que de sangue derramado e atrazo social! Ainda depois é que começariam as maiores difficuldades: que fórma de governo se havia de estabelecer? Os nossos habitos e costumes aconselhavam a monarchia, mas como fazer, iriamos mendigar um rei (os exemplos da Grecia e Belgica posteriormente permittem tal idéa), onde? Em Portugal? Si

D. Pedro, que se identificou comnosco por educação e por seu auxilio na obra da nossa independencia, tinha antipathias de muitos só por ter nascido em Portugal, o que seria com outro principe? Escolheriamos um Brazileiro illustre? O exemplo do general Agostinho Iturbide é a melhor resposta.

Sem duvida nenhuma a democracia pura, a republica teria sido proclamada, tanto mais que as idéas da época eram democraticas. Por nossa educação politica não estavamos preparados para essa fórma governativa; nós colonos de uma nação submettida a um governo absoluto, ignorante, do paiz mais atrazado da Europa, poder-nosiamos comparar com a florescente colonia ingleza, habituada ao *self government*?

Olhemos sim para as colonias espanholas, cujo estado de civilização pelo menos não era inferior ao nosso e com que temos as maiores analogias, as quaes estão apontando com o dedo para si mesmas, e dizendo: *O que sois deveis ao principe D. Pedro*, embora calumniem a sua memoria. Si não foi bom Brazileiro de coração, mostrou por suas acções, que o era, pondo-se á frente de nossa independencia; deo-vos uma constituição liberal, verdade é que a violou algumas vezes, porém nunca o seu governo interveio em eleições, a imprensa foi livre desde então, e fez-vos ser logo depois reconhecidos por todas as potencias, quando nós tantas difficuldades tivemos. Concordámos, que o amor *pater-familias*, afim de dar um throno á sua filha, permittia algumas conjecturas contra o seu brazileirismo; dissolveo á força a assembléa constituinte, a qual, si era faccioza, mesmo assim não o desculpa totalmente, mas a revolução de Abril já o fez expiar um erro sempre funesto aos governos, que os enfraquece mais do que a guerra dos seus inimigos, um golpe d'Estado. (*)

Assim falam as antigas colonias espanholas, e nós diremos, que D. Pedro teve faltas e muitas contra o sistema reprezentativo principalmente; que, quaesquer que

(*) Ouvimos um Americano espanhol exprimir-se assim; não é pois uma figura de rhetorica sem fundamento.

sejam as apparencias, elle amava o Brazil, a sua correspondencia particular o mostra; que se pôz á frente de nossa independencia não por ambição nem vaidade, pois quem abdica duas corôas, prova não ser ambiciozo nem vaidozo ; e finalmente que prestou dois grandes serviços á nacionalidade brazileira, ou mais propriamenteá união dos Brazileiros e á ordem publica, uma em 9 de Janeiro de 1822, declarando que ficava, e outra em 7 de Abril de 1831, abdicando e partindo.

Sejamos portanto gratos a quem soube sacrificar não só uma corôa para evitar a sizania na familia brazileira, e ainda muito mais, dominar os sentimentos do coração de pai para deixar-nos um penhor de ordem que conduzisse o Brazil a seus altos destinos! O Imperador D. Pedro I, o heróe do Porto, tinha um grande e nobre coração, e não se póde negar, que era o vulto necessario da Independencia, e por conseguinte o mais importante ; o mais importante, porque era o necessario ! Eis a nossa concluzão.

CAPITULO VI

Affirmámos por diversas vezes nos capitulos anteriores, que propriamente não tivemos *guerra de independencia*, e como não aventuramos ali uma propozição sem que a procurassemos demonstrar, vamos fazer hoje o mesmo a esta, historiando rezumidamente as principaes rezistencias havidas contra a nossa emancipação e por conseguinte as operações da nossa marinha e exercito n'aquella época.

A primeira rezistencia, que appareceo, foi a das tropas commandadas pelo general Jorge d'Avillez no Rio de Janeiro em 11 de Janeiro de 1822, dois dias depois que o principe regente prometteo não partir ao senado da camara. O general sahio dos quarteis com dois mil homens e foi occupar o Castello; no dia seguinte reunio-se o povo armado no Campo de Sant'Anna, e Jorge d'Avillez capitulou, passando-se para o outro lado da bahia hoje Nicteroi, e em 15 de Fevereiro partio para Portugal.

Referindo-nos a este pronunciamento é, que no capitulo III dissemos: « Esta nossa opinião se bazea na tão insignificante rezistencia offerecida pelas numerozas tropas portuguezas existentes no Rio de Janeiro; não nos cegando o nosso amor proprio nacional, ao ponto de termos convicção que os soldados aguerridos da Peninsula se acobardassem pela galhardia de nossos concidadãos, quazi todos paizanos, que de boa fé e cheios de nobre patriotismo e coragem se dispunham a arrostal-os. Cremos antes firmemente, que só o prestigio do principe impoz ao general Jorge d'Avillez, que commandava essa divizão, lembrando-se da recommendação d'el-rei a seu filho ao partir para Lisboa».

O bom senso do leitor dispensará, que nos alonguemos mais a tal respeito, convencido como estamos que elle concordará, que o prestigio do herdeiro presumptivo das corôas de Portugal, Brazil e Algarves impoz mais ás tropas rebelladas do que a galhardia de nossos dignos concidadãos.

Passemos pois a apreciar a segunda rezistencia pela ordem chronologica, mas a primeira pela sua importancia a que verdadeiramente é chamada « a guerra da independencia »; está claro, que nos referimos ás lutas na Bahia entre a nossa e a tropa portugueza ao commando do brigadeiro Madeira de Mello.

Este pronunciamento começou em consequencia de Madeira de Mello ter sido nomeado para o commando das armas pelo governo de Lisboa, e o seu antecessor Manoel Pedro de Freitas Guimarães ter-se recuzado a entregal-o, de acordo com as tropas do paiz e povo, rezultando d'isso na cidade provocações, rixas particulares, e por fim nos dias 17, 18 e 19 de Fevereiro de 1822 conflictos parciaes em differentes lugares, donde os Brazileiros, repellidos com perda, se retiraram ao forte de São-Pedro, que tambem evacuaram no dia 21 para se irem acampar no interior, ficando Madeira de Mello senhor da cidade, onde reinou por algumas semanas a mais completa anarchia.

Os Brazileiros da cidade quazi todos seguiram as tropas para o Reconcavo, sendo na Caxoeira o principe D. Pedro acclamado regente do Brazil, sem dependencia

de Portugal ; o que aconteceu successivamente em todas as outras povoações. Em 22 de Setembro formou-se um governo provizorio, composto de deputados pelas diversas villas da provincia, e foi esta especie de conselho que deo impulso á revolução, reunindo tropas e provendo á sua subsistencia.

Madeira de Mello continuava na capital, e nas melhores condições, pois lhe tinha chegado um poderozo auxilio de Lisboa. O principe sciente de tudo, enviou o brigadeiro Pedro Labatut com alguns contingentes de tropa para tomar o commando do exercito patriotico. Pedro Labatut tendo ido ás Alagoas veio por terra para a Bahia, trazendo a valente brigada de Pernambuco e deixando em seu transito Sergipe sugeito á autoridade do principe : ao chegar á Feira de Sant'Anna,no dia 28 de Outubro, estabeleceo o seu quartel-general no Engenho-Novo.

Antes porém da chegada do general já existiam algumas forças avulsas no Pirajá, as quaes foram augmentadas : Madeira de Mello vendo que se lhe ia pôr um sitio regular, fez atacar na madrugada de 8 de Novembro as pozições dos Brazileiros, as quaes não só rechaçaram como bateram completamente os Portuguezes. Houve depois, alèm de alguns combates parciaes, o ataque geral, que o brigadeiro Pedro Labatut fez por toda linha inimiga em 29 de Dezembro, sem grandes rezultados. Desde 15 de Fevereiro seguinte, quando teve lugar um encontro entre as duas forças inimigas, até o dia 3 de Maio em que houve um combate mais renhido, Pedro Labatut nada intentou contra a praça. Em 1° de Abril 1823 recebeo Madeira de Mello um reforço de 2.500 praças de Portugal, porém este auxilio veio augmentar as suas difficuldades por lhe faltar já os meios de sustentar a tropa.

Em 20 de Maio sendo prezo Pedro Labatut pelos seus subordinados, uns dizem, que por abuzos praticados por elle e seu secretario, outros que por intrigas de alguns chefes militares; o cazo é, que o coronel Jozé Joaquim de Lima e Silva tomou o commando das forças, e querendo assignalar a sua posse, fez atacar as linhas de Madeira de Mello sem outro rezultado sinão morrerem alguns homens e gastar munições de guerra.

Desesperados os Portuguezes por não poderem observar a praça, onde a população principiava a hostilizal-os, evacuaram a cidade em 2 de Julho, e é a isto que se chama a Restauração da Bahia, e verdadeiramente a *guerra da independencia*, tendo sido creada uma medalha para condecorar os bravos, que a sustentaram no mar e em terra.

Os actos mais importantes da nossa marinha, ao mando de Lord Cochrane, a quem o ministro Jozé Bonifacio mandara contratar no Chile, onde se achava, foi *reconhecer* a esquadra portugueza no dia 25 de Abril de 1822 em frente do *Morro*, a qual sahio lhe ao encontro em 4 de Maio, porém para virar de bordo e ir fundear em Itapuan. Depois perseguio ella a esquadra inimiga, que ia comboiando grande numero de transportes, muitos dos quaes foram tomados pela nossa, e que só abandonou-a perto do porto de Lisboa, tendo feito muitas prezas durante o trajecto.

Havendo sido apprehendidas umas instrucções, pelas quaes se soube, que parte da tropa de Madeira de Mello tinha ordem de ir desembarcar no Maranhão, o almirante brazileiro para lá se dirigio, onde, logo que chegou, a junta provizoria veio ao seu encontro, para protestar sua adhezão á cauza da independencia sem precizar a minima intimação. Estabelecido um novo governo provizorio, Lord Cochrane fez-se de vela para o Rio de Janeiro no dia 20 de Setembro de 1823, deixando livre todo o norte.

A divizão dos voluntarios reaes, estacionada em Montevidéo, havia rezistido ao decreto que a desligava do exercito portuguez. Depois da separação do general Carlos Lecor no anno anterior (1822), o general D. Alvaro da Costa, concentrando-se na praça com quatro mil homens, desconheceo a autoridade d'aquelle chefe e negou-se a toda a obediencia ao governo do Rio de Janeiro, sustentando por 17 mezes um sitio contra as tropas brazileiras ao mando do mesmo general Carlos Lecor, que se tinha declarado pela Independencia.

D. Alvaro da Costa manteve o seu posto até que soube, que as forças portuguezas haviam sido expulsas de todos os

pontos do Brazil, e só então se resolveu a entrar em convenção, no dia 18 de Novembro de 1823, evacuando a praça e embarcando com a divizão para Lisbôa, ficando d'esta sorte Montevidéo incorporado ao Brazil, independente de Portugal. Desde essa época um só soldado portuguez não pizou mais o sólo do Imperio, e a Independencia foi um facto consummado, reconhecida solemnemente em 29 de Agosto de 1825 pelo tratado assignado por Sir Charles Stuart, na qualidade de plenipotenciario portuguez.

No norte as rezistencias maiores foram na Bahia e Maranhão, onde o governador Cunha Fidié pretendeo imitar a Madeira de Mello, mas em vão, e não tendo os elementos de que aquelle díspunha, capitulou em Caxias pouco depois, perseguido pelas tropas do Piauhi e Ceará. As do Pará e Pernambuco não passaram de conflictos entre as autoridades e alguns entre o povo e a tropa portugueza, e que cessaram com o embarque d'esta para Portugal em 1822. Quanto á revolução de 1824 em Pernambuco, ella nada tem com a Independencia, como é por todos sabido; um foi movimento ultra liberal contra o partido retrogrado, chamado *as columnas*, senhor da situação depois da dissolução da constituinte. Corrámos um véo sobre os desatinos dos governantes e governados, lamentando comtudo o sangue derramado no campo e no patibulo. Alludimos a isto perfunctoriamente, por que não estamos estudando o reinado de D. Pedro I, porém a sua pozição na época da nossa independencia, isto é, em 1821 e 1822: o mais que temos apreciado é *per accidens*, e por cauza de algumas relações mais ou menos remotas com aquelle epizodio, quiçá o mais importante de nossa historia patria.

Voltando porém ao nosso assumpto: Eis ahi por que affirmámos, que propriamente falando não tivemos guerra de Independencia, havendo apenas rezistencias de alguns chefes militares contra a nova situação creada pelo principe regente, de acordo e com grande satisfação dos Brazileiros. Porém o que teria sido, si D. Pedro não estivesse á testa do movimento *independente*, attento o elemento luzitano que existia no Brazil? E' possivel por ventura negar, que elle reagiria com toda a força contra a Independencia?

Lembremo-nos, que os melhores auxiliares da Gran Bretanha e Espanha nas suas guerras contra as colonias rebelladas foram os *Lealistas* inglezes e os *Fideles* espanhoes, isto é, aquelles rezidentes ali, e grande numero mesmo de nativos, que hostilizaram as respectivas emancipações, socorrendo e combatendo ao lado das tropas da metropole com o maior denodo. No Brazil é de crer se désse o mesmo facto, por que em todas as sociedades existem interesses de conservação a par de interesses do progresso: foram os dois eternos adversarios, que se acharam frente a frente na America ingleza e espanhola debaixo d'aquellas denominações de *Lealistas* e *Fideles*.

Graças á Providencia a prezença do principe real tudo facilitou; elle foi digno do Brazil e o Brazil foi digno d'elle: a Independencia existe ha 40 annos, e a nossa constituição é a mais antiga depois da ingleza e da dos Estados-Unidos da America do Norte, cazo a guerra civil ahi cesse sem rasgal-a completamente! Relevem-nos este arroubo de orgulho nacional ao terminar.

CARTA

Ao douto e digno Prezidente do Instituto Historico e Geographico Brazileiro, o Illm. e Exm. Sr. Senador Visconde de Sapucahy : etc., etc., etc.

A respeitoza amizade, que tributo a V. Ex., é a razão principal porque tenho a honra de dedicar-lhe estes *apontamentos historicos* por mim publicados, como V. Ex. sabe, sob a forma de artigos de jornal, na occazião em que se inaugurou a estatua do Senhor D. Pedro I.

Bem pouco os modifiquei com receio de estragar o pensamento, por isso resentem-se do estilo primitivo de imprensa, formando cada artigo um capitulo.

A benevolencia com que V. Ex. julgou esse ligeiro trabalho meu na carta que se dignou de escrever-me em 2 de Abril proximo passado, e da qual tomei a liberdade de transcrever um trexo no verso d'esta folha, (*) animou-me a aprezental-o ao Instituto Historico, mas debaixo da valioza protecção de V. Ex. ; favor que espero me concederá, e antecipadamente lh'o agradeço. Queira V. Ex. aceitar novo protesto da minha alta consideração e estima.

JOZÉ MARIA PINTO PEIXOTO.

(*) Eis o trexo: Prosiga Vossa Senhoria, que fará serviço á nossa historia.

NOTICIA

SOBRE

Joaquim Norberto de Souza Silva

Qu'importa? O nome seu pertence á gloria,
E saudozo, o Brazil seus versos guarda!

JOAQUIM NORBERTO.

Quazi a completar 71 annos, faleceo no Rio de Janeiro o literato brazileiro Joaquim Norberto de Souza Silva, que exercia o cargo de prezidente effectivo do Instituto Historico, cargo que soube honrar por seu talento e luzes.

Fadado desde verdes annos ás conquistas literarias, coração sempre repleto de poeticos arroubos, alma enthuziastica por todos os emprehendimentos intellectuaes que podem nobilitar uma nação, Joaquim Norberto preencheo a sua missão sobre a terra, espargindo em livros os fulgores da inspiração que o illuminava.

Como poeta, expandio a alma de artista em *Cantos epicos*, em *Modulações poeticas* e em *Canções americanas*, producções que lhe deram distinto lugar entre os nossos melhores bardos.

Como historiador, dotou a literatura patria com estudos variados, cheios de criterio e de elevados conhecimentos, taes como a *Historia das aldêias dos indios da provincia do Rio de Janeiro*, *Historia das Brazileiras celebres*, em que rendeo a devida homenagem á notavel

poetiza rio-grandense D. Delfina Benigna da Cunha; *Historia da conjuração mineira*, *Historia da litteratura brazileira* e *Lendas brazileiras*.

Como auctor dramatico, submetteo ao applauzo publico duas peças, *Clytemnestra*, tragedia, e *Amador Bueno*, drama.

Como critico, apreciou em pequenos volumes os trabalhos de Thomaz Gonzaga, Silva Alvarenga, Alvarenga Peixoto, Cazimiro de Abreo, e Laurindo Rabello.

Como prezidente do Instituto, deo o maximo realce á cadeira que occupava, tomando parte activa em todas as sessões e contribuindo sempre com valiozos trabalhos para o brilhantismo das festas magnas.

Por occazião de fundar-se na capital federal a Associação dos Homens de Letras, em 30 de Agosto de 1883, o emerito literato recitou, perante a illustrada corporação e perante o monarca brazileiro, um bello canto épico, em versos soltos, sob o titulo *O berço livre*, em apologia á lei de 28 de Setembro de 1871.

A sua muza, aquecida pelo fogo sagrado do patriotismo, exclamava em extasis:

> Raiou da liberdade a branca aurora,
> E desponta o perfil de um grande dia
> Como o espectro do sol na immensidade!
> Geração do futuro, eu vos saúdo!
> Oh! não vereis siquer mais um escravo!
> Já no oceano dos passados tempos
> Se abisma a escravidão — e para sempre,
> E de seu throno de alabastro e ouro
> Celeste essencia, emanação divina,
> A mãe universal, a liberdade,
> A benção lança á humanidade inteira!

Quando o Instituto Historico, na memoravel sessão de 4 de Julho de 1889, celebrou, com extraordinaria pompa, o primeiro centenario da morte do infeliz poeta brazileiro Claudio Manoel da Costa, o heróe da inconfidencia mineira, que preferio o suicidio á deshonra de morrer ás mãos do algoz em um patibulo, Joaquim Norberto entoou, á memoria do que morreo pela cauza da republica,

versos cheios de inspiração e de profundissima dor, a que intitulou *A noite de agonia*. E' um poemeto fechado com esta chave de ouro :

E' dia. Vinde, entrae, féros algozes,
Duros ministros da fatal alçada,
O baraço trazei, lede a sentença ;
Erguei na praça o horrido patibulo ;
Ladeae-o, cingi de mil baionetas,
Que a corôa de espinhos simbolizem. . .
Ao sangrento festim falta o conviva ?
Eil-o pendente aqui, eis um cadaver !
Mutilae-o, cuspi sobre elle a injuria,
Fatal herança que lhe infame os netos !
Negae-lhe á terra que lhe cubra os ossos ;
Arrazae-lhe a choupana, o chão salgae-o. . .
Qu'importa ? O nome seu pertence á gloria,
E saudozo, o Brazil seus versos guarda !

Quando, em 31 de Outubro de 1889, o Instituto celebrou uma sessão solemne, em homenagem ao Chile, reprezentado na officialidade do encouraçado *Almirante Cochrane*, Joaquim Norberto não contentou-se com os discursos officiaes de abertura e encerramento da sessão, prescriptos pelo regulamento : sua alma de poeta, compenetrada da grandeza do assumpto, que tinha por fim estreitar de um modo perduravel os laços de simpathia que nos prende áquella nação, expandio-se em harmoniozos versos, dupla grinalda de brilhantes a coroar a fronte da Republica amiga e a da Patria :

Seja a lira commum ; celebre o canto
A simpathia que a amizade trouxe.
Enfeixem-se em trophéos nossas bandeiras
Em signal de concordia entre dois povos ;
Uma simbolizando em suas cores
A paz honroza sem temer a guerra,
Que a guia a estrella da missão divina :
Outra emblemando o ouro e a primavera,
Abundancia e riqueza de seu sólo ;
N'um circulo do céo astros fulgentes
Mostram provincias na grandeza reinos,
Como saturnio annel ligando o imperio :

Lea-se sempre em magestozas letras,
No laço de união, BRAZIL e CHILE!
Harmonia, união, fraternidade!
Si nos separam para a guerra os Andes,
Nos ligam para a paz os dois Oceanos
Que unio de Magalhães o nobre esforço!

Com a perda d'este eminente poeta, que tangia todas as cordas da lira, desde o madrigal consagrado á belleza da mulher, ao mimo das flôres, ao sorrizo das crianças, até ao canto epico destinado a perpetuar glorias da patria, cobrem se de luto as letras brazileiras.

E' uma voz de menos, e que autorizada voz! no seio do Instituto, ao qual o velho bardo amava com todos os estremecimentos de um coração patriota; é uma formoza cabeça que desapparece, levando para a fria estreiteza do tumulo um mundo de pensamentos arrojados, com todos os transportes de uma imaginação fervoroza.

A morte o surprehendeo em meio de seus trabalhos literarios, rodeado de producções inéditas, no constante empenho de dar á patria novos contingentes de progresso, especialmente no que diz respeito a assumptos historicos. Morreo com a tranquillidade de um justo, porque deixou sobre a estrada da vida o grande exemplo de um trabalho incessante, que elle dominava por uma vontade de ferro. O venerando ancião legou á mocidade do paiz um grandiozo modelo, pela firmeza de caracter, de que deo ha poucos dias no seio do Instituto eloquentissima prova, e pelo assiduo estudo a que se consagrava. Organização de rija tempera, só a morte conseguio prostral-o.

Cahio para sempre, mas pôde ao morrer olhar, com a satisfação intima que só experimentam as almas nobres, para o sulco extenso e luminozo que o seu espirito imprimio no sólo da patria; pôde, como um apostolo, regozijar-se de ter honradamente preenchido a sua missão superior. Cahio, mas no seu posto de honra, empunhando a penna, a mais poderoza arma da civilização moderna, e á frente da mais illustre das corporações literarias do Brazil.

Repouza em paz, no seio da terra natal, veterano das letras, que em literarios torneios vibravas, com a

força de um joven, o clarim de um guarda avançada! As bagas de orvalho que tombam sobre a tua sepultura e que o sol transmuda em brilhantes, ó inspirado poeta, são as lagrimas da Patria, que ajoelhada prantêa o desapparecimento eterno de um de seus mais illustres filhos!

Poeta, historiador, valente athleta,
Alma feita de amor e heroicidade,
Que combatia a escravidão abjecta
E só himnos sagrava á Liberdade,
Onde pairas? Na vasta immensidade
De mil e mil constellações repleta?
Confundiste n'um astro a claridade
Que expandias, esplendido poeta?
Como um condor, teu bello pensamento,
Desprendido da vida transitoria,
Percorre altivo o azul do firmamento?
Misterio! A morte não ferio-te a gloria!
Deixaste no teu nome um monumento,
Que algema os tempos, adornando a Historia!

*
* *

Eis a pallida homenagem, descolorida, porém sincera, que, na qualidade de membro do Instituto Historico e Geographico Brazileiro, posso prestar á veneranda memoria do illustrado prezidente da associação, Joaquim Norberto de Souza Silva.

DAMASCENO VIEIRA.

Porto Alegre 31 de Maio de 1891.

CUCUHY

A propozito da deportação de alguns cidadãos para diversos lugares na provincia do Amazonas, entre os quaes o forte de *Cucuhy*, julguei util explicar este nome ou palavra tupi.

Cucuhy é corruptela de *Cucuì-í*, « cahido por si mesmo ». De *cucuì*, « cahir-se » *í*, pospozição, para assignalar melhor a applicação do verbo ao facto, exprimindo, n'este nome, a acção da propria couza.

Com effeito, o nome é um enorme meteorolitho, ali cahido da atmosphera : tem este a fórma quadrada, com uma elevação de cerca de trezentos metros ; está izolado no meio das florestas que o rodeiam, mostrando escalvadas as encostas, coroado de vegetação o cume.

Tambem n'esta provincia de São-Paulo ha duas grandes pedras meteoricas, com diversa fórma d'aquella, conhecidas pelo nome *Cuscuzeiro;* uma, á margem direita do rio Corumbatahy, no municipio de São-João do Rio-Claro ; outra, á margem esquerda do rio Pinheirinho, no municipio de Santo-Antonio da Alegria. Aquella cahio sobre monte ou serra ; esta em planicie.

O nome *Cuscuzeiro* é corruptela de *Cucuì-uêra*, « o que se cahio » : de *cucuì*, « cahir-se », *uêra*, particula de participio.

O *Bedengó*, trazido da provincia do Bahia para o Rio de Janeiro, é tambem um meteorolitho, mas *não inteiro*. Por isso o indigena exprimio por outro modo o facto: *Mbehê-ng-óó*.

Bedengó é corruptela de *Mbehê-ng-óó*, o mesmo que *Pehê-ng-óó*, « pedaço grande » : de *pehê*, « pedaço » *ng*, intercallação nazal, *óó*, « grande, grosso ». O *p* inicial é

mudado em *mb*, porque, pronunciada absolutamente aquella palavra, sem ser precedida de outra, ou mesmo de alguma particula, é de indole da lingua tupi essa mudança: dahi *Mbehé-ng-óô*. Sem duvida foi um meteorolitho, que, ao cahir, se desfez em varios pedaços, dos quaes esse era o *grande*.

O indigena foi sempre muito correcto nas denominações dos lugares, e das couzas em geral; e a sciencia dos seus sabios melhor se mostra na nomenclatura. O indigena não admittia, que o nome de um homem, embora chefe ou heróe, fosse dado a um lugar, ou a qualquer couza. O nome deveria corresponder exactamente á pessoa, ao lugar, ou á couza nomeada, conforme o caracteristico e as particularidades respectivas.

Portanto, a denominada « Pedra de Cucuhy » não recebeo de algum chefe indigena o nome.

São-Paulo 16 de Abril de 1892.

JOÃO MENDES DE ALMEIDA.

SAMBAQUIS

Excerpto do «Diccionario Geographico da Provincia de São-Paulo»

pelo

DR. JOÃO MENDES DE ALMEIDA

A propozito d'este lugar *São-Vicente*, devo observar, que os denominados *sambaqui* não têem a importancia dada por estrangeiros, viajantes e exploradores da nossa costa maritima. De taes depozitos de ostras, ou *ostreiras*, occuparam-se frei Gaspar da Madre de Deos e outros de modo sufficiente.

O indigena denomina tambá-iquê a « casca da ostra » : de *tambá*, « ostra, mexilhão, marisco de qualidade inferior », *iquê*, « lado, costado. » Segundo a lição do padre Luiz Figueira, em sua *Arte de grammatica da lingua brazilica*, o nome começado por *t*, tendo necessidade de relativo, muda esse *t* em *ç*; por isso *çambá-iquê*. Tambem a « ostreira » é denominada ytã-mb-at, « montão de conchas » :—de *ytã*, « concha », *mb*, intercallação nazal, *ati*, « montão. » A palavra *ytã* é composta de *y*, « despegar », *tã*, « metade » : e a pronuncia nazal-guttural de *ytã-mb-ati* dá o son de *yxamnaxi*. De tudo isto se formou a corruptéla *sambaqui*.

Essas ostreiras existem na costa maritima da provincia de São-Paulo, e em geral na do Brazil, do norte ao sul. No norte do Brazil são denominadas *sernambitiba*, corrupção de *ciri-ambiì-tib-á*, « lugar natural de cascas de ostras ». De *ciri*, « apartar, separar », *ambiè*, « lado, costado », *tib*, para exprimir lugar natural das couzas, com o acrescimo de *a* (breve) por acabar em consoante. Alluzivo ás cascas de ostra: « lados apartados ». Portanto, essas ostreiras são o producto *natural* das ondas do mar.

O *bedengó* é tambem conhecido na provincia da Bahia pelo nome *Quilá*, corruptéla *Cui-r-á*, « pedaço de ferro cahido ». De *cuí*, « cahir », *r*, intercallação para bem separar na pronuncia o *í* e o *á*, « pedaço de ferro, couza corporea, entidade ». O verbo *cuí* é tambem uzado *cucui*. A particula *á*, alem de outras significações, serve ao indigena para designar « pedaço de ferro », segundo o ensina o padre A. R. de Montoya, no seu *Tesoro de la lingua guarani*.

Portanto não só *bedengó*, como tambem *quilá*, são corruptélas de nomes em tupi; nada tem com a Africa.

NOTICIA

SOBRE O

Conselheiro Jozé Bento da Cunha Figueiredo

VISCONDE DO BOM CONSELHO

Faz hoje um anno que baixou ao tumulo este venerando ancião e notavel servidor da patria. Faz hoje um anno que sua familia extremoza prantêa o golpe com que a sorte a ferira, só encontrando desde então, em torno de si, cruciada da mais pungente saudade, as virtudes domesticas que em seus corações o finado soubera implantar.

Apreciador da integridade de seu nobre caracter, do amor entranhado que consagrava á patria, á qual dedicára a actividade de uma longa existencia; seu amigo, com quem convivêra na intimidade familiar, seja me licito apontar ligeiramente os traços que deixára em tão laborioza carreira administrativa, onde o zelo, a probidade e o amor ao trabalho o fizeram credor de apreço e estima de seus concidadãos.

O Visconde do Bom Conselho, é certo, não primou no parlamento como orador; faltava-lhe o dom da palavra, predicado especial, aquella verbozidade que dá o colorido ás frazes, bordando-as de imagens fascinantes e

arrebatadoras; no gabinete porém seus trabalhos tinham o merito do estudo reflectido, das deducções criteriozas, de que dão testimunho muitos pareceres escriptos como conselheiro de estado, subscriptos por seus collegas e seguidos pelo governo. Nas provincias que administrou soube agir com actividade digna de inveja, deixando vestigios beneficos de sua acertada gerencia.

Nascêo este illustre cidadão a 22 de Abril de 1808 na villa da Barra do Rio de São-Francisco, então ultima comarca da provincia de Pernambuco. Era filho legitimo do capitão Manoel da Cunha Figueiredo e de sua mulher D. Joanna Alves de Figueiredo, exemplo de virtudes e piedade. Manifestou elle desde moço a mais decidida vocação pelos estudos e frequentava o curso de latim n'aquella villa com o padre Jozé Antonio Marinho, quando, por ali passando o Bispo de Pernambuco D. Thomaz de Noronha, que, reconhecendo-lhe o talento e boas dispozições para os estudos, conseguio leval-o em sua companhia para collocal-o no seminario de Olinda. Chegado á capital permaneceo por muito tempo na companhia do mesmo Bispo como seu secretario particular, até que, a instancias suas, para não perder tempo, entrou para o seminario de Olinda, onde concluio em pouco tempo todo o curso de humanidades, e succedendo abrir-se a Faculdade de Direito em 1828, frequentou-a com a maior assiduidade, conseguindo bacharelar-se em 1833, depois de uma serie de plenas approvações.

Apenas sahido da academia, encetou o Visconde do Bom Conselho a profissão de advogado, quando foi nomeado auditor de guerra e promotor publico da capital, cabendo-lhe encetar os trabalhos do jury e de arcar com o prezidente da provincia a propozito da erronea interpretação que pretendia dar á lei de 3 de Outubro de 1834, pelo que mereceo louvor do governo imperial. Sem protecção ou influencia de familia ou riqueza, pretendeo um dos lugares de supremo magistrado do commercio, que só podiam ser occupados por doutores.

Dava-se então uma vaga de lente substituto e d'este modo podia aprezentar-se a defender theze occultando a sua pretenção. Assim praticou, lutando com a má vontade

de alguns lentes que lhe eram desaffectos, os quaes fizeram adiar por vezes aquelle acto por meio da auzencia de um d'elles.

Vencido aquelle obstaculo com a realização do exame e conquista de uma approvação plena, resolveo o Visconde do Bom Conselho vencer pela segunda vez seus desaffeiçoados escrevendo rapidamente a theze para aprezentar-se a concurso, do qual rezultou ser proposto ao governo lente cathedratico, cadeira de que declinou para requerer o lugar de substituto, visto como queria continuar a advogar; o que lhe foi concedido em 1835.

No anno seguinte foi nomeado para reger interinamente a cadeira de direito eccleziastico da mesma faculdade, como cathedratico, e mezes depois n'ella definitivamente provido.

Regeo-a por muitos annos até ser jubilado em 1864, quando regia a de direito romano. Em 1844 foi eleito deputado provincial, tomando assento no meio de collegas quazi em sua totalidade do credo liberal. Sem entregar-se á politica, tomou a defeza da igreja desprestigiada por diversas moções e frequentes recursos á corôa de decizões do Bispo, cujas attribuições haviam sido uzurpadas. O proprio poder judiciario mandára por acórdão reintegrasse elle um coadjutor nomeado por um vigario suspenso e esse Bispo (D. Thomaz de Noronha), oppresso por tantos desmandos, foi processado no juizo criminal por negar-se a cumprir aquelle acórdão que o humilhava, crime de que fôra defendido victoriozamente pelo Visconde do Bom Conselho.

Eleito membro da commissão dos negocios ecclaziasticos, tratou com proficiencia da defeza dos direitos da igreja e as doutrinas por elle sustentadas mereceram encomios e approvação do então Arcebispo D. Romualdo de Seixas, e só depois d'ella foi modificada a legislação sobre recursos á corôa, firmando-se a competencia das assembléas provinciaes em negocios eccleziasticos.

São notaveis os serviços por elle prestados á provincia da Pernambuco, sobretudo na parte activissima que tomára na installação da Companhia de Beberibe, desde a organização de seus estatutos, companhia que tinha por fim fornecer agua potavel á cidade do Recife.

Taes serviços valeram lhe um lugar entre os supplentes de deputado á assembléa geral em 1846, na qual só tomou assento em 1847, tendo sido agraciado em 1848 com o officialato da ordem da Roza.

No parlamento tomou parte, por vezes, em discussões, mormente nos negocios referentes a Pernambuco, cujo estado parecia-lhe precursor de catastrofes futuras. Os discursos que então proferio foram ouvidos com a maxima attenção e por tal modo impressionára o prezidente do conselho Paula Souza, que este assegurou desde logo, que o administrador d'aquella provincia seria retirado, deixando depois d'isto o poder por não ter conseguido realizar aquella medida.

Sua voz grangeou a estima dos vultos politicos mais notaveis d'aquella época, que o cercaram para agradecer o importante serviço, que estava prestando ao paiz. Com effeito seu discernimento, o criterio com que analizava a situação pareciam profetizar a revolução, que no anno seguinte rebentou em Pernambuco.

Achando-se então á testa da administração da mesma provincia o Sr. Manoel Vieira Tosta, hoje Marquez de Muritiba, prestou o Visconde do Bom Conselho ainda bons serviços n'ella á cauza da ordem. Foi quem ministrou á prezidencia a primeira noticia de haverem os rebeldes invadido a capital; quem redigio a parte official da acção dada pelo commandante das armas Jozé Joaquim Coelho á prezidencia, documento este o mais fiel e veridico, como confessára o proprio Dr. Urbano Sabino Pessoa de Mello em sua obra *Apreciação da revolta praieira*; foi elle quem previnio ao Marquez de Olinda, que a mudança do prezidente Vieira Tosta seria fatal, como foi, á tranquillidade da provincia; foi quem depois intercedeo perante aquelle prezidente em favor dos rebeldes, aligeirando a culpa de uns e solicitando a amnistia para outros, e prevalecendo-se da amizade antiga de uns, da fé que n'elle tinham alguns dos revoltados, concorreo para que os que ainda se achavam em armas as depuzessem dispersando-se, servindo mesmo de medianeiro para que os chefes mais perigozos embarcassem para os Estados-Unidos; foi elle finalmente quem na assembléa provincial, propondo um

voto de agradecimento ao prezidente Vieira Tosta, aventou a idéa de pedir-se a amnistia para os arrependidos.

Ao chegar a Pernambuco o prezidente nomeado Honorio Hermeto Carneiro Leão, foi portador do decreto de 8 de Junho de 1849, que nomeava, n'aquella critica situação, o Visconde do Bom Conselho prezidente das Alagôas, para onde effectivamente partio. Ali chegando encontrou toda a provincia convulsionada, resentindo-se do estado de rebeldia em que ainda se achava o interior da de Pernambuco e sem ter á sua dispozição força militar para manter a ordem. Foi seu primeiro propozito tratar com afinco de pôr termo á guerra das matas, onde se achava o capitão Pedro Ivo e o celebre Vicente de Paula. Conseguio em pouco tempo, com feliz habilidade, que Pedro Ivo depuzesse as armas, remettendo-o com outros revoltozos para o Rio de Janeiro, a bordo da xarrúa *Carioca*, embarcação esta que teve de romper o bloqueio com que se procurou apossar-se d'aquelle prizioneiro afim de leval-o para o Recife. Obteve ainda, depois de uma serie de bem combinadas medidas, prender tambem Vicente de Paula, pacificando inteiramente a provincia, de modo que, tendo-se effectuado pouco depois as eleições geraes, a primeira em que houve ali inteira liberdade de voto, correram ellas sem a menor perturbação da ordem publica.

Para alcançar tudo isto, teve o prezidente da provincia das Alagôas de arcar com o da de Pernambuco Honorio Hermeto Carneiro Leão, depois Marquez do Paraná, quanto ao modo de vêr e das medidas a empregar para o fim que ambos tinham em vista, a pacificação d'ellas, e consciente de sua razão, procurou energicamente convencêl-o ante a força do direito. Assim procedendo arriscava-se elle a alienar as simpathias de tão notavel estadista, que o podia elevar ; a consciencia do dever porém o fez prescindir de taes considerações para lembrar-se unicamente da felicidade do paiz. Ao em vez d'isso, Honorio Hermeto, caracter rigido e recto, apreciando em alto gráo a lealdade e franqueza do seu collega, conservou-lhe sempre verdadeira estima.

No intuito de civilizar o interior das duas provincias e manter n'aquelles longiquos sertões uma população capaz

de tornar-se elemento de ordem, conseguio o Visconde do Bom Conselho, depois de reiteradas instancias, os fundos precizos para a creação de colonias militares, e com effeito fundou a de Leopoldina, organizando os regulamentos, e depois de promptos e aprezentados os respectivos planos da edificação, foi pessoalmente, com risco da propria vida, assentar a primeira pedra, acto que foi realizado com a maior solemnidade possivel.

Animou a edificação da cidade de Maceió, fazendo construir com o auxilio de frei Euzebio a bella matriz que ali se acha, a qual apenas tinha os alicerces da frente. Não havendo no orçamento provincial verba para «Obras publicas», mandou edificar, sob sua responsabilidade, o excellente palacete, onde funccionam a assembléa provincial e a thezouraria ; fez erigir a caza da inspecção do algodão, acabar o grande mercado publico em começo; fez edificar a cadêia da capital e animou a introducção de industrias novas. Foi durante sua administração, que se abrio a primeira estrada regular na provincia, já tendo mandado abrir outra, que, pela colonia Leopoldina, ligasse á de Pernambuco. Com a verba apoucada de 20:000$ mandou erigir um farol no morro da Polvora, desprezando o antigo projecto de ser elle collocado no arrecife da Barra, onde se tinha de despender mais de 80:000$ sómente com a baze da torre. No mesmo morro mandou construir um solido depozito de polvora.

Organizou ainda a guarda nacional, fez guerra aos importadores de Africanos, apprehendendo mesmo pessoalmente grande numero d'elles; contratou a navegação costeira de vapores entre a Bahia e Maceió, introduzio as machinas centrifugas para o fabrico do assucar, reformou a instrucção primaria e secundaria e deo regulamento ás diversas repartições. Começou tambem o hospital de Caridade e cuidava do encanamento das aguas e da construcção da ponte grande sobre o rio Mundahi, quando deixou a prezidencia.

Durante sua gerencia de mais de quatro annos lutou com a guerra civil e insurreição dos escravos, com a questão da lei do censo e com a febre amarella.

Taes serviços mereceram-lhe o titulo de conselho, que lhe foi concedido em 1850.

Demorado nas Alagôas por tanto tempo, com serio prejuizo de seus interesses, instára por sua exoneração, quando foi sorprendido com o decreto de 21 de Março de 1853, que o nomeava prezidente da provincia de Pernambuco.

Fôra seu legitimo dezejo obter algum descanço, aceitou no entretanto aquella honroza nomeação, que o collocava em sua caza e centro da familia, esperando fosse curta essa nova administração.

Chegando a aquella provincia achou-a fraccionada em trez partidos, o conservador, o liberal e o da justiça, este ultimo quazi todo formado dos dissidentes do primeiro. O espirito publico resentia-se ainda da onda revolucionaria de 1848, e pelo scisma da lei do senso o interior d'ella achava-se revoltado.

Por outro lado o contrato das carnes verdes e as malversasões descobertas no corpo de policia, assás desmoralizado, muito concorriam para aquelle estado anormal e afflictivo.

Posto que nimiamente tolerante em politica, do que dera provas evidentes em Pernambuco e Alagôas, foi mal recebido pelo partido praeiro, que procurou desde logo pôr tropeços á sua administração.

Estreou o Visconde do Bom Conselho a prezidencia começando por mandar retirar de certas localidades os commandantes militares, cujo procedimento excitava clamores. Nomeou chefe de policia um honesto dezembargador; commandante do corpo de policia um militar briozo pertencente ao corpo de engenheiros, dando regulamento novo áquella corporação; nomeou delegados de policia homens honestos de ambas as parcialidades politicas. Sem força militar para estabelecer a ordem no interior, onde o crime erguêra ouzadamente o collo e os criminozos pullulavam em bandos numerozos e armados, consequencias ainda da rebellião de 1848, creou de sua propria concepção destacamentos volantes, commandados pelos melhores officiaes do exercito, os quaes, percorrendo a provincia, muito se destinguiram n'essa commissão,

prendendo grande numero de facinorozos e tomando-lhes muito armamento.

Esta medida, de proficuo rezultado, foi imitada pela prezidencia das Alagôas e approvada pela assembléa geral.

Quanto ao contrato de carnes verdes, fez cessar o clamor publico e satisfez a espectativa da assembléa provincial, que para a prezidencia declinára a questão. Impoz pezadas multas aos contratadores, multas que revertiam para o hospital de Pedro II, que recebeo com isto notavel incremento, e estabelecendo rigorozo inquerito sobre o modo porque o referido contrato era executado, cortou todos os abuzos de modo a satisfazer a necessidade publica quanto a este genero indispensavel de alimentação.

Achava-se apenas murado o terreno destinado pelo prezidente, Dr. Honorio Hermeto Carneiro Leão, para cemiterio contendo apenas algumas catacumbas.

Convocou este prezidente as diversas irmandades, promettendo-lhes os terrenos necessarios para o enterramento de seus confrades, até então sepultados nas igrejas, exigindo d'ellas, em retribuição, a somma preciza para a edificação da capella; mas como se tornasse morozo o processo d'essa arrecadação, mandou contratar e construir a bella capella gothica ali existente com recursos fornecidos pela thezouraria, que foi mais tarde indemnizada pela camara municipal.

Para vencer a repugnancia da população quanto á mudança dos enterramentos, fez erigir ao lado d'aquelle templo um jazigo perpetuo para sua familia, e foi isso bastante para ser seguido o exemplo, tornando-se aquelle cemiterio mais tarde um dos melhores do Brazil.

De acordo com o prelado diocezano, deo-lhe regulamento, que não só pôz termo ao preço exagerado dos enterramentos, como ao modo profano e vaidozo porque era praticado um acto tão serio e compungente.

Ao assumir o mesmo Visconde aquella prezidencia, o tribunal da relação e o jury funccionavam na antiga e bem construida igreja do collegio dos jezuitas, confiscada como todos os demais bens da mesma corporação,

pelo estado. Ao vizitar aquelle templo afim de dar-lhe melhor applicação, sentio-se compungido com as profanações que prezenciou. Havia elle passado sucessivamente a theatro, prezepe, estrebaria e por ultimo a caza de audiencias: suas imagens tinham desapparecido para cederem lugar a objectos immundos, sem notar os actos pouco dignos que no proprio altar se praticavam por occazião das reprezentações theatraes.

Apenas chegado a palacio mandou chamar frei Caetano de Messina, para que se entendesse com a irmandade do Espirito-Santo, que se havia retirado do convento de S. Francisco, offerecendo-lhe de sua parte aquella igreja, sob a condição de ser ella restaurada e decorada pela mesma irmandade, obrigando-se além d'isso a mandar dizer n'ella missa aos domingos, para commodidade do povo catholico. Aceitas taes condições, tudo se fez, sendo que tratou de apropriar o antigo edificio da cadeia, para onde fez transferir os tribunaes. Este facto deo origem a uma renhida discussão com o Marquez de Paraná, então ministro da fazenda, que lhe deo por fim razão em pleno parlamento, tendo sido o seu acto sanccionado por uma lei da assembléa geral.

Não descurou a instrucção publica da provincia este activo administrador, d'ella cuidando com utilissima reforma. Fundou o gimnasio com as proporções do collegio Pedro II, addicionando-lhe um muzeo que veio a tornar-se de subida importancia, e sómente com o producto de loterias fez construir mais tarde o bello e magestozo edificio, onde hoje funcciona aquelle internato, que ficou a concluir-se ao findar a sua gerencia.

Julgando sempre de maxima vantagem a exploração do rio São-Francisco, pugnou por esse importante melhoramento, quer nas Alagôas, quer na camara dos deputados, até vel-a realizada em Pernambuco por iniciativa sua. Convocada a assembléa provincial fez votar a garantia de juros, e mediante esta foi incorporada a estrada de ferro do rio São-Francisco, que desde logo inaugurou, assentando a primeira pedra e removendo todas as difficuldades para levar-se a effeito essa obra de tão grande utilidade.

Mandou tambem construir a estrada do norte em

direcção a Goianna e deo não pequeno impulso á do Páo d'Alho e Jaboatão.

A grande caza de detenção, começada na prezidencia de Honorio Hermeto achava-se pouco acima dos alicerces; deo-lhe seu successor tão grande pressa na sua concluzão, que em pouco tempo recolheo os prezos, recebendo o respectivo regulamento.

Ordenou a mudança do matadouro publico das Cinco-Pontas, centro da cidade, para a Cabanga, construindo-se para esse fim um edificio apropriado. Mandou edificar o hospital militar e quartel de cavallaria e macadamizar a estrada do Ponte d'Uxôa; concluio o cáes de Apollo, mandou construir o de Capibaribe, começar o que hoje cerca o palacio do governo, e fez construir o cáes do mesmo arsenal até a alfandega, bem como a praça chamada Forte do Matos. Mandou ainda levantar a torre do arsenal de marinha e n'ella fez collocar um regulador publico transparente.

Não param ahi os melhoramentos d'esse incansavel administrador.

No intuito de afastar da cidade de Olinda os grandes fócos de infecção, que prejudicavam sua salubridade, mandou vir um habil engenheiro, e mediante previos estudos, fez canalizar o rio Beberibe, de modo a prestar-se á livre navegação, como para offerecer agua limpida corrente á população e conseguir a dessecação dos pantanos, que produziam suas aguas estagnadas. Contratou por ultimo a illuminação a gaz na capital.

Com o fim previdente de canalizar o rio Capibaribe, para evitar as grandes cheias que innundavam as xacaras e povoações adjacentes, até mesmo o bairro da Boa-Vista, mandou tirar sua planta. Ordenou a desobstrucção dos canaes do *Manguinho* e *Tacaruna*, condemnado ao entulho, e bem assim construir a grande ponte dos Remedios, conservando os canaes que cortam esse lindo bairro.

Muitas d'estas obras importantes ficaram paralizadas, é certo, depois da sua retirada da administração, mas a iniciativa d'ellas prova exuberantemente, que o seu espirito se não desviava da cogitação dos melhoramentos de sua terra natal, no intuito de engrandecel-a.

Reergueo a companhia da navegação costeira, então desfalecidada, concedendo-lhe alguns favores e obtendo outros do governo geral, interessando mesmo n'esse empenho a associação commercial. Melhorou o serviço dos incendios mediante um bom regulamento e acquizição de excellente material, ligando á esse serviço a policia. Tratou de reparar os estragos produzidos pela grande inundação de 1854, com o auxilio que obteve do governo e interessando n'isso o proprio commercio para ajudal-o.

Na invazão do *cholera-morbus* prestou, com risco da propria vida, notaveis serviços, fazendo remover do centro da cidade todos os fócos de infecção, estabeleceo rigoroza quarentena; montou hospitaes provizorios, nomeou commissões de socorros publicos em todas as freguezias, destacando medicos para todos os pontos onde sua prezença era reclamada, desenvolvendo emfim para isso uma actividade inspirada por um zelo inexcedivel. Por essa occazião fundou o lazareto, que ainda hoje se vê na ilha do Pina.

Fez mais. A devastação do *cholera* havia atirado na orfandade grande numero de meninos, sem recursos nem amparo. Para obviar este mal lamentavel, lembrou-se de crear no arsenal de marinha uma companhia de aprendizes, proporcionando-lhes por este meio educação e emprego, evitando a ociozidade que faria com que pesassem elles mais tarde, como entes inuteis e viciados, sobre a communhão social.

Tão grande solicitude, geralmente reconhecida e apreciada pelo governo de então, fizeram-n'o elevar a dignitario da ordem da Roza.

Não convém omittir, que no desembarque de Africanos em Serinhaen, apprehendidos em sua quazi totalidade, houve-se o Visconde do Bom Conselho com a maior habilidade, como se poderá verificar do longo discurso documentado, que no anno seguinte proferio na camara dos deputados, notando-se a maneira honroza e varonil pela qual respondera ás reclamações do consul inglez, sendo que as informações minuciozas e verdadeiras, que ao governo imperial prestára, assás concorreram para que tal emergencia não produzisse o desgosto, que o paiz soffrera

no conflicto do Albardão, que na provincia do Rio Grande do Sul se déra.

Em 1856 deixou o mesmo Visconde a prezidencia de Pernambuco para tomar assento na camara dos deputados, onde discutio os actos arguidos de sua administração, que tinham sido approvados pelo governo imperial.

Em 1861 achava-se sua saude seriamente compromettida, quando foi com insistencia convidado para prezidir a provincia de Minas-Geraes. Cedendo a considerações de amizade, teve de renunciar um anno de licença, que, para tratar de sua saude, lhe havia concedido a assembléa geral: partio para o seu novo destino.

Não obstante o seu máo estado phisico, apenas ali chegado, cuidou de alguns melhoramentos da provincia. Foi assim que requizitou do governo geral a idéa do engenheiro Emmanuel Liais para explorar o Rio das Velhas e o de São-Francisco, da caxoeira Pirapora até ás suas nascentes; ordenou a concluzão da sua carta topographica, vizitou a mineração do Morro-Velho e mandou concluir algumas estradas e construir outras de reconhecida utilidade publica, como a de São-João d'El-Rei, Passavinte e Sabará. Fez construir algumas pontes importantes e levantar a planta dos terrenos onde existem as aguas gazosas da Campanha e thermaes de Caldas, iniciando as respectivas obras.

Para desenvolver o commercio interno e estender a acção publica da administração tratou de estabelecer novas linhas do correio.

Deixando a prezidencia para vir tomar assento na camara, não voltou como tencionava, por ter-se então inaugurado a politica *ligueira* ou *progressista*, para concluir os melhoramentos que havia encetado e emprehender outros em bem d'aquella região, onde, segundo dizia elle, *a pobreza viva caminhava sobre a riqueza morta*.

Recolhido á sua provincia, voltou á profissão de advogado, abrindo de novo banca, quando, subindo ao poder o Visconde de Itaborahy em 1868, sorprendeo-o com a nomeação de prezidente da provincia do Parà.

Satisfeito com o descanço de que estava no gozo,

regeitou aquella nova commissão. Taes foram porém as insistencias do governo e de amigos, que teve de ceder e partio para aquella provincia em Julho d'aquelle anno.

Encontrou-a em completa ebulição por cauza da eleição de eleitores, já tendo corrido algum sangue na municipal que se havia realizado para vereadores.

Tratou de dar as providencias para que tudo corresse sem perturbação da ordem publica, e isto se conseguio pela confiança que sua imparcialidade inspirava, vendo-se mesmo cercado da consideração dos proprios liberaes.

Feito isto voltou suas vistas para os melhoramentos da provincia, onde, á excepção do palacio do governo e da cathedral, obras do tempo ainda do Marquez de Pombal, tudo estava por fazer, salvo um ou outro edificio mais ou menos notavel. O saldo de sua renda achava-se a juro modico em um estabelecimento particular, e desenvolvia o seu importante commercio a companhia de navegação do Amazonas.

Ne curto espaço de sua administração deo novo regulamento ao collegio do Amparo, reformando os seus utensis; reformou tambem os estatutos do collegio paraense, transferindo-o para edificio mais apropriado; restituio a igreja do Carmo á competente autoridade eccleziastica; cuidou da decoração e asseio da magnifica cathedral; terminou a reconstrucção da igreja da Trindade, dotando-a das alfaias necessarias, e determinou a reconstrucção e reparos de muitos outros templos situados em diversas localidades.

Mandou continuar a obra do palacete para a assembléa provincial (abandonado em alicerces e paredes, depois de se haver gasto n'elle mais de cem contos de réis), não só para installar n'esse edificio a mesma assembléa, como para transferir para elle outras repartições que estavam mal acommodadas.

Fez construir um sumptuozo theatro, que denominou Nossa Senhora da Paz, em commemoração da terminação triumphante da guerra do Paraguay, economizando 80:000$ já por lei consignados para a desapropriação de um terreno para esse fim escolhido, fazendo-o erigir em um grande largo, cujo solo nada custou; poupando além

d'isso 20:000$ votados para concertos e acrescimo do theatrinho denominado Providencia.

Firmou contrato para supprimento da agua potavel á capital, que era abastecida por agua de má qualidade.

Mandou concertar a ponte em frente á travessa das Mercês e a cadêia e caza da camara de Santarém.

Fez organizar o plano e orçamento das obras da nova freguezia do Mosqueiro, e a construcção das pontes das cidades de Obidos e Santarém.

Animou a exploração e navegação dos rios Tocantins e Araguaia, prestando ao iniciador d'essa grande empreza auxilio pecuniario; creou na capital um muzêo, estabelecendo-o no Collegio Paraense. Reformou os regulamentos da thezouraria e recebedoria provinciaes, methodizando o expediente da primeira e tornando mais efficaz a arrecadação das rendas na segunda.

Reconhecendo o Visconde do Bom-Conselho que o cáes das marinhas estava em pessimo estado, e que os predios e armazens n'elle existentes ja eram deficientes para o desenvolvido commercio da provincia, concebeo a idéa, que desde logo tratou de pôr em execução, mandando levantar a planta e o orçamento de um novo cáes junto do existente, contendo 784 metros de extensão e 50 metros de largura sobre o mar, aterrando-se esse grande perimetro para que n'elle se podessem edificar diversos quarteirões com quarenta boas cazas de commercio.

Concluido o plano e respectivo orçamento, convidou a administração da praça do commercio e os proprietarios dos predios sitos no cáes antigo para declararem si aceitavam os terrenos fronteiros sob a condição de fazerem á sua custa o novo cáes e aterro. Os interessados aceitáram aquella proposta, compromettendo-se porém a ficarem com o terreno aterrado na razão de 4:000$ a braça, e porque tinham sido ellas orçadas em 3:300$, annuio a prezidencia, firmando o contrato que devia trazer como rezultado um excellente cáes para a capital da provincia sem dispendio dos cofres publicos, construcção n'elle de novos edificios e alargamento da área para melhor accesso e descarga dos navios em um porto, cujo ancoradouro se achava obstruido no local junto á ponte do desembarque.

Lançada a primeira pedra de obra tão importante que, quando em projecto, fôra geralmente considerada utopia, rescindio o contrato que anteriormente se havia feito, no valor de 350:000$, para a construcção de um pequeno pedaço de cáes no prolongamento do antigo, que deixava de attender ás necessidades urgentes apontadas.

Antes de Maio de 1869, teve este prezidente de deixar a provincia do Pará, por ter sido eleito deputado geral e incluido na lista triplice da senatoria pela provincia de Pernambuco, que o distinguia sempre com uma cadeira na reprezentação nacional. De passagem pelo Recife, onde se demorára alguns dias, recebeo a noticia de ter sido escolhido senador por carta de 25 de Maio d'aquelle anno, tendo sido no mesmo anno de 1869 elevado a grande dignitario da ordem da Roza.

Como tivesse depois d'isso fixado sua rezidencia na côrte, hoje capital federal, foi por decreto de 8 de Novembro de 1871 nomeado inspector geral da instrucção primaria e secundaria d'ella, lugar que exerceo e n'elle prestou algum serviço, fazendo uteis reformas.

Em Dezembro de 1876 foi nomeado conselheiro de estado effectivo, depois de tel-o sido por alguns annos extraordinario. N'aquelle cargo prestou serviços relevantes; seus pareceres, nas mais importantes questões administrativas, eram sempre ditados pelo mais apurado estudo, pelo patriotismo o mais acendrado, e pela imparcialidade a mais rigoroza.

Convidado para fazer parte do gabinete organizado pelo Duque de Caxias, em 25 de Junho de 1875, aceitou, depois de grande reluctancia, como por mais de uma vez havia recuzado fazer parte de outros ministerios.

Reflectia porém d'esta vez, que, na crize geral porque passava então o paiz, a braços com serias complicações internas e externas, que urgiam prompta solução, tinha elle o direito de exigir de seus homens politicos o sacrificio, embora arduo, imposto pelo patriotismo.

Na gerencia da pasta do imperio, onde se conservou por dois annos, dedicou-se desde logo com esforço intelligente á solução da celebre questão religioza, que abalára as consciencias e seriamente perturbára as relações

da igreja com o estado, ameaçando a nação de um scisma religiozo de funestas consequencias para a sociedade brazileira. O serviço que n'essa emergencia prestára o Visconde do Bom Conselho deve estar na consciencia dos homens imparciaes e honestos.

Restabelecida a harmonia n'esse ponto, voltou elle suas vistas para o melhoramento intellectual e material dentro dos limites da sua competencia. Assim é, que lançou a primeira pedra do edificio para a escola normal, tendo para esse fim conseguido de particulares mais de 100:000$, que foram depozitados no thezouro, concluio o parque do Campo da Acclamação, reformou o collegio Pedro II, estabeleceo a escola de minas de Ouro-Preto, reformou o regulamento da higiene publica, iniciando as medidas precizas para o asseio e saneamento d'esta capital. Fez installar no edificio, proprio nacional, da rua da Guarda-Velha, o liceu de artes e officios, estabelecimento de instrucção digno de todo o amparo, por sua reconhecida utilidade; restituio ao culto a igreja de S. Joaquim, condemnada á profanação; reformou a lei eleitoral, fazendo-a executar, na parte que lhe dizia respeito, com a maior imparcialidade.

Uma mera questão administrativa porém, um acto d'elle exigido que não considerava na altura da sua dignidade, foi origem de deixar a pasta a seu cargo, em 15 de Fevereiro de 1877, retirando-se á vida parlamentar, onde poderia ainda servir ao paiz.

Por decreto de 13 de Junho de 1888 foi agraciado com o titulo de Visconde do Bom Conselho, como apreço aos bons serviços que prestára no ministerio, titulo que sua natural modestia têl-o-ia feito sem duvida recuzar, si não fosse o receio de melindrar a Princeza Imperial, que, elle sabia, lh'o tinha espontaneamente conferido.

Com a proclamação da Republica recolheo-se á vida particular, tendo antes d'isso, como sincero patriota, dirigido ao governo provizorio o officio de 19 de Novembro de 1889, adherindo ao facto consummado da mudança de sistema de governo, documento que no fundo e na fórma revela a mais digna e louvavel abnegação.

Aquelle que se chamou na terra Jozé Bento da Cunha

Figueiredo, e que os serviços que prestára á nação o fizeram chrismar —Visconde de Bom Conselho; que ha um anno baixára ao tumulo, pagando o tributo humano da materia perecivel, foi um verdadeiro benemerito. Durante sua longa existencia deo provas evidentes de elevado civismo, pugnando sem cessar pelo engrandecimento do torrão onde nascera.

De costumes severos, no lar domestico conseguio aprimorar a educação de seus filhos, que assás o veneravam, inspirando-lhes o amor ao trabalho, os principios da probidade e firmeza de caracter: foi n'este afan que tombou depois de mais de cincoenta annos de vida publica, durante os quaes empregou herculea energia em bem da patria, da religião e da humanidade.

Fez jus este varão portanto, a que lhe fossem traçadas hoje estas linhas em homenagem á sua memoria, linhas escriptas sob a impressão do sentimento da vivaz saudade, que lhe consagra um seu dedicado e verdadeiro

AMIGO. (*)

Junho 14 de 1892.

(*) Commendador Bernardino Jozé Borges, hoje finado.

O MONSENHOR
MANOEL DA COSTA HONORATO

TRABALHO LIDO NA
Sessão do Instituto Historico e Geographico Brazileiro de 14 de Agosto, sete dias depois de sua morte,
pelo socio

DR. SACRAMENTO BLAKE

Não vejo, Senhores, entre nós um dos nossos destinctissimos confrades, por vós, ha pouco, elevado á categoria de socio honorario d'este Instituto!... E que é d'elle? Que é do inspirado panegirista da *Heroina por excellencia*, da Virgem mãi do Verbo eterno?

Ah! vosso silencio, e a dor que devizo em vossos semblantes e mais que tudo sua cadeira, que ora vejo coberta de crepe, dizem-me tudo!

A morte sempre inexoravel acaba de cortar o fio de mais uma existencia preciozissima! Já não é dos vivos Manoel da Costa Honorato. A voz eloquente que por centenares de vezes, com admiração de seus ouvintes, na tribuna sagrada pôz em relêvo as excellencias, a grandeza da religião plantada pelo martir do Golgotha, emmudeceo para sempre!... A penna bem aparada, elegante, disposta sempre á defeza dos interesses do catholicismo e que varios trabalhos produzio, enriquecendo nossa historia patria, quebrou-se para sempre!...

Quantos golpes successivos, Senhores, e em tão poucos dias nos tem sido atirados pela mão da fatalidade! Quando mais sangrava, ferido o coração do Instituto com a perda do nosso nunca assás pranteado prezidente, (1) o laureado cantor das *Modulações*, das *Americanas* e das *Melodias*, vimos tombar, descer á campa um apoz outro, o laboriozo investigador de nossas minas, (2) e o fervorozo insensador da *Heroina por excellencia!*

E' d'este, Senhores, que venho falar-vos.

No mesmo torrão em que nasceram Mathias de Albuquerque e Henrique Dias; em que nasceram Bento Teixeira, o primeiro escriptor brazileiro na ordem chronologica, e como este tantos outros que se enobreceram, ou pelas armas livrando a patria da oppressão e castigando a audacia do estrangeiro atrevido, ou pelas letras, exaltando a mesma patria, respirou Costa Honorato as primeiras auras da vida a 1 de Janeiro de 1838, na cidade do Recife.

Foram seus pais Antonio Francisco Honorato e sua espoza D. Roza Eugenia Benedita Franco, aquelle filho legitimo de Domingos da Costa Honorato, commandante do forte de Montenegro na cidade de Olinda, e de D. Ignacia Francisca das Flores; esta filha legitima de Manoel da Silva Cabral Franco e D. Joanna Barboza Pacheco, todos da altiva e heroica provincia, hoje estado de Pernambuco.

Não foi, Senhores, longa sua romaria no mundo; mas ha n'ella uma série não interrompida de factos tão bellos, edificantes, que hão-de forçozamente perpetuar a memoria do nosso consocio.

Tendo por seu progenitor um pobre, mas virtuozissimo artista, que, além dos rudimentos da lingua vernacula e das primeiras noções da religião catholica, nada podia dar-lhe, elle, ainda criança, tomou por sua protectora a Virgem Immaculada, a quem n'esses termos se dirige: « No balbuciar, que aprendi no berço, o primeiro nome que pronunciei foi o vosso. Com as primeiras caricias

(1) Joaquim Norberto de Souza Silva.
(2) Francisco Ignacio Ferreira.

minha mãi ensinou-me a louvar-vos, e quando comecei a entender a sua lingua, ella contava-me com fervor os prodigios de vossa predilecção para com os vossos dedicados filhos. Na escola o primeiro livro que soletrei, trazia as vossas glorias escriptas de tal forma que meu espirito adolescente se alegrava em ser filho adoptivo de uma Senhora tão extraordinaria. Nos estudos superiores sempre dediquei o primeiro lugar ás glorias do vosso nome, e quando as adversidades, os soffrimentos e as contradições d'este valle de mizerias me teêm combatido, tenho encontrado sempre um apoio seguro na vossa protecção.»

E com effeito a fé, a esperança corroboradas pela conformidade e pela resignação nos trabalhos, e a caridade foram virtudes, que Costa Honorato acatou sempre, e que alentavam-lhe o espirito.

Foi assim que o menino desprotegido da fortuna, tendo obtido com grandes sacrificios aprender as primeiras materias do curso de humanidades, começou logo a ensinal-as, não só em collegios, e em cazas particulares, como em sua propria rezidencia em horas determinadas.

Foi assim que pôde elle cursar, não só as aulas da faculdade de direito do Recife, onde recebeo o grão de bacharel a 20 de Novembro de 1863, mas tambem as do seminario episcopal, recebendo as ordens do presbiterato alguns mezes depois, a 24 de Agosto de 1864, no arcebispado da Bahia.

O amor do proximo, a caridade, o mais bello preceito da religião do Crucificado, já o demonstrava elle, quando, para sua subsistencia, para frequentar ao mesmo tempo dois cursos superiores, trabalhava sem descanso, ás vezes mais do que lhe permittiam suas forças. Elle acolhia, ensinava gratuitamente os mancebos, que, como elle, desprotegidos da fortuna, viam-se privados do alimento do espirito, a instrucção, e a estes lecionava com a mesma affabilidade e dedicação prodigalizada a aquelles, de quem recebia paga.

E que estudante foi esse joven, que, para frequentar dois cursos ao mesmo tempo, esquivava-se dos prazeres a que é irresistivel a mocidade, e entregava-se satisfeito ás fadigas do professorado de varias materias e em varios

pontos da cidade do Recife, podem dizel-o todos os seus mestres e condiscipulos, que lhe consagravam estima e admiração.

Em sua allocução, pronunciada a 15 de Outubro de 1862 por occazião de encerrarem-se as aulas do quarto anno da faculdade de direito, o sabio professor Dr. Lourenço Trigo de Loureiro o elogia. Na memoria historica academica, aprezentada a congregação da mesma facul-dade, o erudito professor Dr. Antonio de Vasconcellos Menezes de Drumond o louva do mesmo modo, tanto por sua assiduidade, aproveitamento e moralidade exemplar, como pelas obras que publicára.

Ja vimos, Senhores, o nosso consocio, só e sómente pelos seus perseverantes esforços, graduado bacharel em sciencias sociaes e juridicas e ordenado presbitero secular. Vejamos agora como preencheo a carreira de sua vida luminoza e util; que prestante cidadão foi elle!

Apenas divulgada no imperio a affronta atirada ao Brazil pelo despota do Paraguay, Costa Honorato, sentindo palpitar-lhe no peito um coração brazileiro, foi um dos primeiros a concorrer para a desaffronta da patria, como lh'o permittia seu estado. Offereceu-se ao governo imperial em Fevereiro de 1865 para fazer parte do exercito, que se organizava para operar no Paraguay, e aceito com louvor seu offerecimento por avizo do ministerio da guerra de 17 de Abril do mesmo anno, partio para a memoravel campanha como capellão capitão.

Ali servio elle em diversos hospitaes ambulantes, em hospitaes de sangue, notavelmente nos combates da ilha do Cabrita, na passagem do rio Paraná, em Estero-Bellaco, de 6 de Abril e 8 de Maio de 1866. Foi depois empregado nos hospitaes de sangue, creados em Corrientes, e em Março de 1867 foi o unico capellão brazileiro que achou-se n'essa cidade, com exercicio em cinco hospitaes, então estabelecidos para o tratamento dos acommettidos do cholera-morbus epidemico, e isso quando achava-se doente e com uma licença de seis mezes para tratar-se no Brazil, licença concedida pelo general, então Marquez de Caxia, e que elle, para prestar taes serviços, com inaudita abnegação renunciou.

E como o unico sacerdote brazileiro, empregado em tão santa, quanto arriscada missão, foi tambem o unico sacerdote brazileiro que pizou na afamada ilha do Cabrita no citado dia 6 de Abril.

Seus soffrimentos porém aggravaram-se, como era de esperar, e então, gravemente enfermo, foi elle obrigado a vir ao Brazil em Agosto de 1867. Aqui respirando os ares beneficos da patria, apenas achou-se restabelecido, foi nomeado, por portaria do ministerio da guerra de 8 de Outubro d'este anno, capellão do Azilo de Invalidos, onde organizou por si o ensino religiozo e literario aos azilados.

Tinha confiado de mais em sua saude, e affectado de novos soffrimentos, febres palludozas, teve de deixar o Azilo de Invalidos, e passou a servir na guarnição do Rio de Janeiro com exercicio successivamente, de 1869 a 1875, no corpo provizorio de 1ª linha; na Escola militar da praia Formoza, por cujos serviços foi elogiado; nos batalhões 1.°, 5.° e 7.° de infantaria.

Até aqui, Senhores, tenho referido os serviços prestados pelo nosso consocio como capellão militar; passarei aos de outra ordem.

Quando por occazião da epidemia da febre amarella, que grassou n'esta capital em 1873, foi organizado no convento de Santo Antonio um hospital para os affectados d'esta epidemia, Costa Honorato servio espontanea e gratuitamente n'este hospital. Fazia elle parte da repartição eccleziastica do exercito.

Ainda n'essa repartição e já vantajozamente conhecido como sacerdote distintissimo por sua inexcedivel caridade e por outras excellentes virtudes, assim como por sua illustração comprovada, não só na tribuna sagrada, com em muitas obras que havia dado á estampa, desde estudante do primeiro anno do curso juridico, pelo diocezano do Rio de Janeiro foi elle nomeado em 20 de Fevereiro de 1874 vigario encommendado da freguezia de Nossa Senhora da Candelaria; d'esta parochia foi transferido em 14 de Outubro de 1876 para a de Nossa Senhora da Gloria, onde conservou-se até seu falecimento.

N'aquella freguezia offereceo em 1875 sua congrua ao

governo imperial para auxilio da instrucção publica, em cuja inspectoria geral exerceo o cargo de examinador de preparatorios de 1877 a 1878, renunciando a remuneração a que tinha direito.

N'esta, apenas começou a parochial-a, dotou-a de diversos paramentos para o serviço diario do culto, que ahi faltavam, na importancia de 1:426$000, sem para isso exigir ou aceitar subvenção alguma; fez a acquizição de trez livros e mandou sellal-os para registro de baptizados e cazamentos, gastando de seu bolso 150$000, e offereceo-se ao governo para lecionar nas escolas publicas de sua jurisdicção espiritual a doutrina christan sem honorario algum.

Nunca como paroco deixou de prestar os socorros que lhe cumpria prestar, nem deixou jámais de ouvir seus parochianos, qualquer que fosse a hora em que o procurassem. E a todos ouvia, qualquer que fosse sua pozição social, sem distinção, com a mesma bondade, com o mesmo agrado, com o mesmo amor.

Em 1877, quando terrivel sêca flagellava o norte do Brazil, remetteo ao ministerio do imperio a quantia de 100$000 para os socorros ás infelizes victimas d'essa calamidade e promoveo entre seus parochianos uma subscripção, cujo producto subio á somma de 3:000$000, e foi enviado em diversas parcellas ao Exm. bispo do Ceará e ao Rvdm. governador do bispado de Olinda.

Ao governo, então imperial, offereceo elle em 1872 uma memoria com o titulo *Breves considerações sobre a repartição eccleziastica do exercito*, trabalho que mandou distribuir por todas as repartições militares, e que em 1874 servio de baze á reforma d'aquella repartição ou a creação do corpo eccleziastico. Em 1875 fez-lhe offerta de 500 exemplares de sua *Grammatica ingleza*, de que remetteo mais 500 exemplares aos prezidentes de provincia e 800 ás aulas publicas e particulares d'esta capital para serem distribuidos aos respectivos alumnos gratuitamente. Em 1876 offertou-lhe 200 exemplares do *Tratado de hygiene das escolas* para serem tambem distribuidos gratuitamente.

Eis-me porém chegado aos serviços por nosso consocio prestados ás letras e dados á publicidade. São elles os que passo a mencionar pela ordem de sua publicação :

A Corôa Seraphica. Pernambuco, 1856, in-8°. Foi a estréa de Costa Honorato, quando estudava humanidades.

Folhinhas catholicas, chronologicas e historicas para os annos de 1859 a 1865. Pernambuco. 7 volumes.

Synopse de eloquencia e poetica nacional. Pernambuco, 1859. Este livro teve segunda edição em Pernambuco, 1861; terceira edição com o titulo de *Synopses de eloquendia e poetica nacional*, acompanhado de algumas noções de critica literaria, extrahidas de varios autores e adoptadas ao ensino da mocidade, Rio de Janeiro, 1870 com 248 pags., e quarta edição ou *Compendio de rhetorica e poetica nacional*, consideravelmente augmentado e adaptado ao programma do imperial collegio de Pedro II, Rio de Janeiro, 1879, in-4°. Este livro foi adoptado para uzo do dito collegio por avizo do ministerio do imperio de 26 de Setembro de 1879.

Maria Santissima, a Heroina por excellencia ou Novo mez Marianno. Pernambuco, 1861. Teve mais trez edições no Rio de Janeiro, sendo uma em 1871, outra de 1879,e a ultima, consideravelmente augmentada, de 1890 com 486 pags., in-8°. E' um livro, que foi approvado e indulgenciado por todo episcopado do Brazil.

Diccionario topographico, estatistico e historico da provincia de Pernambuco. Recife, 1863, de 194 pags., in-4°.

O Clero brazileiro: considerações historicas. Recife, 1863.

Memoria historica de N. S. do Bom Conselho. Recife, 1864.

Defeza dos religiozos capuchinhos. Recife, 1865.

Allocução na tribuna sagrada da igreja de N. S. da Conceição dos militares, do Recife, no dia 22 de Junho de 1865 no acto da benção e entrega da bandeira do 2.° corpo de voluntarios da patria, de Pernambuco. 1865.

Os Capellães do exercito. Rio de Janeiro, 1867.

O Sr. Bispo de Pernambuco e o general Abreo Lima. Questão de sepulturas eccleziasticas. Rio de Janeiro, 1869.

Discripção topographica da ilha do Bom Jezus e do Asylo dos Invalidos da Patria. Rio de Janeiro, 1869, de 136 pags. in-4°, com o desenho do asylo e, em appendice a allocução já mencionada, recitada a 22 de Junho de 1865 e outra por occasião em que o autor benzeu a bandeira do 1° batalhão de guardas nacionaes, a 28 de Setembro do dito anno, e em seguida:

Esboço historico e topographico da cidade de Corrientes, provincia argentina, acompanhado da planta da dita cidade. Rio de Janeiro, 1869, de 45 pags. in-4.°

A Camara Municipal do Recife e a questão de toques de sino. Rio de Janeiro, 1871.

Ligeiras considerações sobre a repartição eccleziastica do exercito. Rio de Janeiro, 1872, in-4.°

Defeza do Sr. Bispo do Rio de Janeiro na questão de suspensão de um padre de sua dioceze. Rio de Janeiro, 1872.

O Sr. Bispo do Rio Grande do Sul e a assembléa da mesma provincia. Rio de Janeiro, 1873, in-4.° Refere-se ao pedido, que fez o bispo e que foi negado pela assembléa, de um auxilio para a manutenção do culto.

O Partido catholico. Rio de Janeiro, 1875.

Synopse da grammatica ingleza, extrahida de diversos autores. Rio de Janeiro, 1875, in-8.°

Memoria historica da matriz da Candelaria d'esta côrte. Rio de Janeiro, 1876, in-4.° Esta memoria foi lida no Instituto em 1875 e publicada na *Revista*, tomo 39°, parte 1ª, pags. 5 a 96.

Tratado de hygiene das escolas. Rio de Janeiro. Não posso por agora affirmar, que esta obra seja da penna de Costa Honorato, bem que ao governo imperial offerecesse elle duzentos exemplares para distribuição gratuita.

Discurso pronunciado na augusta prezença de S. M. o Imperador na solemnidade da distribuição dos premios e colllação do gráo de bachareis em letras no collegio de Pedro II, a 21 de Janeiro de 1879. Rio de Janeiro, 1879, in-4.°

Theze para o concurso ao lugar de substituto da cadeira de rhetorica, poetica e literatura nacional, etc. Rio de Janeiro, 1879, 97 pags. in-4.° Occupa-se d'estes pontos: Poema epico, Colombo, Os Tymbiras, Poesia lirica, Bernardo Guimarães e Fagundes Varella.

O decreto de 7 de Janeiro. Rio de Janeiro, 1890. Refere-se á separação da Igreja do Estado.

A Religião no exercito. Rio de Janeiro, 1890. Refere-se á necessidade e utilidade do culto religiozo no exercito.

—·—

Sinto, Senhores, não poder dar noticia de trabalhos ineditos, que porventura existam, de nosso pranteado consocio. De seus numerosissimos discursos oratorios sei, que elle pensava em dal-os á publicidade. D'essa collecção se destacam, como mais importantes, os seguintes:

Sermão do Senhor dos Passos, prégado na Ordem 3.ª do Terço a 19 de Abril de 1868.

Sermão de S. Joaquim, no convento da Ajuda a 22 de Agosto de 1869.

Sermão da Conceição de Maria, na Candelaria a 8 de Dezembro de 1869.

Sermão de S. Sebastião, na matriz de Bemposta a 20 de Janeiro de 1872.

Sermão de Lagrimas, na matriz de Bananal (São Paulo), em 1873.

Sermão de S. Francisco de Paula, em sua Ordem 3ª a 2 de Abril de 1873.

Sermão do Encontro, na matriz de Vassouras em 1874.

Sermão da Paixão, na capella imperial a 26 de Março de 1875.

Sermão de S. Manoel, na Candelaria a 21 de Junho de 1875.

Sermão de S. Benedito, na cidade de Bananal em Abril de 1876.

Sermão de S. Miguel, na Candelaria a 8 de Outubro de 1876.

Sermões (trez) *de N. S. da Gloria*, na capella do Outeiro, a 15 de Agosto de 1878, 1879 e 1880.

Sermões (trez) *do SS. Sacramento*, na matriz da Gloria em 1878, 1879 e 1880.

São igualmente notaveis mais de quarenta sermões quarèsmaes, n'esta matriz, bem como seus discursos pronunciados na matriz de Nicterohy a 18 de Setembro de 1872, a 11 de Dezembro do dito anno e a 25 de de 1874, por occazião de eleições para senadores, deputados geraes e deputados provinciaes.

Nem ha negal-o. A vida de nosso consocio foi uma dedicação nunca interrompida á religião, á patria, á humanidade e ás letras. Só nos ultimos annos de sua preciozissima existencia a molestia pertinaz, que levou-o ao tumulo a 7 do corrente mez, obrigou-o a restringir-se aos paternaes encargos parochiaes.

Morreo pobre de bens mundanos, porque sua caridade foi sempre inexcedivel, mas rico de honras devidas ao seu elevado merito. Era bacharel em sciencias juridicas pela faculdade do Recife, presbitero secular, conego honorario da santa igreja cathedral, vigario da freguezia de N. S. da Gloria d'esta capital, protonotario apostolico *ad instar participantium*, monsenhor e prelado domestico de Sua Santidade, capellão capitão honorario do exercito, commendador da ordem do Santo Sepulcro e da Ordem de Christo de Portugal, condecorado com a medalha da campanha do Paraguay, socio do Instituto Historico e Geographico Brazileiro e dos institutos historicos de Pernambuco, de Alagoas, de Goiana e de Pariz.

Basta, Senhores. A hora está adiantada. Nosso benemerito consocio deixou-nos para ir receber o premio de suas virtudes na bemaventurança eterna... dorme o somno dos filhos de Maria.

Silencio! não lhe perturbemos esse somno...

Rio de Janeiro 14 de Agosto de 1891.

APONTAMENTOS BIOGRAPHICOS

Coronel Antonio Florencio Pereira do Lago

I

Filho legitimo de Gonçalo Garcia dos Reis, nasceu Antonio Florencio Pereira do Lago no dia 10 de Maio de 1825. Dá a sua fé de officio o anno de 1827, sem indicar o mez; mas a outra data é a authentica, por testemunho proprio muitas vezes confirmado.

Foi-lhe berço a então Provincia do Rio Grande do Norte, em lugarejo ou sitio proximo — salvo engano, — á cidade de Mossoró.

Após grandes difficuldades de vida na sua meninice e adolescencia, chegado á idade de 18 annos, tomou por si a resolução de jurar bandeiras no exercito e assentar praça de soldado, o que realizou a 21 de Agosto de 1843 e, incluido no deposito de recrutas, foi logo promovido a cabo de esquadra, sem duvida por saber ler e escrever, mais ou menos correctamente.

Transferido para o Rio de Janeiro e classificado no 1° batalhão de fuzileiros, mereceu successivos accessos, na classe dos officiaes inferiores, aos postos de furriel a 22 de Junho de 1846 e, menos de dous mezes depois, a 8 de Agosto, de segundo sargento pelo comportamento

exemplar, pelos habitos de cuidadosa disciplina e optimo desempenho de todas as suas obrigações.

Sempre igual e digno, mas sem arrogancia, retrahido, fugindo por instincto das más rodas, com tendencias á melancolia despida de agruras e displicencia, amigo do silencio, trazendo os seus papeis e mappas diarios em muita ordem, correcto e justiceiro na sua esphera de mando, não tardou a grangear a estima e o respeito dos soldados e a confiança dos superiores, em cujo contacto mais immediatamente se achava.

Conta-se, que nesse tempo de penosa iniciação militar, comsigo mesmo estudava rudimentos de francez e arithmetica, quando fazia o serviço de ordenança, levando constantemente na patrona um livro, em que concentrava todos os esforços, mal tinha qualquer momento de lazer e folga.

Que admiravel exemplo e que proveitosa força de vontade !

Habilitando-se assim, a pouco e pouco, nos preparatorios (e quanta energia para isso não se fazia precisa !) após quasi seis annos de trabalho á formiga, assiduo, sem descanso e cada vez mais duro e complicado, conseguio afinal o seu ardente objectivo, tendo, por Aviso do Ministerio da Guerra de 8 de Janeiro de 1849, licença para estudar na Escola Militar o curso da arma a que pertencia e matriculando-se no primeiro anno, a 13 de Março.

Estava vencida a parte mais ardua e dolorosamente severa da sua existencia, a tentar afanosamente libertar-se das sombras da ignorancia e sahir do circulo de inferioridade social, em que tanto se debatêra e contra o qual desde principio se rebellára o seu espirito nobremente ambicioso.

Não lhe foram, comtudo, immediatamente proveitosos esse grande favor e primeiro sorriso da sorte. Dispensado do serviço militar afim de cursar as aulas, mas não podendo manter-se sobre si com os mais que escassos recursos pecuniarios de que dispunha, teve que engajar-se por mais seis annos, muito embora a posição de simples soldado raso lhe trouxesse como alumno não poucos attritos desagradaveis e até pungentes com os companheiros de estudos, no

geral cadetes e praças de posse de privilegios e regalias, que não lhe era dado gozar.

Voltou, pois, á vida dos quarteis e, transferido para o 13° de infantaria, embarcou com destino ao Rio Grande do Sul, de onde seguio a tomar parte na rapida e gloriosa campanha do Uruguay terminada a 4 de Junho de 1852, uma vez derrubado do poder na batalha de Monte Caseros, a 3 de Fevereiro desse anno, o dictador D. Juan Manoel de Rosas.

Apezar dos habitos de absoluta e susceptivel reserva que sempre mantinha acerca dos primeiros e difficillimos periodos da sua carreira, de vez em quando se referia ainda com angustia aos muitos soffrimentos supportados naquella campanha, obrigado como fôra a marchar dia e noute, de pés no chão, por sóes ardentes com pesada arma ao hombro e enorme moxila ás costas. Entrou no combate ou antes na escaramuça de Canelones e mereceu elogios pela firmeza com que levou a sua companhia ao fogo.

Em 1853, vemol-o de novo na Escola Militar, pedindo fossem averbadas as notas de habilitação em arithmetica, geographia, grammatica e francez e apresentando, afinal, a 24 de Dezembro, attestado de haver sido approvado plenamente no 1° anno do curso.

Matriculado no 2°, seguio, em Janeiro de 1855, para a capital do Imperio e, tendo alli prestado com exito os respectivos exames, foi, por decreto de 14 de Abril, promovido ao posto de alferes de infantaria.

Pequena e bem modesta era sem duvida a posição alcançada aos 30 annos de idade, quando muitos outros mais felizes vão palmilhando brilhante estrada no mundo ou até já attingiram as culminações sociaes, corôados dos louros de facil triumpho; mas, assim mesmo, quanto caminho vencido, quanto obstaculo superado por aquelle pobre filho de pequena e longinqua provincia, desprotegido de todos e que só podia e devia contar comsigo mesmo!

Em contraposição, porém áquelles afortunados do destino, quantos, nas condições de Pereira do Lago não teriam e não terão desamimado de vez nos primeiros degráos da desanimadora escada a galgar, afundando-se

irremediavelmente nas trevas, de que haviam querido um dia emergir?

E a sua promoção a deveu elle ao inclyto Duque de Caxias então ministro da guerra, a cujos olhares, attenção e sagacidade de illustre chefe e perspicaz capitão não escaparam a pertinacia e o nobilitante e esforçado empenho da simples praça de pret.

«Tenho toda a certeza, disse o glorioso militar ao novo alferes no dia da apresentação, que essas suas divisas serão sempre honradas! O seu passado, de que me informei com o maior interesse e que conheço todo, por isto me responde.»

No anno seguinte teve ainda mais pronunciada recompensa da já menos obscura mas sempre valente luta, vendo-se transferido, a 28 de Maio de 1856, para o corpo do Estado Maior de 1ª classe, livre afinal e para todo o futuro das canseiras e do onus das armas arregimentadas.

Enorme fôra o passo para o recruta de 1843!...

Rematriculando-se, em 1857, na Escola Militar do Rio de Janeiro, sita já então na Praia Vermelha, alli concluio o curso da sua especialidade, sendo promovido, a 14 de Março de 1858, tenente com antiguidade de 2 de Dezembro do anno anterior, e ainda mais, dispensado do serviço para poder continuar em seus estudos e seguir as aulas de engenharia militar.

Approvado a 14 de Dezembro de 1858 plenamente no 4° anno e em geologia, pedio e com facilidade obteve licença para completar, na Escola Central, a sua educação de engenheiro civil e, a 10 de Dezembro de 1859, recebeu o gráo de bacharel em mathematicas e sciencias physicas.

Uma vez formado e de posse de tão honroso diploma, casou, a 12 de Maio de 1860, com D. Mathilde Medina Coelho de Almeida, anno tambem em que foi nomeado engenheiro das obras publicas na provincia do Rio de Janeiro.

Nesse cargo se manteve até começos de 1865 e nelle prestou os melhores serviços, deixando bem assignaladas a sua actividade e competencia no traçado e execução de importantes vias de communicação, nos planos e

construcção de proprios provinciaes e, sobretudo, nos trabalhos de canalisação das aguas do rio Vicencia para abastecer de agua a cidade de Nictheroy.

Em muitos pontos do Rio de Janeiro ainda hoje se conserva bem viva a lembrança da laboriosidade e proficiencia technica do engenheiro Lago, a par da escrupulosissima honestidade, franqueza de genio e lealdade de caracter, que por toda a parte lhe angariavam sympathias e amizades.

II

Declarada a guerra do Paraguay, não podia o brioso militar conservar-se retrahido e em commissão civil, quando tudo o impellia a ir servir a patria nos pontos de mais perigo e assim pagar-lhe com usura todos os beneficios que della havia recebido em protecção, auxilios e principalmente instrucção, desde a primaria até á superior.

Quebrando, pois, sem vacillação a doçura da vida de familia, já com dous filhinhos a lhe alegrarem o lar domestico, foi ao encontro de qualquer chamado e, apresentando-se ao Quartel General, teve, a 9 de Março de 1865, ordem de se pôr á disposição do presidente commandante das armas da provincia de Matto Grosso, então nomeado, coronel Manoel Pedro Drago, afim de seguir para aquella parte do Brazil invadida e occupada em sua zona meridional pelos inimigos. Ia no caracter de ajudante da commissão de engenheiros, dirigida e cuidadosamente organisada pelo seu antigo chefe no Rio de Janeiro e amigo, então tenente-coronel José de Miranda da Silva Reis.

Anteriormente fôra já, por decreto de 28 de Novembro de 1863, promovido a capitão, dous annos depois de concluido, com approvações plenas, o curso de engenharia civil em 1861.

A 1 de Abril de 1865, partio Pereira do Lago para a expedição de Matto Grosso, que tantas inclemencias

teve que supportar, mal se afastou do littoral, internando-se no sertão. Após penosas e dilatadas marchas em que muito padeceu a columna, já pela carencia de viveres apurada até á fome, já por varias e mortiferas epidemias, vio todos os seus soffrimentos corôados pela terrivel *Retirada da Laguna*, hoje bem conhecida na historia e citada com honra e como prova frisante do quanto podem, nas mais tremendas conjuncturas, a constancia, a coragem e o pundonor militar.

Durante interminavel viagem pelo interior do Brazil baldo de recursos (dous annos para se chegar á zona de operações !) na economia interna das forças expedicionarias, no serviço diario dos acampamentos, nas explorações e sobretudo passagens de rios vadeaveis ou não, nos reconhecimentos e combates e, acima de tudo, nos mais horrorosos trechos da retirada, foi o capitão Pereira do Lago inexcedivel em resolução, sangue frio e serenidade, exemplo continuo, sem o menor desfallecimento, a quantos quizessem dar cumprimento inteiro a deveres tornados então sacrificio quasi sobrehumano.

Assistente do ajudante general, cargo de importancia capital naquellas circumstancias, prompto, alèm disso, para todos os serviços e para as mais arriscadas commissões, superior ás maiores intemperies, a representarem legitima subversão da natureza mattogrossense, já de si aspera e selvatica, sempre na frente de todos, nos postos mais perigosos, não houve elogios que dos chefes e camaradas não alcançasse e não merecesse.

Por vezes foi a verdadeira alma, o braço forte da infeliz columna em seu movimento retrogrado da linha do Apa a Nioac, principalmente quando, em fins de Junho de 1867, depois dos medonhos estragos do cholera-morbus, o accumulo e a aggravação das miserias e desastres a quasi todos haviam alquebrado o animo e a vontade de luctar e resistir.

Simples capitão patenteou, nesses crudelissimos e inesqueciveis dias, qualidades e temperamento de legitimo e prestigioso general, dependendo, em não poucas occasiões, a salvação geral da sua pertinacia e inquebrantavel calma.

«Se é preciso morrer, costumava bradar aos timidos e desconsolados, pois bem morramos todos! Neste mundo ninguem fica para semente; disto podem ter certeza.»

Verdade é, que a responsabilidade da marcha até á fronteira paraguaya e da invasão do territorio inimigo sobre elle cahia quasi inteira, pois fôra o seu voto preponderante no conselho de guerra em que se decidira a temeraria aventura, bem temeraria, de facto; pois de 1.600 homens de guerra que transpuzeram o Apa, só voltaram, trinta e cinco dias depois, 720!...

Dessas angustiosissimas semanas, em que a columna brazileira se arrastava por invios e immensos campos, tangida pelo desespero, cercada de incendios diariamente renovados por ferozes perseguidores, buscando só e só salvar as suas bandeiras e os seus canhões — isto é, a sua honra — entregue a todas as contingencias imaginaveis da morte pela fome, pela peste, e pelas balas, daquelle periodo tão extraordinario diz concisamente a Fé de Officio de Pereira do Lago o seguinte: « Na parte que o commandante do 17 de Voluntarios da Patria deu ao commando das forças a 6 de Maio, foi declarado que, tendo pedido para acompanhar aquelle batalhão, muito o coadjuvou, dando provas da maior coragem e marchando sempre na frente. Tomou parte na retirada das forças para o forte paraguayo de Bella Vista a 8 e d'ahi para Nioac, onde chegou a 11 de Junho. Assistio aos combates de 6, 8, 9, sahindo as forças do acampamento da Invernada e ao geral de 11, tudo do mez de Maio, á margem direita do rio Apa, e bem assim aos tiroteios continuos de 14, 16, 18, 19, 23, 25 e 26 do dito mez de Maio. Em virtude da nova organisação dada, em Ordem do dia do commando a 1 de Junho, á commissão de engenheiros, reduzindo-a a tres membros e estes pertencentes á arma especial, deixou por isso o exercicio da mesma commissão. Na Ordem do dia do commando em chefe, n. 3, de 8 do mesmo mez, relatando as occurrencias nas marchas, contramarchas e combates foi seu nome contemplado varias vezes por ter-se portado sempre com bizarria e sangue frio, dignos de muito particular menção.»

Com mais especificação e naturalmente menos seccura official, diz a historia da *Retirada da Laguna* em suas paginas 86 e 87, resumindo em breves traços o caracter do notavel militar e mostrando a participação que tivera nas imprudencias da columna expedicionaria e no resgate de todos os heroicos arrojamentos:

« A' testa dos mais enthusiastas se via o capitão Pereira do Lago, official tão atilado, quanto positivo e pertinaz, com uma coragem que facilmente se exalta e nunca desce do nivel a que uma vez sobe. Cabe-lhe certamente o maior quinhão nas nossas temeridades; mas tambem, mais tarde, soube sempre nas jornadas mais difficeis da nossa retirada fazer frente a todas as necessidades do momento com a sua actividade, com a sua poderosa iniciativa e com a perspicacia do seu lance de vista, grandes dotes, ainda de mais a mais realçados pela sua lhaneza, amenidade e simplicidade de caracter. »

E, alludindo a factos anteriores, accrescenta aquella narrativa:

« Ha muito conheciamos quanto delle se podia esperar. Mais de um anno antes, quando o desventurado general Galvão se vio em risco de morrer á fome com toda a sua gente no Coxim, coube á commissão de engenheiros ir reconhecer a possibilidade de passagem para o Sul, e os perigos dessa exploração, a caminhar-se para a frente sem guia atravez das planicies inundadas que nos cercavam, eram taes e tão evidentes, que os engenheiros, com autorisação do seu chefe, confiaram á sorte o apontar entre elles os dous officiaes que assim deviam arriscar-se. O primeiro nome que sahio da urna foi o de Taunay: a unica probabilidade de salvação para elle em semelhante incumbencia era ter por companheiro um homem como o Lago, e felizmente o segundo bilhete continha essa indicação.

« A satisfação foi geral; homenagem prestada ao merito em uma dessas occasiões em que só a verdade se manifesta. » (*)

Acampadas afinal as forças expedicionarias no porto

(*) *Retirada da Laguna*. Traducção de Salvador de Mendonça.

do Canuto, junto ao rio Aquidauána, objectivo de todos os seus esforços durante a retirada da Laguna pelo apoio que lhe davam os contrafortes da serra de Amambahy, tambem chamada Maracajú, e terminadas assim as operações de guerra, gloriosas de certo, mas totalmente infructiferas, teve a columna ordem de seguir, depois de conveniente descanso e reparação, para a capital Cuyabá.

Com muita ordem e rapidez fez-se essa longa marcha de concentração, desenvolvendo nella o capitão Lago, segundo reza a Ordem do dia de 19 de Outubro de 1867, « constantes e nunca assás louvados zelo e intelligencia e concorrendo para que tudo caminhasse sempre com a maxima regularidade e disciplina. »

Concluidas todas essas afanosas obrigações, pedio então para se reunir ao seu corpo do Estado-Maior de 1ª classe e partir para o Rio de Janeiro e na Ordem do dia de 21 de Novembro, ao deixar as funcções de assistente do ajudante general, em que tanto se distinguira e tão alto se levantára no conceito de todos, colheu ainda os mais estrondosos elogios.

Fez-se de viagem e, no dia 20 de Fevereiro de 1868, apresentou-se na Côrte ao seu corpo.

Já então, pelos extraordinarios feitos de Matto-Grosso lhe brilhava no largo e leal peito o officialato da Ordem da Rosa, além do habito de Aviz conquistado por 20 annos de irreprehensiveis serviços e companheiro da medalha da campanha do Uruguay, que ganhára como simples praça de pret.

III

Não se refez por longo tempo de tantas fadigas, nomeado como foi, a 4 de Março, para ficar á disposição do director do Arsenal de Guerra da Côrte e encarregado, a 16 de Abril, das funcções de 2° ajudante, as mais trabalhosas sem duvida, maxime naquella época, em que a guerra do Paraguay tocava ao seu ponto culminante e exigia dos

estabelecimentos militares todo o esforço, toda a dedicação.

As officinas nem se quer paravam o trabalho alta noite! Apezar de tão extraordinarias circumstancias e da vigilancia instante e severa dos chefes, quanto era respeitado dos seus operarios e entre elles popular o capitão Lago! Tambem o seu nome, apezar da interposição dos muitos annos, é ainda hoje lembrado com saudade e reconhecimento.

Condecorado por esses novos serviços com o habito de Christo a 2 de Dezembro de 1870, foi, por convite do respectivo ministro, posto a 5 de Setembro de 1871, á disposição da secretaria da agricultura para ir estudar a zona encachoeirada dos rios Araguaya e Tocantins, além de levar instrucções de caracter militar no exame e inspecção das colonias e presidios dependentes do ministerio da guerra e sitos nos rios Pará e Amazonas e seus affluentes.

As canseiras da vida do sertão, as viagens cortadas de perigos e grandes fadigas, outra vez attrahiam o capitão Pereira do Lago para o interior do Brazil, e de certo muito teve que vencer e superar naquella operosa commissão em que gastou nada menos de quatro annos, 1872, 1873, 1874 e quasi 1875, todo inteiro.

Dos valiosissimos e penosos trabalhos que executou em tão agreste e mal conhecida região, deixou importantes provas e documentos, não tanto no Relatorio apresentado em Agosto de 1875 e infelizmente demasiado resumido, como nos escrupulosissimos e grandes mappas, secções, córtes e plantas daquelles dous rios, na parte das cachoeiras e corredeiras, que nelles impedem a franca e proveitosa navegação.

No terreno ainda ficaram melhores attestados da sua actividade, pois abrio entre a povoação de S. Vicente no Araguaya e a de Alcobaça no Tocantins uma estrada de 391 kilometros e outras vias de communicação que logo e até agora aproveitadas pelo commercio ligam para sempre o honrado nome de Pereira do Lago ao desenvolvimento e progresso dos bellos e ubertosos valles do Araguaya e Tocantins.

Não se olvide o futuro da divida de gratidão que está e, sem duvida, por muito tempo estará em aberto!

Promovido a major por antiguidade a 26 de Junho de 1875, quando já fizera 50 annos, nem por isto se mostrava elle desânimado e descontente. Seu genio se desanuviára, tornára-se até jovial, costumando dizer, apezar da consciencia que tinha do seu valor moral, dos seus serviços e do muito que fizera: « Nunca pensei poder chegar ao que sou », philosophica acommodação de espirito de muito alcance e elevado consolo.

Depois de pertencer á repartição do Archivo Militar por anno e meio, teve do ministerio da agricultura nova commissão, sendo, em Maio de 1876, nomeado director do serviço de immigração e colonisação na provincia de Santa Catharina, funcções que accumulou com as de encarregado das obras militares.

Possuindo-se de enthusiasmo pela magna questão entregue aos seus cuidados n'uma das mais interessantes e apropriadas zonas do Brazil, a immigração européa e o estabelecimento da pequena propriedade em Santa Catharina, tudo quiz vêr por si, em continuas viagens, sempre embarcado ou a cavallo, a fiscalisar de perto o desembarque, primeiras acommodações e localisação dos recem-chegados e a divisão prompta das terras e equitativa distribuição de lotes. Em todos esses assumptos era, antes de tudo, pratico, preferindo deixar immigrantes bem collocados, contentes da situação presente e esperançados em proximo futuro, do que enviar pomposos officios e passar telegrammas de effeito, desenhar bonitos mappas, que consomem sem proveito mezes inteiros e preparar trabalhos de gabinete, cuja realidade, com os processos officiaes vigentes por tantos annos, tornava-se de todo ponto illusorio.

Para regularisar o serviço de recebimento, que ora se fazia com extraordinario atropello, ora cessava absolutamente, conforme as remessas sem methodo, nem prudencia do Rio de Janeiro, tomou providencias adequadas, mas até certo ponto falhas, emquanto não fosse approvada e não tivesse applicação a série de medidas todas simples e intuitivas, que propoz e, infelizmente não mereceram

a menor attenção por parte de quem as devêra ter logo adoptado.

Estudado com o habitual afinco e consciencia o difficil problema e compenetrando-se da sua missão toda de humanidade e cordura, era de vêr-se o carinho que o major Pereira do Lago desenvolvia para com os infelizes immigrantes, a sua immensa compaixão pelo infortunio daquella pobre gente, reduzida pelo desespero da vida na terra natal a sahir della, a deixal-a para sempre, atirando-se com a familia inteira, velhos, mulheres e crianças. aos mil padecimentos de cruel azar, sem noção possivel do destino com que teriam que arcar e das desgraças a que se iam submetter!

Reclamava, protestava contra o desbarato dos dinheiros publicos, muito mais pela desordem e desorganisação dos serviços, do que por outra qualquer causa. dinheiros que, melhor applicados, poderiam suavisar e estar attenuando um sem numero de miserias e angustias e ao mesmo tempo frutificando para o Estado de modo pasmoso e admiravel; mas não era attendido,e o systema da repartição central dirigente, vicioso, rotineiro, esbanjador e commodista aos habitos de desidia e inercia, continuava a florescer e a se impôr sem nenhuma modificação, nem alteração sensivel.

Durante dous annos arcou o incansavel serventuario com insuperaveis difficuldades e sempre renascentes tropeços. Afinal, desalentado e verificando que as raizes do mal não podiam, de tão fundas e arraigadas, ser estirpadas, pedio a 31 de Maio de 1878 dispensa daquella desanimadora commissão e recolheu-se ao Rio de Janeiro. « Ninguem neste mundo mais teimoso do que eu, disse elle como resumo de todo aquelle periodo; mas, confesso, não pude vencer tantos erros e vicios accumulados e inabalaveis, como se constituissem um codigo de leis perfeitas e sem retoque possivel. »

IV

Addido ao Archivo Militar, mal desfrutára um anno de mais socego, vio-se, por ordem do ministerio da guerra, a 24 de Maio de 1879, compellido a voltar á vida dos sertões e aturar-lhe as agras peripecias, encarregado de ir fundar a colonia do Alto Uruguay, nas Missões brazileiras, empenho particular, longos annos bafejado, do Marquez do Herval, o lendario Osorio, então na pasta da guerra.

Sem allegar o cansaço que já sentia em si, partio a 27 de Junho daquelle anno; nem lhe era possivel objectar cousa alguma, pois levava, como signal da plenissima confiança do governo instrucções que davam margem para em tudo agir como melhor lhe parecesse e decidir conforme entendesse util e conveniente.

Passaram-se os annos de 1880 e 1881 nessa commissão que teve o mais cabal desempenho depois de zeloso e particular estudo de larga região, para escolha definitiva do local que reunisse, pelas suas condições topographicas, proximidade do grande rio, feracidade das terras, e mais circumstancias favoraveis, todos os elementos de natural prosperidade e rapido incremento, uma vez fecundados e estimulados pela presença do homem.

E, com effeito, esse centro colonial, em bôa hora creado, mostrou logo grande progresso, que se vai mantendo cada vez mais accentuado.

Tantas canceiras, porém, haviam, por força de ter repercussão no organismo valentissimo é certo, do major Pereira do Lago, mas já pesado não tanto pelos annos, como pelo abuso de forças a que se vira sempre sujeito e por esse desenrolar incessante de trabalhos gravosos e em plena natureza bruta.

Na colonia do Alto Uruguay cahio perigosamente doente, aggravando-se a bronchite asthmatica, de que

soffria desde a campanha do Uruguay, com violenta inflammação do figado. Esteve muitos e muitos dias entre a vida e a morte, e assim mesmo em tão precaria situação, do seu leito de quasi agonia dava ordens e dirigia os serviços da nascente povoação. « Momentos houve, dizia depois, em que me suppuz chegado aos ultimos momentos; mas a ninguem dei signal da crença firme em que estava. A todos respondia que me sentia muito melhor, quasi bom ! »

Se a molestia foi grave, tornou-se a convalescença melindrosissima, durando mais de tres mezes. E para ajudal-a, era obrigado a mandar vir de S. Gabriel,e ainda além,garrafas de agua de Vichy, que lhe custavam 10$000, cada uma !

Dando, afinal, por finda a sua incumbencia, a 4 de Outubro de 1882, apresentou-se de volta do Rio Grande do Sul, ao quartel-general, indo novamente servir no Archivo Militar.

Teve, porém, que regressar áquella provincia, nomeado, a 24 de Dezembro de 1883, para inspeccionar a invernada de Saycan e outras, propondo as reformas de que careciam e offerecendo á consideração do governo o plano de um estabelecimento modelo.

Quasi um anno depois, a 10 de Dezembro de 1884, entregou circumstanciado relatorio das inspecções a que procedera, apontando todas as providencias que deviam ser tomadas a bem da regular organisação de uma coudelaria de Estado e indicando com a maior franqueza e decisão todas as causas, culposas ou não, que concorriam para que o estabelecimento do Saycan fosse fonte de méro e escandaloso desperdicio dos dinheiros do Thesouro e do descredito da administração publica.

Mezes depois de ultimada aquella commissão, outra lhe coube bem mais séria e difficil, encarregado como foi, a 31 de Outubro de 1885, do commando geral do Corpo Militar de Policia da Côrte, cargo em cujo exercicio entrou a 5 de Novembro, data da sua promoção a tenente-coronel por merecimento.

As circumstancias delicadas da politica, quando a questão abolicionista havia attingido o ponto critico,

com toda a sua exaltação e as irregularidades inherentes á mais ardente propaganda, a identificação absoluta, por effeito de intangivel lealdade e espirito de intransigente disciplina, com o chefe de policia de então, accentuadamente reaccionario, o choque de longos habitos militares com innumeras condescendencias da época e ao sabôr dos que buscavam tirar daquella vasta e perigosa agitação todos os proventos possiveis e outras contingencias da occasião fizeram com que o tenente-coronel Pereira do Lago não podesse, como das mais vezes, desempenhar-se das suas funcções rodeado do applauso e das sympathias a que estava, desde tanto tempo e com tanta justiça, acostumado.

Habil e acremente hostilisado por uma parte da imprensa do Rio de Janeiro, cujos intuitos iam além da abolição, não teve a exigida malleabilidade e continuou a cumprir á risca as ordens recebidas e a fazer frente a todos os temporaes, crescendo as difficuldades com que tinha de arcar nos fins de 1886 e começos de 1887.

O triste incidente Leite Lobo, tão explorado pelo jornalismo interessado em avivar odios e que trouxe os mais graves conflictos entre a marinhagem dos navios de guerra e a gente da policia, provocou, em breve, a quéda do ministerio Cotegipe e sua substituição, a 11 de Março de 1888, pelo gabinete João Alfredo.

Embora do mesmo credo politico, sempre seguido desde os primeiros tempos da Academia, julgou o tenente-coronel Lago de restricto dever retirar-se logo e logo da commissão que exercia, o que fez a 19 daquelle mez de Março, apresentando-se ao quartel-general, onde ficou addido.

Era tempo de descançar, já pela idade, já pelo muito que trabalhára, já pelos achaques mais e mais accentuados; disso porém não curava o infatigavel servidor do Estado. «Emquanto tiver um bocadinho de forças, dizia com firmeza, declaro-me prompto para todo o serviço.» E, com effeito, consultado se aceitaria o lugar de director do Arsenal de Guerra de Pernambuco, nem pensou em recusar a incumbencia que o obrigava a novas viagens e deslocamentos sempre duros a um chefe de familia, cujas

economias, a custo ajuntadas, eram bem modestas, bem reduzidas, ainda que tivessem sido com certa largueza retribuidas as commissões alheias á pasta da guerra e, pelas suas mãos de chefe, houvessem passado centenas e centenas de contos de réis.

Nomeado a 11 de Julho de 1888, partio para o Norte a 10 de Agosto e tomou posse do cargo a 17 do mesmo mez.

A 16 de Março do anno seguinte, 1889, apoz tranquillos mezes de direcção do estabelecimento confiado aos seus cuidados, passou, em virtude de telegramma do ministerio da guerra, a exercer o elevado posto de commandante das armas interino da provincia de Pernambuco, cargo que occupou até 20 de Junho, quando foi no mesmo caracter, mas ahi com effectividade, transferido para o longinquo Amazonas.

Havia se dado, a 6 de Junho, no Rio de Janeiro a inversão da politica geral, cahindo o partido conservador e sendo chamado ao poder o liberal, na pessoa do Visconde de Ouro Preto, presidente do conselho de ministros.

Pereira do Lago vacillou em aceitar a nomeação que tão espontaneamente fôra feita pelo governo, quando eram bem conhecidas as suas opiniões politicas, professadas sem exageração mas com a firmeza que punha em todos os seus actos.

Além disto não tinha mais confiança na sua saude, que considerava perdida e fundamente atacada. Salteado pelo terrivel *beriberi*, mal chegára ao Norte, sentia as pernas tropegas, frôuxas, exacerbando-se as suffocações produzidas pela bronchite asthmatica, ou talvez já pela asthma cardiaca.

Muito embora todas as duvidas, a 21 de Julho, um mez depois de nomeado, assumia o cargo que devia preencher, em Manàos, onde contra a expectação de todos, melhorou singularmente dos seus incommodos.

Foi ahi que o encontrou o inesperado e inacreditavel successo de 15 de Novembro de 1889, que derribou as bellas instituições monarchicas do Brazil, transformando-o em republica de Estados confederados.

Na agitação politica que se produzio na capital do

Amazonas, organisando-se uma junta governamental de tres membros, foi o tenente-coronel Pereira do Lago acclamado presidente e em boa hora, pois todos os seus esforços tenderam em garantir a ordem, reprimir vinganças e odios pequenos e salvar os cofres provinciaes de vertiginosa delapidação. Aliás por bem pouco tempo durou a sua benefica acção; pois, a contra gosto na posição que o occupava, com prazer obedeceu ao chamado do governo central e, em começos de 1890, se achava já no Rio de Janeiro.

A 3 de Fevereiro desse anno vio-se compulsoriamente reformado no posto de coronel.

Estava finda a sua carreira, em que nunca poupara sacrificios, por maiores que fossem, para bem servir a patria.

Passou o anno de 1891 sempre doente e buscando empecer os progressos do *beriberi*, complicado com assustadoras perturbações cardiacas, anno portanto, triste e melancolico, no qual, comtudo teve a suprema alegria de casar a estremecida filha com um homem digno e que lhe merecia toda a confiança.

Cahio, afinal, no leito de morte e,na segunda hora do dia 1 de Janeiro de 1892, cerrou os olhos á luz terrena e exhalou o ultimo suspiro.

Tinha 66 annos, 7 mezes e 21 dias.

Era o coronel Antonio Florencio Pereira do Lago de estatura elevada, bem proporcionado de membros, ainda que com disposição á gordura, sobretudo no periodo dos 40 aos 50 annos.

Cabeça pequena e redonda com cabellos cortados sempre à escovinha, tinha o rosto cheio, téz morena, olhos pequenos e vivos,nariz regular, barba rente em fórma de colleira, feições que denunciavam energia e força de vontade e maneiras francas e despretenciosas, que provocavam immediatas sympathias.

Legitimamente ufano da sua competencia e pratica nos trabalhos de engenharia,não occultava as pêas que,no

seguimento da sua carreira, haviam provindo da falta de solida educação secundaria e da posse imperfeita das materias que constituem o curso de humanidades.

Nas bellissimas qualidades moraes que o distinguiram não ha que insistir, porquanto bem se salientaram em todas as phases da vida que acaba de ser narrada; mas não deixaremos, por dever de gratidão pessoal, em olvido o culto que dedicava á amizade. Impossiveis mais affectuosidade, maiores extremos, delicadeza e constancia nas doces e commovedoras relações com aquelles poucos a quem considerava amigos.

A sua força capital, no penozo afan de abrir um lugar para si na sociedade, a sua alavanca, foi a pertinacia. Acostumando-se a nunca fazer grandes e fascinadores calculos e planos e visar longe demais, uma vez alcançado o objectivo que a principio collimára, olhava sempre para diante, além, mais além, não parando nunca em suas aspirações de nobilitante conquista, em que punha todo o esforço de que era capaz, sempre a seguir linha recta, inflexivel, sem atalhos, nem tergiversações.

Era da raça desses valentes caracteres, de que tão bellamente disse o poeta Lucano : « *Nil actum reputans, si quid superesset agendum.* »

Tambem, no seu tumulo de bellissimo e imperterrito soldado, na sua lapide funeraria de intemerato e incansavel servidor do Brazil, bem condirão, como epitaphio, estas singelas palavras, resumo de toda a sua agitada existencia: « *Por si só conseguio o que foi, sem jamais se desviar da honra e do dever.* »

VISCONDE DE TAUNAY.

Petropolis, 20 de Outubro de 1892.

MOVIMENTO COLONIAL DA AMERICA

MEMORIA LIDA EM SESSÃO

DO

Instituto Istorico e Geografico Brazileiro

PELO SOCIO

TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE

---

§ 1. Paizes povoados e povoadores

A America, depois de descoberta por Cristovão Colombo em 1492, foi colonizada e povoada principalmente por trez nações européas: Espanha, Portugal e Inglaterra. A França, a Olanda e a Dinamarca tiveram colonias; não lhes deram porém incremento, nem ampliando territorio, nem aumentando a população, e bem digno é de notar-se, que a Italia, patria do descobridor d'America, jamais quizesse fundar qualquer estabelecimento colonial no sólo americano.

A Inglaterra povoou as regiões setentrionaes da America, onde formou o povo dos Estados Unidos, tão maravilhozamente dezenvolvido sob os principios de liberdade.

A Espanha povoou n'America do Norte as atuaes republicas do Mexico, Guatemala, Salvador, Onduras, Costa rica e Nicaragua, e na America do Sul Equador, Venezuela, Colombia, Perú, Xile, Bolivia, Paraguai, Confederação Argentina e Uruguai, tendo tambem povoado as grandes ilhas do Aití, Cuba e Porto-rico.

Portugal povoou o vasto territorio, que vae da *fóz* do arroio Xuhi, do lado do sul, até a fóz do rio Oiapóc, do lado do norte, e que, tendo por limites a léste o Atlantico, extende-se para oéste até as proximidades das vertentes orientaes dos Andes. N'esta extensissima região está assentada a republica federativa do Brazil, que em 15 de Novembro de 1889 substituio o imperio dinastico organizado em 1822, por ocazião da sua emancipação politica do reino portuguez.

Notavel certamente é o fato de ter-se Portugal, potencia comparativamente fraca diante da preponderante Espanha de então, assenhoreado de tamanha extensão de terras das melhores do mundo, ocupando-as efetivamente com forças militares e estabelecimentos civis, quando ao poder espanhol vizinho sobravam meios para disputar e impedir a posse de tantas terras; sendo aliás certo, que o monarca espanhol podia invocar em seo favor os direitos decorrentes da bula pontificia reguladora da posse dos descobrimentos feitos no novo mundo por Espanhoes e Portuguezes. O fato porém explica-se pela pouca importancia, que então davam os Espanhóes aos terrenos agricolas, quando só ambicionavam territorios mineraes, onde o ouro e a prata se ofereciam faceis e abundantes para satisfazer a sua cubiça e necessidades.

Ocupados na extração dos metaes preciozos das minas do Mexico e do Perú, só contenderam com os Portuguezes a respeito do Prata, porque por ali exportavam as riquezas que d'essas minas tiravam, e não podiam levar aos portos do Panamá. N'esse descuido ou abandono dos Espanhóes, os Portuguezes em menos de meio seculo já possuiam o Brazil na sua maxima extensão, empreendendo pasmozas excursões por brenhas e rios caudaes, que ainda oje nem bem conhecemos.

§ 2. Tendencias coloniaes

Era natural, que a America seguisse o destino fatal dos paizes outr'ora colonizados. Apenas o gremio colonial pôde viver e dirigir-se por si, apareceo a emancipação; foi isto o que sucedeo no antigo mundo. As primeiras colonias d'Azia central estabelecidas na Analotia emanciparam-se; as colonias fenicias encaminhadas para as ribas do Mediterraneo tiveram o mesmo exito; a Grecia primitiva foi colonia dos povos aziaticos da raça caucazeana; a Italia foi em parte colonia dos Gregos antigos; Cartago foi colonia dos Fenicios, e a Iberia, oje reprezentada por Espanha e Portugal, foi colonizada por Fenicios e Romanos, que ali já encontraram populações celticas de origem aziatica, isto é, procedentes dos povos arianos primariamente rezidentes nos planaltos do Imalaia e do Cáucazo.

Os Unos e Godos, divididos e subdivididos em ordas diversas com denominações varias, eram originarios da Tartaia n'Azia, e quando na idade média ocupavam a Germania oriental, dahi partiram para o ocidente em busca da Italia, Espanha e Africa setentrional. Os Sarracenos, sectarios da nova religião de Mahomet ou Mafamede, em época posterior á invazão dos denominados barbaros do norte, partiram da Arabia, e em seo curso emigratorio e conquistador vieram até a Espanha, e ocuparam a Africa, fundando n'essas regiões povos e governos. Nos primeiros seculos do cristianismo os Irlandezes mandavam á Islandia e á Groelandia os seos missionarios fundar pequenos estabelecimentos n'essas geladas regiões.

Assim o movimento emigratorio dos antigos tempos foi sempre do oriente para o ocidente; e essa lei de emigração dos povos do levante para o poente veio ainda verificar-se n'America em os novos tempos.

As populações que vieram da Europa, isto é, do oriente para o ocidente, colonizaram a America, e os Americanos imitaram o procedimento dos antigos colonos originarios de outros colonos, que os estabeleceram, e no principio das colonias os dominavam.

Si no velho continente este fato da emancipação das colonias foi geral, não obstante a continuidade e aproximação dos povos colonizados e dos povos colonizadores, com maioria de razão o fato devia realizar-se n'America, tão afastada da origem das suas colonias ahi plantadas.

A America colonizada aparta-se da Europa colonizadora por grande extensão de mares, e entre as metropoles colonizadoras e as provincias colonizadas medeava largo intervalo; não era pois razoavel a permanencia da união politica, desde que as populações subordinadas julgavam-se aptas para viver sobre si, e fóra da tutela e da imediata direção de governos longinquos, e quando aliás a distancia do centro diretor enfraquece a ação diretriz, e assim anima o tentamen da independencia, sempre suscitada pelo orgulho e interesses dos povos novamente formados.

E' a lei da emancipação individual na sociedade domestica aplicada á entidade coletiva, que constitue a associação politica; o filho xegado á maioridade desprende-se do patrio poder, porque sente em sua pessoa as condições do pater-familias, a que a natureza o destina, e porque reconhece a conveniencia de cuidar por si dos proprios interesses, que ele melhor póde zelar.

§ 3. Raças umanas

O povoamento do nosso planeta pela mais aperfeiçoada das raças umanas seguio o seo curso de léste para oéste: as terras ocidentaes dezocupadas, ou escassamente povoadas por aborigenes de entendimento rude e animo pouco atilado, foram e estão sendo ocupadas por essa raça selecta, embora as não povôe ainda com a possivel densidade prometida no futuro.

O movimento das supraditas populações, em seo curso de léste para oéste, obedece á lei fizica, que obriga a materia comprimida a expandir-se para os pontos vacuos ou menos preenxidos. No oriente as populações em sua origem tiveram maior dezenvolvimento do que no ocidente; para aqui pois devia afluir a população da parte oriental, tanto mais quando as terras têem capacidade

limitada, e desde que a produção não está na proporção da população ocupante, cumpre procurar em ponto diverso os recursos precizos para manter o acrecimo d'essa população, visto como o numero dos abitantes de um paiz crece ou deminue na razão da facilidade e abundancia dos generos alimenticios e dos objétos de gozos e prazeres.

Assim da Azia plenamente ocupada partio o exodo emigratorio para a Europa, o qual teve novo periodo com o descobrimento da America, e consequente aparição de novas terras dezocupadas e incultas.

Todo esse movimento tem sido, para assim dizer, um movimento de ocupação, isto é, de apossamento de terras baldias; mas a umanidade tem outro destino a preenxer, qual é o da unificação das raças para aperfeiçoamento da especie.

O mundo terraqueo está ocupado pelo omem, mas não está unificado pela identidade dos seos mais nobres abitadores. Parece pois, que o genero umano entra em novo periodo de agitação, cujo exito só em época remotissima será apreciavel.

A renovação das gerações é constante, e ninguem percebe onde começa uma e finaliza outra; o movimento é continuo e perene, perpetuando a existencia da umanidade. Si porém é perpetua a umanidade, não o é cada uma das suas raças componentes. As raças umanas transformam-se, tendendo n'essa transformação para um tipo mais aperfeiçoado. As côres e os caractéres se fundirão, e um ente mais poderozo nas faculdades intelectuaes e mais robusto no vigor fizico surgirá no decurso dos seculos como produto de uma evolução tardia, mas infalivel.

A umanidade não procede de um tronco comun ou de um só cazal primitivo; mas começou por tipos varios para converter-se em um exemplar omogeneo, quando dezaparecer no decurso dos tempos o influxo especial de cada um d'esses tipos na fuzão de todos eles. O monegenismo póde ser doutrina de sabios naturalistas; mas a observação dos fatos umanos o repele, e o não confirma, ensinando antes o poligenismo, que povoou o orbe terrestre com o aparecimento simultaneo das diversas raças em pontos

diferentes das terras continentaes e das ilhas d'esse mesmo orbe. E' isto o que a razão explica ante os sucessos conhecidos da istoria das primeiras épocas da umanidade.

As raças oje parecem-se; são similhantes; mas não são identicas, como no futuro o serão pela amalgamação de todas elas, que ora só no sentimento moral não se diferenciam, sugeitas ás mesmas leis do Supremo Creador, que lhes marcou iguaes direitos e deveres de uns para com outros individuos.

A unidade do genero umano, preconizada pelos escritores da Biblia, não consiste sinão na igualdade moral; a unidade inteira e real virá pelo processo dos tempos marcado nos sabios dezignios da Providencia. A especie umana em vez de começar una, começou multipla para findar pela unificação.

As quatro raças, branca ou caucazeana, amaréla ou mongolica, vermelha ou americana, e preta ou africana, não variaram por acidentes fizicos, nem condições climatologicas. Só a inexperiencia autorizou a opinião da variabilidade dos tipos umanos pelo influxo de clima e outras circunstancias locaes: tal assersão somente podia ouvir-se antes do omem conhecer e dominar o globo terrestre com o potente auxilio do vapor, que deo-lhe meios de percorrer todos os climas, estudar os fatos e comparal-os.

O movimento de transformação, que o omem operará, por que realiza altos intuitos da Providencia, já se descortina aos olhos do observador perspicaz. O movimento colonizador ou de ocupação das diversas regiões da terra seguio, póde-se dizer, em linha réta do oriente para o ocidente; o novo movimento porém traz outra direção, e constitue um movimento de irradiação.

A raça caucazeana a mais inteligente, e por isso dominadora, já inceta o grande fato; e assim vemos, que as nações européas buscam diversos rumos na enviatura da sua população excedente para outras regiões.

A Inglaterra repovoa a India, onde constitue um imperio, e coloniza a Australia, onde se dezenvolve a civilização; a França domina no Tonquin e na Coxinxina; a Alemanha envia seos filhos para America, já olha para a Oceania e penetra na Africa com os

Inglezes, Francezes e Belgas, seguindo todos a trilha dos Portuguezes, que outr'ora investigaram as terras interiores do continente adusto e ocuparam varios pontos da sua costa ; a Russia tem prezidios na Siberia, e com seos soldados invade as antigas planuras da Tartaria, e transpondo o mar poz pé nas regiões setentrionaes d'America ; e até os Estados Unidos da America do Norte, com os seos tratados, abrem brexa no solido e compacto corpo da Xina milenar, conseguindo trazer para as suas terras do oéste artistas ou trabalhadores aziaticos.

N'este geral movimento já se inicia o Brazil, que solicita operarios xinezes, buscando demonstrar a conveniencia de tal acquizição perante numerozo congresso dos seos agricultores, e enviando á Xina uma embaixada, que ali nos fez ouvidos e conhecidos. *

O movimento, que podemos qualificar de impulso de fuzão, porque tende pela mistura das raças para unificação de todas, já não é tão imperceptivel, que deixe de despertar a atenção dos filozofos e dos povos.

Assim vemos, que depois do descobrimento da America e sua colonização, a raça branca mesclou-se no sólo americano com a raça vermelha, autóctone, e com a raça preta trazida das terras d'Africa. D'esta mescla ou mistiçagem vieram produtos diversos dos tipos primitivos, e a sucessão de tal mistiçagem entre individuos que mistiços vae produzindo sempre especimens novos, melhoram na cor e aptidão, aproximando-se cada vez mais do tipo branco, quando o não embaraça o regresso ao tipo preto ou vermelho originario, e vae predominando o sangue da raça caucazeana. Calculemos o que, passados seculos, rezultará d'essa continua mistiçagem das quatro raças e das suas multiplas variações.

Si a fuzão das raças é uma lei providencial, ela se cumprirá, e a raça amaréla, que até aqui segregou-se da comunhão universal, entrará no plano d'esse grandiozo

---

* Vide no fim a nota: Embaixada e tratado.

evento. O omem caucazeano ou ariano, o mais poderozo pelos dotes da inteligencia, é o instrumento d'essa operação providencial; por isso a Europa arroja-se oje para o oriente no intuito da unificação da especie umana, como outr'ora a Azia central arrojou-se para o ocidente no intento de ocupar as terras devolutas.

Observa-se, que n'esse movimento de confuzão das raças predomina a creatura mais inteligente, isto é, o omem ariano; e ao passo que esse tipo se mantém e progride, as raças inferiores, isto é, a vermelha d'America, e a preta d'Africa deminuem, e são substituidas pelos tipos mesclados. O mameluco, isto é, o decendente do *caboclo* e do branco, e o mulato, isto é, o decendente do branco e do preto, aproximam-se cada vez mais do tipo superior, quando não retrocede pela renovação do fator preto ou vermelho, e continúa o influxo do tipo caucazeano, sendo assás notavel a tendencia da mulher preta, mulata ou mameluca para o omem branco, quando aliás é patente a repulsa da mulher branca contra o omem de côr. Este rezultado bem se manifesta na observação dos fatos depois do descobrimento e povoação das terras americanas.

Os documentos preistoricos nos inculcam, que o omem primitivo, no incunabulo da sua existencia, tinha por unico instrumento de sua industria a pedra lascada, por ele posteriormente afeiçoada e polida, e só muito depois conseguio o uzo dos metaes. Oje, decorrido incomensuravel espaço de tempo, o omem já tem ao seo serviço o vapor e a eletricidade, com que senhorêa o mundo sublunar. Quão diverso pois se não revela o omem atual do primevo abitador da Terra! E não poderemos entrever ahi o efeito do aperfeiçoamento do ente racional pela mistura das raças, que era outr'ora minima e limitada, e que agora opera-se em larga escala no congresso dos povos em todas as regiões do mundo?

No primeiro periodo de transformação pela mistiçagem pôde o omem constituir a idade da pedra; no segundo creou a idade dos metaes; e o que surgirá, quando o vapor e a eletricidade aproximam cada vez mais os povos da terra e fazem d'ela a séde de uma só familia em

constante convivencia ? Não se proporcionam assim as facilidades da fuzão de todas as raças e o seo consequente melhoramento, fixando-se a unidade de tipo ?

A primazia atual do omem caucazeano dezaparecerá n'esses dias de remotissimo porvir, e n'essa ingente transformação ele cederá paulatinamente o lugar preeminente ao seo sucedaneo de maior perfeição fizica e de maior valor intelectual, resurgindo assim em toda a grandeza e igualdade fizica e moral o *homo genitus a Deo.*

§ 4. Sentimento de independencia

Conforme a ordem providencial as colonias americanas deviam ser independentes ; e na série dos tempos o sentimento de suas tendencias para nacionalidades novas ia-se manifestando por agitações indicativas d'este sentimento e de suas proprias forças.

A republica federativa dos Estados Unidos d'America do Norte foi a primeira colonia americana, que constituio nacionalidade e separou-se da Europa ; mas na America algumas outras colonias permanecem ligadas ás metropoles européas, como o Canadá semi-francez e semi-britanico, as Guianas e as possessões insulares das Antilhas, que ainda não romperam o vinculo colonial excéto a ilha do Aiti já independente.

Não intento agora indagar como operou-se a independencia dos Estados Unidos da America do Norte, que surdio de um jacto, para assim dizer, e sem movimentos precedentemente malogrados; o meo empenho cifra-se em apontar onde primeiramente surgio por fato apreciavel a idéa de independencia da America, e como esta idéa progredio e realizou-se nas colonias de Espanha e de Portugal pela separação da Europa.

§ 5. Movimento patriotico de 1710 em Pernambuco

Em todos os tempos o povo colonizador procurou manter certa superioridade sobre o povo colonizado, dondé mui cêdo levantam-se divergencias, com que a sugeição

busca contrariar a supremacia do dominador para estabelecer a igualdade de condição de ambos os lados. A luta desperta o dezejo da independencia, unica situação capaz de destruir o dominio tornado violento pela necessidade de suplantar a rezistencia, e por isso antipatico ás vitimas do poderio prepotente.

No Brazil póde dizer-se, que em 1710 esta doutrina começou a ter plena manifestação. Os Pernambucanos indigenas travaram luta com os dominadores portuguezes, cuja preponderancia magoava e oprimia os naturaes da terra colonizada.

O governador da então capitania geral de Pernambuco, reprezentante do poder soberano, foi expulso por um levantamento popular, e os insurrectos ocuparam armados a vila do Recife, e depois congregaram-se em Olinda no dia 10 de Novembro de 1710 para elegerem novo governador, e tratarem de nova forma de governo. Ahi um dos xefes da insurreição, o coronel Bernardo Vieira de Mélo, expôz em vereação a necessidade de sacudir o jugo de Portugal e declarar-se « a forma de governo republicano *ad instar* dos Venezianos; porque só assim ficaria a patria livre dos riscos, porque acabava de passar. »

A idéa radical não prevaleceo; a autoridade real foi restabelecida, e os revolucionarios sofreram nos carceres as consequencias do seo temerario patriotismo. O espirito de rivalidade e antagonismo entre os naturaes do paiz e os dominadores vindos da Europa bem se manifestou prognosticando a luta futura, quando um dos rebeldes pernambucanos, que das masmorras do Limoeiro em Lisboa passára para o Brazil com rezidencia forçada na Bahia, escrevia aos seos amigos: « Não corteis um só quiri * das matas; tratae de poupal-os para em tempo oportuno quebrarem-se nas costas dos marinheiros. **

Foi esta comoção popular o primeiro brado erguido na America pelo colono contra o colonizador. Não vingou

* Madeira mui rezistente e flexivel.

** Marinheiros: epiteto de desprezo aplicado aos naturaes de Portugal pelos naturaes do Brazil.

a agitação sedicioza, e os Pernambucanos foram suplantados; porém o germen fecundo da libertação colonial ficou lançado no sólo americano, que o recebia com favor. A aspiração indigena assim transparecia, e começava a fortalecer-se para tornar-se mais tarde fato auspiciozo.

Os martires d'essa patriotica tentativa malograda padeceram os furores do tirania real, que o padre Joaquim Dias Martins, Europêo entuziasta da liberdade, consagrou na sua memoravel obra intitulada « Martires Pernambucanos », digna da leitura e meditação dos Brazileiros apreciadores dos generozos sentimentos dos nossos antepassados. Este autor calcula, que o movimento revolucionario custou a Pernambuco a perda de 154 vidas em combates, a prizão ou exilio de 253 cidadãos, e o dispendio de perto de 400.000$ rèis por parte dos patriotas e dos mascates, seos adversarios.

Na dedicatoria da sua obra aos Pernambucanos, ele assim os qualifica: «na religião escravos, e livres na politica; na paz mansos, e indomaveis na guerra; na amizade leaes, e briozos na desconfiança; na economia parcos, e prodigos na generozidade; na injuria sensivel, e moderados na vingança; na abundancia frugaes, e sofredores na mizeria; virtuozissimos na paz, na guerra, na ordem e na anarchia.

§ 6. Tentativa separatista no Perú

No Perú em 1780 o cacique Tupac Amarú insurgio-se contra o dominio da mãe patria, e proclamou-se rei do Perú e da America Meridional Era novo levantamento do espirito separatista dos colonos americanos, que assim ensaiavam as forças indigenas contra o dominio europêo.

Abafou-se o grito agitador, e os Espanhóes, senhores dos cargos publicos e uzufrutuarios das vantagens tiradas do sólo colonizado, facilmente preponderaram. As tropas espanholas dos dois vice-reinos do Perú e do

Prata conseguiram dentro de trez annos extinguir a rebeldia e supitar o espirito emancipador, regando com o sangue do xefe revolucionario em Cusco a terra solicita da liberdade.

§ 7. Conjuração mineira

O pensamento separatista, iniciado em Pernambuco e revivido no Perú, resurgia agora na antiga capitania de Minas, territorio brazileiro, em principios do anno de *1789*. Alguns patriotas mineiros, a cuja frente estavam o advogado Claudio Manoel da Costa, o doutor Jozé Alves Maciel, o joven medico Jozé Joaquim da Maia e o magistrado Tomaz Antonio Gonzaga, o mavíozo e tão conhecido autor da Marilia de Dirceo, conferenciavam em intimos coloquios com varios outros amigos na famoza Vila-rica de outr'ora, e oje cidade de Ouro-preto, sobre a possibilidade de ser o Brazil independente sob a fórma republicana; mas nem tiveram tempo, nem podiam ter meios de organizar elementos de luta material. *

Denunciado o conciliabulo politico e conhecidas as tendencias d'esses benemeritos cidadãos, foram todos prezos e submetidos á ação da justiça publica. O processo judicial procrastinou-se por quatro annos, sendo afinal em julgamento de alçada especial condenados ao suplicio da fôrca 11 reos, 10 dos quaes tiveram comutação da pena em degredo para os prezidios militares portuguezes da costa d'Africa; um dos inconfidentes porem não mereceo a comizeração da regia magestade.

---

* Póde dizer-se, que a obra dos patriotas mineiros originou-se das idéas de alguns estudantes brazileiros, que então frequentavam aulas nas academias da Europa, um dos quaes, estando em França, ahi teve ocazião de relacionar-se com o eminente cidadão americano Tomaz Jeferson, então embaixador dos Estados Unidos ante o governo francez, e com este ilustre estadista tratou ácerca da independencia da patria brazileira. As cartas que no fim d'esta memoria se transcrevem, dão irrecuzavel testimunho d'este fato. São assinadas por Vendek, pseudonimo, de que uzou o assinatario para evitar o perigo de qualquer revelação ao governo portuguez.

Este réo de inconfidencia, que devia no futuro destacar-se d'entre os conjurados, foi o alferes Jozé Joaquim da Silva Xavier, conhecido e notabilizado sob o alcunha de Tiradentes, o qual foi executado na fôrca n'esta cidade do Rio de Janeiro, sendo o seo corpo mutilado para colocar-se a cabeça e outros membros em altos postes erguidos em diversos lugares para exemplo significativo da sorte destinada aos subditos rebeldes do rei luzitano. Este martir da inconfidencia era d'entre os conjurados talvez o menos considerado por sua pozição politica e social; mas era militar e destituido de valimento; por isso sobre ele cahio o rigor da realeza, e foi escolhido para vitima expiatoria do inculcado crime de todos.

Oje Tiradentes é glorificado como protomartir da liberdade e simbolo da fé republicana. Eis a recompensa, com que a posteridade galardoa aos que padecem por uma cauza justa, embora seja somenos o serviço prestado antes do martirio, a que aliás o sacrificio dá realce e merecimento, sublimando-o posteriormente na imaginação e no entuziasmo popular.

Quanto não valeo na propaganda republicana do Brazil a vitimação do militar obscuro dos tempos coloniaes! Condenado e supliciado no patibulo para reprimir a liberdade, foi depois a sua sombra um fantasma aterrador da realeza. Os serviços postumos das vitimas do despotismo têem valor incomparavel, e desafiam a apoteóze dos povos ao despedaçarem estes o jugo opressor.

Ao passo que no decurso dos tempos o inconfidente votado á morte e á infamia do seo nome e da sua geração por sentença dos magistrados reaes sobe ao galarim dos aplauzos populares, o benemerito da realeza de então, o denunciante da conspiração mineira, Joaquim Silverio dos Reis, coberto de premios e louvores pela monarchia, é vituperado com o labeo de infame e vil delator!

§ 8. Insurreição das colonias espanhólas

O governo espanhol tinha dividido os seos dominios continentaes d'America em quatro grandes repartições administrativas, que se denominavam vice-reino do

Mexico, capitania geral de Guatemala, vice-reino do Perú, e vice-reino do Prata ou de Buenos-aires, constituindo atualmente estas regiões 15 estados republicanos e outras tantas nacionalidades. Portugal, conservando o Brazil integro, déra-lhe tambem o titulo de vice-reino, que conservou até 1815, quando teve a prerogativa de reino, e possuia em seo seio o monarca luzitano, prófugo da Europa.

A independencia das colonias inglezas, eréctas em republica federativa dos Estados Unidos d'America do Norte, era exemplo animador, e constituia incentivo para o dezenvolvimento da idéa separatista em todo o continente americano. O pensamento emancipador pois progredia bafejado por esse exemplo, e fortificava-se sob o influxo das dissenções, que na Europa perturbavam o poder politico da Espanha e Portugal, agitado pelas consequencias da revolução franceza de 1789. Os patriotas americanos conheciam, que estas duas potencias não teriam bastante dezafogo para agir eficasmente contra as suas colonias no cazo de sublevação.

O general Francisco Miranda, natural de Caracas em Venezuela, meditou um levantamento contra a Espanha em favor da regeneração politica da sua patria. Depois de varias vissicitudes nas guerras européas do tempo da memoravel revolução de 1789, servindo sob as ordens dos generaes Marquez de Lafaiéte e Carlos Dumouriez, regressou á sua terra natal, tendo fundado em Londres uma associação secreta, na qual eram admitidos os Americanos adeptos da emancipação colonial americana. Esta associação formou uma filial em Cadiz, e depois transportou-se para Caracas, onde o eximio patriota Simão Bolivar prestou juramento em mãos do sobredito general venezuelano.

Taes sociedades eram agentes da propagação das idéas emancipadoras em prol das colonias americanas, em cujo seie cada dia mais se dezenvolviam os principios livres promissores de triunfo; todavia faltavam os elementos materiaes para uma luta seria contra o poder das metropoles colonizadoras.

Francisco Miranda em 1806 fôra aos Estados Unidos

e de Nova-York voltára com uma pequena expedição, com a qual dezembarcou no porto de Côro,mas sem rezultado apreciavel.

Tinha Napoleão Bonaparte por calculos politicos forçado o rei de Espanha a abdicar,substituindo-o no trono por seo irmão Jozé Bonaparte. Mas em 1808 os Espanhóes levantaram-se para expeilr o rei extranho e restaurar o rei nacional. Então os exercitos do vencedor da Europa invadiram o territorio espanhol, e este fato despertou no animo dos patriotas americanos novas esperanças de exito para a sua cauza, e dahi veio a aceleração do movimento separatista das colonias, embora em principio não fosse a separação motivo ostensivo da luta.

Buenos-aires, Uruguai, Xile, Paraguai e Mexico insurgiram-se, e a agitação começada em 1810 invadio todas as possessões espanholas ao norte e ao sul da America. Jozé Rondeau, e Bernardino Rivadavia foram corifeos da agitação em Buenos-aires, Jozé Artigas no Uruguai, Bernardo O'Higins no Xile, Rodrigues Francia no Paraguai, assim como o foram no Mexico e Guatimala o cura Miguel Fidalgo,o cura Jozé Morelos,e o guerrilheiro Xavier Mina.

Em Venezuela no anno de 1811 pronunciou-se o movimento com caracter decididamente separatista sob a influencia dos generaes Francisco Miranda, Simão Bolivar, e Jozé Paez, proclamando-se logo a independencia e o desligamento da metropole espanhola.

Tornou-se geral a conflagração, e embora as tropas européas a principio reprimissem os triunfos do patriotismo americano, todavia o entuziasmo pela cauza da emancipação não arrefecia. O general Jozé de San Martin partio de Buenos-aires em auxilio do Xile, Simão Bolivar vinha de Venezuela libertar o Perú, Antonio de Sucre ganhava a famoza batalha de Aiacuxo no Perú, e dentro de poucos dias as colonias espanhólas cantavam vitoria definitiva.

No fervor do movimento separatista aventaram-se planos dinasticos. Para Buenos-aires e Perú foi proposta a creação da realeza sob a dinastia de um principe

europêo; no Mexico o general Agostinho Itarbide proclamou-se imperador; a idéa democratica porém superou vigoroza e a realeza baqueou. O principe européo foi recuzado, e o general uzurpador, deposto e prezo, foi militarmente fuzilado.

As instituições democraticas firmaram-se nas ex-colonias espanholas,as quaes no fim de 10 annos de luta conseguiram plena autonomia.

§ 9. Revolução de 1817 em Pernambuco

Emquanto nas possessões espanholas proseguia a luta em prol da idéa separatista, no Brazil os dezejos de independencia não amorteciam no animo da população indigena. Os patriotas ambicionavam expelir o dominio portuguez, e por diversos modos promoviam o adiantamento de suas aspirações libertadoras, que alimentavam-se com o desgosto cauzado aos naturaes do paiz pela prepotencia e menosprezo dos dominadores de origem européa, em cujo poder estavam os cargos publicos e os gozos sociaes.

A maçonaria foi o fóco donde irradiou o pensamento anti-colonial dos Brazileiros n'essa época, em que a ilustraçãodo clero nacional contribuia para a aceitação das idéas liberaes. Embora a educação clerical dos seminarios episcopaes tivesse intuitos bem diversos, todavia a leitura dos bons livros deixava no espirito dos sacerdotes esse amor da liberdade, que a siencia inspira com a noção dos direitos do omem, e a dignidade pessoal fartalece.

Da Espanha passou a maçonaria para Portugal, e em Lisboa constituio-se uma loja maçonica em 1807, na qual foram iniciados o padre Miguel Joaquim de Almeida Castro, tão conhecido pelo alcunha de *Padre Miguelinho*, o padre João Ribeiro Pessoa e o padre Jozé Luiz Cavalcante Lins, todos Brazileiros de nacimento e distintos patriotas.

Com a emigração da côrte portugueza trouxeram eles a maçonaria para Pernambuco, onde fundaram uma loja com o nome distintivo de Regeneração. Esta loja, cuja

creação foi sugerida ao padre João Ribeiro Pessoa pelo padre Luiz Jozé no engenho Paulista, onde tinham suas conferencias patrioticas, e onde devia dar o ultimo alento o movimento republicano, que essa mesma loja promovera e concitára, filiou os patriotas brazileiros, entre os quaes figuravam alguns militares de patentes subalternas, pois que ainda então era vedado aos filhos do Brazil obter altos póstos na milicia.

Anteriormente á existencia d'esta loja já na Bahia tinha-se estabelecido a maçonaria, iniciando os seos trabalhos em 1809 no empenho não só de propagar idéas emancipadoras, mas tambem de inocular os principios democraticos. Os adeptos porém eram poucos ; o temor de comprometimento ante o governo régio e a ignorancia popular impediam a aceitação d'essa associação secreta, contra a qual nem os reis da Europa poupavam violencias temporaes, nem o sacerdocio cessava de profligar com o emprego dos anatemas espirituaes.

Todavia as doutrinas liberaes alastravam na terra de Santa-Cruz, e tanto já se julgavam fortalecidos os patriotas nacionaes, que tentaram em Pernambuco um golpe audaz. A rivalidade entre subditos americanos e subditos europêos excitou o movimento e ateou o incendio.

Pretendeo o governador Caetano Pinto, que então regia a capitania de Pernambuco, reprimir o progresso libertador, e ordenou a prizão de alguns oficiaes militares de origem brazileira, e outros individuos considerados participantes de uma conspiração denunciada ao seo governo. No ato da prizão dos oficiaes executada no quartel militar, o capitão Jozé de Barros Lima, tratado injuriozamente pelo comandante o brigadeiro Manoel Joaquim Barboza de Castro, puxou da espada, que cingia, e varou-o de um golpe, sendo ajudado pelo tenente de artilharia Jozé Mariano d'Albuquerque Cavalcante, seo genro. O brigadeiro cae banhado em sangue, e imediatamente morre.

O alvoroço d'este acontecimento xega logo ao palacio do governador, que manda ao quartel o seo ajudante de ordens Alexandre Tomaz para conter a ordem. Este oficial tinha denunciado os seos coompanheiros como conspiradores, e ao aparecer no quartel, cae traspassado

de balas, levantando-se em seguida o grito revolucionario, com que inopinadamente foi despertada a cidade do Recife na manhan do dia 6 de Março de 1817. A agitação prosegue, o reprezentante do rei é deposto, e no dia 8 organiza-se e instala-se o governo provizorio, composto de cinco membros tirados d'entre os mais conspicuos cidadãos adeptos da revolução assim iniciada. Eram membros d'este governo os cidadãos João Ribeiro Pessoa, Domingos Teotonio Jorge, Jozé Luiz de Mendonça, Manoel Correia d'Araujo e Domingos Martins, então cognominado Principe da Liberdade, e um dos sectarios da cauza da independencia americana iniciados na maçonaria em Londres pelo general Francisco Miranda, dezignado xefe do movimento libertador da America do Sul; e para consultores das suas deliberações foram escolhidos o ouvidor Antonio Carlos Ribeiro d'Andrade, Antonio de Moraes Silva, autor do primeiro dicionario da linguagem portugueza, o advogado Jozé Pereira Caldas, o deão Bernardo Luiz Ferreira, e o negociante Gervazio Pires Ferreira. Este governo decreta a separação de Portugal, e proclama o regimen republicano.

A revolução estende-se pelas vizinhas capitanias, e oje estados, da Parahiba, Rio Grande do Norte, Alagoas e Ceará, onde o padre Jozé Martiniano d'Alencar e seo irmão Tristão Gonçalves de Alencar Araripe levantam o pendão democratico, acompanhando os patriotas pernambucanos. Na Parahiba constituio-se o governo republicano, de que fizeram parte o tenente coronel Francisco Jozé da Silveira, Estevão Carneiro da Cunha, Amaro Gomes Coutinho, o padre Antonio Pereira, e Ignacio d'Albuquerque; no Rio Grande do Norte dirigio o movimento o coronel André d'Albuquerque, sob cuja influencia creou-se uma junta governativa de cinco membros. Alagoas, cujo territorio aliás ainda não estava erécto em capitania, não xegou a ter governo proprio.

A republica pernambucana de 1817 custou a vida de 150 cidadãos mortos em combate e no patibulo e trouxe a prizão e desterro de 460 patriotas, e um desbarato da fortuna particular equivalente a 1.000:000$ reis, conforme calcula o autor dos «Martires Pernambucanos».

Ela teve fervoroza adezão da parte mais ilustrada da população, e xegou a ter em armas para a sua defeza um exercito de mais de 5.000 omens.

Não farei minucioza narração do fato patriotico, que proclamou a autonomia do Brazil; direi apenas, que, inaugurada a republica federativa, o governo provizorio aprezentou-se ao mundo com o seo pavilhão asteado como simbolo do patriotismo e da fraternidade.

Sob este pavilhão veio ao Rio de Janeiro, então séde da realeza luzitana, um pequeno navio trazer prizioneiro o governador Caetano Pinto, e ao entrar na barra da formoza bahia de Guanabára içou a nova bandeira, cujo inesperado aparecimento cauzou verdadeira surpreza. Verificada a procedencia e a significação do extranho pavilhão,a fortaleza de Santa-Cruz, dominadora da entrada do porto, atirou com bala sobre o navio, que fundeou junto ás suas baterias, e foi forçado a arrear o pendão republicano, sendo logo prezos os ouzados emisssarios dos rebeldes pernambucanos, dois jovens patriotas incumbidos da condução do governador prizioneiro, que com eles foi recolhido á fortaleza da Ilha das Cobras.

Da bandeira da nova republica, cujo dezenho aqui se aprezenta * ,faz menção o autor da «Istoria da revolução de Pernambuco em 1817»nos seguintes termos:« A pretenção á soberania demandava nova bandeira e novo laço nacional; assim foi decretado. Eram azul e branco as côres tanto do laço quanto da bandeira; esta dividida orizontalmente em duas partes iguaes pelas duas mencionadas côres, continha no meio da parte branca uma cruz vermelha indicando ser o Brazil consagrado a aquele preciozo estigma da umana redenção; na outra parte aparecia recamado o Sol em todo o seo esplender, como constantemente mostra-se na região equatorial, e rodeado de trez estrelas, simbolo das provincias já insurgidas. »

O dezenho aqui exhibido deve-se ao nosso ministro diplomatico nos Estados Unidos d'America do Norte, que o obteve por cópia dos archivos publicos d'aquele paiz, e o

---

* Vide o dezenho junto no fim d'esta memoria.

ofereceo ao Instituto Istorico e Geografico Brazileiro em 1886, como se vê da carta, que vae transcrita no fim d'esta memoria.

O sobredito dezenho vinha acompanhado da seguinte nota explicativa: «Bandeira da republica de Pernambuco. *Explicações*: As trez estrêlas reprezentam os estados de Pernambuco, Parahiba, e Rio Grande do Norte, os quaes segundo as ultimas noticias (5 de Abril) compunham a confederação em prol da liberdade e independencia. Logo que as outras provincias do reino do Brazil tiverem aderido á confederação, outras estrêlas serão colocadas em volta do Iris. O Iris tem trez côres, denotando paz, amizade e união, que a confederação oferece aos Portuguezes da Europa e aos povos de todas as nações, que vierem pacificamente aos seos portos, ou que porventura rezidam n'eles. O Sol significa, que os abitantes de Pernambuco são filhos do Sol, e sob ele vivem. A cruz alude ao nome de Santa-Cruz dado ao Brazil na época do seo descobrimento.*

Curta foi a duração da republica pernambucana. O principe regente Dom João de Bragança, que então governava em nome da rainha sua mãe, interdicta por debilidade mental, assustou-se com a sublevação democratica, e providenciou rapidamente para sufocar o germen revolucionario.

Da Bahia o Conde dos Arcos, que a governava, expedira navios e tropas contra os Pernambucanos, apenas ali xegaram as noticias do subito acontecimento, e do Rio de Janeiro o principe regente fez logo partir uma esquadrilha e forças militares para debelar a revolução. O Recife foi investido por terra e por mar, os rebeldes retiraram-se da cidade, debandaram-se no engenho Paulista, e a autoridade régia foi restabelecida em Pernambuco e nas demais capitanias insurgidas.

Pouco mais de dois mezes subzistira a republica, e suplantada a revolução começaram as prizões, e seguio-se o julgamento de alguns xefes rebeldes, que sofreram na força o ultimo suplicio, sendo os seos corpos

* O original no idioma inglez vae no fim após a carta.

esquartejados e suas cabeças erguidas em altos póstes, como ordenava abarbara legislação criminal de então, para exemplo dos reaes vassalos no futuro e segurança da monarchia no prezente.

Os prezos, que não foram logo julgados militarmente, foram metidos nos carceres daBahia, onde jazeram por mais de trez annos até que a revolução liberal operada na cidade do Porto em 1820 veio pôr termo aos sofrimentos dos patriotas brazileiros, os quaes, xegando aos seos lares, axaram destroçadas as suas cazas, e confiscados os seos bens pela real fazenda.

As individuações d'este movimento politico estão consignadas na obra istorica do padre Francisco Mûniz Tavares sobre a revolução de Pernambuco em 1817, onde os leitores encontrarão os acontecimentos narrados com espirito de verdade e intuição republicana.

§ 10. Independencia do Brazil

Não obstante o rigor do régio poder em castigar o crime politico dos nossos patricios, a idéa emancipadora não morria, nem difinhava; porque debalde a tirania procurava destruir o patriotismo com a violencia e a barbaridade das penas. A aspiração dos Brazileiros de formarem a sua nacionalidade a tudo sobrepujava.

A maçonaria, que, conforme já fica dito, operava no sentido das idéas livres e da independencia brazileira, proseguia em sua propaganda, cujos efeitos eram sensiveis,e contra os quaes o governo règio intimidado precavia-se por meio de leis crueis. Assim em 1818 publicou um alvará declarando os membros das sociedades secretas,isto é, os maçons ou pedreiros livres, como réos de lezamagestade, sugeitos á pena de morte e ao confisco dos bens.

Nada porém aproveitou o rigor de similhante legislação. A idéa da independencia nacional caminhava; por isso mais forte e mais generalizada surgio em 1822,conseguindo então os Brazileiros vencer as óstes luzitanas, libertar-se do jugo extranho, e organizar governo proprio, estatuindo a monarchia sob a dinastia bragantina, não

obstante as aspirações republicanas bem pronunciadas no paiz. A carta constitucional de 25 de Março de 1825, outorgada pelo imperio da força e por ato do principe bragantino, que nos governava, consagrou a instituição monarchica, que vigorou por 67 annos a contar de 1822 até 1889.

No dia 7 de Setembro de 1822 o principe Dom Pedro d'Alcantara, regente do Brazil em nome do rei seo pae, regressado a Portugal, para onde o xamára o voto do congresso luzitano, soltava na colina do Ipiranga o brado da independencia nacional, que resoou rapidamente por todo o paiz, pondo assim termo definitivo ao poder colonial na maxima parte da America, na qual por quazi toda ela axavam-se já instituidos governos autonomos. As colonias européas passavam a nações livres, senhóras do seo proprio destino; as colonias desapareciam, mas surgiam as nacionalidades.

Todavia ainda nas terras americanas ficavam resquicios do dominio colonial, que perduram no Canadá, e nas Guianas, regiões de terra firme, e em Cuba, Jamaica, Porto-rico, e outras ilhas aliás de valor pequeno; paizes estes que por certo deverão entrar no concerto geral da autonomia americana.

§ 11. Epilogo.

De 1710, quando apareceo a primeira agitação separatista n'America, até 1822, quando o Brazil proclamou a sua independencia politica, decorrem 112 annos, espaço dentro do qual formulou-se, creceo e completou-se o pensamento autonomico das colonias americanas; e oje a America libertada constitue 19 republicas, das quaes 14 são unitarias e 5 federativas, contando todas elas uma população de 120 milhões de almas derramada sobre uma superficie territorial calculada aproximadamente em 30 milhões de kilometros quadrados, não incluindo perto de 2 milhões de indigenas existentes nas brenhas fóra da civilisação, a que nos cumpre xamal-os; sendo que os governos d'essas republicas arrecadam annualmente uma receita

talvez superior a 2 milhões de contos de reis, excluzive as receitas dos impostos estaduaes e municipaes cobrados em toda a vastidão do territorio americano.

Da Europa receberam as atuaes republicas americanas o primitivo povoamento com o governo monarchico, sob o qual as colonias viveram por espaço de 3 seculos; ao libertarem-se porém prevaleceo o sentimento democratico sobre a idéa monarchica, contra o que era de esperar, atenta a educação das escolas, o regimen governativo, e a doutrina do pulpito ecleziastico ensinando obediencia ao rei e sugeição ao sacerdocio; cumpre toda via observar, que, si na Europa a fórma monarchica instituida e subsistente pelo sistema feudal da media idade, que deo ao menor numero a propriedade territorial e as suas consequentes vantagens, necessita de um poder forte, que a sustente contra a massa popular excluida d'essa propriedade e d'essas vantagens, na America o feudo não pôde firmar-se ante a superabundancia das terras, deixando assim que o grande numero possa senhorear e uzufruir o territorio com os seos naturaes beneficios; donde rezulta a dessiminação da riqueza, que traz a igualdade contraria ao regimen do privilegio.

Nas antigas sociedades européas o privilegio dos senhores territoriaes creou o privilegio da realeza, da qual preciza para sustentar-se contra os proletarios, isto é, contra o maior numero excluido da propriedade imovel; n'America, onde o privilegio da riqueza não pôde fundar-se, desnecessario foi o privilegio da realeza, e veio naturalmente o regimen democratico, regimen de igualdade, ao qual o omem aspira por sua natural condição sofrega de independencia e de liberdade.

No Brazil foi o paiz d'America, onde xegou a fundar-se uma monarchia; e a razão foi, que n'ele existia a escravidão da raça africana, e como esse estado violento significava um privilegio em favor dos escravizadores, a monarchia axou apoio, que aliás dezapareceo apenas a filantropia dos Brazileiros proclamou a lei da libertação geral, a que logo seguio-se a proclamação da republica; podendo dizer-se com verdade, que o Brazil é oje nos principios e na pratica da igualdade social o primeiro paiz

do mundo. N'ele não dominam nem privilegios politicos, nem privilegios de raça.

O governo da igualdade é uma aspiração tendente á generalização entre os povos da Terra, sempre adversos ao privilegio social. Na Europa a França se mantem republicana, e a Suissa democratica subziste, cercadas ambas de governos monarchicos, significando isto a força do sentimento democratico da natureza umana ; e a agitação odierna do proletariato no velho mundo exprime este mesmo sentimento, e não terá outro exito sinão a supressão do feudo miedeval com o restabelecimento da igualdade civil, desde que a população excedente dos paizes europeos se espalhe pelas terras baldias da America e da Oceania providencialmente inculcadas ás antigas sociedades para solução da sua crize e felicidade dos seos membros.

O estado atual da Europa constitue uma situação violenta, que somente perdura pela força dos grandes exercitos levantados pelas potencias d'essa parte do mundo, porque temem o povo, que se inquieta em razão de viver mal satisfeito, e porque temem-se reciprocamente em consequencia de disputarem vantagens negadas pelos respectivos territorios. Os enormes despendios em armamentos e conservação de formidaveis exercitos, que constituem permanente ameaça á liberdade do cidadão, melhor emprego teriam na preparação de colonias, onde os oprimidos e os infelizes de oje fossem axar vida comoda e pacifica, que o trabalho proporcionaria em novo domicilio. Os governos europeos, que embaraçam a emigração dos seos subordinados, contrariam os fins das sociedades politicas organizadas para a felicidade dos povos,e não para a manutenção de ostentozo poder despotico, coagindo a liberdade individual,que permite a cada creatura umana escolher rezidencia e os meios de ser feliz.

Nas obras dos istoriadores patrios lemos as peripecias das lutas da nossa emancipação social,e não devo agora memoral-as, porque ultrapassaria o escópo da prezente memoria, para o qual basta quanto fica apontado.

Em outra ocazião tratarei do sentimento republicano em nossa patria e do seo inicio e progresso até o seo

final complemento com a proclamação da republica federativa do Brazil em 15 de Novembro de 1889; por ora resta-nos ponderar:

Que no Brazil soou o primeiro brado denunciador do espirito separatista da America colonizada com o movimento insurrecional de 1710 em Pernambuco;

Que apezar do sangue dos patriotas derramado em olocausto ao poder da tirania nos combates e no patibulo, a idéa patriotica da emancipação politica d'America nunca recuava, parando apenas para adiante surgir mais fortalecida;

Que travada a luta geral entre o colono e o colonizador, a Europa cedeo ao valor e ao patriotismo dos Americanos.

Este epilogo é gloriozo para os povos do nóvo mundo, os quaes, regeitando a doutrina do poder divino dos reis, ensinada pelo sacerdocio, e firmada na ignorancia das turbas inconsientes, constituiram-se sob o influxo dos principios democraticos aceitos pela razão culta, *Dei gratia hominibus data ad gloriam ejus.*

Rio 12 de Novembro 1890.

CARTAS DE VENDEK

A

TOMAZ JEFERSON. 1786

Monsegneur *

Montpellier 2 d'Octobre de 1786

J'ai une chose de tres grande consequence à vous communiquer; mais comme l'état de ma santé ne me permet pas de pouvoir avoir l'honeur d'aller vous trouver à Paris, je vous prie de vouloir bien avoir de me dire, si je puis avec sureté vous la communiquer par lettre, puisque je suis étranger et par consequent peu instruit des usages du pays. Je vous demande bien pardon de la liberté, que prends, et je vous prie aussi d'en adresser la reponse a Mr. Vigarons, Conseiller du Roy et Professeur en médicine a l'Université de Montpellier.

Je suis avec tout le respect
Monsegneur
Votre tres humble et obéissant serviteur
VENDEK

---

* São copiadas fielmente da fotografia tirada dos originaes existentes nos archivos publicos dos Estados Unidos da America do Norte. A fotografia está no archivo do Instituto Istorico e Geografico Brazileiro, e foi oferecida pelo socio doutor Filipe Lopes Neto.
Veja-se na Revista Trimensal de 1811, tomo 3, pagina 208. « Extratos da corresponodencia de Tomaz Jeferson ».

Monsegneur

Je viens de recevoir l'honeur de votre lettre de 16 d'Octobre, et je suis extremément faché de ne l'avoir reçu plutot; mais il m'a fallu rester en campanhe jusqu'à present par raport à ma santé: et puisque je vois, que mes informations vous parviendront assurément, je vais avoir l'honeur de les communiquer.

Je suis Bresilien et vous savez, que ma malheureuse patrie gemit dans un affreux esclavage, qui devient chaque plus insupportable depuis l'époque de votre glorieuse independence, puisque les barbares Portugais n'épargnent rien pour nous rendre malheureux de crainte que nous suivions vos pas; et comme nous connoiçons, que ces usurpateurs contre la loi de la nature et de l'humanité ne songent, que à nous accabler, nous nous sommes decidés à suivre le frappant exemple, que vous venez de nous donner, et par consequence à briser nos chaînes, et à faire revivre notre liberté qui est toutàfait morte, et accablée par la force, qui est le seul droit, qu'ont les Européens sur l'Amerique. Mais il s'agit d'avoir une puissance, qui donne la main aux Bresiliens, attendu que l'Hispanhe ne manquera pas de se joindre á Portugal, et malgré les avantages, qui nous avons pour nous defendre, nous ne pourrons pas le faire, ou du moins il ne serait pas prudent de nous hazarder sans etre surs d'y reussir. Cela posé, Monsegneur, c'est votre nation, que nous croyons plus propre pour donner du secours non seulement parce que c'est elle qui nous a donné l'exemple, mais aussi parce que la nature nous a fait habitants du même continent, et par consequence en quelque façon compatriotes; de notre part nous sommes prets a donner tout l'argent, qui sera necessaire, et à temoigner en tout temps notre reconnoissance envers nos bienfaisants.

Monsegneur, voilà a peu près le precis de mes intentions, et c'est pour m'acquiter de cette commition, que je suis venu en France; puisque je ne pouvois pas en Amerique sans donner des soupçons à ceux que en soupçussent, c'est à vous maintenant à juger s'elles peuvent avoir lieu, et dans le cas, que voulussiez en consulter votre nation,

je suis en etat de vous donner toutes les informations, que vous trouverez necessaires.

Je l'honeur d'être avec la consideration la plus parfaite

Monsegneur

Votre tres humble, et tres obeissant serviteur

VENDEK

À Montpellier 21 de Novembre de 1786

Monsegneur

La nouvelle que je viens d'avoir l'honeur de recevoir de votre voyage dans cétte partie de France, m'a fait un tres grand plaisir, et je m'en felicite, puis que je voyois qu'il m'etait tres essentiel d'avoir l' honeur de vous parler, et l'état de ma santé ne me permettoit pas de faire le voyage de Paris. Si je pouvois savoir le jour de votre arrivée à Nimes, et votre logement, je ne manquerois pas d'avoir l'honeur d'y aller vous rencontrer, ce que je suis pret a faire dans quelque autre, oú il vous faira plaisir ; et pour cela je n'attends que vos commandemens, en attendant je me flate d'être avec le plus grand respect

Monsegneur

Votre tres humble, et obéissant serviteur

VENDEK

À Montpellier 5 de Janvier de 1787

CARTA

DO

Ministro Brazileiro em Washington

Legação Imperial do Brazil. Washington 20 de Novembro de 1886.

Illmo. Sr. Tenho o prazer de comunicar a Vossa Senhoria, que por intermedio da Secretaria d'Estado dos Negocios Extrangeiros enviei um envolucro contendo uma copia a aquaréla da Bandeira da Republica de Pernambuco de 1817, que foi aprezentada a este governo por Antonio Gonçalves da Cruz, o Cabugá. Aqui junto as explicações, no original e traducção, que se axavam anexas a esse dezenho.

A correspondencia de Cabugá com o governo americano é mui limitada, e espero remetel-a pelo proximo vapor. Toda a correspondencia dos emissarios da Revolução de 1817 consta dos seguintes documentos:

Carta de crença do governo provizorio, acreditando o Americano Bryan, negociante do Recife e socio do consul Joseph Ray.

Carta de crença de Antonio Gonçalves da Cruz, o Cabugá.

Copia de uma longa nota do governo do Recife a Lord Castlereagh, pedindo a proteção da Inglaterra.

Nota de Cabugá transmitindo ao governo americano esse documento.

Longo apêlo de Cabugá em Agosto de 1817 ao governo americano em favor dos desgraçados revolucionarios.

Por esta ocazião ajuntarei algumas ligeiras observações sobre esse emissario.

A longa correspondencia de Joseph Ray sobre a Revolução de 1817 não dá-lhe nova luz, e só então interessa pela

parte pessoal, que ele teve n'esses acontecimentos. A correspondencia do consul Hill da Bahia, o mesmo que fôra nomeado por este governo em 1808 para saudar a xegada da familia real ao continente americano, é mais interessante, por ter sido encarregado desde aquele anno de 1808 do consulado da Bahia, e dahi fornecia noticias politicas e comerciaes. A xegada á côrte em 1809 de Tomaz Sumler, que rezidio no Rio até 1820 e as suas comunicações assiduas combinadas com as de Hill são grande auxiliar para a istoria da côrte de Dom João Sexto.

Foi-me dado não sem dificuldade lel-as, fazer extratos e copias de tudo no que me poderia ser util, bem como de toda a correspondencia dos agentes americanos em toda a Europa e America espanhola.

Pude assim amontoar um enorme material inedito sobre a ação do governo americano na questão das colonias espano-americanas entremeada de documentos de governos europêos; pude completamente elucidar a celebre questão da doutrina de Monroe, cuja discussão diplomatica é longa, e que espero em um livro revelar á Istoria, quando tiver vizitado os reconditos dos ministerios estrangeiros na Europa.

Si bem que a época de que me ocupo posterior ao Congresso de Viena seja defeza ao publico, conto poder por meio de minhas relações particulares, como por mais de uma vez tenho alcançado, consultar a correspondencia de diversos governos; o que entretanto é de sumo interesse para nós é saber, que a xamada doutrina de Monroe não naceo nos Estados Unidos e sim no Brazil, e que esta idéa, que a côrte portugueza procurou levantar em principio, 20 annos depois foi acolhida pela America do Norte, e que nas negociações para o reconhecimento da nossa independencia o principe de Meternich não nos foi tão oposto como indicava o principio legitimista da Santa Aliança, e como parecia deduzir-se da atitude do agente austriaco em Londres nas conferencias, que ali tinham lugar para tal fim.

A politica da Santa Aliança não podia aceitar o principio da revolução no Rio sem aceital-a para todas as colonias espano-americanas. E' em Petersburgo, como

tive ocazião de ver com mui pouco proveito, visto ter de deixar o paiz por cauza de saude, que se axa toda a istoria das colonias americanas n'essa época, atento a ser o imperador Alexandre o xefe d'aquela liga.

Agora mesmo em consequencia do clima variavel d'este paiz sou forçado a partir por cauza de meos sofrimentos. Si eles o permitirem, em caminho procurarei colher alguns dados mais, certo porém que só uma longa estada na Europa me poderão facilitar e reunir todos os documentos esparsos por toda a parte sobre as questões que estudo, e que se ligam a nossa istoria diretamente.

Julgando que podessem ser de interesse essas poucas observações, que acabo de fazer, tomei essa liberdade, e espero, que me será levado em conta de dezejar auxiliar nossos estudos istoricos.

Sou com a mais alta estima de Vossa Senhoria atento venerador e admirador

JOZÉ AUGUSTO FERREIRA DA COSTA.

Vide no Instituto Istorico e Geografico Brazileiro entre os manuscritos o que tem por titulo :—Bandeira da Republica de Pernambuco em 1817, com um dezenho».

FLAG OF THE REPUBLIC OF PERNAMBUCO

Explanations.

The three stars represent the states of Pernambuco, Parahiba e Rio Grande do Norte, which at last accounts (April 5) composed the confederation for liberty and independence. When the remaining provinces of the Brazilian kingdom shall have joined the confederation, others stars will be placed round the Iris.

The Iris has three colors, denoting peace, amity and union, which the confederation offer to the European Portuguese and to the people of all nations, who come placeably to their ports, or who may happen to reside among them.

The Sun signifies that the habitants of Pernambuco are children of the Sun, and live under it.

The cross allude to the name of Santa Cruz (the Holy Cross) given to the Brazil at the epoch of this discovery.

EMBAIXADA E TRATADO

A libertação do ventre escravo decretada pela lei de 28 de Setembro de 1871,que prenunciava a abolição total da escravidão no Brazil, realizada pela aurea lei de 13 de Maio de 1888, advertia-nos da conveniencia de procurarmos a substituição das forças empregadas na nossa produção agricola, que assim perderia milhares de braços aplicados á cultura das nossas terras. Ocorreo então a idéa de buscarmos n'Azia trabalhadores, que viessem ao nosso paiz desenvolver a riqueza nacional, bazeada principalmente na produção agricola.

O governo imperial de então, no intuito de preparar os animos para a aceitação de trabalhadores xinezes no paiz, convocou um congresso dos nossos agricultores das quatro provincias mais vizinhas d'esta capital,e o ministro d'agricultura d'então o senador Cansanção de Sinimbú,dando conta do rezultado d'esse tentamen, assim se exprime no seo relatorio aprezentado ao parlamento em 27 de Dezembro de 1878 :

« Efectuou-se n'esta côrte nos dias 8 a 13 de Julho ultimo (1878) a reunião de um congresso agricola, a que tive a onra de convidar os reprezentantes da grande lavoura das provincias do Rio de Janeiro, São-Paulo, Minas e Espirito-Santo, ao qual concorreram para cima de 300 agricultores ou seos reprezentantes... Nas atuaes circunstancias a introdução de trabalhadores aziaticos ofereceria a todos os ramos da grande lavoura valiozo suprimento de forças. O Perú, as Mauricias e Martinica dão-nos exemplo. No Canadá o trabalho xinez tem produzido rezultados surprendentes... Sei, que o operario xinez tem inimigos irreconciliaveis nos Estados-Unidos...

A noticia d'essa agitação e acazo a malograda experiencia tentada entre nós despertam animadversão contra a nova tentativa.»

Com efeito embora no congresso agricola fosse defendida a idéa da imigração xineza, esta não pôde encontrar a aceitação geral, quando no paiz a imprensa a combatia como novo genero de escravatura, com que peiorariamos a nossa condição social, trazendo órdas de vagabundos para as nossas terras e o germen de uma população degenerada.

Todavia mandamos á Xina uma embaixada, que celebrou um tratado no intuito de obtermos permissão para a imigração de subditos xinezes para o Brazil. Os plenipotenciarios Eduardo Calado e Artur Silveira de Mota firmaram na cidade de Tien-tsin aos 5 dias do mez de Setembro de 1880 um tratado, que o governo brazileiro julgou inaceitavel por necessitar de modificações no sentido de mais franca permissão de sahida dos operarios xinezes para o Brazil; por isso em 3 de Outubro de 1881 foi assinado novo tratado, que o nosso governo aprovou, e cujo principal objéto, conforme se exprime o ministro de negocios extrangeiros em seo relatorio de 1882, « era a introdução de trabalhadores no Brazil em beneficio da agricultura.»

Este tratado não teve execução, e o governo provizorio da Republica por decreto de 28 de Janeiro de 1890 vedou a introdução de trabalhadores xinezes no nosso territorio; mas o congresso nacional, por lei sancionada em 5 de Outubro de 1892, permitio essa introdução, e em virtude d'esta lei agora o governo da Republica envia á Xina uma embaixada, a cuja frente vae o Barão do Ladario, afim de obter do governo xinez condições favoraveis á vinda de operarios d'aquele paiz para o Brazil.

Rio de Janeiro 12 de Abril de 1893.

T. ALENCAR ARARIPE.

---

* Esta memoria vae impressa de exacta conformidade com o original, como quer o autor. *Not. da Redac.*

Bandeira
da
Republica de Pernambuco de 1817.

SERVIÇO DA COLONIZAÇÃO NO BRAZIL

Não existindo, officialmente publicados, os seguintes documentos, relativos a um incidente, que não se póde dizer sem importancia, da historia diplomatica do Imperio do Brazil, julgo que alguma vantagem póde haver em ter d'elles conhecimento o Instituto Historico e Gecgraphico Brazileiro.

Communicação do ministro da Allemanha sobre o serviço da colonização no Brazil

DESPACHO DO GOVERNO IMPERIAL AO ENVIADO EXTRAORDINARIO E MINISTRO PLENIPOTENCIARIO DO BRAZIL EM BERLIM.

Ministerio dos Negocios Estrangeiros. Rio de Janeiro, 11 de Dezembro de 1872. — Pelo officio de V. S. n. 16 de 12 de Agosto ultimo, que em tempo recebi, tive conhecimento da communicação que o Conde Solms dirigio ao Principe de Bismark sobre o contracto celebrado entre o presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul e Caetano Pinto & Irmãos e Hollzweissig & C., para a introducção de 40,000 emigrantes na mesma Provincia; communicação ahi publicada, entre outros jornaes, na *Gazeta de Colonia*.

A leitura d'esse documento não podia deixar de produzir mui desagradavel impressão no animo do Governo Imperial.

O Sr. Solms revela sentimentos que o Governo Imperial não lhe attribuia e lança sobre as autoridades do Imperio e a importante classe dos nossos proprietarios agricolas graves accusações e insinuações acerbas, que são temerarias, além de injustas.

Acolhido n'esta Côrte com as deferencias devidas ao seo alto cargo e tratado com a franqueza e lealdade, de que não podem prescindir as bôas relações entre governos amigos, o representante da Allemanha, a quem o Governo Imperial nunca recusou explicações e esclarecimentos, preferio, sem entender-se com o mesmo Governo e só guiado por informações suspeitas, escrever o officio com que me occupo, no qual deo evidente prova de gratuita prevenção, não limitada aos funccionarios do Imperio, mas contra um funccionario allemão, que suppunha favoravel ao Brazil.

E' assim que o representante da Allemanha se exprime do modo porque o fez acerca do relatorio com que o seo consul, o Sr. Ter Brügen, levou ao conhecimento do gabinete de Berlim o contracto celebrado pela presidencia de S. Pedro do Sul com Pinto & Irmãos e Hollzweissig & C.

Sem ter lido esse relatorio, o Sr. Solms o condemnou *a priori* averbando de suspeito o seo autor.

E isto para formular accusações vagas, inteiramente desacompanhadas de provas.

Si o procedimento do Sr. Solms vivamente impressionou o Governo Imperial, não menos o magoou, força é dizel-o, a promptidão com que o Governo Allemão fez publica a accusação, e, o que é mais, resolveo desde logo impedir a emigração para o Brazil!

Não querendo, entretanto, enxergar n'este facto sinão o effeito da extrema confiança depositada no agente diplomatico, acredita o Governo Imperial que, demonstrado o erro d'este, o governo de Sua Magestade o Imperador da Allemanha não hesitará em reconsiderar o assumpto, como o reclamam a verdade, a justiça, o respeito e a benevolencia, que reciprocamente se devem.

O *memorandum*, que incluso envio a V. S., contempla e refuta as principaes proposições do officio do Sr. Solms.

Não havendo este, como eu já disse, exhibido uma só prova que devidamente autorise os factos que denuncia, bem pudera o Governo Imperial, cingindo-se á regra de direito, limitar-se a uma pura e simples denegação ; mas, no intuito de tornar bem patente a injustiça e inexactidão de taes proposições, resolveo oppor-lhes aquella contestação.

Estava concluido o dito *memorandum*, quando teve o Governo Imperial conhecimento do folheto escripto sobre o mesmo assumpto e publicado em Lubeck pelo Dr. Robert Avê Lallemant.

A defeza do Brazil e a refutação das proposições do Conde Solms, que fazem objecto do folheto, são tanto mais completas quanto o seo autor reune a conhecida illustração e a longa rezidencia no Brazil uma observação pratica e aturados estudos especiaes da materia, do que deo testemunho em varias obras publicadas em differentes épocas.

A autoridade do Dr. Lallemant bem póde ser invocada contra os juizos de quem apenas acabava de chegar a esta Côrte, e mal poderia ter tempo, não já para apreciar com a devida imparcialidade, mas sequer para ouvir attentamente informações e esclarecimentos a respeito de negocio tão importante.

Essa defeza e refutação, espontaneamente escriptas por um subdito allemão, independente do Brazil, é de crer que tenham levado ao espirito do Governo Germanico a convicção da imprudencia e injustiça com que procedeo o seu agente diplomatico.

V. S., pois, passando nota nos termos do presente despacho, chamará toda a attenção do chanceller imperial para o referido *memorandum*, que offerecerá á sua apreciação, acrescentando que Sua Alteza não poderá deixar de reconhecer em seo elevado criterio que não seria sem nconveniente para a manutenção das boas relações, que, eilizmente existem entre os dous Estados, que o Sr. Solms

depois do que occorreo, voltasse ao exercicio do seo cargo n'esta Côrte. (1)

Renovo a V. S. as seguranças de minha perfeita estima e distincta consideração.

Ao Sr. Cesar Sauvan Vianna de Lima. (2) *Manoel Francisco Correia.*

MEMORANDUM

O contracto celebrado em 31 de Janeiro do corrente anno entre a presidencia da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul e Caetano Pinto & Irmãos e Hollzweissig & C., para a introducção de 40.000 colonos na mesma Provincia, inspirou ao Conde Solms, representante do Imperio Allemão na Côrte do Rio de Janeiro, o officio que, em data de 20 de Abril seguinte, dirigio ao Principe de Bismark, e que foi publicado na *Nordeustche Allgemeine Zeitung* de 4 de Agosto ultimo.

Os assertos d'esse documento, quer especialmente sobre o dito contracto, quer em geral a respeito da sorte dos colonos no Brazil, são infundados e inexactos, não sendo menos injustas e offensivas algumas das apreciações que os acompanham.

Demonstral-o é objecto do presente trabalho.

Referindo-se ás copias do mencionado contracto e do respectivo prospecto, que lhe foram enviadas pelo Sr. Ter Brügen, consul da Allemanha em Porto-Alegre, o qual ao mesmo tempo communicou haver transmittido esses documentos com um relatorio ao Principe de Bismark, o Sr. Solms antes de inteirado do conteúdo d'aquelle relatorio, cuja cópia pedira, mas ainda não havia recebido, começa o seo officio por uma observação, que revela a prevenção de que se achava dominado.

«Não sei, diz o Sr. Solms, em que sentido pronunciou-se o Sr. Ter Brügen; quazi supponho, porém, que

---

(1) O Sr. Solms, que se achava ausente com licença, não voltou ao exercicio do cargo.

(2) Foi depois agraciado com o titulo de Barão de Jaurú.

elle julga as couzas debaixo do ponto de vista provincial, mais favoravelmente do que ellas na realidade merecem em attenção ao estado geral do Brazil.»

Sem alcançar-se a razão, que determinou esta distincção no espirito do Sr. Solms, só póde ser ella explicada pelo intuito de modificar a impressão que por ventura pudesse causar no animo do Principe de Bismark a opinião do Sr. Ter Brügen, que *se presumia* favoravel ao Brazil.

O ministro, chegado a pouco tempo a esta Côrte, de que, por assim dizer, mal tinha conhecimento, não podendo ainda apreciar com toda madureza as informações que já lhe houvessem sido prestadas, pretende entretanto, e *a priori*, que sua autoridade prevaleça sobre a d'aquelle que, tambem funccionario da Allemanha, póde apresentar a experiencia de annos e o testemunho presencial dos factos!

Offerecido este breve reparo á observação do Sr. Solms, proseguirei na consideração das outras.

«Havia ao principio a intenção de introduzir-se 40.000 allemães, diz o Sr. Ministro, mas depois da questão da *Nymphe* receou-se que o elemento allemão pudesse tornar-se demasiado poderoso, e reduzio-se o numero de allemães a 20.000!»

Não tendo o Sr. Ministro acompanhado de prova alguma esta sua allegação, fôra bastante uma simples denegação; mas acrescentarei que semelhante aprehensão não caberia no espirito do Governo Brazileiro.

A lei da assembléa provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul n. 749 de 29 de Abril de 1871, que autorizou o presidente para celebrar o contracto de que se trata e outros sobre as mesmas bases, fixou o numero dos colonos, mas deixou inteiramente livre a escolha da nacionalidade d'estes.

E pois, só por conjectura, poderia o Sr. Solms descobrir o receio que attribuio ao Governo Imperial, ou ao seo delegado.

Demais, seria realmente preciso não conhecer o Brazil para suppor que 20.000 colonos conseguirão tornar demasiado poderoso o elemento de qualquer nacionalidade n'uma Provincia como a do Rio Grande do Sul.

A questão da *Nymphe*, convém dizel-o, não deixou no animo do Governo Imperial a menor ideia de resentimento ou de hostilidade por parte do da Allemanha; e a melhor prova d'isso é que, longe de oppor embaraço a emigração d'esta para o Imperio, a autoriza e promove.

«No contracto, é outra asserção do Sr. Solms, fixou-se exactamente a quantia que o Governo deve pagar aos emprezarios por pessoa; o que serão, porém, os contractos dos agentes com os europeus contractados, eis o que não foi estabelecido por fórma alguma.»

O Sr. Solms não devia ignorar que o contracto, de que se occupava, é muito differente dos contractos de parceria e de locação de serviços; nem deixar de reconhecer que todas as condições d'aquelle são favoraveis ao colono, o qual, em virtude d'ellas, recebe, a titulo de dadiva, um subsidio para completar o preço de sua passagem, sem contrahir por isso compromisso algum, desembarcando no lugar do seu destino com inteira liberdade de acção.

Desde que o Governo, por si ou por seos delegados, não trata directamente com os colonos a sua vinda para o Imperio, é claro que não tem que ver com as normas dos ajustes que se hão de celebrar entre elles e os respectivos contractadores. A responsabilidade reciproca n'este ponto é regulada pelas disposições do pacto que celebrarem.

O Governo, em taes circumstancias, só se entende com o colono, depois que este lhe é apresentado pelo agente ou emprezario com quem ajustara a sua importação.

O contracto com Caetano Pinto & Irmãos e Hollzweissig & C., só teve por objecto a introducção na provincia de 40.000 emigrantes, e não o estabelecimento d'estes, o qual, em virtude do § 6.° do art. 1.° da já citada lei provincial n. 749 de 29 de Abril de 1871, ficou a cargo da mesma Provincia.

Eis a integra d'esse paragrapho: «A Provincia toma a seo cargo a recepção dos colonos no porto do Rio Grande do Sul, hospedagem, alimentação e transporte d'elles para a capital da Provincia, e *d'ahi até a colonia provincial a*

que se destinarem, quando queiram os mesmos colonos ir para alguma das colonias da Provincia, pagando aliás na primeira hypothese a importancia d'estas despezas aos contractantes, caso estes mandem vir os navios directamente ao porto da capital. »

Para o estabelecimento dos 40.000 emigrantes, que por certo não poderão ser todos collocados nas colonias existentes na Provincia, a respectiva presidencia cuidou desde logo e cuida em prover-se de terras ferteis e bem situadas.

N'esta conformidade solicitou do Governo terras devolutas em localidades vantajosas, a saber:

Nos fundos da Picada Feliz, proximo á colonia de S. Leopoldo, onde já existe um territorio de quatro legoas quadradas, medido e demarcado e contiguo á colonia Montravil.

No lugar denominado Monte-Alverne, onde, além de uma legua quadrada, medida e demarcada, ha em seguimento, terras devolutas de boa qualidade e muito bem situadas.

No contracto em questão não ha uma só disposição gravosa para o colono por parte do governo da Provincia; pelo contrario, as condições 14ª, 15ª, 16ª, 17ª, lhes garantem diversos favores não insignificantes.

Não é, pois, possivel conhecer a base sobre que assentou o Sr. Solms a asserção de que os colonos, por effeito d'este contracto, principiam logo com divida, etc.

Apreciarei agora as proposições genericas do Sr. Solms relativamente á ordem natural das cousas á chegada dos colonos no Imperio, adiantamentos que se lhes fazem, terras que recebem não demarcadas, má qualidade d'estas, litigios, violencias e prejuizos que soffrem.

Não havendo o Sr. Ministro especificado os factos e as localidades em que se deram, nem acompanhado as suas asseverações de qualquer demonstração, o meio unico a que se póde recorrer para responder-lhe é expôr a pratica geral seguida com os colonos no Brazil; pratica que não póde ser contestada, porque firma-se em documentos authenticos e publicos. Uma ou outra occurrencia excepcional, proveniente de circumstancias especiaes, que

aliás sempre se busca remediar, nada significa e nada prova.

Tantó nas colonias do Estado, como nos estabelecimentos dos particulares, os fornecimentos aos colonos são feitos parte em dinheiro, parte em generos.

Nem conviria ao proprio colono que lhe fossem sempre feitos na primeira especie, sob pena de ficar obrigado a distrahir-se diariamente dos seos trabalhos e a percorrer grandes distancias para comprar no mercado alimentação e outros objectos de que carecesse.

Que os preços porque lhe são cedidos taes objectos não são excessivos, prova-o exuberantemente o insuspeito testemunho do padre protestante Dr. Gruel, de que o Sr. Solms faz menção em seo officio, quando declara que os emigrantes podem satisfazer suas dividas nos primeiros dous annos do seo estabelecimento, e ainda realizar algumas economias.

Sem duvida este testimunho refere-se principalmente aos colonos estabelecidos pelo Governo; mas, pelo que respeita aos que se contractam em estabelecimentos particulares, appellarei para o relatorio do Dr. João Pedro Carvalho de Moraes, publicado em 1870.

Consta d'esse documento official que 40 emigrantes allemães, estabelecidos na fazenda de S. Jeronymo, na Provincia de S. Paulo, propriedade do commendador Luiz Antonio de Souza Barros, não só pagaram suas dividas na importancia de 15:000$000, como em poucos annos conseguiram um saldo superior a 27:000$000.

D'estes colonos, alguns retiraram-se com quantias importantes; entre esses citarei Fredolim Giger, que, recebido em 1855 com a divida de 369$000, retirou-se em 1867 com o capital de 5:193$176.

Diversificando as condições especiaes de cada colono, seguramente não poderão todos chegar aos mesmos resultados.

E', porém, fóra de duvida que o colono sobrio, trabalhador, economico e que gozar de boa saude, póde em pouco tempo não só pagar as dividas que contrahir para o seo estabelecimento no Imperio, mas até adquirir uma pequena fortuna que lhe permitta viver desembaraçadamente.

Nas colonias do Governo as relações dos colonos entre si e com as autoridades constituidas estão reguladas pelo Decreto de 19 de Janeiro de 1867, que póde ser visto e consultado na collecção das leis do Imperio.

A simples leitura d'esse decreto deixa fóra de duvida o interesse que o Governo liga a similhante assumpto, o os meios apropriados que emprega no intuito de offerecer aos colonos facilidades para tirarem proveito do trabalho.

Todos os auxilios necessarios são garantidos aos colonos : subsistencia e serviço nos primeiros tempos de seo estabelecimento, instrucção elementar gratuita, soccorros medicos, pasto espiritual, tudo emfim que póde contribuir para tornar feliz a sorte do emigrante, que se domicilia no Imperio, não poupando o Governo, para conseguil o, esforços e despezas.

E' possivel que, algumas vezes, da applicação d'estes meios não tenha sortido o effeito que se deseja. O que, porém, é positivo e não póde ser seriamente contestado é que, apenas se reconhece o mal, trata-se logo de corrigil-o.

Em sua generalidade, as terras das colonias do Governo são de qualidade superior; e o prova o proprio officio do Sr. Solms que, com referencia a este ponto, cita sómente em contrario as terras da colonia de Therezopolis, em Santa Catharina.

Ainda quando não houvesse outra explicação para o facto de terem 59 familias pedido para se estabelecerem em outra parte, não se póde por esse facto declarar pouco apropriadas á cultura todas as terras da mesma colonia.

Sabido é que na mesma Provincia, comarca ou ainda em um pequeno territorio, as terras diversificam muito a curtas distancias, sendo mais ou menos ferteis.

A colonia de Therezopolis não se compunha só d'essas 59 familias ; e é certo que os outros moradores da colonia nada reclamaram e ainda lá se conservam.

Cabe aqui recordar que, quando em 1869 o Governo resolveo emancipar a colonia de que se trata, tomou as providencias precisas para que este acto não prejudicasse

aos colonos, como se póde ver do Avizo então expedido e incluso por cópia.

Esse Avizo responde cabalmente á accusação que faz o Sr. Solms pelo abandono em que o Governo deixou aquelles colonos.

Convém ainda notar que, apenas teve o Governo conhecimento das circumstancias em que se achavam as mencionadas 59 familias, e do desejo que manifestaram de estabelecer-se no valle do Tubarão n'aquella Provincia, expedio ordem para que fossem attendidas, mandando medir as terras por um engenheiro, á custa dos cofres publicos.

Por motivos que não foi possivel remover de prompto houve alguma demora na execução da ordem.

Pelo que toca aos estabelecimentos particulares não procede a objecção desde que ponderar-se que é do interesse do emprezario não collocar o emigrante em terras estereis, onde será infructifero e inutil todo o trabalho.

Referir-se-ha o Sr. Solms a estes estabelecimentos quando categoricamente assegura que os generos são fornecidos aos colonos por preços exorbitantes?

Para que o argumento tivesse valor fôra necessario firmal-o em factos e demonstrar que taes preços excediam aos do mercado.

Se no Brazil os generos são de valor elevado, o salario e o fructo do trabalho são pagos por preços equivalentes, o que estabelece a necessaria compensação.

E' possivel que algum facto no sentido indicado tenha occorrido. O que, porém, d'elle se póde deduzir, senão a confirmação da regra geral em contrario? Onde o paiz em que o homem não é victima de algum abuso semelhante? O que importa é conhecer que a autoridade superior no Brazil não os tolera e procede solicitamente para com os colonos.

Si os factos de tal ordem fossem communs, sem duvida teriam, ha muito, despertado a attenção do Governo Imperial e dos governos interessados.

Quanto á qualidade das terras, parece sufficiente o que fica dito. Resta tratar da falta de medição.

Nas colonias do Estado ha sempre uma certa

quantidade de prazos coloniaes medidos e demarcados para os colonos que vão chegando.

Para este fim o Governo tem nas suas colonias agrimensores habilitados ; e, nos cazos de urgencia, nomêa um ou mais engenheiros para a prompta conclusão de semelhante serviço.

E' verdade que em algumas, poucas, occasiões o numero de prazos preparados para os colonos não basta ; mas então domiciliam-se elles nos edificios da colonia destinados ao seo recebimento e agazalho nos primeiros tempos, até que se concluam as medições e preparo dos lotes de terras, na conformidade do Decreto citado.

Com os colonos, que se estabelecem em fazendas particulares, não ha necessidade de taes medições, por quanto ahi a condição do colono é diversa. São assalariados, socios ou parceiros, e não proprietarios.

A' excepção de cazos muito raros e que occorrem tambem na propria Europa, onde aliás já se acha completamente definida a propriedade territorial, não consta que no Brazil os colonos tenham sido esbulhados de suas terras.

Na colonia de S. Leopoldo, por não se ter, quando foi fundada ha mais de 50 annos, medido e demarcado os lotes coloniaes, appareceram duvidas sobre os direitos relativamente a estes. O Governo, porém, tratou logo de dar as providencias convenientes, despendendo com este serviço dezenas de contos de reis.

A'cerca do cazo occorrido em Ilhéos, provincia da Bahia, a que o Sr. Solms allude, nada consta official ou extraoffiialmente ao Governo. Immediatamente, porém, pediram-se informações para providenciar-se como fôr de direito.

Pelo que respeita ao assumpto dos casamentos mixtos e acatholicos, da maior importancia para facilitar a colonização, e com o qual tambem occupou-se o Sr. Solms, póde-se assegurar que tem merecido constante attenção e solicitude.

O Decreto n. 1144 de 11 de Setembro de 1861 e o regulamento n. 3069 de 17 de Abril de 1863 demonstram o que já se fez no sentido de consultar essa necessidade; e o projecto de lei apresentado á Camara dos Deputados na sessão de 30 de Setembro de 1870, incluso por cópia,

o qual pende de decisão da assembléa geral legislativa, deixa fóra de duvida o intento e o desejo de completar as providencias reclamadas pelos interesses moraes e civis da população estrangeira.

Poucas palavras direi sobre uma proposição do Sr. Solms, que não qualificarei, e é a de que nos julgamentos dos processos por litigio entre os colonos e os seus visinhos brazileiros os juizes *a final só pronunciam a justiça a favor d'aquelle que mais paga.*

Esta accusação tão gratuita, como altamente offensiva dos brios e da dignidade de um dos poderes politicos do Imperio, não póde ser tomada em consideração pelo Governo Imperial. O Sr. Solms, ao escrevel-a, esqueceo-se sem duvida de que era representante do Imperio Allemão, e fallava de um povo honesto e civilisado.

O poder judicial de qualquer Estado, por mais moralisado que se julgue, está exposto á mesma injuriosa apreciação, uma vez que o accusador escape á responsabilidade e julgue-se dispensado de exhibir qualquer prova.

Concluindo, o Governo Imperial, sem entrar aqui na apreciação da conveniencia de celebrar uma convenção consular com o Imperio da Allemanha, está convencido de que a garantia dos direitos e a propriedade dos colonos allemães no Brazil não dependem absolutamente d'esse ajuste internacional.

E os factos de hoje o provam. Quantos d'esses colonos não estão ahi dando testimunho de que, á sombra das instituições e das leis que regem o Brazil, pódem chegar pelo trabalho e economia a uma posição social independente, vendo devidamente respeitados os seus direitos e interesses ? (1)

Rio de Janeiro 11 de Dezembro de 1872. *Manoel Francisco Correia.*

(Deixei o ministerio no mez seguinte ao da expedição d'este despacho e *memorandum*, quando ainda pendente a questão).

---

(1) Este *memorandum* para poder chegar logo a seu destino foi acompanhado da traducção em francez feita pelo chefe de secção da Secretaria do Estado dos Negocios Estrangeiros Dr. João Pedro Carvalho de Moraes.

ACTAS DAS SESSÕES DE 1893

1ª SESSÃO ORDINARIA EM 3 DE MARÇO DE 1893

Presidencia do Sr. Conselheiro O. H. de Aquino e Castro

A's 7 horas da noite o Sr. Presidente declara aberta a sessão, achando-se presentes mais os Srs. Henrique Raffard, Conselheiro T. Alencar Araripe, Commendador José Luiz Alves, Major Gomes Neto, Dr. Castro Carreira, e Dr. Alfredo Nascimento, tendo justificado a ausencia por meio de cartas, os Srs. Visconde de Beaurepaire Rohan e Conselheiro Manoel Francisco Correia.

O Sr. 1º Secretario Henrique Raffard dá noticia minuciosa do que se passou na secretaria do Instituto durante o periodo das ferias e depois dá conta do seguinte:

EXPEDIENTE

Officios: Do Sr. Barão de Marajó enviando cem exemplares do *Estado do Pará*—Apontamentos para a Exposição Universal de Chicago, afim de serem distribuidos pelos socios; da Secretaria do Estado do Pará, *Apontamentos para a Exposição Universal de Chicago*; do Sr. Garcia Calderon accusando recebido o diploma de socio honorario do Instituto Historico, pelo que muito agradece tão subida honra; do Sr. Director da Secretaria da Justiça e Negocios Interiores, com referencia ao officio

datado de 25 de Janeiro, communicando de ordem do Sr. Ministro que devem ser enviados os documentos comprobatorios da applicação dada a subvenção que recebe o Instituto, conforme foi recommendado em officio de 1 de Julho do anno proximo passado; do Sr. Director Geral da referida Secretaria pedindo de ordem do Sr. Ministro respectivo providencias afim de que até o dia 15 de Fevereiro sejam remettidos todos os esclarecimentos subsidiarios para a confecção do relatorio que tem de ser apresentado ao Sr. Vice-Presidente da Republica; do socio Dr. João José Pinto Junior, presidente do Conselho Superior da Sociedade Propagadora da Instrucção Publica em Pernambuco, enviando o livro *Memoria sobre os factos mais importantes da vida da referida sociedade*, Pernambuco, 1892; da Sociedade Litteraria e Historica de Quebec enviando *Transactions* das sessões de 1891-1892; da Directoria Geral da Instrucção Publica do Rio Grande do Norte, agradecendo a remessa do livro *Colombo* e pedindo que lhe seja enviada a *Revista Trimensal do Instituto*; do presidente do Gremio Litterario *12 de Outubro* participando ter installado em Curitiba o referido gremio, pede ao Instituto as obras que publicou em commemoração do quarto centenario da descoberta da America; do Sr. William R. Harper, presidente da Universidade de Chicago, pedindo documentos relativos á historia sobre a America Latina, afim de figurar na referida exposição; do Sr. A. Fabregas, pedindo autorização para consultar o que houver no Instituto relativo á arte theatral em vista de um artigo publicado no *Jornal do Commercio* de 12 de Agosto de 1841; do Secretario do Congresso Internacional dos Americanistas pondo á disposição do Instituto um exemplar do *Relatorio* do mesmo Congresso na sessão de 1890, que deverá ser procurado em Paris em casa do editor Leroux. Mandou-se procurar e agradecer.

OFFERTAS

Pelo Sr. Conselheiro Alencar Araripe, *Informação para os immigrantes*, publicação official; *Questão de limites entre o Brazil e a Republica Argentina*, tomo II;

pelo socio Dr. Guilherme Studart, *Esmeraldo de Situ Orbis*, por Duarte Pacheco Pereira; pelo Instituto The Canadian, em Toronto, *Transactions*; pelos Srs. Mackellar, Smiths & Jordam, em Philadelphia, *Typographic Advertiser*; pelo Sr. Dr. D. Juan M. Cafferáta, *Censo de Poblacion de los departamentos S. Cristobal y Vera de la Provincia de Santa Fé* (Republica Argentina, America del Sud); *Memoria* presentada por el Ministro de Gobierno, Justicia e Culto a las honorables camaras legislativas; *Mensaje* del Gobiernador de la Provincia de Santa Fé a las honorables camaras legislativas en la abertura de sus sesiones ordinarias de 1889 e 1892; *Ley organica de los Tribunales de la Provincia de Santa Fé*; *Lei de Matrimonio*, (publicação official); *Lei de papel sellado para 1892*; *Destruccion de la Langosta*; pelo socio Lafayette de Toledo os seguintes jornaes: *Minas do Sul*, *Revista Moderna*, *Gazeta Sul Mineira*, *Sentinella da Monarchia*, *A Verdade*, *Comarca de Caldas* e *A Tribuna*; pelo Ministerio Argentino, *Codigos Postal e Telegrafico*, dictados durante la administracion del Dr. C. Carlos, 3 vols. acompanhados de diversos sellos postaes, Buenos-Aires, 1892; pelo Sr. Angel Anguiano, *Anuario del Observatorio Astronomico Nacional de Tucubaia para el ano de 1893*; pelo Dr. Emilio A. Göldi, *Orientação na fauna dos Arachnoides (aranha) do Brazil*; pelo Sr. Engenheiro Ed. Lullin, *Institution d'un Méridien Central Unique*; pelo socio Sr. Barbosa Rodrigues, *Relatorios* sobre trabalhos do Jardim Botanico, apresentados em Outubro de 1890 e Março de 1892; *Exposição* sobre o estado e necessidades do Jardim Botanico, apresentada em Junho de 1890; *Breves instrucções* praticas para remessas de collecções ao Jardim Botanico do Rio de Janeiro; pelo socio Dr. Brazilio Machado, *Discurso inaugural* e *Noção do Status em Direito Romano*; pelo academico Alcantara Machado, *Direito Commercial*: do momento da formação dos contractos por correspondencia; pelo Sr. Conselheiro Tristão de Alencar Araripe, em nome do autor, seu filho Tristão de Alencar Araripe Junior, as obras seguintes: *Contos Brazileiros*, por Oscar Jagoanharo, 1 vol.; *Carta sobre a litteratura brazileira*, 1 vol.;

Jacina, a Marabá, chronica do seculo XVI, 1 vol., *Luizinha*, romance de costumes Cearenses, 1 vol.; *Reino Encantado*, chronica sebastianista, 1 vol.; *Lucros e Perdas*, chronica mensal dos acontecimentos, 1 vol.; *Papado*, conferencia em 12 de Janeiro de 1874, *Litteratura Brazileira*, Dircêo, e *Funcção normal do terror nas sociedades cultas*, 1 vol.; *José de Alencar*, perfil litterario, 1 vol.; pelo Dr. Manoel Martins Bonilha, *Genealogia* dos Martins Bonilha, Toledo Piza e Amaral Gurgel, do Estado de S. Paulo; pelo Dr. Graciano A. de Azambuja, *Noticia*, acompanhada de 4 photographias das ruinas dos templos de S. Luiz, S. Lourenço, S. Miguel e S. João, das antigas Missões dos Jesuitas no Rio Grande do Sul; pelo Barão de Itacurussá, *Relatorio da Veneravel Ordem 3ª de Nossa Senhora do Monte do Carmo*, apresentado em Novembro de 1892; pelo Sr. Desiré Pector, *Considérations sur quelques noms Indigènes de localités de l'Isthme Centre Américain*, Paris, 1892; pela Intendencia Municipal de Casa Branca, *Regulamento do Imposto Predial*, S. Paulo, 1892; Regulamento do imposto de capitação para o fundo Escolar; pelo Sr. Dr. Antonio Quijarro, *Los Territorios del Noroeste de Bolivia*; pela Academia d'Amiens, *Mémoires de l'Académie des Sciences, des Lettres et des Arts*, tomo XXXVII année 1890; pela Société Linnéenne du Nord de la France, *Boletin*, n. 223, Janeiro, 1891—20me année, tomo X; pela Société de Statistique de Marseille, *Répertoire*; pela Société Normande de Géographie, *Bulletin* de 1892; pela Société Nationale des Sciences Naturelles et Mathématiques de Cherbourg, *Memoires*, 1891; pela Smithsonian Institution, *Annual Report of the National Muzeum*, 1891; *Sitzungs berichte mathematisch-physikalischen Classe der k. b.* Academie der Wissenschaften zu München, 1890 a 1891; *Sitzungs berichte der philosophisch-philologischen und historischen Classe*; *Gedächtnisrede auf Wilhelm von Geisebrecht*, 1891; *Abhndlungen der mathematisch—physikalischen Classe*, München 1889; *Rerum Cognoscere Causas*, 1890, München; *The Pensilvania Magazine of History and Biographie*, 1892; *Bulletin of the Minesota Academy of Natural Sciences*; *Mittheilungen der kais. königl. Geographischen Gesellschaft in Wien*, 1891;

Atti della R. Academia dei Lincei, 1889—1890; pela commissão dos trabalhos Geologicos de Portugal, *Communicações*; pela Universidad da Republica do Chile, *Anales*, tomo LXXXI, 1892 e numero extraordinario relativo ao descobrimento d'America, 12 de Outubro de 1892 ; pelo Sr. Vivien de Saint Martin, *Nouveau Dictionnaire de Géographie Universelle*, Paris, 1892 ; por A. Garcia, *Planta* do terreno demarcado pertencente a fazenda de Piahy, tirada pelo piloto approvado Juliano da Silva Chaves; pelo Instituto de Engenheiros, Sociedad Cientifica Argentina e Hygiene Publica de Buenos Aires, *Anales*: pela Academia Pontificia de Nuovi Lincei, *Atti*, anno XLV, Roma, 1891; pela Real Academia de Lincei e pela Academia de Sciencias Phisicas e Mathematicas de Napoles *Rendiconto*; pela Sociedade Geographica de Paris, *Comptes Rendus de Sciences*, 1892—1893 ; pelas redacções: *Revista Maritima Brazileira; Revista do Ensino Primario*; *da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro*; *do El Coleccionista Argentino*; *da Associação Rural de Uruguay*; *do Archivo dos Açores*; *El Monitor* ; pelas Sociedades de Geographia de Tours, de Roma, de München, de Madrid, de Bordeaux, de Paris, e Instituto Geographico Argentino — *Boletins*; pelo Correio Geral da Capital Federal, Sociedade de Geographia de Anvers, de Berlim, de Eurdem, de Osterlandes, de Sadrzay, Real Academia de Historia de Madrid, Sociedade Africana de Italia, Academia Nacional de Sciencias de Cordoba, Observatorio Astronomico de Tucubaia —*Boletins* ; pelo Sr. D. Manuel M. de Peralta, *Mappa Historico e Geografico de Costa Rica y del Ducado de Veragua*, Madrid, 1892; pelo socio Dr. Piragibe, *Discursos* proferidos na solemnidade da distribuição dos premios e collação do gráo de Bacharel em Sciencias e Lettras em 24 de Dezembro de 1892 no Gymnasio Nacional; pela Bibliotheca de Santiago do Chile, *Anuario da Prensa Chilena*, 1891 ; pelas redacções : *Diario Popular*, *Jornal do Recife*, *Apostolo*, *Aurora Barramansense*, *Estado de Mogi-mirim*, *Estado do Rio*, *Club Curitibano*, *El Commercio del Plata*, *Jornal de Goyaz*, *Le Brésil e Le Nouveau Monde*; pela Sociedade de Geographia do Rio

de Janeiro, *Apontamentos para a Exposição Universal de Chicago.*

Pedindo a palavra em seguida o Sr. Conselheiro Alencar Araripe apresenta o balanço do exercicio financeiro de 1892, pelo qual se vê que possue o Instituto 66 apolices da divida publica do valor de 1:000$000 e duas de 600$000, e que tendo sido a despeza de 25:102$310 e a receita de 28:469$320, ficara um saldo de 3:367$710, sujeito a despezas já feitas, em importancia superior ao mesmo saldo, d'onde um *deficit* no referido exercicio. Dando conta d'este balanço o Sr. Thesoureiro pede, que seja fixada para o corrente anno a porcentagem para a arrecadação por cobrança, que tem sido até agora de 15% e que entende dever ser conservada ; e ao mesmo tempo propõe que, como no actual orçamento não ha verba para o pagamento de auxiliares, já tendo sido no entanto apresentado recibo de um d'elles na importancia de 100$000, seja autorisada essa despeza como verba extraordinaria. O Sr. Thesoureiro communica mais, que se acham quasi terminadas as publicações do catalogo geral da Bibliotheca e o ultimo numero da *Revista*, e solicita para as Bibliothecas da Imprensa Nacional do Rio, publica de Curitiba e do Club Commercial dos Girondinos em Curitiba a remessa da collecção da *Revista* do Instituto.

Estabelecida a discussão sobre esses assumptos, supprime-se a verba da porcentagem ao cobrador, propondo-se o Sr. Raffard a fazer realizar gratuitamente as cobranças ; são concedidas as collecções da *Revista* solicitadas pelo Sr. Thesoureiro; é autorizada a mesa a continuar a fazer as despezas com os auxiliares, e é o balanço remettido á commissão de fundos e orçamento para interpôr parecer.

O Sr. Commendador José Luiz Alves entrega ao Sr. Presidente, em nome do Sr. Conselheiro M. F. Correia, um enveloppe lacrado, para ser guardado na arca de sigillo e que será aberto quando o mesmo Sr. Conselheiro Correia deixar de ser Presidente do Tribunal de Contas.

O mesmo Sr. Commendador pede, que o Instituto officie ao Vigario Geral do Bispado do Rio Grande do Sul para obter importantes manuscriptos sobre a Historia dos Jesuitas do Paraguay, que consta acharem-se em poder

dos parentes do fallecido socio do Instituto, Conego João Pedro Gay e n'este sentido foi pela mesa resolvido que se officiasse.

Pedindo a palavra o Sr. 1° Secretario Henrique Raffard apresenta a relação dos exemplares da *Revista* que o Instituto possue e a cuja arrumação procedeu, e dá conta do andamento da publicação do seu trabalho em que são collecionados os artigos publicados sobre a morte de D. Pedro II, e que deve brevemente estar terminado.

O mesmo Sr. Raffard faz vêr ao Instituto quanto lhe é estranho vêr mencionado nos jornaes como tendo-se perdido no incendio que ultimamente destruio o Lycêo de Artes e Officios, importantes livros e manuscriptos pertencentes á Bibliotheca de D. Pedro II, porquanto taes objectos não se podiam ahi achar, visto terem sido o Instituto Historico e a Bibliotheca Nacional as unicas instituições a que o ex-Imperador fizera doação da sua livraria. Feitas por diversos socios varias considerações sobre o caso, o Sr. Presidente encarrega os Srs. Secretarios de se entenderem á respeito com o Sr. Bethencourt da Silva.

Por indicação do Sr. Presidente fica resolvido, que de novo se envie a todos os socios a circular ha tempos expedida pela Secretaria, solicitando a remessa dos retratos e notas biographicas dos mesmos socios para o archivo e devido registro.

Em seguida é lida, e enviada ao Sr. Barão de Capanema, como relator da commissão de admissão de socios, a seguinte proposta assignada pela mesa.

« Propomos para socio honorario do Instituto Historico e Geographico Brazileiro a S. Eminencia o Sr. Cardeal Giacomo Rampolla, Secretario de Estado de SS. o S. Padre Leão XIII, distincção que bem merece por sua vasta illustração, virtudes e saber, comprovadas por seus escriptos e suas missões diplomaticas em diversas cortes da Europa onde gosa da mais alta consideração.

Sala das sessões do Instituto Historico e Geographico Brazileiro, 9 de Setembro de 1892.— *O. H. de Aquino e Castro*. — *Henri Raffard*. Dr. *João Severiano da Fonseca*.—Dr. *Alfredo Nascimento*.— *T. de Alencar Araripe*.

—*José Luiz Alves*.—Dr. *Liberato de Castro Carreira*.—*Joachim Joseph Gomes da Silva Neto*.»

E nada mais havendo a tratar levanta-se a sessão ás 9 1/2 horas da noite.

Dr. Alfredo Nascimento,
2.º Secretario.

2ª SESSÃO ORDINARIA EM 17 DE MARÇO DE 1893

Presidencia do Sr. Conselheiro O. H. de Aquino e Castro

O Sr. Presidente declara aberta a sessão ás 7 horas da noite, achando-se presentes os Srs. Visconde de Beaurepaire Rohan, Conselheiro M. F. Correia, Henrique Raffard, Commendador J. Luiz Alves, Conselheiro Alencar Araripe, Major Gomes Neto, Marquez de Paranaguá, Barão de Capanema, Barão de Alencar, Dr. Luiz Cruls, Dr. Cesar Marques, Dr. Castro Carreira, Dr. Blake, Commendador Xavier da Motta, Commendador Gomes Brandão e Dr. Alfredo Nascimento.

Lida e approvada a acta da sessão anterior, o Sr. Presidente declara achar-se presente o novo socio, Dr. Affonso Celso Junior e convida os dois Secretarios a conduzirem o recemchegado á sala das sessões.

Dirigindo-se ao recipiendario o Sr. Presidente profere a seguinte allocução:

« O Instituto Historico recebe com a mais viva satisfação em seu gremio o novo consocio Sr. Dr. Affonso Celso Junior, já vantajosamente conhecido no mundo das lettras pelo seu bello talento e illustração demonstrada em seus interessantes trabalhos, geral e devidamente apreciados. Acredita o Instituto que muito lucrará com a valiosa acquisição de tão distincto consocio, e espera que elle, com as suas luzes e operosa coadjuvação, concorrerá quanto puder para o desenvolvimento e progresso d'esta utilissima instituição ».

Obtendo a palavra o Dr. Affonso Celso responde em brilhante discurso, ao qual se segue o do orador

Commendador José Luiz Alves, sendo ambos transcriptos no fim d'esta acta.

Usando ainda da palavra, o Sr. Presidente, nos termos seguintes, communica ao Instituto o fallecimento do socio Visconde de Souza Fontes :

«Senhores. – Encetámos ha dias os trabalhos litterarios do Instituto Historico, durante o anno corrente, e já temos o desgosto de registrar em nossos *Annaes* a lamentavel perda de um digno consocio, tão respeitavel pelas suas luzes e instrucção, como pelas eminentes qualidades pessoaes que o distinguiam.

Na noite de 14 do corrente falleceu n'esta capital o Sr. Conselheiro Dr. José Ribeiro de Souza Fontes, Visconde de Souza Fontes, ex-chefe do corpo de saude do exercito, lente jubilado da cadeira de Anatomia na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e medico do Paço no regimen passado. Contava mais de 70 annos de idade, tendo sido reformado no elevado posto de marechal de campo em 1890, depois de haver prestado relevantes serviços á causa publica e ás lettras que com distincção professava.

Perdeu a classe medica na pessoa do illustre finado um dos seus membros mais notaveis; a nossa sociedade um dos seus ornamentos, e a desolada familia um chefe exemplar, dedicado e extremoso em seus ternos e carinhosos affectos.

Fazia parte da nossa associação desde 1848, tendo pela valiosa coadjuvação que por longos annos prestou-nos, especialmente nos cargos de 1° e 2° secretario, sido elevado á merecida graduação de socio honorario em 1889.

O Instituto Historico, de conformidade com os seus estatutos, cumpre hoje o rigoroso dever de inserir na acta de suas sessões um voto de profundo pezar pelo infausto acontecimento que tão dolorosamente magoou-nos.»

Em seguida o 1° Secretario Sr. Henrique Raffard dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Officio: Do Sr. Ministro da Justiça e Negocios do Interior communicando ter approvado as contas com as quaes o Thesoureiro do Instituto justificou o emprego da

subvenção concedida para despezas no exercicio de 1892, e que n'esta data, 11 de Março, providencia para que o referido Thesoureiro possa receber a 1ª prestação do vigente exercicio.

OFFERTAS

Pelo socio Lafayette de Toledo os jornaes: *Clarim*, *O 15 de Novembro*, *Municipio de Iguape*, *Revista Moderna*, *Seculo*, *Gazeta de Jahú* e *Gazeta da Tarde*; pela Directoria Geral de Instrucção Publica, *Revista da Educação e Ensino do Pará*; pela Academia de Sciencias Physicas e Mathematicas de Napoles, *Rendiconto*; pelo autor, *Toscanelli*, notas e documentos concernentes as relações entre a America e a Italia; pelo Conselho Nacional de Hygiene de Buenos-Aires, *Resumé Statistique de 1892*; pelas Sociedades de Geographia de Lisboa e de New-York, *Boletins*; pela Real Academia de Historia de Madrid, *Boletin*; pela Sociedade Cientifica Antonio Alzate, *Associação Rural del Uruguay*; *Societatum Litteræ de Berlim*; *Ensino primario da Bahia*, *Revistas*; pelas redacções: *Revue Medico Chirurgicale du Brésil* n. 1, 1° anno, 20 de Janeiro de 1893; *El Monitor de la Educacion Comun*, *Revistas*; pela Directoria Geral dos Correios, *Boletim Postal*; pelas redacções, os jornaes: *Diario Popular*, *Jornal do Recife*, *Apostolo*, *Club Curitibano*, *Le Nouveau Monde*; pelo Sr. Vivien de Saint-Martin, *Nouveau Dictionnaire de Géographie Universelle.*

Pedindo a palavra, o Sr. Alencar Araripe faz entrega ao Instituto de uma collecção de documentos que lhe são offerecidos pelo Sr. Innocencio Manoel de Araujo Góes, sendo tudo remettido á commissão de redacção para interpôr seu parecer.

O mesmo Sr. Alencar Araripe apresenta a seguinte proposta:

« Existindo na nossa livraria varias obras completamente deterioradas pelo bixo, de maneira que já não pódem ser manuseadas, e servem apenas para contaminar os livros sãos, proponho:

1.° Que taes obras sejam examinadas por uma commissão nomeada pelo Sr. Presidente, e reconhecido

o estado de deterioração, sejam retiradas das estantes, e dadas em consumo, ficando uma relação das mesmas obras na Secretaria;

2.° Que no logar das obras retiradas, sejam collocadas outras, encadernando-se para isso obras novas, que temos em brochura.

3.° Que no catalogo, cuja impressão se está concluindo, se faça um additamento, especificando essa substituição.»

Sendo approvada esta proposta, ficam designados os secretarios e a commissão de redacção para executal-a. Continuando com a palavra, o Sr. Alencar Araripe dá conta do desempenho da commissão de que estava encarregado de saber do Dr. João B. de Lacerda como sahira do Instituto o craneo fossil da Lagôa Santa, offerecido pelo celebre anthropologista Pedro Lund. Do seu exposto consta que confórme informara o Dr. João B. Lacerda esse craneo d'ahi sahio, com autorisação do Presidente de então, afim de ser examinado no Museu Nacional, onde hoje se acha classificado entre outros alli existentes; e á vista d'esta declaração o Instituto resolve, que se officie ao Director d'aquelle estabelecimento reclamando a entrega d'aquella preciosidade.

Declarando ter findado o prazo marcado para a apresentação de biographias do Imperador, que têm de ser julgadas no concurso que o Instituto annunciou, o Sr. Presidente communica, que só uma memoria foi apresentada e nomeia o Sr. Visconde de Beaurepaire para a examinar e dar parecer sobre o seu merecimento.

Referindo o Sr. Presidente que a Typographia Laemmert, encarregada da publicação das *Revistas* do Instituto, officiara-lhe, declarando não mais poder continuar nas mesmas condições esse trabalho, estabelece-se uma discussão que termina, propondo-se o Sr. Raffard a entender-se com aquella typographia, antes de tomar-se qualquer deliberação.

O Dr. Cesar Marques passa a lêr em seguida um arrazoado requerimento, em que solicita do Instituto obter do governo os meios para ir ao Maranhão e Portugal colher documentos para o seu Diccionario Historico d'aquelle

Estado, sendo resolvido que uma commissão, composta dos Srs. Conselheiro Correia, Commendador Gomes Brandão e Marquez de Paranaguá, como relator, examine o trabalho do Dr. Cesar Marques e se pronuncie então sobre o seu requerimento.

Obtendo a palavra o Sr. Barão de Alencar lê a copia da carta que dirigio ao distincto litterato o Sr. Martin Garcia Merou, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica Argentina no Perú, referindo as annotações feitas pelo Sr. D. Pedro II n'um exemplar que possue do livro de S. Ex. *Perfis e Miniaturas*; é enviada a carta á commissão de redacção. (*)

Pedindo o Sr. Raffard que se dê andamento com urgencia á proposta do Cardeal Rampolla para socio honorario, a commissão, que se acha presente, apresenta e lê o seguinte parecer:

« A' commissão de admissão de socios foi presente a proposta da mesa para que seja recebido como socio honorario Sua Eminencia o Cardeal Rampolla.

A commissão julga a proposta muito no caso de ser approvada.

Instituto Historico, 17 de Março de 1893. —*Barão de Capanema.* — *Manoel Francisco Correia.* — *Affonso Celso.* »

Este parecer fica para ser votado na seguinte sessão.

Achando-se adiantada a hora, o Sr. Commendador José Luiz Alves inscreve-se para lêr na sessão seguinte o elogio historico de D. Carlos Ibanez, Marquez de Munhacen, e o Sr. Alencar Araripe para lêr um trabalho sobre o movimento colonial da America, e levanta-se a sessão ás 9 1/2 horas da noite.

Dr. Alfredo Nascimento,
2.° Secretario.

(*) Acha-se publicada na *Revista* do Instituto Historico e Geographico Brazileiro, Tomo LVI parte I pag. 401.

Discurso do Dr. Affonso Celso

Saúdo os meus illustres consocios, àgradecendo-lhes a honra com que me ennobreceram, chamando-me para o seu gremio.

Desvaneço-me de haver tributado sempre ao *Instituto Historico e Geographico Brazileiro* veneração cordial e profunda.

Os serviços por elle prestados á cultura patria, considero-os como benemeritos de reconhecido respeito por parte de quantos prézem a civilisação.

A sua *Revista*, admirada nos mais esclarecidos centros intellectuaes do mundo, constitue inestimavel repositorio de preciosos dados, documento brilhante de nossa mentalidade, contribuição opulenta para o progresso scientifico universal.

Auspice Petro Secundo, Pacifica Scientiae Occupatio —eis a divisa do *Instituto*. Nenhuma tão bella e galhardamente suggestiva.

Significa que n'este recinto vibra immortal a saudade do extraordinario espirito que tanto o amou. Feito de bondade, sabedoria e moderação, durante meio seculo presidio gloriosamente esse espirito os destinos nacionaes, emulando com o das figuras culminantes da humanidade na pratica ininterrupta de todas as virtudes particulares e publicas. E, na desgraça,—naufragio de tantas altanerias,— soube mostrar-se superior ainda á grandeza passada (e era immensa!)—mais magestoso, mais augusto, mais soberano do que quando transformava, perante o orbe attonito, o unico sceptro da America no seu maior symbolo de paz e de liberdade!

Quanto á sciencia, meus honrados consocios, nada vos poderei dizer que vantajosamente já não o saibais.

Ella, no dizer de Lubbock, empresta interesse e variedade á vida; eleva e fortifica o caracter do povo, como o dos individuos.

E Quincy Adams accrescenta:— nos desgostos e decepções da existencia, a sua voz calma nos suscita serenidade e conforto. Na sua célla austera ha para os que a

procuram inviolavel asylo, inexpugnavel reducto. Fazendo-nos palpar o nada das tirannias extinctas, ella torna mais toleraveis as humilhações áquelles sobre quem ineluctavelmente pesa a dependencia das potestades porventura dominantes.

Permittindo-nos a convivencia de Scipião, a intimidade de Demosthenes, Catão, Washington ou Burke, a confabulação com os varões fortes de outr'cra, dá-nos meios de atravessar sem desfallecimentos essas crises em que as amizades nos desertam, emquanto vemos os antigos levitas da nossa fé desfilarem desvairados ao longe, carregando idolos ensanguentados e vis.

Para collaborar comvosco no severo e alevantado culto d'essa sciencia, trago-vos o modesto mas dedicado contingente dos meus esforços. Disponde sem restricção, vós os mestres e os chefes, dos meus elementos, que são escassos, e da minha bôa vontade, que é infinita.

Os factos,—eu o espero,—se incumbirão de patenteiar a sinceridade d'estas expressões.

Inspíre-nos sempre o luminoso espirito a que me referi. Transmitta-nos a sua superna influição; insufle-nos o seu amor ao estudo, os seus patrioticos designios, os seus exemplos em tudo. Subsista em nós,—nos avigóre e nos guie. Rio de Janeiro, 17 de Março de 1893.—*Affonso Celso de Assis Figueiredo*.

Discurso do Commendador José Luiz Alves

Exm. Sr. Dr. Affonso Celso.

As palavras repassadas de gentileza que V. Ex. acabou de proferir perante o Instituto Historico e Geographico Brazileiro, externando no acto solemne de sua posse por meio de tão delicadas phrases, o seu agradecimento por haver sido admittido ao gremio da mais illustre das associações litterarias do Brazil, foram por nós ouvidas com a mais subida attenção, como sempre

costumamos a prestar aos nossos recipiendarios que como V. Ex. vem com seu peregrino e colossal talento promover o engrandecimento d'este santuario de lettras, e repertorio de historia patria. O illustre recipiendario por seu brilhante talento litterario e poetico é mais que digno do titulo que lhe foi conferido de socio effectivo d'este Instituto. Nascido debaixo do céo esplendido da terra que fôra berço do estadista Bernardo Pereira de Vasconcellos aos 31 dias do mez de Março do anno de 1860, tendo a gloria de ter por seu illustre progenitor ao habil jurisconsulto e laureado parlamentar o Sr. Visconde de Ouro Preto, bem cedo revelou nos bancos escolares, por sua applicação e talentos, que um dia conquistaria vasto renome no Tabernaculo das lettras. Aos 20 annos após distinctissimas approvações e louros recebeu na Faculdade de Direito do Estado de S. Paulo o gráo de bacharel em sciencias juridicas e sociaes, e aos 21 annos o de doutor em direito.

A fama de seu esplendoroso talento, seu amor e dedicação aos estudos despertaram em seus comprovincianos o desejo de eleva-lo e distingui-lo como seu representante na Assembléa Geral Legislativa. O acerto da escolha foi confirmado pela victoria das urnas. No recinto da Representação Nacional, logo se salientou com sua palavra facil e brilhante esmaltada com os primores da eloquencia; honrou o mandato e por isso bem mereceu seguidas reeleições e a gloria de ver seu nome citado entre a pleiade dos mais distinctos parlamentares, e ainda mais cabendo-lhe a honra de occupar com toda a distincção a cadeira de 1° secretario da Camara Temporaria.

Correm mundo seus numerosos discursos parlamentares, assim como suas mimosas poesias. Se aquelles justificam exuberantemente pelo fundo e pela forma sua dedicação e amor á patria, estas collocam seu nome no Santuario das Musas. Tanto merito em tão verdes annos não poderia deixar de receber as mais subidas distincções, e se a Republica Franceza apressou-se em honrar e distinguir o merito do illustre recipiendario, conferindo-lhe o gráo de official da distincta Ordem da Legião de Honra, o Instituto Historico e Geographico Brazileiro tambem julgou

dever chamar ao seu gremio o habilissimo advogado, douto parlamentar, mavioso poeta, laureado escriptor e festejado autor dos *Vultos e Factos*. Como orgão do Instituto Historico e Geographico Brazileiro agradeço ao illustre recipiendario as phrases delicadas que lhe dirigio e esperando de sua rara dedicação e invejavel talento que muito fará em prol d'esta associação que hoje o acolhe nas effusões do mais vivo contentamento, desejo que por longos annos occupe essa cadeira e que por seus feitos seu nome rebrilhe entre os dos investigadores da historia patria, mostrando que milita nas phalanges dos fortes batalhadores.

Seja bemvindo o Exm. Sr. Dr. Affonso Celso.

3ª SESSÃO ORDINARIA EM 7 DE ABRIL DE 1893

Presidencia do Sr. General Dr. João Severiano da Fonseca

Na falta do Sr. Presidente effectivo, Conselheiro O. H. de Aquino e Castro, assumio a presidencia o Sr. 2º Vice-Presidente General Dr. João Severiano da Fonseca, que abrio a sessão ás 7 horas da noite, achando-se presentes mais os Srs. Conselheiro M. F. Correia, Henrique Raffard, Conselheiro T. Alencar Araripe, Barão de Alencar, Commendadores José Luiz Alves e Xavier da Motta, Dr. Cesar Marques, Major Gomes Neto, Commendador Gomes Brandão e Dr. Alfredo Nascimento.

Lida e approvada a acta da sessão anterior o Sr. Presidente apresenta e offerece ao Instituto o seguinte documento :

« *Illmo. y Exmo. Sr.* — Quedan en mi poder las llaves de las Puertas de la Ciudad, que me fueran entregadas por el Senor Major de Brigado con oficio de V. E. de esta fecha a que tengo el honor de contestar.

Dios guarde V. E. muchos años. Montevidéo, Abril 23 de 1829.—*José Antonio Bianqui.*

Illmo. y Exmo. Sr. Brigadier Comandante de la division Brazileira Don Francisco José Souza Suares de Andrea.»

O Sr. Barão de Alencar tambem offerece uma carta autographa do fallecido consocio Andrés Lamas, a elle dirigida em 1888 com referencia á lei de 13 de Maio.

Em seguida, obtendo a palavra o Sr. 1° Secretario H. Raffard dá conta do seguinte:

EXPEDIENTE

Officios: Do socio Dr. Virgilio Martins de Mello Franco, accusando o officio circular de 16 do mez findo e declarando já ter enviado ao Instituto a sua photographia e notas biographicas. Do socio D. Antonio de la Lama accusando ter recebido o officio acompanhado dos Estatutos e Diploma de socio honorario do Instituto, pelo que muito agradece tão subida honra. Do Secretario do Instituto Geographico Argentino solicitando alguns numeros da *Revista* d'este Instituto que faltam para completar a collecção que possue em sua bibliotheca. Da Directoria da Sociedade de Artes e Sciencias de Batavia, pedindo permuta com as publicações do Instituto. Do socio Dr. Jaguaribe, enviando as suas notas biographicas e promettendo enviar tambem sua photographia logo que volte á S. Paulo. Do socio Dr. Maximiano Marques de Carvalho, enviando a sua photographia e suas notas biographicas. Do socio Major Joaquim José Gomes da Silva Neto, enviando as suas notas biographicas.

OFFERTAS

Pelo Sr. Vivien de Saint Martin, *Nouveau Dictionnaire de Géographie Universelle*. Pela The Cornell University, *Register*, 1892-93. Pelo autor, Sr. Toscanelli *Notes et Documents concernant les rapports entre l'Italie et l'Amérique*, tomo I, n. 1, Janeiro de 1893. Pela Academia de Sciencias Phisicas e Mathematicas de Napoli,

Rendiconto. Pela Real Academia de Lincei em Roma. *Rendiconto*. Pela redacção, *Revista Maritima Brazileira*. Pela Sociedad Cientifica Antonio Alzate, *Revista*. Pela Universidad Central del Educador em Quito, *Anales*. Pela Hygiene Publica e Medicina Legal de Buenos-Aires, *Anales*. Pelas Sociedades de geographia de Anvers, de Berlim e do Pacifico, *Boletins*. Pela Real Academia de Historia de Madrid, *Boletins*. Pela Sociedade de Geographia de Paris, *Comptes Rendus*. Pela Directoria do Correio Geral da Capital Federal, *Boletim Postal*. Pelas redacções: *Diario Popular, Jornal do Recife, Club Curitibano, Apostolo, Le Nouveau Monde*.

O Sr. 1º Secretario apresenta tambem a lista abaixo, por elle organisada, dos exemplares existentes das publicações avulsas do Instituto:

Publicações do Instituto

A Grammar and Vocabulary of the Tupy Language, by John Luccok, 56 exemplares; *Vida do Padre Estanisláo de Campos*, 35 exemplares; *Brazilian Biographical Annual*, by Joaquim Manoel de Macedo, 6 exemplares; Obras de João Francisco Lisbôa, 14 exemplares; *L'Oyapoc et L'Amazonas* 2 e mais 7 da 2ª parte; *Chorographia* pelo Dr. Mello Moraes, 12, 1ª parte; *Chronica da Companhia de Jesus*, pelo padre Simão de Vasconcellos, 12, 2ª parte; *Conferencia Politica Moral*, pelo Dr. José Ferrari, 25 exemplares; *Conferencia*, Christovão Colombo e o Descobrimento da America, por Pereira da Silva, 529 exemplares; Quinquagenario do Instituto, 993 exemplares; *Chile e Brazil*, Homenagem, 1286 exemplares; *Colombo*, poema, 598 exemplares dos quaes 200 foram confiados á casa Laemmert & C., para serem vendidos; Catalogo dos manuscriptos, 655 exemplares; *Orbe Serafico*, edição de 1858, 146 exemplares, idem de 1860 -1861, 52 exemplares; *Apontamentos Historicos*, *Geographicos*, *Biographicos*, *Estatisticos* e *Noticiosos da provincia de S. Paulo*,

colligidos por Manoel Eufrazio de Azevedo Marques, 195 exemplares, mais da 2ª parte 25 exemplares; *Vida e feitos de Alexandre e Bartholomeu de Gusmão*, 109 exemplares; *Catalogo das Cartas Geographicas*, 459 exemplares; Sessão solemne Homenagem a Christovão Colombo, *Discursos* 912 exemplares; Homenagem ao Sr. D. Pedro II 980 exemplares; *Breves annotações*, á memoria que o Exm. Sr. Visconde de S. Leopoldo escreveu com o titulo—Quaes são os limites naturaes e pactuados, e necessarios ao Imperio do Brazil? — 232 exemplares; Sessão extraordinaria do Instituto em Honra a officialidade do encouraçado Chileno *A. Cochrane*. Discurso do *Exm. Sr. Barão Homem de Mello*, 7 exemplares; *Commemoração de Claudio Manuel da Costa*, 2 exemplares; *Juizo sobre as obras intituladas: Geographia Paraense ou descripção physica, historica e politica da provincia do Grão-Pará*, por A. L. Monteiro Baena, interposto por ordem do Instituto pelo socio José Joaquim Machado, 21 exemplares; *Oblação do Instituto Historico e Geographico á memoria do seu presidente honorario o Principe D. Affonso*, 51 exemplares.

Logo após o expediente pede a palavra o 2° Secretario Dr. Alfredo Nascimento, mas manifestando o Dr. Cesar Marques muito empenho em fallar em primeiro logar cede-lhe aquelle a palavra que já obtivéra, declarando então o Dr. Marques que desejava fazer um reparo ás actas publicadas no ultimo numero da *Revista*, onde figuram os pareceres á respeito da questão de uma projectada exposição, e que se havia resolvido não publicar.

Tomando a palavra que cedera, o 2° Secretario Dr. Alfredo Nascimento, pondera que as considerações que tem a fazer são precisamente da natureza das que acaba de fazer o Dr. Cesar A. Marques, pedindo por isso, como relator das actas, que sejam inseridas na acta da sessão de hoje as importantes rectificações que agora apresenta.

Após a leitura das rectificações reclamadas pelo 2° Secretario, o Dr. Cesar Marques solicitou permissão para levar comsigo os papeis que acabavam de ser apresentados, afim de responder á parte que a elle se referia. Para terminar honrosamente o incidente ahi

relatado, o Sr. Presidente, sobre proposta do 1° Secretario, nomeou uma commissão composta dos Srs. Barão de Alencar, relator, Conselheiro M. F. Correia e Commendador Xavier da Motta, a qual, examinando a questão levantada, serviria de medianeira entre as duas partes interessadas, estudando os documentos apresentados pelo 2° Secretario, e a defesa que, por escripto, lhe apresentaria o Dr. Cesar Marques, e proporia um alvitre conciliatorio, o que foi acceito ; declarando o Dr. Alfredo Nascimento que, por isso mesmo que não queria prolongar essa desagradavel questão, acceitaria qualquer solução honrosa da commissão, desde que fosse publicada a sua rectificação integralmente, por isso que tambem o fôra, comquanto indevidamente, a proposta e os pareceres a que essa rectificação se refere.

Nomeada a commissão nas condições citadas, o Sr. 1° Secretario entregou ao Dr. Cesar Marques os papeis que acabavam de ser lidos pelo Dr. Alfredo Nascimento, os quaes depois de examinados por aquelle consocio deveriam ser remettidos, com o que lhe approuvesse escrever, á commissão para que essa executasse o seu mandato (*).

ORDEM DO DIA

Passando-se a outra ordem de trabalhos, correu o escrutinio e foi unanimemente eleito socio honorario do Instituto o Sr. Cardeal Rampolla, e logo depois o Sr. 1° Secretario leu a seguinte proposta, que foi á commissão de historia para dar parecer, sendo relator o Dr. Cesar Marques.

«Propomos para socio effectivo o Sr. Tristão de Alencar Araripe Junior, Bacharel formado em sciencias sociaes e juridicas, autor de varias obras litterarias que

---

(*) Por deliberação do Instituto, em sessão extraordinaria de 15 de Janeiro de 1894, e em vista do parecer da commissão especial, approvado na mesma sessão, deixão de ser aqui publicadas as Rectificações apresentadas pelo Sr. Dr. Secretario, e bem assim a resposta e officios do Sr. Dr. Cesar Marques.

tem pubicado pela imprensa, e que offereceu a este Instituto. E' natural do Ceará, em cuja capital nasceu a 27 de Junho de 1848, exerceu o cargo de juiz municipal, representou a sua provincia, hoje Estado, na respectiva Assembléa Provincial, e actualmente exerce o logar de director de secção na secretaria da Justiça e do Interior n'esta Capital Federal onde reside.

D'entre as suas obras teem mais pronunciado caracter historico o *Perfil de José de Alencar, o Reino Encantado* e o estudo sobre o nosso poeta Gregorio de Mattos, ultimamente divulgado na imprensa diaria.

Sala das sessões, 7 de Abril de 1893.— *Joaquim José Gomes da Silva Neto.— Henri Raffard.— José Luiz Alves.— JoãoXavier da Motta.* »

Estando a hora adiantada o Sr. Presidente levantou a sessão ás 9 horas da noite.

Dr. Alfredo Nascimento,
2º Secretario.

4.ª SESSÃO ORDINARIA EM 28 DE ABRIL DE 1893

Presidencia do Sr. General Dr. João Severiano da Fonseca

Por se achar ainda ausente o Sr. Presidente effectivo Conselheiro Olegario Herculano de Aquino e Castro, o Sr. 2.º Vice-Presidente Dr. João Severiano da Fonseca assume a presidencia,e abre a sessão ás 7 horas da noite, achando-se presentes mais os Srs.Conselheiro M. F. Correia, Henrique Raffard, Conselheiro T. Alencar Araripe, Dr. Cesar Augusto Marques, Commendadores José Luiz Alves, Gomes Brandão e Xavier da Motta, Barão de Alencar, Barão de Capanema, Major Gomes Neto e Dr. Alfredo Nascimento.

Lida e approvada sem debate a acta da sessão anterior, o Sr. 1.º Secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Officios : do socio Lafayette de Toledo enviando uma noticia que encontrou no *Diario Official* e um livro que

pertenceu a Don Miguel, *Cours Complet de Physiologie, Distribué en Leçons*. Do Director interino da Bibliotheca do Museu da Marinha, pedindo o volume 54 da *Revista*, que falta n'aquella Bibliotheca. Do club *Tiradentes* convidando o Instituto para tomar parte no prestito que se formará no Arsenal de Marinha no dia 21 do corrente. Do Bibliothecario do Lyceu de Artes e Officios de Pernambuco, pedindo a collecção da *Revista* do Instituto. Do Bibliothecario da Escola Normal de S. Paulo, pedindo a collecção da *Revista* do Instituto. Do Sr. Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, agradecendo em nome da Superintendencia Geral de Ensino Publico em Curitiba, no Estado do Paraná, a collecção da *Revista* que recebeu por intermedio do Sr. Dezembargador Agostinho Ermelindo de Leão. Do socio Dr. Epiphanio Pitanga participando a sua retirada para Paris, onde ficará ao dispôr do Instituto. Da Estatistica da Villa de Praga, agradecendo a 1.ª parte do volume 55 da *Revista*. Do Sr. Hypolito Cassiano de Miranda, enviando dous exemplares do 1º tomo da 2ª edição das *Memorias historicas e politicas da provincia* da Bahia, e pedindo algumas explicações sobre *Memorias do Clero Pernambucano*. Do Sr. Ricardo Rossel communicando ter recebido o officio, em que se lhe participa a sua nomeação de socio honorario do Instituto, que muito agradece. Do socio Commendador Antonio José Gomes Brandão, carta do Sr. Sant'Anna Neri propondo ao Instituto a compra de alguns exemplares da obra que vai publicar sob o titulo de *Diccionario das tribus indigenas do Brazil*. Respondeu-se acceitando a proposta.

OFFERTAS

Pelo Sr. 1.º Secretario Henrique Raffard, seu trabalho *O Centro da Industria e Commercio de Assucar no Rio de Janeiro* e *O testamento de Colombo*; pelo Sr. Thesoureiro, Conselheiro Tristão de Alencar Araripe, *Reflexões sobre as cousas do Brazil*; pelo Grande Oriente do Brazil, *Constituição e Regulamento Geral do Grande Oriente e Supremo Conselho do Brazil*, *Boletim do Grande Oriente do Brazil* e *Jornal da Maçonaria Brazileira*; pela

Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, *Catalogo dos Retratos colligidos,* por Diogo Barbosa Machado; pela Commissão Tchnica Militar Consultiva, *Revista,* Dezembro de 1892 e Janeiro de 1893; pela Directoria Geral de Correios e Telegraphos de Buenos Aires, *Antecedentes Administrativos de Correos y Telégrafos, de 1° de Janeiro a 23 de Outubro de* 1891 e Outubro de 1891-1892; pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro, *Archivos* volume *VIII*; pelo Dr. Albrecht Pench, *Carte de la Terre*; pela Higiene Publica e Medicina Legal de Buenos Ayres, Universidade de Santiago do Chile, Sociedad Cientifica Argentina, Instituto de Engenheiros e Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, *Annaes*; pela Officina Central de Estatistica de Valparaiso, *Anuario Estatistico* da Republica do Chile, 1892; pelas Sociedades de Geographia de Bordeaux, Imperial da Russia, Geographica de Lima e Geographica Italiana de Roma, *Boletins*; pelas redacções: *Ensino Primario da Bahia, Maritima Brazileira, El Colleccionista Argentino, Associação Rural del Uruguay, El Monitor de la Educacion Comun e Educação e Ensino do Perú, Revistas*; pela Sociedade de Estudos Indo-Chinoise de Saïgon e Sociedade Imperial dos Naturalistas de Moscow, *Boletins*; pela Sociedade de Geographia de Paris, *Comptes Rendus des Sciences,* 1892, fasciculos 5, 6 e 7; pelas respectivas redacções, os jornaes: *Diario Popular, Jornal do Recife, Apostolo, Commercio de S. Paulo, Folha, Le Brésil e Le Nouveau Monde*; pelo socio Sr. Commendador Antonio José Gomes Brandão, *Polyanthéa commemorativa do* 33° *anniversario da Sociedade Propagadora das Bellas Artes em 23 de Novembro de* 1889 *e Perfil Biographico* do Commendador Antonio José Gomes Brandão, por S. P. B. A; pelo Sr. Barão de Capanema, alguns exemplares dos seus estudos sobre a questão dos limites do Brazil com a Republica Argentina.

Continuando com a palavra o Sr. Henrique Raffard dá conta da incumbencia da commissão de que fazia parte para providenciar sobre a impressão da *Revista,* cujo preço fôra augmentado pela Companhia Typographica, e declara ter com ella se entendido, chegando a um accôrdo de terminar por este anno as publicações iniciadas, pelo preço

médio entre o antigo e o novamente proposto, ficando então as futuras publicações dependentes de ulterior deliberação.

Approvado este proceder da commissão, o mesmo Sr. Henrique Raffard informa ao Instituto sobre o exame que fez com o Sr. Thesoureiro nos cofres de ferro que se propõe comprar para arca de sigillo, sendo autorisado a fazer acquisição do que julgar mais conveniente.

Em seguida o Sr. Henrique Raffard apresenta, os catalogos dos objectos existentes no musêo das moedas etc., organisados pelo Sr. Commendador Xavier da Motta que espontaneamente se propoz a executar este trabalho, o qual tomado no devido apreço pelo Instituto, foi enviado á commissão de redacção para fazer imprimir.

O Sr. Dr. Cesar Marques pondera a proposito, que igual trabalho foi feito pelo Sr. Alencar Araripe, inventariando os manuscriptos da Bibliotheca, em cujo numero, porém, tem verificado grandes desfalques; pelo que mais uma vez protesta contra a retirada de taes documentos.

O Sr. Conselheiro M. F. Correia propõe um voto de agradecimento ao Sr. Commendador Xavier da Motta pelo seu precioso trabalho, e o Instituto approvando com agrado essa proposta resolve inserir na acta o louvor ao prestimoso consocio.

ORDEM DO DIA

Obtendo a palavra o Sr. Commendador José Luiz Alves lê o parecer da commissão de contas sobre o balanço apresentado pelo Sr. Thesoureiro, parecer que em seguida é approvado:

«A commissão de fundos e orçamento vem trazer ao conhecimento do Instituto Historico o seu parecer em relação as contas do anno findo a 31 de Dezembro de 1892 e constantes do balanço da receita e despeza, apresentado pelo digno Thesoureiro o Exm. Sr. Conselheiro Tristão de Alencar Araripe.

A receita, comprehendendo o saldo de Rs. 17:936$820 que passou do anno de 1891, montou á somma de 28:469$320.

A despeza perfeitamente documentada em 25:102$310, que deduzida da receita mostra um saldo a favor do Instituto de 3:367$010, insufficiente para solver os compromissos tomados para a sessão magna que o Instituto celebrou a 12 de Outubro, 4° Centenario da Descoberta da America pelo insigne Genovez o almirante Christovão Colombo, cuja commemoração se deliberou fazer.

As verbas que demonstrão a receita são:

Saldo em 1891		17:936$820	
Subsidio da Nação	4:500$000		
Juros das apolices	2:860$000		
Da letra do B. do Brazil	84$880		
Da c/c no B. Credito Movel	401$900		
Da liquidação da c. da C. Economica	282$720		
Produzido pela venda de Revistas	281$000		
Joias dos socios novos	200$000		
Prestações semestraes dos Socios	622$000		
Dos diplomas dos benemeritos.	300$000		
Donativo do socio Commendador Luiz R. de Oliveira	1:000$000	10:532$501	28:469$320
As verbas que justificam a despeza são as seguintes:			
Impres. da Revista Trimensal			
Do tomo 54	1:848$000		
Do tomo 51	2:442$500	4:290$500	
Remessa da mesma para o interior		44$150	
Custo das encadernações		132$000	
Idem de livros		500$000	
Despezas do expediente		1:951$300	
Vencimento dos empregados.	2:400$000		
Gratificações aos Auxiliares	1:225$000	3:625$000	
Porcentagem ao Cobrador		168$300	
Despezas eventuaes		1:429$660	12:140$910
		Rs.	16:328$410
Despendido com a compra de 13 apolices geraes para augmento do patrimonio.			12:961$400
Saldo a favor do Instituto S. E. O.		Rs.	3:367$010

Com a acquisição das 13 apolices fica elevado a 68 o numero das apolices geraes de 5 °/₀ que constituem o fundo patrimonial do Instituto.

A commissão julga as contas dignas de approvação e o Exm. Sr. Conselheiro Thesoureiro credor de bem merecidos louvores pela dedicação e zelo, com que sabe defender os interesses d'esta Instituição, que lhe estão confiados.

Sala das sessões do Instituto Historico e Geographico Brazileiro, em 28 de Abril de 1893. — *José Luiz Alves*, Relator.—Dr. *Cesar Augusto Marques.*

Passando-se á segunda parte da ordem do dia, o Sr. Alencar Araripe procede á leitura do seu trabalho sobre o—Movimento colonial da America— e finda ella, nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente levanta a sessão ás 9 3/4 horas da noite.

Dr. *Alfredo Nascimento,*
2º Secretario.

5ª SESSÃO ORDINARIA EM 12 DE MAIO DE 1893

Presidencia do Sr. Conselheiro O. H. de Aquino e Castro

A's 7 horas da noite, achando-se presentes os Srs. Conselheiro O. H. de Aquino e Castro, General Dr. João Severiano, Henrique Raffard, Alencar Araripe, Commendador José Luiz Alves, Marquez de Paranaguá, Dr. Sacramento Blake, Barões Homem de Mello e de Alencar, Commendadores Gomes Brandão e Xavier da Motta, o Sr. Presidente declara aberta a sessão.

Foi lida e approvada a acta da sessão anterior.

O Sr. Presidente communica o fallecimento do consocio Dr. José de Barros Pimentel, nos seguintes termos:

« Senhores.—Cumpro um triste dever communicando-vos que acabámos de perder mais um digno e illustrado consocio, Sr. Dr. José de Barros Pimentel, fallecido n'esta capital no dia 6 do corrente.

Foi admittido ao nosso gremio em 1845, na qualidade de socio correspondente. Occupou posição eminente na politica do seu paiz, representando na Camara dos Deputados com muita distincção e em diversas legislaturas a antiga provincia de Sergipe, onde nasceu, e merecendo sempre pelas suas excellentes qualidades pessoaes, nobre caracter e elevado patriotismo, a geral estima e consideração de que gozava.

O Instituto Historico, de conformidade com os seus estatutos, faz inserir na acta da presente sessão um voto de profundo pezar por tão lamentavel acontecimento.»

O Sr. 1° Secretario Raffard dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Officios: Do Sr. Ministro da Justiça e Negocios Interiores dando conhecimento ao Instituto do convite feito ao Ministerio das Relações Exteriores pelo Governo da Confederação Helvetica, no sentido de promover-se por intermedio das Sociedades Geographicas Brazileiras a creação de uma commissão central encarregada de organizar e publicar a Bibliographia Nacional das Sciencias Geographicas e que se corresponda e permute com as congeneres de outros paizes os seus trabalhos, documentos, materiaes, etc., e remette a copia do officio que o Sr. Consul Geral da Suissa Eugenio Emilio Raffard dirigio ao respectivo Ministerio das Relações Exteriores; dos socios Conselheiro José Mauricio Fernandes Pereira de Barros e Dr. Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo enviando suas photographias e biographias; do Sr. Alcindo Guanabara, director da Superintendencia Geral da Immigração na Europa pedindo as publicações do Instituto; do socio Dr. Liberato de Castro Carreira communicando não ter comparecido ás ultimas sessões por se achar incommodado e enviando a sua biographia; do socio Conselheiro João Manoel Pereira da Silva declarando que no Diccionario de Innocencio acha-se a sua biographia e remette a sua photographia; do 2º Secretario Alfredo do Nascimento Silva participando não poder comparecer por algum tempo, pedindo por isso a sua escusa temporaria

do respectivo cargo; do desembargador Luiz Gonzaga Jaime, Presidente do Gabinete Litterario Goyano, pedindo uma collecção da *Revista do Instituto*; do consocio Dr. Cesar Augusto Marques pedindo sua demissão de socio.

OFFERTAS

Pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, *Annaes* da Academia e 45 exemplares de theses dos Drs. formados em 1892; pelo presidente do estado de Minas Geraes Dr. Affonso Augusto Moreira Penna *Mensagem*, por elle dirigida ao Congresso Mineiro; pelo socio Dr. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake o seu *Diccionario Bibliographico Brazileiro*, 2° volume; pelo socio Sr. Barão de Capanema, *As Pretenções Argentinas na questão de limites com o Brazil*; pelo socio Dr. Affonso Celso de Assis Figueiredo o seu trabalho *Minha Filha*; pelo socio Sr. Estanisláo S. Zeballos, *Questiones de Limites entre las Republicas Argentina, el Brazil y Chile*; pelo socio Sr. Lafayette de Toledo, *Estatuto Municipal de Casa Branca*, Estado de S. Paulo; pela Academia de Scienze Fisiche e Matematiche, *Rendiconto*, serie 2.ª vol. VII. fasc. 3° Março de 1893; pelas Sociedades de Geographia de Bordeaux, de Washington, de Roma, de Berlim, e Instituto Geographico Argentino, *Boletins*; pela Real Academia de Historia de Madrid e Sociedade Imperial dos Naturalistas de Moscow, *Boletins*; pela Associação Rural de Uruguay, *Revista*; pelas redacções: *Diario Popular*, *Jornal do Recife*, *Apostolo*, *El Comercio del Plata*, *Le Nouveau Monde*; pelo socio Conselheiro João Manoel Pereira da Silva duas cartas autographas, sendo uma de Ferdinand Diniz, e outra de Pinheiro Chagas; pelo Sr. Dr. Rodrigo Octavio, *Festas Nacionaes*; pelo socio General Dr. João Severiano, 19 medalhas, condecorações e moedas conforme a seguinte:

RELAÇÃO

4 medalhas brazileiras, 1 argentina, 2 francezas, 1 pontificia, 2 religiosas, 2 condecorações militares

argentinas, 4 ditas paraguayas, 1 dita italiana, 2 moedas peruanas (1749 e 1768).

ORDEM DO DIA

Entrou em discussão a materia do officio ha pouco lido do Sr. Ministro da Justiça e Negocios Interiores. O Sr. 1.º Secretario lembrou que o Sr. Marquez de Paranaguá poderia manifestar-se sobre o assumpto, já pela sua competencia, já por ser presidente da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro, que tambem foi convidada para tomar parte na realisação da idéa de que trata o officio.

O Sr. Marquez usando da palavra demonstrou a utilidade que ha em o Brazil corresponder ao convite feito pelo governo da Confederação Helvetica, visto ser de interesse geral a divulgação dos trabalhos geographicos produzidos em todos os paizes, concorrendo assim para o alargamento dos conhecimentos d'essa sciencia que é objecto da maior attenção de todos os povos cultos, estabelecendo-se a franca reciprocidade da permuta dos productos do saber. Ponderou, porém, que a realisação da idéa exige avultadas despezas para as quaes o Instituto só poderá concorrer com pequena parte; que essas despezas deverão correr á conta do governo, a exemplo dos governos da Confederação Helvetica, Belgica, Republica Argentina e outros paizes. Estando convencido de que só assim o Brazil será representado convenientemente, é de parecer que n'estes termos o Instituto se dirija ao Sr. Ministro da Justiça e Negocios Interiores.

A mesa resolveu de conformidade com este parecer.

Por indicação do Sr. Presidente foram attendidos os pedidos dos Srs. desembargador Luiz Gonzaga Jaime e Alcindo Guanabara, pondo-se á disposição de cada um desses Srs. uma collecção da *Revista* do Instituto, conforme os numeros que houver no archivo.

O Sr. Presidente lembrou, e foi acceito, que se officiasse ao Sr. Dr. Cesar Marques dizendo não ser possivel tomar-se qualquer resolução sobre o pedido que fez em seu officio supra mencionado, visto não ter a commissão nomeada para tomar conhecimento e propor o que tivesse

por conveniente ácerca do conflicto suscitado entre S. S. e o Dr. Alfredo Nascimento ainda apresentado o seu parecer a respeito.

Foi lido o parecer do Sr. Visconde de Beaurepaire Rohan sobre o unico trabalho enviado ao Instituto a respeito da vida do finado Imperador o Senhor Dom Pedro II. A mesa, tendo em attenção o parecer do illustre consocio, resolveu que o trabalho fosse lido na seguinte sessão afim de se poder verificar si corresponde plenamente aos intuitos do Instituto.

O Sr. Presidente fez vêr a conveniencia de ser reimpresso o livro que apresenta: *Memorias do Instituto*, publicado em 1839, obra importante e rara, da qual foi transcripta apenas uma parte na *Revista*. Foi enviada á commissão de redacção.

Pelo Sr. Barão Homem de Mello foi pedida uma collecção da *Revista* para a bibliotheca do Collegio Militar. Foi concedida, com os numeros que houver disponiveis no archivo.

Foi lido e approvado o seguinte parecer da commissão de historia sobre a proposta de admissão do Sr. Dr. Tristão de Alencar Araripe Junior, e foi enviado á commissão de admissão de socios ; sendo relator o Sr. Barão de Capanema.

«Obedecendo as determinações do Instituto Historico a Commissão de historia vem dar seu parecer, relativo a proposta do Sr. Dr. Tristão de Alencar Araripe Junior para socio effectivo.

Este nome já é vantajosamente conhecido na Republica das Lettras pelo seu constante lidar na imprensa, demonstrando amor ao estudo, ao trabalho, e variados conhecimentos em diversos ramos de litteratura, tudo escripto em linguagem clara, corrente, sem circuitos e expressões sesquipedaes, que demonstram pedantismo, e não poucas vezes em quem d'isto não necessita.

De á muito que em todos os paizes cultos busca-se propagar conhecimentos historicos e geographicos por meio do *Romance*, que com fórma mais amena attrae a attenção dos leitores, e destróe a aridez propria de estudos d'essa ordem.

O Sr. Dr. Araripe Junior veio collocar-se ao lado d'esses escriptores, e em bôa hora o fez, pois escreveu o *Reino encantado*, onde nos conta as scenas sanguinolentas, que em Pernambuco, com grande offensa dos seus creditos, representou o mais desenfreado fanatismo, fazendo-se muitas victimas, gastando-se muito dinheiro da fazenda-publica, arruinando-se muitas fortunas particulares, cançando-se o exercito, e até indo a esses lugares um venerando sacerdote, que foi nosso consocio, e cujo nome, monsenhor Joaquim Pinto de Campos, o Brazil repete com saudades, com o humanitario fim de acabar com esse estado tão selvagem, o que infelizmente não obteve.

O seu trabalho sobre a vida e feitos do infeliz Gregorio de Mattos, estudo serio, e de escavações historicas é de tal merito, que a commissão anima-se a recommendar a todos os consocios, que o leiam; não indigita um ou outro logar, não marca um ou outro periodo porque acha tudo digno de detida leitura.

Já se vê por estes ligeiros traços, que ao Sr. Dr. Tristão de Alencar Araripe Junior devem ser abertas de par em par as nossas portas, e ser recebido com satisfação, e admittido em nossas officinas de trabalho, onde por certo ha de continuar a honrar o nome do seu venerando pae, o nosso probidoso thesoureiro, que, já no inverno da vida, nós encontramos sempre em nosso caminho, illuminando-nos com as luzes da sua brilhante intelligencia, guiando-nos com seus tão proveitosos conselhos, e instruindo-nos com a avultada somma dos seus conhecimentos historicos.

Cumpre agora ao Instituto deliberar como achar mais justo.

Sala das Sessões do Instituto Historico e Geographico em 5 de Maio de 1893. — O Relator, Dr. *Cesar Augusto Marques* — Dr. *João Severiano da Fonseca* — *Augusto Victorino A. Sacramento Blake*. »

O Sr. Dr. Sacramento Blake pedio a palavra para defender-se perante o Instituto de algumas apreciações injustas do *Jornal do Commercio* á respeito do segundo

tomo do seu *Diccionario Bibliographico Brazileiro*, o que fez satisfactoriamente, tendo sido ouvido por todos com o interesse que o assumpto merecia.

O Sr. José Luiz Alves inscreveu-se nos termos abaixo declarados para leitura de um trabalho seu na proxima sessão, sem prejuizo da leitura do trabalho sobre a vida do finado Imperador:

«Inscrevo-me para na primeira sessão ordinaria ler o elogio biographico do finado D. Carlos de Ibanez y Ibanez de Ibero, Marquez de Munhacen, Marechal de campo do exercito hespanhol, insigne mathematico, geologo e astrologo, litterato de vasta nomeada, cujo nome é assim considerado no mundo scientifico, e considerada verdadeira gloria militar da Nação Hespanhola.

E' um tributo que o Instituto paga á memoria do seu finado socio correspondente, e que não foi comprehendido no elogio na sessão magna anniversaria do anno findo por terem chegado tarde as notas que solicitei do Sr. Ministro brazileiro na côrte de Madrid. »

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente levantou a sessão ás 9 horas da noite.

João Xavier da Motta,
Servindo de 2º Secretario

6ª SESSÃO ORDINARIA EM 26 DE MAIO DE 1893

Presidencia do Sr. conselheiro O. H. de Aquino e Castro

A's 7 horas da noite estando presentes os Srs. Conselheiro O. H. de Aquino e Castro, General Dr. João Severiano, Henrique Raffard, Marquez de Paranaguá, Drs. Cesar Marques e Sacramento Blake, Barões de Capanema, Homem de Mello e de Alencar e Commendadores Gomes Brandão e Xavier da Motta, o Sr. Presidente abre a sessão.

Foi lida e approvada a acta da sessão anterior.

O Sr. 1° Secretario Henrique Raffard dá conta do seguinte :

EXPEDIENTE

Officios: Dos socios Drs. Brazilio Machado e Mendes de Almeida, enviando as suas photographias e notas biographicas; do socio Sr. Lafayette de Toledo, remettendo as suas notas biographicas ; do engenheiro chefe da commissão Geographica do estado de Minas Geraes, participando achar-se em actividade a dita commissão e enviando as Instrucções regulamentares da mesma ; do Conselheiro Tristão Alencar Araripe e Visconde de Beaurepaire Rohan, participando não poderem assistir á sessão de hoje ; do Sr. ministro do Interior pedindo uma collecção da *Revista* do Instituto, para a legação brazileira no Paraguay ; do bibliothecario da Bibliotheca da Escola de Minas de Ouro Preto, pedindo as publicações do Instituto.

OFFERTAS

Pelo socio o Sr. Henrique Raffard, 1° Secretario, *Patrimonio do Principe D. Pedro Augusto de Saxe Coburgo Gotha e Bragança*; pelo socio Dr. Cesar Augusto Marques, *Relatorios* das Secretarias de Estado dos Negocios da Agricultura, Interior e Finanças apresentados ao Dr. Presidente do estado de Minas Geraes no anno de 1893; *Mensagem* dirigida pelo Presidente do estado de Minas Geraes, Dr. Affonso Augusto Moreira Penna ao Congresso Mineiro em sua terceira sessão ordinaria da 1ª Legislatura, Ouro Preto, 1893 ; pela Academia de Toulouse, *Annuaire des Facultés* 1892, 1893 ; *Repport Annuel du Conseil Général des Facultés*, 28 de Dezembro 1892; pela Connecticut Academy of Arts and Sciences, *Transactions* ; pelo Sr. Dr. Menezes Vieira, *Revista Pedagogica*, tomo quarto ns. 19, 20 e 21, 1893 ; pelo Sr. Vivien de Saint Martin, *Nouveau Dictionnaire de Géographie Universelle*; pelas redacções, *Revistas*: *do ensino primario da Bahia*; *da educação e ensino do Pará ; da Associação Rural de Uruguay*, *Bibliotheca da Marinha*, e da

Commissão Technica Militar Consultiva ; pelas Sociedades de Geographia da Russia, de Anvers, de Lima e de Lisboa, *Boletins* ; pela Directoria Geral dos Correios d'esta Capital, Sociedade Adriatica de Sciencias naturaes em Trieste e Grande Oriente do Brazil, *Boletins* ; pela Hygiene Publica e Medicina Legal de Buenos Aires e Universidade Central del Educador de Quito, *Anales* ; pelas redacções os jornaes : *Apostolo, Jornal do Recife, Diario Popular, Le Nouveau-Monde* ; pelo Sr. 2° Vice-Presidente, General Dr. João Severiano, *Bases* para a organisação do serviço de saude do exercito apresentadas ao Club Militar ; pelo Dr. João Mendes Junior, foram enviadas as notas biographicas e a photographia do socio Dr. João Mendes ; pelo socio General Dr. João Severiano, foram apresentadas as suas notas biographicas e photographia.

Pelo Sr. Barão de Alencar foi communicado, que o Sr. Senador Correia não comparecia a esta sessão por motivo de grandes afazeres.

O Sr. Presidente communicou, que mandara satisfazer os pedidos dos Srs. ministro do Interior e bibliothecario da Bibliotheca da Escola de Minas de Ouro Preto, sendo as collecções da *Revista* compostas dos numeros existentes no archivo, com falta de alguns que serão em tempo reimpressos ; e declarou, que já havia respondido ao officio do Sr. Ministro do Interior, relativo á creação de uma commissão central encarregada da organisação e publicação da Bibliographia Nacional das Sciencias Geographicas, accedendo ao convite feito e insistindo na necessidade de, por força d'esse novo serviço, e a bem dos trabalhos do Instituto, ser restabelecida na lei do orçamento que vai ser votada a subvenção total antes concedida ao mesmo Instituto e só ultimamente reduzida á metade.

ORDEM DO DIA

Conforme foi deliberado na sessão anterior procedeu-se á leitura do trabalho anonimo apresentado sobre a vida do finado Imperador D. Pedro II, para o Instituto julgar se satisfaz o fim para que foi aberto o concurso.

A leitura foi interrompida ás 9 horas da noite, sendo deliberado que fosse concluida em sessão extraordinaria que foi marcada para o dia 2 do proximo mez, á hora do costume.

O Sr. Presidente levantou a sessão, que continuará na seguinte.

João Xavier da Motta,
Servindo de 2º Secretario.

SESSÃO EXTRAORDINARIA EM 2 DE JUNHO DE 1893

Presidencia do Sr. Conselheiro O. H. de Aquino e Castro

A's 7 horas da noite estando presentes os Srs. Conselheiro O. H. de Aquino Castro, Henrique Raffard, Alencar Araripe, José Luiz Alves, Barões Homem de Mello, de Capanema e de Alencar, Marquez de Paranaguá, Drs. Cesar Marques e Sacramento Blake, e Commendadores Gomes Brandão e Xavier da Motta, o Sr. Presidente abrio a sessão para o fim resolvido na anterior cuja acta foi lida e approvada.

O Sr. General Dr. João Severiano participou não poder comparecer a esta sessão.

Continuou a leitura do trabalho anonimo intitulado *Biographia de D. Pedro de Alcantara, 2.º Imperador do Brazil.*

Finda a leitura o Sr. Presidente lembrando o que foi resolvido por occasião de ser aberto o concurso, declarou aberta a discussão sobre o trabalho apresentado.

O Sr. Raffard usando da palavra declarou-se contra o mesmo, porque entendia que não attingia o objectivo do Instituto, visto achar-se muito resumido e omisso, além de conter incorrecções demonstradas nos apartes dados no correr da leitura, e conter phrases nada delicadas para com a memoria d'aquelle que sempre recebeu dos seus compatriotas e dos estrangeiros o maior respeito e

consideração. Concluindo, propõe que o Instituto approve o parecer apresentado pelo Sr. Visconde de Beaurepaire Rohan.

O Sr. Dr. Cesar Marques disse, que apoiava tudo quanto disse o Sr. Raffard e que o trabalho devia ser rejeitado e entregue a quem se apresentasse como seu autor, porque, além do expendido, as referencias inveridicas eram prejudiciaes á historia do periodo, em que governou o finado Imperador.

O Sr. Alencar Araripe manifestou-se tambem contra o trabalho e accrescentou, que, pelo laconismo da parte propriamente biographica, lhe parecia, que o autor não satisfazia os intuitos do Instituto, o qual desejaria ver expostos com justa critica os factos da vida do ex-imperador, cuja influencia se reflectisse na vida da sociedade brazileira, que o mesmo ex-imperador dirigio por mais de 50 annos; o que só se poderia conseguir em trabalho mais circunstanciado, e nunca nos breves lineamentos e ligeiras considerações politicas feitas pelo autor da memoria sobre alguns actos do principe destronado; sendo evidente, que um reinado de mais de meio seculo não cabe em poucas paginas.

Os Srs. Marquez de Paranaguá, commendador Luiz Alves, Dr. Sacramento Blake e Barão de Alencar tambem se pronunciaram em desfavor do trabalho.

O Sr. Presidente dando por finda a discussão propoz a votação nominal sobre o parecer. Feita a chamada verificou-se, que foi unanimemente approvado o parecer, que é do seguinte theor:

« Instituto Historico e Geographico Brazileiro. Conformemente á honrosa incumbencia que me foi commettida pelo nosso Instituto, li, com a maior attenção, o manuscripto intitulado *Biographia de D. Pedro de Alcantara, 2° Imperador do Brazil*, e cujo autor se assignalou com a lettra *A*.

A respeito d'esse documento não me é possivel dar um parecer tão desenvolvido quanto o exigiria a natureza do assumpto. A isso se oppõe o estado precario de minha saude. Limitar-me-hei pois a dizer, que se o autor é algumas vezes justo nas suas apreciações a respeito do

caracter nobre de D. Pedro II, todavia alarga-se tambem em minudencias, que não interessando de modo algum a posteridade destoam completamente dos fins a que se propôz o Instituto, quando pôz em concurrencia a biographia do extincto monarcha. O que nós queremos, como justa homenagem á memoria do nosso Augusto Protector, é um trabalho, que, sem exageração, ponha em relevo as grandes qualidades que o distinguiram e o tornaram digno da universal estima, empreza facil, da qual bem póde ser encarregado qualquer dos membros do nosso Instituto. Tal é a minha succinta opinião, que submetto ao juizo de meus illustres collegas.

Rio de Janeiro em 12 de Maio de 1893. *V. de Beaurepaire Rohan.*»

O Sr. presidente propôz, que se deliberasse sobre o destino que se devia dar ao trabalho que acaba de ser lido.

O Sr. Henrique Raffard lembrou, que fosse resolvido por votação.

O Sr. presidente tomou a votação nominal, que deu o seguinte resultado: votaram pela devolução ao autor os Srs. Alencar Araripe, commendadores José Luiz Alves e Gomes Brandão, Barões de Capanema e Homem de Mello, Marquez de Paranaguá, e Drs. Cesar Marques e Sacramento Blake; votaram não pela devolução e sim para que fosse archivado os Srs. Barão de Alencar, Henrique Raffard, commendador Xavier da Mota e Conselheiro Olegario.

Foi deliberado, que se annunciasse durante 30 dias, que o trabalho seria entregue a quem o reclamasse mostrando ser o seu autor.

E nada mais havendo a tratar o Sr. presidente levantou a sessão ás 8 1/2 horas da noite.

J. Xavier da Motta,
servindo de 2º Secretario.

7ª SESSÃO ORDINARIA EM 16 DE JUNHO DE 1893

Presidencia do Sr. Conselheiro O. H. de Aquino e Castro

A's 7 horas da noite, presentes os socios Srs. conselheiro O. H. de Aquino e Castro, general Dr. João

Severiano, Henrique Raffard, conselheiro T. Alencar Araripe, Barão de Capanema, Dr. Sacramento Blake, major Gomes Neto, Commendadores José Luiz Alves, Xavier da Mota e Gomes Brandão, foi aberta a sessão, e approvada sem debate a acta da sessão anterior.

O Sr. commendador Gomes Brandão communicou que o Dr. Cesar Marques faltou por incommodo de saude.

O Sr. 1° secretario Henrique Raffard dá conta do seguinte :

EXPEDIENTE

Officios : Do Sr. Barão de Guajará enviando o seu retrato photographico solicitado por officio circular de 16 de Março do corrente anno aos socios d'este Instituto; do Secretario da — Boston Society of Natural History, remettendo as *Revistas Trimensaes* ns. 54,1, e 55,1 ; *Colombo* de Francisco da Rocha Tagarro, da cidade da Victoria, Estado do Espirito Santo, acompanhando, por copia, um escripto sobre a origem da palavra—Brazil—; foi remettido á commissão de redacção.

OFFERTAS

Pelo Sr. Alencar Araripe, *Recenseamento do Estado do Rio de Janeiro* ; pelo socio Visconde de Nogueira da Gama, *Genealogia* das familias Botelho, Arruda, Horta, Paes Leme, Gama e Villas Boas, até seus actuaes descendentes ; pelo Dr. Pedro Americo, *Discursos Parlamentares* 1891—1892 ; pelo socio João Barbosa Rodrigues, Plantas novas cultivadas no Jardim Botanico do Rio de Janeiro, *Enumeratio Plantarum in Horto Botanico Fluminense Cultarum*, *Relatorio* sobre trabalhos do Jardim Botanico ; pelo autor Sr. Orville A. Derby, *Limites entre São Paulo e Minas Geraes;* pelo Ministerio de Agricultura, Justiça e Instrucção Publica da provincia de Santa-fé, *La Unidad Horaria en la Republica Argentina* ; pela Secretaria d'Estado dos Negocios do Interior e Justiça do Estado do Rio de Janeiro, *Recenseamento do Estado do Rio de Janeiro* por J. P. Favilla

Nunes ; pelos Srs. Benziger & C. *Catalogo de Estampa* ; pelo socio Lafayette de Toledo, *Declaração da Independencia dos Estados Unidos* ; *Poesia* recitada pelo menino Nestor Silveira no espectaculo em beneficio da Misericordia de Casa Branca ; pela Smithsonian Institution Proceding Office, ex office the Prezident of the United States *Circular Conserving the Hodgkins Fund Prizes* ; pela Academia delle Scienze Fisiche e Matematiche di Napoli, *Rendiconto* ; pela Bibliotheca de Marinha, *Revista Maritima Brazileira* ; pela Direcção, *Revista Pedagogica*, tomo IV, ns. 19, 20, 21 ; pelo Instituto da Ordem dos Advogados Brazileiros, *Revista*, Janeiro e Fevereiro de 1893, pela Sociedad Cientifica « Antonio Alzate » *Memoria*; *y Revista*, tomo IV, (1892-1893) ns. 7 e 8 ; pela Associação Rural del Uruguay e o El Coleccionista Argentino-*Revistas* ; pela Directoria Geral dos Correios d'esta Capital, *Boletim* ; pelas Sociedades de Geographia de Washington, de Roma, de Berlim, de New-York e de Bordeaux, *Boletins* ; pela Sociedade de Geographia de Pariz, *Comptes Rendus des Séances*, 1893 ; pela Universidad Central del Equador, *Annales* ; pelas respectivas redacções : *Jornal do Recife*, *Diario Popular*, *Apostolo*, *A Kermesse da Casa Branca*, *Le Nouveau Monde*.

ORDEM DO DIA

O Sr. presidente declarou que não foi preciso chamar por annuncio nos jornaes o autor do escripto intitulado— Biographia do Sr. D. Pedro d'Alcantara, ex-Imperador do Brazil, visto ter o Sr. conselheiro Cristiano Benedito Ottoni reclamado, como autor, a entrega do trabalho, o que foi satisfeito, de conformidade com a resolução do Instituto.

Ficou sobre a mesa para a respectiva votação na seguinte sessão, o parecer opinando pela admissão do Sr. Dr. Alencar Araripe Junior como socio effectivo do Instituto.

Não tendo comparecido por motivo justificado o Sr. conselheiro Correia, membro da commissão de admissão

de socios, o Sr. presidente momeou o Sr. commendador Gomes Brandão para supprir temporariamente esta falta.

O Sr. José Luiz Alves depois de offerecer o retrato photographado do socio correspondente D. Carlos Ibañez, marechal de campo e Marquez de Munhacen, passou a ler a biographia do mesmo.

O Sr. conselheiro Alencar Araripe, obtendo a palavra, informou ao Instituto, que obtivera do nosso consocio Sr. Ministro da Fazenda, a quem fallara, concessão para imprimir-se na Imprensa Nacional os volumes da *Revista Trimensal*, que se achão esgotados, começando pelos mais atrazados, e devendo encetar-se esta reimpressão, quando approuver ao Instituto.

O Sr. presidente em nome do Instituto agradece aos distinctos consocios Dr. Felisbello Freire e Alencar Araripe o serviço prestado.

Nada mais occorrendo, ás 9 horas da noite o Sr. presidente encerrou a sessão.

J. J. Gomes da Silva Neto,
servindo de 2º secretario.

8ª SESSÃO ORDINARIA EM 30 DE JUNHO DE 1893

Presidencia do Sr. Conselheiro O. H. de Aquino e Castro

A's 7 horas da noite, presentes os socios Srs. conselheiro O. H. de Aquino e Castro, Henrique Raffard, conselheiro Alencar Araripe, Commendadores Gomes Brandão e José Luiz Alves, Dr. Cesar Marques, Marquez de Paranaguá e Dr. Castro Carreira, servindo de 2º secretario, o Sr. presidente declara aberta a sessão.

Lida e approvada a acta da sessão anterior, o Sr. 1º secretario Henrique Raffard dá conta do seguinte :

EXPEDIENTE

Officios : Do socio commendador João Xavier da Mota participando não poder assistir á sessão ; do Governo do Estado da Parahiba do Norte enviando a *Collecção das Leis e Decretos* do referido Estado do anno de

1892 ; do socio Exm. e Revm. Bispo de Cuiabá, communicando não ter ainda recebido o diploma e o exemplar dos estatutos, que acompanhavam o officio que recebeu com data de 8 de Fevereiro ultimo, e outro enviando a sua photographia e traços biographicos ; da commissão da Camara Municipal da cidade de S. João Nepomuceno pedindo a collecção da *Revista* do Instituto para a sua bibliotheca ; do Sr. Eduardo Studart enviando a biographia e photographia do socio Dr. Guilherme Studart para o album do Instituto.

OFFERTAS

Pelas respectivas redacções : *Diario Popular*, *Jornal do Recife*, *Gazeta de Casa Branca*, *Apostolo*, *Revista Mercantil* e *Le Nouveau Monde* ; pelo socio conselheiro Alencar Araripe, *Noticias do Estado do Paraná*, organisadas pelo Engenheiro Manoel Francisco Ferreira Correia. Pelo socio conselheiro João Manoel Pereira da Silva : *Viagem de Humboldt á America*, 2 volumes, *Historia da maioridade de D. Pedro II* corrigida da 1ª edição para 2ª pelo conselheiro Pereira da Silva, 1 volume, *France et Brésil* par Samuel Dutot, 1 volume, *Descripcion Geografica, Historica y Estadistica de Bolivia*, por Alcides de Obrigny, 1 volume, *Buenos-Aires y las provincias de la Plata*, 2 volumes, *Histoire de L'Empire du Brésil* par M. David B. Warden, 2 volumes, e oito pequenos bustos de Vasco da Gama, Marquez de Pombal, Almeida Garrett, Antonio de Castilho, Gonçalves Dias, Pereira da Silva, Camões e Thiers ; pelo socio Alencar Araripe, seu retrato ; pela Commissão Geographica de Minas, *Relatorio* do Engenheiro-Chefe Augusto de Abreu Lacerda, *Instrucções* para as Observações Meteorologicas nas Estações da Commissão Geographica e Geologica do Estado de Minas-Geraes ; pelo Ministerio da Justiça e Negocios do Interior, *Relatorio* apresentado pelo respectivo ministro em Abril de 1893 ; pelas Sociedades de Geographia de Bordeaux, de Pariz, de Madrid, de Berlim, de Washington e Imperial da Russia, *Boletins* ; pela Real Academia de la Historia de Madrid e

Sociedade Africana de Italia, *Boletins*; pelo Consejo Nacional de Educacion Comun, Directoria Geral de Instrucção Publica do Pará, Redacção do Ensino Primario da Bahia, Commissão Technica Militar Consultiva e Associacion Rural del Uruguay—*Revistas*.

Apresenta-se na sala das sessões o Sr. Elisée Reclus, que toma assento ao lado da mesa dos trabalhos a convite do Sr. Presidente, sendo por este saudado em phrases lisongeiras, á que responde o eminente geographo francez.

Em seguida o Sr. Presidente communica ao Instituto o fallecimento de um consocio, dizendo:

« Senhores. —Na cidade de Campinas, em São-Paulo, acaba de fallecer o nosso distincto consocio Dr. Ricardo Gumbleton Daunt, admittido ao nosso gremio em 1847, na qualidade de socio correspondente.

Estrangeiro de origem, mas Brazileiro por naturalisação e entranhado amor ao nosso paiz, onde se deslisára a maior parte de sua longa e honrosa existencia, deixa o finado grata memoria de seus serviços prestados á patria que adoptou e ás lettras que cultivava com infatigavel zelo e reconhecida capacidade.

Prezando particularmente esta associação litteraria, por mais de uma vez distinguida com o concurso de suas luzes e graciosas offertas, bem demonstrou o interesse que ligava á historia e geographia do Brazil, objecto especial de seus estudos e investigações.

O Instituto Historico, como é de seu dever, faz inserir na acta da presente sessão um voto de profundo pezar pelo fallecimento de tão digno e illustrado consocio.»

O Sr. Alencar Araripe diz, que, tendo de ser encetada a reimpressão dos numeros esgotados da *Revista Trimensal*, deseja, que se resolva si deve ella ser feita conforme os originaes em quatro partes ou tamsómente em uma, como já foi praticado com similhantes reproducções; foi resolvido, que se continuasse na pratica adoptada.

Obtendo a palavra o Sr. Dr. Cesar Marques pondera, que o Instituto nomeou uma commissão para tratar de receber o craneo fossil offertado a este Instituto

pelo finado socio Dr. Pedro Lund, o qual levado ao Museo para estudos alli permaneceu, pelo que pede communicação do que succedeu á respeito.

Satisfazendo o pedido, informa o Sr. 1° secretario, que conforme ficou assentado, na sessão em que a alludida commissão deu conta de seus trabalhos, officiára em data de 1° de Maio ultimo ao então director do Museo Dr. Amaro Ferreira das Neves Armond, ficando sem resposta até hoje.

Em vista d'esta informação foi proposto e resolvido, que se recorresse á intervenção do Sr. Ministro respectivo para se conseguir a restituição do mencionado craneo.

O Sr. 1° secretario lembra, que tambem muito conviria providenciar para que o Instituto pudesse arrecadar os livros sobre assumptos americanos, que foram indevidamente removidos da Bibliotheca Imperial da Quinta da Boa-Vista para a Bibliotheca Nacional, pois que isto se acha de accôrdo com a deliberação da commissão nomeada pelo Augusto doador. Fica a mesa encarregada de recorrer á intervenção do Sr. Ministro para o alludido fim.

O Sr. Marquez de Paranaguá, depois de realçar o valor das producções scientificas do Sr. Elisée Reclus, pede ao Instituto uma collecção da sua *Revista* para este sabio trabalhador. E' concedida.

O Sr. commendador José Luiz Alves inscreve-se para lêr na proxima sessão vindoura a biographia do Marquez de Olinda.

ORDEM DO DIA

O Sr. 1° secretario lê a seguinte proposta: Propomos para socio honorario d'este Instituto o Sr. Elisée Reclus, um dos mais illustres geographos dos tempos modernos e autor de obras de raro merecimento, que com applauso correm mundo. Sala das sessões do Instituto Historico e Geographico Brazileiro em 30 de Junho de 1893.—*Marquez de Paranaguá*. — *Henrique Raffard*. — *Tristão de Alencar Araripe*.—*José Luiz Alves*.—*Dr. Cesar Augusto Marques*.

E' remettida á commissão de admissão de socios, sendo relator o Sr. conselheiro Manoel Francisco Correia.

Correndo o escrutinio sobre o porecer da commissão de admissão de socios relativo ao Sr. Dr. Tristão de Alencar Araripe Junior, é o mesmo Sr. proclamado socio effectivo, por unanimidade de votos, tendo deixado de votar o Sr. conselheiro Alencar Araripe, que deu-se por suspeito.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente levanta a sessão.

Dr. Liberato de Castro Carreira,
servindo do 2° secretario.

9ª SESSÃO ORDINARIA EM 15 DE JULHO DE 1893

Presidencia do Sr. Conselheiro O. H. de Aquino e Castro

A's 7 horas da noite presentes os socios Srs. Conselheiro O. H. de Aquino e Castro, general Dr. João Severiano, Alencar Araripe, Henrique Raffard, Commendadores Gomes Brandão e José Luiz Alves e Dr. Cesar Marques, servindo de 2° secretario, o Sr. presidente declara aberta a sessão.

Lida e approvada a acta no sessão anterior, o sr. 1° secretario Henrique Raffard dá conta do seguinte:

EXPEDIENTE

Officios: Do socio commendador João Xavier da Mota, participando não poder comparecer á sessão; da commissão incumbida de promover no Brazil dadivas para a elevação de um monumento, na cidade do Havre, dedicado á memoria do almirante Mouchez, pedindo a coadjuvação do Instituto e enviando uma lista para as assignaturas; da Sociedade Imperial das Sciencias de São-Petersburgo, accusando ter recebido os volumes 54 e 55 da *Revista* e pedindo outros que faltam na collecção que possue; da Sociedade Geographica d'Anvers accusando o recebimento do vol. 54 da *Revista*; da Sociedade de Geographia de Marselha agradecendo os exemplares do poema de Manoel d'Araujo Porto Alegre e outro das memorias de Pereira

da Silva sobre *Colombo*; da Secretaria da Justiça e Negocios do Interior pedindo a entrega da collecção da *Revista* para a escola de Ouro Preto; da escola de Minas de Ouro Preto agradecendo a collecção da *Revista*; do director interino do Museo Nacional pedindo os documentos provando ter sido offertado ao Instituto o craneo fossil da Lagôa-Santa; do Instituto da Ordem dos Advogados Brazileiros solicitando a cessão temporaria do busto em bronze do Sr. D. Pedro II aos 18 annos de idade, afim de ser reproduzido, e ornar a exposição que está sendo preparada pelo mesmo Instituto.

OFFERTAS

Pelo Sr. Dr. Antonio Olintho dos Santos Pires *L'Annuaire Universel Illustré*, 1° anno, 1892; pelo Administração Geral da Exposição Universal de Anvers, *Programmas*; pelo socio Dr. Guilherme Studart: *Notas para a Historia do Ceará Relações* dos manuscriptos originaes e copias sobre a historia do Ceará e o *Recreio*, revista semanal litteraria e charadistica, n. 1 da 15ª serie, Lisboa, 1893; pela Sociedade de Geographia Commercial de Bordeaux e Imperial da Russia, *Boletins*; pela Directoria Geral dos Correios e Grande Oriente do Brazil, *Boletins*; pela Universidade do Chile, Universidade de Quito e Departamento Nacional de Buenos-Aires, *Anales*; pela Academia de Sciencias Fisicas e Mathematicas de Napoles, *Rendiconto*; pelas redacções: *Revue Universelle Internacionale Illustrée* e *El Coleccionista Argentino*; pela Sociedade de Geographia de Lisboa, *Catalago* dos periodicos politicos e noticiosos e das revistas litterarias e scientificas; pelas redacções: *Diario Popular*, *Jornal do Recife*, *Apostolo*, *Le Nouveau Monde*; pelo Sr. Dr. Cesar Marques, em nome do autor Padre Francisco Antonio de Siqueira, *Esboço Historico dos costumes do povo Espirito-Santense* e *Poemeto Descriptivo em oito cantos*.

ORDEM DO DIA

O Sr. 1° secretario communica ter mandado entregar a collecção da *Revista Trimensal* á Escola de Minas de Ouro Preto.

Consultado o Instituto sobre o pedido da Ordem dos Advogados Brazileiros, resolve-se attendel-o; e com relação ao officio do Sr. director do Muzeo Nacional, o Sr. 1° secretario ficou incumbido de responder-lhe, devendo por emquanto suspender-se o pedido de intervenção do Sr. Ministro do Interior a respeito da offerta do nosso finado consocio Dr. Pedro Lund.

O Instituto resolve ainda remetter á Sociedade Imperial de Sciencias de São-Petersburgo os numeros reclamados para complemento da collecção.

Obtendo a palavra, o Sr. thesoureiro communica, que a sua viagem para o Norte acha-se definitivamente marcada para o dia 24 do corrente, e que deixa providenciado, de accôrdo com o Sr. 1° secretario, para que sua ausencia não occasione transtorno ao Instituto; e informa, que o catalogo da sala de D. Pedro II acha-se concluido, faltando sómente ser broxado, e pede ao Instituto para submetter á consideração da commissão de fundos e orçamentos o balanço do 1° semestre do anno corrente, que agora entrega, devendo no fim do anno apresentar o balanço do 2° semestre, com que se completará o balanço annual, que os estatutos exigem.

O Sr. Presidente nomeia o Sr. Dr. Cesar Marques relator da commissão, que tem de dar parecer sobre o balanço apresentado pelo digno Sr. thesoureiro.

O Sr. 1° secretario procede á leitura das seguintes propostas:

1.ª Propomos para socio correspondente do Instituto Historico o Geographico Brazileiro o Dr. Antonio Olintho dos Santos Pires, natural do Serro, Minas Geraes, com 32 annos de idade, engenheiro, lente da Escola de Minas de Ouro Preto, representante de Minas Geraes na Camara dos Deputados Federaes, que acaba de fazer valiosas offertas ao Instituto, e servindo de titulo para sua admissão o seu trabalho *Viagem ao districto diamantino de Abaeté*, que se acha no volume IV dos annaes da Escola de Minas de Ouro Preto.

Sala das sessões, Rio de Janeiro, 15 de Julho de 1893. — *Henri Raffard.* — *Augusto Victorino A. Sacramento Blake* — *Artur Indio do Brazil.* — *T. de Alencar*

Araripe.—Dr. Cesar Marques. A' commissão subsidiaria de Geographia, sendo relator o Sr. conselheiro Ovidio de Loureiro.

2.ª Propomos para membro correspondente do Instituto o Sr. Evaristo Nunes Pires, doutor em medicina, bacharel em lettras, pelo ex-Imperial Collegio de D. Pedro II, professor de geographia do Collegio Militar, natural de Santa Catharina, sexagenario, e que solicita sua admissão apresentando como prova de idoneidade uma memoria intitulada *Descobrimento do Brazil, nova apreciação da these outr'ora discutida pelo Instituto Historico e Geographico Brazileiro, addicionada de alguns complementos inherentes á materia,* «1887».

Sala das sessões em 15 de Julho de 1893.— *João Severiano da Fonseca.—Dr. Cesar Augusto Marques.— Henri Raffard.* A' commissão de Geographia, sendo relator o Sr. Barão Homem de Mello.

O Sr. Dr. Cesar Marques inscreve-se para a leitura da biographia do Bispo do Maranhão D. Fr. Joaquim de N. Sra. de Nazareth.

Nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Presidente levanta a sessão.

Dr. Cesar A. Marques,
Servindo de 2° Secretario.

10.ª SESSÃO ORDINARIA EM 28 DE JULHO DE 1893

Presidencia do Sr. Conselheiro O. H. de Aquino e Castro

A's 7 horas da noite estando presentes os Srs. conselheiro O. H. de Aquino e Castro, general Dr. João Severiano, Henrique Raffard, commendadores José Luiz Alves, Xavier da Mota e Gomes Brandão, Barões de Capanema e de Alencar, Drs. Cesar Marques e Sacramento Blake, o Sr. presidente declarou aberta a sessão.

Foi lida e approvada a acta da sessão anterior.

O Sr. 1° secretario Henrique Raffard deu conta do seguinte

EXPEDIENTE

Officios:— Do Dr. Cesario Mota Junior, pedindo para a secretaria de Estado dos negocios do interior de São-Paulo uma collecção completa da *Revista Trimensal* do Instituto.

Do socio Monsenhor Bento Severiano da Luz, accusando recebido o officio de 16 de Março ultimo e promettendo breve remetter a sua photographia e traços biographicos.

Do Dr. B. H. Rachford, do Collegio Medical de Ohio, em Cincinati, pedindo algumas informações sobre assumptos de sua especialidade.

Do enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Bolivia n'esta capital, Isaac Tamayo, pedindo indicação de noticias referentes ás ultimas explorações dos rios Madre de Deos, Acre e Purús.

Do consocio conselheiro Correia pedindo que seja admittido como socio correspondente do Instituto o Sr. Dr. Christiano Frederico Seybold, autor de diversas obras sobre a lingua guarani, desejo manifestado pelo mesmo Dr. em carta que lhe dirigio e que foi lida.

De uma commissão da armada brazileira pedindo que o Instituto concorra para a realização da idéa de ser levantado um monumento ao almirante Mouchez, autor da melhor collecção de cartas maritimas do Brazil.

OFFERTAS

Pelo socio Dr. Luiz Cruls, *Relatorio* parcial apresentado ao Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas, 1893; pelo Sr. Vivien de Saint-Martin, *Nouveau Dictionnaire de Geographie Universelle*; pelo autor, *Vocabulario de la lengoa Guarani*, escripto pelo Reverendo Padre Jesuita Paulo Restivo, edição nova de Christiano Frederico Seybold; pela Sociedad Cientifica Antonio Alzate, Direcção Geral de Instrucção Publica do Estado do Pará, Ensino Primario da Bahia e Bibliotheca

de Marinha, *Revistas*; pela Sociedad Cientifica Argentina e Universidad Central del Equador de Quito, *Anales*; pelas sociedades de geographia de Bordeaux e Lisboa, *Boletins*; pela Real Academia de Historia de Madrid, *Boletim*; pelas redacções: *Diario Popular, Apostolo, Jornal do Recife, Diario do Natal e Le Nouveau Monde.*

O Sr. presidente communicou: que attendeu ao pedido do Dr. Cesario Mota Junior mandando pôr á sua disposição uma collecção dos numeros que houvesse da *Revista do Instituto* para a secretaria dos negocios do interior de São-Paulo; que vai ser respondido o officio do Ministro da Bolivia, hoje lido; que foi entregue ao Instituto dos Advogados Brazileiros o busto em bronze do finado Imperador D. Pedro II, para ser photographado, do que existe o respectivo recibo; que se officiou ao director do Museo Nacional a respeito da propriedade do craneo da Lagoa-Santa, que pertence ao Instituto e se acha n'aquelle museo; e assim tambem ao Sr. Ministro do Interior e Justiça, pedindo a entrega dos livros que da bibliotheca do finado Imperador D. Pedro II foram para a Bibliotheca Nacional e pertencem ao Instituto, segundo a expressa vontade do mesmo finado; e finalmente que a commissão do orçamento geral do Brazil, para 1894, restabeleceu a subvenção annual de 9:000$000 para o Instituto, como sahio publicado no *Diario Official* de hoje.

ORDEM DO DIA

Foram á commissão de historia, sendo relator o Dr. Cesar Marques, as seguintes propostas para serem admittidos como socios correspondentes os Srs. Dr. Christiano Frederico Seybold e Padre José Joaquim Corrêa de Almeida.

1.ª Propomos para socio correspondente do Instituto Historico e Geographico Brazileiro o Sr. Dr. Christiano Frederico Seybold, professor de linguas orientaes na Universidade Eberards Carolina, de Tinbingen, e autor de diversas obras litterarias como: *Breve noticia da lingua guarani,— Arte da lingua guarani,— Vocabulario*

da lingua guarani, servindo-lhe de titulo de admissão, d'entre essas obras, a que pelo autor foi offerecida ao Instituto n'esta sessão.—Rio 28 de Julho de 1893—*Henrique Raffard.—Barão de Capanema.—João Xavier da Mota.—José Luiz Alves.*

2.ª Propomos para membro do Instituto Historico e Geographico Brazileiro o Illm. Revm. Sr. Padre José Joaquim Corrêa de Almeida, nascido em 4 de Setembro de 1820 na cidade de Barbacena, na então provincia, hoje Estado de Minas Geraes, presbitero secular desde 1841, e por trinta annos professor publico de latim no seu berço natal, e hoje jubilado.

Desde mui verdes annos manifestou-se-lhe muito amor ás lettras, pois ainda estudante compoz uma comedia, a que deu o titulo *Aula de Philosophia*, da qual tanto gostou o nosso fallecido consocio o sabio Dr. José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha, que apresentou-a ao Conservatorio Dramatico, do qual mereceu plena approvação.

Servir-lhe-ha para titulo de admissão a sua noticia historica e geographica da cidade de Barbacena, e seu municipio, impressa em 1883 na Typographia Universal de H. Laemmert & C., rua dos Invalidos n. 71.

Respeitando muito os pensamentos de tão doutos varões, e só a elles escudados reforçando á sua *Memoria sobre Barbacena*, offerecemos as suas satyras e epigrammas desfechados contra o vicio e o crime, os maus costumes e os abusos praticados em nossa patria, os quaes elle, levando á imprensa, reduzio-os a onze volumes, dados á luz em 1854, 1858, 1863, 1868, 1872, 1876, 1879, 1884, 1887, 1890 e 1892, além da sua *Republica dos Tolos*, poema heroe-comico satyrico, publicado em 1881, e que faz lembrar o poema os *Burros*, em que, de collaboração com outros estudantes, escreveu o grande José Bonifacio, e que muito barulho fez em Coimbra, especialmente entre o corpo docente das diversas faculdades da sua tão antiga universidade.

Estas obras são muito conhecidas, lidas e muito applaudidas por todos os jornaes, e pelo seu autor offerecidas ao nosso Instituto á medida que eram publicadas.

Sentimos verdadeiro prazer declarando, que o sabio Visconde de Castilho, ou Antonio Feliciano de Castilho, vulto grandioso e esplendido nas lettras em todo o Universo, especialmente entre o Brazil e Portugal, no seu tratado de metrificação portugueza, a pag. 127, disse estas palavras, que com muita satisfação copiamos:

«O Brazil possue hoje na pessoa do illustrado poeta o Revm. José Joaquim Corrêa de Almeida um observante perpetuo e admiravel na rima, rica em nossa lingua».

Annos depois o erudito quão infeliz Camillo Castello Branco, em seu *Cancioneiro Alegre*, onde mostrou-se ás vezes violento, acre e aggressivo contra outros poetas, sobre nosso candidato atirou muitas flores, que o lisonjearam muito.

Com taes elementos, contando com a justiça das commissões e do Instituto esperamos em breve, que seja approvado, e que venha tomar parte em nossos trabalhos.— Sala das sessões do Instituto Historico, no Rio de Janeiro, 28 de Julho de 1893.—*Antonio José Gomes Brandão.—Augusto Victorino A. Sacramento Blake.—José Luiz Alves.*»

O Sr. Gomes Brandão, em breves palavras, fez o elogio do Padre Corrêa de Almeida autor da *Noticia historica e geographica da cidade de Barbacena e seu municipio*, por occasião de ser apresentada a proposta para a sua admissão como socio correspondente do Instituto.

O Sr. José Luiz Alves, orador do Instituto, fez a leitura da biographia do finado Marquez de Olinda, conselheiro Pedro de Araujo Lima.

A pedido do Sr. 1.° secretario resolve-se publicar em seguida a acta a carta do Dr. Pedro Lund referente ao craneo por elle offertado ao Instituto, bem como a resposta respectiva.

Carta do Dr. Pedro Lund

Illm. e Revm. Sr. Conego Januario da Cunha Barbosa. Illm. e Revm. Sr. Foi com o sentimento do mais profundo reconhecimento, que recebi n'estes dias a presadissima carta de V. S. com data de 25 de Agosto de 1843,

acompanhando uma remessa de varios numeros do *Jornal do Instituto*, a saber os ns. 12 a 18, com mais algumas memorias avulsas.

Não posso devidamente testimunhar a V. S. quão grata foi para mim esta lisongeira prova de benevola attenção, com que V. S. dignou-se me honrar, e completa teria sido a minha satisfação, si se lhe não tivesse associado o pezar de ver pela data da carta, que tinha sido privado de uma communicação para mim tão valiosa por espaço de mais de dous annos. Não sei explicar a causa de uma demora tão extraordinaria, supponho porém, que tem jazido esquecida a remessa na secretaria do governo de Ouro-Preto.

Pela circular que veio junta, convidando os membros a concorrerem para o augmento do muzeo do Instituto, fiquei informado do plano d'este muzeo, e vejo que se estende tambem aos objectos de historia natural. Sinto muito, que me viesse tão tarde á mão esta circular, por me ver privado por esta circunstancia de ter o gosto de poder offerecer ao muzeo varios objectos interessantes, que continha a minha collecção, mas que agora já mandei para o meu paiz, restando-me só a esperança de poder satisfazer aos desejos do Instituto com o que puder ainda colher para o futuro.

Espero, que o muzeo terá já recebido uma caixeta, que remetti ha pouco tempo contendo um craneo, e mais alguns outros ossos humanos fosseis, dos de que tratei na ultima memoria, que tive a honra de offerecer ao Instituto.

Posto que a indulgencia e benignidade com que o Instituto tem se dignado acolher as mesquinhas communicações, que tomei a liberdade de submetter a seu sabio juizo, bastasse para me animar a continuar n'esta tarefa, comtudo o lisongeiro convite, que V. S. me faz a honra de me transmittir em nome do Instituto, para continuar na minha correspondencia com o mesmo, será para mim um poderoso estimulo para redobrar de esforços, afim de corresponder á honrosa confiança de uma tão illustre corporação de sabios, e mostrar o subido apreço em que tenho esta distincta, posto que pouco merecida honra, realçada ainda pela eminencia da pessoa, que n'esta occasião servio

de orgão dos sentimentos nimiamente benevolos do Instituto.

Espero n'estes dias poder offerecer ao Instituto a continuação das minhas memorias sobre as raças extinctas de animaes d'este paiz, que supponho já ter chegado a esta hora da Europa.

A valiosa collecção dos numeros da *Revista Trimensal*, que V. S. teve a generosidade de me mandar, foi para mim de particular interesse, por me faltar alguns numeros, faltas provindas em parte de irregularidades na expedição, e como não pude reparar estas faltas, por não se venderem os numeros avulsos, tinha mandado suspender a compra dos numeros futuros, para não me expor a novas faltas, e resolvido a esperar por alguma occasião de comprar toda a obra completa. Hoje porém, que tenho a satisfação de ver enchidas pela munificencia do Instituto a maior parte d'estas vagas e superados dest'arte os obstaculos, que me vedarão acompanhar tão detalhadamente como desejava a marcha dos importantes trabalhos do Instituto, não deixarei de aproveitar da obsequiosa offerta de V. S. indicando-lhe as faltas que ainda restam, as quaes se reduzem a um só numero para completar a serie dos primeiros 18 numeros,a saber o n. 8 (que me falta por ter vindo trocado no lugar d'elle outro numero *in duplo*, o n. 1, em uma remessa que tinha mandado vir do Rio) e como tenho em vão procurado obter isoladamente este numero, por isso aceito com muito reconhecimento o favor de V. S. a respeito d'este numero.

Recommendando-me á ulterior benevolencia do Instituto em geral e do seu illustre orgão em particular, tenho a honra de assignar com a mais alta estima e consideração De V. S. M.^to^ A.^tto^ V.^dor^ e C.^do^ O.^br^ *P. W. Lund.* Lagôa-Santa 11 de Outubro de 1845.

Resposta do 1° Secretario

Para o Dr. Pedro Lund (Lagôa-Santa)

Illm. Sr. Tenho presentes as cartas de V. S. de 28 de Junho e 11 de Outubro do anno proximo findo, e passo n'esta occasião a responder aos seus conteúdos.

Com a primeira recebeu o Instituto Historico e Geographico Brazileiro a collecção de ossos fosseis humanos destinada a servir de esclarecimento á curiosa carta dirigida por V. S. ao meu antecessor em 21 de Abril de 1844, contendo o resultado de suas importantissimas observações sobre as extinctas raças de animaes, que habitaram outr'ora este continente, e em particular sobre a raça humana. Esta carta, impressa no tomo 6.° da *Revista Trimensal*, pag. 326 e seguintes, foi lida com grande alvoroço pelos sabios e litteratos não só d'este paiz, como do estrangeiro, e o nosso illustre consocio o Visconde de Santarem a traduzio em francez, e fez publicar no Boletim da Sociedade de Geographia de Pariz, 3.ª serie, tomo 3.° —Abril de 1845, pag. 250 e seguintes.

No meu relatorio dos trabalhos do Instituto durante o sexto anno academico verá V. S., que eu tambem não me olvidei de fazer honrosa menção, como era de meu dever, dos interessantes trabalhos de V. S., chamando sobre elles attenção geral.

Cumpre-me outrosim agradecer agora a V. S., em nome do Instituto, as preciosas offertas com que o tem mimoseado, e mais ainda as noticias dos resultados das suas sabias investigações paleontologicas, noticias que anciosamente espera sempre o Instituto receber, pois muito se honra com a correspondencia de V. S., e lhe sabe dar o devido apreço.

Quanto á segunda carta, muito folgou o Instituto pela maneira lisongeira e delicada com que V. S. promette coadjuval-o em suas tarefas, e não menos com a satisfactoria participação de brindal-o brevemente com a continuação de suas apreciaveis memorias sobre as extinctas raças de animaes ; e desde já tributa a V. S. o seu reconhecimento por tão repetidas provas de consideração.

Satisfazendo com todo o prazer ao justo desejo de V. S., apresso-me a transmittir-lhe outro diploma de membro honorario do Instituto, visto haver-se extraviado o primeiro que lhe foi remettido. Juntos achará tambem V. S. o n. 8 da *Revista Trimensal*, bem como os ns. 19 a 28 inclusive, com os quaes julgo ficará completa a sua

collecção ; e V. S. terá a bondade de me avisar, quando assim não seja.

Reservando para outro officio o mais que tenho a dizer a V. S., só me resta rogar-lhe haja de me indicar algum seu correspondente n'esta côrte, por cujo intermedio lhe possam ser dirigidas sem demora e com segurança as nossas remessas, pois pelo correio, alem do risco de se desencaminharem, pagam porte assas avultado.

Deos guarde a V. S. Rio de Janeiro 16 de Abril de 1846. Illm. Sr. Dr. Pedro Lund, Membro Honorario do Instituto Historico e Geographico Brazileiro. *Manoel Ferreira Lagos*, 1.° Secretario perpetuo.

A's 9 horas foi levantada a sessão.

J. Xavier da Mota.
Servindo de 2.° secretario.

11ª SESSÃO ORDINARIA EM 11 DE AGOSTO DE 1893

Presidencia do Sr. conselheiro O. H. de Aquino e Castro

Achando-se presentes os socios Srs. conselheiro O. H. de Aquino e Castro, general Dr. João Severiano da Fonseca, Henrique Raffard, commendadores José Luiz Alves, Gomes Brandão e Xavier da Mota, Dr. Cesar Marques e major Silva Neto, o Sr. presidente declara aberta a sessão ás horas do costume.

Foi lida e approvada a acta da sessão antecedente.

O Sr. 1° secretario Henrique Raffard dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Officios: Do director geral da Secretaria dos Negocios da Justiça do Estado de São-Paulo, enviando o relatorio apresentado ao presidente do dito Estado em 31 de Março de 1893. Do secretario do Instituto da Ordem dos Advogados Brazileiros, remettendo o busto do finado Imperador, que o Instituto confiou, afim de ser reproduzido.

Do director da Escola Normal da Capital Federal, communicando ter feito acquisição para a bibliotheca da referida escola dos tomos já publicados da *Revista do Instituto* até o ultimo do anno passado, e pedindo que se lhe informe sob que condições poderá adquirir os que se forem publicando. Do Dr. Cesario Mota Junior, secretario de Estado dos Negocios do Interior de São-Paulo, agradecendo a collecção da *Revista*. Do mesmo senhor, transmittindo um exemplar do relatorio com os respectivos annexos, que apresentou em 7 de Abril d'este anno ao Dr. presidente d'aquelle Estado.

OFFERTAS

Pelo Centro Commercial do Porto, Relatorio dos actos da directoria, de 1892. Pelo Archivo dos Açores, *Historia Açoriana*. Pelo provedor da Irmandade do SS. Sacramento da Candelaria, Relatorio apresentado em 31 de Julho de 1893. Pelas Sociedades de Geographia de Neufchâtel, de Bordeaux, de Roma—*Boletins*. Pela Sociedade de Geographia de Pariz, *Compte-Rendus*. Pela Directoria Geral dos Correios e Sociedade Imperial dos Naturalistas de Moscow—*Boletins*. Pelo Departamento Nacional de Hygiene de Buenos-Aires—*Anales*. Pelas redacções: *Diario Popular*, *Jornal do Recife*, *Apostolo*, *Le Nouveau Monde*. Pela Direcção: *Revista de Educação e Ensino do Estado do Pará*.

O Sr. commendador José Luiz Alves offereceu ao Instituto o escripto: *Lembrança das solemnes festas celebradas no Collegio de Santa Rosa, em homenagem ao Revm. D. Luiz Lasagna, bispo titular de Tripoli*.

Tomando a palavra, o Sr. presidente communica nos seguintes termos o fallecimento do consocio conselheiro José Tavares Bastos.

« Senhores. O Instituto Historico acaba de perder mais um digno consocio, por todos nós prezado pelas suas eminentes e distinctas qualidades pessoaes.

O conselheiro José Tavares Bastos, fallecido n'esta capital, no dia 8 do corrente, fazia parte da nossa associação desde Janeiro de 1841; dedicando-se desde o

começo da sua vida publica á carreira da magistratura, percorreu com inexcedivel brilho todos os gráos d'essa afanosa carreira, deixando-a em 1889, quando por força da idade, maior de 75 annos, teve de ser aposentado no lugar de Ministro do Supremo Tribunal de Justiça.

Na judicatura, como na politica, a que servio com a lealdade e patriotismo que distinguiam o seu nobre caracter, conquistou o finado conselheiro, pelo seu superior merecimento, o justo e elevado conceito de homem probo e zeloso, juiz illustrado e integerrimo.

A grata memoria que de si deixa o egregio cidadão é um patrimonio de honra para a sociedade, que o tinha na mais alta consideração.

O Instituto Historico cumpre hoje um doloroso dever, registrando na acta da presente sessão a sincera manifestação de profundo pezar, de que se acha possuido por tão lamentavel acontecimento, e reserva para occasião opportuna o elogio biographico de tão digno e respeitavel consocio. »

O Sr. Dr. Cesar Marques em seguida apresenta um exemplar do *Diario Official* de Lisboa para provar que o cidadão naturalisado Eduardo de Mello Coutinho Mercier, proposto para socio effectivo em 15 de Julho do corrente anno, (*) é fidalgo da casa real portugueza e commendador da Ordem de Christo, estranhando que da sua proposta, que fôra á commissão de historia, tivessem sido riscados os nomes de dois assignatarios. O Sr. general Dr. João Severiano explicou, que retirára o seu nome da proposta, de que se trata, por entender que não podia assignal-a, visto ser membro da commissão de historia. O Sr. 1° secretario disse, que não era obrigado a revelar o que ouvira a tal respeito, e que não assignara a referida proposta.

Depois de uma breve discussão, obtida a palavra pelo Sr. 2° secretario supplente major Silva Neto, foi expendido que desde 1875 conhece o commendador Eduardo Mercier,

(*) Esta proposta deixou de ter andamento na sessão de 15 de Julho por ter um dos socios que a subscreviam retirado a sua assignatura, e só restarem duas, devendo ter trez assignaturas, pelo menos, na fórma dos estatutos.

então era presidente da Camara Municipal de Nova Almeida, e depois fôra deputado á Assembléa Provincial; e nem alli, nem em outra qualquer parte da provincia do Espirito Santo ouvio fallar sinão bem do mesmo, sendo geralmente tido como homem honesto e probo, e muito caritativo, soccorrendo os pobres de Nova Almeida não só com medicamentos da sua pharmacia, como tambem com a sua assistencia, na falta absoluta de medicos no lugar.

Quanto á memoria manuscripta, tendo o titulo de Synopsis chronologica e historica da dita villa, offerecida como titulo para a sua admissão no gremio d'este Instituto, elle, 2° secretario supplente, não a conhece; mas sabe, que o mesmo commendador é autor de um opusculo sobre a dita villa, com a inscripção: Noticia Historica da villa de Nova Almeida, impressa na capital da referida provincia no anno de 1883. Assim como tambem conhece e possue outro folheto com 40 paginas editado na mencionada capital em 1862, tendo por autor a José Maria Mercièr, ex-professor de primeiras lettras, e ex-presidente da Camara Municipal d'aquelle logar. Disse mais, que foi a respeito d'esta obrinha que em Santa Cruz, municipio da supradita provincia, hoje Estado, ouvira alguem dizer que o verdadeiro autor fôra o padre Manoel Antonio dos Santos Ribeiro, então vigario d'esta freguezia, que, por modestia, não o quizera publicar com o seu nome. A respeito porém da *Noticia*, de que acima fallára, tem certeza de que é producção do dito commendador, que accrescentou muitas informações ás contidas no opusculo de seu tio. Em vista d'isto, e na falta de esclarecimentos contrarios, o Sr. commendador Gomes Brandão disse, que confirmava a sua assignatura na proposta; de maneira que, em lugar d'aquelles assignatarios, tendo assignado o 2° secretario supplente, ficou a proposta no caso de ser remettida ao socio nomeado relator da commissão de historia.

A proposta apresentada é a seguinte:

«Propomos para socio effectivo do Instituto Historico e Geographico o cidadão brazileiro naturalisado Eduardo de Mello Coutinho Mercier, de 50 annos de idade, commendador da Ordem de Christo, fidalgo cavaleiro da

casa real de Sua Magestade Fidelissima, socio correspondente da Sociedade de Geographia de Lisboa, servindo-lhe de titulo para sua admissão a *Sypnosis chronologica e historica da Villa de Nova Almeida no Estado do Espirito Santo*, memoria manuscripta que agora entregamos.

Rio 15 de Julho de 1893.—Dr. *Cesar Augusto Marques.—Antonio José Gomes Brandão.—J. J. Gomes da Silva Neto.* »

A' commissão de historia, servindo de relator o Sr. Dr. Sacramento Blake.

O Sr. Dr. Cesar Marques fez a leitura annunciada da biographia de um dos fallecidos bispos do Maranhão.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente levantou a sessão.

J. J. Gomes da Silva Neto,
2º secretario supplente.

Por deliberação do Instituto, em sessão extraordinaria de 15 de Janeiro de 1894, e visto não se ter podido reunir o mesmo Instituto nas sessões convocadas por diversas vezes nos ultimos mezes do anno passado, por motivo dos acontecimentos politicos que têm ultimamente perturbado a ordem e a segurança pessoal n'esta cidade, foi adiada a sessão anniversaria, que devia ser celebrada a 15 de Dezembro do corrente anno, e bem assim o foram as sessões ordinarias, continuando no exercicio em que se acham a mesa e as commissões actuaes, até que em occasião opportuna possa o Instituto proseguir em seus trabalhos com a regularidade devida.

Mesa administrativa e commissões de 1894

Por deliberação tomada em sessão do Instituto Historico e Geographico Brazileiro de 15 de Janeiro de 1894, continuam a funccionar a meza administrativa e as commissões actuaes até que o mesmo Instituto possa regularmente effectuar as respectivas eleições, como consta á pag. 195 d'este volume.

A meza e commissões estão designadas á pag. 540 a 542 da *Revista Trimensal* de 1892.

LISTA DOS SOCIOS

DO

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRAZILEIRO

Prezidentes honorarios

		ADMISSÃO NO INSTITUTO
1	Principe de Joinville	20 Abril 1843
2	Conde d'Aquila	14 Set. 1843
3	Christiano, rei da Dinamarca	14 Set. 1843
4	Conde d'Eu	16 Set. 1864
5	Duque de Saxe	16 Set. 1864
6	Miguel Juarez Celman, ex-presidente da confederação Argentina	13 Set. 1889
7	Sadi Carnot, presidente da Republica Franceza	17 Abr. 1891

Socios nacionaes honorarios por ordem alfabetica

		ADMISSÃO NO INSTITUTO	REZIDENCIA ACTUAL
1	Barão de Alencar	13 Set. 1889	Capital Federal
2	Barão de Capanema	19 Out. 1848	»
3	Barão Homem de Mello	3 Jun. 1859	»
4	Cezar Augusto Marques	4 Ag. 1865	»
5	João Alfredo Correia de Oliveira	19 Out. 1887	»
6	João Manoel Pereira da Silva*	1 Dez. 1838	»
7	João Severiano da Fonseca	1 Out. 1880	»
8	Jozé Francisco Diana	13 Set. 1889	Rio Grande do Sul
9	Luiz Rodrigues de Oliveira	13 Ag. 1888	Na Europa
10	Manoel Duarte Moreira de Azevedo	5 Dez. 1862	Capital Federal
11	Manoel Francisco Correia	1 Out. 1886	»
12	Maximiniano Marques de Carvalho	23 Jan. 1845	»
13	Olegario Herculano de Aquino e Castro	24 Jul. 1871	»
14	Pedro Augusto de Saxe Coburgo	2 Ag. 1889	Austria
15	Tristão de Alencar Araripe	21 Out. 1870	Capital Federal
16	Visconde de Beaurepaire Rohan	10 Jun. 1847	»
17	Visconde de Mota Maia	25 Out. 1889	»

* E' o unico sobrevivente dos socios da fundação do Instituto em 1838.

Socios effectivos por ordem alfabetica

		ADMISSÃO NO INSTITUTO	REZIDENCIA ACTUAL
1	Affonso Celso d'Assis Figueiredo..	2 Dez. 1892	Capital Federal
2	Alfredo Ernesto Jacques Ourique..	5 Dez. 1890	»
3	Alfredo do Nascimento Silva.. ...	12 Dez. 1890	»
4	Alfredo Piragibe................	26 Nov. 1880	»
5	Angelo Thomaz do Amaral........	10 Out. 1851	»
6	Antonio Joaquim de Macedo Soares	3 Out. 1890	»
7	Artur Indio do Brazil...........	13 Ag. 1888	»
8	Artur Sauer.....................	19 Jun. 1891	»
9	Augusto Victorino Alves do Sacramento Blake..	4 Out. 1883	»
10	Barão do Ladario................	7 Nov. 1862	»
11	Barão de Miranda Reis...........	15 Jul. 1887	»
12	Barão de Ramiz..........	16 Ag. 1872	»
13	Barão de Ribeiro de Almeida......	11 Out. 1866	»
14	Barão do Rio-Branco............	7 Nov. 1867	»
15	Barão de Tefé...................	29 Set. 1882	»
16	Carlos Artur Moncorvo de Figueiredo	28 Mai. 1880	»
17	Eduardo Jozé de Moraes..........	7 Jul. 1862	»
18	Epifanio Candido de Souza Pitanga	7 Nov. 1867	»
19	Feliciano Pinheiro de Bitencourt.	25 Out. 1889	»
20	Francisco Calheiros da Graça......	29 Set. 1882	»
21	Francisco Manoel da Cunha Junior	2 Dez. 1892	»
22	Henrique Raffard................	16 Out. 1885	»
23	João Barboza Rodrigues..	29 Set. 1876	»
24	João Capistrano de Abreo........	19 Out. 1887	»
25	João Carlos de Souza Ferreira....	1 Ag. 1890	»
26	João Vicente Leite de Castro......	25 Out. 1889	»
27	Jão Xavier da Mota..............	23 Set. 1892	»
28	Joaquim Jozé Gomes da Silva Neto	17 Abr. 1891	»
29	Joaquim Pires Maxado Portella..	17 Jun. 1870	»
30	Jozé Alexandre Teixeira de Mello.	24 Nov. 1882	»
31	Jozé Candido Guillobel...	24 Nov. 1882	»
32	Jozé Egidio Garcez Palha.........	7 Dez. 1883	»
33	Jozé Jansen do Paço...	12 Out. 1843	»
34	Jozé Luiz Alves......	13 Ag. 1886	»
35	Jozé Mauricio Fernandes Pereira de Barros	19 Set 1856	»
36	Jozé Ricardo Pires de Almeida....	25 Out. 1889	»
37	Jozé de Saldanha da Gama........	18 Ag. 1865	»
38	Jozé Vieira Couto de Magalhães...	5 Dez. 1862	São-Paulo
39	Ladisláo de Souza Mello Neto...	14 Julh. 1871	Capital Federal
40	Liberato de Castro Carreira......	22 Abr. 1892	Niteroi

	ADMISSÃO NO INSTITUTO	RESIDENCIA ACTUAL
41 Luiz Cruls........................	13 Ag. 1888	Capital Federal
42 Luiz Francisco da Veiga.....	22 Mai. 1868	»
43 Manoel Pinto Bravo..............	7 Dez. 1883	»
44 Marquez de Paranaguá...........	13 Ag. 1888	»
45 Nicoláo Joaquim Moreira...	17 Jul. 1874	»
46 Ovidio Fernandes Trigo de Loureiro	2 Abr. 1892	Capital Federal
47 Pedro Paulino da Fonseca.........	7 Dez. 1883	»
48 Rozendo Moniz Barreto...........	6 Ag. 1875	»
49 Torquato Xavier Monteiro Tapajoz	5 Jul. 1888	»
50 Tristão de Alencar Araripe Junior	30 Jun. 1893	»
51 Visconde de Barbacena...........	2 Ag. 1845	»
52 Visconde de Ibituruna............	13 Jul. 1888	»
53 Visconde de Nogueira da Gama...	4 Nov. 1841	»
54 Visconde de Sinimbú............	1 Out. 1840	»
55 Visconde de Valdetaro...........	23 Jan. 1845	»

Socios nacionaes correspondentes por ordem alfabetica

	ADMISSÃO NO INSTITUTO	REZIDENCIA ACTUAL
1 Americo Braziliense de Almeida Mello	1 Jun. 1877	São-Paulo
2 Antonio Manoel Gonçalves Tocantins	17 Jul. 1871	Pará
3 Antonio Borges de Sampaio	9 Dez. 1886	Minas
4 Antonio Ribeiro de Macedo	19 Out. 1887	Paraná
5 Argemiro Antonio da Silveira	25 Set. 1891	São-Paulo
6 Artur Viana de Lima	25 Set. 1891	Na Europa
7 Barão do Desterro	23 Jan. 1845	Bahia
8 Barão de Guajará	8 Nov. 1866	Pará
9 Barão de Lopes Neto	14 Out. 1840	Na Europa
10 Barão de Penedo	12 Ag. 1841	»
11 Bento Severiano da Luz	25 Nov. 1892	Mato-Grosso
12 Bernardo Saturnino da Veiga	13 Ag. 1880	Minas
13 Brazilio Augusto Maxado d'Oliveira	12 Set. 1890	São-Paulo
14 Carlos Luiz d'Amour, Bispo de Cuiabá	9 Dez. 1892	Mato-Grosso
15 Evaristo Affonso de Castro	14 Ag. 1891	Rio-Grande do Sul
16 Felisbelo Firmo de Oliveira Freire	26 Set. 1890	Capital Federal
17 Francisco Augusto Pereira da Costa	9 Dez. 1886	Pernambuco
18 Frederico Jozé de Sant'Anna Neri	13 Nov. 1885	Na Europa
19 Guilherme Studart	20 Mai. 1892	Ceará
20 Ireneo Ceciliano Pereira Joffily	4 Dez. 1891	Parahiba
21 João Baptista Perdigão de Oliveira	19 Jun. 1891	Ceará
22 João Damasceno Vieira Fernandes	31 Out. 1890	Rio Grande do Sul
23 João Esberard, Arcebispo do Rio de Janeiro	25 Set. 1891	Capital Federal
24 João Jozé Pinto Junior	19 Dez. 1890	Pernambuco
25 João Mendes de Almeida	3 Out. 1890	São-Paulo
26 Joaquim Floriano de Godoi	4 Ag. 1876	»
27 Joaquim Maria Nascentes d'Azambuja	23 Set. 1853	Capital Federal
28 Jozé Antonio de Azevedo Castro	24 Jul. 1885	Na Europa
29 Jozé Domingues Codeceira	20 Mar. 1891	Pernambuco
30 Jozé Francisco da Silva Lima	17 Jun. 1892	Bahia
31 Jozé Higino Duarte Pereira	1 Out. 1886	Capital Federal
32 Jozé de Vasconcellos	10 Dez. 1875	Pernambuco
33 Jozé Verissimo de Matos	16 Nov. 1887	Capital Federal
34 Lafaiete de Toledo	17 Jun. 1892	São-Paulo
35 Luiz da França Almeida Sá	29 Set. 1876	»
36 Luiz Rodolfo Cavalcante de Albuquerque	23 Set. 1892	Capital Federal

	ADMISSÃO NO INSTITUTO	REZIDENCIA ACTUAL
37 Octaviano de Toledo............	17 Jun. 1892	São-Paulo
38 Paulino Nogueira Borges da Fonseca........................	19 Out. 1887	Ceará
39 Rodolfo Marcos Teofilo..........	11 Jul. 1890	»
40 Tito Franco de Almeida...........	21 Ag. 1857	Pará
41 Thomaz Garcez Paranhos Montenegro........................	10 Mai. 1878	Bahia
42 Virgilio Martins de Mello Franco.	13 Ag. 1888	Minas

Socios benemeritos por ordem alfabetica

1 Albino da Costa Lima Braga......	6 Mar. 1891	Na Europa
2 Antonio Jozé Dias de Castro......	28 Nov. 1890	Capital Federal
3 Antonio Jozé Gomes Brandão.....	10 Out. 1890	»
4 Barão de Ibiapaba..	22 Mai. 1891	Ceará
5 Barão de Mendes Tota	3 Abr. 1891	Capital Federal
6 Barão de Oliveira Castro..........	12 Nov. 1890	»
7 Barão de Quartin	6 Mar. 1891	»
8 Candido Gaffrée..................	26 Set. 1890	»
9 Conde de Figueiredo..	1 Ag. 1890	Na Europa
10 Domingos Jozé Nogueira Jaguaribe Filho........................	19 Jun. 1891	São-Paulo
11 Francisco de Paula Mayrink......	20 Mar. 1891	Capital Federal
12 Jozé Joaquim da França Junior...	9 Out. 1891	»
13 Luiz Augusto Ferreira de Almeida	5 Dez. 1890	»
14 Luiz Augusto da Silva Canedo	6 Mar. 1891	»
15 Luiz Jozé Lecoq de Oliveira.......	5 Dez. 1890	»
16 Luiz Ribeiro Gomes..............	4 Dez. 1891	»
17 Manoel Jozé da Fonseca..........	28 Ag. 1891	»
18 Manoel de Matos Gonçalves.......	4 Dez. 1891	»
19 Manoel Vicente Lisboa...........	3 Abr. 1891	»
20 Tobias Lauriano Figueira de Mello	12 Dez. 1890	»
21 Urbano de Faria..................	31 Jul. 1891	»
22 Visconde de Assis Martins........	3 Abr. 1891	»
23 Visconde de Carvalhaes..........	14 Nov. 1890	»
24 Visconde de Leopoldina..........	5 Dez. 1890	Na Europa
25 Visconde de Moraes.............	3 Abr. 1891	Capital Federal

Socios honorarios estrangeiros por ordem alfabetica*

		ADMISSÃO NO INSTITUTO	REZIDENCIA
1	Achiles de Giovanni	1889	Italia
2	Alberto Gallatin	1846	Estados-Unidos
3	Alexandre de Serpa Pinto	1881	Portugal
4	Artur de Capel Brooke	1839	Inglaterra
5	Barão de Maltitz	»	Allemanha
6	Bartolomeo Mitre	1871	Confed. Argentina
7	Blasco Vidal	1889	Uruguai
8	Enrique Moreno	»	Confed. Argentina
9	Estanisláo E. Zeballos	1883	»
10	Fernando de Luca	1843	Italia
11	Francisco Garcia Calderon	1892	Perú
12	Guilherme A. Seoane	1891	»
13	Gustavo Duarte Nogueira Soares	1889	Portugal
14	Jozé Ceva Grimaldi, Marquez de Pietracatella	1843	Italia
15	Jozé Vargas	1845	Venezuela
16	Manoel Villamil Blanco	1889	Chile
17	Mariano Rampolla (Cardeal)	1893	Italia
18	Mariano Semmola	1889	»
19	Miguel Antonio de la Lama	1892	Perú
20	Nicoláo de Santo Angelo	1843	Italia
21	Norberto Quirno Costa	1889	Confed. Argentina
22	Principe de Carlati	1839	Italia
23	Principe de Scilla, Duque de Santa Cristina	»	»
24	Ricardo Rossel	1892	Perú
25	Roland Bonaparte, Principe	1891	França
26	Tomaz C. Mosquera	1844	Equador

---

* N'esta relação e na seguinte continuam a figurar nomes de socios talvez já falecidos, mas que não são eliminados por não se ter conseguido informação veridica do obito. Procuraremos conseguir taes informações para que as listas só contenham socios existentes.

Socios correspondentes estrangeiros por ordem alfabetica

		ADMISSÃO NO INSTITUTO	REZIDENCIA
1	Agatino Longo*	1842	Italia
2	Alexandre Baguet	1882	Belgica
3	Alexandre Sorondo	1889	Confed. Argentina
4	Alexandre W. Bradford	1846	Estados-Unidos
5	Angelo Justiniano Carranza	1887	Confed. Argentina
6	Anibal Echeverria i Reis	1889	Chile
7	Anibal Ferrero	1889	Italia
8	Antonio Ramon Vargas	1847	Espanha
9	Aristides Marre	1891	França
10	Arturo de Leon	1891	Uruguay
11	Augusto Carlos Teixeira de Aragão	1871	Portugal
12	B. M. Norman	1846	Estados-Unidos
13	Bouquet de la Grie	1889	França
14	Carlos van Lede	1843	Belgica
15	Carlos Zucchi	1839	Italia
16	Carlos Wiet	1816	Belgica
17	Cezar Cantu	1870	Italia
18	Clovis Lamarre	1891	França
19	Constantino Bannen	1889	Chile
20	Diogo de Barros Arana**	1871	»
21	Duque de Poix	1889	França
22	Duque de Serra de Falco	1843	Italia
23	Emmanuel Liais	1866	França
24	Felix de Santo Angelo	1843	Italia
25	Filipe Rizzi*	1843	»
26	Francisco Cervelleri	1843	»
27	Francisco Markoe Junior	1845	Estados-Unidos
28	Frank Vincent	1892	»
29	Frederico Francisco (Visconde de Figanière)	1863	Portugal
30	Giacomo Castrucci	1841	Italia
31	Giovani Semmola	1841	»
32	Girolano Perozzi	1841	»
33	Henrique Schutel Ambauer	1868	»
34	Imbert des Mottelletts (Conde)	1845	França
35	James C. Fletcher	1872	Estados-Unidos
36	João Russel Bartlett	1846	»
37	João Water House	1839	Inglaterra

* Estes dois socios foram por engano incluidos na relação do anno de 1892 como socios honorarios.

** Na Rev. Trim. de 1892 foi considerado como falecido, em consequencia de assim o anunciar um telegrama, que depois se reconheceo ser inexacto.

	ADMISSÃO NO INSTITUTO	REZIDENCIA
40 Jorge Martinho Tomaz.............	1864	Baviera
41 Jozé Antonio Pardo................	1844	Equador
42 Jozé Barandier....................	1840	França
43 Julio Banados Espinoza...........	1891	Chile
44 Julio Meili......................	1892	Suissa
45 Julio Victor Armand Hain..........	1840	França
46 Luigi Rizzi......................	1843	Italia
47 Luigi Sementini..................	1843	»
48 Mariano Eduardo de Rivera.........	1841	Perú
49 Marion de Procé..................	1841	França
50 Manoel Pinheiro Chagas...........	1885	Portugal
51 Martim Rivadavia.................	1889	Confed. Argentina
52 Paulo Anania de Luca.............	1843	Italia
53 Paulo Gafarel....................	1882	França
54 Pedro Jozé Mesnard...............	1841	»
55 Pedro Venceslão de Brito Aranha....	1885	Portugal
56 Rafael Zarienga..................	1843	Italia
57 Roberto Greenham.................	1846	Alemanha
58 Samuel Dutot.....................	1841	França
59 Samuel Jorge Morton..............	1846	Estados-Unidos
60 Ulrico Valia.....................	1847	Italia
61 Vicente G. Que....................	1883	Confed. Argentina
62 Vicente Martillaro, Marquez de Villarena	1846	Italia
63 Vicente Rocafuerte...............	1844	Equador
64 Vicente Stellati..................	1843	Italia
65 Visconde de Wildick..............	1880	Portugal
66 Vivien de Saint-Martin............	1868	França
67 William B. Hodgson	1846	Estados-Unidos
68 William Burchell..................	1841	Inglaterra
69 William Smith.....................	1840	»
70 Woodbine Parish..................	1841	»

Socios admittidos em 1893

	ADMISSÃO
Mariano Rampolla, * cardeal da Santa Sé, socio honorario.....................................	7 Abr. 1893
Tristão de Alencar Araripe Junior, socio efectivo...	30 Jun 1893

Socios falecidos em 1893

NACIONAES

		OBIT		
1	Visconde de Souza Fontes (Jozé Ribeiro de Souza Fontes)	14	Març.	1893
2	Jozé de Barros Pimentel	6	Mai.	1893
3	Ricardo Gumbleton Daunt	7	Jun.	1893
4	Jozé Tavares Bastos	8	Ag.	1893
5	Bazilio Daemon de Carvalho	2	Dez.	1893

ESTRANGEIRO

Jean Martin Charcot	17	Ag.	1893

Socios estrangeiros falecidos anteriormente a 1893

CUJO OBITO FOI AGORA CONHECIDO

		OBITO		
1	Agostinho Guilherme Charun**			
2	Alfredo Demersay		Fev.	1891
3	Conde Le Peletier d'Aunay			
4	Duque de Doudeauville		Jun.	1841
5	Eduardo Jaegher	6	Març.	1883
6	Francisco Jozé Meisser	23	Jan.	1867
7	Francisco Maria Avelino	9	Jan.	1850
8	Guilherme Hunter			
9	Herman E. Ludwig			
10	Jean Pie Namur			
11	João Maria Gutierres			
12	Jozé Carlos Reybaud	16	Out.	1864
13	Jozé Rozendo Gutierres			1883
14	Julio Parigot			
15	J. P. Hoebeke	6	Ag.	1852
16	Luiz Francisco Bonjean	9	Fev.	1892
17	Manoel de Salas Corvolan	28	Nov.	1841
18	Manoel de Sarratéa			
19	Sabino Bertholet		Nov.	1880

* Na proposta, que está á pag. 143, escreveo-se por engano Giacomo Rampolla em vez de Mariano Rampolla del Tindaro, que é o verdadeiro nome do eminente cardeal.

** Na relação dos socios finados publicada á pag. XIX do tomo 49, está incluido o socio de nome Agostinho Guilherme Charem, que é pessoa diversa e diverso no apelido.

INDICE

DAS

MATERIAS CONTIDAS NO VOLUME LVI

PARTE SEGUNDA

BALANÇO

da tezouraria do Instituto Istorico e Geografico Brazileiro de 1 de Janeiro a 30 de Junho de 1893

RECEITA

1893	
Janeiro 1. Saldo de 1892, conforme o balanço anterior....	3.367$000
Subsidio do Governo Nacional, 1ª prestação de Janeiro a Julho de 1893..	2.250$000
Juros de apolices no 2º. semestre de 1892.................	1.680$000
Venda da *Revista Trimensal*......	20$000
Joia de entrada, conforme a nota n. 1..................	20$000
Prestações semestraes dos socios, conforme a nota n. 2.....	210$000
	7.547$000

DESPEZA

Impressões:

Edição do poema *Colombo*, de Manoel de Araujo Porto-Alegre, doc. n. 1....................................	4.000$000
Gravuras e biografia do mesmo Manoel de Araujo Porto-Alegre e de Cristovão Colombo, doc. n. 2........ ...	372$000
Um discurso proferido em sessão do Instituto, doc. n. 3..	160$000

Compra de livros:

Livros e documentos a Ernesto Aleixo Boulanger, doc. n. 4..	500$000

Expediente:

Velas para iluminação do salão das sessões, doc. n. 5....	25$000
Papel, tinta, lapis, etc., doc. n. 6.......................	62$000
Declarações na imprensa, doc. n. 7............	6$000
Despezas miudas feitas pelo Porteiro, doc. n. 8, 9, 10....	350$000
Vencimento do Porteiro e Escriturario nos mezes de Janeiro a Junho de 1893, doc. n. 11 a 16...........	1.200$000
Pagamento a um Auxiliar nos mezes de Janeiro e Fevereiro de 1893, doc. n. 17, 18.........................	200$000
	6.875$000
Saldo em caixa..................	672$000

Rio 30 de Junho de 1893.

Tristão de Alencar Araripe.
Tezoureiro

BALANÇO.

da tezouraria do Instituto Istorico e Geografico Brazileiro de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 1893

RECEITA

1893.

Julho 1. Saldo do balanço dado em 30 de Junho de 1893..	672$000
Subvenção do Governo Nacional, no 2°. semestre de 1893.	2.250$000
Juros de apolices do 1.° semestre de 1893...............	1.680$000
Venda da *Revista Trimensal*..........	14$000
Prestações semestraes dos socios, conforme a nota n. 3...	18$000
	4.634$000

DESPEZA

Impressão da *Revista Trimensal*, tomo 55, parte 2.ª (por conta de maior quantia) doc. n. 1..................	2.134$000
Impressão e broxura da acta e demais peças da sessão solemne do Instituto Istorico e Geografico Brazileiro, doc. n. 2.. ...	1.350$000
Diplomas e concerto de um livro. doc. n. 3...	14$000
Dinheiro para despezas miudas feitas pelo Porteiro, doc. n. 4.	100$000
Vencimento dos empregados de Julho a Dezembro de 1893, doc. n. 5, 6, 7, 8..	900$000
	4.498$000

REZUMO

Receita..	4.634$000
Despeza..............	4.498$000
Saldo..	136$000

OBSERVAÇÃO

O saldo supra está sugeito ao pagamento de despezas já realizadas, cujas contas ainda não foram aprezentadas a esta tezouraria depois de vistas pelo Sr. 1°. secretario.

A arrecadação de prestações semestraes foi diminuta no corrente anno de 1893, em razão de não ter o Cobrador podido fazer a cobrança com regularidade por circunstancias extraordinarias.

O Instituto continúa a possuir as apolices da divida publica constantes da relação anexa ao balanço de 1892.

Rio 31 de Dezembro de 1893.

Tristão de Alencar Araripe.
Tezoureiro

NOTA

N.º 1

Pagamento de joia em 1893

1	Afonso Celso de Assis Figueiredo	20$000

N.º 2

Socios que pagaram prestações semestraes de Janeiro a Junho de 1893

1	Barão de Miranda Reis, 1892	12$000
2	Bernardo Saturnino da Veiga, 1888 a 1893	72$000
3	João Baptista Perdigão de Oliveira, 1º. semestre de 1893.	6$000
4	João Damasceno Vieira Fernandes, 1892 e 1893	24$000
5	João Xavier da Mota, 1893	12$000
6	Jozé Domingues Codeceira, 1892 e 1893	24$000
7	Luiz Cruls, 1892 e 1893	24$000
8	Ricardo Gumbleton Daunt, 1893	12$000
9	Virgilio Martins de Melo Franco, 1892 e 1893	24$000
		210$000

N.º 3

Socios que pagaram prestações semestraes de Julho a Dezembro de 1893

1	Antonio Borges de Sampaio, 1893	12$000
2	Ricardo Gumbleton Daunt, 1º. semestre de 1893	6$000
		18$000